



TRECHOS  
INÉDITOS EM  
PORTUGUÊS

PENGUIN  COMPANHIA

CLÁSSICOS

PADRE ANTÔNIO VIEIRA  
*Essencial*

Organização e introdução de ALFREDO BOSI

## DADOS DE COPYRIGHT

### Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

### Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

*"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."*







P E N G U I N

---

COMPANHIA DAS LETRAS

ESSENCIAL PADRE ANTÔNIO VIEIRA

antônio vieira nasceu em Lisboa, em 1608, mas viveu grande parte de sua vida no Brasil. Passou a infância e a juventude na Bahia, onde se tornou jesuíta. Acompanhou as invasões holandesas e a tomada de Pernambuco, e descreveu em relatórios e cartas as vitórias e derrotas portuguesas, pregando em favor da resistência. Após um período em Portugal como conselheiro e diplomata de d. João iv, tendo lutado com veemência pela legitimação de seu reinado, viveu oito anos no Grão-Pará e Maranhão, entre 1653 e 1661. Já septuagenário, voltou à Bahia, onde viveu quase recluso, preparando a publicação de seus sermões, que representam a maior parte de sua vasta obra.

Considerado por Fernando Pessoa o imperador da língua portuguesa, destacou-se por sua habilidade como orador sacro, missionário e político. Defendeu os cristãos-novos contra a Inquisição, condenou a rebeldia do quilombo dos Palmares e reprovou as reformas da capitania de São Paulo que favoreciam a escravização dos índios. Morreu lúcido aos 89 anos de idade, em Salvador, em 1697.

alfredo boschi nasceu em São Paulo, em 1936. cursou Letras Neolatinas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e estudou Filosofia da Renascença e Estética na Facoltà di Lettere de Florença. Lecionou Literatura Italiana na usp, onde defendeu doutoramento sobre a narrativa de Pirandello e livre-docência sobre poesia e mito em Leopardi.

Desde 1971 é professor da área de Literatura Brasileira da usp. De 1996 a 1999 foi professor convidado na École des Hautes Études en Sciences Sociales e, entre 1997 e 2001, diretor do Instituto de Estudos Avançados. Desde 2003, é

membro da Academia Brasileira de Letras.

É autor de, entre outros, *O pré-modernismo* (1966); *História concisa da literatura brasileira* (1970), *O conto brasileiro contemporâneo* (1975), *O ser e o tempo da poesia* (1977), *Céu, inferno* (1988), *Dialética da colonização* (1992), *Machado de Assis: O enigma do olhar* (1999), *Literatura e resistência* (2002), *Brás Cubas em três versões* (2006) e *Ideologia e contraideologia* (2010), os três últimos pela Companhia das Letras.

## Sumário

Introdução — Alfredo Bosi

ESSENCIAL PADRE ANTÔNIO VIEIRA

sermões

Sermão da Sexagésima

Sermão décimo quarto do Rosário

Sermão vigésimo do Rosário

Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal  
contra as de Holanda

Sermão dos Bons Anos

Sermão de Santo Antônio

Sermão do mandato

Sermão da primeira domingo do Advento

Sermão da terceira domingo do Advento

Sermão de Santo Antônio aos peixes

Sermão da primeira domingo da Quaresma

Sermão do bom ladrão

Sermão da quarta-feira de cinzas

Sermão vigésimo sétimo do Rosário

cartas do maranhão

Carta ao rei d. João iv (4 de abril de 1654)

Carta ao rei d. João iv (6 de abril de 1654)

Carta ao rei d. Afonso vi (21 de maio de 1661)

Carta ao padre André Fernandes (29 de abril de 1659)

resposta a uma objeção: mostra-se que  
o melhor comentador das profecias é o tempo

a chave dos profetas

Apêndice — J. G. Ilusius

## Bibliografia

António Vieira

O céu strela o azul e tem grandeza.  
Este, que teve a fama e à glória tem,  
Imperador da língua portuguesa,  
Foi-nos um céu também.

No imenso espaço seu de meditar,  
Constelado de forma e de visão,  
Surge, prenúncio claro do luar,  
El-Rei D. Sebastião.

Mas não, não é luar: é luz do etéreo.  
É um dia; e, no céu amplo de desejo,  
A madrugada irreal do Quinto Império  
Doira as margens do Tejo.

fernando pessoa, *Mensagem*



Introdução  
Antônio Vieira: Vida e obra  
Um esboço  
alfredo bosí

O padre Antônio Vieira passou a sua longa vida entre os cuidados do presente e os sonhos do futuro. À primeira vista essa junção de constante operosidade e fantasias de visionário deixará perplexo quem quiser traçar a sua biografia. O diplomata solerte, o conselheiro de projetos econômicos de longo alcance e o missionário zeloso parecem incompatíveis com o leitor crédulo das trovas do sapateiro Bandarra e o crente na ressurreição de um rei morto havia poucos anos. O homem realista do aqui e agora, convicto da primazia do dinheiro e do poder militar no xadrez da política europeia, é, ao mesmo tempo, o milenarista que espera o advento iminente do Quinto Império universal figurado nas profecias de Daniel.

Embora seja possível delimitar um campo comum de motivações em que se atem os fios díspares dessa trajetória feita de contrastes, sempre resta um sentimento de estranheza quando se veem misturadas prudência e temeridade, capacidade de observação atenta e entrega sem reservas aos poderes da imaginação. Em uma bela carta endereçada ao amigo e confidente Duarte Ribeiro de Macedo, Vieira admite como sua paixão dominante “o afeto português e imoderado zelo da Pátria”. Reconhece que, fiel aos preceitos de Santo Inácio de Loyola aprendidos nos *Exercícios espirituais*, “contra este tão forte inimigo me tinha armado, convencendo-o com tantas razões quantas em mim concorrem mais que os outros”. Mas em vão. Nada conseguira soffrear a sua paixão. Nem mesmo a intervenção milagrosa da Providência poderia fazê-lo, “pois se observa no Evangelho que, curando Cristo todos os gêneros de enfermidades e ressuscitando mortos, a nenhum doido sarou”<sup>1</sup> Nesse raro momento de autoanálise, Vieira ao mesmo tempo acusa o excesso porventura insano das suas paixões e as dá por inveteradas e incuráveis. E não por acaso ficou registrada no catálogo da sua Ordem a notação de que seu temperamento era “colérico fogofo”<sup>2</sup> A graça, ensina a doutrina de Santo Tomás, supõe a natureza, supre-lhe as falhas, modera-lhe os ímpetos, mas não a suprime. Mas talvez venha do próprio Vieira uma tentativa de explicação que aproxime aquelas direções da sua existência aparentemente tão díspares. No primeiro sermão da série que dedicou a São Francisco Xavier (“Xavier dormindo”), o orador define os sonhos como “filhos dos cuidados” ou, ainda mais argutamente, “reliquias dos cuidados”.

Sonha-se com o que se deseja ou se teme, sonha-se com o ideal frustrado que só a fantasia sublimadora pode alcançar.

### infância e mocidade na bahia (1608-41)

Antônio Vieira nasceu em Lisboa em 6 de fevereiro de 1608. Foram seus pais Cristóvão Vieira Ravasco e Maria de Azevedo. A atribuição de fidalguia à linha paterna, que se lê na *Vida do padre António Vieira* do jesuíta André de Barros,<sup>3</sup> foi cabalmente desmentida pelo mais idôneo dos seus biógrafos, João Lúcio de Azevedo. Diz este, baseando-se em informações colhidas no processo inquisitorial:

“O avô e o pai de Vieira tinham sido” — consta de informações do Santo Ofício —

criados dos condes de Unhão; e, tomando a palavra no sentido menos piorativo, para não tratarmos a um e a outro de fâmulos, dependentes desses fidalgos e com certeza assalariados. “Fidalgo da casa de Sua Majestade”, como diz André de Barros, não era Cristóvão Ravasco quando o filho nasceu. Somente mais tarde, por graça feita àquele por d. João iv, foi concedido o título que o aproximava da verdadeira fidalguia. “Meu moço de câmara” lhe chama o decreto que o nomeia escrivão dos agravos e apelações cíveis da Relação da Bahia, o que é diferente [...]. O futuro fidalgo da Casa Real teve por mãe uma mulata ou índia — também houve quem dissesse mourisca, de toda maneira mulher de cor — serviçal da casa dos condes, de onde com o galã, avô de Vieira, foi despedida, por não lhes levarem os amos a bem os amores, que o casamento em seguida consagrou. Não custa crer tivesse vindo a bisavó de África, trazida por escrava a Portugal. Em negros e mulatos abundava a população do Reino nesse tempo; e o retrato de gravura, feito em Roma, presumidamente cópia de outro, a que serviu de modelo o cadáver antes da inumação, como informa André de Barros, lembra muito nas feições essa espécie de mestiçagem.<sup>4</sup>

Quanto à ascendência pelo lado materno, o mesmo biógrafo nos esclarece que Maria de Azevedo, também lisboeta, era filha de um armeiro da Casa Real, Brás Fernandes, e de uma padeira dos frades de São Francisco. A modéstia apenas remediada de ambos os lados parece, portanto, comprovada. Igualmente atestado é o valimento do conde de Unhão, d. Fernão Telles de Meneses, padrinho de batismo do menino Antônio, celebrado na Sé metropolitana aos 15 de fevereiro de 1608.

Em 1614 partiu Cristóvão Vieira Ravasco com a família para a Bahia, onde fora nomeado escrivão da Relação. O que se sabe da infância e adolescência de

Vieira deve-se, em boa parte, às páginas do já mencionado padre André de Barros, que, tudo indica, misturava informações exatas e narrativas talvez romaneadas para melhor enaltecer a figura do seu biografado. O caso do estalo (conhecido proverbialmente como *estalo de Vieira*) ficou antológico. Transcrevo a sua primeira versão:

Chegados os anos da puerícia, e empregados nos primeiros rudimentos, houve de passar aos estudos das boas letras no colégio da companhia. Aqui entre a competência dos condiscipulos sentiu com generosa índole não poder decorar as lições, nem compor com tanta certeza, como outros seus iguais. Uma espessa nuvem, que lhe ofuscava o entendimento, o tinha até então menos hábil para aprender; mas no meio dessa escuridade o céu o ensinou felizmente a buscar a fonte do sol; porque na inocência daqueles anos, todos os dias ao passar da casa de seus pais para o pátio dos estudos da companhia, entrava a venerar a imagem de Nossa Senhora da Fé, ou a das Maravilhas, que na catedral da Bahia era objeto de seu particular culto, e mais obsequiosa ternura.

Aqui orando um dia, inflamado todo em desejos de saber, pediu à Soberana Mãe novo subsídio de resplandores, quando de repente lhe deu a cabeça um estalo; e como se quisesse a graça com o sonoro do estrondo dar sinal do resplendor do céu, que descia, sentiu que lhe arraiava naquela mais nobre região da alma uma nova luz dissipadora das trevas, que até então o oprimiam. Foi tal o abalo que naquela ocasião experimentou na cabeça, e tão excessiva a dor, que (como referiu quem lho ouviu) lhe pareceu que morria. Sem dúvida, que a mão onipotente do Artífice Divino, que reformava e afinava aqueles órgãos no vivente, não quis para recordação do favor impedir um efeito tão natural no sensitivo. Desde este ponto ficou com aquela clareza de entendimento, agudeza de engenho e capacidade de memória, que na facilidade de perceber, na tenacidade de conservar o que lia, em todas as idades admirará o mundo.

Sossegado então aquele interior tumulto, partiu para a classe, e reconhecendo em si uma aptidão mui nova, disse ao mestre que queria argumentar com qualquer dos condiscipulos: saíram contra ele os melhores, e todos com assombro do mestre, que reconheceu grande novidade, ficaram contra toda a esperança vencidos.<sup>5</sup>

Ao episódio do estalo acrescenta-se o da fuga de casa para o colégio, também relatado pelo padre André de Barros. Receoso da oposição dos pais, Antônio decidiu escapar na escuridão da noite, “fiando-se só dos olhos das estrelas”. Os padres o receberam “com o devido alvoroço” na noite de 5 de maio de 1623. O fofogo candidato a noviço apenas cumprira quinze anos de idade.<sup>6</sup>

Que em pleno século xviii a cultura letrada portuguesa ainda misturasse, sem o menor escrúpulo historiográfico, o natural e o sobrenatural, dá exemplo este relato da aparição de um anjo da guarda ao adolescente Vieira. Aqui vai em resumo:

Antônio foi mandado pelos padres à aldeia de São João situada a sete léguas da Bahia. Caindo a noite, perdeu-se às margens de um rio profundo. Não acertando em meio à treva nem avançar nem retornar, encomendou-se ao seu anjo da guarda. Pouco depois apareceu um menino que, saindo do mato, lhe perguntou para onde ia. Sabendo do seu destino, pôs-se a guiá-lo e só desapareceu à vista da aldeia. Aí convieram todos em que o desconhecido só poderia ser o anjo custódio a quem Antônio impetrara auxílio.<sup>7</sup> Os sermões do futuro orador sacro, decerto um dos mais representativos do seu tempo, estarão igualmente refertos de casos miraculosos.

No colégio os preparatórios incluíam gramática e retórica, disciplinas que constituíam, junto ao aturado estudo do latim clássico e eclesiástico, o vestibulo de toda a formação letrada dos jesuítas. O noviço dominou precocemente esses instrumentos indispensáveis ao exercício da pregação no interior de uma cultura que já passava do classicismo ao maneirismo sem perder, no entanto, hábitos mentais derivados da Escolástica. As duas principais universidades ibéricas, a de Salamanca e a de Coimbra, eram centros de estudos aristotélicos batizados pela grande síntese tomista.

A diligência e o brilho do estudante despertaram a atenção de seus mestres, o que explica a escolha que nele recaiu para escrever, em latim e em português, o relatório que os jesuítas deviam mandar regularmente ao Geral da Ordem em Roma. Nem bem terminado o primeiro biênio do noviciado (em maio de 1625), Vieira foi incumbido pelos superiores de redigir a Carta Ânua correspondente aos sucessos ocorridos na colônia entre 1624 e 1625. O texto não demonstra apenas a perícia linguística e estilística do colegial de dezessete anos de idade: vale também como documento de um olhar observador capaz de relatar com precisão os momentos dramáticos vividos pela população da Bahia durante a primeira invasão holandesa.

A Carta resenha o que ocorrera havia pouco nos colégios da Província jesuítica, lembrando com reverência os nomes dos padres recentemente falecidos, em especial Fernão Cardim, amigo da família de Vieira e elo entre a geração deste e a dos primeiros missionários. Anchieta já era então venerado como taumaturgo, os seus ossos tinham sido transferidos para o Colégio da Bahia, e o nosso jovem cronista o chama santo confiando em sua canonização.<sup>8</sup> O capítulo dedicado à Bahia merece leitura atenta, tratando-se de depoimento de uma testemunha ocular da invasão flamenga. A chegada repentina das naus inimigas, a surpresa do ataque, a defesa temerária empreendida pelo bispo d. Marcos Teixeira, as violências, os saques, a fúria dos iconoclastas, a fuga da

população pelos matos do Recôncavo, os prantos das mulheres e das crianças, as necessidades extremas sofridas pelos retirantes, a hospitalidade rústica que receberam nas aldeias mais remotas, tudo é narrado com vivacidade sem fímulas de retórica escolar nessa prosa feita de coisas e atos. Mas não é uma linguagem neutra e objetiva, como se exigiria mais tarde em tempos de ciência historiográfica positivista. Para Vieira nada acontece sem que se possam discernir os desígnios da Providência; certeza que o confortará até os derradeiros escritos e sustentará a sua vasta obra profética.

A atribuição de redigir o relatório oficial da Companhia de Jesus foi apenas o primeiro sinal da confiança que os superiores depositaram no seu melhor pupilo. Ainda em 1626 é designado lente de retórica no Colégio de Olinda. À mingua de informações precisas sobre o teor e o método da sua precoce docência, devemos supor que se fundassem principalmente nas instruções da Ratio Studiorum proposta por Inácio de Loyola e sacramentada pela sede romana em 1599. O ensino da retórica clássica sempre foi altamente prezado nos colégios da Companhia e, observa Curtius, mesmo depois de sua decadência na cultura leiga a partir do século XIX, ainda sobreviveu tenazmente nos currículos dos noviciados.<sup>9</sup>

A retórica foi definida por Aristóteles como exercício da “faculdade de observar, em qualquer situação, os meios disponíveis de persuasão” (*Retórica*, livro I, cap. 2). Nessa proposição estão casados os fins e os meios. Os fins são políticos, no sentido amplo da palavra, que abrange os discursos proferidos na pólis, lugar de interação social por excelência, onde não faltam ocasiões para persuadir, isto é, influir no ânimo e no comportamento dos concidadãos. Os meios são as palavras e os gestos do orador. Para os discursos, *invenção*, *composição*, *elocução*. Para os gestos, *ação*. Servindo a uns e a outros, *memória*.

Para alcançar os fins, é necessário que o orador conheça e reavive os sentimentos, as ideias e os valores dos ouvintes: daí a combinação de retórica e ética, que Aristóteles considera peculiar à arte de convencer:

Há, portanto, três meios de efetuar a persuasão. O homem que se propõe dominá-los deve certamente: 1) ser capaz de raciocinar logicamente, 2) compreender o caráter e a bondade humana em suas várias formas, e 3) compreender as emoções — isto é, nomeá-las e descrevê-las para conhecer as suas causas e o modo como são excitadas. Assim vê-se que a retórica é um ramo da dialética e também dos estudos éticos.

Haveria, pois, uma dimensão específica na atividade retórica, que envolve o estudo do comportamento humano (objeto comum à ética e à psicologia, se pensarmos nos termos das ciências modernas); e uma dimensão transversal e universal, logo formal e não específica, que interessa a todos os discursos

(históricos, filosóficos, científicos), enquanto trata dos procedimentos gramaticais e estilísticos necessários à formulação dos diversos tipos de conhecimento.

A retórica, entendida filosoficamente, como fizeram Aristóteles e Isócrates, forma o cidadão justo e prestante e, ao mesmo tempo, o orador perito na arte de mover eficazmente os corações e as mentes dos ouvintes.

Não é difícil avaliar a importância dos estudos retóricos no contexto da pedagogia jesuítica. Conselheiros de príncipes, confessores de reis, rainhas e nobres das nações católicas da Europa, os inicianos precisavam exercer com vigor e constância a arte de persuadir. Em face da Reforma protestante e das novas correntes de pensamento que o Renascimento desencadeara em toda parte, os jesuítas tomaram a si a defesa da tradição e da ortodoxia romana. Foram os braços mais válidos da Contrarreforma. Na Europa era preciso combater a onda protestante — luterana e calvinista — que já subtraíra ao catolicismo nada menos que grande parte da Alemanha, da Holanda, da Suíça, da Inglaterra, da Escócia e, em pouco tempo, dos países escandinavos. Ao lado dessa luta eminentemente política e ideológica, os jesuítas, feitos precocemente missionários no Brasil e na Ásia, lançaram-se à tarefa de catequizar os nativos das regiões recém-conquistadas. Exigia-se desses militantes da Igreja a capacidade de mover os ânimos pela força da palavra. A Companhia logo percebeu que sem a educação da juventude nobre na Europa e dos nativos nas colônias, não seria possível exercer em longo prazo a sua missão. Fundaram colégios onde quer que se instalassem, mantendo nas colônias, da segunda metade do século xvi aos meados do século xviii, a tradição do humanismo clássico cuidadosamente filtrada por valores caros à ortodoxia contrarreformista.

Na obra de Vieira é possível reconhecer o uso e, às vezes, o abuso dos *procedimentos retóricos*, que provavelmente terão sido matéria de seus cursos no colégio pernambucano. E cabe ao historiador das formações simbólicas (típicas ou residuais) da cultura seiscentista perseguir os *valores* que nortearam o discurso de Vieira e motivaram a eleição daqueles procedimentos. Fins e meios, motivações e formas, ganham em ser analisados na sua ação recíproca.

São poucas as notícias que temos da docência do jovem estudante, que só receberia a ordenação de presbítero em dezembro de 1634, pouco antes de completar 27 anos de idade. Sabe-se que não se restringiu ao ensino de retórica o seu magistério nos colégios da Companhia. Na Bahia foi designado professor de filosofia e de teologia, o que significa uma intensa leitura da *Suma teológica* de Santo Tomás, a autoridade por excelência recomendada na *Ratio Studiorum*.<sup>10</sup> Faziam parte igualmente do cânon teológico alguns autores da Patrística grega, nomeadamente São Basílio, São Gregório Nazianzeno e São João Crisóstomo. Santo Agostinho era a fonte principal da Patrística latina, seguido de Tertuliano, ambos fartamente citados nas homilias do tempo. As Escrituras eram lidas na versão latina de São Jerônimo, a Vulgata, a que o Concílio de Trento conferira a

máxima autoridade. Não se sabe ao certo se Vieira tinha familiaridade com o texto grego dos Setenta, ou se as suas citações são de segunda mão.<sup>11</sup>

Dos clássicos latinos a Ratio aconselhava, em primeiro lugar, Virgílio, cuja fama de poeta pré-cristão atravessara a Idade Média, conhecendo seu momento alto quando Dante lhe atribuiu a missão de guiá-lo através do Inferno e do Purgatório. Dentre os prosadores a escolha recaía nos escritos morais de filiação estoica extraídos de obras de Cícero e Sêneca. Historiadores eram César, Tito Lívio e Salústio. Na biografia de André de Barros há menção a comentários a textos de Sêneca, que Vieira teria redigido quando docente de filosofia. De todo modo, o modelo estilístico sempre reproposto seria a prosa de Túlio, como tantas vezes era nomeado Cícero. “Nas orações”, ordena a Ratio Studiorum, “leia-se unicamente Cícero; na teoria, além de Cícero, também Quintiliano e Aristóteles.” E, o que pode parecer estranho, as *Metamorfoses* de Ovídio são lembradas como particularmente caras ao jovem professor de filosofia. Expurgado pudicamente de seus versos eróticos, Ovídio desfrutava da reputação de poeta brilhante e ameno divulgador da mitologia e da história grega e romana.<sup>12</sup>

Erraria, porém, quem visse apenas amor à erudição clássica e aos estudos teológicos nesse Vieira precoce mestre das disciplinas fundamentais do currículo jesuítico. Paralelamente à formação humanística, o noviço, e depois o sacerdote recém-ordenado, encetou a sua atividade missionária com o ímpeto e o empenho que o marcariam durante toda a vida. Verdadeira, ou apenas atribuída, a sua promessa de dedicar-se inteiramente à evangelização dos índios, feita quando ingressou no colégio, correspondeu a grande parte de sua vida no Brasil, decerto a mais bela e generosa. Os superiores, porém, não teriam consentido no caráter exclusivo dessa vocação missionária. Vieira submeteu-se por obediência, considerada por Inácio de Loyola a suprema virtude dos postulantes ao sacerdócio na Companhia. Mas não desistiu do seu intento apostólico visitando assiduamente todas as aldeias indígenas da Bahia administradas pelos jesuítas. Aprendeu o tupi, que, segundo seu testemunho, dominava tanto quanto o português.<sup>13</sup>

Como pregador Vieira estreou na Bahia na quarta domingo da Quaresma de 1633, ainda antes de ordenado presbítero. Segundo João Lúcio, “é provável que já antes tivesse começado a exercitar-se nas aldeias, e então para ser compreendido dos índios se serviria da língua deles”.<sup>14</sup>

Nos primeiros sermões prevalece a fusão de retórica bélica desencadeada pelo receio de novas arremetidas dos holandeses, senhores de Pernambuco, e expressões de religioso horror ao eventual triunfo dos hereges, cuja violência iconoclasta ainda estava na memória dos que tinham sofrido a invasão de 1624. A iminência do perigo, a narração expressionista dos seus males, o repto à resistência dos colonos bem como os rogos ao auxílio divino serão uma constante

no sermão político-religioso de Vieira nesse período turbulento de nossa vida colonial.

Nas ocasiões em que as esquadras holandesas eram rechaçadas, a linguagem é jubilosa, embora os agradecimentos aos céus pelas vitórias dos colonos venham, com prejuízo da caridade cristã, alternados com expressões de vingança contra os invasores. Mas quando, em 1640, o assédio holandês saqueara o Recôncavo e o ataque à cidade parecia fatal, o orador chega ao ponto de invectivar Deus acusando-o de ter abandonado as armas portuguesas e entregado a Bahia à impiedade dos hereges. *Exurge! Quare obdormis, Domine? Levanta-te! Por que dormes, ó Senhor?* — é o mote extraído do salmo 43 ressoando por todo o sermão que passou à História com o nome de *apóstrofe atrevida*.<sup>15</sup>

Ponto obscuro, se não controverso, é a relação do jovem pregador com o sebastianismo. Os jesuítas, uns aberta, outros cautamente, teriam alimentado a crença na volta do rei desaparecido nas areias de Alcácer Quibir. Insatisfeita com a tirania castelhana, a maioria dos inicianos esperava pela restauração da soberania portuguesa, vindo a apoiar o movimento que levou o duque de Bragança ao trono sob o nome de d. João iv.

A atitude de Vieira ao longo da década de 1630 parece ter sido dúbia. Aceitou publicamente o domínio dos Filipes, mas não pôde ignorar as fortes motivações nacionais que levaram tantos de seus compatriotas a ver na figura mítica de d. Sebastião uma esperança de libertação. O *Sermão de São Sebastião*, pregado na festa do santo em janeiro de 1634, é interpretado pelo mesmo notável biógrafo acima citado como sátira ao sebastianismo. Tenho, porém, dificuldade de acompanhá-lo nessa apreciação. São muitos e apertados os laços que no sermão prendem a imagem do mártir, “na opinião morto, mas na realidade vivo”, com Sebastião, o Encoberto, que aparece no exórdio. Que Vieira tenha, poucos anos depois, pregando aos reis em Portugal, desprezado a “crença dos sebastianistas”, no seu afã de identificar em d. João iv a pessoa mesma do Esperado, entende-se, quer como estratégia política, quer como imaginação exaltada, que no futuro lhe causaria os maiores reveses.

Com a Restauração uma nova e ampla esfera de ação abre-se para Vieira. Os méritos de orador e conhecedor da situação da colônia o acreditam junto ao novo governador, d. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão. No *Sermão da visitação*, o pregador faz o elogio do mandatário real e aproveita o ensejo para acusar as mazelas das administrações passadas, ineptas e corruptas. O marquês, conquistado pelo que d. João iv chamaria mais tarde de “lábria” de Vieira, dá-lhe lugar de honra na comitiva que, chefiada por seu filho, d. Fernando Mascarenhas, levaria ao rei a notícia da sua adesão ao trono restaurado. A nau parte da Bahia aos 27 de fevereiro de 1641. A viagem foi acidentada, como seriam tantas outras que Vieira empreenderia por mar como diplomata e missionário. Uma tempestade arrastou a nau fazendo-a aportar em Peniche antes de chegar a



Lisboa. Nem bem salvo das intempéries, d. Fernando foi agredido pela população que o tinha por traidor e aliado dos castelhanos. Só a intervenção prestante do governador da praça, o conde de Atouguia, pôde livrar d. Fernando, Vieira e o padre Simão de Vasconcelos, que os acompanhava. Provada a fidelidade dos náufragos à nova ordem, puderam todos partir para Lisboa, onde foram recebidos calorosamente por d. João iv.

o embaixador de d. João iv. projetos  
econômicos e políticos. o defensor  
dos judeus e dos cristãos-novos (1641-52)

Começara para Vieira uma nova missão: a de conselheiro do rei, não só o político palaciano e o embaixador de gestões tortuosas e destinadas ao malogro, mas também o estadista capaz de conceber projetos de grande envergadura, posto que temerários.

A admiração de d. João iv pelo talento de Vieira deve ter sido imediata. Criou-se entre o rei e o sacerdote um elo pessoal bastante forte para resistir a conjunturas difíceis em que, provavelmente a contragosto, nem sempre pôde o primeiro atender aos conselhos do segundo. Mas as provas de amizade e confiança superaram também esses percalços. Lembro uma entre muitas: quando se acirrou o conflito entre Vieira e a Companhia a propósito da divisão da província portuguesa, a ponto de os superiores o ameaçarem de expulsão, d. João iv ofereceu-lhe nada menos que um bispado, honraria dignamente recusada pelo nosso jesuíta, que se manteve fiel ao voto de obediência perpétua à sua

Ordem. <sup>16</sup> Tais e tantas mostras de consideração régia foram largamente retribuídas por Vieira, que não hesitou em transpor para a pessoa de d. João iv, enquanto vivo e depois de morto, a crença na volta e na ressurreição de d. Sebastião.

Os anos que medeiam entre a chegada de Vieira a Lisboa e a sua partida para o Maranhão (1641-52) foram marcados por uma atividade febril. O orador sacro, elevado a pregador do Paço e valido do rei, descobria em si o arquiteto da política no xadrez das potências europeias. O fato é que Portugal restaurado, mas sangrado, precisava absolutamente estreitar relações estratégicas com a França com a própria inimiga Holanda, sob pena de regressar à sujeição castelhana e perder parte do seu império tão duramente conquistado na América, na África, na Ásia. O zelo imoderado da pátria, que Vieira confessava como sua paixão avassaladora, guiou (e não raro transviou) o embaixador de d. João iv em suas viagens à França, à Holanda e aos domínios pontifícios.

Mas esse mesmo zelo abriu-lhe o entendimento e dele fez um persistente defensor da “gente de nação”, como eram chamados os judeus e os cristãos-novos. Se nada restou das suas manobras diplomáticas, certamente a luta nunca

esmorecida pela reforma dos “estilos” do Santo Ofício português em favor dos judeus perseguidos o torna credor de nossa estima, se é justo que nos arroguemos o direito de ser membros do tribunal da História.

Convém começar pelos fins últimos. A razão de ser do Vieira diplomata e conselheiro de ousados projetos econômicos e políticos, que incluíam a defesa dos judeus e cristãos-novos, era uma só: consolidar a restauração de Portugal e erguê-lo à categoria de potência colonial então ameaçada pelos Estados concorrentes, dentre os quais a Holanda era decerto o mais temível. No decênio de 1640 esses objetivos foram perseguidos mediante a procura de alianças matrimoniais do príncipe d. Teodósio, herdeiro do trono e pupilo de Vieira, com princesas ou nobres de altos títulos da França, da Áustria e até mesmo da Espanha. Tudo em vão. Foram recusadas todas as propostas mediadas por Vieira e pelos embaixadores de Portugal junto aos respectivos governos. O Estado português, assediado nas fronteiras pela Espanha e nas colônias pela Holanda, parecia não ser um bom partido para as casas reais europeias.<sup>17</sup>

Vieira percebeu sagazmente que se faziam necessários meios mais potentes para fortalecer de maneira duradoura a situação da pátria. Como familiar do monarca, propôs a criação de uma Companhia das Índias Ocidentais, a exemplo das congêneres inglesa e holandesa. O projeto carecia de fortes cabedais, que Vieira esperava obter de empréstimos dos mercadores cristãos-novos ainda residentes em Portugal ou aninhados em cidades francesas e flamengas, Rouen, Bordeaux, Nantes e Amsterdam, Haia e Antuérpia. A dificuldade maior consistia na ação antisemita da Inquisição, particularmente intensa e arbitrária em Portugal. Era no Santo Ofício e na mentalidade difusa entre nobres e clero que se entrincheiravam os maiores inimigos da empresa. O projeto, se executado, impediria a expulsão dos judeus e o confisco de seus bens.

Na *Proposta feita a el-rei d. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do Reino, e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa*, datada de 3 de julho de 1643, Vieira começa demonstrando a condição precária em que se encontrava Portugal, havia pouco restaurado em sua soberania. Dependendo do resultado do conflito franco-espanhol, o reino não estava em nenhum caso assegurado. Vitoriosa Castela, os inimigos estariam à porta. Vitoriosa a França, não haveria por que confiar em uma nação “naturalmente inconstante, inquieta, amiga de novidades e fácil de corromper-se por dinheiro”<sup>18</sup> E se ambas as nações contratassem paz entre si, nem por isso Portugal ficaria livre de uma perfídia de uma ou de outra, “porque nenhum segue mais leis que as da conveniência própria. Imaginar o contrário é querer emendar o mundo, negar a experiência, e esperar impossíveis”<sup>19</sup> Fala aqui o jesuíta em termos que Maquiavel teria subscrito sem hesitação.

Como observador político, pondera: “O poder próprio em que se funda a conservação de Portugal, ou são as forças interiores do reino, ou as exteriores das conquistas; e nenhuma por si, nem ambas juntas são bastantes a o conservar naturalmente, no caso em que tenhamos guerra com Castela, de que se não pode duvidar”<sup>20</sup> Acusava, em seguida, a vulnerabilidade do reino e das colônias da América, da África e da Ásia. O resultado da escassez de numerário e de forças armadas era o desprestígio sofrido pelos portugueses em toda a Europa.

Mas Vieira propõe com desassombro um remédio que supriria tantas faltas: o dinheiro dos mercadores judeus e cristãos-novos então espalhados por tantas províncias da Europa. Evadiram-se, quantos puderam, de um Portugal sujeito aos estilos do Santo Ofício, mas regressariam de bom grado se lhes fosse garantida a proteção régia. Vieira pinta o quadro de um futuro reino poderoso, capaz de refrear a cobiça de Castela e as arremetidas holandesas. Um reino que, sem temor de contaminar a pureza da fé católica, seguiria os salutares exemplos da França de Luís xiii, o Justo, do novo rei, Luís xiv, do Sacro Império, da república de Veneza, dos duques de Florença e, finalmente, do próprio sumo pontífice, que ignorava a distinção de cristãos-novos e cristãos-velhos e consentia que se celebrassem ritos judaicos na mesma Roma, onde eram públicas as sinagogas.<sup>21</sup>

Os argumentos parecem todos econômicos ou políticos. Mas, já prestes a pôr fecho no seu discurso, Vieira nos surpreende ao cavar um veio religioso, que iria alargar-se com o tempo na sua obra profética. Para a graça nada é impossível. Da mesma nação perseguida “há e houve em todas as idades da Igreja Católica muitos homens santos e doutos, que com a pureza da vida e verdade da doutrina a ilustraram, e muitos que com o seu mesmo sangue a ajudaram a plantar e defender”. Refere-se aos hebreus conversos nos primeiros anos do cristianismo, e poderia alegar como primeiro modelo o nome de Paulo de Tarso, que de zeloso fariseu e perseguidor acérrimo dos cristãos se tornara o apóstolo dos gentios. Mas vai além a sua apologia da gente de nação, “porque enfim desta nação foram os sagrados apóstolos e a Virgem Santíssima”. E, subindo ao clímax da argumentação:

Este foi o sangue que o Filho de Deus se dignou tomar para preço da nossa redenção e união da sua divindade, que é uma razão que entre todas deve mover muito a clemência de Vossa Majestade, para se compadecer da miséria dessa gente e procurar o remédio ou de sua inocência nos bons, ou de sua cegueira nos maus, devendo-se esperar com muito fundamento que por meio do favor, que Vossa Majestade lhes fizer, se alcance deles o que pela severidade do rigor se não tem conseguido.<sup>22</sup>

Estamos ainda em 1643. Vieira deixa, porém, entrever a sua crença milenarista escorada nas trovas de Bandarra, não citado abertamente, mas

subentendido nesta alusão às “nossas profecias” e ao “rei encoberto”: “Porque além de ser de fé, que toda esta nação se há de converter, e conhecer a Cristo, as nossas profecias contam esta felicidade entre os prodigiosos efeitos do milagroso reinado de Vossa Majestade; porque dizem que ao rei encoberto virão ajudar os filhos de Jacó, e que por meio deste socorro tornarão ao conhecimento da verdade de Cristo, a quem reconhecerão e adorarão por Deus”<sup>23</sup> Os desdobramentos dessas proposições viriam nas *Esperanças de Portugal*, na *História do futuro* e, cabalmente, em *A chave dos profetas* [*Clavis prophetarum*].

Pregando na festa de São Roque, em 21 de agosto de 1644, Vieira repete os argumentos favoráveis à gente de nação e torna público o seu conselho a d. João iv de se fundarem duas companhias de comércio, uma ocidental, outra oriental, para abater o poder naval e mercantil dos holandeses. Dessa proposta, a que ele voltará mais de uma vez, o resultado foi a criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil em 1649, um dos raros êxitos das iniciativas do infatigável inaciano.

Em 1645 complica-se a relação de Portugal com os Estados-Gerais neerlandeses. A trégua concertada entre as partes na Europa fora rompida com os primeiros surtos da insurreição dos colonos em Pernambuco. Vieira era do partido dos que julgavam necessário comprar a paz com o inimigo, e, de fato, já se chegara a alvitar a quantia de 3 milhões de cruzados para resgatar Pernambuco e fazer voltar as terras ocupadas ao domínio da Coroa. Mas, divididos entre largar a presa e sustentá-la com as suas armas ainda prestantes, as autoridades holandesas mostraram-se esquivas, pois toda a empresa revelava-se insegura. D. João iv confiou então a Vieira a espinhosa missão de convencer os holandeses da necessidade da paz e do resgate. A embaixada deu-lhe a ocasião de tratar de perto com mercadores judeus de Rouen, Haia e Amsterdam, que dispunham de cabedais para emprestar ao rei com que comprasse trigo, então escasso em Portugal, e navios. Igualmente alguns abastados cristãos-novos, que pelo temor do Santo Ofício português se haviam expatriado, poderiam concorrer com a garantia de futuras contribuições capazes de lastrear o projeto de fundar a companhia de comércio do Brasil.

Notável é a *Proposta que se fez ao sereníssimo rei d. João IV a favor da gente de nação sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco, em 1646*.<sup>24</sup> O texto abre-se com uma insinuante *captatio benevolentiae*, tecendo elogios à Inquisição, “santo tribunal”. Mas o que segue é uma cerrada crítica aos “gravísimos inconvenientes” que os estilos da “Fortaleza do Rossio” estavam acarretando “assim no temporal como no espiritual do Reino”.

Inconveniente palpável era o despovoamento do reino: homens que se exilavam, famílias deixadas na pobreza por obra de injustos confiscos. Inconveniente visível era a quebra no comércio com a conseqüente escassez de dinheiro nas praças e diminuição das rendas particulares e públicas.

Inconveniente desastroso era a fuga dos capitais para nações estrangeiras que deles se aproveitavam para atacar Portugal por terra (os castelhanos) ou por mar (os holandeses nas “Conquistas”, como Vieira chama as colônias). Inconveniente no plano espiritual, pois as crianças que fugiam com os pais para terras onde predominava a heresia não teriam oportunidade de se batizarem ou se converterem ao catolicismo. Os cristãos-novos, lançados fora de Portugal, retornariam à fé judaica ou passariam às seitas protestantes.

Mas o que mais se deplora é o “estilo” de um tribunal que se vale de denunciamentos suspeitos, presunções de culpa que não são delitos provados, testemunhas falsas, confissões e delações extorquidas à força. Convém lembrar que o século de Vieira é ainda o de autos de fé e do espetáculo atroz de judeus verdadeiros ou supostos condenados à fogueira. Em 15 de dezembro de 1647 seria queimado vivo o jovem Isaac de Castro Tartas, cuja firmeza na fé judaica na hora do martírio lhe granjeou o título de mártir. E em setembro de 1652 seria levado ao cadafalso Manuel Fernandes Vila Real, com quem Vieira conversara sobre os cristãos-novos por ocasião de sua estada em Paris. A certa altura, invocando a palavra indignada do profeta Isaías, o autor da *Proposta* cita esta passagem de protesto e dor: “Ai dos que promulgam leis iníquas! E ai dos que escreveram a injustiça para em juízo oprimirem os pobres e fazerem violência à causa dos humildes do meu povo, para fazerem das viúvas a sua presa e lhes arrebatarem os filhos! Que fareis no dia da visita e da calamidade, que de longe vem caminhando?” <sup>25</sup>

Vieira não hesita em transpor o texto da Escritura para a situação contemporânea, como o faria inúmeras vezes nos sermões e nas obras proféticas: “Ponderem-se bem estas palavras e a consequência de todo o texto, e achar-se-á que os ministros de que falam são aqueles que têm por ofício julgar o povo, que antigamente foi de Deus [alusão inequívoca ao povo judeu tido por eleito], e que por sua obstinação o condenam a fogo e lhe confiscam os bens”.

Para contrastar tantas e tamanhas inconveniências Vieira dirige o discurso para a *pars construens* da argumentação. Em face dos males faz-se mister o remédio das conveniências, no caso o atendimento aos pleitos dos mercadores judeus que, se bem acolhidos, retornariam a Portugal trazendo de volta os seus bens e a sua estimável prática nas lides do comércio.

A três pleitos, diz Vieira, se reduz o que desejam os homens de nação: em primeiro lugar, transparência pública na administração da justiça; em segundo lugar, a isenção de fiscos em suas fazendas (aqui afirma, de passagem, que os rendimentos extraídos dos confiscos não chegavam às mãos do soberano); enfim, a supressão das distinções entre cristãos-novos e cristãos-velhos “nem quanto ao nome, nem quanto aos ofícios e isenções”, seguindo nesse ponto a máxima do apóstolo Paulo: “Em verdade não há distinção entre judeu e grego, pois é o mesmo o Senhor de todos, dadivoso para com todos que o invocam” <sup>26</sup>

Em seguida, vai o autor desdobrando e, aqui e ali, retificando o que pudesse parecer excessivo na proposta. Quanto ao fisco, por exemplo, que sejam dele isentos os mercadores judeus residentes fora de Portugal, pois será essa regalia uma isca para que apliquem seus capitais no reino. E, dentre os que ainda moram em Portugal, sejam beneficiados excepcionalmente os homens de negócios. No caso de a Inquisição perder parte dos recursos com que sustenta os seus ministros, lembra Vieira as pensões dos bispados e as outras rendas eclesiásticas “que serão mais decentemente despendidas nestes usos, que divertidas [desviadas] a outros meramente leigos”.

Outras medidas atestam o descortino de Vieira e surpreendem pela sua força contraideológica. Que fossem permitidos os casamentos mistos entre cristãos-novos e cristãos-velhos ou entre estes e judeus respeitosos da fé e da monarquia restaurada. Que aos mercadores se conferissem cartas de nobreza, sem dúvida um duro golpe assestado contra a fidalguia antisemita, de resto, em alguns casos, conivente com Castela. Enfim, que cessassem os exames destinados a apurar a “pureza” do sangue do acusado e dos seus ascendentes; a inquirição deveria incidir exclusivamente na crença dos suspeitos de palavras ou hábitos judaizantes. Transferia-se assim para o arbítrio e a consciência individual o que a praxe do Santo Ofício centrava na identidade racial.

Os contatos de Vieira durante a sua missão holandesa (dezembro de 1647 a agosto de 1648) não se restringiram a entendimentos com mercadores judeus e cristãos-novos. No processo que lhe moveria o Santo Ofício quinze anos depois, ele menciona o fato de ter assistido, na sinagoga de Amsterdam, à prédica do rabino Manasses ben Israel. Reacendeu-se então no jesuíta exercitado em disputas escolásticas o desejo de discutir matérias teológicas, dessa vez com um mestre do Velho Testamento. Deixando de lado as divergências mais fundas, não parece temerário supor que ao menos um ponto comum restou do confronto: *a crença no advento de um reino messiânico universal que antecederia o dia do Juízo*. Vieira teria igualmente incorporado ao seu discurso profético a esperança na volta e reintegração das dez tribos de Israel dispersas desde as deportações ordenadas pelo rei assírio Salmanazar v, em 722 a.C. (O relato bíblico do triste fim do reino de Israel está no Segundo Livro dos Reis, cap. 17.)<sup>27</sup> O tribunal da Inquisição não lhe perdoaria essa coincidência com os “milenários judaizantes”.

Regressando a Lisboa, amargurado pelo insucesso das embaixadas na França e na Holanda, Vieira ainda procurou o valimento de d. João iv. O monarca se mostrava respeitoso e afável com o seu leal conselheiro, mas não o secundou na proposta de vender Pernambuco aos holandeses, aliás rejeitada pela corte e pelo sentimento patriótico que a insurreição dos colonos despertara no reino. Não seria, no entanto, absoluta a derrota dos seus planos: em 1649 fundava-se a Companhia Geral de Comércio do Brasil parcialmente financiada com capitais de mercadores judeus e cristãos-novos isentos do fisco, de acordo com a

proposta feita ao rei. “Inscreveram-se os cristãos-novos mais ricos, juntando cerca de 1,3 milhão de cruzados de capital.”<sup>28</sup> A isenção, que o Santo Ofício impugnara drasticamente, chegando a pleitear em Roma a sua revogação, acabaria sendo mantida, *de facto*, se não *in verbis*, por d. João iv. No mesmo ano de 1649 há indícios de que Vieira concebia a sua *História do futuro*, que só viria a redigir sob a ameaça do processo inquisitorial nos primeiros anos da década de 1660.<sup>29</sup>

Prova de que ainda desfrutasse da confiança do soberano seria a sua última e não menos desafortunada missão diplomática. Desta vez, a temeridade vinha do próprio rei, da rainha e de seus íntimos na corte. Tratava-se de obter o consentimento de Filipe iv para casar sua filha, Maria Teresa, com d. Teodósio, herdeiro do trono português. Em troca de tão difícil aliança, que asseguraria a paz entre os reinos da península, Portugal aceitaria voltar a unir-se com Castela, fusão que seria apenas provisória (na imaginação dos proponentes). Mas não se limitava a esse contrato matrimonial o plano, o seu tanto maquiavélico, que Vieira deveria agenciar em Roma, onde assistia o embaixador de Castela, duque do Infantado e interlocutor, nesse caso, apropriado. Ao mesmo tempo que se discutiria o acordo, Vieira deveria dar mostras do apoio tático português aos nobres napolitanos que se dispunham a afrontar o jugo espanhol. “Turva missão”, assim qualifica João Lúcio de Azevedo as gestões de Vieira. Confiando no abalo que Filipe iv sofreria com a sublevação de Nápoles, o emissário de d. João iv esperava que Castela julgasse ser então bem-vinda uma aliança com o trono português. Vãs esperanças. O duque do Infantado, sabedor das manobras de Vieira, literalmente se enfureceu exigindo do geral da Companhia que expulsasse o quanto antes de Roma o atrevido jesuíta, sobre o qual deixava claro que pendia ameaça de morte. Era o dobre de finados da atividade diplomática de Antônio Vieira.

#### a ascensão do pregador

Em feliz contraponto com os altos e baixos que conheceu o emissário de d. João iv nas cortes europeias, o Vieira pregador obteve êxito crescente desde sua estreia na capela real no dia do Ano-Bom de 1642. Passam de cinquenta os sermões que, a partir dessa data, proferiu em Lisboa até sua volta ao Brasil no final de 1652. A vida movimentada de embaixador da Coroa e os projetos de longo alcance que pontuaram esse período não o impediram de compor homilias eloquentes, elaboradas muitas vezes para defender os seus ideais de servidor do rei ou denunciar a mesquinhez dos cortesãos, oponentes e rivais. Transcrevo em seguida o elenco dos sermões pregados em Lisboa entre 1642 e 1652. Estão dispostos cronologicamente segundo a ordem que lhes deu Margarida Vieira

Mendes, no apêndice ao seu excelente *A oratória barroca de Vieira*.<sup>30</sup>

*Sermão dos Bons Anos, Sermão do Santíssimo Sacramento, Sermão das quarenta horas, Sermão de São José, Sermão das dores da Virgem, Sermão de São Roque, Sermão de Santo Antônio* (todos em 1642); *Sermão de São José, Sermão do mandato, Sermão de todos os santos* (em 1643); *Sermão da primeira sexta-feira da Quaresma, Sermão de São João Batista, Sermão de São Pedro, Sermão da glória de Maria, Sermão de São Roque, Sermão de Santa Teresa, Sermão da terceira domingo do Advento, Sermão de São João Evangelista, Sermão do mandato* (em 1644); *Sermão do Santíssimo Sacramento, Sermão da exaltação da cruz, Sermão do bom sucesso, Sermão das obras de misericórdia* (em 1645); *Sermão das chagas de São Francisco* (em 1646), *Sermão da primeira oitava da Páscoa, Sermão da bula da santa cruzada* (em 1647); *Sermão do Rosário, Sermão do 22o domingo depois de Pentecostes* (em 1648); *Sermão de Santo Agostinho, Sermão da primeira sexta-feira da Quaresma, Sermão das exéquias de dona Maria de Ataíde, Sermão das exéquias de d. Duarte, Sermão de São Roque (havendo peste)* (em 1649); *Sermão do mandato, Sermão do primeiro domingo do Advento ou Sermão do Juízo, Sermão do segundo domingo do Advento, Sermão do terceiro domingo do Advento, Sermão do quarto domingo do Advento* (em 1650); *Sermão da primeira sexta-feira da Quaresma, Sermão do segundo domingo da Quaresma, Sermão da terceira quarta-feira da Quaresma, Sermão do demônio mudo, Sermão do quinto domingo da Quaresma, Sermão de Nossa Senhora da Graça, Sermão das exéquias do conde de Unhão, Sermão de Santa Iria, Sermão do primeiro domingo do Advento* (em 1651); *Sermão da segunda-feira depois do segundo domingo da Quaresma, Sermão do quarto sábado da Quaresma, Sermão de São Roque, Sermão da degolação de São João Batista, Sermão de Nossa Senhora da Penha de França, Sermão do nascimento da Mãe de Deus, Sermão do décimo sexto domingo depois de Pentecostes* (em 1652).

Alguns desses sermões tornam-se mais inteligíveis se postos em relação com as vicissitudes sofridas pelo homem francamente político que foi Vieira nessa quadra da vida. Repontam em mais de uma passagem argumentos que visam a denunciar a pobreza moral da vida na corte, onde o status e o dinheiro acabam injustificando aqueles cujo mérito reside apenas no amor da pátria. Se fizermos abstração dos inveterados prejuízos correntes na sociedade de estamentos que era o Portugal do Seiscentos, poderemos incorrer no anacronismo de entrever, nesses passos tão ardidados, o germe de princípios igualitários que tardariam mais de um século para abalar o Antigo Regime em toda a Europa. Parece mais acertado ouvir nessas reivindicações do orador os ecos do universalismo cristão, que prega a fraternidade entre todos os homens, filhos do mesmo Deus, “que não faz acepção de pessoas”, e exalta os pobres e humildes. Estes herdarão o reino em oposição ao “príncipe deste mundo”, senhor de todas as riquezas e poderes com que tentou a Cristo.



Os sermões proferidos no Advento, tempo litúrgico propício a visões apocalípticas com ênfase na esperança da ressurreição final, trazem ao primeiro plano a sabedoria do julgamento divino, que não faz distinção de ricos e pobres, nobreza e povo, mas avalia tão somente a fé e as obras que cada homem cumpriu na vida passada. Ao falar dessa hora de absoluta isenção, Vieira segue de perto o ativismo da doutrina jesuítica que encarecia a prática das boas obras e o uso diligente do *tempo* concedido a cada um. Tempo fugaz e irreversível. Tempo que “não tem restituição alguma”, tempo cujo desprezo pelos omissos e negligentes é o maior dos pecados. Estamos no polo oposto ao quietismo de Miguel de Molinos tão encarniçadamente perseguido pelos inicianos que obteriam de Roma a sua condenação:

Desçamos a exemplos mais públicos. Por uma omissão perde-se uma maré, por uma maré perde-se uma viagem, por uma viagem perde-se uma armada, por uma armada perde-se um Estado: dai conta a Deus de uma Índia, dai conta a Deus de um Brasil, por uma omissão. [...] Oh que arriscado ofício é o dos príncipes e o dos ministros! Está o príncipe, está o ministro divertido, sem fazer má obra, sem dizer má palavra, sem ter mau nem bom pensamento: e talvez naquela mesma hora, por culpa de uma omissão, está cometendo maiores danos, maiores estragos, maiores destruições, que todos os malfeitores do mundo em muitos anos. O salteador na charneca com um tiro mata um homem; o príncipe e o ministro com uma omissão, matam de um golpe uma monarquia. Estes são os escrúpulos de que se não faz nenhum escrúpulo; por isso mesmo são as omissões os mais perigosos de todos os pecados.<sup>31</sup>

Pode-se supor quantas alusões indiretas estariam disseminadas nessas catilinárias contra os ministros que emperravam a execução de projetos que Vieira julgava indispensáveis à salvação do reino.

Leia-se na íntegra este *Sermão da primeira domingo do Advento* pregado na capela real em 1650, ano que marca o ponto mais baixo dos reveses do diplomata acossado pelos seus inimigos palacianos. É chegada a hora do julgamento final:

Grandes cousas e lastimosamente grandes haverá que ver e considerar naquele ato da ressurreição universal! Mas entre todas as considerações a que me parece mais própria deste lugar, e mais digna de sentimento, é esta. E quanta gente bem-nascida se verá naquele dia mal ressuscitada! Entre a ressurreição natural e a sobrenatural há uma grande diferença: que na ressurreição natural cada um ressuscita como nasce; na ressurreição sobrenatural, cada um ressuscita como vive. Na ressurreição natural nasce

Pedro e ressuscita Pedro; na ressurreição sobrenatural nasce pescador e ressuscita príncipe. *Sebeditis in regeneratione judicantes duodecim tribus Israel* [Estareis sentados no dia da regeneração julgando as doze tribos de Israel — Mt 19,28]. Oh que grande consolação esta para aqueles a quem não alcançou a fortuna dos altos nascimentos!

O lugar, a que se refere o orador, e onde se acham os ouvintes, é a capela real, com d. João iv, a nobreza e o alto clero presentes. A esses destinatários, que se creem “bem-nascidos”, dirige Vieira o discurso em que os adverte da isenção divina no *dies irae* universal. A eles contrapõe Pedro e os apóstolos, homens de modestíssima condição que Deus fará juizes das doze tribos de Israel. A desigualdade, a “malsofrida desigualdade”, obra da natureza, é compensada pela equidade na hora da ressurreição: “Não se faz agravo na desigualdade do nascer, a quem se deu a eleição de ressuscitar. A ressurreição é um segundo nascimento com alvedrio”. Quando forem separados o trigo e o joio, de nada valerá ter nascido fidalgo. O pregador não exclui ninguém e tem a ousadia de indigitar, entre os que podem ser condenados, a reis e príncipes, papas e bispos, gente de toda casta. Tudo indica que o púlpito fosse na época uma tribuna relativamente livre de censura em uma nação vigiada por todos os lados e modos.

Fala o tomista que postula a força do livre-arbítrio, o “alvedrio”, graças ao qual o desvalido de berço, trilhando o caminho da virtude, alcançará a regeneração eterna. Decorrência dessa prometida mudança final de estado é o elogio das obras e a execração do ócio. “No nascimento somos filhos de nossos pais, na ressurreição seremos filhos de nossas obras.”

Viria da condição apenas remediada dos pais e antepassados a ambivalência do pregador em relação à nobreza, ora tratada com público respeito, ora desqualificada enquanto simples filiação? Qualquer que fosse a motivação dessa dualidade, o fato é que a exaltação do pobre estava escorada nos Evangelhos, começando pela simplicidade do lar do carpinteiro José e confirmando-se na condição de pescadores da maioria dos primeiros apóstolos. Vieira explora o tema da identidade de João Batista instado a dizer *quem é* pelos emissários do Templo. A resposta do profeta não se funda na substância do nome, mas na ação do verbo: *Sou a voz que clama no deserto*. A identidade se faz e se mostra somente pelo *ato de clamar*, e não mediante referência aos pais ou ascendentes (sou filho de..., da tribo de...), como era praxe antiga, e não só judaica, de autoneamar-se. “Só de suas ações formou a sua definição: *Ego Vox clamantis*.” Daí à apologia das obras e à relativização do status herdado vai um passo. Que é dado por um dos sermões da terceira domingo da Quaresma:

Muito tempo há que tenho dous escândalos contra a nossa gramática portuguesa nos vocábulos do nobiliário. A fidalguia chamam-lhe qualidade, e chamam-lhe sangue. A qualidade é um dos dez predicamentos a que

reduziram todas as cousas os filósofos. O sangue é um dos quatro humores de que se compõe o temperamento do corpo humano. Digo, pois, que a chamada fidalguia não é somente qualidade, nem somente sangue; mas é de todos os dez predicamentos, e de todos os quatro humores. Há fidalguia que é sangue, e por isso há tantos sanguinolentos; há fidalguia que é melancolia, e por isso há tantos descontentes; há fidalguia que é cólera, e por isso há tantos malsofridos e insofríveis; e há fidalguia que é fleuma, e por isso há tantos que prestam para tão pouco. De maneira que os que adoecem de fidalguia, não só lhes peca a enfermidade no sangue, senão em todos os quatro humores. [...] Há fidalguia que é sustância, porque alguns não têm mais sustância que a sua fidalguia; há fidalguia que é quantidade: são fidalgos porque têm muito de seu; há fidalguia que é qualidade, porque muitos, não se pode negar, são muito qualificados; há fidalguia que é relação: são fidalgos por certos respeitos; há fidalguia que é paixão: são apaixonados de fidalguia; há fidalguia que é *ubi*: são fidalgos porque ocupam grandes lugares; há fidalguia que é sítio, e desta casta é a dos títulos, que estão assentados, e os outros em pé; há fidalguia que é hábito: são fidalgos porque andam mais bem-vestidos; há fidalguia que é duração: fidalgos por antiguidade. E qual destas é a verdadeira fidalguia? Nenhuma. A verdadeira fidalguia é ação. Ao predicamento da ação é que pertence a verdadeira fidalguia. *Nam genus, et proavos, et quae non fecimus ipsi, vix ea nostra voco*, disse o grande fundador de Lisboa [Nota de Vieira: Ulysses apud Ovidium, *Metamorf.* Trad.: “Pois com muito custo chamo nossos a stirpe, os antepassados e as coisas que nós próprios não fizemos”]. As ações generosas, e não os pais ilustres, são as que fazem fidalgos. Cada um é suas ações, e não é mais nem menos, como o Batista: *Ego vox clamantis in deserto*.<sup>32</sup>

O conceito de *fidalgua* conhece, nessa passagem, um alto número de predicados. Mas vale a pena observar que, tratando-se de um *conceito predicável*, a riqueza de suas determinações, ou seja, a sua compreensão (as notas que compõem o significado) não é arbitrária ou fantasiosa, como se poderia esperar de um *conceito* barroco. Há uma lógica interna nessa invenção das características da fidalguia. O discurso é cerrado e leva à conclusão de que, por mais variados que sejam os modos de ser da fidalguia, uma só é a verdadeira, aquela que deriva das obras e não do sangue ou dos bens materiais. Salvo melhor juízo, essa é uma posição contraideológica, na medida em que contrasta o preconceito então corrente do caráter natural e substancial do estamento. O pregador não se basta com o enunciado da sua definição. Tira, em seguida, como bom pragmático, uma aplicação à prática administrativa do reino: “Digo politicamente que nas ações se hão de fundar as eleições”. E adiante: “As

eleições ordinariamente fundam-se nas gerações, e por isso se acertam tão poucas vezes”.

Aos graves pecados de omissão acrescenta outros nos quais incorreriam particularmente os validos da corte e os altos dignitários da Igreja. Os que dispõem de poder costumam pecar quando distribuem empregos (em geral, sinecuras) a parentes, amigos e adulares, que, Vieira não tem dúvida, se valerão dos cargos para roubar. Assim, os ministros agem mal pelo que fazem e pior pelo que não fazem, pois deixam à míngua candidatos de mais valia e virtude. O dano é particular e geral, lesando indivíduos e a república. A diferença entre pretendentes e pretendidos é exposta com brio. São os cargos que devem ir ao encaicho dos capazes de ocupá-los, que em geral deles fogem, e por isso são chamados “pretendidos”. No polo oposto agitam-se os pretendentes cúpidos e indesejáveis que anseiam por apoderar-se dos benefícios. “Essa nova e admirável política”, Vieira a extrai do Evangelho de João, que diz no versículo 19 do primeiro capítulo: “Enviaram os judeus de Jerusalém sacerdotes e levitas para encontrar a João”. Comenta o pregador: “Assim como não foi o Batista o que veio do deserto à corte pretender a dignidade, senão a dignidade a que foi da corte ao deserto pretender o Batista, assim digo que em todo reino bem governado não devem os homens pretender os ofícios, senão os ofícios pretender os homens” [33](#)

primeiro retorno ao brasil. missões  
no maranhão e na amazônia (1652-61)

*Muitos há muito rudes e bárbaros, mas por falta mais de cultura que de natureza. Têmham os portugueses menos cobiça, e logo os índios terão mais entendimento.*

Carta ao padre provincial do Brasil  
Maranhão, [fevereiro? de] 1654

Do desgosto que as suas infelizes embaixadas lhe deixaram na alma e, mais ainda, da certeza de que a sua influência na corte decairia sensivelmente, são claros sinais as queixas proferidas nos sermões que Vieira pregou na corte entre 1650 e 1652, quando, enfim, se resolve a partir como missionário para o Maranhão. Para efetivar essa decisão concorreram também as divergências entre Vieira e os superiores da Companhia de Jesus agastados com a sua participação no projeto de dividir a ordem — iniciativa defendida também por d. João iv, provavelmente instigado pelo seu apaixonado conselheiro.

João Lúcio de Azevedo, na sua biografia exemplar, aprofunda o veio da amargura que permeia os últimos anos do pregador em Lisboa, mostrando-o dividido entre o propósito de continuar no Paço, satirizando os cortesãos que o detravam perante o rei, e reacender a sua vocação apostólica, tão

ardentemente expressa nos votos do adolescente.<sup>34</sup> Os anos de missionário no Maranhão mostram que esta escolha afinal prevaleceu: Vieira dedicou-se de corpo e alma à catequese e à defesa dos indígenas, enfrentando a reação tantas vezes hostil dos colonos.

Em carta dirigida ao provincial do Brasil, padre Francisco Gonçalves, datada de 14 de novembro de 1652, Vieira, nomeado superior da missão maranhense a ser fundada, dá conta das providências que lhe coubera tomar. A rigor, era necessário começar tudo do princípio, pois ainda estava na memória dos jesuítas o malogro da tentativa feita pelo padre Luís Figueira, que perecera em 1643, na ilha do Marajó, trucidado pelos selvagens. A carta é minuciosa: traz cálculos precisos, incluindo a menção dos recursos necessários ao novo núcleo, que deveria contar pelo menos com cerca de vinte missionários, já que a sua esfera de ação se estenderia ao Grão-Pará e ao rio das Amazonas. O aporte das rendas régias estava assegurado, embora parco. Para completá-lo Vieira acena com a doação do seu próprio ordenado de pregador do rei. E, se ainda assim não bastasse, “resolver-me-ei a imprimir os borrões de meus papelinhos, que, segundo o mundo se tem enganado com eles, cuida o padre procurador-geral que poderá tirar da impressão com que sustentar mais dos que agora vão”<sup>35</sup> Não seria essa a última vez que ele ofereceria os direitos de seus sermões às missões brasileiras.

Pouco depois de ter desembarcado em São Luís, Vieira escreve ao príncipe d. Teodósio dando a conhecer o seu estado de alma, que fora incerto no momento da partida.

Enfim, senhor, Deus quis que, com vontade ou sem ela, eu viesse ao Maranhão, onde já estou reconhecendo cada hora maiores efeitos desta providência, e experimentando nela claríssimos indícios da minha predestinação e da de muitas almas; e por esse meio dispõe que elas e eu nos salvemos. Eu agora começo a ser religioso, e espero na bondade divina que, conforme os particularíssimos auxílios com que me vejo assistido da sua poderosa e liberal mão, acertarei a ser, e verdadeiro padre da Companhia, que no conceito de v.a. ainda é mais: e sem dúvida se experimenta assim nessas partes, onde, posto que haja outras religiões [ordens religiosas], só a esta parece que deu Deus graça de aproveitar aos próximos.<sup>36</sup>

Das novas disposições do antigo homem político revertido e convertido à vocação missionária dá exemplo a carta dirigida ao padre Francisco de Moraes, datada de 6 de maio de 1653:

E para que vós também a tenhais [“alguma consolação”], sabei, amigo, que

a melhor vida é esta. Ando vestido de um pano grosseiro cá da terra mais pardo que preto; como farinha de pau; durmo pouco; trabalho de pela manhã até à noite; gasto parte dela em me encomendar a Deus; não trato com nenhuma criatura; não saio fora senão a remédio de alguma alma; choro meus pecados; faço que outros chorem os seus; e o tempo que sobeja destas ocupações levam-no os livros da madre Teresa e outros de semelhante leitura.<sup>37</sup>

Os missionários, cientes de que a relação com os colonos seria espinhosa quando se devesse tratar dos cativeiros dos índios na região, deliberaram manter-se reservados na matéria silenciando-a até mesmo no confessionário. Mas era atitude impossível de sustentar por muito tempo, pois a prática dos “portugueses”, como os chamava genericamente Vieira, colidia com os intuítos dos jesuítas e, no plano legal, com uma ordem régia pela qual se aboliam os cativeiros dos índios. A publicação desse alvará, que os colonos atribuíram a manobras dos jesuítas, desencadeou tumultos na cidade. Assim conta Vieira o episódio:

Publicou-se o bando com caixas, e fixou-se a ordem de s.m. nas portas da cidade. O efeito foi reclamarem todos a mesma lei com motim público, na Câmara, na praça e por toda parte, sendo as vozes, com armas, a confusão e perturbação o que costuma haver nos maiores casos, resultados todos a perder antes a vida (e alguns houve que antes deram a alma) do que consentir que lhes houvesse tirar de casa os que tinham comprado por seu dinheiro. Aproveitou-se da ocasião o demônio, e pôs na língua, não se sabe de quem, que os padres da Companhia foram os que alcançaram de el-rei esta ordem, para lhes tirarem os índios de casa, e os levarem todos para as suas aldeias e se fazerem senhores delas, e por isso vinham agora tantos.

Em seguida, Vieira denuncia a convivência de alguns religiosos que, ciumentos dos jesuítas, se puseram ao lado do povo amotinado. O documento real foi arrancado das portas e levou-se à Câmara uma proposta de revogação do seu teor. Os vexames se multiplicaram. O capitão-mor procurou embargar à força o embarque de dois padres para o Pará alegando que, sem a sua licença, não poderiam sair de São Luís. Vieira se dispôs a parlamentar, mas foi recebido com injúrias: “As palavras com que me recebeu foram as do cabo”. Abusando da autoridade do cargo, o capitão acusou um padre jesuíta de ter pregado no dia de Cinzas sem a sua vênha. Apesar do flagrante arbítrio de que era vítima, Vieira aquiesceu cordatamente alegando tratar-se de simples inadvertência que não iria repetir-se. Seguiram-se novas expressões desabridas da mesma autoridade, mas respondidas com tão sensatos argumentos pelo jesuíta que “ficaram tão convencidos todos da força da verdade que confessaram não só que tínhamos

razão, se não que era bem que todos se conformassem com aquele papel, e assim se executasse”. O momento era oportuno para que Vieira combinasse os seus dotes de missionário e diplomata. Ele o fez com galhardia. Pregou no domingo seguinte, que era o primeiro da Quaresma, o chamado *Sermão das tentações*, provando que o colono responsável por manter cativeiros ilícitos estava condenado ao inferno e propondo que todas as questões pendentes fossem resolvidas por uma junta constituída de autoridades civis e eclesiásticas. Desse modo, seguindo uma linha que se pode considerar perfeitamente jesuítica, o missionário servia-se das instituições terrenas, o Estado e a Igreja, para construir a necessária mediação entre os atos humanos e os dogmas religiosos. Os resultados foram, ao menos a curto prazo, satisfatórios. Não poucos proprietários liberaram os índios, cuja condição de escravos se provou ilegal. Aos forros prometeu-se que receberiam salário de duas varas de pano por mês.

Não demorou muito para que os colonos voltassem à carga, insatisfeitos com o rigor do alvará régio. Vieira, sem abdicar da mediação institucional que obtivera, arquitetou um plano que protegesse os índios, mas fizesse alguma concessão aos senhores. Na carta que dirigiu a d. João iv, datada do Maranhão, em 20 de maio de 1653, pede encarecidamente que sejam enviados mais missionários, pois a indignância moral e religiosa tanto dos portugueses quanto dos índios era extrema, situação agravada pela cobiça e violência dos primeiros, que resultava no desejo de vingança dos últimos:

Este dano é comum a todos os índios. Os que vivem em casa dos portugueses têm demais os cativeiros injustos, que muitos deles padecem, de que V. M. tantas vezes há sido informado, e que porventura é a principal causa de todos os castigos que se experimentam em todas as nossas conquistas.

As causas deste dano se reduzem todas à cobiça, principalmente dos maiores, os quais mandam fazer entradas pelos sertões, e às guerras injustas sem autoridade nem justificação alguma; e ainda que trazem alguns verdadeiramente cativos por estarem em cordas para serem comidos, ou por serem escravos em suas terras, os mais deles são livres, e tomados por força ou por engano, e assim os vendem e se servem deles como verdadeiros cativos.<sup>38</sup>

O missionário detalha as condições em que vivem os índios no Maranhão. As trapas vinham de vários lados. As entradas, que deveriam, em princípio, descer (isto é, trazer a São Luís) índios que estavam condenados à morte pela tribo que os vencera na guerra, levavam consigo frades coniventes com os colonos. Mesmo não sabendo a língua do vencido ou do vencedor, esses religiosos atestavam perante a junta que, de fato, os índios presos e trazidos à cidade

podiam ser legitimamente tomados como escravos “resgatados” pelos colonos e missionários. Vieira pedia rigor na apuração dos fatos, mas não raro o seu voto era vencido, apesar do apoio que lhe daria André Vidal Negreiros, quando governador do Maranhão e do Pará.

Outra burla corrente era a exploração praticada pelos capitães-mores junto às aldeias supostamente livres, mas já incorporadas ao domínio régio: abusando de seu poder, obrigavam os índios a trabalhar nas suas lavouras de tabaco, “que é o mais cruel trabalho de quantos há no Brasil. Mandam-nos servir violentamente a pessoas e em serviços a que não vão senão forçados, e morrem lá de puro sentimento; tiram as mulheres casadas das aldeias, e põem-nas a servir em casas particulares, com grandes desserviços de Deus e queixas de seus maridos, que depois de semelhantes jornadas muitas vezes se apartam delas; não lhes dão tempo para lavrarem e fazerem suas roças, com que eles, suas mulheres e seus filhos padecem e perecem; enfim, em tudo são tratados como escravos, não tendo a liberdade mais que no nome”. Para remediar tanto arbítrio, Vieira receita o recurso mais drástico:

O remédio que isto tem, e não há outro, é mandar V. M. que nenhum governador ou capitão-mor possam lavrar tabaco, nem outro algum gênero, nem por si, nem por interposta pessoa, nem ocupem, nem repartam os índios, senão quando fosse para as fortificações ou outras cousas do serviço de V. M., nem ponham capitães nas ditas aldeias, e que elas se governem só pelos seus principais, que são os governadores de suas nações, os quais as repartirão aos portugueses pelo estipêndio que é costume, voluntariamente, como livres, e não por força.<sup>39</sup>

O tempo iria mostrar que essas medidas (que supõem um plano de parcial autogoverno pelos índios, nos limites do contexto colonial) seriam repudiadas pelos moradores sem nenhuma possibilidade de execução.

A vida cotidiana nas aldeias tuteladas pelos religiosos é descrita com minúcia na longa carta dirigida ao provincial do Brasil em 22 de maio de 1653. O texto relata os primeiros conflitos com os colonos, a conciliação provisória alcançada pelo *Sermão das tentações*, o ensino dos rudimentos do catecismo feito mediante procissões e missas cantadas, os arranjos precários para construir um pequeno hospital, cuja falta era remediada pela botica do colégio, as visitas aos presos na cadeia, uma das “obras de misericórdia” recomendadas pelo Concílio tridentino. Abaixo, uma passagem de alto valor documental, pois conjuga o realismo estrito da observação com a mente providencialista tão arraigada na religiosidade do tempo:

Não corre nesta terra dinheiro, e as vendas se fazem por comutações, como



na primeira idade do Mundo: não há praça pública ou casas particulares em que as cousas necessárias para a vida estejam expostas, com que vem a ser forçoso terem-nas todas da sua lavra, como verdadeiramente as têm: e como o tempo de nossa chegada é ainda tão pouco que não basta para termos feito esta prevenção, são muitas as ocasiões que tivemos de experimentar como a providência divina, sem diligência alguma nossa, nos acode em todas, provendo-nos nos mesmos tempos e das mesmas cousas de que tínhamos necessidade, como se a mesma necessidade avisara ao piedosíssimo Senhor; e Ele, como procurador desta casa, tivera tomado por Sua o provê-lo toda.<sup>40</sup>

Segue-se a menção a um episódio edificante: sabendo-se na cidade que os padres não tinham de comer mais que legumes, tomaram-se os moradores de compaixão e “foram tantas as esmolas com que nos proveram de tudo que daquela vez ficou mantimento à casa para muitos meses, sendo perto de quarenta bocas as que ordinariamente se sustentam por causa das obras, e em ocasiões muitas mais”.

Não conheço outra fonte mais rica para o conhecimento desses anos da missão maranhense e amazônica de Vieira do que as cartas com que assiduamente dava conta dos raros êxitos e muitos embaraços do seu apostolado. Notável entre todas, pela informação ecológica e etnográfica que contém, é a missiva endereçada ao padre provincial do Brasil, Francisco Gonçalves, com data provável de fins de 1654. Nela Vieira narra a aventureira viagem que fizera ao Pará com o intuito de evangelizar quatro aldeias de índios, cujo trabalho era cobiçado pelos colonos. Que o leitor vá diretamente ao texto: tudo é vivido, cada passagem se enlaça naturalmente com a seguinte, compondo um roteiro de obstáculos levantados pela selva e pelo homem para impedir que os jesuítas chegassem à aldeia onde almejavam iniciar a missão. Os adversários estão encapuzados. O governador reluta em aprovar a sortida, pois seus interesses são outros, mas Vieira, munido da delegação do rei, consegue a sua anuência. Os franciscanos, vendo com maus olhos as prerrogativas da Companhia de Jesus, reivindicam a direção da metade dos trabalhos. Vieira, diplomática mas firmemente, recusa essa cooperação suspeita de convênia com as autoridades coloniais. Na manhã da partida, o governador, afetando ignorar que se tratava de uma missão religiosa, delegou todo o poder ao capitão da jornada, seu subordinado, o ferreiro Cardoso, homem rude e violento, mas reputado conhecedor das trilhas da selva e das tribos a que se destinava a expedição. Uma vez mais, foi preciso que Vieira fizesse valer a sua autoridade de superior das missões confirmado pelo rei. Partindo no dia de Santa Luzia, que é 13 de dezembro, os missionários escolheram, sem o saber, o mais arriscado dos caminhos, navegando pela costa maranhense cada um em sua canoa e em meio a baixios de pedra e tumultos das marés. Entre as aldeias

de Mortiguara e Marapatá, “derrotou-nos a escuridade da noite e o padre Antônio Ribeiro e eu a passamos amarrados às árvores de uma ilha, que nos serviram de âncoras e amarras, que estas embarcações não trazem outras”<sup>41</sup> Indo em demanda da aldeia de Camutá, sobrevieram tempestades de vento e os padres precisaram abrigar-se em um rio passando a tarde e a noite em completo jejum. Rumaram depois para a aldeia de Mocajuba, onde os índios eram obrigados a carregar madeiras para construir uma casa que deveria abrigar tabacos de certa autoridade. Os religiosos perceberam então o porquê da má vontade do governador em ajudá-los: a expedição deveria apenas trazer mão de obra gratuita para as suas lavouras, o que tornava a presença dos jesuítas um irritante estorvo. Foi na última aldeia visitada, posta na boca do Tocantins, que o conflito de interesses se fez mais intenso: ali os padres empenharam-se em ensinar a doutrina e os cantos litúrgicos, mas eram a todo momento interrompidos pelos colonos que requisitavam o trabalho dos índios. “[...] só faltava” — deplora Vieira — “lançarem-nos delas [das aldeias] às punhadas.”<sup>42</sup>

Nada, porém, esmoreceu o ânimo dos missionários. Ensinaram o quanto puderam os rudimentos do catecismo e se encantaram com o acolhimento dos índios, até então inteiramente alheios à fé cristã. A viagem continuou noite adentro pelo Tocantins aproveitando-se a enchente da maré. O dia era 18 de dezembro, dedicado a Nossa Senhora da Expectação. “À meia-noite fizemos *paóca*, que é frase com que cá se chama o partir, corrompendo a palavra da terra, e nos dias seguintes passamos às praias da viração.” O nome pode induzir a equívoco: viração não é, aqui, vento que se move em direção contrária, mas o modo como os índios pescam as tartarugas que vão em grande número desovar nas areias das ilhas do Tocantins. Viradas de costas, as tartarugas não se podem mexer. Delas se fazem guisados, e dos ovos as apreciadas manteigas do Pará. A descrição é cerrada e precisa: cada frase diz um movimento. Vemos as tartarugas enterrarem os ovos e os cobrirem com a areia, ao sol, que os choca por um mês. As tartaruguinhas, “tamanhas como um caranguejo pequeno”, saem de suas covas para a água sempre à noite para escapar das aves de rapina. Mais cruéis e mais astutos que estas, índios e portugueses as apanham e as comem, e delas fazem provisão. Mas, sendo milhares, muitas são criadas em viveiros, currais onde entra a maré; assim nutridas chegam a pesar mais de uma arroba. Vieira põe-se então a narrar, passo a passo, as táticas infinitamente renovadas das tartarugas em tempo de desova: aportando naquelas praias, enviam duas sentinelas, espias que, à vista de perigo, voltam às águas, mas, se a sortida for segura, avançam pela areia, no que são seguidas por oito ou dez, exploradoras do campo, “e depois delas, em maior distância, vem todo o exército das tartarugas, que consta de muitos milhares”. Enquanto se ocupam em fazer as covas onde porão os ovos, são surpreendidas pelos pescadores de emboscada. Algumas, criadas em lagos, são mortas com arpões nas pontas das flechas. Os

índios lhes dão o nome de jabotis da terra. É comida sadia que os frades concedem que se coma em dias de abstinência de carne, porque se averiguou que o seu sangue é frio.

Não param aí as observações do nosso missionário em plena Amazônia, em parte já desbravada pelo conquistador europeu: Vieira, contemplando as ruínas de uma aldeia dos dizimados Tocantins, não se contém e deplora: “Tanto pôde em tão poucos anos a inumanidade e a cobiça, inimiga da conservação deste gentio” <sup>43</sup> No dia de São Tomé (ver para crer!), alvoradas de passarinhos recebem os viajantes, “coisa nova e que até aqui não experimentamos”, pois, se tinham visto inúmeras aves marinhas, estranhavam o silêncio dos pássaros nos matos do Pará, mas logo entenderam que, ao se deslocarem para o sul, afastavam-se dos calores extremos do equinócio, em geral hostis à conservação das aves terrestres. À tarde do mesmo dia, avistaram do alto das canoas touros d’água, a que os índios chamam jacarés, sáurios temíveis de bocarra rasgada e disforme e dentes afiados capazes de cortar cerce braços e pernas. As flechas não penetram em suas conchas duríssimas, e para caçá-los não bastam menos que quatro balas de espingarda. Dizem alguns práticos (adverte o narrador, “aqui suspendo o meu assenso”) que esses crocodilos chocam tão só com os olhos fitos nos ovos.

Quem prosseguir na leitura dessa carta aprenderá como se calafetava uma canoa só com o breu tirado da resina das árvores, e, se o tempo tivesse feito brechas na madeira, tudo se amarrava com cipós sem o uso de um só prego. “É um louvar a Deus”, essa é a exclamação piedosa do jesuíta que abandonara os cômodos das cortes europeias.

As últimas jornadas foram tormentosas. O rio a certa altura se encachoeirava. A corrente vinha tão violenta que os remeiros não podiam enfrentá-la sem alternar a navegação com horas de repouso e alimento. “Então se punha cada canoa por si como cavalo na carreira, enfiando a água com toda a força dos ventos, e não sendo o espaço, que se havia de vencer, mais do que do comprimento de duas braças, nenhuma o fez sem grande detenção e resistência.” Nem todos tiveram alento para vencer a força das águas. Os mais esforçados conseguiram atravessar por entre pedras e redemoinhos umas penhas muito altas que sobressaíam no meio do rio. Nos seus cabeços foi preciso amarrar as canoas com a ajuda de cordas que os índios puxavam pelo despenhadeiro acima, “com grande vigor e excessivo trabalho”. Adiante, algumas árvores providencialmente nascidas à beira d’água serviram de escora às mesmas cordas permitindo que as canoas passassem por cima delas, pois eram não só fortes como flexíveis. A sua fruta “é dura como as pedras de que nasce” <sup>44</sup>

Caía a noite quando chegaram a um porto: “era quase ar pardo”. Era véspera de Natal. Não houvera tempo para preparar, como tinham desejado, uma capela

de palma onde celebrassem os mistérios daquela noite sagrada. O que puderam fazer foi uma choupana que cobriram com as toldas das canoas. Aí armaram o altar para a mais singela das cerimônias. “Parece quis o benigno Senhor renovar aqui os seus desamparos, pois tudo era o mesmo que representava.” Também não restavam as provisões que a viagem consumira. Um dos missionários contentou-se com água sem farinha, outros com farinha e uma isca de peixe seco; “mas Deus tempera de maneira esses regalos que os não trocaram, os que gostam deles, pelos maiores do mundo”. A fadiga da jornada pedia repouso, mas a noite toda foi velada sobre a terra nua da choupana, “oferecendo cada um ao Menino nascido não só os desamparos do seu Belém, mas as saudades da devoção e concerto que esta santa noite celebra nos colégios da Companhia”.

Viajaram ainda três dias inteiros por águas revoltas e remoinhos que abriam fundos caldeirões nas encruzilhadas das correntes. A chegada à aldeia da Taboca lembrou ao narrador nada menos que a passagem do cabo da Boa Esperança na rota da Índia. Mas vencer os obstáculos da natureza parece ter sido mais fácil do que evitar a perfídia dos homens. Foi o que os missionários perceberam, “com pesar e perplexidade”, quando viram o capitão enviar, a mandado secreto do capitão-mor, duas canoas às aldeias dos índios com ordem de servir aos seus interesses, fazendo-se “totalmente dono da missão”. Vieira e os companheiros não julgaram digno condescender com as trapas do capitão e do seu mandante. Segue-se o relato do enfrentamento:

Pareceu-me não dissimular mais, como até aqui tinha feito, para entrarmos já no ponto essencial da gentildade e sua conversão. Quis-lhe explicar a ordem de s.m. [o rei d. João iv] e a do capitão-mor, e tirando-as para lhas mostrar, ele se levantou em altas vozes tapando os olhos e os ouvidos para as não ler, nem ouvir. As palavras irreverentes com que então nos tratou, em particular e em comum, e dos descomedimentos que disse, e quem é a pessoa que os disse, calo, porque não é isto o que sentimos, nem sentiríamos coisa alguma se nos deixassem exercitar o a que viemos; e se não nos impediram os frutos dos nossos trabalhos, em tudo o mais lhe dêramos grata licença para que nos tratassem muito pior. Depois que esteve menos colérico ou menos frígido, declarou, e por todos os modos que podia nos manifestar, que ainda que o capitão-mor nos tinha dado aquela ordem, depois lhe dera outra.<sup>45</sup>

A impotência a que se reduziram os missionários agravou-se quando viram chegar uma leva de índios, de certo industriados pelo capitão-mor, que se dispunham a atacar aquela mesma aldeia, objeto da missão; alegavam que deveriam vingar uma índia, mulher de um deles, cuja caveira fora desenterrada e quebrada por índios daquela taba. A missão parecia então definitivamente

malograda. Mas, para consolo dos padres, vieram na companhia do índio vingador outros daquela mesma nação, filhos e sobrinhos dos caciques, que já tinham sido doutrinados em nome de el-rei. A carta interrompe-se nessa altura, não sem uma curiosa notação antropológica. Vieira, reparando no extremo respeito com que os índios proferiam esse mesmo nome de rei,

e quão continuamente o trazem na boca, e querendo eu saber que conceito faziam da palavra, e o que cuidavam que era rei, responderam: *Jará amaná eymá*, que quer dizer: senhor que não morre. Explicamos-lhes que imortal era só Deus, mas por este alto conceito que fazem entre gentios do nosso rei, mereciam ao menos que, em prêmio da imortalidade que lhe atribuem, os defendessem eficazmente de tantas violências.<sup>46</sup>

A descrição da selva amazônica, feita de curiosidade, encantamento e experiência das barreiras que obstam à sua penetração, nos dá um quadro da intrepidez dos missionários determinados a cumprir a todo custo o seu objetivo. E não menor firmeza de ânimo transparece da narrativa do enfrentamento com o capitão da entrada, que com ardis ou truculência procura impedir que os religiosos alcancem a aldeia cujos índios eram cobiçados para trabalhar nas plantações de cana e tabaco. A descrição foi capaz de representar concisa e vivamente a beleza e os perigos da natureza tropical. A narração projetou em poucas e tensas linhas o confronto entre vontades e valores. O resultado é uma escrita robusta e verdadeiramente clássica em que tudo é evidência da mimesis e figuração dos sentimentos. E o pano de fundo da cena é o quadro maior da colonização portuguesa, onde se inseriam tantas vezes penosamente os desígnios das missões jesuítas.

Ciente dos tropeços que contra os seus planos de superior das missões continuariam a ser armados pelos colonos, Vieira não achava outra saída que não fosse recorrer ao rei, de cuja palavra esperava receber a autorização para coibir os abusos praticados na questão dos cativeiros. O empenho em conseguir o apoio de d. João iv se deu primeiro mediante cartas redigidas com exemplar clareza, nas quais expunha as condições diferenciadas dos índios da região e as fraudes e violências dos colonos e das autoridades portuguesas.<sup>47</sup> Depois, não lhe valendo essa correspondência com o soberano, Vieira decide-se a ir em pessoa a Lisboa pleitear a obtenção de decreto que expressamente condenasse as arbitrariedades dos colonos e a convivência dos governadores.

Nas semanas que precederam a sua partida, acirraram-se os ânimos contra os jesuítas. Vieira, fazendo frente ao adversário, ainda teve ânimo de pregar o *Sermão de Santo Antônio aos peixes*, uma das mais ardidias e chistosas sátiras com que fustigou os vícios contumazes dos maranhenses. O mote da homilia é a palavra de Cristo aos apóstolos: “Vós sois o sal da terra”, acompanhado da severa

advertência: “Se o sal não salgar, para que servirá senão para ser lançado fora e pisado pelos homens?”. Santo Antônio, pregando em Rímíni, foi hostilizado pelos ouvintes, “e faltou pouco para que lhe não tirassem a vida”. Voltou-se então para o mar e se pôs a falar aos peixes, que acorreram em cardumes para ouvir a sua palavra. Vieira decide-se a fazer o mesmo, certo de que o fruto de seus sermões fora, até aquele momento, o mesmo que colheira Santo Antônio. O sal conserva o bom alimento e o preserva da corrupção. Assim o orador dividirá o seu discurso: lembrará primeiro as virtudes dos peixes e depois os seus vícios. O procedimento é heurístico, rico de invenções e comparações. Os peixes mostraram-se obedientes e atenderam solícitos ao chamado de Antônio: os homens, ao contrário, se obstinaram na recusa; os peixes, sendo irracionais, agiram como se tivessem o uso da razão; os homens, posto que dotados da razão, não se valeram do seu uso. Não só obedientes, mas compassivos: quando Jonas foi lançado ao mar durante uma tempestade, trouxe-o uma baleia, que o levou em seu ventre até Ninive, onde o restituiu à terra são e salvo. Os peixes salvam aquele que quisera pregar aos homens a salvação. Obedientes, compassivos, mas prudentes: só os peixes não se domesticam, só eles, dentre todos os animais, timbram em viver longe do homem. Vieira louva essa cautela: “Peixes! Quanto mais longe dos homens tanto melhor: trato e familiaridade com eles, Deus vos livre”. Deus teria contemplado os peixes no dilúvio: Noé não precisou guardar em sua arca um casal de peixes, como fizera com os animais da terra: todos se salvaram precisamente porque viviam apartados da terra dos homens. Do Livro de Tobias lança mão o pregador de outra figura exemplar: a do peixe cujo fel curou a cegueira do pai de Tobias e cujo coração afugentou os demônios de sua casa. Não param aí os símiles que denunciam, por força do contraste, a malignidade dos verdadeiros ouvintes do orador. Logo chega a vez da rêmora, peixe de corpo diminuto e força irresistível. A comparação aqui se faz com a língua de Santo Antônio, santo de uma ordem menor (franciscana) e, no entanto, capaz de ser “freio da nau e leme do leme”, como a rêmora, peixe-pregador que se agarra à direção do navio a ponto de travá-la. Que a língua do santo pudesse também frear e travar as paixões que devoram os homens na terra! Vem depois o torpedo, cuja virtude é fazer tremer os braços dos pescadores que os querem fisgar: que falta faz esse peixinho aos homens na terra que pescam (isto é, roubam), desde os menores funcionários até os reis, mas não tremem. Enfim, navegando nas costas do Pará, o pregador viu correr pela tona da água, a saltos, um cardume de peixinhos dotados de quatro olhos: dois voltados para cima, dois para baixo; e, no entanto, a mesma Providência que lhes deu vista tão aguda, por motivos incompreensíveis deixou os homens dessa mesma costa inteiramente cegos, não enxergando nem o que está em cima, nem o que está embaixo, nem o céu, nem o inferno que os espera. O elogio das virtudes dos peixes atinge o clímax quando o orador reconhece neles o sustento do pobre, o companheiro do

jejum, o alimento repartido por Jesus com o povo faminto na parábola da multiplicação dos pães.

Dos louvores passa o orador às repreensões na esperança de emendar os males que vê nas costas do Maranhão. O primeiro e principal escândalo é comerem-se os peixes uns aos outros e, com maior culpa, comerem os maiores os menores. A chave da alegoria não se faz esperar e não deixa de surpreender. Vieira acusa de canibalismo os brancos, isto é, os colonos portugueses:

Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso o que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá; para a cidade é, que haveis de olhar. Cuidais que só os tapuias se comem uns aos outros, muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vedes vós todo aquele bulir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas: vedes aquele subir e descer as calçadas, vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão de comer, e como se hão de comer.

A exemplificação vem em cascata traçando um quadro móvel da sociedade colonial com o foco na voracidade dos ricos e poderosos que arrancam dos pares ou dos humildes tudo quanto podem. Escolho apenas uma passagem em que a extorsão e a devoração do pobre são ditas com maior ênfase. Comentando o versículo 4 do salmo 13, que diz: “Não sabem todos os malfeitores que devoram o meu povo, como se comessem pão?” — explica o pregador:

Diz Deus que comem os homens não só o seu povo, senão declaradamente a sua plebe: *Plebem meam*, porque a plebe e os plebeus, que são os mais pequenos, os que menos podem, e os que menos avultam na república, estes são os comidos. E não só diz que os comem de qualquer modo, senão que os engolem e os devoram: *Qui devorant*. Porque os grandes que têm o mando das cidades e das províncias, não se contenta a sua fome de comer os pequenos um por um, poucos a poucos, senão que devoram e engolem os povos inteiros: *Qui devorant plebem meam*. E de que modo se devoram e comem? *Ut cibum panis*: não como os outros comeres, senão como pão. A diferença que há entre pão e os outros comeres, é que para a carne, há dias de carne, e para o peixe, dias de peixe, e para as frutas, diferentes meses no ano; porém pão é comer de todos os dias, que sempre e continuamente se come: e isto é o que padecem os pequenos. São o pão quotidiano dos grandes: e assim como pão se come com tudo, assim com tudo, e em tudo são comidos os miseráveis pequenos, não tendo, nem fazendo ofício em que os não carreguem, em que os não multem, em que os não defraudem, em

que os não comam, traguem e devorem [...] <sup>48</sup>

A aplicação às rapinagens cometidas pelas autoridades coloniais se faz sem meias palavras. O pregador reproduz as queixas ouvidas entre os passageiros das canoas e especialmente entre os remeiros mais pobres: “os maiores que cá foram mandados, em vez de governar e aumentar o mesmo estado, o destruíram; porque toda a fome que de lá traziam, a fartaram em comer e devorar os pequenos”. Mas, assim como entre os peixes, os grandes acabam na goela dos maiores, também entre os homens os mesmos governadores que exploraram os humildes no Maranhão foram e serão devorados pelos seus mandantes quando chegarem a Portugal. O sermão constata o *homo homini lupus* hobbesiano, mas não se conforma <sup>49</sup> com essa transgressão das leis humanas e divinas, porque “comerem-se uns animais aos outros é voracidade e sevícia, e não estatuto da natureza”.

Particularmente ousada é a comparação que o orador faz entre as iscas de pano atadas pelos pescadores na ponta dos anzóis e nada menos que o hábito branco da Cruz de Malta, o verde de Aviz e o vermelho de Santiago, “e os homens por chegarem a passar esse retalho de pano ao peito, não reparam em tragar e engolir o ferro”, alusão aos que lutam e morrem levados pela vaidade de ostentar aquelas insígnias prestigiosas. O sermão é rico de comparações engenhosas. Ficaram antológicas as descrições dos peixes roncadores e do polvo, ambas obras-primas de graça e precisão.

interregno em portugal: viagem  
tempestuosa. apelos a d. joão iv.  
êxitos do pregador em lisboa  
(outubro de 1654-abril de 1655)

A viagem a Portugal foi das mais turbulentas que Vieira sofreu em suas passagens pelo mar. Na altura dos Açores, passados dois meses de navegação, a fúria dos ventos fez adernar o barco submergindo o convés até a metade. Os passageiros, agarrados à amurada, temiam ser precipitados na água a qualquer momento. Vieira e alguns religiosos que iam a bordo não cessavam de rogar à Virgem do Rosário que os livrasse do perigo de morte iminente. Amainada a tempestade, o barco foi assediado por corsários holandeses que saquearam todo o açúcar que encontraram, mas pouparam a vida dos passageiros e os lançaram às praias da ilha Graciosa, onde permaneceram dois meses, passando depois à Terceira e São Miguel. Ai Vieira pregou no dia de Santa Teresa, 15 de outubro, contando as peripécias havia pouco sofridas. Também não foi tranquila a última etapa da viagem. Embarcados em uma nau inglesa em 24 de outubro, foram surpreendidos por novas tempestades e tiveram de amargar as zombarias dos



marinheiros e do piloto, todos hereges que bebiam e comiam à fartura enquanto os religiosos rezavam ladainhas, faziam atos de contrição, votos aos céus e exorcismos às ondas. Ao mesmo tempo, em meio aos bramidos do oceano, canários e melros das ilhas compunham seu canto com rouxinóis e pintassilgos do continente. “Todos no mesmo navio, todos na mesma tempestade, todos no mesmo perigo, uns a cantar, outros a zombar, outros a orar e chorar? Sim. Os passarinhos cantavam, porque não tinham entendimento; os hereges zombavam, porque não tinham fé; e nós que tínhamos fé e entendimento bradá-vamos ao céu, batíamos nos peitos, chorávamos nossos pecados.”<sup>50</sup>

Chegando finalmente a Lisboa, Vieira rumou para Salvaterra, onde se achava acamado d. João iv convalescendo de um ataque de uremia, enfermidade de que viria a morrer no ano seguinte. Saindo da visita, consolou a rainha dona Luísa, assegurando-lhe que o rei não partiria tão cedo, pois ainda deveria praticar grandes feitos, mas, se prouvesse a Deus tirá-lo do meio dos vivos, certamente o ressuscitaria para resgatar os lugares santos e estabelecer o império universal de Cristo. Catorze anos antes, ao estrear na capela real com o *Sermão dos Bons Anos*, Vieira já identificara na pessoa de d. João iv a figura do Encoberto, aquele que restauraria o trono português e salvaria a cristandade. Essa convicção, que o levaria à barra do Santo Ofício, parece não tê-lo abandonado ao longo da vida inteira.

O ano de 1655 assinala o auge da glória de Vieira pregador, que ainda não chegara à casa dos cinquenta anos. Desde o domingo da Sexagésima até a sexta-feira da Semana Santa, a sua voz se fez ouvir na capela real e, por uma vez, na igreja da Misericórdia. Datam dessa breve, mas operosa, estada em Lisboa o célebre *Sermão da Sexagésima*, os sermões da primeira à quinta domingo da Quaresma, um dos sermões do mandato e o *Sermão do bom ladrão*. Apesar da diversidade dos temas, extraídos de diferentes passagens dos Evangelhos, sente-se em quase todas as homílias uma *vis* acusatória, que beira a sátira moral romana, embora mitigada, aqui e lá, pela *pietas* cristã. Lembram com maior ênfase, nesse ciclo litúrgico dedicado à paixão de Cristo, as virtudes da justiça e da misericórdia.

A sátira ao mesmo tempo moral e retórica atravessa de ponta a ponta o *Sermão da Sexagésima*. É sabido que as suas flechas se dirigem contra o estilo de pregar do tempo representado principalmente pelos sermões de alguns frades dominicanos. A interpretação contextual não poderá ignorar a discrepância de opiniões e sentimentos entre Vieira e os mentores da Inquisição, pertencentes, em sua maioria, à Ordem dos Pregadores. A isenção do fisco, recomendada pelo jesuíta em favor dos mercadores judeus e cristãos-novos, afetava diretamente os recursos financeiros do Santo Ofício, que procurara impugná-la por todos os meios. É preciso lembrar que o inquisidor-mor tinha, em Portugal, desde o reinado dos Filipes, um lugar assegurado no Conselho de Estado. Vieira pleiteara

junto a d. João iv que encaminhasse a Roma a alteração dos estilos daquele tribunal e, em particular, mudança significativa no tratamento dos réus suspeitos de judaísmo renitente. A sua familiaridade com os rabinos de Rouen e de Amsterdam o tornava suspeito de parcialidade e alvo fácil dos desafetos. E era esse mesmo Vieira que ousava satirizar publicamente aqueles pregadores encastelados no convento onde se perpetravam os sinistros autos de fé!

Não cabe neste esboço biográfico uma análise minuciosa do *Sermão da Sexagésima*, de resto já interpretado por notáveis estudiosos.<sup>51</sup> Da sua posição preeminente no conjunto dos sermões dá-nos prova o próprio autor, que o antepôs a todos à guisa de preâmbulo da sua obra. A ordenação é justa, na medida em que o *Sermão da Sexagésima* dá o retrato ideal do pregador cristão pintado pelo avesso. É um discurso construído contra a retórica do tempo, ou, mais pontualmente, contra o estilo de certos oradores dominicanos, que, vestindo a carapuça, logo replicaram de seus púlpitos investindo contra o atrevido jesuíta.

A passagem do Evangelho que serve de fulcro ao sermão é a parábola do semeador narrada por Lucas, 8,4-5. O semeador saiu a semear: nasceram todas as sementes, mas só algumas deram fruto. Uma foram pisadas pelos caminantes e comidas pelas aves, outras caíram nas pedras e morreram por falta de umidade, outras foram afogadas pelos espinheiros; só frutificaram aquelas que caíram em terra boa. Como os discípulos pedissem a decifração da parábola, Jesus a explicou por meio de comparações: a semente é a palavra de Deus; os caminantes são os que a ouvem, mas não resistem às tentações do demônio, que lhes arrebatava facilmente a mensagem divina; a semente que cai sobre a pedra é a palavra que não encontra terra com raízes, mas corações que não perseveraram e logo desistem; a semente abafada pelos espinhos é a palavra que não dá fruto em corações seduzidos pelas riquezas ou distraídos pelos cuidados do mundo. Enfim, só dá fruto a palavra lançada em corações generosos, que a guardam fielmente.

De uma parábola tão simples e já cristalinamente interpretada pelo próprio texto evangélico, Vieira extrai de modo esplêndido, embora parcial, um discurso centrado na figura do semeador, no caso, o pregador da palavra de Deus. São as qualidades e os defeitos do orador contemporâneo que constituem o corpo do sermão que, a rigor, procura responder a uma questão polêmica: Por que não dão fruto as palavras do pregador em um mundo que o orador supõe cristão, e onde não faltam semeadores do Evangelho? Antes de chegar à resposta final, Vieira elabora um discurso muito bem articulado para pôr em evidência os vícios da oratória do tempo, conceptista e cultista, *lato sensu* barroca, à qual ele próprio nem sempre se mostraria infenso. O procedimento adotado é o da divisão da matéria em tópicos, seguindo o quadro tradicional das qualidades do perfeito orador sacro e os seus respectivos defeitos. Vieira parte do pressuposto de que a palavra de Deus não dá frutos no seu tempo *tão só por culpa do pregador*, pois

em Deus não há falha e nos ouvintes a semente sempre acabou nascendo, embora não tenha frutificado. (Nessa altura do seu raciocínio verifica-se um desvio em relação ao texto de Lucas, que atribui evidente parcela de culpa aos corações inconstantes, duros ou distraídos dos ouvintes da palavra.)

Estabelecido o tema predicável (tudo o que se vai dizer predica-se do *pregador*), o discurso ganha um andamento lógico cerrado: a argumentação em cadeia é preenchida galhardamente pela fecundidade da imaginação, presteza da memória e perícia da elocução.

Atente-se para a dialética interna do sermão. Para cada uma das “circunstâncias” que se devem considerar no pregador, o texto define e ilustra em primeiro lugar a qualidade ideal, para, em seguida, satirizar o vício oposto, encontrado nos pregadores do tempo; mas a esse jogo de sim e de não Vieira rebate sistematicamente, negando que a falta daquela virtude especifica seja a verdadeira causa de não darem fruto os sermões dos pregadores contemporâneos. As circunstâncias apontadas são cinco: *a pessoa, o estilo, a matéria, a ciência, a voz*.

A pessoa do pregador antigo era a de varão apostólico e exemplar; o orador de hoje fala, mas não faz o que prega; nova ocasião para que Vieira encareça a necessidade das obras, verdadeiro sinal de santidade: “Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o mundo”. No entanto, há um poderoso contraexemplo: Jonas — iracundo, impaciente, pouco caritativo, pouco misericordioso, e mais zeloso e amigo da própria estimação que da honra de Deus e salvação das almas — converteu o rei, a maior corte e o maior reino do mundo. Logo, a causa principal não está na pessoa.

A segunda circunstância é o estilo. Vieira é particularmente mordaz na pintura que faz do orador cultista, ou culto, como o chama. A linguagem empedrada, afetada e artificiosa é o seu alvo, dando razões aos futuros intérpretes que veriam no *Sermão da Sexagésima* um discurso antibarroco em plena era barroca. O pregador elogia a clareza, a naturalidade, a simplicidade evangélica alheia a vocábulos preciosos. Mas é forçado a admitir que grandes oradores sacros se valeram de um “estilo polido e estudado”, e até mesmo de uma dicção escura e dura. E vêm à baila os nomes veneráveis de São Gregório Nazianzeno, Santo Ambrósio, São Basílio, Tertuliano e outros. Logo, não consiste no estilo rebuscado a esterilidade das pregações.

A terceira circunstância é a matéria. O ideal clássico da unidade, já formulado por Aristóteles, Cícero e Quintiliano, é energicamente reproposto. “Usa-se hoje o modo que chamam de apostilar o Evangelho, em que tomam muitas matérias, levantam muitos assuntos, e quem levanta muita caça e não segue nenhuma, não é muito que se recolha com as mãos vazias.” Metáforas em série ilustram o preceito. Belo exemplo de retórica da evidência é a comparação do discurso uno

e coeso com a árvore, cuja variedade de ramos, folhas e frutos é sustentada por um só tronco e plantada em raízes cujo único solo é o Evangelho. A contra-argumentação não é aqui exposta. O orador contenta-se em negar “que seja, ainda, esta a verdadeira causa que busco”.

A quarta circunstância é a ciência. Os bons pregadores tiram de si mesmos, de sua experiência e estudo, o conhecimento que lhes aproveita para ensinar as Escrituras. Os recitadores vivem do que não colheram, apropriando-se dos que os precederam e fazendo do seu discurso uma fieira de citações. São frases enxertadas fora de propósito. A comparação feliz remete ao artifice que faz a rede: quem ata os fios, dá o nó, compõe a malha, pesa a chumbada e a cortiça é que sabe lançar a rede. O pregador que se põe a imitar o texto alheio não sabe distinguir as palavras que têm mais peso e fundura das que são leves e rasas. Por isso, canta mas não entoa, recita mas não persuade nem converte. Exemplos luminosos são os quatro evangelistas: cada um escreveu a seu modo e com suas palavras, embora a inspiração de todos fosse uma só. Contudo, João Batista pregou o que tinha pregado Isaías. E Santo Ambrósio retomou São Basílio, e Beda a Santo Agostinho. Logo, também não é a ciência alheia responsável pelo pouco fruto dos sermões do tempo.

Enfim, quinta circunstância, a voz “Antigamente pregavam bradando, hoje pregam conversando.” O semeador da parábola não fala, mas em outros passos do Evangelho está dito que Cristo clamava e o mesmo fazia João Batista, que se definia pelo próprio clamor: “Sou a voz do que clama no deserto”. Em geral, pondera Vieira, podem mais os brados que a razão, sobretudo quando se ajunta o povo. Para bem e para mal, pois também a multidão bradava para que Cristo e não Barrabás fosse crucificado. Em contraponto, há pregações feitas em tom moderado e suave, como a de Isaías, que, prenunciando a voz de Cristo, dele disse que não bradaria, mas falaria tão baixo que não o ouviriam fora das portas. Assim, não é a força da voz que persuade ou deixa de persuadir aqueles a quem se dirige o pregador.

Recapitulando: não é a pessoa, nem o estilo, nem a matéria, nem a ciência, nem a voz que move os corações à conversão. O pregador, que até esse ponto deixara em suspenso os ouvintes, reserva para a peroração a chave do discurso. *Os pregadores já não convertem porque não lançam a semente evangélica, a palavra de Deus.*

A culpa é do mau semeador, que, de resto, não comparece na parábola. Os pregadores estéreis dizem palavras que não estão nos livros sagrados, ou as adulteram e distorcem a seu talante. Lançando mão da paródia, Vieira faz a caricatura do orador abarrocado, que os ouvintes reconheceram nas homilias de alguns frades dominicanos:

Vemos sair da boca daquele homem, assim naqueles trajos, uma voz muito

afetada e muito polida, e logo começar com muito desgarro, a quê? A motivar desvelos, a acreditar empenhos, a requeintar finezas, a lisonjear precipícios, a brilhar auroras, a derreter cristais, a desmaiar jasmims, a tocar primaveras, e outras mil indignidades destas. Não é isto farsa a mais digna de riso, se não fora tanto para chorar?

O sermão caminha para o seu termo: o que pode converter o ouvinte é a comunhão do pregador com a palavra revelada. Esta deve entranhar-se na sua mente e no seu coração. Para anunciá-la basta que ele a pronuncie. A arte retórica, concebida pelos filósofos e gramáticos da Grécia e de Roma, foi retomada pelos eruditos do Renascimento e codificada pelo classicismo. Os jesuítas encontraram-na já pronta quando a introduziram nos seus currículos. Vieira a ensinara nos primeiros anos da juventude no colégio da Bahia. Mas, no *Sermão da Sexagésima*, todo aquele corpus de preceitos é, ao mesmo tempo, sancionado como arte de bem dizer, e relativizado como insuficiente para ensinar a bem viver a doutrina evangélica. Sabemos que não era nova essa atitude de reserva dos pregadores cristãos em relação à retórica e às letras greco-romanas. Santo Agostinho e não poucos autores da Patrística manifestaram a sua desconfiança em face de uma expressão da cultura letrada nascida e crescida em ambiente pagão. No entanto, a práxis literária do Renascimento italiano e, logo depois, europeu foi sincrética: ideais cristãos podiam e deviam encontrar uma forma pregnante, e o paradigma supremo era a literatura antiga supostamente modelada pelas artes retóricas transmitidas no período helenístico. Não se deve esquecer, porém, que seus numerosos preceitos se formularam *a posteriori*, quando a epopeia de Homero e de Hesíodo, a lírica de Arquíloco, de Píndaro e de Safo e a tragédia de Ésquilo e de Sófocles já tinham sido escritas ou recitadas nas cidades da Hélade. A criação precedeu a norma. É a grande poesia que dá modelos à retórica, e não vice-versa. O prestígio e a resistência da retórica muito deveram à escolarização promovida pelos humanistas e pelos colégios jesuíticos espalhados em todo o Ocidente católico desde meados do século xvi.

Que Vieira, conhecedor profundo de todos os procedimentos dessa velha mestra, soubesse adotá-los para, ao mesmo tempo, suspender o seu valor absoluto, lembra a palavra de seu contemporâneo, Blaise Pascal, diverso dele em tudo, menos nesta sentença: “A verdadeira eloquência zomba da eloquência”.

Menos célebre do que o *Sermão da Sexagésima*, mas igualmente admirável pelo rigor da construção e pela visada certa da sátira política, é o *Sermão da terceira domingo da Quaresma*. O tema era o sacramento da confissão e, paradoxalmente, a confissão de quem cala seus pecados, a confissão muda. Vieira arma o discurso com as sete perguntas que a teologia moral recomenda que faça o penitente ao examinar a sua consciência: *quis* (quem pecou?), *quid*

(que pecado?), *ubi* (onde se pecou?), *quibus auxiliis* (com que meios?), *cur* (por quê?), *quomodo* (de que modo?), *quando* (quando?). Disposto o discurso, o pregador desenvolve cada uma das questões, matéria diletta dos casuístas do tempo. Mas não o faz dispersivamente. Há um interesse que o motiva: entrar nos ministros e representantes do rei, não só em Portugal, mas principalmente nas colônias, a responsabilidade pelas injustiças que cometem, e não confessam, ou, quando o fazem, omitem as culpas mais graves. Os exemplos que dá são numerosos, mas na sua profusão sobreleva a atribuição de um peso considerável à palavra escrita dos governantes, que com uma penada podem torcer leis, desamparar requerentes, favorecer amigos, perseguir émulos e opositores. E, jogando com os símiles sonoros, aproxima engenhosamente duas palavras díspares: *calamitas* e *calamus*, calamidade e cálamo, pena com que os mandatários régios assinavam seus decretos iníquos.

Nesse tempo quaresmal, estação de confissões e penitências, Vieira sentia-se no seu elemento, livre para denunciar os colonos que obstavam à ação dos missionários sabotando as leis restritivas dos cativeiros decretadas por d. João iv a pedido dos jesuítas.

Afeito ao paradoxo, pregou no quarto domingo um sermão em que faz o elogio da solidão. *O beata solitudo: o sola beatitudo!* Toma por modelo o padroeiro dos anacoretas, Santo Antão, a quem chama sempre Antônio. Nas entrelinhas desse discurso sibilino, é possível entrever o mesmo Antônio Vieira, que se apartara da corte para o deserto da colônia. A companhia dos homens, dissera estoicamente Sêneca, torna os homens menos humanos. Por isso, os religiosos, cujo dever de Estado obriga a frequentar a cidade, precisam alternar a solidão e a companhia dos semelhantes, advertidos de que estes são piores do que feras, *bestiae intellectuales*, “feras intelectuais”. Estaria assim justificada a sua presença em Lisboa falando ao rei e aos nobres, na capela real, nessa hora em que pregar verdades públicas era seu estrito dever. O *Sermão da quinta dominga* não tem rebuços ao acusar os validos que, enfeudados no remoto Maranhão, mandavam e desmandavam impunemente. Agora, a invectiva é direta: são os nobres e, de passagem, também os prelados da corte, os alvos da prédica indignada. O tema escolhido não poderia ser mais caro ao orador jesuíta e antiluterano: a fé é necessária, mas insuficiente. A fé sem obras é morta, sentença do apóstolo Tiago, reforçada pela asserção de que também os anjos das trevas creem em Deus, o que não lhes basta para se converterem em anjos de luz. Vieira entra a lançar palavras de fogo aos ricos e poderosos, aos nobres, e até aos príncipes que, devotos na aparência, descumpriram suas obrigações explorando o trabalho dos servos. Negar o salário aos trabalhadores era, segundo a doutrina da Contrarreforma, um dos pecados “que bradam a Deus vingança”. E, mais intrepidamente, faz a descrição em negativo das pompas barrocas dos templos de Lisboa, onde, no meio de um “culto exterior e sensível”, a fé não está viva, “mas

morta e embalsamada”. Mais um inesperado traço antibarroco em plena era do espetáculo das faustosas liturgias seiscentistas?

Sexta-feira da Paixão. A Quaresma está findando, é chegado o momento da crucificação de Cristo entre dois ladrões. Vieira pregará na igreja da Misericórdia a última homilia antes do regresso à missão: o *Sermão do bom ladrão*. Não lhe escapou essa oportunidade de verberar com todas as forças da sua eloquência apaixonada os furtos, roubos, fraudes, peculatos e latrocínios cometidos no Maranhão pelos representantes do poder real. A acusação não é genérica: deixa de lado os indigentes que furtam porque têm fome; escolhe a dedo aqueles que saíam de Portugal para voltarem locupletados com o suor dos que trabalhavam nas colônias, vítimas da exploração da mão de obra indígena, cuja proteção ele viera pleitear junto ao rei. O sermão é ousado até o limite de dar ao próprio rei o nome de ladrão na medida em que encobre os roubos de seus apaniguados. Glosando um texto de Sêneca (que tratara de perto ninguém menos do que Nero), diz Vieira: “Se o rei da Macedônia, ou qualquer outro, fizer o que faz o ladrão e o pirata, o ladrão, o pirata e o rei, todos têm o mesmo lugar, e merecem o mesmo nome”. Antológico é o passo em que, aplicando ao Maranhão uma frase chistosa de São Francisco Xavier (sobre a Índia, onde o verbo *rapio* se conjugava em todos os modos), o pregador a desdobra com o seu costumeiro desgarre:

Conjugam por todos os modos o verbo *rapio*; porque furtam por todos os modos da arte, não falando em outros novos e elegantes, que não conheceu Donato, nem Despautério. Tanto que lá chegam, começam a furtar pelo modo indicativo, porque a primeira informação que pedem aos práticos, é que lhe apontem e mostrem os caminhos por onde podem abarcar tudo. Furtam pelo modo imperativo, porque como têm o mero e misto império, todo ele aplicam despoticamente às execuções da rapina. Furtam pelo modo mandativo [...].

regresso à missão. expulsão dos jesuítas  
do maranhão e do pará (1655-61)

Tudo indica que d. João iv não se ressentiu de certas palavras desabridas do seu pregador dileto. O fato é que, nos últimos dias da estada em Lisboa, Vieira obteve acolhimento favorável de boa parte de seus pleitos. Em estrita colaboração com André Vidal de Negreiros, governador já nomeado para o Maranhão, e pessoa de sua inteira confiança, Vieira foi confirmado na autoridade de superior da missão. Levou para São Luís documentos contendo uma série de cláusulas, por ele mesmo inspiradas, que garantiam a libertação dos nativos ilicitamente escravizados, e atribuíam um estipêndio mensal aos índios das aldeias de el-rei

tuteladas pelos jesuítas. Proibiam-se novos resgates e novas guerras ofensivas contra os gentios. De tudo resultou a Provisão de 9 de abril de 1655, de que o jesuíta foi portador ao chegar ao Maranhão. A versão das propostas de Vieira, que refuta, por sua vez, um texto capcioso forjado pela Câmara maranhense, tem por título *Parecer sobre a conversão dos índios e gentios feita pelo padre Antônio Vieira a instância do dr. Pedro Fernandes Monteiro* e sintetiza a sua posição mais de uma vez expressa em cartas ao rei e a alguns sacerdotes da Companhia.<sup>52</sup>

Mas, como acontecera nos primeiros anos da missão, todo o período que se seguiu foi marcado por desavenças crescentes com os moradores representados pelos camaristas de São Luís. O apoio firme de André Vidal foi suficiente para punir os que mais ostensivamente transgrediam os novos regimentos. Mas, quando as juntas de autoridades e religiosos deviam julgar a licitude dos cativeiros, todos se concertavam em aprová-los, com exceção de Vieira e do governador. Frades carmelitas, franciscanos e mercedários acumpliciavam-se com os preadores de índios, tiravam proveito dos cativos e conspiravam contra os jesuítas. “Este” (diz Vieira em carta a d. Afonso vi) “é o maior ou o único impedimento destas missões, servindo esta desunião de pareceres de grande confusão e perturbação das consciências, não sabendo os homens a quem seguir, e seguindo na vida e na morte a quem lhes fala mais conforme a seus interesses.”<sup>53</sup>

A carta contém passagens ameaçadoras que deveriam impressionar o jovem rei, ainda sob a tutela da rainha viúva, dona Luísa. Vieira compara as pragas que Deus infligiu ao faraó (como castigo de ter mantido cativos os hebreus) com a perda da vida de d. Sebastião na África e a sujeição de Portugal a Castela por sessenta anos. Esses desastres resultaram de terem os primeiros conquistadores portugueses encetado a prática iníqua de escravizar nativos da África. Os cativeiros dos índios no Maranhão e na Amazônia excediam, segundo os cálculos de Vieira, os da África: “Em espaço de quarenta anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de 2 milhões de índios, e mais de quinhentas povoações como grandes cidades, e disto nunca se viu castigo”<sup>54</sup>

Apesar de condições tão adversas, o élan missionário de Vieira e de seus companheiros não arrefeceu. Pelo contrário, esse é o tempo em que procurou atuar os seus planos de catequizar o maior número possível de índios dispersos pela Almazônia (à procura das *almazinhas*, como diz em trocadilho deplorado por João Lúcio de Azevedo). O ponto de partida era a casa de pau a pique dos jesuítas em Belém, que servia de plataforma para expedições pelos afluentes do grande rio. Malgrado os seus bons propósitos, essas viagens apostólicas eram acompanhadas e, melhor dizendo, atropeladas pelos colonos ávidos de trazerem das tabas mais remotas os braços indígenas que esperavam explorar lícita ou



ilicitamente. Quando as entradas eram planejadas com o intuito de provocar guerra, subterfúgio caro aos moradores, Vieira oferecia-se como mediador e pacificador. Assim o fez impedindo que os nheengaibas do delta amazônico fossem objeto de novos cativeiros a pretexto de “guerra justa”.

Das missões empreendidas pelos jesuítas nessa segunda estada de Vieira no Maranhão e no Pará, ressalta a que os levou à serra de Ibiapaba em terras cearenses. Dela o missionário deixou um documento notável, a *Relação da missão da serra de Ibiapaba*, obra do maior interesse histórico e antropológico.<sup>55</sup>

Os desentendimentos entre os jesuítas e a Câmara maranhense acirraram-se a tal ponto que os moradores exigiram a expulsão dos padres tanto de São Luís como de Belém. Já em 8 de dezembro de 1655, Vieira desabafara em carta ao rei: “Temos contra nós o povo, as religiões [franciscanos, carmelitas e mercedários], os donatários das capitanias-mores, e igualmente todos os que nesse reino e neste estado são interessados no sangue e suor dos índios, cuja menoridade só nós defendemos”. O missionário notava com perspicácia que a escravidão se comportava de modo cumulativo e crescente, verdadeira bola de neve, pois quanto mais se arrancavam índios das suas tabas para servir os moradores, mais estes se diziam carentes de mão de obra: “Cada família há de ter o que tem uma república; porque para a carne há de ter caçador, para o peixe pescador, para o pano fiandeiras e tecido, para o pão lavradores, e para os caminhos embarcações e remeiros, afora todos os outros serviços domésticos” escreveu em carta à Câmara do Pará, em 12 de fevereiro de 1661. Ao que se acrescentam os trabalhos da lavoura do tabaco, gravemente nociva à saúde, bem como “as salinas, a cultura do açúcar e algodão, a extração na floresta das chamadas drogas, cravo, salsaparrilha, bálsamos e outros produtos, por fim e principalmente os serviços do Estado, que eram em suma os de interesse do governador e funcionários”.<sup>56</sup>

A expulsão foi acompanhada de insultos e vexames de todo tipo. O governador, d. Pedro de Melo, que com palavras melifluas tinha inicialmente apoiado os jesuítas, fraquejou diante do tumulto popular e da truculência dos camaristas. Vieira e seus companheiros partiram para Lisboa, aí chegando nos primeiros dias de novembro de 1662. O missionário defendeu-se bravamente respondendo, uma a uma, as acusações que lhe fazia o procurador da Câmara de Belém. E em Lisboa, ao pregar o veemente *Sermão da epifania*, pôs a nu as violências que sofrera no seu trabalho apostólico. Mas não recebeu licença para voltar ao Maranhão e à Amazônia. Regressando ao Brasil vinte anos mais tarde, foi designado para o colégio da Bahia, não parecendo conveniente que o ancião já enfermo pudesse retomar o seu ofício de missionário.

um punctum dolens: vieira  
e a escravização dos negros

Quando os escravos já não são ameríndios, mas africanos, abre-se um hiato embaraçoso entre a doutrina evangélica, o pressuposto da “natural liberdade” e as práticas coloniais. O corpus, nesse caso, são homilias pregadas sobre a devoção do rosário, bem como afirmações de Vieira esparsas em sua correspondência.

A escravidão negra é tema dos sermões décimo quarto, vigésimo e vigésimo sétimo do Rosário, cujo culto era reservado às irmandades de pretos. No *Sermão décimo quarto*, Vieira, então noviço e novato, entra no mundo do escravo pelo atalho mais curto e direto da descrição existencial do seu cotidiano: como vive o negro o “doce inferno” dos engenhos de açúcar? De que maneira o tratam os senhores braços? Quais os passos do seu dia a dia desde que nasce até que morre? Ao desdobrar as questões, o orador firma um princípio de analogia na esfera dos valores, um eixo que vai norteá-lo pelo sermão adentro ministrando-lhe um esquema de apoio para toda a argumentação: a vida do escravo semelha a Paixão de Cristo.

A linguagem da identificação torna-se sobremodo forte e envolvente quando os ouvintes a quem se destina são os próprios escravos. É o que acontece nesse sermão do Rosário pregado à irmandade de pretos em um engenho baiano em 1633. Mediante o uso intensivo do símile, a narração dos trabalhos e das penas sofridas é sentida e ressentida pelos negros, seus sujeitos, e, ao mesmo tempo, deslocada e sublimada, enquanto se projeta no corpo humano de Jesus Cristo, que, assim, se torna o mesmo a quem se fala e o Outro de quem se fala.

O trânsito da imanência subjetiva à transcendência aciona-se a partir de um presente vivido e sofrido, aqui e agora, mas à luz de um passado exemplar que a palavra litúrgica faz reviver: o drama da Paixão. Estreitas correspondências asseguram a coesão interna do significado:

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado [...] porque padeceis em um modo muito semelhante a que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dous madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que Lhe deram o fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos: Cristo sem comer, e vós famintos: Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo.<sup>57</sup>

Vieira não se contenta em insistir na pena física: a sua palavra fere com rigor a divisão social que está na raiz do trabalho compulsório. Impõe-se, nessa altura, a nomeação das duas classes antagônicas, os senhores e os escravos; eles e vós:

Eles mandam, e vós servis: eles dormem, e vós velais: eles descansam, e vós trabalhais: eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que os das vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é? Sois como abelhas, de quem disse o poeta: *Sic vos non vobis mellificatis apes*. O mesmo passa nas vossas colmeias. As abelhas fabricam o mel, sim; mas não para si. [58](#)

Marx diria dois séculos depois: “Por certo o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, mas choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz a beleza, porém para o trabalhador só fealdade”. [59](#)

No sermão vigésimo sétimo do Rosário, a tônica existencial recai na perplexidade do orador diante das causas mesmas da abissal diferença de condição entre homens todos criados por Deus. A epígrafe que dá o mote do sermão fala da migração dos hebreus para a Babilônia, texto tirado da genealogia de Cristo na abertura do Evangelho de Mateus. O tema é o exílio sofrido por um povo inteiro escravizado à força. A comparação com os africanos arrancados de suas terras vem a primeiro plano:

Entra por esta barra um cardume monstruoso de baleias, salvando com tiros e fumos de água as nossas fortalezas, e cada uma pare um baleato: entra uma nau de Angola, e desova no mesmo dia quinhentos, seiscentos e talvez mil escravos. Os israelitas atravessaram o mar Vermelho, e passaram da África à Ásia, fugindo do cativo; estes atravessam o mar oceano na sua maior largura, e passam da mesma África à América e para viver e morrer cativos. *Infelix genus hominum* (disse bem deles Mafeu) *et ad servitum natum*. Os outros nascem para viver, estes para servir. [60](#)

A exclamação é sinal de consciência lúcida e indignada: “Oh trato desumano, em que a mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das almas alheias, e os ricos das próprias!”. E novamente a contraposição incisiva entre senhores e escravos, “os senhores poucos, e os escravos muitos”, “os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros”, “os senhores em pé apontando para o açoute, como estátuas da soberba e da tirania, os escravos prostrados com as mãos atadas atrás como imagens vilíssimas da servidão, e espetáculos da extrema miséria”. De um lado, homens tratados como brutos; de outro, homens tratados como deuses.

Vejamos como Vieira enfrenta e tenta desfazer a percepção de sem sentido que os olhos trouxeram ao entendimento; e como a mercancia, dita diabólica, acaba resolvendo-se, apesar da flagrante contradição, em designio insuspeitado,

“juízos ocultos” da providência divina.

Em primeiro lugar, vêm as interrogações da mente perplexa: “Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo? Estes corpos não nascem e morrem, como os nossos? Não respiram com o mesmo ar? Não os cobre o mesmo Céu? Não os aquece o mesmo Sol? Que estrela é logo aquela que os domina, tão triste, tão inimiga, tão cruel?” [61](#)

A última pergunta remete ao universo da fatalidade dominado pelos astros. Supõe o influxo de uma estrela adversa que predetermina a sorte dos escravos desiguando cruelmente o seu destino quando confrontado com o dos brancos, seus senhores. Saímos, por essa brecha, da esfera do entendimento, que ponderava as igualdades (“mesmo Adão, mesma Eva, mesmo sangue de Cristo, mesmo nascimento e morte, mesmo ar, mesmo céu, mesmo Sol”) e pasmava com as diferenças: “Não há escravo no Brasil, e mais quando vejo os mais miseráveis, que não seja matéria para mim de uma profunda meditação. Comparo o presente com o futuro, o tempo com a eternidade, o que vejo com o que creio, e não posso entender que Deus que criou estes homens tanto à sua imagem e semelhança, como os demais, os predestinasse para dous infernos um nesta vida, outro na outra”.

As semelhanças entre os homens, todos feitos à imagem de Deus, conduzem à intuição do absurdo: “não posso entender”. A saída do impasse, Vieira a encontra na divisão platônica e agostiniana do ser humano em corpo e alma. Só a dualidade permite separar os destinos. A carne sofrida é mortal. A alma crente é imortal; e é a sobrevivência à morte temporal que vai abrir a porta da esperança aos escravos. Os negros, desterrados filhos de Eva, esperam a transmigração final, não da África para a América, mas da América para o céu. Como corpos, são meras “peças”, palavra que Vieira ressalta como prova do seu discurso dualista, para daí inferir que os senhores compram só a parte material do escravo. Peça, isto é, mercancia, e não almas, pois estas pertencem a Deus, e não aos senhores do corpo. É preciso que os escravos cuidem da salvação da própria alma fazendo do sofrimento nos trabalhos matéria de sacrifício propiciatório que certamente os salvará. “Mas é particular providência de Deus, e sua [da Mãe do Redentor], que vivais de presente escravos e cativos, para que por meio do mesmo cativo temporal, consigais muito facilmente a liberdade eterna” [62](#)

Se compararmos esses textos com a defesa coerente e sistemática que Vieira empreendeu da liberdade dos índios, não deixaremos de estranhar o que parece incongruência, para não dizer flagrante injustiça. Em relação aos negros trazidos da África, em que pese a intuição da violência senão do absurdo que o tráfico e a escravização do negro significava, vemos que Vieira se comporta como os demais jesuítas e missionários de outras ordens, que os consideravam escravos

legalmente introduzidos no Brasil. Diabólica mercancia, mas, ao fim e ao cabo, necessária! Daí o caráter contraditório de suas tiradas de vibrante denúncia que, afinal, desaguam em fórmulas compensatórias pelas quais o cativo teria por justificativa a salvação das almas dos africanos escapos à idolatria dos seus cultos e ao império dos maometanos.

Rastreando a sua correspondência, encontram-se menções explícitas à conveniência de trazer trabalhadores de Angola, o grande viveiro de escravos da colônia. Em carta ao marquês de Nisa, datada de 12 de agosto de 1648, Vieira, que estava em missão diplomática em Haia, mostra-se preocupado com os eventuais acordos que Portugal faria na questão do domínio sobre Angola, ocupada pelos holandeses. A passagem importa no que se refere aos escravos africanos:

Mas tornando aos nossos negócios: pela proposta dos comissários, e resposta do sr. embaixador, que com esta vai, verá v. Excia. o estado em que elas ficam, que é pouco mais ou menos o mesmo. Todo o debate agora é sobre Angola, e é matéria em que não hão de ceder, porque sem negro não há Pernambuco, e sem Angola não há negros, e como nós temos o comércio do sertão, ainda que eles tenham a cidade de Luanda, temem que, se nós tivermos outros portos, lhes divertamos por eles tudo.

Em carta dirigida à Câmara do Pará, datada de 12 de fevereiro de 1661, pouco antes de sua expulsão, Vieira tenta conciliar-se *in extremis* com os vereadores de Belém. Estes lhe requeriam a preparação de novas entradas, encargo que ainda lhe competia como superior das missões. Vieira procura atendê-los, mas não sem lembrar que só a importação de escravos negros poria termo à carência de mão de obra alegada:

E vindo ao remédio, que se aponta, dos escravos do sertão, posto que eu o aprovo muito, e o solicitei com el-rei, insistindo s.m. que todos fossem livres, vejo porém que o dito remédio por si só não é suficiente; porque por mais que sejam os escravos que a fazem, muitos mais são sempre os que morrem, como mostra a experiência de cada dia neste Estado, e o mostrou no do Brasil, onde os moradores nunca tiveram remédio senão depois que se serviram com escravos de Angola, por serem os índios da terra menos capazes de trabalho e de menos resistência contra as doenças, e que, por estarem perto das suas terras, mais facilmente ou fogem ou os matam as saudades delas.

O remédio novamente receitado é o escravo africano. Diferentemente do que fizera Bartolomeu de Las Casas, o apóstolo dos índios da América Espanhola, que confessou seu arrependimento por ter sugerido aos *encomenderos* valer-se do escravo africano, Vieira nunca voltou atrás em relação ao mesmo conselho.

Lemos em uma carta dirigida ao superior das missões do Maranhão, datada de Lisboa, 2 de abril de 1680:

Leram-se na junta além das sobreditas cartas todas as leis antigas e modernas tocantes a esta matéria [“o remédio espiritual e temporal do Maranhão”, expressão constante linhas acima], e todas as consultas e resoluções que sobre ela se tomaram em tempo de el-rei que está em glória, e nos governos seguintes, e tudo o que de presente se resolveu, e com que s.a. [o príncipe regente d. Pedro] se conformou, foi por voto de todos *nemine discrepante*, desejando e concordando todos em que os moradores deviam ser aliviados e ajudados com a maior despesa da Fazenda Real que fosse possível, e a este fim tiraram os estanques e direitos, e se fez o contrato dos negros, que será o maior e mais fundamental remédio, como tantas vezes proposto de lá, e tão desejado, principalmente sendo os preços moderados e os prazos muito largos.<sup>63</sup>

A condição colonial erguia, mais uma vez, uma barreira contra a universalização do humano.<sup>64</sup>

o profeta suspeito e punido.  
nas malhas da inquisição (1662-7)

*Os inquisidores sustentam a vida com a fê, e a minha religião sustenta a fê com a vida.*

Fala de Vieira em uma reunião do Conselho de Estado, citada por João Lúcio de Azevedo, na *História de Antônio Vieira*, v. ii, p. 464

Os sonhos são as relíquias de nossos cuidados. A sentença é de Vieira e se ajusta como a mão à luva quando se considera que, em meio a todos os seus reveses e em plena selva amazônica, ele imaginava o advento de um reino universal, mundo de inocência, santidade e paz, regido no céu por Cristo e na terra por um rei português justo e pio. Nos anos de verde mocidade conhecera a força do sebastianismo a que em algum momento parece ter aderido. Com a restauração, todas as suas esperanças voltaram-se para a pessoa de d. João iv, este sim o verdadeiro Encoberto do qual profetizaram as trovas do sapateiro Bandarra. Foi o que disse no *Sermão dos Bons Anos*, com que estreou na capela real e que selou o nascimento da afeição mútua entre o soberano e o seu pregador, válido e conselheiro. Anos depois, saindo de uma visita ao rei doente e recolhido a Salvaterra, Vieira assegurou à rainha dona Luísa que d. João iv não morreria antes de cumprir os altos desígnios que lhe confiara a Providência, mas, caso esta o levasse para a glória, haveria por certo de ressuscitá-lo, pois também esta era profecia do Bandarra. A mesma certeza exprime-se na oração fúnebre

pronunciada por ocasião das exéquias de d. João iv: “Ó rei ainda depois da morte prodigioso; que quando vos busco morto, sempre me apareceis vivo!”.

Dessa convicção tão longamente amadurecida deu nova prova ao escrever ao padre André Fernandes, confessor da rainha, uma longa carta, datada de Camutá, no caminho do Rio das Amazonas, em 29 de abril de 1659.

Mais do que uma piedosa mensagem destinada a consolar d. Luísa de sua viuvez, o texto desenvolve um discurso profético cerrado em torno de cada trova. O propósito é mostrar que Bandarra fora um verdadeiro profeta, pois as suas predições se haviam realizado, e que, portanto, era justo acreditar que o mesmo sucederia às demais. D. João iv ressuscitaria em breve (na era dos 1660, ou mais exatamente, em 1666), venceria os turcos, converteria os gentios à cristandade e acolheria no seu império os judeus, que, por sua vez, reuniriam as doze tribos dispersas pelo mundo havia cerca de dois milênios. Era a utopia do Quinto Império do Mundo, que já se anunciava nessa carta subtitulada *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, primeira e segunda vida de el-rei d. João, o quarto. Escritas por Gonsalvanes Bandarra, e comentadas pelo padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, e remetidas ao bispo do Japão, o padre André Fernandes*.

Não se sabe precisamente como a Inquisição veio a tomar ciência do teor do documento. O mais provável é que o próprio Vieira, desejoso de dar maior publicidade ao seu texto, teria mandado fazer cópias, que circulavam em Lisboa enquanto ele ainda missionava na Amazônia. O fato é que o Santo Ofício requisitou a carta ao padre André Fernandes, enviou-a a Roma, onde certas afirmações foram julgadas heréticas e judaizantes, recomendando-se ao tribunal português que instaurasse o devido processo. Vieira de nada sabia no seu isolamento de missionário. Mas, voltando a Portugal, envolvido na conspiração que visava a retardar a entrega do trono ao legítimo herdeiro, o príncipe d. Afonso, caiu de repente em desgraça com a vitória da facção deste em junho de 1662. O seu nome foi dos primeiros a ser indigitado como *persona non grata* na corte do novo soberano: em julho do mesmo ano era desterrado para o Porto. Só então o intimou o Santo Ofício, até aquela altura respeitoso dos seus protetores, dentre os quais o marquês de Marialva e a própria rainha. Era o começo do processo que se arrastaria por cinco longos anos, mas não conseguiria abalar as convicções do nosso temerário vidente e incurável sonhador.

Do Porto foi levado para Coimbra, aonde chegou aos 12 de fevereiro de 1663 com ordens de não se ausentar do colégio. Abatido por hemoptises e provavelmente por sequelas de impaludismo contraído nas missões amazônicas, não pôde responder imediatamente à mesa do tribunal, que o convocara para defender-se de certas passagens das *Esperanças de Portugal*. Só em 21 de junho o seu estado de saúde permitiu-lhe suportar o primeiro interrogatório. O inquisidor, um dominicano, frei Alexandre da Silva, não teve dificuldades em



obter do suposto réu a confirmação de sua crença nas trovas do Bandarra e, em particular, na ressurreição de d. João iv, tal como constava da carta apreendida. Passaram alguns meses antes da segunda sessão. Nesse meio-tempo, em razão do agravamento de seus achaques, deram-lhe licença para sair do colégio e tomar melhores ares na quinta de Vila Franca. Ainda combalido, voltou a ser interrogado em 20 de outubro, tendo já recebido, por escrito, o elenco das proposições que haviam sido objeto das censuras. Caso ele as reconhecesse como errôneas e se retratasse, o processo chegaria ao ponto final. Não foi essa, porém, a reação de Vieira, que declarou o tempo todo não ter culpa alguma a confessar. Essa atitude, intrépida e arriscada, determinou uma penosa fieira de citações, malabarismos exegéticos, repetições e negaceios por parte do réu, e advertências cada vez mais severas por parte dos inquisidores. Mas a retratação formal e a desistência de toda defesa só viriam na sessão de 19 de agosto de 1667, quando foi notificado ao réu que o papa condenara expressamente o teor mesmo das suas interpretações proféticas.

Não deixa de suscitar admiração o fato de ter Vieira pregado na capela da Universidade de Coimbra, aos 25 de novembro de 1663, entre dois interrogatórios, o *Sermão de Santa Catarina*, mártir sacrificada pelo imperador romano Maximino. Trata-se de um discurso obliquamente político, pois exalta os conselheiros que dizem a verdade aos reis e exprime desdém pelos cortesãos que lhes mentem pretendendo poupá-los do rigor das leis e do cumprimento do dever. Aqui o pregador acha lugar para uma comparação. Baltasar, rei pagão e idólatra, premiou o profeta Daniel por ter-lhe dito verdades ameaçadoras. No polo oposto há reis cristãos que são injustos para com os súditos verazes punindo-os pela sua franqueza. Não é difícil interpretar essas alusões no contexto do desterro a que o pregador fora relegado por suspeita de haver redigido um documento em que se repreendera a conduta leviana do príncipe Afonso. O sermão significava, de todo modo, mais um ato de sobranceria praticado em circunstância tão adversa por um réu do Santo Ofício carente de todo valimento junto ao trono.

Tomando conhecimento das proposições censuradas, Vieira foi redigindo, ao longo do processo, duas *Representações* que entregou aos inquisidores.<sup>65</sup> São longas e substanciosas defesas das principais teses que, de modo mais conciso, já estavam expressas na desafortunada carta ao padre André Fernandes. A leitura de ambas as peças é fundamental para compreender como se formou no imaginário do nosso fogoso sacerdote a imagem do Quinto Império do Mundo, com todos os elementos messiânicos que essa quimera comportava. E, se pensarmos na obra de fôlego que Vieira vinha concebendo, havia cerca de vinte anos, *A chave dos profetas*, podemos entrever o rumo que estava tomando esse infundável labirinto de citações bíblicas, patrísticas, escolásticas e hagiográficas, todas voltadas para a exposição de uma utopia entranhada no messianismo judaico-cristão e aquecida pelo mais férvido patriotismo lusitano, “o afeto

português e o imoderado zelo da pátria”.

Não caberia nos limites deste esboço sequer uma tentativa de resumir as interpelações e defesas constantes do processo. Remeto o leitor aos excertos da presente antologia e ao notável prefácio que Hernâni Cidade compôs para o volume das *Obras escolhidas* dedicado ao período em que Vieira esteve nas malhas da Inquisição.<sup>66</sup> Aponto apenas, para clareza da exposição, alguns eixos temáticos das *Representações*.

*A verdadeira profecia se prova pelo efeito das causas profetizadas*. Essa é a matéria da *Primeira representação*, até o parágrafo 71, quando passa da discussão da tese ao exemplo, no caso, as profecias das trovas de Bandarra.

*O Bandarra foi verdadeiro profeta*. A rigor, toda a *Primeira representação* gira, a partir do parágrafo 72, em torno dessa proposição, que é formulada por meio de silogismos do tipo: “Aquele é e se deve chamar verdadeiro profeta, o qual prediz as causas futuras por revelação de Deus e verdadeiro espírito de profecia. Até aqui Bandarra predisse as coisas futuras por revelação de Deus, e verdadeiro espírito de profecia. Logo, Bandarra foi e se pode chamar verdadeiro profeta” (§ 74). A conclusão é sempre a mesma, variando as proposições maior e menor, que podem alegar o fato de as profecias terem sido realizadas (§ 73) ou a identidade entre as profecias ditas e a definição própria e rigorosa da profecia (§ 75). Em seguida, cada trova é examinada miudamente para ilustrar os silogismos em tela, e a conclusão volta, indefectível: Bandarra acertou em tudo o que se referia ao papel do duque de Bragança, futuro d. João iv, na luta pela Restauração. É o corpus desdobrado a partir do § 78: *Predições do Bandarra confirmadas com o efeito na ocasião da aclamação de el-rei d. João*. Às confirmações (§§ 78-122) seguem-se as objeções também respondidas uma a uma (§§ 123-38), incluindo a defesa da linguagem metafórica, alegórica e enigmática, que com o tempo e os sucessos se esclarece, o que também seria próprio da profecia. O cerne da argumentação é demonstrar a credibilidade do Bandarra pelos efeitos, pela inspiração divina e pela adequação das suas predições à natureza da profecia. É o que Vieira tenta fazer ao longo desta *Representação*, que atinge momentos altos na defesa da pessoa do Bandarra, verdadeiro profeta, que não foi sacerdote (era leigo), foi casado, era iletrado e, finalmente, homem pobre, sapateiro “de baixo ofício e condição” (§§ 232-8). Tão cerrada apologia responde à censura do Santo Ofício, que considerou “dizer que Bandarra foi verdadeiro profeta” uma proposição “escandalosa, temerária, sabendo a heresia, ofensiva aos ouvidos pios” (§ 330).

Enfim, sob o tópico geral de *Fundamentos do ponto principal* (§§ 277-329), Vieira busca provar que o Bandarra predisse a futura ressurreição de d. João iv. Em vista, o rei não pudera realizar senão parte das empresas gloriosas que lhe estavam destinadas como libertador de Portugal. A Inquisição impugnara como “temerária” essa proposição, ao que o réu replica temerariamente: “Logo, será

também temerário crer e esperar o que diz qualquer outro profeta: porque *ex suppositione* que Bandarra o fosse, tanto crédito se deve às revelações de Deus feitas a ele como a qualquer outro” (§ 349).

Na *Segunda representação*, o fulcro é a profecia do advento do Quinto Império, matéria da sua obra magna, *A chave dos profetas*. Desenovelando os temas capitais, eis a linha do arrazoado:

Virá e está próximo o reino já anunciado pelos profetas, embora difícil de prever “pelo vasto mar dos futuros, entre nuvens e cerrações das Escrituras proféticas”. Esse reino será o Quinto Império do Mundo, porque sucederá aos quatro já conhecidos, o Assírio, o Persa, o Grego e o Romano. A profecia que tudo sustém é a que fez Daniel ao interpretar o sonho de Nabucodonosor. O Quinto Império será Reino *da terra ou na terra*. Diz o profeta que “a pedra que derrubou a estátua encheu a terra inteira” (Dan 2,35). O Quinto Império começará na era de 666 (1666), número que figura no Apocalipse de João (Jo 13,18). Estender-se-á pelo mundo inteiro ao mesmo tempo. Os maometanos, ditos turcos, serão vencidos. Todos se converterão, gentios, hereges e judeus. Haverá um só rebanho e um só pastor. O poder espiritual será regido pelo sumo pontífice. O poder temporal caberá a um imperador cristão. Os judeus, depois de terem sofrido tantos castigos e afrontas, como nenhum outro povo, serão restituídos à sua pátria, assim como os portugueses o foram por obra da Restauração. A Igreja será toda “uma Jerusalém nova, santa e descida do céu”. Reinará a paz universal por muitos e muitos anos até a chegada dos tempos do Anticristo: tempos de catástrofes que precederão o Juízo Final. O imperador, que há de vir como instrumento de Deus para vencer os turcos, conquistar a Terra Santa e inaugurar o Quinto Império, será português. O seu nome não é mencionado nesta segunda representação, ao contrário do que se dá na primeira, cujo alvo é precisamente provar que d. João iv era o Encoberto, o Esperado, o Desejado, o Redívivo.

Das censuras dirigidas pelo Santo Ofício às proposições de Vieira a mais grave nelas entrevia uma tendência “judaizante”, termo empregado por frei Alexandre da Silva. Entrevia, digo mal, melhor diria farejava, porque o promotor fala em odor judaico, *redolet sensum judaicum*. A questão candente do processo incide no caráter terreno do reino de que falam ambos os Testamentos, o primeiro em figuras, o segundo literalmente. Vieira não tem dúvidas a respeito. O reino será “da terra ou na terra” (ii, §§ 61-5). O que tornava embaraçosa a posição do réu era a sua insistência em afirmar como iminente a restituição da terra de Israel aos judeus dispersos pelo mundo depois de convertidos ao cristianismo. Esse retorno triunfal à pátria aparece como integrante do reinado prometido de justiça e paz. Em *A chave dos profetas* Vieira iria mais longe: prevê que, após a conversão, os judeus continuariam celebrando em Jerusalém os seus ritos religiosos, pois a nova aliança não derogaria a antiga. <sup>67</sup> Terá sido essa

afirmação uma das mais fortes razões do ineditismo da obra? Vieira chama o povo judaico de filho pródigo, que voltaria ao pai comum quando chegasse o tempo da “plenitude de Israel”. Cavando um pouco mais fundo o sentido desse discurso profético, nele se reconhece um *modelo messiânico* em parte semelhante ao esquema teleológico que se foi articulando ao longo da história do povo hebreu. Os profetas tinham identificado a pátria perdida nos anos do cativeiro com a Terra da Promissão. O Livro de Daniel, lido pelos comentadores pós-exílicos e especialmente no tempo da revolta dos macabeus (século ii a.C.), reforçava a esperança na vinda de um Messias que seria rei e libertador do seu povo. No salmo 72 encontra-se uma das expressões mais vivas dessa expectativa: “Que em seus dias floresça a justiça e muita paz até o fim das luas; que ele domine de mar a mar, desde o rio até os confins da terra”. A figura recorrente do Messias-Rei (com a qual o Jesus dos Evangelhos, enquanto “Filho do Homem”, não quis identificar-se) reaparece nos milenarismos medievais, em Bandarra, no sebastianismo e em Vieira, que a projetou na história vindoura de Portugal e do mundo. De todo modo, há, nos seus escritos proféticos, discursos convergentes e discursos paralelos, o que relativiza as interpretações judaizantes.

Discursos convergentes. Vieira aproxima os cativeiros dos portugueses sob Castela aos cativeiros dos hebreus sob o domínio egípcio. Três passagens exemplares:

## 1

Finalmente, deixados exemplos antigos, assim como os portugueses, sendo verdadeiramente cristãos e católicos, esperavam que havia de haver tempo, em que tivessem rei português que os libertasse da sujeição de Castela, que eles chamavam cativeiro, para tornarem a ser reino separado, livre e soberano, como dantes eram, sem que esta esperança encontrasse [contrastasse] em alguma coisa a fé de verdadeiros cristãos, assim os judeus (se o forem verdadeiramente e de coração receberem a fé de Cristo) sem ofensa nem repugnância da dita fé, podem esperar a restituição da sua Pátria e repúblicas e que o instrumento e autor dela seja algum príncipe ou outra pessoa particular própria ou estranha, que Deus escolheu para esta obra (*Segunda representação*, § 393, grifos de Vieira).

## 2

Os futuros portentosos do mundo e de Portugal, de que há de tratar a nossa história, muitos anos há que estão sonhados, como os de faraó, e escritos como os de Baltasar; mas não houve até agora nem José que interpretasse os sonhos, nem Daniel que construísse as escrituras; e isto é o que eu começo a fazer (*Livro anteprimeiro*, § 41).

## 3

Já Deus, portugueses, nos livrou do cativeiro. Já por mercê de Deus triunfamos de faraó e do poder dos seus exércitos. Já os vimos, não uma mas muitas vezes afogados no mar Vermelho do seu próprio sangue, irmos caminhando para a Terra da Promissão, e pode ser que estejamos já muito perto dela e do último cumprimento das prometidas felicidades (idem, § 43). Nesse parágrafo, a identificação do povo português com os hebreus é explícita.

Mas, em outros passos, em vez de comparação e identificação, há paralelismo. O qual supõe diferença. Vieira não ignora nem omite a diversidade de significados que tem a palavra *Messias* nas tradições judaica e cristã, e, como o ele próprio declara na defesa, as suas discussões com o rabino de Amsterdam, Manasses ben Israel, centravam-se nesse ponto controverso.<sup>68</sup> É só ler o parágrafo 395 da *Segunda representação* para avaliar a nitidez com que o réu expõe o contraste entre as duas crenças. Para os judeus o Messias será um rei terreno e temporal que governará a Terra da Promissão em tempos vindouros de justiça e paz. Para os cristãos o Messias prometido pelos profetas já chegou, é Jesus Cristo, que só voltará no dia do Juízo universal. As expectativas são diversas, *mas não são excludentes*. A interpretação de Vieira conserva ortodoxamente a crença na volta final de Cristo, mas inclui a vigência de um longo período de concórdia, a que chama Quinto Império do Mundo, “tempo vacante” ou “tempo do meio” entre o Império Romano já findo e a hora do apocalipse. É plausível supor que nessa expectativa se encontrem traços de esperanças judaicas.

O Santo Ofício condenou nove proposições contidas na carta ao bispo do Japão, às quais Vieira se esforçara em vão por dar abonações bíblicas, teológicas e proféticas. A sentença, lida em presença do réu, aos 23 de dezembro de 1667, especificava cada proposição julgada temerária, ofensiva aos ouvidos pios, escandalosa ou herética: 1) que houvesse um dia um Quinto Império no Mundo regido por um rei defunto, depois de ressuscitado; 2) que se há de extinguir totalmente o Império Romano antes da vinda do Anticristo; 3) que Bandarra tinha sido verdadeiro profeta iluminado por Deus, sendo de esperar que se cumprissem no futuro as obras que o rei não realizara em vida; 4) que essa mesma certeza fora pregada pelo réu em presença do rei por ocasião de uma enfermidade deste; 5) que as trovas do Bandarra predizem coisas futuras e contingentes, as quais deverão ocorrer em razão dos sucessos que ele profetizou corretamente; 6) que o réu de certo modo equipara a ressurreição particular de tal pessoa com a certeza de Abraão de que seu filho Isaac iria ressuscitar, fiado na promessa que Deus lhe fizera de fundar nele a sucessão da sua Casa; 7) que o réu crê e espera a ressurreição particular do dito rei defunto fundado no capítulo 18 do Deuteronômio, em que se afirma que, para conhecer o espírito profético nos homens a regra é somente o sucesso das cousas profetizadas; 8) que no tempo do

império do rei ressuscitado se não de converter todos os judeus e gentios à fé de Cristo, para que se façam um rebanho e um só pastor; 9) que nesse mesmo tempo não de reaparecer as dez tribos de Israel, desaparecidas há mais de 2 mil anos, e que o imperador ressuscitado as há de apresentar ao sumo pontífice.

Não pararam aí as culpas arroladas pelo inquisidor. As intervenções de Vieira em favor dos cristãos-novos (que, como se viu, isentavam os mercadores do fisco tão apetezido pelo Santo Ofício); a redação de *A chave dos profetas*, de que o réu expusera algumas teses ao longo da defesa; e *last but not least*, os conselhos dados pelo réu, fazia mais de vinte anos, no sentido de se mudarem os estilos do Tribunal em relação aos judeus e cristãos-novos, não se fazendo caso de que continuassem os seus cultos e perseverassem na espera do seu Messias. Por mais de uma vez as opiniões de Vieira são identificadas com as dos “milenários judaizantes”, especialmente a sua crença reiterada de que o reino de Cristo seria, além de espiritual, temporal, nesta e desta terra.<sup>69</sup>

Como punição, os inquisidores o privaram de voz ativa e passiva, proibindo-o de pregar em Portugal e de proferir qualquer palavra que se reportasse ao objeto dos interrogatórios. A sua residência, da qual não poderia afastar-se, seria designada pelo colégio da Companhia a que pertencia. Enfim, deveria pagar as custas do processo.

Mas, assim como fora um golpe de Estado que levava ao trono em 1662 o adolescente Afonso vi, foi outra manobra palaciana que o afastou, em janeiro de 1668, entregando a regência ao irmão, o príncipe d. Pedro. Vieira, que os áulicos de Afonso vi tinham desterrado para o Porto e abandonado às mãos da Inquisição, viu-se, com a reviravolta da situação política, protegido por d. Pedro, liberado de qualquer reclusão domiciliar e novamente agraciado com a honraria de pregador régio subindo ao púlpito por seis vezes em 1669. Datam desse ano o sermão gratulatório e panegírico, os sermões da terceira e da quinta quarta-feira da Quaresma, o das lágrimas de São Pedro, o do Santíssimo Sacramento e o de Santo Inácio, todos pregados com êxito e considerável afluência de ouvintes.<sup>70</sup>

Renascia sob a roupeta do jesuíta o homem político. Vieira procurava, nessa altura da vida, granjear o valimento seguro do príncipe regente, e foi com lisonjas demasiadas que o fez, mas sem resultados duradouros. O seu pleito maior foi o de ir para Roma a pretexto de acompanhar o processo de canonização do padre Inácio de Azevedo, que, viajando para o Brasil com 39 jesuítas, fora trucidado ao largo das Canárias por corsários calvinistas. É consenso dos biógrafos que o seu verdadeiro intento seria conseguir junto ao Vaticano a revisão e anulação da sentença do Santo Ofício. A viagem à Itália foi-lhe concedida pela Companhia, confortada por uma carta de recomendação assinada pelo príncipe regente. Mas, quando Vieira solicitou passar primeiro pela Inglaterra para saudar a rainha Catarina, d. Pedro deixou de atendê-lo, ou porque conhecesse a hostilidade da irmã em relação ao seu casamento com a cunhada

(obtido mediante vexatório processo de divórcio), ou porque o enfadasse as advertências públicas que lhe fez o pregador lamentando que os príncipes arredassem de si os conselheiros eleitos por seus pais. De todo modo, as relações do príncipe regente com o jesuíta foram-se tornando cerimoniosas, se não frias, e Vieira manifestaria, em mais de uma ocasião, mágoa pela ingratidão dos filhos de d. João iv.

vieira em roma  
(novembro de 1669-maio de 1675)

A estada de Vieira em Roma durou quase seis anos. Pode-se dizer que foi um período relativamente feliz, se atentarmos para o caloroso acolhimento que recebeu por parte dos superiores da Companhia e dos prelados da corte pontifícia. Desfrutou do prestígio de orador sacro convidado a pregar em língua italiana e, particularmente, da admiração que lhe votou Cristina da Suécia. Convertida ao catolicismo, a rainha decidira morar junto ao Vaticano, escolhendo a Vieira para seu pregador, que assim foi honrado com os ouvintes mais letrados e eruditos da Roma papal. No entanto, as cartas que escreveu em todos esses anos mostram um homem angustiado com os destinos de Portugal, apreensivo com as tramas dos adeptos de d. Afonso vi, recolhido à ilha Terceira mas instigado a retomar o trono pela facção inimiga do príncipe regente. Na sua luta pelos direitos dos cristãos-novos, sofre a sabotagem dos agentes do Santo Ofício português, sempre solertes nos seus golpes e contragolpes. Vemos, enfim, um sexagenário enfermo, “escarrando vermelho”, submetido a penosas sangrias e padecendo febres sucessivas que o derrubam na cama. O clima de Roma, com calores de fogo nos meses de estio e ventos miasmáticos nas demais estações, é objeto de suas queixas constantes, e tudo são desejos e saudades da pátria.

De todo modo, não foi ociosa a estada romana. Trabalhou junto ao pontífice, Clemente x, para que fosse anulada a sentença do tribunal de Coimbra, obtendo, em abril de 1675, um alvará que o isentava da Inquisição portuguesa: necessário salvo-conduto, como ele mesmo o chamava, para quem se dispunha a prosseguir na vida pública e não renunciara jamais à crença nas profecias do Bandarra, acomodando-as taticamente às pessoas de Afonso vi, de d. Pedro e de seus descendentes.<sup>71</sup>

Pela correspondência assídua que manteve com seus interlocutores mais confiáveis, Rodrigo de Meneses e Duarte Ribeiro de Macedo, constata-se quão intensa era a sua preocupação no tocante à mudança de estilos da “fortaleza do Rossio”.<sup>72</sup> Tinham os cristãos-novos de Portugal pedido ao príncipe regente autorização para requererem ao papa solicitando remissão das suas possíveis culpas e tratamento menos arbitrário e sobretudo mais transparente nos processos

que os inculpavam. O momento era tenso: um furto praticado em 11 de junho de 1671 por um cristão-novo no sacrário do mosteiro de Odivelas desencadeara brutal reação antissemita em todo o país, e o fanatismo exigia novos autos de fé e expulsões em massa. O ladrão, preso ao intentar um segundo furto, fora sentenciado, tendo-se-lhe decepado as mãos antes de garroteá-lo e levá-lo à fogueira. Tomados de terror, alguns mercadores evadiram-se para Estados menos intolerantes, como a Holanda e a Inglaterra. D. Pedro mostrava-se dividido: os inquisidores, o voto unânime das cortes (nobreza, clero e Terceiro Estado) e o populacho truculento incitavam-no a tomar medidas drásticas, começando pela expulsão dos judeus e cristãos-novos suspeitos. De outro lado, a maioria dos jesuítas, dentre os quais os teólogos da Universidade de Évora, alguns prelados de renome, o ministro residente em Roma e membros da Cúria apoiavam o pleito dos cristãos-novos no sentido de poderem recorrer diretamente ao pontífice. De Roma fazia Vieira gestões para que os requerentes fossem atendidos, contando influir junto a autoridades religiosas de peso. Instava com d. Pedro, cuja indecisão deixava a causa em suspenso, lembrando-lhe a firme atitude de seu pai, d. João iv, que em 1649 favorecera o projeto da Companhia de Comércio, apesar do voto contrário da Inquisição.

O jesuíta, comparando a intolerância do Santo Ofício português com a relativa liberalidade que apreciava entre os dignitários italianos, desabafava em carta a Rodrigo de Meneses:

A pessoa de maior autoridade, de maiores letras e de maiores merecimentos que tem Roma, com lugar em todos os tribunais e o primeiro da casa do pontífice, me perguntou um destes dias se era certa a resolução que se dizia em Portugal. E, enfeitando eu o melhor que pude, respondeu: “Como era possível que se intentasse uma tal loucura, uma tal injustiça e uma tal impiedade?”. São palavras formais. Dizem todos os italianos que temos muito valor, mas que não temos nenhum juízo nem governo.

E, aconselhando indiretamente ao príncipe d. Pedro: “A única regra de fé que Deus deixou no mundo é o papa. Ponha s.a. estes negócios e a sua consciência e a dos seus ministros eclesiásticos nas mãos do Vigário de Cristo; veja ele as leis, examine os estilos, informe-se da verdade inteiramente, e se mostrar que há injustiça, emende-se, e ajude a isso um príncipe tão justo e filho de um rei tão justo” (Carta de Roma, 21 de novembro de 1671). O pleito arrastou-se ao longo de todo o decênio de 70: as esperanças dos cristãos-novos na benevolência da Cúria davam-se de modo intermitente graças a acenos amistosos do prestigioso cardeal Altieri e mostras de isenção de Clemente x. Mas, à medida que d. Pedro ia cedendo à cabala inquisitorial, aos bispos portugueses, às cortes e às paixões antissemitas da rainha, o processo perdia força. Uma luz pareceu acender-se quando o novo papa, Inocêncio xi, eleito em julho de 1676, exigiu que os



inquisidores entregassem quatro processos que guardavam ciosamente, prova da parcialidade de suas praxes, do número exíguo das testemunhas (sempre anônimas) e do arbítrio das sentenças finais.

Vieira, nessa altura de volta a Portugal, seguia de perto as reações violentas que o breve do papa provocava não só entre os inquisidores e as cortes, mas na população cada vez mais inflamada em seu ódio aos judeus e cristãos-novos. Atribuíram-lhe, com ou sem razão, a redação de vários panfletos de denúncia aos estilos do Santo Ofício: as *Reflexões sobre o papel intitulado “Notícias recônditas do modo de proceder do Santo Ofício com os seus presos”*, libelo contra todas as injustiças cometidas nos processos pondo a nu o caráter persecutório da instituição; o *Papel que fez o padre Antônio Vieira em que mostra não se dever admitir o breve que por via da Inquisição de Lisboa se impetrou de Sua Santidade, para se anular o alvará que o senhor rei d. João IV tinha feito à gente de nação em que lhe remitia os bens, que depois de sentenciados, e executadas as causas, pertenciam ao seu real fisco, pelo contrato ajustado*, defesa cabal da isenção do fisco que d. João IV concedera aos mercadores cristãos-novos por ocasião do estabelecimento da Companhia de Comércio, em 1649; o *Desengano católico sobre a causa da gente de nação hebreia feito pelo padre Antônio Vieira*, texto que intervém sem meias palavras na contenda entre o papa Inocêncio XI e os inquisidores portugueses, acusando a gravidade da desobediência destes ao breve que os intimava a entregar a Roma os processos relativos aos cristãos-novos. Enfim, no bojo do mesmo conflito, o *Memorial proclamatório ao sumo pontífice Inocêncio XI a favor da gente de nação, na ocasião em que conseguiram breve para se avocarem a Roma certos processos do Santo Ofício que se duvidavam remeter*.

Esses e outros panfletos poderiam ser de autoria de Vieira, pois correspondem exatamente a suas atitudes de repulsa às violências cometidas pela fortaleza do Rossio. Não há certeza de sua participação no trabalho de redigi-los, mas o fato de serem na época atribuídos à sua pena tem o valor de um testemunho, involuntária homenagem dos adversários à coerência da luta que havia três décadas ele vinha empreendendo.

Pode-se imaginar a frustração de Vieira quando constatou, uma vez mais, a força e a insolência dos inquisidores que resistiram às ordens do papa. Inocêncio XI chegou a suspender o inquisidor-geral de suas funções, mas acabou cedendo. Apesar da decretação pontifícia de normas menos desumanas, os autos de fé voltaram a queimar réus de judaísmo no Portugal dos fins do século XVII e inícios do seguinte, sem que se abrandassem as paixões antissemitas dos inquisidores.<sup>73</sup>

Com o mesmo empenho Vieira, ainda em Roma, acalentava o projeto de criação de uma Companhia das Índias Orientais, a ser também financiada com a ajuda dos capitais de mercadores judeus e cristãos-novos. A esse projeto opôs-se, de novo, o Santo Ofício, que desta vez não estava só: os interesses da Espanha, da

Inglaterra e, ultimamente, da França, que competia com Portugal no comércio do Oriente, concorreram para fazer malograr uma empresa que, na opinião de Vieira, teria preservado as conquistas lusitanas na Índia. Portugal caminhava a passos largos para a decadência econômica que dele faria o “reino cadaveroso” do começo do século xviii.

Como fizera em outras quadras de sua vida, Vieira não deixou de escrever e pregar em meio a cuidados políticos dos quais saía quase sempre vencido. Em Roma continuou a redigir o livro que era a menina de seus olhos, *A chave dos profetas*. “Em 1672” — diz João Lúcio de Azevedo — “já o tinha muito adiantado, e mostrava os trechos compostos, recolhendo com delícia os louvores. Ninguém o lê sem admiração e sem o julgar por importantíssimo à inteligência das escrituras proféticas”, contava com desvanecimento a d. Rodrigo de Meneses.<sup>74</sup>

Pregou, ao que consta com pouco êxito, na igreja de Santo Antônio dos Portugueses celebrando o santo de sua pátria. Ao ouvi-lo, o geral dos jesuítas, padre Gianpaolo Oliva, orador acreditado junto ao pontífice, pediu-lhe que pregasse em italiano a fim de que a sua eloquência pudesse ser entendida e admirada pelos prelados da Cúria. Vieira resistiu quanto pôde, alegando insuficiente conhecimento da língua. Mas teve que aquiescer quando lhe foi ordenado em nome da obediência aos superiores da Companhia. Em italiano proferiu com grande aplauso os sermões das chagas de São Francisco, do Santíssimo Sacramento, da quinta terça-feira da Quaresma (a pedido da rainha Cristina na capela do seu palácio), de São Bartolomeu, das cinco pedras (também na corte da rainha), das cadeias de São Pedro, do beato Estanislau, da primeira domingo da Quaresma, da segunda oitava da Páscoa. A crer no seu biógrafo e panegirista, padre André de Barros, os triunfos oratórios de Vieira em Roma foram extraordinários: nenhum, porém, superou o desafio que lhe propôs Cristina da Suécia. A Vieira caberia defender as razões do filósofo Heráclito, que de tudo chorava, contra as de Demócrito, que de tudo se ria. Na disputa, o padre Cataneo exaltou o riso; Vieira, o pranto. O discurso, apesar do abuso de paradoxos engenhosos, merece ainda hoje leitura atenta, pois traz observações psicológicas e morais argutas. A incompatibilidade do riso com a compaixão, que já fora assinalada por Aristóteles e Sêneca e viria a ser um dos temas diletos de Henri Bergson em seu ensaio *Le rire*, ganha no texto de Vieira um rico desdobramento.

Também a rogo de Cristina da Suécia, compôs o sermão intitulado *As cinco pedras da funda de Davi em cinco discursos morais*. Sabe-se, pela notícia prévia que o autor após a tradução castelhana do texto, que o sermão fazia parte de um “divertimento espiritual da Corte”, os

vulgarmente chamados oratórios, nos quais por modo de diálogo se representam em excelente música as histórias mais célebres da escritura;

como o sacrifício de Abraão, as cadeias de José, a tragédia de Amã, e outras de semelhante doutrina; e no meio desta suavidade, com que maravilhosamente se dispõem os corações para sazonar o útil com o doce, se ouve um breve sermão.<sup>75</sup>

A estrutura do discurso, como na quase totalidade das pregações de Vieira, é declaradamente metafórica. Davi derribou o gigante Golias com cinco pedras que lançou da sua funda: a primeira é o conhecimento de si mesmo, a segunda a dor do bem perdido, a terceira o pejo do mal cometido, a quarta o temor do castigo futuro, a quinta a esperança do gosto eterno. O gigante Golias é o mundo, a cabeça do mundo é Roma, e contra os inimigos espirituais da Cidade Eterna o orador vai lançar as suas pedras. Um discurso de conversão do pecador, próprio do tempo da Quaresma, mas afinado ao tom entre defensivo e guerreiro que convinha à figura do jovem lutador e vencedor dos inimigos de Israel. O tema é datado e provavelmente pouco dirá ao leitor de hoje; no entanto, sobrevivem a força e a graça da elocução.

volta a portugal (agosto de 1675-janeiro  
de 1681): tempo de vacas magras

O regresso de Vieira à pátria pode ser explicado por motivos diversos. O estado de saúde foi-se agravando ao longo dos anos romanos, a ponto de ter se ausentado da capital pontificia mais de uma vez para restabelecer-se perto do mar à procura de melhores ares, o que justificaria a partida definitiva da Itália. Mas haveria também, e talvez principalmente, uma razão política: a sua atuação em favor dos requerimentos dos cristãos-novos certamente exasperava a Inquisição, que, com a cumplicidade tácita (e depois manifesta) de d. Pedro, procurou afastar da Cúria aquele ativo e sagaz adversário. De todo modo, Vieira considerava um exílio a sua permanência indefinida em Roma e suspirava por voltar a Lisboa, onde supunha que conseguiria recuperar o valimento do príncipe regente. A demora da viagem parece ter-se devido ao receio de passar pela Espanha, onde a Inquisição poderia molestá-lo.

Embora juridicamente isento pelo breve de Clemente x, Vieira acabaria sofrendo todo tipo de intriga por parte dos religiosos e familiares do tribunal que já o tivera em suas mãos. Foi ingrato esse período que medeia entre a volta de Roma e a partida definitiva para o Brasil, que se daria em 1681. Não lhe pouparam dissabores e humilhações. Foi pouco e mal recebido por d. Pedro, que o alijou da posição de confessor e de conselheiro, mostrando-se ingrato com quem o apoiara tão firmemente na hora difícil da sucessão de seu irmão Afonso. Ao púlpito não voltou nem uma vez, apesar de tido como o maior pregador português de todos os tempos. Até mesmo a epígrafe que compôs para a lápide

do tûmulo de d. João iv foi recusada pelos que a encomendaram. Os adversários na corte e no Santo Ofício espalhavam boatos de que ele se acumulara secretamente com nobres de Castela com o fim de a eles submeter de novo o reino português tão bravamente restaurado por d. João iv e defendido com sucesso no reinado de Afonso vi. Eram calúnias vis, mas que criavam em torno do jesuíta uma aura sombria de traidor da pátria. A essa injúria associavam a lembrança do projeto de vender Pernambuco aos holandeses que o diplomata desastrado propusera fazia trinta anos. Enfim, não menos penoso foi ver o irmão, Bernardo Vieira Ravasco, ter de reclamar seus direitos de oficial escrivão da Câmara da Bahia como se não os merecesse, precisando que se alegassem mercês feitas a ele, Vieira, para deferir-lhe o justo pedido. Redige então um memorial indignado em que relembra a longa série de serviços que prestara ao rei e ao reino sem outra paga que o frio desdém dos que mais lhe deviam estima e deferência.<sup>76</sup>

As compensações vinham do reconhecimento do seu talento por parte do geral Oliva, que o convidava para retornar a Roma, de onde igualmente o chamava Cristina da Suécia. Saudosa das pregações que tanto haviam abrilhantado as cerimônias religiosas do seu palácio, a rainha manifestara ao padre Oliva o desejo de chamar Vieira para tê-lo como confessor e diretor espiritual. Mas não era o luzimento na corte romana que ele almejava: escusou-se, dizendo-se honrado pelo convite, mas impedido pela gravidade dos males que alquebravam os seus setenta anos de idade. O designio único e constante do nosso incansável batalhador era influir no governo do reino para o qual se empenhara desde a juventude. E como o regente lhe dava mostras de indiferença, se não descaso, preferia retomar o ofício de missionário no Brasil, onde estaria a salvo das intrigas da corte e da animosidade do Santo Ofício. Mas, para sua surpresa, não veio do temido tribunal uma só palavra de censura aos *Sermões*, cujo primeiro tomo foi ao prelo em dezembro de 1678, aprovado com todas as licenças eclesiásticas e régias de praxe.

os últimos anos na bahia (1681-97).  
os reveses do presente e os sonhos do futuro

Chegando à Bahia, Vieira passou a morar em uma residência campestre que ficava a cerca de meia légua da cidade, a Quinta do Tanque, chácara aprazível onde poderia cumprir seu confessado desejo de viver retirado do mundo. Chamava deserto a esse retiro. Mas durou pouco o sossego, talvez um tanto forçado em homem naturalmente inquieto e apaixonado. De resto, as frotas traziam periodicamente do reino notícias que não deixavam de interessá-lo ou de magoá-lo, como a que referia um grotesco auto de fê promovido no pátio da Universidade de Coimbra por estudantes e populacho que o queimaram em

efígie para comemorar o término da suspensão do Santo Ofício. Era ainda o defensor dos cristãos-novos que mesmo de além-mar despertava os rancores dos familiares da Inquisição.

As agruras não lhe vinham só da pátria distante. Foi na Bahia que teve de sofrer os mais duros agravos. O governador, Antônio de Sousa de Meneses, alcunhado “Braço de Prata” (homem rancoroso e dissoluto, alvo das sátiras mais cruas de Gregório de Matos), indispusera-se com o secretário de Estado, Bernardo Ravasco, irmão do padre Vieira. Logo se formaram duas facções, cuja mútua malquerença cedo ou tarde degeneraria em violência. Um dos íntimos do governador, o alcaide-mor da cidade, Francisco Teles de Meneses, que se desmandara em perseguições aos desafetos, foi morto em uma emboscada perto do colégio dos jesuítas. Os assassinos se homiziaram na casa dos padres, onde se encontravam o provedor da alfândega, André de Brito, réu de assassinio de escravos da vítima, e o sobrinho de Vieira, Gonçalo Ravasco, já condenado ao degredo na África. As aparências levavam a supor o envolvimento dos jesuítas na morte do alcaide-mor. O governador reagiu prontamente: mandou prender Bernardo Vieira Ravasco, suspeito de mandante do crime, e cercar o colégio onde estavam refugiados os supostos cúmplices. Mas não lhe sucedeu como cuidava. Gonçalo conseguiu fugir com a frota que ia para Lisboa e aí defender-se junto ao príncipe. O processo conheceu mais de um ouvidor, e o último, João de Rocha Pita, mandou soltar Bernardo Vieira Ravasco, que, temendo novas represálias do governador, refugiou-se no convento dos carmelitas descalços da Bahia. Vieira, no intuito de proteger o irmão, tentou dialogar com “Braço de Prata”, que, porém, o ofendeu rudemente proibindo-o de pôr de novo os pés no palácio. O processo arrastou-se até 1687, sendo Vieira, o irmão e o sobrinho primeiro inculpadados, depois inocentados.<sup>77</sup>

Em meio a tantos percalços e sempre declinando o estado de saúde, não desleixou o trabalho de rever e, em alguns casos, reescrever os sermões, que foi enviando regularmente à impressão, perfazendo doze tomos até seu último ano de vida. Pelas notícias que temos desses anos de Brasil, escreveu mais do que pregou. Os sermões do Rosário foram reunidos no volume intitulado *Maria Rosa Mística: Excelências, poderes e maravilhas do seu Rosário compendiadas em trinta sermões ascéticos e panegíricos sobre os dois Evangelhos desta solenidade Novo e Antigo*. Segundo a ordenação cronológica que Margarida Vieira Mendes fez de todos os sermões, alguns já tinham sido pregados ou na Bahia na sua juventude (certamente o décimo quarto, em 1633), no Maranhão e em Portugal, limitando-se o autor ao trabalho de lima.<sup>78</sup> Há, de todo modo, alguma probabilidade de que Vieira tenha composto, no seu último período baiano, o sexto, o sétimo, o décimo, o vigésimo terceiro, o vigésimo sétimo. Sobre o trigésimo, esclarece a estudiosa, terá sido apenas escrito, datando de 1686, ano em que a cidade foi infestada por uma epidemia, talvez de febre amarela, a

“bicha”, a que se referem documentos da época. É razoável supor que a ordem constante no volume *Maria Rosa Mística* não obedeça a uma sequência temporal, mas a critérios temáticos internos que, porém, não parecem evidentes.

A extrema importância que Vieira dá à recitação do rosário, pregada inicialmente por São Domingos a partir de 1214, tem a ver com a intensificação de certas práticas devocionais promovida pela Contrarreforma em resposta a correntes protestantes que as tinham rejeitado como supersticiosas. Igualmente o culto mariano, abolido pelos calvinistas, que o acusavam de idolatria, seria fervorosamente encarecido por todas as ordens religiosas tanto na Europa como nas missões da América e da Ásia. Vieira é pródigo em enumerar os milagres alcançados pela recitação do rosário, a começar pela vitória sobre os otomanos na batalha de Lepanto conquistada pela esquadra espanhola em 1571.

Embora distante da corte e enredado no processo judicial que atingira seu irmão e a si próprio, Vieira não deixou de pregar com grande empenho (e, segundo João Lúcio de Azevedo, com indiscreto júbilo) o sermão das exéquias da rainha Maria Francisca Isabel de Saboia. A oração foi proferida em 11 de setembro de 1684 na igreja da Misericórdia da Bahia, cabendo a Bernardo Ravasco a decoração do catafalco. A morte da rainha, em dezembro de 1683, seguira de perto a de seu primeiro esposo, d. Afonso vi, e tornara possível um segundo casamento do regente trazendo a esperança de um filho varão herdeiro do trono. O passamento de Afonso, por sua vez, conferia a d. Pedro o direito ao título de rei, que ele não ousara atribuir-se enquanto vivo o irmão, posto que desterrado e submerso no hebetismo.

A nova conjuntura dinástica, interpretada em termos providencialistas, reacendeu na mente do inveterado leitor das trovas de Bandarra a crença na missão universal que um soberano português haveria de exercer quando chegasse o ansiado Quinto Império. É provável que a redação de *A chave dos profetas* recebesse novo impulso nesse tempo de exílio do profeta até então frustrado. O fato é que d. Pedro, depois de quatro anos de viuvez, contraiu núpcias com a princesa palatina Maria Sofia de Neuburgo, que lhe deu o filho tão esperado no discurso de exéquias de Maria Francisca. Chegara, enfim, o futuro imperador do mundo reduzido à fé cristã! O pregador, octogenário, subiu ao púlpito para celebrar o real nascimento. Mas pouco durou, apenas dezoito dias, a euforia do açodado vidente. A morte do recém-nascido não abateria, porém, a sua obstinação profética: na *Palavra do pregador empenhada e defendida*, faz as antigas esperanças retornarem ora na pessoa de um segundo filho, ora na pessoa do mesmo d. Pedro.<sup>79</sup> A glorificação de Portugal ultrapassa nesse discurso todas as fronteiras do plausível e do imaginável, sendo convocadas numerosas passagens do Antigo e do Novo Testamento para revelar os designios universais que a Divina Providência concebera para d. Pedro e um seu futuro segundogênito. Mas, para amarga decepção do pregador, o rei não lhe disse uma

palavra sequer de agradecimento. Vieira era, nessa altura, um orador altamente estimado em Portugal, na Espanha, em Roma, em círculos religiosos da França e da Áustria, e até no México, onde a universidade louvou os seus escritos. Um escritor admirável, que os próprios inquisidores elogiavam, mas um profeta desacreditado.

O que mais o pungia era a falta de reconhecimento dos serviços que prestara ao reino no seu longo percurso de conselheiro e diplomata. Vale a pena ler a carta que escreveu em 23 de maio de 1689 ao conde de Ericeira, d. Luís de Meneses, que subestimara, na *História de Portugal restaurado*, os seus empreendimentos dando-os por irrealizados. Ericeira dissera que os negócios tentados pelo jesuíta, talvez pelo excesso de sutileza do seu engenho, “muitas vezes se desvaneceram”, juízo que Vieira contesta em tom ressentido narrando por miúdo o itinerário da sua vida pública.

Enquanto membro da Companhia de Jesus, ele, de todo modo, não perdeu então, como nunca perdera, o apreço com que o distinguiam os superiores em Roma. Nos meados de 1688 o padre-geral o nomeou visitador provincial, cargo que o levaria a mudar-se da Quinta do Tanque para o colégio, “com a condição porém de não sair da Bahia, havendo consideração aos meus anos”<sup>80</sup>. No triênio de sua gestão (1688-91), Vieira tornou a preocupar-se com o exíguo número de missionários, que desde os anos de apostolado no Maranhão lhe parecia o principal empecilho à conversão dos índios. O cuidado maior deveria ser o aprendizado das línguas das diferentes tribos, então preterido pelos seminarianos do Colégio da Bahia. Para remediar tão grave falha, exorta os estudantes a trocarem as lições “das retóricas, das filosofias e das teologias”, caras à formação dos inacianos, pelo estudo das línguas nativas, sem o qual não poderiam tentar a salvação de tantas almas.<sup>81</sup>

Vinha do seu tempo de missionário no Maranhão a convicção da necessidade de dominar as línguas dos silvícolas. No *Sermão do Espírito Santo*, pregado em 1656, encontramos uma vigorosa evocação do árduo aprendizado que o próprio Vieira fizera sem outro auxílio que o do próprio ouvido:

Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais, ou consoantes, de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas e três semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de todas elas: umas tão delgadas e sutis, outras tão duras e escabrosas, outras tão interiores e escuras, e mais afogadas na garganta, que pronunciadas na língua: outras tão curtas e subidas, outras tão estendidas e multiplicadas, que não percebem os ouvidos mais que a confusão, sendo certo em todo rigor que as tais línguas não se ouvem, pois se não ouve delas mais que o somido, e não palavras desarticuladas e humanas, como o diz o profeta: *Quorum non*

Transpondo com a costumeira desenvoltura passagens bíblicas para as condições presentes, auspícia aos missionários o dom das línguas, que o Espírito Santo infundira nos apóstolos no dia de Pentecostes. Cinco línguas, pelo menos, deveriam eles dominar:

A portuguesa, com que por tantos anos se insiste na reformação dos portugueses; a etiópica, com que só nesta mesma cidade se doutrinam e catequizam vinte e cinco mil negros, não falando no infinito número dos de fora; as duas dos tapuias, com que no mais interior dos sertões ainda remotíssimos, se têm levantado as seis novas cristandades dos paiaias e quiriris; e finalmente a própria brasilica e geral, com que nas doze residências mais vizinhas ao mar, em quatrocentas léguas de costa, doutrina a Companhia, e já conserva as relíquias dos índios deste nome, que já estariam acabados se ela os não conservara.<sup>83</sup>

Enfim, ao custeio das missões, legítimas “universidades das almas”, destinava parte dos emolumentos que ainda recebia como pregador régio, bem como os direitos dos sermões que já se divulgavam com êxito em Portugal e na Espanha.

persistência da contradição: os quilombolas  
de palmares e os índios de são paulo

Viu-se, linhas acima, que o Vieira defensor intrépido dos índios não se valeu do seu discurso sobre a igualdade dos filhos de Deus e a liberdade da “lei natural” para impugnar a escravidão dos africanos. No fundo dessa incoerência, que a razão e o sentimento de humanidade não podem deixar de acusar e deplorar, é possível reconhecer a implacável coerência do projeto colonial filtrado pela lógica das missões jesuítas. Os índios, objeto preferencial de toda a prática missionária, deveriam ser convertidos ao catolicismo; e, para tanto, o meio mais eficiente era o do aldeamento d’el-rei, que fora concedido à Companhia desde o início da colonização. A origem dos conflitos com os moradores (ditos “portugueses”, desde Anchieta até Vieira) estava toda na fome insaciável de mão de obra dos colonos, que os jesuítas não se dispunham a satisfazer inteiramente na medida em que limitavam os cativeiros à circunstância da “guerra justa”. O recurso ao braço africano, que vinha do século xv, precedendo de muito a própria fundação da Companhia de Jesus, pareceu aos missionários uma solução viável do problema do trabalho, que a defesa puramente formal e verbal dos índios não conseguira equacionar.

O pretexto da salvação da alma dos negros, só obtida com a sua passagem da África idólatra para a América portuguesa e católica, servia de lenimento



ideológico para aliviar a dor da ferida exposta, que a consciência de Vieira não deixava de sofrer quando apontava, em momentos de lucidez, o absurdo atroz do processo inteiro. Fora ele que, pregando o vigésimo sermão do Rosário, dissera: “Entre os homens dominarem os brancos aos pretos, é força, e não razão ou natureza”. Fora ele que, rogando ao jovem Afonso vi que libertasse os índios dos cativeiros do Maranhão, lembrara os castigos que Portugal padecera desde que os conquistadores da costa africana de lá arrancaram os primeiros escravos negros. O episódio do Quilombo dos Palmares testaria, uma vez mais, o descompasso entre essa percepção humanista do missionário e a sua entrega à máquina mercante do sistema colonial. A ideologia colonialista lançava na escuridão da convivência o que a contraideologia iluminara na hora fugaz da denúncia. Leia-se este passo da carta dirigida ao secretário de d. Pedro, Roque Monteiro Paim, em 2 de julho de 1691:

Muito me admira (mas tal é o sumo zelo em Sua Majestade de salvar a todos!) que, sem outra informação dos superiores desta província, houvesse por bem a oferta feita por um padre particular de ir aos Palmares. Esse padre é um religioso italiano de não muitos anos, e posto que de bom espírito e fervoroso, de pouca ou nenhuma experiência nestas matérias. Já outro de maior capacidade teve o mesmo pensamento; e posto em consulta julgaram todos ser impossível e inútil por muitas razões. Primeira: porque se isto fosse possível havia de ser por meio de padres naturais de Angola que temos, aos quais creem, e deles se fiam e os entendem, como de sua própria pátria e língua; mas todos concordam em que é matéria alheia de todo o fundamento e esperança. Segunda: porque até deles neste particular se não hão de fiar por nenhum modo, suspeitando e crendo sempre que são espias dos governadores, para os avisarem secretamente de como podem ser conquistados. Terceira: porque bastará a menor destas suspeitas, ou em todos ou em alguns, para os matarem com peçonha, como fazem oculta e secretissimamente uns aos outros. Quarta: porque, ainda que cessassem os assaltos que fazem no povoado dos portugueses, nunca hão de deixar de admitir aos de sua nação que para eles fugirem. Quinta: fortíssima e total, porque sendo rebelados e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos, nem receber a graça de Deus, nem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão de fazer.

Se um meio havia eficaz e efetivo para verdadeiramente se reduzirem, que era concedendo-lhes s.m. e todos os seus senhores espontânea, liberal e segura liberdade, vivendo naqueles sítios como os outros índios e gentios livres, e que então os padres fossem seus párocos e os doutrinassem como aos demais.

Porém esta mesma liberdade assim considerada seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido o ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é outro mais que o próprio corpo.

Não sabemos com certeza o quanto teria pesado nas decisões da Coroa esse parecer de Vieira. O fato é que não se deram novas tentativas de mediação entre o governo colonial e os quilombolas. Palmares seria destruído em 1694, quando as autoridades apelaram para os bandeirantes de São Paulo. Chefiados pelo sertanista Domingos Jorge Velho, os paulistas arremeteram contra os quilombos vencendo-os apesar da heroica resistência de Zumbi e de seus súditos.

Mas, se a palavra do missionário abriu, de algum modo, caminho para a vitória dos bandeirantes sobre os negros escapos à escravidão, essa mesma supremacia, alentada pelas descobertas de filões de ouro nos ribeiros de Itaberaba, seria fatal para a liberdade dos índios de São Paulo tutelados pelos jesuítas. Vieira abandonou os quilombolas à própria sorte, desacreditando a intervenção de embaixadores religiosos, mas, quando quis proteger os seus diletos indígenas da cupidez dos moradores de Piratininga, a sua argumentação não logrou convencer as autoridades coloniais e tampouco os seus companheiros de religião d'aquém e d'além-mar. O requerimento dos vereadores de São Paulo, que propunha normas de organização do trabalho indígena sob o nome especioso de “administração”, foi aprovado pelos jesuítas do Colégio da Bahia com voto vencido, em separado, de Vieira, que o enviou a d. Pedro, por ordem deste. Documento notável pela perspicácia com que desmascara as trapas e os subterfúgios dos requerentes, o *Voto sobre as dívidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios*, redigido em 1694, foi o derradeiro esforço de Antônio Vieira para preservar um mínimo de dignidade na relação dos colonos com os seus virtuais escravos.<sup>84</sup> A abertura do *Voto* não poderia ser mais explícita e didática:

Para falar com o fundamento e clareza que convém, em matéria tão importante como da consciência, e tão delicada como da liberdade, é necessário, primeiro que tudo, supor que índios são estes de que se trata, e que índios não são.

São pois os ditos índios aqueles que, vivendo livres e senhores naturais das suas terras, foram arrancados delas por suma violência e tirania, e trazidos em ferros, com a crueldade que o mundo sabe, morrendo, natural e violentamente muitos nos caminhos de muitas léguas até chegarem às terras de São Paulo, onde os moradores delas (que daqui por diante chamaremos paulistas) ou os vendem ou se serviam e se servem deles como escravos. Esta é a injustiça, esta a miséria, este o estado presente, e isso o que são os

índios de São Paulo.

O que não são, sem embargo de tudo isto, é que não são escravos, nem ainda vassalos. Escravos não, porque não são tomados em guerra justa; e vassalos também não, porque assim como o espanhol ou genovês cativo em Argel é contudo vassalo do seu rei e da sua república, assim o não deixa de ser o índio, posto que forçado e cativo, como membro que é do corpo e cabeça política da sua nação, importando igualmente para a soberania da liberdade, tanto a coroa de pena, como a de ouro, e tanto o arco como o cetro.<sup>85</sup>

Adotando o princípio segundo o qual ninguém pode ser súdito de um estado onde não nasceu, posição que se firmara nas disputas travadas pelos dominicanos na América espanhola, Vieira desmonta, no plano jurídico, a alegação de que as administrações paulistas seguiriam o modelo das *encomiendas*. Demonstrada a ilegalidade dos cativos de São Paulo, o *Voto* exige que se restituía a liberdade aos índios e se pague “o preço do seu serviço, a que por força os obrigaram”. A palavra-chave é *violência*, repetida e aplicada às várias situações em que se exerce:

Não é violência que se o índio, senhor da sua liberdade, fugir, o possam licitamente ir buscar e prender e castigar por isso? Não é violência que, sem fugir, haja de estar preso e atado, não só a tal terra, senão a tal família? Não é violência que, morrendo o administrador ou o pai de família, haja de herdar os filhos a mesma administração e repartirem-se por eles os índios? Não é violência que se possam dar em dote nos casamentos das filhas? Não é violência que, não tendo o defunto herdeiros, possa testar da sua administração, ou entre vivos fazer trespasso dela a outro, e que experimentem e padeçam os Índios, em ambos os casos, o que sucede na diferença dos senhores aos escravos? Não é violência que, vendendo-se a fazenda do administrador, se venda também a administração, e que os índios com ela, posto que se não chamem vendidos, se avaliem a tal e tal preço por cada cabeça? Não é violência, enfim, que, importando a um índio para bem de sua consciência, casa-se com índio de outro morador, o não possa fazer sem este dar outro índio por ele?

Vieira mostra-se conhecedor de autores espanhóis que inspiraram as normas legais da relação dos *encomenderos* com os trabalhadores nativos. É um discurso que, ao menos em teoria, procurava respeitar a liberdade do índio e pagar regularmente um salário por seus serviços. Cita Juan Solorzano Pereira, professor em Salamanca e auditor em Lima, autor do *De indiarum gubernatione*, e o padre Joseph de Acosta, autor da *Historia natural y moral de los indios*. A doutrina de

ambos proibia que os índios fossem repartidos e entregues a particulares ou famílias que se valessem de seu trabalho. Aos nativos seria facultado alugarem o seu braço pelo tempo que lhes aprouvesse e a quem quisesse empreitá-los. Quanto à forma de remuneração, Vieira é taxativo: que seja regulada por dia e não se reduza à esmola de “algum mimo” dado eventualmente, pois algum costuma ser pouco ou nenhum, e de vez em quando acaba virando nunca.

Mas, sabedor da condição peculiar de não poucos indígenas de São Paulo, que viviam em regime paternalista no seio das famílias dos moradores, Vieira, com fino senso antropológico, é de parecer que nesses casos as relações domésticas pudessem assumir aspectos informais, concedendo-se de todo modo ao indígena a liberdade de viver onde bem quisesse.

A esse testemunho de resistência opunham-se alguns jesuítas mancomunados com os camaristas de São Paulo, particularmente Alexandre de Gusmão, tão desafeto de Vieira que o detratara junto ao padre-geral tachando de violenta e extravagante a sua gestão como visitador.<sup>86</sup> E, para amarga decepção de Vieira, igualmente tentou intrigá-lo com os superiores em Roma o secretário que ele trouxera da Itália, o padre João Antônio Andreoni, o futuro autor de *Cultura e opulência do Brasil*, sob o pseudônimo de Antonil. A animosidade deste e do seu grupo revelou-se no episódio cuja narração transcrevo abaixo:

Em maio de 1694, governando a província o padre Alexandre de Gusmão e seu secretário e padre Andreoni, reuniu-se a Congregação Provincial para eleger procurador que se devia enviar a Roma. Umas palavras que Vieira proferiu acerca de pessoa que lhe parecia mais qualificada para nela recair a eleição foram-lhe interpretadas como aliciamento de votos para determinado sujeito, o que nos estatutos da Companhia é proibido sob penas severas. Formou-se-lhe processo e foi por sentença declarado réu e privado de voz ativa e passiva. O condenado apelou do que tinha por injustiça para o juízo do geral. Este toma a peito a causa, manda rever o processo e depois de sério exame declara nula a sentença do Brasil. A demora porém da revisão e das viagens foi grande, e a decisão de Roma chegou à Bahia quando Vieira já tinha expirado. A carta do padre-geral que respondia à apelação de Vieira dá-nos um vivo testemunho do elevadíssimo apreço em que o insigne religioso era tido pelo gerarca supremo da Companhia. É de 1º de fevereiro de 1695, e, traduzida do latim, desta maneira consola e louva o quase nonagenário sacerdote:

“Pela carta de v. Revma. de 15 de julho de 1594 e pelas de outros tive inteiro conhecimento do que se praticou na última Congregação Provincial contra a pessoa de v. Revma. Fica a meu cuidado averiguar se houve ou não injustiça no decreto, e de modo nenhum consentirei que injustamente se menoscabe, por quem quer que seja, o bom nome e o direito de um varão

que tamanhos serviços tem prestado, e tão benemérito de nossa Companhia.” E o geral, o padre Tirso González, remata a missiva encarecendo “a igualdade de ânimo e inalterável serenidade com que v. Revma. se houve em prova tão árdua, fazendo oblação inteira de si e de suas coisas a Deus” <sup>87</sup>

O que sabemos dos últimos dias de Antônio Vieira? Os melhores biógrafos, André de Barros e João Lúcio de Azevedo, nos mostram um ancião à beira dos noventa anos de idade, vítima da má vontade de confrades próximos, sofrendo mais de uma enfermidade, quase cego, precisado de quem lhe anotasse a redação final da obra à qual dedicara metade da vida, *A chave dos profetas*. Decerto nada o pungia tanto como deixar inacabado o seu testamento espiritual, a decifração laboriosíssima das profecias do sapateiro Bandarra combinadas com as de Daniel e Isaías, Jeremias e o rei Davi. Quanto mais o reino estagnava na mediocridade da casa reinante e na iminente entrega do seu futuro ao imperialismo britânico; quanto mais decididamente pendia a balança do poder colonial para os paulistas adversários dos jesuítas; quanto mais a Inquisição aterrava, nos seus estertores, os cristãos-novos com horrendos autos de fé, tanto mais se incendiava a imaginação do profeta do Quinto Império do Mundo, o Reino de Cristo Consumado. Haveria de chegar em breve o tempo em que os gentios se converteriam todos à fé cristã assim como os judeus, novamente reunidos com as dez tribos dispersas havia milênios. Esse reino de justiça, inocência e paz seria espiritual e temporal, regido pelo pontífice e por um soberano português saído da estirpe dos Bragança.

Não tendo mão para escrever, nem olhos para consultar as fontes da Escritura, dos teólogos e videntes que confortavam os seus prognósticos, Vieira recorreu sucessivamente a um antigo e fiel companheiro, o padre José Soares, que o ajudou quanto pôde na escrita da *Chave*, ao solícito padre Antônio Maria Bonucci, que só dispôs de três meses para colaborar com o autor já tão próximo da morte; enfim, a um erudito boêmio, o padre Valentim Estansel, que recusou alegando trabalhos urgentes. Talvez nada menos que a feitura de um plágio da mesma *Chave*.

As vicissitudes do manuscrito de Vieira, começando pelo seu sequestro (verdadeiro ou fictício?) e da arca que o continha, dariam um conto policial. Não cabe aqui narrá-las por miúdo, tão intrincadas são as pistas que nos restaram. Remeto o leitor curioso ao artigo do padre Francisco Rodrigues, já citado, e à notável introdução que o vieirista italiano Silvano Peloso escreveu para a edição de *A chave dos profetas*, recentemente publicada na íntegra. <sup>88</sup> Espera-se ainda a sua tradução completa para o português.

Antônio Vieira morreu em uma cela do Colégio da Bahia na primeira hora do dia 18 de julho de 1697. As lendas que se conceberam desde o momento em que

partiu são dignas da estranha grandeza da sua figura. “No mesmo ponto e hora da noite em que expirou, acendeu o céu uma nova estrela ou facho luminoso, que foi vista sobre o colégio e notada dos de fora”, diz André de Barros. “Presumivelmente a alma do apóstolo, que se librava no empíreo”, comenta João Lúcio de Azevedo.<sup>89</sup> Essa não foi, porém, a única luz que cintilou depois da sua morte. Deixo a palavra a João Lúcio, em geral mais sóbrio do que aquele primeiro e cândido biógrafo:

Em 1720 extraíram-se da sepultura, na igreja do Colégio, os ossos de Vieira para, no mesmo sítio, se inumar outro cadáver, e se guardaram aqueles em um caixão de madeira. Observou-se no ato, e passados anos, fazendo-se exame dos despojos à solicitação de André de Barros, se verificou que a parte côncava do crânio era semeada de partículas brilhantes, como de metal em que a luz faiscava.<sup>90</sup>

O estalo na cabeça do rapazinho, a faísca de luz no crânio do morto que não morre: a lenda diz a seu modo o que ficou nos pósteros como imagem luminosa do gênio do padre Vieira.

observações finais  
o círculo hermenêutico: forma  
e sentido nos sermões de vieira

Em um ensaio ao mesmo tempo elogioso e ardido, Antônio Sérgio combina a análise de alguns procedimentos formais dos sermões de Vieira com a atribuição do estilo peculiar à sua época e uma breve remissão ao contexto nacional em que se inscreve a obra. É um método descritivo com horizonte genético, na medida em que vai do exame da forma à consideração das matrizes culturais e sociais do texto. Retomo a leitura de Antônio Sérgio tentando deter-me em algumas observações de caráter hermenêutico.

Dentre os recursos retóricos do pregador, o ensaísta realça a dinâmica própria do *conceito predicável*. Trata-se de verificar como o tema inicial do sermão se desdobra e se expande até chegar à demonstração cabal da tese proposta. Não haveria no discurso de Vieira um percurso propriamente lógico ou conceitual, um encadeamento de razões objetivas que provassem a verdade do enunciado de base. Fazendo abstração do viés racionalista do crítico, a observação tem fundamento: o pregador demonstra o “conceito” inaugural por meio de citações bíblicas alegorizadas *ad hoc*, ou *ad hominem*, forçando muitas vezes o significado e o contexto original. O procedimento supõe consenso dos ouvintes em relação à autoridade do texto sagrado que o pregador alega a título de prova incontestável. A mesma desenvoltura se dá quando a “demonstração” se baseia em semelhanças

fonéticas entre termos que são aproximados arbitrariamente como se meras coincidências de som ou de forma léxica bastassem para abonar uma tese moral ou religiosa. “Transposição alegórica e jogo de analogias verbais constituiriam, desse modo, procedimentos do estilo conceptista de Vieira, uma das vertentes barrocas que remetem ao engenho e à *agudeza* dos sermonistas ibéricos do Seiscentos.”

A essa conexão de estilo e cultura, Antônio Sérgio acresce uma hipótese de caráter nacional: os grandes oradores sacros franceses do século de Luís XIV, Bossuet, Bourdaloue e Massillon, desenvolviam a sua argumentação a partir de reflexões articuladas logicamente e ilustradas com textos bíblicos que se ajustariam com propriedade aos temas propostos. O classicismo francês, modelado por uma corrente religiosa sóbria e austera, o jansenismo, e pelo rigor cartesiano do discurso, seria infenso aos procedimentos lúdicos e extravagantes do catolicismo ibérico.

Antônio Sérgio dá vários exemplos de conceitos predicáveis explorados mediante aqueles procedimentos de alegorização e analogia verbal. Resumo um deles, que me pareceu convincente. Trata-se da análise do *Sermão de Santo Antônio*, por ocasião do levantamento do cerco da Bahia. O feliz sucesso dos luso-brasileiros estava prefigurado no cerco de Jerusalém por Senaqueribe. Disse Deus naquele momento de perigo para os hebreus: “Tomarei debaixo de minha proteção esta cidade para a salvar; e esta mercê lhe farei por amor de mim e por amor de Davi, meu servo”. Vieira se pergunta por que disse Deus a palavra *salvar*. A resposta lhe parece evidente: porque a Bahia tem o nome de Cidade *do Salvador*. E por que “por causa de Davi”? Porque havia em Jerusalém um monte Sion, a que chamavam “cidade de Davi”; logo, o monte Sion da Bahia era aquele mesmo em que ele estava pregando, e onde se erguia a igreja de Santo Antônio; e que o Davi daquela Sion era esse mesmíssimo Santo Antônio.<sup>91</sup>

Não cabe dúvida de que Vieira usa e abusa do processo de transposição — dos tempos, dos espaços, das pessoas — tanto nos sermões como nos escritos proféticos, que são, por excelência, testemunhos de um pensamento alegorizante. Tudo quanto foi visto, ouvido ou dito no passado pode ser transferido para o presente ou para o futuro. O Antigo Testamento prenuncia o Novo, e ambos prefiguram o reino consumado de Cristo que está por vir. Alegoria e figura, o “outro discurso” e a outra imagem, não se dariam aleatoriamente, pois o sentido do passado só começa a perceber-se claramente com o andar dos tempos, e ao fiel não cabe senão trazê-lo para o presente, onde se franqueia a compreensão do processo inteiro. “A retórica dos do outro mundo são os exemplos”, está dito em um de seus sermões dedicados a Santo Antônio, cuja finalidade imediata é convencer a nobreza e o clero a concorrer com os devidos tributos para a restauração do erário real, dessangrado depois de sessenta anos de dominação espanhola.<sup>92</sup>

Suponho que esse *movimento de presentificação* aclare o sentido de vários traços de estilo que recorrem nos sermões e nos escritos proféticos de Vieira. Se essa hipótese for acertada, é possível percorrer o círculo hermenêutico e ir do todo semântico às partes, no caso, aos procedimentos de estilo que tecem os discursos do pregador. De resto, não só a transposição alegórica e o recurso às semelhanças verbais levariam o ouvinte a reconhecer a atualidade do que fora potencialmente dado na palavra dos antigos; também a anáfora, as repetições intensivas, o uso dos dêicticos, as antíteses de efeito imediato, os paradoxos feitos e desfeitos a golpes de sutis distinções, a teatralização das narrativas bíblicas dispostas *ante oculos* com extrema vivacidade da representação, tudo concorreria para mostrar, *hic et nunc*, que as palavras proferidas outrora continuavam presentes ao orador e ao fiel, e que essa evidência era a prova cabal da sua veracidade.<sup>93</sup>

Escavando um pouco a relação de forma e sentido, caberia perguntar se estamos diante de um estilo missionário de pregar, *que demonstra para converter*. A intuição viva do *kairos* da mensagem evangélica deve levar à mudança de vida, ou seja, à ação, de preferência à pura contemplação das verdades eternas? Tendo a pensar que sim, tantas são as exortações à prática de obras pias e as censuras à negligência que povoam os sermões de Vieira. Não fazer amanhã o que se pode fazer hoje, nem fazer logo o que se pode fazer já. A matriz seria o ativismo jesuítico, aplicação literal da sentença do apóstolo Tiago, “A fé sem obras é morta”, em oposição ao fideísmo luterano e ao quietismo que a Companhia lutou para que caísse sob a censura da ortodoxia romana.

No entanto, o Vieira diplomata, o Vieira conselheiro do rei, o Vieira missionário e o Vieira confiante nas profecias de Bandarra frustrou-se em todos os seus designios, como se de pouco ou nada valesse ser providente e atento às conjunturas que são a face mesma do presente. O passado prefigurava alegoricamente o aqui-e-agora, mas parecia que a Providência se obstinava em adiar a hora da sua realização. Os cuidados continuavam cada vez mais numerosos e molestos, e os inimigos triunfavam de todos os lados: colonos cúpidos, capitães-mores violentos, governadores falsos, inquisidores implacáveis, cortesãos invejosos, populacho insolente, paulistas ávidos e soberbos, confrades intrigantes e desleais, reis distantes e ingratos. O agir, o admoestar, o propor, o prevenir, o manobrar — de que valiam se os designios do Altíssimo não os confortavam? A vontade férrea deveria ceder afinal aos ardores da imaginação. Que eram os sonhos senão as relíquias dos cuidados? Em vez da ação de incerto resultado, que viesse a esperança, virtude que os céus sempre abençoaram. A certeza do cumprimento das profecias tangia para as saudades do futuro as vozes de um passado grávido das mais belas promessas. Dessa fé inabalável nascia e renascia ao longo de cinquenta anos de trabalho febril *A chave dos profetas*.

Que a sublimação de tantas decepções fosse alentada pelo desejo de um povo



que viu sepultas nas areias de Alcácer Quibir as últimas esperanças de manter a glória de mais de um século de navegações, descobertas e conquistas, parece hipótese plausível. E, se verdadeira, então é igualmente provável que a obra profética de Vieira tenha sido mais um lance do sebastianismo português, que ele rejeitou taticamente para melhor convertê-lo na espera do rei encoberto, alcançando-o por fim à miragem do Quinto Império.

Se os trabalhos e os dias de Antônio Vieira foram todos voltados para trazer o passado ao presente e ao futuro próximo, caberia perguntar se da imensa obra que ele nos legou alguma coisa nos diz de vivo e ainda atual. Glosando o título que Benedetto Croce deu ao seu balanço da herança hegeliana, “O que está vivo e o que está morto na filosofia de Hegel”, arrisco-me a dizer que, além do monumento literário do imperador da língua portuguesa cantado por Fernando Pessoa, ficaram a perseverança com que defendeu judeus e cristãos-novos, a coragem na proteção dos índios do Maranhão, da Amazônia e de São Paulo, a descrição patética do sofrimento dos escravos negros nos engenhos do Nordeste, a denúncia dos abusos das autoridades coloniais, enfim, a desqualificação da nobreza de sangue em prol da nobreza que vem do trabalho e da ação. Deploramos a contradição em que se enredou quando teve de enfrentar a iniquidade do cativo dos africanos. E alguma indulgência talvez mereça a quimera de um reino de paz e justiça que o seu “imoderado zelo da pátria” sonhou como destino último do seu bem-amado e ingrato Portugal.

#### notas

- 1 Antônio Vieira, *Cartas*, comentadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1970, v. ii, p. 646.
- 2 O catálogo ms. de 1665 nota que a compleição de Vieira era “*cholericus adustus*” e de 1694 denomina-o “*cholericus*”; mas é de reparar que o catálogo de 1649 lhe dê o temperamento “melancólico flegmático” (Em “O padre Antônio Vieira: Contradições e aplausos à luz de documentação inédita”, de Francisco Rodrigues. *Revista de História*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1922, v. xi, p. 7).
- 3 P. André de Barros, *Vida do padre Antônio Vieira*. Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1858, p. 2. A primeira edição saiu em 1746.
- 4 João Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*. Prefácio de Pedro Puntoni. São Paulo: Alameda, 2008, v. i, pp. 19-20.
- 5 P. André de Barros, op. cit., p. 5.
- 6 Id., ibid., p. 7.
- 7 Id., ibid.

8 *Cartas*, cit., i, p. 69.

9 “A retórica conservou posição firme na Companhia de Jesus. A *Ars dicendi* de Joseph Kleutgen (1811-83) apareceu em 1847 e alcançou, em 1928, a 21<sup>a</sup> edição.” Ernst Robert Curtius, *Literatura europeia e Idade Média latina*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1996, p. 119.

10 Ver Leonel Franca, S. J. *O método pedagógico dos jesuítas: O “Ratio Studiorum”*. Rio de Janeiro: Agir, 1952. Nas “Regras do professor de teologia”, vem este preceito: “Seguir Santo Tomás. Em teologia escolástica sigam os nossos religiosos a doutrina de Santo Tomás; considerem-no como seu doutor próprio, e concentrem todos os esforços para que os alunos lhe cobrem a maior estima” (p. 152). Mas há margem de liberdade de opinião nas questões duvidosas: “Quando se faz duvidosa a opinião de Santo Tomás, ou, nas questões que ele não tratou, divergirem os doutores católicos, assiste-lhe [ao professor] o direito de opção, como foi dito nas regras comuns, regra 5<sup>a</sup>” (p. 153).

11 Ver *História de Antônio Vieira*, cit., v. i, p. 47.

12 Sobre a presença de Ovídio na oratória sacra do século xvii e, particularmente, em Vieira, ver os comentários esclarecedores de Sérgio Buarque de Holanda em seus *Capítulos de literatura colonial*, organização e introdução de Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 435-40. Do anedotário que se transmitiu sobre os ditos chistosos (e por vezes intemperantes) de Vieira consta que fosse avesso às censuras que os seus companheiros de religião faziam à poesia amatória de Ovídio. “O bispo do Pará, d. Frei João de S. Joseph de Queiroz, conta a seguinte história: O padre Alexandre de Gusmão expurgou a *Arte de amar* de Ovídio. E procurando ao padre Vieira nela um verso, ao ver as emendas, exclamou: ‘Que idiota! Que ignorantão! Que bêbado!’” (cit. por João Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, cit., v. ii, p. 464).

13 Em carta a d. Rodrigo de Meneses, datada de Roma, 22 de outubro de 1672, Vieira, queixando-se de ter de pregar em italiano por ordem do padre-general Oliva (pregador oficial do papa), diz: “Sei a língua do Maranhão e a portuguesa, e é grande desgraça que, podendo servir com qualquer delas à minha pátria e ao meu príncipe, haja nesta idade de estudar uma língua estrangeira, para servir, e sem fruto, a gostos também estrangeiros” (*Cartas*, cit., v. ii, p. 503). A referência ao Maranhão explica-se: aí viveu o missionário nove anos (de 1653 a 1661), tendo viajado longamente pela Amazônia e aprendido mais de uma língua dos nativos.

14 *História de Antônio Vieira*, cit., v. i, pp. 49-50.

15 *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. Pregado na igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em maio ou junho de 1640.

- 16 A controvérsia da divisão da Província é tratada em pormenor no ensaio “O padre Antônio Vieira: Contradições e aplausos à luz de documentação inédita”, de Francisco Rodrigues, cit., pp. 87-91.
- 17 As marchas e contramarchas envolvidas nas gestões diplomáticas de Vieira vêm narradas com vivacidade nas cartas que enviou de Paris ao marquês de Nisa e ao residente Antônio Moniz de Carvalho (1646-7), e nas cartas que enviou de Haia ao mesmo marquês e a Pedro Vieira da Silva (secretário de Estado), em 1647 e 1648. Essas cartas, ricas em dados históricos, incluem as tentativas de manter acordos de paz com a Holanda, ainda que vendendo Pernambuco aos invasores, projeto de Vieira constante do chamado Papel Forte, drasticamente rejeitado pelos conselheiros de d. João iv e naturalmente ignorado pelos insurretos pernambucanos. Ver o 1<sup>o</sup> volume de *Cartas* na edição coordenada e anotada por João Lúcio de Azevedo.
- 18 *Proposta feita a el-rei d. João IV...*, em *Obras inéditas do padre Antônio Vieira*. Lisboa: J. M. C. Seatra & T. Q. Antunes, 1856, v. ii, p. 30.
- 19 Id., ibid., p. 31.
- 20 Id., ibid., p. 32.
- 21 Id., ibid., p. 41.
- 22 Id., ibid., p. 45.
- 23 Id., ibid.
- 24 Antônio Vieira, *Obras escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa, 1951, v. iv, pp. 27-62.
- 25 Id., ibid., p. 40.
- 26 Id., ibid., p. 44.
- 27 Ver o capítulo “As tribos perdidas de Israel” no livro *Antônio Vieira: Profecia e polémica*, de José van den Besselaar. Rio de Janeiro: uerj, 2002, pp. 331-7.
- 28 João Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, cit., v. i, p. 191.
- 29 Sobre a datação do projeto que viria a ser a *História do futuro*, ver o prefácio à edição da obra organizada por Maria Leonor Carvalhão Buescu. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982. Parece bem fundada a conjectura que faz retroceder para 1649 a redação inicial.
- 30 Margarida Vieira Mendes, *A oratória barroca de Vieira*, 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caminho, 2003, pp. 547-63. A autora adverte que algumas das datas são incertas, já que se verificaram lapsos nas anotações cronológicas do próprio Vieira.
- 31 *Sermão da primeira domingo do Advento*, pregado na capela real no ano de 1650. Ver p. 387 desta edição.
- 32 *Sermão da terceira domingo do Advento*. Pregado na capela real, no ano de 1642. Ver p. 425 desta edição.
- 33 *Sermão da terceira domingo do Advento*.

34 João Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, cit., v. i, pp. 219-35.

35 *Cartas*, cit., v. i, p. 271.

36 Id., *ibid.*, pp. 291-2.

37 Id., *ibid.*, p. 295.

38 Id., *ibid.*, p. 299.

39 Id., *ibid.*, p. 301.

40 Id., *ibid.*, pp. 341-2.

41 Id., *ibid.*, p. 351.

42 Id., *ibid.*, p. 354.

43 Id., *ibid.*, p. 363.

44 Id., *ibid.*, p. 364.

45 Id., *ibid.*, pp. 366-7.

46 Id., *ibid.*, p. 369.

47 Ver a carta a d. João iv datada de 6 de abril de 1654 (p. 602 desta edição).

Vieira pede ao rei que suprima a jurisdição dos “governadores e capitães-mores [...] sobre os ditos índios naturais da terra, assim cristãos como gentios, e nem para os mandar, nem para os repartir, nem para outra alguma cousa, salvo na atual ocasião de guerra”. Que se regulem os pagamentos dos serviços dos índios e lhes sejam dadas condições para trabalharem em suas próprias lavouras. Que a autoridade dos religiosos não seja submetida ao arbítrio dos colonos. E, desejando manifestar o desapego dos jesuítas, pede igualmente “que os religiosos, que agora e pelo tempo em diante tiverem o cargo dos ditos índios, não tenham ocasião de os ocupar em interesses particulares seus, não possam os ditos religiosos ter fazenda, nem lavoura de tabacos, canaviais, nem engenhos, nos quais trabalhem índios, nem livres, nem escravos”. A proposta era, porém, relativizada: “E os índios que lhes forem necessários para o serviço dos seus conventos se lhes repartirão na forma sobredita, assim a eles como aos religiosos das outras religiões, conforme a necessidade dos ditos conventos e quantidade que houver de índios”. Não seria essa a primeira nem a última vez em que o rigor da doutrina era temperado pela rotina das necessidades materiais. A leitura integral dessa carta, incluindo as dezenove propostas ao rei, é indispensável para o justo conhecimento da relação triangular colono-índio-jesuíta.

48 *Sermão de Santo Antônio aos peixes*. Ver p. 447 desta edição.

49 Id., *ibid.*, p. 265.

50 *Sermão da quinta domingo da Quaresma*. Pregado em Lisboa aos 14 de março de 1655. Ver o relato dessa tumultuada viagem na *História de Antônio Vieira*, de João Lúcio de Azevedo, cit., v. i, pp. 299-303.

51 Ver Bibliografia.

52 Ver a íntegra do *Parecer nas Obras escolhidas do padre Antônio Vieira*, com

prefácio e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade. Lisboa: Sá da Costa, 1951, v. v, pp. 1-20.

53 *Carta ao rei d. Afonso VI*. Datada de 20 de abril de 1657.

54 Id., *ibid*.

55 Em *Obras escolhidas*, cit., v. v, pp. 72-134.

56 João Lúcio de Azevedo analisa por miúdo a insaciável exigência de novos escravos índios por parte dos moradores do Maranhão e do Pará, em sua *História de António Vieira*, cit., v. i, pp. 342-6.

57 Ver pp. 194-5 desta edição.

58 Ver pp. 204-5 desta edição.

59 Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, s.d., p. 77.

60 Ver p. 532-3 desta edição.

61 Ver p. 533 desta edição.

62 Ver p. 556 desta edição. Desenvolvi a análise dos sermões do Rosário no ensaio “Antônio Vieira, profeta e missionário: Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”, *Estudos Avançados*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 65, jan./abr. 2009, pp. 247-70.

63 *Cartas*, cit., v. iii, p. 443. Grifo meu. A carta reitera, por um lado, a proposta de compra de escravos negros como solução para a escassez de mão de obra no Maranhão; por outro lado, encarece a conveniência de absterem-se rigorosamente os jesuítas de utilizar o trabalho dos índios, pois “importa que em nós se não veja ou note a menor espécie de interesse, por mais justo, lícito e necessário que pareça, e assim convém que de nenhum modo mandemos buscar cravo ou outra droga, nem ocupemos os índios em coisa alguma que possa parecer nossa, e que todos os que estiverem nas aldeias, segundo a alternativa da lei, se ocupem somente nas suas lavouras e no que moderadamente pertence à decência de suas igrejas: e o mesmo se entende em pescarias, salgas e outras cousas desse gênero” (p. 444). Vieira não perde a ocasião de advertir ao superior que “não há eclesiástico nem secular nesse Estado que não seja nosso olheiro, e um lince nesta matéria”.

64 Sobre a convivência da Igreja Católica e dos calvinistas holandeses com a escravidão africana, ver a severa revisão feita pelo eminente historiador C. R. Boxer em *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Tradução de Maria de Sá Contreiras. Lisboa: Edições 70, 1981.

65 As duas *Representações* ficaram inéditas até que Hernâni Cidade as transcreveu na *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*. Salvador: Livraria Progresso, 1957. Os argumentos e exemplos aduzidos por Vieira nas *Representações* reiteram-se, com alguns acréscimos e ênfases, na *História do futuro*, trabalho inconcluso, e na *Apologia das coisas*

*profetizadas*, de que há uma edição exemplar organizada por Adma Fadul Muhana (Lisboa: Cotovia, 1994).

- 66 Hernâni Cidade, prefácio às *Obras escolhidas do padre Antônio Vieira*, cit., v. vi, pp. vii-lxvii.
- 67 Os argumentos de Vieira em favor da permissão que se daria aos judeus convertidos de celebrarem os seus ritos tradicionais no futuro templo de Jerusalém estão formulados no “Tractatus de templo Ezechielis et eius interpretatione litterali”, que integra a *Clavis prophetarum*, na edição organizada por Silvano Peloso. Viterbo: Sette Città, 2009, pp. 284-319.
- 68 Ver o depoimento de Vieira na sessão de 29 de novembro de 1666, na *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, cit., v. ii, pp. 330-1.
- 69 Ver a íntegra da sentença que no Tribunal do Santo Ofício de Coimbra se leu ao padre Vieira, nas *Obras escolhidas*, cit., v. vi, pp. 180-236.
- 70 Diz o padre André de Barros, em seu costumeiro estilo ditirâmico: “Correu a fama e antes de repontar o dia, começou a ocupar-se o largo terreiro adjacente ao colégio: viu-se das janelas a multidão, e prevenido-se as consequências dela celebraram-se as missas a portas fechadas; mas logo que se abriram e entrou a imensa turba, viu-se tomado o amplíssimo espaço, impedindo o respeito o não subirem também aos altares”. Era dia de Santo Inácio e Vieira pregou o sermão no colégio jesuítico de Santo Antão. (*Vida do padre Antônio Vieira*, cit., p. 224.)
- 71 Ver, em apêndice, a transcrição do breve de Clemente x que o isentou da jurisdição do Santo Ofício português.
- 72 Rodrigo de Meneses, eminente jurista, economista e diplomata, integrou a facção favorável ao príncipe d. Pedro. Enquanto foi ministro residente em Paris, correspondeu-se assiduamente com Vieira. Igualmente jurisconsulto e diplomata servindo na Espanha e na França, Duarte Ribeiro de Macedo teve o cuidado de conservar as cartas que recebera de Vieira.
- 73 Sobre as normas decretadas por Inocêncio xi no breve que restabeleceu a Inquisição portuguesa, ver o prefácio de Hernâni Cidade ao volume iv das *Obras escolhidas*, cit., pp. xlix-lii.
- 74 *História de Antônio Vieira*, cit., v. ii, p. 177.
- 75 Em *Sermões completos*, cit., v. v, tomo xiv, p. 183.
- 76 Ver *Memorial feito ao príncipe regente d. Pedro II pelo padre Antônio Vieira sobre os seus serviços, e os de seu irmão juntamente*, em *Obras inéditas do padre Antônio Vieira*. Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1857, v. iii, pp. 83-7. Trata-se de um resumo da vida pública de Vieira, “desde o ano de 40” até o ano da redação do memorial, provavelmente 1678.
- 77 Os pormenores do processo estão relatados por João Lúcio de Azevedo, na *História de Antônio Vieira*, cit., v. ii, pp. 258-66.
- 78 Margarida Vieira Mendes, *A oratória barroca de Vieira*, cit., pp. 561-2.

- 79 Na edição dos *Sermões completos* citada, o título é: *Discurso apologético oferecido secretamente à rainha nossa senhora para alívio das suas saudades, depois do falecimento do príncipe d. João, primogênito de Suas Majestades* (v. v, tomo xv, pp. 31-101).
- 80 Carta a Diogo Marchão Temudo, datada de Bahia, 17 de agosto de 1688.
- 81 Ver a *Exortação primeira em véspera do Espírito Santo*, menos um sermão do que uma prática pastoral que Vieira, como superior das missões, dirigiu aos noviços do Colégio da Bahia. É digna de nota a recomendação aos seminaristas de preferirem o estudo das línguas indígenas ao da retórica, das humanidades, da filosofia e da teologia que constituíam as disciplinas mestras do currículo da Companhia (*Sermões completos*, cit., v. ii, tomo v, pp. 377-95).
- 82 *Sermão do Espírito Santo*. Pregado na cidade de São Luís do Maranhão, na igreja da Companhia de Jesus, em ocasião que partia ao rio das Amazonas uma grande missão dos mesmos religiosos [1656]. Em *Sermões completos*, cit., v. ii, tomo v, pp. 414-5.
- 83 *Exortação*, cit., p. 384.
- 84 Ver a íntegra do texto do *Voto nas Obras escolhidas*, cit., v. v, pp. 340-58.
- 85 Id., *ibid.*, v. v, pp. 341-2.
- 86 As manobras mesquinhas de que Vieira foi vítima nos seus últimos anos de vida foram narradas em detalhe no estudo do padre Francisco Rodrigues, “O padre Vieira: Contradições e aplausos”, *Revista de História*, cit., pp. 81-115.
- 87 Id., *ibid.*, pp. 107-8.
- 88 Ver Silvano Peloso, *La Clavis prophetarum di Antonio Vieira: Storia, documentazione e ricostruzione del testo sulla base del MS. 706 della Biblioteca Casanatense di Roma*. Viterbo: Sette Città, 2009, pp. 9-65. Essa preciosa edição inclui os comentários e resumos feitos pelo padre Carlo Antonio Casnedi, que leu atentamente uma cópia da *Clavis* entregue pelo padre Bonucci ao inquisidor-geral de Portugal, cardeal Nuno da Cunha, que, por sua vez, a fez chegar às autoridades pontifícias. Ver Bibliografia.
- 89 *História de Antônio Vieira*, cit., v. ii, p. 346.
- 90 Id., *ibid.*, v. ii, p. 347.
- 91 Antônio Sérgio, *Ensaio*, v. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1973, p. 102. O texto foi aqui glosado.
- 92 *Sermão de Santo Antônio* pregado na igreja das Chagas de Lisboa em 14 de setembro de 1642. Ver p. 305 desta edição.
- 93 Que o leitor acompanhe a análise desses e de outros procedimentos de estilo feita por Margarida Vieira Mendes na já citada *Oratória barroca de Vieira*. A presentificação parece, a meu ver, um dos principais vetores dos recursos retóricos assinalados.

## Sermões\*

*Ordenou-me o padre provincial e o padre visitador que alimpasse os meus papéis em ordem à impressão, para com os rendimentos dela ajudar a sustentar a missão; e para isto estou desocupado do ministério dos índios, que era o que eu cá vinha buscar. Quando estava em Lisboa, em França e em Holanda, com as comodidades das impressões das livrarias, e de quem me escrevesse e ajudasse, nunca ninguém pôde acabar comigo que me aplicasse a imprimir; e mais oferecendo-me el-rei os gastos, e rogando-me que o fizesse! E que agora no Maranhão, onde falta tudo isto, e na idade em que estou, que me ocupe em emendar borrões e fazer tabuadas! Veja V. Revma. quanto pode a obediência; e pode tanto que não só o faço, mas chega a me parecer bem que o mandem fazer. Não há maior comédia que a minha vida, e quando quero ou chorar ou rir, ou admirar-me ou dar graças a Deus ou zombar do mundo, não tenho mais que olhar para mim.*

antônio vieira, carta ao padre  
Francisco de Avelar, Maranhão,  
28 de fevereiro de 1658

\* Os textos dos sermões tiveram como base a edição *Obras completas*, com prefácio, revisão e notas do padre Gonçalo Alves. Porto: Lello e Irmão, 1959. (n. e.)



Sermão da Sexagésima  
pregado na capela real, no ano de 1655

*Semen est Verbum Dei.*<sup>1</sup>

i

E se quisesse Deus que este tão ilustre e tão numeroso auditório saisse hoje tão desenganado da pregação, como vem enganado com o pregador! Ouçamos o Evangelho, e ouçamo-lo todo, que todo é do caso que me levou e trouxe de tão longe.

*Ecce exiit qui seminat, seminare.*<sup>2</sup> Diz Cristo, que saiu o pregador evangélico a semear a palavra divina. Bem parece este texto dos livros de Deus. Não só faz menção do semear, mas faz também caso do sair: *Exiit*, porque no dia da messe hão-nos de medir a semeadura, e hão-nos de contar os passos. O mundo, aos que lavrais com ele, nem vos satisfaz o que despendeis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear, são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão: os que semeiam sem sair, são os que se contentam com pregar na pátria. Todos terão sua razão, mas tudo tem sua conta. Aos que têm a seara em casa, pagar-lhes-ão a semeadura: aos que vão buscar a seara tão longe, hão-lhes de medir a semeadura, e hão-lhes de contar os passos. Ah, Dia do Juízo! Ah, pregadores! Os de cá, achar-vos-eis com mais paço; os de lá, com mais passos: *Exiit seminare*.

Mas daqui mesmo vejo que notais (e me notais) que diz Cristo que o semeador do Evangelho saiu, porém não diz que tomou; porque os pregadores evangélicos, os homens que professam pregar e propagar a Fé, é bem que saiam, mas não é bem que tornem. Aqueles animais de Ezequiel,<sup>3</sup> que tiravam pelo carro triunfal da glória de Deus, e significavam os pregadores do Evangelho, que propriedades tinham? *Nec revertentur, cum ambularent.*<sup>4</sup> Uma vez que iam não tornavam. As rédeas por que se governavam era o ímpeto do espírito, como diz o mesmo texto; mas esse espírito tinha impulsos para os levar, não tinha regresso para os trazer; porque sair para tornar, melhor é não sair. Assim arguis com muita razão,

e eu também assim o digo. Mas pergunto: E se esse semeador evangélico, quando saiu, achasse o campo tomado; se se armassem contra ele os espinhos; se se levantassem contra ele as pedras, e se lhe fechassem os caminhos, que havia de fazer?

Todos estes contrários que digo, e todas estas contradições experimentou o semeador do nosso Evangelho. Começou ele a semear (diz Cristo) mas com pouca ventura. Uma parte do trigo caiu entre espinhos, e afogaram-no os espinhos: *Aliud cecidit inter spinas, et simul exortae spinae suffocaverunt illud*. Outra parte caiu sobre pedras, e secou-se nas pedras por falta de umidade: *Aliud cecidit super petram, et natum aruit, quia non habebat humorem*. Outra parte caiu no caminho, e pisaram-no os homens e comeram-no as aves: *Aliud cecidit secus viam, et conculcatum est, et volucres coeli comederunt illud*. Ora vede como todas as criaturas do mundo se armaram contra esta sementeira. Todas as criaturas quantas há no mundo se reduzem a quatro gêneros: criaturas racionais, como os homens; criaturas sensitivas, como os animais; criaturas vegetativas, como as plantas; criaturas insensíveis, como as pedras; e não há mais. Faltou alguma destas que se não armasse contra o semeador? Nenhuma. A natureza insensível o perseguiu nas pedras; a vegetativa nos espinhos; a sensitiva nas aves; a racional nos homens. E notai a desgraça do trigo, que onde só podia esperar razão, ali achou maior agravo. As pedras secaram-no, os espinhos afogaram-no, as aves comeram-no, e os homens? Pisaram-no: *Conculcatum est. Ab hominibus* (diz a Glossa). Quando Cristo mandou pregar os apóstolos pelo mundo, disse-lhes desta maneira: *Euntes in mundum universum, praedicate omni creaturae*:<sup>5</sup> Ide, e pregai a toda a criatura. Como assim, Senhor? Os animais não são criaturas? As árvores não são criaturas? As pedras não são criaturas? Pois não os apóstolos de pregar às pedras? Não de pregar aos troncos? Não de pregar aos animais? Sim: diz São Gregório, depois de Santo Agostinho. Porque como os apóstolos iam pregar a todas as nações do mundo, muitas delas bárbaras e incultas, haviam de achar os homens degenerados em todas as espécies de criaturas: haviam de achar homens homens, haviam de achar homens brutos, haviam de achar homens troncos, haviam de achar homens pedras. E quando os pregadores evangélicos vão pregar a toda a criatura, que se armem contra eles todas as criaturas? Grande desgraça!

Mas ainda a do semeador do nosso Evangelho não foi a maior. A maior é a que se tem experimentado na seara aonde eu fui, e para onde venho. Tudo o que aqui padeceu o trigo, padeceram lá os semeadores. Se bem advertirdes, houve aqui trigo mirrado, trigo afogado, trigo comido, e trigo pisado. Trigo mirrado: *Natum aruit, quia non habebat humorem*; trigo afogado: *Exortae spinae suffocaverunt illud*; trigo comido: *Volucres coeli comederunt illud*; trigo pisado: *Conculcatum est*. Tudo isto padeceram os semeadores evangélicos da missão do Maranhão de doze anos a esta parte. Houve missionários afogados, porque uns se afogaram na boca

do grande rio das Amazonas: houve missionários comidos, porque a outros comeram os bárbaros na ilha dos Arnãs: houve missionários mirrados, porque tais tornaram os da jornada dos Tocantins, mirrados da fome e da doença, onde tal houve, que andando vinte e dous dias perdido nas brenhas, matou somente a sede com o orvalho que lambia das folhas. Vede se lhe quadra bem o *Natum aruit, quia non habebat humorem?* E que sobre mirrados, sobre afogados, sobre comidos, ainda se vejam pisados e perseguidos dos homens: *Conculcatum est?* Não me queixo, nem o digo, Senhor, pelos semeadores; só pela seara o digo, só pela seara o sinto. Para os semeadores, isto são glórias: mirrados sim, mas por amor de Vós mirrados: afogados sim, mas por amor de Vós afogados: comidos sim, mas por amor de Vós comidos: pisados e perseguidos sim, mas por amor de Vós perseguidos e pisados.

Agora torna a minha pergunta. E que faria neste caso, ou que devia fazer o semeador evangélico vendo tão mal logrados seus primeiros trabalhos? Deixaria a lavoura? Desistiria da sementeira? Ficar-se-ia ocioso no campo, só porque tinha lá ido? Parece que não. Mas se tornasse muito depressa a casa a buscar alguns instrumentos com que alimpar a terra das pedras e dos espinhos, seria isto desistir? Seria isto tornar atrás? Não por certo. No mesmo texto de Ezequiel, com que arguistes, temos a prova. Já vimos como dizia o texto, que aqueles animais da carroça de Deus, quando iam não tornavam: *Nec revertebantur, cum ambularent.*<sup>6</sup> Lede agora dous versos mais abaixo, e vereis que diz, o mesmo texto, que aqueles animais tornavam, à semelhança de um raio ou corisco: *Ibant, et revertebantur in similitudinem fulguris coruscantis.*<sup>7</sup> Pois se os animais iam e tornavam, à semelhança de um raio, como diz o texto que quando iam não tornavam? Porque quem vai, e volta como um raio, não torna. Ir, e voltar como raio, não é tornar, é ir por diante. Assim o fez o semeador do nosso Evangelho. Não o desanimou, nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira perda; continuou por diante no semear, e foi com tanta felicidade, que nesta quarta e última parte do trigo se restauraram com vantagem as perdas dos demais: nasceu, cresceu, espigou, amadureceu, colheu-se, mediu-se, achou-se que por um grão multiplicara cento: *Et fecit fructum centuplum.*

Oh que grandes esperanças me dá esta sementeira! Oh que grande exemplo me dá este semeador! Dá-me grandes esperanças a sementeira, porque ainda que se perderam os primeiros trabalhos, lograr-se-ão os últimos. Dá-me grande exemplo o semeador, porque depois de perder a primeira, a segunda e a terceira parte do trigo, aproveitou a quarta e última, e colheu dela muito fruto. Já que se perderam as três partes da vida, já que uma parte da idade a levaram os espinhos, já que outra parte a levaram as pedras, já que outra parte a levaram os caminhos, e tantos caminhos, esta quarta e última parte, este último quartel da vida, por que se perderá também? Por que não dará fruto? Por que não terão também os anos o que tem o ano? O ano tem tempo para as flores, e tempo para

os frutos. Por que não terá também o seu outono a vida? As flores, umas caem, outras secam, outras murcham, outras leva o vento; aquelas poucas que se pegam ao tronco e se convertem em fruto, só essas são as venturosas, só essas são as discretas, só essas são as que duram, só essas são as que aproveitam, só essas são as que sustentam o mundo. Será bem que o mundo morra à fome? Será bem que os últimos dias se passem em flores? Não será bem, nem Deus quer que seja, nem há de ser. Eis aqui por que eu dizia ao princípio, que vindes enganados com o pregador. Mas para que possais ir desenganados com o sermão, tratarei nele uma matéria de grande peso e importância. Servirá como de prólogo aos sermões que vos hei de pregar, e aos mais que ouvirdes esta Quaresma.

ii

semen est verbum dei

O trigo que semeou o pregador evangélico, diz Cristo, que é a palavra de Deus. Os espinhos, as pedras, o caminho, e a terra boa, em que o trigo caiu, são os diversos corações dos homens. Os espinhos são os corações embaraçados com cuidados, com riquezas, com delícias; e nestes afoga-se a palavra de Deus. As pedras são os corações duros e obstinados; e nestes seca-se a palavra de Deus, e se nasce, não cria raízes. Os caminhos são os corações inquietos e perturbados com a passagem e tropel das cousas do mundo, umas que vão, outras que vêm, outras que atravessam, e todas passam; e nestes é pisada a palavra de Deus, porque ou a desatendem, ou a desprezam. Finalmente, a terra boa são os corações bons, ou os homens de bom coração; e nestes prende e frutifica a palavra divina, com tanta fecundidade e abundância, que se colhe cento por um: *Et fructum fecit centuplum.*

Este grande frutificar da palavra de Deus, é o em que reparo hoje; e é uma dúvida ou admiração que me traz suspenso e confuso depois que subo ao púlpito. Se a palavra de Deus é tão eficaz e tão poderosa, como vemos tão pouco fruto da palavra de Deus? Diz Cristo que a palavra de Deus frutifica cento por um, e já eu me contentara com que frutificasse um por cento. Se com cada cem sermões se convertera e emendara um homem, já o mundo fora santo. Este argumento de fé, fundado na autoridade de Cristo, se aperta ainda mais na experiência, comparando os tempos passados com os presentes. Lede as histórias eclesiásticas, e achá-las-eis todas cheias dos admiráveis efeitos da pregação da palavra de Deus. Tantos pecadores convertidos, tanta mudança de vida, tanta reformation de costumes; os grandes desprezando as riquezas e vaidades do mundo; os reis renunciando os cetros e as coroas; as mocidades e as gentilezas metendo-se pelos desertos e pelas covas; e hoje? Nada disto. Nunca na Igreja de Deus houve tantas pregações, nem tantos pregadores como hoje. Pois se tanto se semeia a palavra de Deus, como é tão pouco o fruto? Não há um homem que em

um sermão entre em si e se resolva; não há um moço que se arrependa; não há um velho que se desengane; que é isto? Assim como Deus não é hoje menos onipotente, assim a sua palavra não é hoje menos poderosa do que dantes era. Pois se a palavra de Deus é tão poderosa, se a palavra de Deus tem hoje tantos pregadores, por que não vemos hoje nenhum fruto da palavra de Deus? Esta tão grande e tão importante dúvida será a matéria do sermão. Quero começar pregando-me a mim. A mim será, e também a vós: a mim para aprender a pregar: a vós para que aprendais a ouvir.

iii

Fazer pouco fruto a palavra de Deus no mundo pode proceder de um de três princípios: ou da parte do pregador, ou da parte do ouvinte, ou da parte de Deus. Para uma alma se converter por meio de um sermão há de haver três concursos: há de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo; há de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo; há de concorrer Deus com a graça, alumando. Para um homem se ver a si mesmo são necessárias três cousas: olhos, espelho e luz. Se tem espelho e é cego, não se pode ver por falta de olhos; se tem espelho e olhos, e é de noite, não se pode ver por falta de luz. Logo há mister luz, há mister espelho, e há mister olhos. Que cousa é a conversão de uma alma senão entrar um homem dentro em si, e ver-se a si mesmo? Para esta vista são necessários olhos, é necessária luz, e é necessário espelho. O pregador concorre com o espelho, que é a doutrina. Deus concorre com a luz, que é a graça; o homem concorre com os olhos, que é o conhecimento. Ora suposto que a conversão das almas por meio da pregação depende destes três concursos: de Deus, do pregador, e do ouvinte; por qual deles havemos de entender que falta? Por parte do ouvinte, ou por parte do pregador, ou por parte de Deus?

Primeiramente por parte de Deus não falta, nem pode faltar. Esta proposição é de fé, definida no Concílio Tridentino, e no nosso Evangelho a temos. Do trigo que deitou à terra o semeador, uma parte se logrou, e três se perderam. E por que se perderam estas três? A primeira perdeu-se, porque a afogaram os espinhos; a segunda, porque a secaram as pedras; a terceira, porque a pisaram os homens, e a comeram as aves. Isto é o que diz Cristo; mas notai o que não diz. Não diz que parte alguma daquele trigo, se perdesse por causa do sol ou da chuva. A causa por que ordinariamente se perdem as sementeiras, é pela desigualdade e pela intemperança dos tempos, ou porque falta ou sobeja a chuva, ou porque falta ou sobeja o sol. Pois por que não introduz Cristo na parábola do Evangelho algum trigo que se perdesse por causa do sol ou da chuva? Porque o sol e a chuva são as influências da parte do Céu, e deixar de frutificar a semente da palavra de Deus, nunca é por falta do Céu, sempre é por culpa nossa. Deixará de frutificar a sementeira, ou pelo embaraço dos espinhos, ou pela dureza das

pedras, ou pelos descaminhos dos caminhos; mas por falta das influências do Céu, isso nunca é, nem pode ser. Sempre Deus está pronto de sua parte, com o sol para aquecer, e com a chuva para regar; com o sol para alumiar, e com a chuva para amolecer, se os nossos corações quiserem: *Qui solem suum oriri facit super bonos, et malos, et pluit super justos, et injustos.*<sup>8</sup> Se Deus dá o seu sol e a sua chuva aos bons e aos maus; aos maus que se quiserem fazer bons, como a negará? Este ponto é tão claro que não há para que nos determos em mais prova. *Quid debui facere vineae meae, et non feci?*<sup>9</sup> Disse o mesmo Deus por Isaías.

Sendo pois certo que a palavra divina não deixa de frutificar por parte de Deus; segue-se, que ou é por falta do pregador, ou por falta dos ouvintes. Por qual será? Os pregadores deitam a culpa aos ouvintes, mas não é assim. Se fora por parte dos ouvintes, não fizera a palavra de Deus muito grande fruto, mas não fazer nenhum fruto, e nenhum efeito, não é por parte dos ouvintes. Provo. Os ouvintes, ou são maus ou são bons: se são bons, faz neles grande fruto a palavra de Deus; se são maus, ainda que não faça neles fruto, faz efeito. No Evangelho o temos. O trigo que caiu nos espinhos, nasceu, mas afogaram-no: *Simul exortae spinae suffocaverunt illud.* O trigo que caiu nas pedras, nasceu também; mas secou-se: *Et natum aruit.* O trigo que caiu na terra boa, nasceu e frutificou com grande multiplicação: *Et natum fecit fructum centuplum.* De maneira que o trigo que caiu na boa terra, nasceu e frutificou; o trigo que caiu na má terra, não frutificou, mas nasceu; porque a palavra de Deus é tão fecunda que nos bons faz muito fruto, e é tão eficaz que nos maus, ainda que não faça fruto, faz efeito; lançada nos espinhos, não frutificou, mas nasceu até nos espinhos; lançada nas pedras, não frutificou, mas nasceu até nas pedras. Os piores ouvintes que há na Igreja de Deus, são as pedras e os espinhos. E por quê? Os espinhos por agudos, as pedras por duras. Ouvintes de entendimentos agudos, e ouvintes de vontades endurecidas, são os piores que há. Os ouvintes de entendimentos agudos são maus ouvintes, porque vêm só a ouvir sutilezas, a esperar galantarias, a avaliar pensamentos, e às vezes também a picar a quem os não pica. *Aliud cecidit inter spinas:* O trigo não picou os espinhos, antes os espinhos o picaram a ele: o mesmo sucede cá. Cuidais que o sermão vos picou a vós, e não é assim; vós sois o que picais o sermão. Por isto são maus ouvintes os de entendimentos agudos. Mas os de vontades endurecidas ainda são piores, porque um entendimento agudo pode-se ferir pelos mesmos fios, e vencer-se uma agudeza com outra maior; mas contra vontades endurecidas nenhuma cousa aproveita a agudeza, antes dana mais, porque quanto as setas são mais agudas, tanto mais facilmente se despontam na pedra. Oh! Deus nos livre de vontades endurecidas, que ainda são piores que as pedras. A vara de Moisés abrandou as pedras, e não pôde abrandar uma vontade endurecida: *Percutiens virga bis silicem, et egressae sunt aquae largissimae.*<sup>10</sup> *Induratum est cor Pharaonis.*<sup>11</sup> E com os ouvintes de

entendimentos agudos, e os ouvintes de vontades endurecidas serem os mais rebeldes, é tanta a força da divina palavra, que apesar da agudeza nasce nos espinhos, e apesar da dureza nasce nas pedras. Pudéramos arguir ao lavrador do Evangelho, de não cortar os espinhos, e de não arrancar as pedras antes de semear, mas de indústria deixou no campo as pedras e os espinhos, para que se visse a força do que semeava. É tanta a força da divina palavra, que sem cortar nem despontar espinhos, nasce entre espinhos. É tanta a força da divina palavra, que sem arrancar nem abrandar pedras, nasce nas pedras. Corações embaraçados como espinhos, corações secos e duros como pedras, ouvi a palavra de Deus e tende confiança; tomai exemplo nessas mesmas pedras, e nesses espinhos. Esses espinhos e essas pedras agora resistem ao Semeador do Céu; mas virá tempo em que essas mesmas pedras O aclamem, e esses mesmos espinhos O coroem.<sup>12</sup> Quando o Semeador do Céu deixou o campo, saindo deste mundo, as pedras se quebraram para Lhe fazerem aclamações, e os espinhos se teceram para Lhe fazerem coroa. E se a palavra de Deus até dos espinhos e das pedras triunfa; se a palavra de Deus até nas pedras, até nos espinhos nasce; não triunfar dos alvedrios hoje a palavra de Deus, nem nascer nos corações, não é por culpa, nem por indisposição dos ouvintes.

Supostas estas duas demonstrações; suposto que o fruto e efeitos da palavra de Deus, não fica, nem por parte de Deus, nem por parte dos ouvintes, segue-se por consequência clara que fica por parte do pregador. E assim é. Sabeis, cristãos, por que não faz fruto a palavra de Deus? Por culpa dos pregadores. Sabeis, pregadores, por que não faz fruto a palavra de Deus? Por culpa nossa.

iv

Mas como em um pregador há tantas qualidades, e em uma pregação tantas leis, e os pregadores podem ser culpados em todas, em qual consistirá esta culpa? No pregador podem-se considerar cinco circunstâncias: a pessoa, a ciência, a matéria, o estilo, a voz. A pessoa que é, a ciência que tem, a matéria que trata, o estilo que segue, a voz com que fala. Todas estas circunstâncias temos no Evangelho. Vamo-las examinando uma por uma, e buscando esta causa.

Será porventura o não fazer fruto hoje a palavra de Deus, pela circunstância da pessoa? Será porque antigamente os pregadores eram santos, eram varões apostólicos e exemplares, e hoje os pregadores são eu e outros como eu? Boa razão é esta. A definição do pregador é a vida e o exemplo. Por isso Cristo no Evangelho não o comparou ao semeador, senão ao que semeia. Reparai. Não diz Cristo: Saiu a semear o semeador, senão, saiu a semear o que semeia: *Ecce exiit qui seminat, seminare*. Entre o semeador e o que semeia há muita diferença: Uma cousa é o soldado, e outra cousa o que peleja; uma cousa é o governador, e outra o que governa. Da mesma maneira, uma cousa é o semeador, e outra o

que semeia; uma cousa é o pregador, e outra o que prega. O semeador e o pregador é nome; o que semeia e o que prega é ação; e as ações são as que dão o ser ao pregador. Ter nome de pregador, ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? É o conceito que de sua vida têm os ouvintes. Antigamente convertia-se o mundo, hoje por que se não converte ninguém? Porque hoje pregam-se palavras e pensamentos, antigamente pregavam-se palavras e obras. Palavras sem obras são tiro sem bala; atroam, mas não ferem. A funda de Davi derrubou ao gigante, mas não o derrubou com o estalo, senão com a pedra: *Infixus est lapis in fronte ejus.*<sup>13</sup> As vozes da harpa de Davi lançavam fora os demônios do corpo de Saul, mas não eram vozes pronunciadas com a boca, eram vozes formadas com a mão: *David tollebat citharam, et percutiebat manu sua.*<sup>14</sup> Por isso Cristo comparou o pregador ao semeador. O pregar, que é falar, faz-se com a boca; o pregar, que é semear, faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras. Diz o Evangelho que a palavra de Deus frutificou cento por um. Que quer isto dizer? Quer dizer que de uma palavra nasceram cem palavras? Não. Quer dizer que de poucas palavras nasceram muitas obras. Pois palavras que frutificam obras, vede se podem ser só palavras! Quis Deus converter o mundo, e que fez? Mandou ao mundo seu Filho feito homem. Notai. O Filho de Deus enquanto Deus é palavra de Deus, não é obra de Deus: *Genitum, non factum*. O Filho de Deus enquanto Deus e Homem é palavra de Deus e obra de Deus juntamente: *Verbum caro factum est.*<sup>15</sup> De maneira que até de sua palavra desacompanhada de obras, não fiou Deus a conversão dos homens. Na união da palavra de Deus com a maior obra de Deus consistiu a eficácia da salvação do mundo. Verbo divino é palavra divina; mas importa pouco que as nossas palavras sejam divinas, se forem desacompanhadas de obras. A razão disto é porque as palavras ouvem-se, as obras veem-se; as palavras entram pelos ouvidos, as obras entram pelos olhos, e a nossa alma rende-se muito mais pelos olhos que pelos ouvidos. No Céu ninguém há que não ame a Deus, nem possa deixar de O amar. Na Terra há tão poucos que O amem, todos O ofendem. Deus não é o mesmo, e tão digno de ser amado no Céu como na Terra? Pois como no Céu obriga e necessita a todos a O amarem, e na Terra não? A razão é, porque Deus no Céu é Deus visto; Deus na Terra é Deus ouvido. No Céu entra o conhecimento de Deus à alma pelos olhos: *Videbimus e um sicut est;*<sup>16</sup> na Terra entra-lhe o conhecimento de Deus pelos ouvidos: *Fides ex auditu;*<sup>17</sup> e o que entra pelos ouvidos crê-se, o que entra pelos olhos necessita. Vissem os ouvintes em nós o que nos ouvem a nós, e o abalo e os efeitos do sermão seriam muito outros.

Vai um pregador pregando a Paixão, chega ao pretório de Pilatos, conta como a Cristo O fizeram rei de zombaria, diz que tomaram uma púrpura e Lha



puseram aos ombros, ouve aquilo o auditório muito atento. Diz que teceram uma coroa de espinhos e que Lha pregaram na cabeça, ouvem todos com a mesma atenção. Diz mais que Lhe ataram as mãos e Lhe meteram nelas uma cana por cetro, continua o mesmo silêncio e a mesma suspensão nos ouvintes. Corre-se neste passo uma cortina, aparece a imagem do *Ecce homo*, eis todos prostrados por terra, eis todos a bater nos peitos, eis as lágrimas, eis os gritos, eis os alaridos, eis as bofetadas, que é isto? Que apareceu de novo nesta igreja? Tudo o que descobriu aquela cortina, tinha já dito o pregador. Já tinha dito daquela púrpura, já tinha dito daquela coroa e daqueles espinhos, já tinha dito daquele cetro e daquela cana. Pois se isto então não fez abalo nenhum, como faz agora tanto? Porque então era *Ecce homo* ouvido, e agora é *Ecce homo* visto: a relação do pregador entrava pelos ouvidos, a representação daquela figura entra pelos olhos. Sabem, padres pregadores, por que fazemos pouco abalo os nossos sermões? Porque não pregamos aos olhos, fazemos só aos ouvidos. Por que convertia o Batista tantos pecadores? Porque assim como as suas palavras pregavam aos ouvidos, o seu exemplo pregava aos olhos. As palavras do Batista pregavam penitência: *Agite poenitentiam*:<sup>18</sup> Homens, fazei penitência; e o exemplo clamava: *Ecce homo*: eis aqui está o homem que é o retrato da penitência e da aspreza. As palavras do Batista pregavam jejum, e repreendiam os regalos e demasias da gula: e o exemplo clamava: *Ecce homo*: eis aqui está o homem que se sustenta de gafanhotos e mel silvestre. As palavras do Batista pregavam composição e modéstia, e condenavam a soberba e a vaidade das galas; e o exemplo clamava: *Ecce homo*: eis aqui está o homem vestido de peles de camelo, com as cerdas e cilício à raiz da carne. As palavras do Batista pregavam despegos e retiros do mundo, e fugir das ocasiões e dos homens; e o exemplo clamava: *Ecce homo*: eis aqui o homem que deixou as cortes e as cidades, e vive num deserto e numa cova. Se os ouvintes ouvem uma cousa e veem outra, como se hão de converter? Jacó punha as varas manchadas diante das ovelhas quando concebiam, e daqui procedia que os cordeiros nasciam manchados.<sup>19</sup> Se quando os ouvintes percebem os nossos conceitos, têm diante dos olhos as nossas manchas, como hão de conceber virtudes? Se a minha vida é apologia contra a minha doutrina, se as minhas palavras vão já refutadas nas minhas obras, se uma cousa é o semeador, e outra o que semeia, como se há de fazer fruto?

Muito boa e muito forte razão era esta de não fazer fruto a palavra de Deus; mas tem contra si o exemplo e experiência de Jonas.<sup>20</sup> Jonas fugitivo de Deus, desobediente, contumaz, e, ainda depois de engolido e vomitado, iracundo, impaciente, pouco caritativo, pouco misericordioso, e mais zeloso e amigo da própria estimação que da honra de Deus e salvação das almas, desejoso de ver subvertida a Nínive, e de a ver subverter com seus olhos, havendo nela tantos mil inocentes: contudo este mesmo homem com um sermão converteu o maior rei, a

maior corte, e o maior reino do mundo, e não de homens fiéis, se não de gentios idólatras. Outra é logo a causa que buscamos. Qual será?

v

Será porventura o estilo que hoje se usa nos púlpitos? Um estilo tão empecado, um estilo tão dificultoso, um estilo tão afetado, um estilo tão encontrado a toda a arte e a toda a natureza? Boa razão é também esta. O estilo há de ser muito fácil e muito natural. Por isso Cristo comparou o pregar ao semear: *Exiit qui seminat, seminare*. Compara Cristo o pregar ao semear, porque o semear é uma arte que tem mais de natureza que de arte. Nas outras artes tudo é arte; na música tudo se faz por compasso, na arquitetura tudo se faz por regra, na aritmética tudo se faz por conta, na geometria tudo se faz por medida. O semear não é assim. É uma arte sem arte; caía onde cair. Vede como semeava o nosso lavrador do Evangelho. Caía o trigo nos espinhos e nascia: *Aliud cecidit inter spinas, et simul exortae spinae*. Caía o trigo nas pedras e nascia: *Aliud cecidit super petram, et ortum*. Caía o trigo na terra boa e nascia: *Aliud cecidit in terram bonam, et natum*. Ia o trigo caindo e ia nascendo.

Assim há de ser o pregar. Não de cair as cousas e não de nascer; tão naturais que vão caindo, tão próprias que venham nascendo. Que diferente é o estilo violento e tirânico que hoje se usa? Ver vir os tristes passos da Escritura, como quem vem ao martírio; uns vêm acarretados, outros vêm arrastados, outros vêm estirados, outros vêm torcidos, outros vêm despedaçados, só atados não vêm! Há tal tirania? Então no meio disto, que bem levantado está aquilo! Não está a cousa no levantar, está no cair: *Cecidit*. Notai uma alegria própria da nossa língua. O trigo do sementeiro, ainda que caiu quatro vezes, só de três nasceu; para o sermão vir nascendo, há de ter três modos de cair. Há de cair com queda, há de cair com cadência, há de cair com caso. A queda é para as cousas, a cadência para as palavras, o caso para a disposição. A queda é para as cousas, porque não de vir bem trazidas e em seu lugar; não de ter queda: a cadência é para as palavras, porque não de ser escabrosas, nem dissonantes, não de ter cadência: o caso é para a disposição, porque há de ser tão natural e tão desafetada que pareça caso e não estudo: *Cecidit, cecidit, cecidit*.

Já que falo contra os estilos modernos, quero alegar por mim o estilo do mais antigo pregador que houve no mundo. E qual foi ele? O mais antigo pregador que houve no mundo foi o Céu. *Coeli enarrant gloriam Dei, et opera manuum ejus annuntiat firmamentum*, diz Davi.<sup>21</sup> Suposto que o Céu é pregador, deve de ter sermões e deve de ter palavras. Sim, tem, diz o mesmo Davi, tem palavras e tem sermões, e mais muito bem ouvidos. *Non sunt loquellae, nec sermones, quorum non audiantur voces eorum*.<sup>22</sup> E quais são estes sermões e estas palavras do Céu?

As palavras são as estrelas, os sermões são a composição, a ordem, a harmonia e o curso delas. Vede como diz o estilo de pregar do Céu, com o estilo que Cristo ensinou na Terra? Um e outro é semear; a terra semeada de trigo, o céu semeado de estrelas. O pregar há de ser como quem semeia, e não como quem ladrilha, ou azuleja. Ordenado, mas como as estrelas: *Stellae manentes in ordine suo*.<sup>23</sup> Todas as estrelas estão por sua ordem; mas é ordem que faz influência, não é ordem que faça labor. Não fez Deus o céu em xadrez de estrelas, como os pregadores fazem o sermão em xadrez de palavras. Se de uma parte está branco, da outra há de estar negro; se de uma parte está dia, da outra há de estar noite; se de uma parte dizem luz, da outra hão de dizer sombra; se de uma parte dizem *desceu*, da outra hão de dizer *subiu*. Basta que não havemos de ver num sermão duas palavras em paz? Todas hão de estar sempre em fronteira com o seu contrário? Aprendamos do Céu o estilo da disposição, e também o das palavras. Como hão de ser as palavras? Como as estrelas. As estrelas são muito distintas e muito claras. Assim há de ser o estilo da pregação, muito distinto e muito claro. E nem por isso temais que pareça o estilo baixo; as estrelas são muito distintas, e muito claras e altíssimas. O estilo pode ser muito claro e muito alto; tão claro que o entendam os que não sabem, e tão alto que tenham muito que entender nele os que sabem. O rústico acha documentos nas estrelas para a sua lavoura, e o mareante para a sua navegação, e o matemático para as suas observações e para os seus juízos. De maneira que o rústico e o mareante, que não sabem ler nem escrever, entendem as estrelas, e o matemático que tem lido quantos escreveram não alcança a entender quanto nelas há. Tal pode ser o sermão: estrelas, que todos as veem, e muito poucos as medem.

Sim, Padre; porém esse estilo de pregar não é pregar culto. Mas fosse! Este desventurado estilo que hoje se usa, os que o querem honrar chamam-lhe culto, os que o condenam chamam-lhe escuro, mas ainda lhe fazem muita honra. O estilo culto não é escuro, é negro, e negro boçal e muito cerrado. É possível que somos portugueses, e havemos de ouvir um pregador em português, e não havemos de entender o que diz? Assim como há léxicon para o grego, e calepino para o latim, assim é necessário haver um vocabulário do púlpito. Eu ao menos o tomara para os nomes próprios, porque os cultos têm desbatizados os santos, e cada autor que alegam é um enigma. Assim o disse o Cetro Penitente, assim o disse o evangelista Apeles, assim o disse a Águia de África, o Favo de Claraval, a Púrpura de Belém, a Boca de Ouro. Há tal modo de alegar! O Cetro Penitente dizem que é Davi, como se todos os cetros não foram penitência; o evangelista Apeles, que é São Lucas; o Favo de Claraval, São Bernardo; a Águia de África, Santo Agostinho; a Púrpura de Belém, São Jerônimo; a Boca de Ouro, São Crisóstomo. E quem quitaria ao outro, cuidar que a Púrpura de Belém é Herodes, que a Águia de África é Cipião, e que a Boca de Ouro é Midas? Se houvesse um advogado que alegasse assim a Bártolo e Baldo, havíeis de fiar dele o vosso

pleito? Se houvesse um homem que assim falasse na conversação, não o havieis de ter por néscio? Pois o que na conversação seria necedade como há de ser discricção no púlpito?

Boa me parecia também esta razão; mas como os cultos pelo polido e estudado se defendem com o grande Nazianzeno, com Ambrósio, com Crisólogo, com Leão; e pelo escuro e duro, com Clemente Alexandrino, com Tertuliano, com Basílio de Selêucia, com Zeno Veronense, e outros, não podemos negar a reverência a tamanhos autores, posto que desejáramos, nos que se prezam de beber destes rios, a sua profundidade. Qual será logo a causa de nossa queixa?

vi

Será pela matéria ou matérias que tomam os pregadores? Usa-se hoje o modo que chamam de apostilar o Evangelho, em que tomam muitas matérias, levantam muitos assuntos, e quem levanta muita caça e não segue nenhuma, não é muito que se recolha com as mãos vazias. Boa razão é também esta. O sermão há de ter um só assunto e uma só matéria. Por isso Cristo disse que o lavrador do Evangelho não semeara muitos gêneros de sementes, senão uma só: *Exiit, qui seminavit, seminare semen*. Semeou uma só semente, e não muitas, porque o sermão há de ter uma só matéria, e não muitas matérias. Se o lavrador semeara primeiro trigo, e sobre o trigo semeara centeio, e sobre o centeio semeara milho grosso e miúdo, e sobre o milho semeara cevada, que havia de nascer? Uma mata brava, uma confusão verde. Eis aqui o que acontece aos sermões deste gênero. Como semeiam tanta variedade, não podem colher cousa certa. Quem semeia misturas, mal pode colher trigo. Se uma nau fizesse um bordo para o norte, outro para o sul, outro para leste, outro para oeste, como poderia fazer viagem? Por isso nos púlpitos se trabalha tanto, e se navega tão pouco. Um assunto vai para um vento, que se há de colher senão vento? O Batista convertia muitos em Judeia, mas quantas matérias tomava? Uma só matéria: *Parate viam Domini*,<sup>24</sup> a preparação para o reino de Cristo. Jonas converteu os Ninivitas, mas quantos assuntos tomou? Um só assunto: *Adhuc quadraginta dies, et Ninive subvertetur*.<sup>25</sup> a subversão da cidade. De maneira que Jonas em quarenta dias pregou um só assunto, e nós queremos pregar quarenta assuntos em uma hora? Por isso não pregamos nenhum. O sermão há de ser duma só cor, há de ter um só objeto, um só assunto, uma só matéria.

Há de tomar o pregador uma só matéria, há de defini-la para que se conheça, há de dividi-la para que se distinga, há de prová-la com a Escritura, há de declará-la com a razão, há de confirmá-la com o exemplo, há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se não de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, há de responder às

dúvidas, há de satisfazer às dificuldades, há de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois disso há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. Isto é sermão, isto é pregar, e o que não é isto, é falar de mais alto. Não nego nem quero dizer que o sermão não haja de ter variedade de discursos, mas esses não de nascer todos da mesma matéria, e continuar e acabar nela. Quereis ver tudo isto com os olhos?

Ora vede. Uma árvore tem raízes, tem troncos, tem ramos, tem folhas, tem varas, tem flores, tem frutos. Assim há de ser o sermão: há de ter raízes fortes e sólidas, porque há de ser fundado no Evangelho; há de ter um tronco, porque há de ter um só assunto e tratar uma só matéria. Deste tronco não de nascer diversos ramos, que são diversos discursos, mas nascidos da mesma matéria, e continuados nela. Estes ramos não são de ser secos, senão cobertos de folhas, porque os discursos não são de ser vestidos e ornados de palavras. Há de ter esta árvore varas, que são a repreensão dos vícios, há de ter flores, que são as sentenças, e por remate de tudo há de ter frutos, que é o fruto e o fim a que se há de ordenar o sermão. De maneira que há de haver frutos, há de haver flores, há de haver varas, há de haver folhas, há de haver ramos, mas tudo nascido e fundado em um só tronco, que é uma só matéria. Se tudo são troncos, não é sermão, é madeira. Se tudo são ramos, não é sermão, são maravilhas. Se tudo são folhas, não é sermão, são verças. Se tudo são varas, não é sermão, é feixe. Se tudo são flores, não é sermão, é ramallete. Serem tudo frutos, não pode ser; porque não há frutos sem árvore. Assim que nesta árvore, a que podemos chamar árvore da vida, há de haver o proveitoso do fruto, o formoso das flores, o rigoroso das varas, o vestido das folhas, o estendido dos ramos, mas tudo isto nascido e formado de um só tronco, e esse não levantado no ar, senão fundado nas raízes do Evangelho: *Seminare semen*. Eis aqui como não são os sermões; eis aqui como não são. E assim não é muito que se não faça fruto com eles.

Tudo o que tenho dito pudera demonstrar largamente, não só com os preceitos dos Aristóteles, dos Túlios, dos Quintilianos, mas com a prática observada do príncipe dos oradores evangélicos São João Crisóstomo, de São Basílio Magno, São Bernardo, São Cipriano, e com as famosíssimas orações de São Gregório Nazianzeno, mestre de ambas as Igrejas. E posto que nestes mesmos padres, como em Santo Agostinho, São Gregório e muitos outros, se acham os Evangelhos apostilados com nomes de sermões e homilias, uma coisa é expor e outra pregar, uma ensinar e outra persuadir. E desta última é que eu falo, com a qual tanto fruto fizeram no mundo Santo Antônio de Pádua e São Vicente Ferrer. Mas nem por isso entendo que seja, ainda, esta a verdadeira causa que busco.

pregadores há que vivem do que não colheram, e semeiam o que não trabalharam. Depois da sentença de Adão, a terra não costuma dar fruto, senão a quem come o seu pão com o suor do seu rosto. Boa razão parece também esta. O pregador há de pregar o seu e não o alheio. Por isso diz Cristo que semeou o lavrador do Evangelho o trigo seu: *Semen suum*. Semeou o seu e não o alheio, porque o alheio e o furtado não são bons para semear, ainda que furto seja de ciência. Comeu Eva o pomo da ciência, e queixava-me eu antigamente desta nossa mãe, já que comeu o pomo, porque lhe não guardou as pevides. Não seria bem que chegasse a nós a árvore, já que nos chegaram os encargos dela? Pois por que o não fez assim Eva? Porque o pomo era furtado, e o alheio é bom para comer, mas não é bom para semear; é bom para comer, porque dizem que é saboroso; não é bom para semear, porque não nasce. Alguém terá experimentado que o alheio lhe nasce em casa, mas esteja certo, que se nasce, não há de deitar raízes, e o que não tem raízes, não pode dar fruto. Eis aqui por que muitos pregadores não fazem fruto, por que pregam o alheio, e não o seu: *semen suum*. O pregar é entrar em batalha com os vícios; e armas alheias, ainda que sejam as de Aquiles, a ninguém deram vitória.<sup>26</sup> Quando Davi saiu a campo com o gigante, ofereceu-lhe Saul as suas armas, mas ele não as quis aceitar. Com armas alheias ninguém pode vencer, ainda que seja Davi. As armas de Saul só servem a Saul, e as de Davi a Davi, e mais aproveita um cajado e uma funda própria, que a espada e a lança alheia. Pregador que peleja com as armas alheias, não hajais medo que derrube gigante.

Fez Cristo aos Apóstolos pescadores de homens,<sup>27</sup> que foi ordená-los de pregadores; e que faziam os Apóstolos? Diz o texto que estavam: *Reficientes retia sua*; refazendo as redes suas; eram as redes dos Apóstolos, e não eram alheias. Notai: *Retia sua*: não diz que eram suas porque as compraram, senão que eram suas porque as faziam, não eram suas porque lhes custaram o seu dinheiro, senão porque lhes custavam o seu trabalho. Desta maneira eram as redes suas, e porque desta maneira eram suas, por isso eram redes de pescadores que haviam de pescar homens. Com redes alheias ou feitas por mão alheia, podem-se pescar peixes, homens não se podem pescar. A razão disto é, porque nesta pesca de entendimentos, só quem sabe fazer a rede, sabe fazer o lançõ. Como se faz uma rede? Do fio e do nó se compõe a malha; quem não enfia nem ata, como há de fazer rede? E quem não sabe enfia nem sabe atar, como há de pescar homens? A rede tem chumbada que vai ao fundo, e tem cortiça que nada em cima da água. A pregação tem umas cousas de mais peso e de mais fundo, e tem outras mais superficiais e mais leves, e governar o leve e o pesado, só o sabe fazer quem faz a rede. Na boca de quem não faz a pregação, até o chumbo é cortiça. As razões não hão de ser enxertadas, hão de ser nascidas. O pregar não é recitar. As razões próprias nascem do entendimento, as alheias vão pegadas à memória, e os homens não se convencem pela memória, senão pelo entendimento.

Veio o Espírito Santo sobre os Apóstolos, e quando as línguas desciam do Céu, cuidava eu que se lhes haviam de pôr na boca; mas elas foram-se pôr na cabeça. Pois por que na cabeça e não na boca que é o lugar da língua? Porque o que há de dizer o pregador, não lhe há de sair só da boca; há-lhe de sair pela boca, mas da cabeça. O que sai só da boca, para nos ouvidos; o que nasce do juízo penetra e convence o entendimento. Ainda têm mais mistério estas línguas do Espírito Santo. Diz o texto que não se puseram todas as línguas sobre todos os Apóstolos, senão cada uma sobre cada um: *Apparuerunt dispersitae linguae tanquam ignis, sed itaque supra singulos eorum.*<sup>28</sup> E por que cada uma sobre cada um, e não todas sobre todos? Porque não servem todas as línguas a todos, senão a cada um a sua. Uma língua só sobre Pedro, porque a língua de Pedro não serve a André; outra língua só sobre André, porque a língua de André não serve a Filipe; outra língua só sobre Filipe, porque a língua de Filipe não serve a Bartolomeu, e assim dos mais. E senão vede-o no estilo de cada um dos apóstolos, sobre que desceu o Espírito Santo. Só de cinco temos Escrituras; mas a diferença com que escreveram, como sabem os doutos, é admirável. As penas todas eram tiradas das asas daquela pomba divina; mas o estilo tão diverso, tão particular e tão próprio de cada um, que bem mostra que era seu. Mateus fácil, João misterioso, Pedro grave, Jacó forte, Tadeu sublime, e todos com tal valentia no dizer, que cada palavra era um trovão, cada cláusula um raio, e cada razão um triunfo. Ajuntai a estes cinco São Lucas e São Marcos, que também ali estavam, e achareis o número daqueles sete trovões que ouviu São João no Apocalipse: *Locuta sunt septem tonitrua voces suas.*<sup>29</sup> Eram trovões que falavam e dearticulavam as vozes, mas essas vozes eram suas: *Voces suas*; suas e não alheias, como notou Ansberto: *Non alienas, sed suas*. Enfim pregar o alheio é pregar o alheio, e com o alheio nunca se fez cousa boa.

Contudo, eu não me firmo de todo nesta razão, porque do grande Batista sabemos que pregou o que tinha pregado Isaías, como o notou São Lucas, e não com outro nome senão de sermões: *Praedicans baptismum poenitentiae in remissionem peccatorum, sicut scriptum est in libro sermonum Isaiae prophetae.*<sup>30</sup> Deixo o que tomou São Ambrósio de São Basílio, São Próspero e Beda de Santo Agostinho, Teofilacto e Eutímio de São João Crisóstomo.

Será finalmente a causa, que tanto há buscamos, a voz com que hoje falamos os pregadores? Antigamente pregavam bradando, hoje pregam conversando. Antigamente a primeira parte do pregador era boa voz, e bom peito. E verdadeiramente, como o mundo se governa tanto pelos sentidos, podem às vezes mais os brados que a razão. Boa era também esta, mas não a podemos provar

com o semeador, porque já dissemos que não era ofício de boca. Porém o que nos negou o Evangelho no semeador metafórico, nos deu no semeador verdadeiro, que é Cristo. Tanto que Cristo acabou a parábola, diz o Evangelho que começou o Senhor a bradar: *Haec dicens clamabat.*<sup>31</sup> Bradou o Senhor, e não arrazoou sobre a parábola, porque era tal o auditório, que fiou mais dos brados que da razão.

Perguntaram ao Batista, quem era? Respondeu ele: *Ego vox clamantis in deserto.*<sup>32</sup> Eu sou uma voz que anda bradando neste deserto. Desta maneira se definiu o Batista. A definição do pregador cuidava eu que era: voz que arrazoava, e não voz que brada. Pois por que se definiu o Batista pelo bradar, e não pelo arrazoar: não pela razão, senão pelos brados? Porque há muita gente neste mundo com quem podem mais os brados que a razão, e tais eram aqueles a quem o Batista pregava. Vede-o claramente em Cristo. Depois que Pilatos examinou as acusações que contra ele se davam, lavou as mãos e disse: *Ego nullam causam invenio in homine isto.*<sup>33</sup> eu nenhuma causa acho neste homem. Neste tempo todo o povo, e os escribas bradavam de fora, que fosse crucificado: *At illi magis clamabant, crucifigatur.*<sup>34</sup> De maneira que Cristo tinha por si a razão, e tinha contra si os brados. E qual pôde mais? Puderam mais os brados que a razão. A razão não valeu para O livrar, os brados bastaram para O pôr na cruz. E como os brados no mundo podem tanto, bem é que bradem alguma vez os pregadores, bem é que gritem. Por isso Isaías chamou aos pregadores nuvens: *Qui sunt isti, qui ut nubes volant?*<sup>35</sup> A nuvem tem relâmpago, tem trovão e tem raio: relâmpago para os olhos, trovão para os ouvidos, raio para o coração: com o relâmpago alumia, com o trovão assombra, com o raio mata. Mas o raio fere a um, o relâmpago a muitos, o trovão a todos. Assim há de ser a voz do pregador: — um trovão do céu, que assombre e faça tremer o mundo.

Mas que diremos à oração de Moisés: *Concrescat ut pluvia doctrina mea: fluat ut ros eloquium meum?*<sup>36</sup> Desça minha doutrina como chuva do céu, e a minha voz e as minhas palavras como orvalho que se destila brandamente e sem ruído? Que diremos ao exemplo ordinário de Cristo, tão celebrado por Isaías: *Non clamabit neque audietur vox ejus foris?*<sup>37</sup> Não clamará, não bradará, mas falará com uma voz tão moderada que se não possa ouvir fora. E não há dúvida que o praticar familiarmente, e o falar mais ao ouvido que aos ouvidos, não só concilia maior atenção, mas naturalmente e sem força se insinua, entra, penetra e se mete na alma.

Em conclusão que a causa de não fazerem hoje fruto os pregadores com a palavra de Deus, nem é a circunstância da pessoa: *Qui seminat*; nem a do estilo: *seminare*; nem a da matéria: *semen*; nem a da ciência: *suum*; nem a da voz: *Clamabat*. Moisés tinha fraca voz,<sup>38</sup> Amós tinha grosseiro estilo,<sup>39</sup> Salomão



multiplicava e variava os assuntos;<sup>40</sup> Balaão não tinha exemplo de vida;<sup>41</sup> o seu animal não tinha ciência, e contudo todos estes falando, persuadiam e convenciam. Pois se nenhuma destas razões que discorremos, nem todas elas juntas são a causa principal nem bastante do pouco fruto que hoje faz a palavra de Deus, qual diremos, finalmente, que é a verdadeira causa?

ix

As palavras que tomei por tema o dizem: *Semen est Verbum Dei*. Sabeis (cristãos) a causa por que se faz, hoje, tão pouco fruto com tantas pregações? É porque as palavras dos pregadores são palavras, mas não são palavras de Deus. Falo do que ordinariamente se ouve. A palavra de Deus (como dizia) é tão poderosa e tão eficaz, que não só na boa terra faz fruto, mas até nas pedras e nos espinhos nasce. Mas se as palavras dos pregadores não são palavras de Deus, que muito que não tenham a eficácia e os efeitos da palavra de Deus? *Ventum seminabant, et turbinem colligent*,<sup>42</sup> diz o Espírito Santo: quem semeia ventos, colhe tempestades. Se os pregadores semeiam vento, se o que se prega é vaidade, se não se prega a palavra de Deus, como não há a Igreja de Deus de colher tormenta em vez de colher fruto?

Mas dir-me-eis: Padre, os pregadores de hoje não pregam do Evangelho, não pregam das Sagradas Escrituras? Pois como não pregam a palavra de Deus? Esse é o mal. Pregam palavras de Deus, mas não pregam a palavra de Deus: *Qui habet sermonem meum, loquatur sermonem meum vere*,<sup>43</sup> disse Deus por Jeremias. As palavras de Deus pregadas no sentido em que Deus as disse, são palavra de Deus; mas pregadas no sentido que nós queremos, não são palavra de Deus, antes podem ser palavra do demônio. Tentou o demônio a Cristo a que fizesse das pedras pão. Respondeu-lhe o Senhor: *Non in solo pane vivit homo, sed in omni verbo, quod procedit de ore Dei*.<sup>44</sup> Esta sentença era tirada do capítulo oitavo do Deuteronomio. Vendo o demônio que o Senhor se defendia da tentação com a Escritura, leva-o ao Templo, e alegando o lugar do salmo 90, diz-lhe desta maneira: *Mitte te deorsum; scriptum est enim, quia angelis suis Deus mandavit de te, ut custodiant te in omnibus viis tuis*.<sup>45</sup> Deita-te daí abaixo, porque prometido está nas Sagradas Escrituras, que os anjos te tomarão nos braços para que te não faças mal. De sorte que Cristo defendeu-se do Diabo com a Escritura, e o Diabo tentou a Cristo com a Escritura. Todas as Escrituras são palavra de Deus; pois se Cristo toma a Escritura para se defender do Diabo, como toma o Diabo a Escritura para tentar a Cristo? A razão é porque Cristo tomava as palavras da Escritura em seu verdadeiro sentido, e o Diabo tomava as palavras da Escritura em sentido alheio e torcido: e as mesmas palavras, que tomadas em verdadeiro

sentido são palavras de Deus, tomadas em sentido alheio, são armas do Diabo. As mesmas palavras que tomadas no sentido em que Deus as disse são defesa, tomadas no sentido em que Deus as não disse, são tentação. Eis aqui a tentação com que então quis o Diabo derrubar a Cristo, e com que hoje Lhe faz a mesma guerra do pináculo do Templo. O pináculo do Templo é o púlpito, porque é o lugar mais alto dele. O Diabo tentou a Cristo no deserto, tentou-O no monte, tentou-O no Templo: no deserto tentou-O com a gula, no monte tentou-O com a ambição, no Templo tentou-O com as Escrituras mal interpretadas, e essa é a tentação de que mais padece hoje a Igreja, e que em muitas partes tem derrubado dela, se não a Cristo, a sua fé.

Dizei-me, pregadores (aqueles com quem eu falo indignos verdadeiramente de tão sagrado nome), dizei-me: esses assuntos inúteis que tantas vezes levantais, essas empresas ao vosso parecer agudas que prosseguis, achastes-las alguma vez nos profetas do Testamento Velho, ou nos apóstolos e evangelistas do Testamento Novo, ou no autor de ambos os Testamentos, Cristo!<sup>46</sup> É certo que não, porque desde a primeira palavra do Gênese até à última do Apocalipse, não há tal cousa em todas as Escrituras. Pois se nas Escrituras não há o que dizeis e o que pregais, como cuidais que pregais a palavra de Deus? Mais. Nesses lugares, nesses textos que alegais para prova do que dizeis, é esse o sentido em que Deus os disse? É esse o sentido em que os entendem os padres da Igreja? É esse o sentido da mesma gramática das palavras? Não por certo; porque muitas vezes as tomais pelo que toam, e não pelo que significam, e talvez nem pelo que toam. Pois se não é esse o sentido das palavras de Deus, segue-se que não são palavras de Deus. E se não são palavras de Deus, que nos queixamos de que não façam fruto as pregações? Basta que havemos de trazer as palavras de Deus a que digam o que nós queremos, e não havemos de querer dizer o que elas dizem! E então ver cabecear o auditório a estas cousas, quando devíamos de dar com a cabeça pelas paredes de as ouvir! Verdadeiramente não sei de que mais me espante, se dos nossos conceitos, se dos vossos aplausos! Oh que bem levantou o pregador! Assim é; mas que levantou? Um falso testemunho ao texto, outro falso testemunho ao santo, outro ao entendimento e ao sentido de ambos. Então que se converta o mundo com falsos testemunhos da palavra de Deus! Se a alguém parecer demasiada a censura, ouça-me.

Estava Cristo acusado diante de Caifás, e diz o evangelista São Mateus, que por fim vieram duas testemunhas falsas: *Novissime venerunt duo falsi testes.*<sup>47</sup> Estas testemunhas referiram que ouviram dizer a Cristo que se os judeus destruíssem o Templo, Ele o tornaria a reedificar em três dias. Se lermos o evangelista São João, acharemos que Cristo verdadeiramente tinha dito as palavras referidas. Pois se Cristo tinha dito que havia de reedificar o Templo dentro em três dias, e isto mesmo é o que referiram as testemunhas, como lhes chama o evangelista testemunhas falsas: *Duo falsi testes?* O mesmo São João deu a razão: *Loquebatur*

*de templo corporis sui.*<sup>48</sup> Quando Cristo disse que em três dias reedificaria o Templo, falava o Senhor do templo místico de seu corpo, o qual os judeus destruíram pela morte, e o Senhor o reedificou pela ressurreição; e como Cristo falava do templo místico, e as testemunhas o referiram ao Templo material de Jerusalém, ainda que as palavras eram verdadeiras, as testemunhas eram falsas. Eram falsas porque Cristo as dissera em um sentido, e eles as referiram em outro; e referir as palavras de Deus em diferente sentido do que foram ditas, é levantar falso testemunho a Deus, é levantar falso testemunho às Escrituras. Ah, Senhor, quantos falsos testemunhos vos levantam! Quantas vezes ouço dizer que dizeis o que nunca dissestes! Quantas vezes ouço dizer que são palavras vossas, o que são imaginações minhas, que me não quero excluir deste número! Que muito logo que as nossas imaginações e as nossas vaidades e as nossas fábulas não tenham a eficácia de palavra de Deus!

Miseráveis de nós, e miseráveis dos nossos tempos, pois neles se veio a cumprir a profecia de São Paulo: *Erit tempus, cum sanam doctrinam non sustinebunt.*<sup>49</sup> Virá tempo, diz São Paulo, em que os homens não sofrerão a doutrina sã: *Sed ad sua desideria coacervabunt sibi magistros prurientes auribus;* mas para seu apetite terão grande número de pregadores feitos a montão, e sem escolha, os quais não façam mais que adular-lhes as orelhas: *A veritate quidem auditum avertent, ad fabulas autem convertentur:* Fecharão os ouvidos à verdade, e abri-los-ão às fábulas. Fábula tem duas significações: quer dizer fingimento, e quer dizer comédia; e tudo são muitas pregações deste tempo. São fingimento, porque são sutilezas e pensamentos aéreos sem fundamento de verdade; são comédia, porque os ouvintes vêm à pregação como à comédia; e há pregadores que vêm ao púlpito como comediantes. Uma das felicidades que se contavam entre as do tempo presente, era acabarem-se as comédias em Portugal; mas não foi assim. Não se acabaram, mudaram-se; passaram-se do teatro ao púlpito. Não cuideis que encareço em chamar comédia a muitas pregações das que hoje se usam. Tomara ter aqui as comédias de Plauto, de Terêncio, de Sêneca, e verfeis se não acháveis nelas muitos desenganos da vida e vaidade do mundo, muitos pontos de doutrina moral, muito mais verdadeiros e muito mais sólidos do que hoje se ouvem nos púlpitos. Grande miséria por certo que se achem maiores documentos para a vida nos versos de um poeta profano e gentio, que nas pregações de um orador cristão, e muitas vezes, sobre cristão, religioso!

Pouco disse São Paulo em lhes chamar comédia, porque muitos sermões há que não são comédia, são farsa. Sobe talvez ao púlpito um pregador dos que professam ser mortos ao mundo, vestido ou amortalhado em um hábito de penitência; (que todos, mais ou menos ásperos, são de penitência; e todos, desde o dia que os professamos, mortallas) a vista é de horror, o nome de reverência, a matéria de compunção, a dignidade de oráculo, o lugar e a expectação de silêncio; e quando este se rompeu, que é o que se ouve? Se neste auditório

estivesse um estrangeiro que nos não conhecesse, e visse entrar este homem a falar em público naqueles trajos, e em tal lugar, cuidaria que havia de ouvir uma trombeta do Céu; que cada palavra sua havia de ser um raio para os corações, que havia de pregar com o zelo e com o fervor de um Elias, que com a voz, com o gesto, e com as ações, havia de fazer em pó e em cinza os vícios. Isto havia de cuidar o estrangeiro. E nós, que é o que vemos? Vemos sair da boca daquele homem, assim naqueles trajos, uma voz muito afetada e muito polida, e logo começar com muito desgarrado, a quê? A motivar desvelos, a acreditar empenhos, a requintar finezas, a lisonjear precipícios, a brilhar auroras, a derreter cristais, a desmaiar jasmims, a tocar primaveras, e outras mil indignidades destas. Não é isto farsa a mais digna de riso, se não fora tanto para chorar? Na comédia o rei veste como rei e fala como rei, o laçao veste como laçao e fala como laçao; o rústico veste como rústico e fala como rústico; mas um pregador vestir como religioso e falar, como... não o quero dizer por reverência do lugar. Já que o púlpito é teatro, e o sermão comédia, sequer, não faremos bem a figura? Não dirão as palavras com o vestido e com o ofício? Assim pregava São Paulo, assim pregavam aqueles patriarcas que se vestiram e nos vestiram destes hábitos? Não louvamos e não admiramos o seu pregar; não nos prezamos de seus filhos? Pois por que os não imitamos? Por que não pregamos como eles pregavam? Neste mesmo púlpito pregou São Francisco Xavier, neste mesmo púlpito pregou São Francisco de Borja, e eu que tenho o mesmo hábito, por que não pregarei a sua doutrina, já que me falta o seu espírito?

x

Dir-me-eis o que a mim me dizem, e o que já tenho experimentado, que se pregamos assim, zombam de nós os ouvintes, e não gostam de ouvir. Oh boa razão para um servo de Jesus Cristo! Zombem, e não gostem embora, e façamos nós nosso ofício. A doutrina de que eles zombam, a doutrina que eles desestimam, essa é a que lhes devemos pregar, e por isso mesmo, porque é a mais proveitosa e a que mais hão mister. O trigo que caiu no caminho comeram-no as aves. Estas aves, como explicou o mesmo Cristo, são os demônios, que tiram a palavra de Deus dos corações dos homens: *Venit diabolus, et tollit verbum de corde eorum*. Pois por que não comeu o Diabo o trigo que caiu entre os espinhos? ou o trigo que caiu nas pedras, senão o trigo que caiu no caminho? Porque o trigo que caiu no caminho; *Conculcatum est ab hominibus*. Pisaram-no os homens: e a doutrina que os homens pisam, a doutrina que os homens desprezam, essa é a de que o Diabo se teme. Desses outros conceitos, desses outros pensamentos, dessas outras sutilezas que os homens estimam e prezam, dessas não se teme, nem se acautela o Diabo, porque sabe, que não são essas as pregações que lhe hão de tirar as almas das unhas. Mas daquela doutrina que cai: *Secus viam*; daquela doutrina que parece comum: *Secus viam*; daquela doutrina que parece trilhada: *Secus viam*;

daquela doutrina que nos põe em caminho, e em via da nossa salvação (que é a que os homens pisam, e a que os homens desprezam), essa é a de que o demônio se receia e se acautela, essa é a que procura comer e tirar do mundo; e por isso mesmo essa é a que deviam pregar os pregadores, e a que deviam buscar os ouvintes. Mas se eles não o fizerem assim, e zombarem de nós, zombemos nós tanto de suas zombarias como dos seus aplausos. *Per infamiam, et bonam*

*famam*,<sup>50</sup> diz São Paulo. O pregador há de saber pregar com fama e sem fama. Mais diz o apóstolo. Há de pregar com fama e com infâmia. Pregador para ser afamado, isso é mundo; mas infamado, e pregar o que convém, ainda que seja com descrédito de sua fama, isso é ser pregador de Jesus Cristo.

Pois o gostarem ou não gostarem os ouvintes! Oh que advertência tão digna! Que médico há que repare no gesto do enfermo, quando trata de lhe dar saúde? Sarem, e não gostem: salvem-se, e amargue-lhes, que para isso somos médicos das almas. Quais vos parece que são as pedras sobre que caiu parte do trigo do Evangelho? Explicando Cristo a parábola, diz que as pedras são aqueles que ouvem a pregação com gosto: *Hi sunt, qui cum gaudio suscipiunt verbum*. Pois será bem que os ouvintes gostem, e que no cabo fiquem pedras? Não gostem, e abrandem-se; não gostem, e quebrem-se; não gostem, e frutifiquem. Este é o modo com que frutificou o trigo que caiu na boa terra: *Et fructum afferunt in patientia*, conclui Cristo. De maneira que o frutificar não se ajunta com o gostar, senão com o padecer; frutifiquemos nós, e tenham eles paciência. A pregação que frutifica, a pregação que aproveita, não é aquela que dá gosto ao ouvinte, é aquela que lhe dá pena. Quando o ouvinte a cada palavra do pregador treme; quando cada palavra do pregador é um torcedor para o coração do ouvinte; quando o ouvinte vai do sermão para casa confuso e atônito, sem saber parte de si, então é a pregação qual convém, então se pode esperar que faça fruto: *Et fructum afferunt in patientia*.

Enfim, para que os pregadores saibam como hão de pregar; e os ouvintes, a quem hão de ouvir, acabo com um exemplo do nosso reino, e quase dos nossos tempos. Pregavam em Coimbra dous famosos pregadores, ambos bem conhecidos por seus escritos: não os nomeio, porque os hei de desigualar. Altercou-se entre alguns doutores da Universidade, qual dos dous fosse maior pregador, e como não há juízo sem inclinação, uns diziam este; outros, aquele. Mas um lente, que entre os mais tinha maior autoridade, concluiu desta maneira: “Entre dous sujeitos tão grandes não me atrevo a interpor juízo; só direi uma diferença, que sempre experimento. Quando ouço um, saio do sermão muito contente do pregador; quando ouço outro, saio muito descontente de mim”. Com isto tenho acabado. Algum dia vos enganastes tanto comigo, que saíeis do sermão muito contentes do pregador; agora quisera eu desenganar-vos tanto, que saíreis muito descontentes de vós. Semeadores do Evangelho, eis aqui o que devemos pretender nos nossos sermões, não que os homens saiam contentes de nós, senão

que saiam muito descontentes de si; não que lhes pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhes pareçam mal os seus costumes, as suas vidas, os seus passatempos, as suas ambições, e enfim, todos os seus pecados. Contanto que se descontentem de si, descontentem-se embora de nós. *Si hominibus placerem, Christi servus non essem*,<sup>51</sup> dizia o maior de todos os pregadores, São Paulo. Se eu contentara aos homens, não seria servo de Deus. Oh contentemos a Deus, e acabemos de não fazer caso dos homens! Advirtamos que nesta mesma igreja há tribunas mais altas que as que vemos: *Spectaculum facti sumus Deo, angelis, et hominibus*.<sup>52</sup> Acima das tribunas dos reis, estão as tribunas dos anjos, está a tribuna e o tribunal de Deus, que nos ouve, e nos há de julgar. Que conta há de dar a Deus um pregador no Dia de Juízo? O ouvinte dirá: não mo disseram; mas o pregador? *Vae mihi, quia tacui*.<sup>53</sup> Ai de mim que não disse o que convinha! Não seja mais assim por amor de Deus, e de nós. Estamos às portas da Quaresma, que é o tempo em que principalmente se semeia a palavra de Deus na Igreja, e em que ela se arma contra os vícios. Preguemos, e armemo-nos todos contra os pecados, contra as soberbas, contra os ódios, contra as ambições, contra as invejas, contra as cobiças, contra as sensualidades. Veja, o Céu que ainda tem na Terra quem se põe da sua parte. Saiba o Inferno que ainda há na Terra quem lhe faça guerra com a palavra de Deus; e saiba a mesma Terra, que ainda está em estado de reverdecer, e dar muito fruto: *Et fecit fructum centuplum*.

<sup>1</sup> Lc 8.

<sup>2</sup> Mt 13,3.

<sup>3</sup> Ez 1,12.

<sup>4</sup> S. Greg, in Ezequiel.

<sup>5</sup> Mc 16,15.

<sup>6</sup> Ez 1,12.

<sup>7</sup> Ez 1,14.

<sup>8</sup> Mt 5,45.

<sup>9</sup> Is 5,4.

<sup>10</sup> Ex 7,13.

<sup>11</sup> Nm 20,11.

- 12 *Et petrae scissae sunt (Mt 27,51). Coronam de spinis posuerunt super caput ejus (Mt 27,29).*
- 13 1Rs 17,49.
- 14 1Rs 16,23.
- 15 Jo 1,14.
- 16 Jo 3,2.
- 17 Rm 10,16.
- 18 Mt 3,2.
- 19 *Factumque est ut oves intuerentur virgas et parerent maculosa. (Gn 30,39).*
- 20 Jn 1-4.
- 21 Sl 18,1.
- 22 Sl 18,4.
- 23 Jz 5,20.
- 24 Mt 3,3.
- 25 Jn 3,4.
- 26 Pátroclo com as armas de Aquiles foi vencido e morto.
- 27 *Faciam vos fieri piscatores hominum (Mt 4,21).*
- 28 At 2,3.
- 29 Ap 10,3.
- 30 Lc 3,3.
- 31 Lc 8,8.
- 32 Jo 1,23.
- 33 Lc 23,14.
- 34 Mt 22,23.
- 35 Is 60,8.
- 36 Dt 32,2.
- 37 Is 42,2.
- 38 Ex 4,10 (*Voce gracili, segundo os Setenta*).
- 39 Am 1,1.
- 40 Ecl 1.
- 41 Nm 22-3.
- 42 Os 8,7.
- 43 Jr 23,28.
- 44 Mt 4,4.
- 45 Sl 90,11.
- 46 *D. Hieronymus in Prologo Galeato: Sola scripturarum ars est quam sibi passim omnes venditant, et cum aures populi sermone compositae mulserint, hoc legem Dei putant; nec scire dignantur, quid Prophetarum, quid Apostolorum senserint; sed ad sensum suum incongrua aptant testimonia; quasi grande sit, et non vitiosissimum dicendi genus, depravare sententias, et ad voluntatem suam scripturam trahere repugnantem.*
- 47 Mt 26,60.

48 Jo 2,21.

49 2Tm 4,3.

50 2Cor 14,27.

51 Gl 1,10.

52 1Cor 4,9 (no texto lê-se *mundo* e não *Deo*).

53 Is 6,5.



## Sermão décimo quarto do Rosário

pregado na bahia, à irmandade  
dos pretos de um engenho em dia  
de são joão evangelista, no ano de 1633

*Maria de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.*<sup>1</sup>

i

Não é cousa nova, posto que grande e singular, que o evangelista São João receba em sua casa a Virgem Mãe de Deus, e Mãe sua. Nem é cousa nova que às festas do mesmo São João as honre e autorize a Virgem Santíssima com a majestade e favores de sua presença. Nem é cousa nova, finalmente, que o que havia de ser panegírico do Evangelista, seja sermão do Rosário. Tudo isto que já foi em diferentes dias, temos junto e concordado hoje no concurso da presente solenidade. Não é cousa nova que o evangelista São João receba em sua casa a que é Mãe de Deus e sua; porque naquele grande dia em que lhe coube por legado no testamento do Redentor do mundo, não com menor título que de Mãe, a que era Mãe do mesmo Cristo: *Ecce Mater tua*.<sup>2</sup> logo então e desde a mesma hora recebeu São João a Senhora em sua casa, para nela assistir e servir, como fez por toda a vida: *et ex illa hora accepit eam discipulus in sua*. E isto é o que torna a fazer hoje o mesmo Evangelista; porque chamando-se em frase dos sagrados ritos casa própria de cada um dos santos aquele dia que a Igreja dedicou à sua celebridade; neste dia e nesta casa recebe hoje São João a Senhora, dando-Lhe nela o lugar devido, que é o primeiro e principal. Nem é cousa nova que as festas de São João as honre e autorize a Virgem Santíssima com a majestade e favores de sua presença; porque nas bodas de Cana de Galileia o ser São João o Esposo, foi a razão de se achar ali a Senhora: *et erat Mater Jesu ibi*.<sup>3</sup> E se foi favor da sua piedade e assistência a conversão de água em vinho, não foi menor graça, ou milagre da Virgem das Virgens, que São João, por imitar sua virginal pureza, renunciasse então o matrimônio, e o convertesse em celibato. Finalmente, não é cousa nova que o que havia de ser panegírico do Evangelista, seja sermão do Rosário; porque como se refere nas Histórias dominicanas, indo o patriarca São Domingos para pregar de São João em tal dia como hoje, ao tempo que recolhido a uma capela da mesma igreja se estava

encomendando a Deus, lhe apareceu a Virgem Maria, e lhe mandou que deixasse o sermão que tinha meditado de São João, e pregasse do seu Rosário. Fê-lo assim o grande patriarca dos pregadores, e o fruto do sermão que pelo zelo e eficácia do pregador sempre costumava ser grande, pela graça e virtude de quem o mandou pregar, foi naquela ocasião muito maior e mais patente com igual proveito e admiração dos ouvintes.

Mas que fará cercado das mesmas obrigações, tantas e tão grandes, quem não só falto de semelhante espírito, mas novo, ou noviço, no exercício e na arte, é esta a primeira vez que subido indignamente a tão sagrado lugar, há de falar dele em público? <sup>4</sup> Vós, soberana Rainha dos anjos e dos homens, e Mãe da sabedoria incriada (a quem humildemente dedico as primícias daquelas ignorâncias que ainda se não podem chamar estudos, como única protetora deles) pois o dia e assunto é, Senhora, de vossos maiores mistérios, Vos dignai de me assistir com a luz ou sombra da graça com que a virtude do Altíssimo no primeiro de todos Vos fez fecunda: *Ave Maria*.

ii

Temos hoje (por outro modo do que já o disse) três dias em um dia, e três festas em uma festa: o dia e a festa de São João, o dia e a festa da Senhora do Rosário, e o dia e a festa dos pretos seus devotos. E quando fora necessário termos também três evangelhos; um só evangelho que nos propõe a Igreja, qual é? Posto que largo em nomes e gerações, é tão breve e resumido no que finalmente vem a dizer, que todo se encerra na cláusula que tomei por tema: *Maria de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus*. <sup>5</sup> Se o sermão houvera de ser do Nascimento de Cristo, que é a solenidade do Oitavário corrente, não podia haver outro texto, nem mais próprio do tempo, nem mais acomodado ao mistério: mas havendo de pregar, não sobre este, se não sobre outros assuntos, e esses não livres, se não forçados: e sendo os mesmos assuntos não menos que três, e todos três tão diversos; como os poderei eu fundar sobre a estreiteza de umas palavras, que só nos dizem que Jesus Cristo nasceu de Maria: *Maria de qua natus est Jesus?* Suposto pois que nem é lícito ao pregador (se quer ser pregador) apartar-se do tema, nem o tema nos oferece outra coisa mais que um Filho nascido de Maria; multiplicando este nascimento em três nascimentos, este nascido em três nascidos, e este Filho em três filhos, todos três nascidos de Maria Santíssima; esta mesma será a matéria do sermão, dividido também em três partes. Na primeira veremos com novo nascimento nascido de Maria a Jesus: na segunda com outro novo nascimento nascido de Maria a São João: e na terceira, também com novo nascimento nascido de Maria aos pretos seus devotos. Deem-me eles principalmente a atenção que devem, e destes três nascimentos nascerão outros

tantos motivos, com que reconheçam a obrigação que têm de amar, venerar, e servir a Virgem Senhora nossa, como Mãe de Jesus, como Mãe de São João, e como Mãe sua.

iii

Primeiramente digo que temos hoje nascido de Maria a Cristo Senhor nosso, não como nasceu há três dias, mas com outro nascimento novo. E que novo nascimento é este! É o nascimento com que nasceu da mesma Mãe daqui a trinta e três anos, não em Belém, se não em Jerusalém. Isto é o que diz o nosso texto: e provo: *Maria de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus*: Maria da qual nasceu Jesus, que se chama Cristo. Cristo quer dizer ungido, Jesus quer dizer salvador. E quando foi Cristo salvador, e quando foi ungido? Foi ungido na encarnação, quando unindo Deus a si a humanidade de Cristo, a exaltou sobre todas as criaturas, como diz Davi: *Unxit te Deus, Deus tuus oleo laetitiae prae consortibus tuis*.<sup>6</sup> E foi salvador na cruz, quando por meio da morte, e pelo preço de seu sangue salvou o gênero humano, como diz São Paulo. *Factus obediens usque ad mortem, mortem autem crucis: propter quod et Deus exaltavit illum, et donavit illi nomen, quod est super omne nomen, ut in nomine Jesu omne genuflectatur*.<sup>7</sup> Logo quando Cristo Senhor nosso nasceu em Belém, propriamente nasceu Cristo, mas não nasceu Jesus, nem salvador: nasceu Cristo porque já estava ungido pela união hipostática, com que a Pessoa do Verbo se uniu à humanidade: e não nasceu Jesus, salvador, porque ainda não tinha remido o mundo, o havia de remir e salvar senão em Jerusalém daí a trinta e três anos.

Fala o profeta Isaías do parto virginal de Maria Santíssima (como notaram São Gregório Nisseno, e São João Damasceno) e diz assim: *Antequam parturiret, peperit: antequam veniret partus ejus, peperit mascululum*.<sup>8</sup> Na primeira cláusula diz que pariu a Senhora antes das dores do parto; que isso quer dizer: *Antequam parturiret*: e na segunda diz que pariu antes do parto: *Antequam veniret partus ejus, peperit*. Não é necessário que nós dificultemos o passo, porque o mesmo profeta confessa que disse uma cousa inaudita, e que nunca se viu semelhante: *Qui audivit unquam tale, et quis vidit huic simile*?<sup>9</sup> Que a bendita entre todas as mulheres saísse à luz com o fruto bendito de seu ventre sem padecer dores, privilégio era devido à pureza virginal, com que o concebeu, e assim o confessa a nossa fé. Mas que parisse antes do parto: *Antequam veniret partus ejus*: como se pode entender, senão supondo na mesma hora dous partos do mesmo Filho, e supondo também que o primeiro parto foi sem dores, e o segundo com dores? Assim foi, e assim o diz: quem? O nosso português Santo Antônio, que é bem preceda agora a todos os outros Doutores da Igreja, pois falamos na sua: *Beatae Mariae duplex fuit partus, unus in carne, alius in spiritu. Partus carnis fuit*

*virginis, et omni gaudio plenus, quia peperit sine dolore gaudium angelorum. Secundus partus fuit dolorosus, et omni amaritudine plenus, in Fillii ejus passione, cujus animam pertransiit gladius.* Sabeis por que faz menção Isaías de dous partos da Virgem Beatíssima, e no primeiro nega as dores, e no segundo não? A razão é (diz o mestre seráfico) porque este foi o modo e a diferença com que a Senhora pariu a seu bendito Filho não uma, senão duas vezes: a primeira vez sem dores, antes com júbilos de alegria, quando entre cantares de anjos O pariu no presépio: a segunda vez com dores, e cheia de amarguras, quando trespassada da espada de Simeão O tornou a parir ao pé da cruz. Uma vez nascido Cristo em Belém, e outra vez nascido em Jerusalém: uma vez nascido no princípio da vida, e outra vez nascido no fim dela: uma vez trinta e três anos antes, e outra vez trinta e três anos depois: que por isso o profeta, falando deste segundo parto, disse advertidamente: *Antequam veniret partus ejus*: porque um parto depois do outro havia de tardar em vir tantos anos.

E posto que bastava por prova da minha proposta a autoridade de tão grande intérprete das Escrituras como Santo Antônio, a quem por essa causa chamaram os oráculos de Roma Arca do Testamento; diga-nos o mesmo o evangelista São João com texto mais claro que o de Isaías. No capítulo 12 do seu Apocalipse viu São João aquela mulher tão prodigiosa como sabida, a quem vestia o Sol, calçava a Lua, e coroavam as estrelas: e diz que chegada a hora do parto, foram não só grandes, mas terríveis as dores com que pariu um Filho varão, o qual havia de ser senhor do mundo, e governador de todas as gentes: *Cruciabatur ut pariat; et peperit filium masculum, qui rectorus erat omnes gentes.*<sup>10</sup> Esta mulher prodigiosa, em cujo ornato se empenharam e despenderam todas as luzes do céu, era a Virgem Santíssima: o Filho senhor do mundo, e que havia de governar todas as gentes, era Cristo governador do Universo, e senhor dele. Mas se o parto da mesma Virgem foi isento de toda a dor e moléstia; que dores e que tormentos são estes com que agora São João A viu parir não outro, senão o mesmo Filho? A palavra *cruciabatur* que é derivada da cruz, basta por comento de todo o texto. O Filho era o mesmo, e a Mãe a mesma, mas o parto da Mãe e o nascimento do Filho não eram os mesmos, senão muito diversos. Era o segundo nascimento do Filho, em que por modo superior a toda a natureza havia de nascer morrendo. E porque este segundo nascimento foi entre dores, tormentos, e afrontas, e com os braços pregados nos de uma cruz; por isso a mesma cruz do nascimento do Filho foi também a cruz do parto da Mãe: *Et cruciabatur ut pariat.*

Nasceu o Filho crucificado na sua cruz, e pariu-O a Mãe crucificada na cruz do Filho: e se perguntarmos (que é o que só nos resta) por que o Filho no segundo nascimento nasceu assim, e a Mãe O pariu do mesmo modo? A razão, como o dizia ao princípio, não foi outra senão porque Cristo no primeiro parto nasceu propriamente Cristo, e neste segundo nasceu propriamente Jesus. Esta foi a diferença com que o anjo anteontem anunciou aos pastores o nascimento do

mesmo Cristo: *Quia natus est vobis hodie Salvator, qui est Christus*.<sup>11</sup> Alegrai-vos, porque hoje nasceu o Salvador, que é Cristo. Notai que não disse: *Qui est Salvator*, assim como disse: *Qui est Christus*: porque o Menino nascido já era Cristo, mas ainda não era salvador. Havia de ser salvador, e para ser salvador, nascia, mas ainda o não era. Cristo sim, *qui est Christus*; porque já estava ungido na dignidade de Filho de Deus, mas na de Jesus, e de salvador ainda não; porque essa não a havia de receber no presépio, senão na cruz: *Factus obediens usque ad mortem crucis, ut in nomine Jesu omne genuflectatur*. E aqui é que propriamente nasceu Jesus, e não de outra Mãe, senão da mesma Virgem Maria: *Maria de qua natus est Jesus*.

iv

O segundo Filho da mesma Virgem Maria, e nascido também no Calvário, e com novo e segundo nascimento, foi São João. E que seria se disséssemos que também deste nascimento se verifica o nosso texto? O em que agora reparo nas palavras *de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus*; é que este *vocatur* parece impróprio, e este *Christus* supérfluo. O nome próprio do Filho de Deus, e Filho de Maria, é Jesus: este nome Lhe foi posto no dia da circuncisão, e assim o tinha revelado o anjo antes de ser concebido: *Vocatum est nomen ejus Jesus, quod vocatum est ab angelo priusquam in utero conciperetur*.<sup>12</sup> Logo o *vocatur* aplicado não ao nome *Jesus* se não ao sobrenome *Christus*, parece impróprio: e o mesmo sobrenome *Christus* também parece supérfluo, porque só seria necessário para distinguir um Jesus de outro Jesus. Porventura há outro Jesus, e nascido de Maria, que se não chame Cristo? Digo que sim. Há um Jesus Filho de Maria, que se chama Cristo; e há outro Jesus também Filho de Maria, que se chama João. E por isso o Evangelista para distinguir um Jesus de outro Jesus, e um Filho de Maria de outro Filho de Maria, não supérflua, senão necessariamente acrescentou ao nome o sobrenome, e não só disse: *Maria*, da qual nasceu Jesus, senão: *Maria*, da qual nasceu Jesus, que se chama Cristo.

Quando o mesmo Cristo estava na cruz, disse a sua Santíssima Mãe: *Ecce filius tuus*.<sup>13</sup> estas palavras eram equívocas, e mais naturalmente se podiam entender do mesmo Cristo que as dizia, do que de outro por quem as dissesse. E como tirou o Senhor esta equivocação? Tirou-a com os olhos, e com a inclinação da cabeça, que só tinha livre, apontando para João. Bem. Mas por que não disse, este é outro filho que Vos deixo em meu lugar, senão este é o Vosso filho: *Ecce filius tuus*? Não há dúvida, responde Orígenes, que falando o Senhor por estes termos, quis significar declaradamente que Ele e João não se distinguiam, e que João não era outro filho da Senhora, senão o mesmo Jesus, que Ela gerara, e d'Ela nascera. Notai as palavras, que não podem ser mais próprias, e a razão, que não pode ser

mais subida: *Nam si nullus est Mariae filius praeterquam Jesus, dixitque: Jesus: Ecce filius tuus: perinde est, ac si dixisset: hic est Jesus quem genuisti.*<sup>14</sup> Pois se Jesus e João eram dous, e tão infinitamente diversos: Jesus o Senhor, e João o servo: Jesus o Mestre, e João o discípulo: Jesus o Criador, e João a criatura: Jesus o filho de Deus, e João o filho de Zebedeu: como era, ou como podia ser João não outro filho, senão o mesmo filho, nem outro Jesus, senão o mesmo Jesus que a Senhora gerara: *Hic est Jesus quem genuisti?* São Pedro Damião reconhece aqui um mistério semelhante ao do Sacramento; mas eu, sem recorrer a milagre, entendo que tudo isto se decifra e verifica com ser João o amado: *Discipulus, quem diligebat.*<sup>15</sup> Era o amado! Logo era outro, e era o mesmo Jesus. Enquanto Jesus e João eram o mesmo por amor, eram um só Jesus: e enquanto João por realidade era outro, eram dous Jesus.

Os filósofos antigos, definindo a verdadeira amizade, qual naquele tempo era, ou qual devia ser, disseram: *Amicus est alter ego*: O amigo é outro eu. Logo enquanto o amigo é eu, *ego*; eu e ele somos um: e enquanto ele é outro, *alter*: ele e eu somos dous, mas ambos os mesmos, e isto é o que obrou sem milagre, por transformação recíproca, o amor de Jesus em João. A mesma antiguidade nos dará o exemplo. Depois da famosa vitória de Alexandre Magno contra el-rei Dario, foi trazida a rainha mãe diante do mesmo Alexandre, a cujo lado assistia seu grande privado Efestião. E como a rainha fizesse a reverência a Efestião, cuidando que ele era o Magno, por ser mais avultado de estatura, e avisada do seu erro, o quisesse desculpar, acudiu Alexandre, como refere Cúrcio, com estas palavras: *Non errasti mater, namque; et hic Alexander est*: não errastes, senhora, porque este também é Alexandre. Assim o disse o grande monarca, mais como discípulo de Aristóteles, que como filho de Filipe. E se o amor (que eu aqui tenho por político e falso) ou fazia ou fingia que Alexandre e Efestião fossem dous Alexandres: *Namque; et hic Alexander est*, o amor verdadeiro e sobrenatural da parte de Cristo divino, e da parte de João mais que humano, por que não fariam que Jesus e João fossem dous Jesus? Não há dúvida que naquele passo estavam dous Jesus no Calvário, um na cruz, outro ao pé dela.

Quando Eliseu disse a Elias: *Fiat in me duplex spiritus tuus:*<sup>16</sup> não me posso persuadir que lhe pedisse dobrado espírito do que era o seu; porque seria demasiada presunção de discípulo para mestre: o que quis dizer, foi que o espírito de Elias se dobrasse e multiplicasse em ambos, e que Elias o levasse, pois se ia, e o deixasse a Eliseu, pois ficava. E neste caso, se o espírito de Elias fosse com Elias, e ficasse com Eliseu, Elias porventura seria um só Elias? De nenhum modo, diz São João Crisóstomo.<sup>17</sup> Dobrou-se o espírito de Elias, e multiplicou-se em Eliseu como ele tinha pedido: mas então não houve um só Elias, senão dous Elias: *Erat duplex Elias ille: et sursum Elias, et deorsum Elias*. Arrebatou o carro de fogo a Elias, e no mesmo tempo e no mesmo lugar, diz Crisóstomo, se viram

então dous Elias, um em cima, outro embaixo; um no ar, outro na terra; um no carro, outro ao pé dele: *Et sursum Elias, et deorsum Elias*. O mesmo se viu no nosso caso. O carro triunfal, em que o Redentor do mundo triunfou da morte, do pecado, e do Inferno, foi a cruz: levantado nela, o Senhor, partia-se o Mestre, e ficava, o discípulo: mas como? Como Elias e Eliseu. E assim como Elias e Eliseu eram dous Elias; *Duplex Elias*; assim Jesus e João eram dous Jesus; e assim como lá, um Elias se via em cima, outro embaixo, *Et sursum Elias, et deorsum Elias*; assim cá também um Jesus estava em cima, outro Jesus embaixo; um no ar, outro na terra; um na cruz, outro ao pé da cruz. E para que ninguém duvidasse que o milagre com que Jesus se tinha dobrado e multiplicado em João, era por virtude e transformação do amor, o mesmo João advertidamente não se chamou aqui João, senão o amado: *Cum vidisset Jesus Matrem, et discipulum stantem quem diligebat*.<sup>18</sup> Sendo pois João, por transformação do amor, outro Jesus, e Jesus e João dous Jesus; com razão acrescentou o Evangelista ao nome de Jesus o sobrenome de Cristo: *Jesus qui vocatur Christus*; para distinguir um Jesus de outro Jesus.

Nem basta por distinção o declarar que era Filho de Maria e de Maria nascera: *Maria, de qua natus est*: porque no mesmo lugar do Calvário, onde Cristo enquanto Jesus nasceu segunda vez de sua Santíssima Mãe (como dissemos) também São João com segundo nascimento nasceu da mesma Senhora, sendo João desde aquele ponto filho de Maria: *Ecce filius tuus*: e Maria Mãe de João: *Ecce Mater tua*: e por isso no mesmo tempo e no mesmo lugar Mãe de dous Jesus: um Jesus que se chama João, e outro Jesus que se chama Cristo: *De qua natus est Jesus, qui vocatur Christus*.

v

O terceiro nascimento de que também se verificam as mesmas palavras, é o dos pretos, devotos da mesma Senhora, os quais também são seus filhos, e também nascidos entre as dores da cruz. O profeta rei, falando da Virgem Maria, debaixo da metáfora de Jerusalém (a que muitas vezes é comparada, porque ambas foram morada de Deus) diz assim: *Homo, et homo natus est in ea, et ipse fundavit eam Altissimus*.<sup>19</sup> Nasceu nela o homem, e mais o homem: e quem a fundou, foi esse mesmo Altíssimo. Estas segundas palavras declaram o sentido das primeiras, e de umas e outras se convence que o mesmo Deus que criou a Maria é o homem que nasceu de Maria. Enquanto homem nasceu d'Ela: *Homo natus est in ea*: e esse mesmo enquanto Deus A criou a Ela: *Et ipse fundavit eam Altissimus*. Assim o diz e prova com evidência Santo Agostinho. Mas o profeta ainda diz mais: porque não só diz que nasceu da Senhora esse homem, que enquanto Deus A criou, senão que nasceu d'Ela o homem, e mais o homem: *Homo, et homo*

*natus est in ea.* Se um destes homens nascidos de Maria é Deus: o outro homem também nascido de Maria, quem é? É todo o homem que tem a fé e conhecimento de Cristo, de qualquer qualidade, de qualquer nação, e de qualquer cor que seja, ainda que a cor seja tão diferente da dos outros homens, como é a dos pretos. Assim o diz o mesmo texto tão claramente, que nomeia os mesmos pretos por sua própria nação, e por seu próprio nome: *Memor ero Rahab, et Babylonis scientium me: Ecce alienigenae, et Tyrus, et populus Aethiopum hi fuerunt illic.*<sup>20</sup>

Nasceram da Mãe do Altíssimo não só os da sua nação, e naturais de Jerusalém, a que é comparada, senão também os estranhos e os gentios, *Alienigenae.* E que gentios são estes? *Rahab;* os cananeus que eram brancos: *Babylonis:* os babilônios que também eram brancos: *Tyrus:* os tírios que eram mais brancos ainda: e sobre todos, e em maior número que todos: *Populus Aethiopum:* o povo dos etíopes, que são os pretos. De maneira que vós os pretos, que tão humilde figura fazeis no mundo, e na estimação dos homens; por vosso próprio nome, e por vossa própria nação, estais escritos e matriculados nos livros de Deus, e nas Sagradas Escrituras: e não com menos título, nem com menos foro, que de Filhos da Mãe do mesmo Deus: *Et populus Aethiopum hi fuerunt illic.*

E posto que o texto é tão claro e literal que não admite dúvida; ouçamos o comento de São Tomás, arcebispo de Valença: *Aethiopes non abiicit virgo decora, sed amplectitur ut parvulos, diligit ut filios. Sciunt ergo ipsam matrem etenim quia Altissimi mater est, Aethiopsis matrem nominari non dedignatur.* O profeta pôs no último lugar os etíopes e os pretos; porque este é o lugar que lhes dá o mundo, e a baixa estimação com que são tratados dos outros homens, filhos de Adão como eles. Porém a Virgem Senhora, sendo Mãe do Altíssimo, não os despreza, nem se despreza de os ter por filhos; antes porque é mãe do Altíssimo, por isso mesmo se preza de ser também sua Mãe: *Etenim quia Altissimi mater est, Aethiopsis matrem nominari non dedignatur.* Saibam pois os pretos, e não duvidem que a mesma Mãe de Deus é Mãe sua: *Sciunt ergo ipsam matrem:* e saibam que com ser uma Senhora tão soberana, é Mãe tão amorosa, que assim pequenos como são, os ama, e tem por filhos: *Amplectitur ut parvulos, diligit ut filios.* Até aqui São Tomás.

E se me perguntarem os curiosos quando alcançaram os pretos esta dignidade de filhos da Mãe de Deus; respondo que no monte Calvário, e ao pé da cruz no mesmo dia, e no mesmo lugar em que o mesmo Cristo enquanto Jesus, e enquanto salvador nasceu com segundo nascimento da Virgem Maria: *Maria de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.* Este parece o ponto mais dificultoso desta terceira proposta. Mas assim o diz com propriedade e circunstância admirável o mesmo texto de Davi. Porque os etíopes que no corpo do salmo se chamam nomeadamente filhos da Senhora, no título do mesmo salmo se chamam filhos de Coré: *In finem filiis Core pro arcanis.* Esta palavra *pro arcanis,* nota e manda advertir que se encerra aqui um grande mistério. E que mistério tem chamarem-se estes filhos da Virgem Maria filhos também de Coré? Santo



Agostinho, na exposição do mesmo salmo: *Magni Sacramenti est, ut dicantur filii Core, quia Core interpretatur Calvaria. Ergo filii passionis illius, filii redempti sanguine illius, filii crucis illius.* Coré, na língua hebraica, quer dizer Calvário, e chamam-se filhos do Calvário, e filhos da paixão de Cristo, e filhos da sua cruz os mesmos que neste texto se chamam nomeadamente filhos da Virgem Maria: porque quando no Calvário e ao pé da cruz nasceu da Virgem Maria com segundo nascimento seu benditíssimo Filho enquanto Jesus e salvador do mundo, então nasceram também com segundo nascimento da mesma Senhora todos os outros filhos das outras nações que o profeta nomeia, e entre eles com tão especial menção os etíopes, que são os pretos: *Et populus Aethiopum hi fuerunt illic.* De sorte que assim como no Calvário e ao pé da cruz nasceu de Maria com segundo nascimento Cristo; e assim como no Calvário e ao pé da cruz nasceu de Maria com segundo nascimento São João; assim ao pé da cruz nasceram também com segundo nascimento da mesma Virgem Maria os pretos, verificando-se de todos os três nascimentos, por diferente modo, o texto no nosso tema: *Maria, de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.*

Estou vendo que cuidam alguns que são isto encarecimentos e lisonjas daquelas com que os pregadores costumam louvar os devotos nos dias da sua festa. Mas é tanto pelo contrário, que tudo o que tenho dito, é verdade certa e infalível, e não com menor certeza que de fé católica. Os etíopes de que fala o texto de Davi, não são todos os pretos universalmente, porque muitos deles são gentios nas suas terras; mas fala somente daqueles de que eu também falo, que são os que por mercê de Deus, e de sua Santíssima Mãe, por meio da fé e conhecimento de Cristo, e por virtude do batismo são cristãos. Assim o notou o mesmo profeta no mesmo texto: *Memor ero Rahab et Babylonis scientium me, et populus Aethiopum, hi fuerunt illic.* Naquele *scientium me* está a diferença de uns a outros. E por quê, ou como? Porque todos os que têm a fé e conhecimento de Cristo, e são cristãos, são membros de Cristo: e os que são membros de Cristo não podem deixar de ser filhos da mesma Mãe, de que nasceu Cristo: *De qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.*

Que sejam verdadeiramente membros de Cristo, é proposição expressa de São Paulo não menos que em três lugares. Deixo os dous, e só repito do capítulo doze aos Coríntios: *Sicut enim corpus unum est, et membra habet multa: omnia autem membra corporis, cum sint multa, unum tamen corpus sunt; ita et Christus. Etenim in uno spiritu omnes nos in unum corpus baptizati sumus.*<sup>21</sup> Assim como o corpo tem muitos membros, e sendo os membros muitos o corpo é um só; assim (diz São Paulo) sendo Cristo um, e os cristãos muitos, de Cristo e dos cristãos se compõe um só corpo: porque todos os cristãos, por virtude da fé e do batismo, são membros de Cristo. E porque não cuidassem os que são fiéis e senhores, que os pretos, por terem sido gentios e serem cativos, são de inferior condição, acrescenta o mesmo São Paulo, que isto tanto se entende dos hebreus, que eram

os fiéis, como dos gentios; e tanto dos cativos e dos escravos, como dos livres e dos senhores: *Etenim omnes in unum corpus baptizati sumus sive judaei, sive Gentiles, sive servi, sive liberi.*<sup>22</sup> E como todos os cristãos, posto que fossem gentios, e sejam escravos, pela fé e batismo estão incorporados em Cristo, e são membros de Cristo; por isso a Virgem Maria, Mãe de Cristo, é também Mãe sua; porque não seria Mãe de todo Cristo, senão fosse Mãe de todos seus membros. Excelentemente Guilherme abade: *In uno salvatore omnium Jesu, plurimos Maria peperit ad salutem. Eo ipso quod mater est capitis, multorum membrorum mater est. Mater Christi Mater est membrorum Christi, quia caput et corpus unus est Christus.*

Não se poderá dizer com melhores palavras, nem mais próprias; mas eu quero que no-lo diga com as suas, e nos feche todo este discurso a Escritura Sagrada. Quando Nicodemo de mestre da Lei se fez Discípulo de Cristo, disse-lhe o Senhor três cousas notáveis. A primeira, que para ele Nicodemo, e qualquer outro se salvar, era necessário nascer de novo: *Nisi quis renatus fuerit denuo, non potest videre Regnum Dei.*<sup>23</sup> A segunda, que ninguém sobe ao Céu, senão quem desceu do Céu: *Nemo ascendit in Coelum, nisi qui descendit de Coelo.* A terceira, que para isto se conseguir, havia de morrer em uma cruz o mesmo Cristo: *Oportet exaltari Filium hominis.* Se o texto se fizera para o nosso caso, não pudera vir mais medido com todas suas circunstâncias. Quanto à primeira, replicou Nicodemo, dizendo: *Quomodo potest homo nasci, cum sit senex? Nunquid potest in ventrem matris suae iterato introire, et renasci?* Como é possível que um homem velho como eu sou, haja de nascer de novo? Porventura há de tornar a entrar no ventre de sua mãe para nascer outra vez? Pareceu-lhe ao Doutor que esta instância era muito forte; mas o Divino Mestre lhe ensinou que este segundo e novo nascimento era por virtude do batismo, sem o qual ninguém se pode salvar: *Nisi quis renatus fuerit ex aqua et Spiritu Sancto, non potest introire in regnum Dei.* E quanto à mãe de que haviam de tornar a nascer os que assim fossem regenerados, acrescentou o mesmo Senhor que essa mãe era a mesma Virgem Maria Mãe sua. Isto querem dizer as segundas palavras de Cristo, posto que o não pareça, nem até agora se tenha reparado nelas. Quando o Senhor disse, que ninguém sobe ao Céu, senão quem desceu do Céu, juntamente declarou que este que desceu do Céu era o mesmo Cristo Filho da Virgem: *Nemo ascendit in Coelum, nisi qui descendit de Coelo Filius hominis qui est in Coelo.* Pois porque Cristo desceu do Céu, por isso todos os que sobem ao Céu descenderam também do Céu? Sim. Porque ninguém pode subir ao Céu, senão incorporando-se com Cristo, como todos nos incorporamos com Ele, e nos fazemos membros do mesmo Cristo, por meio da fé e do batismo; donde se seguem duas cousas: a primeira, que assim como Ele desceu do Céu, assim nós, por sermos membros seus, também descemos n'Ele, e com Ele: *Nemo ascendit in Coelum nisi qui descendit de Coelo.* A segunda, que assim como Ele desceu do Céu fazendo-se Filho da

Virgem Maria: *Filius hominis qui est in Coelo*; assim nós também ficamos sendo filhos da mesma Virgem, porque somos membros verdadeiros do verdadeiro Filho que d'Ela nasceu; e finalmente, porque este segundo e novo nascimento não foi o de Belém, senão o de Jerusalém; nem o do presépio, senão o do Calvário; por isso conclui o Senhor, que para este segundo nascimento se conseguir, era necessário que Ele morresse na cruz: *Oportet exaltari Filium hominis*. Vejam agora os pretos se por todos os títulos ou circunstâncias de etíopes, de batizados, de nascidos com segundo nascimento, de nascidos no Calvário, e nascidos não de outra Mãe, senão da mesma Mãe de Jesus, se verifica também deles como membros de Cristo, o nascimento com que o mesmo Cristo segunda vez nasceu de Maria: *Maria, de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus*.

vi

Parece-me que tenho provado os três nascimentos que prometi. E posto que todos três sejam mui conformes às circunstâncias do tempo: o de Cristo, porque continuamos a oitava do seu nascimento: o de São João, porque estamos no seu próprio dia; e o dos pretos, porque celebramos com eles a devoção da Virgem Santíssima Mãe de Cristo, Mãe de São João, e Mãe sua: sobre estas três grandes propriedades temos ainda outras três muito mais próprias: e quais são? Que unidos estes três nascimentos em um mesmo intento, todos e cada um deles se ordenam a declarar e persuadir a devoção do Rosário; e do Rosário particularmente dos pretos; e dos pretos em particular que trabalham neste e nos outros engenhos. Não são estas as circunstâncias mais individuais do lugar, das pessoas, e da festa e devoção que celebramos? Pois todas elas nascem daqueles três nascimentos. O novo nascimento dos mesmos pretos, como filhos da Mãe de Deus, lhes mostra a obrigação que têm de servir, venerar, e invocar a mesma Senhora com o seu Rosário. O novo nascimento de Cristo os persuade a que sem embargo do contínuo e grande trabalho em que estão ocupados, nem por isso se esqueçam da soberana Mãe sua, e de Lhe rezar o Rosário, ao menos parte, quando não possam todo. E finalmente, o novo nascimento de São João lhes ensina quais são, entre os mistérios do Rosário, os que mais pertencem ao seu estado, e com que devem aliviar, santificar, e oferecer à Senhora o seu mesmo trabalho. Este é o fim de quanto tenho dito, e me resta dizer: e este também o fruto de que mais se serve, e agrada a Virgem do Rosário, e com que haverá por bem festejado o seu dia. E porque agora falo mais particularmente com os pretos, agora lhe peço mais particular atenção.

Começando pois pelas obrigações que nascem do vosso novo e tão alto nascimento, a primeira e maior de todas é que deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios; e vos ter trazido a esta, onde instruídos na

fé, vivais como cristãos, e vos salveis. Fez Deus tanto caso de vós, e disto mesmo que vos digo, que mil anos antes de vir ao mundo, o mandou escrever nos seus livros, que são as Escrituras Sagradas. Virá tempo, diz Davi, em que os etíopes (que sois vós) deixadas a gentildade e idolatria, se hão de ajoelhar diante do verdadeiro Deus: *Coram illo procident Aethiopes*.<sup>24</sup> e que farão assim ajoelhados? Não baterão as palmas como costumam, mas fazendo oração, levantarão as mãos ao mesmo Deus: *Aethiopia praeveniet manus ejus Deo*.<sup>25</sup> E quando se cumpriram estas duas profecias, uma do salmo 71, e outra do salmo 67? Cumpriram-se principalmente depois que os portugueses conquistaram a Etiópia ocidental, e estão-se cumprindo hoje mais e melhor que em nenhuma outra parte do mundo nesta da América, aonde trazidos os mesmos etíopes em tão inumerável número, todos com os joelhos em terra, e com as mãos levantadas ao Céu, creem, confessam, e adoram no Rosário da Senhora todos os mistérios da encarnação, morte e ressurreição do Criador e Redentor do mundo, como verdadeiro Filho de Deus e da Virgem Maria. Assim como Deus na lei da natureza escolheu a Abraão, e na escrita a Moisés, e na da Graça a Saulo, não pelos serviços que Lhe tivessem feito, mas pelos que depois Lhe haviam de fazer; assim a Mãe de Deus antevendo esta vossa fé, esta vossa piedade, e esta vossa devoção, vos escolheu de entre tantos outros de tantas e tão diferentes nações, e vos trouxe ao grêmio da Igreja, para que lá, como vossos pais, vos não perdesseis, e cá, como filhos seus, vos salvásseis. Este é o maior e mais universal milagre de quantos faz cada dia, e tem feito por seus devotos a Senhora do Rosário.

Falando o texto sagrado dos filhos de Coré, que, como já dissemos, são os filhos da Senhora nascidos no Calvário, diz que perecendo seu pai, eles não pereceram, e que isto foi um grande milagre: *Factum est grande miraculum, ut Core pereunte, filii illius non perirent*.<sup>26</sup> Não perecerem, nem morrerem os filhos quando perecem, e morrem os pais, é cousa muito natural, antes é lei ordinária da mesma natureza, porque se com os pais morreram juntamente os filhos, acabar-se-ia o mundo. Como diz logo o texto sagrado, que não morrerem e perecerem os filhos de Coré, quando morreu e pereceu seu pai, não só foi milagre, senão um grande milagre: *Factum est grande miraculum?* Ouvi o caso todo, e logo vereis em que consistiu o milagre e sua grandeza. Caminhando os filhos de Israel pelo deserto em demanda da Terra de Promissão, rebelaram-se contra Deus três cabeças de grandes famílias, Datã, Abirão, e Coré: e querendo a divina justiça castigar exemplarmente a atrocidade deste delito, abriu-se subitamente a terra, tragou vivos aos três delinquentes, e em um momento todos três, com portento nunca visto, foram sepultados no Inferno. Houve porém neste caso uma diferença ou exceção muito notável, e foi que com Datã e Abirão pereceram juntamente, e foram também tragados da terra, e sepultados no

Inferno seus filhos; mas os de Coré não: e este é o que a Escritura chama grande milagre: *Factum est grande miraculum, ut Core pereunte, filii illius non perirent*. Abrir-se a terra não foi milagre? Sim, foi: serem tragados vivos os três delinquentes, não foi outro milagre? Também: irem todos em corpo e alma ao Inferno antes do Dia do Juízo, não foi terceiro milagre? Sim, e muito mais estupendo. E contudo o milagre que a Escritura Sagrada pondera e chama grande milagre, não foi nenhum destes, senão o perecer Coré, e não perecerem seus filhos; porque o maior milagre e a mais extraordinária mercê que Deus pode fazer aos filhos de pais rebeldes ao mesmo Deus, é que quando os pais se condenam, e vão ao Inferno, eles não pereçam, e se salvem.

Oh se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conheceria bem quanto deve a Deus, e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativoiro, e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre! Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentilidade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé, nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como já credes e confessais, vão ao Inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade. E que perecendo todos eles, e sendo sepultados no Inferno como Coré, vós, que sois seus filhos, vos salveis, e vades ao Céu? Vede se é grande milagre da providência e misericórdia divina: *Factum est grande miraculum, ut Core pereunte filii illius non perirent*. Os filhos de Datã e Abirão pereceram com seus pais, porque seguiram com eles a mesma rebelião e cegueira; e outro tanto vos poderá suceder a vós. Pelo contrário os filhos de Coré, perecendo ele, salvaram-se, porque reconheceram, veneraram, e obedeceram a Deus: e esta é a singular felicidade do vosso estado, verdadeiramente milagroso.

Só resta mostrar-vos que este grande milagre, como dizia, é milagre do Rosário, e que esta eleição e diferença tão notável a deveis à Virgem Santíssima vossa Mãe, e por ser Mãe vossa. Isaac, filho de Abraão (de quem vossos antepassados tomaram por honra a divisa da circuncisão, que ainda conservam, e do qual muitos de vós descendeis por via de Ismael meio-irmão do mesmo Isaac); este Isaac, digo, tinha dous filhos, um chamado Jacó, que levou a bênção do Céu; e outro chamado Esaú, que perdeu a mesma bênção. Tudo isto sucedeu em um mesmo dia, em que Esaú andava pelos matos armado de arco e flechas, como andam vossos pais por essas brenhas da Etiópia: e, pelo contrário Jacó estava em casa de seu pai, e de sua mãe, como vós hoje estais na casa de Deus, e da Virgem Maria. E por que levou a bênção Jacó, e a perdeu Esaú? Porque concorreram para a felicidade de Jacó duas cousas, ou duas causas que a Esaú faltaram ambas. A primeira foi porque Rebeca (que era o nome da mãe) não amava a Esaú, senão a Jacó, e fez grandes diligências, e empregou toda a sua indústria em que ele levasse a bênção. A segunda, porque estando duvidoso o pai se lhe daria a bênção ou não, sentiu que os vestidos de Jacó lhe cheiravam a rosas e flores, e tanto que sentiu este cheiro e esta fragrância, logo lhe deitou a bênção.

Assim o nota expressamente o texto: *Statimque; ut sensit vestimentorum illius fragrantiam, benedicens illi, ait: Ecce odor filii mei, sicut odor agri pleni, cui benedixit Dominus: det tibi Deus de rore Coeli, etc.*<sup>27</sup> Uma e outra circunstância, assim da parte da mãe como do pai, foram admiráveis, e por isso misteriosas. Da parte da mãe, que sendo Jacó e Esaú irmãos, amasse com tanta diferença a Jacó: e da parte do pai, que um acidente que parecia tão leve, como o cheiro das flores, lhe tirasse toda a dúvida, e fosse o último motivo de lhe dar a bênção. Mas assim havia de ser, para que o mistério se cumprisse com toda a propriedade nas figuras e ações que o representavam. Isaac significava a Deus, Rebeca a Virgem Mãe, Jacó os seus filhos escolhidos, que sois vós; e Esaú os reprovados, que são os que sendo do vosso mesmo sangue, e da vossa mesma cor, não alcançaram a bênção que vós alcançastes. Para que entendais que toda esta graça do Céu a deveis referir a duas causas: a primeira ao amor e piedade da Virgem Santíssima vossa Mãe: a segunda à devoção do seu Rosário, que é o cheiro das rosas e flores que tanto enlevam e agradam a Deus.

Dos sacrifícios antigos, quando Deus os aceitava, diz a Sagrada Escritura que Lhe agradava muito o cheiro, e suavidade deles: *Odoratus est Dominus odorem suavitatis.*<sup>28</sup> E a razão era porque naqueles sacrifícios se representavam os mistérios da vida e morte de seu benditíssimo Filho. E como na devoção do Rosário se contém a memória e consideração dos mesmos mistérios; este é o cheiro e fragrância que tanto nele agrada, e tão aceito é a Deus. Em vós, antes de serdes cristãos, somente era futuro este cheiro das flores do Rosário, que hoje é presente, como também eram futuros naquele tempo os mistérios de Cristo: mas assim como o merecimento destes mistérios antes de serem, somente porque haviam de ser, davam eficácia àqueles sacrifícios; assim a vossa devoção do Rosário futura, e quando ainda não era, só porque Deus e sua Mãe a anteviram com a aceitação e agrado que dela recebem, vos preferiram e antepuseram aos demais das vossas nações, e vos tiveram por dignos da bênção que hoje gozais, tanto maior e melhor que a de Jacó, quanto vai da Terra ao Céu. Para que todos conheçais o motivo principal da vossa felicidade, e a obrigação em que ela vos tem posto de não faltar a Deus, e a sua Santíssima Mãe com este quotidiano tributo da vossa devoção.

Estou vendo porém que o vosso contínuo trabalho e exercício pode parecer ou servir de escusa ao descuido dos menos devotos. Direis que estais trabalhando de dia e de noite em um engenho, e que as tarefas multiplicadas umas sobre outras (que talvez entrem e se penetrem com os dias santos) vos não deixam tempo nem lugar para rezar o Rosário. Mas aqui entra o novo nascimento de Cristo segunda vez nascido no Calvário, para com seu divino exemplo e imitação

refutar a fraqueza desta vossa desculpa, e vos ensinar como no meio do maior trabalho vos não haveis de esquecer da devoção de sua Mãe, pois o é também vossa, oferecendo-Lhe ao menos alguma parte, quando comodamente não possa ser toda. Davi (aquele santo rei, que também teve netos na Etiópia, filhos de seu filho Salomão, e da rainha Sabá) entre os salmos que compôs, foram três particulares, aos quais deu por título *Pro torcularibus*:<sup>29</sup> que em frase do Brasil quer dizer, para os engenhos. Este nome *torcularia*, universalmente tomado, significa todos aqueles lugares e instrumentos em que se espreme e tira o sumo dos frutos, como em Europa o vinho e o azeite, que lá se chamam lagares: e porque estes, em que no Brasil se faz o mesmo às canas doces, e se espreme, coze e endurece o sumo delas, têm maior e mais engenhosa fábrica, se chamaram vulgarmente engenhos. Se perguntarmos pois qual foi o fim e intento de Davi em compor e intitular aqueles salmos nomeadamente para estas oficinas? Respondem os doutores hebreus, e com eles Paulo Burgense, que o intento que teve o santo rei, e fez se praticasse em todo o povo de Israel, foi que os trabalhadores das mesmas oficinas ajuntassem o trabalho com a oração, e em lugar de outros cantares com que se costumavam aliviar, cantassem hinos e salmos: e pois recolhiam e aproveitavam os frutos da terra, não fossem eles estéreis, e louvassem ao Criador que os dá. Notável exemplo por certo, e de suma edificação, que entre os grandes negócios e governo da Monarquia tivesse um rei estes cuidados! E que confusão pelo contrário será para os que se chamam senhores de engenho, se atentos somente aos interesses temporais, que se adquirem com este desumano trabalho, dos trabalhadores seus escravos, e das almas daqueles miseráveis corpos, tiverem tão pouco cuidado, que não tratem de que louvem e sirvam a Deus, mas nem ainda de que O conheçam?

Tornando aos salmos compostos para os engenhos (que depois veremos, porque foram três) declara Davi no título do último quem sejam os operários destas trabalhosas oficinas, e diz que são os filhos de Coré: *Pro torcularibus filiis Core*.<sup>30</sup> Segundo a propriedade da história, já dissemos que os filhos de Coré são os pretos filhos da Virgem Santíssima, e devotos do seu Rosário. Segundo a significação do nome, porque Coré na língua hebraica significa Calvário, diz Hugo cardeal que são os imitadores da cruz e paixão de Cristo crucificado: *Filiis Core, id est, imitatoribus Christi in loco Calvariae crucifixi*. Não se pudera, nem melhor nem mais altamente, descrever que cousa é ser escravo em um engenho do Brasil. Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos. *O fortunati nimium sua si bona norint!* Bem-aventurados vós se soubéreis conhecer a fortuna do vosso estado, e com a conformidade e imitação de tão alta e divina semelhança aproveitar e santificar o trabalho!

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: *Imitatoribus Christi crucifixi*, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo

Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dous madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que Lhe deram o fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos: Cristo sem comer, e vós famintos: Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoutes, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. Só lhe faltava a cruz para a inteira e perfeita semelhança o nome de engenho; mas este mesmo lhe deu Cristo não com outro, senão com o próprio vocábulo. *Torcular* se chama o vosso engenho, ou a vossa cruz, e a de Cristo, por boca do mesmo Cristo, se chamou também *torcular*:

*Torcular calcavi solus.*<sup>31</sup> Em todas as intenções e instrumentos de trabalho parece que não achou o Senhor outro que mais parecido fosse com o seu, que o vosso. A propriedade e energia desta comparação é porque no instrumento da cruz, e na oficina de toda a paixão, assim como nas outras em que se espreme o sumo dos frutos, assim foi espremidido todo o sangue da humanidade sagrada: *Et quod sanguis ejus ibi fuit expressus, sicut sanguis uvae in torculari*, diz Lirano: *Et hoc in spineae coronae impositione, in flagellatione, in pedum, et manuum confixione, et in lateris apertione*. E se então se queixava o Senhor de padecer só, *torcular calcavi solus*; e de não haver nenhum dos gentios que O acompanhasse em suas penas, *et de gentibus non est vir mecum*,<sup>32</sup> vede vós quanto estimará agora que os que ontem foram gentios, conformando-se com a vontade de Deus na sua sorte, lhe façam por imitação tão boa companhia!

Mas para que esta primeira parte da imitação dos trabalhos da cruz o seja também nos afetos (que é a segunda e principal); assim como no meio dos seus trabalhos e tormentos se não esqueceu o Senhor de sua piedosíssima Mãe, encomendando-A ao discípulo amado assim vos não haveis vós de esquecer da mesma Senhora, encomendando-vos muito particularmente na sua memória, e oferecendo-Lhe a vossa. Depois de Cristo na cruz dar o reino do Céu ao bom ladrão, então falou com sua Mãe; e parece que este, e não aquele, havia de ser o seu primeiro cuidado: mas seguiu o Senhor esta ordem, diz Santo Ambrósio, para mostrar, segundo as mesmas leis da natureza, que mais fazia em ter da própria Mãe esta lembrança, que em dar a um estranho o reino: *Pluris putans quod pietatis officia dividebat, quam quod regnum coeleste donabat*. Ao ladrão deu Cristo menos do que lhe pediu, e à Mãe deu muito mais do que tinha dado ao ladrão; porque o ladrão pediu-lhe a memória, e deu-lhe o reino, e à Mãe deu-Lhe muito mais que o reino, porque Lhe deu a memória. Esta memória haveis de oferecer à Senhora em meio dos vossos trabalhos, à imitação de seu Filho, e não divideis ou cuideis que Lhe seja menos aceita a vossa, antes em certo modo



mais: por quê? Porque nas ave-marias do vosso Rosário a fazeis com palavras de maior consolação, do que as que Lhe disse o mesmo Filho, conformando-se com o estado presente. O Filho chamou-Lhe Mulher, e vós chamar-Lhe-eis a bendita entre todas as mulheres: o Filho não Lhe deu o nome de Mãe, e vós A invocareis cento e cinquenta vezes com o nome de Santa Maria Mãe de Deus. Oh quão adoçada ficará a dureza, e quão enobrecida a vileza dos vossos trabalhos na harmonia destas vozes do Céu; e quão preciosas seriam, diante de Deus, as vossas penas e aflições, se juntamente Lhas oferecerdes em união das que a Virgem Mãe sua padeceu ao pé da cruz!

E porque a continuação do vosso mesmo trabalho vos não pareça bastante escusa para faltardes com vossas orações a esta pensão de cada dia; adverti que se o vosso Rosário consta de três partes, estando Cristo vivo na cruz somente três horas, nessas três horas orou três vezes. Pois se Cristo ora três vezes em três horas, sendo tão insofríveis os trabalhos da sua cruz; vós, por grandes que sejam os vossos, por que não orareis três vezes em vinte e quatro horas? Dir-me-eis que as orações que fez Cristo na cruz, foram muito breves. Mas nisso mesmo vos quis dar exemplo, e vos deixou uma grande consolação, para que quando, ou apertados do tempo, ou oprimidos do trabalho, não puderdes rezar o Rosário inteiro, não falteis ao menos em rezar parte: consolando-vos com saber que nem por isso as vossas orações abreviadas serão menos aceitas a Deus, e a sua Mãe, assim como o foram as de Cristo a seu Eterno Pai.

Agora acabareis de entender por que razão os salmos que Davi compôs para os que trabalham nos engenhos, foram somente três. Lede-os ou leiam-nos por vós os que os entendem, e acharão que só três se intitulam: *Pro torcularibus*. E por que três, nem mais, nem menos? Porque em três partes, nem mais, nem menos, dividiu Davi o seu Saltério, e a Senhora o seu Rosário. O que hoje chamamos Rosário, antes que as ave-marias se convertessem milagrosamente em rosas, chamava-se o Saltério da Virgem, porque assim como o Saltério era composto de cento e cinquenta salmos, assim o Rosário se compõe de cento e cinquenta saudações angélicas. Que fez pois Davi, como rei pio, e como profeta? Como rei pio, que atendia ao bem presente do seu reino, vendo que os trabalhadores dos lagares não podiam rezar o Saltério inteiro, e tão comprido como é, recopilou e abreviou o mesmo Saltério, e reduziu as três partes, de que é composto, aos três salmos que intitulou: *Pro torcularibus*. E como profeta que via os tempos futuros, e o Rosário que havia de compor a mãe do que se havia de chamar Filho de Davi, à imitação do seu Saltério, introduziu no mesmo Saltério, já abreviado e reduzido a três salmos, os três mistérios gozosos, dolorosos, e gloriosos, em que está repartido o Rosário. Assim foi, e assim se vê claramente nos mesmos três salmos. Porque o primeiro (que é o salmo 8) tendo por expositor a São Paulo, contém os mistérios da encarnação e infância do Salvador: *Ex ore infantium, et lactentium perfecisti laudem* <sup>33</sup> O segundo (que é o salmo 80)

contém os mistérios da cruz e da redenção, representados na do Egito: *Ego sum Dominus Deus tuus, qui eduxi te de terra Aegypti*.<sup>34</sup> E o terceiro (que é o salmo 83) contém os mistérios da glória e da ascensão: *Beatus vir, cujus est auxilium abs te, ascensiones in corde suo disposuit in valle lachrimarum*.<sup>35</sup>

Assim pois, como os trabalhadores hebreus (que eram os fiéis daquele tempo) no exercício dos seus lagares meditavam e cantavam o Saltério de Davi recopilado naqueles três salmos, porque não podiam todo; ao mesmo modo vós, quando não possais rezar todo o Rosário da Senhora, ao menos com partes das três partes em que ele se divide, haveis de aliviar e santificar o peso do vosso trabalho na memória, e louvores dos seus mistérios. E este foi finalmente o exemplo e exemplar que vos deixou Cristo nas três breves orações da sua cruz. Porque, se bem advertirdes, em todas três, pela mesma ordem do Rosário, se contém os mistérios gozosos, dolorosos e gloriosos. Os gloriosos na terceira, em que encomendou sua alma nas mãos do Padre, partindo-se deste mundo para a Glória: *Pater in manus tuas commendo spiritum meum*.<sup>36</sup> Os dolorosos na segunda, em que amorosamente queixoso publicou a altas vozes o excesso das suas dores: *Deus meus, Deus meus, ut quid dereliquisti me?*<sup>37</sup> E os gozosos, rogando pelos mesmos que O estavam pregando na cruz, e alegando que não sabiam o que faziam: *Non enim sciunt quid faciunt*.<sup>38</sup> porque eles O crucificavam para O atormentarem, e Ele se gozava muito de que O crucificassem, como declarou São Paulo: *Proposito sibi gaudio, sustinuit crucem*.<sup>39</sup>

## viii

Resta o último e excelente documento de São João, também nova e segunda vez nascido ao pé da cruz: e qual é este documento? Que entre todos os mistérios do Rosário, haveis de ser mais particularmente devotos dos que são mais próprios do vosso estado, da vossa vida, e da vossa fortuna, que são os mistérios dolorosos. A todos os mistérios dolorosos (e não assim aos outros) se achou presente São João. Assistiu ao do Horto com os dous discípulos: assistiu ao dos açoutes com a Virgem Santíssima no Pretório de Pilatos: assistiu do mesmo modo, e no mesmo lugar à coroação de espinhos: seguiu ao Senhor com a cruz às costas até o monte Calvário, e no mesmo Calvário se não apartou do seu lado até expirar, e ser levado à sepultura. Estes foram os mistérios próprios do discípulo amado, que como a dor se mede pelo amor, a ele competiam mais os dolorosos. Estes foram os seus, e estes devem ser os vossos, e não só por devoção ou eleição, nem só por condição e semelhança da vossa cruz, mas por direito hereditário desde o primeiro etíope, ou preto que conheceu a Cristo, e se batizou. É caso muito digno de que o saibais.

Apareceu um anjo a São Filipe diácono, e disse-lhe que se fosse pôr na estrada de Gaza. Posto na estrada tornou-lhe a aparecer, e disse-lhe que se chegasse a uma carroça que por ali passava. Chegou, e viu que ia na carroça um homem preto (que era criado da rainha de Etiópia) e ouviu que ia lendo pelo profeta Isaías. O lugar em que estava era aquele famoso texto do capítulo 53, em que o profeta descreve mais claramente que nenhum outro, a morte, paixão e paciência de Cristo: *Tanquam ovis ad occisionem ductus est, et sicut agnus coram tondente se, sine voce, sic non aperuit os suum*,<sup>40</sup> etc. Perguntou-lhe o diácono se entendia o que estava lendo, e como respondesse que não, e lhe pedisse que lho declarasse, foi tal a declaração, que chegando depois ambos a um rio, o etíope pediu ao santo que o batizasse. E este foi o primeiro gentio depois de Cornélio romano, e o primeiro preto cristão que houve no mundo. Tudo nesta história, que é dos Atos dos Apóstolos, referida por São Lucas, são mistérios. Mistério foi o primeiro aviso do anjo ao santo diácono, e mistério o segundo: mistério que um gentio fosse lendo pela Sagrada Escritura, e mistério que caminhando a fosse lendo: mistério que o profeta que lia fosse Isaías, e mistério sobre todos misterioso, que o lugar fosse da Paixão e paciência de Cristo; porque para dar ocasião ao diácono de pregar a fé a um gentio, bastava que fosse qualquer outro. Pois por que ordenou Deus que fosse sinaladamente aquele lugar, em que se descrevia a sua paixão, e os tormentos com que havia de ser maltratado, e a paciência, sujeição e silêncio com que os havia de suportar? Sem dúvida, porque neste primeiro etíope tão antecipadamente convertido se representavam todos os homens da sua cor, e da sua nação, que depois se converteram. Assim o dizem São Jerônimo e Santo Agostinho, e o provam com o texto de Davi: *Aethiopia praeveniet manus ejus Deo*.<sup>41</sup> E como a natureza gerou os pretos da mesma cor da sua fortuna, *Infelix genus hominum, et ad servitatem natum*,<sup>42</sup> quis Deus que nascessem à fé debaixo do signo da sua paixão, e que ela, assim como lhe havia de ser o exemplo para a paciência, lhe fosse também o alívio para o trabalho. Enfim, que de todos os mistérios da vida, morte e ressurreição de Cristo, os que pertencem por condição aos pretos, e como por herança, são os dolorosos.

Destes devem ser mais devotos, e nestes se devem mais exercitar, acompanhando a Cristo neles, como fez São João na sua cruz. Mas assim como entre todos os mistérios do Rosário estes são os que mais propriamente pertencem aos pretos; assim entre todos os pretos, os que mais particularmente os devem imitar e meditar, são os que servem e trabalham nos engenhos, pela semelhança e rigor do mesmo trabalho. Encarecendo o mesmo Redentor o muito que padeceu em sua sagrada Paixão, que são os mistérios dolorosos, compara as suas dores às penas do Inferno: *Dolores Inferni circundederunt me*.<sup>43</sup> E que coisa há na confusão deste mundo mais semelhante ao Inferno, que qualquer destes vossos engenhos, e tanto mais, quanto de maior fábrica? Por isso foi tão

bem recebida aquela breve e discreta definição de quem chamou a um engenho de açúcar *doce inferno*. E verdadeiramente quem vir na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes: as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas, ou ventas, por onde respiram o incêndio: os etíopes, ou ciclopes banhados em suor tão negros como o robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo, e os forçados com que o revolvem e atiçam; as caldeiras ou lagos ferventes com os cachões sempre batidos e rebatidos, já vomitando escumas, exalando nuvens de vapores mais de calor, que de fumo, e tornando-os a chover para outra vez os exalar: o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso: quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de Inferno. Mas se entre todo esse ruído, as vozes que se ouvirem, forem as do Rosário, orando e meditando os mistérios dolorosos, todo esse inferno se converterá em paraíso; o ruído em harmonia celestial; e os homens, posto que pretos, em anjos.

Grande texto de Davi. Estava vendo Davi essas mesmas fornalhas do Inferno, e essas mesmas caldeiras ferventes: e profetizando literalmente dos que viu atados a elas, escreveu aquelas dificultosas palavras: *Si dormiatis inter medios cleros pennae columbae deargentatae, et posteriora dorsi ejus in pallore auri.*<sup>44</sup> *Cleros* quer dizer *lebetes*, ou, como verte com maior propriedade Vatablo: *Si dormiatis inter medias caldarias, vasaque; plena fulligine*. Diz pois o profeta: se passardes as noites entre as caldeiras, e entre grandes vasos fuliginosos e tismados com o fumo e labaredas das fornalhas; que haveis de fazer, ou que vos há de suceder? Agora entra o dificultoso das palavras *Pennae columbae deargentatae, et posteriora dorsi ejus in pallore auri*. Penas e asas de pomba prateadas por uma parte, e douradas por outra. E que tem que ver a pomba com o triste escravo e negro etíope, que entre todas as aves só é parecido ao corvo? Que tem que ver a prata e o ouro com o cobre da caldeira, e o ferro da corrente a que está atado? Que tem que ver a liberdade de uma ave com penas e asas para voar com a prisão do que se não pode bulir dali por meses e anos, e talvez por toda a vida? Aqui vereis quais são os poderes e transformações que obra o Rosário nos que oram e meditam os mistérios dolorosos.

A pomba na Sagrada Escritura, como consta de infinitos lugares, não só é símbolo da oração e meditação absolutamente, senão dos que oram e meditam em casos dolorosos: por isso el-rei Ezequias nas suas dores dizia: *Meditabor ut columba.*<sup>45</sup> E a razão desta propriedade e semelhança, é porque a pomba com os seus arrulhos, não canta como as outras aves, mas geme. Quer dizer pois o profeta, e diz admiravelmente falando convosco na mais miserável circunstância desse inferno da Terra: *Si dormiatis inter medias caldarias, vasaque; plena*

*fulligine*: se não só de dia, mas de noite vos virdes atados a essas caldeiras com uma forte cadeia, que só vos deixe livres as mãos para o trabalho, e não os pés para dar um passo; nem por isso vos desconsoléis e desanimeis; orai e meditai os mistérios dolorosos, acompanhando a Cristo neles, como São João; e nessa triste servidão de miserável escravo tereis o que eu desejava, sendo rei, quando dizia:

*Quis dabit mihi pennas sicut columbae, et volabo, et requiescam.*<sup>46</sup> Oh quem me dera asas como de pomba para voar e descansar! E estas são as mesmas que eu vos prometo no meio dessa miséria: *Pennae columbae deargentatae, et posteriora ejus in pallore auri*; porque é tal a virtude dos mistérios dolorosos da paixão de Cristo para os que orando os meditam, gemendo como pomba, que o ferro se lhes converte em prata, o cobre em ouro, a prisão em liberdade, o trabalho em descanso, o inferno em paraíso, e os mesmos homens, posto que pretos, em anjos.

Dizei-me que cousa é um anjo? Os anjos não são outra cousa senão homens com asas; e esta figura não lha deram os pintores, senão o mesmo Deus, que assim os mostrou a Isaías, e assim os mandou esculpir no Templo. Pois essas são as asas prateadas e douradas com que desse vosso inferno vos viu Davi voar ao Céu para cantar o Rosário no mesmo coro com os anjos. Nem vos meta em desconfiança a vossa cor, nem as vossas fornalhas, porque na fornalha, de Babilônia, onde o mestre da capela era o Filho de Deus, no mesmo coro meteu as noites com os dias: *Benedicite noctes, et dies Domino.*<sup>47</sup> Antes vos digo (e notai muito isto para vossa consolação) que se no Céu não entraram as vossas vozes com as dos anjos, o Rosário que lá se canta não seria perfeito. Consta de muitas revelações e visões de santos, que os anjos no Céu também rezam ou cantam o Rosário: por sinal que ao nome de Maria fazem uma profunda inclinação, e ao nome de Jesus se ajoelham todos: e digo que entrando vós no mesmo coro, será o Rosário dos anjos mais perfeito do que é sem vós; porque a perfeição do Rosário consiste em se conformar quem o reza com os mistérios que nele se meditam, gozando-se com os gozosos, doendo-se com os dolorosos, e gloriando-se com os gloriosos. E posto que os anjos nos gozosos se podem gozar, e nos gloriosos se podem gloriar, nos dolorosos não se podem doer, porque o seu estado é incapaz de dor. Isto porém que eles não podem fazer no Céu, fazeis vós na Terra; se no meio dos trabalhos que padeceis, vos doeis mais das penas de Cristo, que das vossas. Assim que do Rosário dos anjos, e do vosso, ou repartidos em dous coros, ou unidos em um só, se inteira a perfeição, ou se aperfeiçoa a, harmonia dos mistérios do Rosário.

Os dolorosos (ouçam-me agora todos), os dolorosos são os que vos pertencem a vós, como os gozosos aos que devendo-vos tratar como irmãos, se chamam vossos senhores. Eles mandam, e vós servis: eles dormem, e vós velais: eles descansam, e vós trabalhais: eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que os das

vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é? Sois como as abelhas, de quem disse o poeta: *Sic vos non vobis mellificatis apes*. O mesmo passa nas vossas colmeias. As abelhas fabricam o mel, sim; mas não para si. E posto que os que o logram é com tão diferente fortuna da vossa; se vós porém vos souberdes aproveitar dela, e conformá-la com o exemplo e paciência de Cristo, eu vos prometo primeiramente que esses mesmos trabalhos vos sejam muito doces, como foram ao mesmo Senhor: *Dulce lignum, dulces clavos, dulcia ferens pondera*: e que depois (que é o que só importa) assim como agora imitando a São João, sois companheiros de Cristo nos mistérios dolorosos de sua cruz, assim o sereis nos gloriosos de sua ressurreição e ascensão. Não é promessa minha, senão de São Paulo, e texto expresso de fé: *Hearedes quidem Dei, cohaeredes autem Christi: si tamen compatimur, ut et conglorificemur*.<sup>48</sup> Assim como Deus vos fez herdeiros de suas penas, assim o sereis também de suas glórias: com condição porém que não só padeçais o que padeceis, senão que padeçais com o mesmo Senhor, que isso quer dizer *compatimur*. Não basta só padecer com Cristo, como São João.

Oh como quisera e fora justo que também vossos senhores consideraram bem aquela consequência: *Si tamen compatimur, ut et conglorificemur*. Todos querem ir à Glória, e ser glorificados com Cristo; mas não querem padecer, nem ter parte na cruz com Cristo. Não é isto o que nos ensinou a Senhora do Rosário na ordem e disposição do mesmo Rosário. Depois dos mistérios gozosos pôs os dolorosos, e depois dos dolorosos os gloriosos. Por quê? Porque os gostos desta vida têm por consequência as penas, e as penas pelo contrário as glórias. E se esta é a ordem que Deus guardou com seu Filho, e com sua Mãe, vejamos os demais o que fará com eles. Mais inveja devem ter vossos senhores às vossas penas, do que vós aos seus gostos, a que servis com tanto trabalho. Imitai pois ao Filho e à Mãe de Deus, e acompanhai-Os com São João nos seus mistérios dolorosos, como próprios da vossa condição, e da vossa fortuna, baixa e penosa nesta vida, mas alta e gloriosa na outra. No Céu cantareis os mistérios gozosos e gloriosos com os anjos, e lá vos gloriareis de ter suprido, com grande merecimento, o que eles não podem no contínuo exercício dos dolorosos.

Estes são, devotos do Rosário, os três motivos que nascem dos três nascimentos que vistes, os quais se forem tão bem exercitados como são bem-nascidos, nem podeis desejar maior honra nos vossos desprezos, nem maior alívio nos vossos trabalhos, nem maior dita e ventura na vossa fortuna. A mesma Mãe do Filho de Deus e de São João é Mãe vossa. E pois estes três filhos já nascidos Lhe nasceram segunda vez ao pé da cruz, não falteis na vossa, posto que tão pesada, nem à imitação de tão honrados irmãos, nem às obrigações de tão soberana Mãe.

Para que assim como a Senhora se gloria de ser Mãe de Cristo, e depois d'Ele de ser Mãe de São João, assim tenha também muito de que se gloriar em ser Mãe de todos os pretos tão particularmente seus devotos. Desta maneira se multiplicou por vários modos o segundo nascimento de seu unigênito Filho; e desta maneira se verifica em eterno louvor de seu santíssimo nome, que o mesmo Jesus que se chama Cristo, não só uma senão três vezes nasceu de Maria: *Maria de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.*

1 Mt 1.

2 Mt 1.

3 Jo 19,27.

4 Jo 2,1.

5 Foi o primeiro sermão que o orador pregou em público antes de ser sacerdote.

6 Sl 44,8.

7 Fl 2,8.

8 Is 66,7.

9 Is 66,8.

10 Ap 12,2 e 5.

11 Lc 2,11.

12 Lc 2,21.

13 Jo 19,27.

14 Origenes Praefat, in Evang. João.

15 Jo 21,20.

16 4Rs 2,9.

17 D, Chrys, homil. de Elias.

18 Jo 19,26.

19 Sl 86,5.

20 Sl 3,4.

21 1Cor 12,12.

22 1Cor 12,13.

23 Jo 3,3.

24 Sl 71,4.

25 Sl 67,32.

26 Nm 26,10.

27 Gn 27,27.

28 Gn 2,21.

- [29](#) Sl 8,1.
- [30](#) Sl 83,1.
- [31](#) Is 63,3.
- [32](#) Is 63,6.
- [33](#) Sl 8,3.
- [34](#) Sl 80,9.
- [35](#) Sl 83,6.
- [36](#) Lc 23,46.
- [37](#) Mt 27,46.
- [38](#) Lc 23,34.
- [39](#) Hb 12,2.
- [40](#) At 8,32; Is 53,7.
- [41](#) Sl 67,32.
- [42](#) Mafeo.
- [43](#) Sl 17,6.
- [44](#) Sl 67,14.
- [45](#) Is 38,14.
- [46](#) Sl 54,6.
- [47](#) Dn 3,71.
- [48](#) Rm 9,17.



## Sermão vigésimo do Rosário

*Jacob autem genuit Judam, et fratres ejus.*<sup>1</sup>

i

Quem negará que são os homens filhos de Adão? Quem negará que são filhos daquele primeiro soberbo, o qual não reconhecendo o que era, e querendo ser o que não podia, por uma presunção vã se perdeu a si e a eles? Fê-los Deus a todos de uma mesma massa, para que vivessem unidos, e eles se desunem: fê-los iguais, e eles se desigualam: fê-los irmãos, e eles se desprezam do parentesco: e para maior exageração deste esquecimento da própria natureza baste o exemplo que temos presente. O domingo passado, falando na linguagem da terra, celebraram os brancos a sua festa do Rosário, e hoje, em dia e ato apartado, festejam a sua os pretos, e só os pretos. Até nas cousas sagradas, e que pertencem ao culto do mesmo Deus, que fez a todos iguais, primeiro buscam os homens a distinção que a piedade.

*Jacob autem genuit Judam, et fratres ejus:* Jacó, diz o nosso tema, gerou a Judas e a seus irmãos: e que irmãos eram estes? Uns eram filhos de Lia e de Raquel, outros eram filhos de Bala, escrava de Raquel, e de Resfa, escrava de Lia. Pois se entre as mães havia uma diferença tão grande, e tão notável na estimação dos homens, quanto vai de senhoras a escravas, como não distingue o evangelista os filhos, e a todos sem distinção nem diferença chama igualmente irmãos: *Et fratres ejus?* Olhai para o Livro donde se tirou este texto: *Liber generationis Jesu Christi*:<sup>2</sup> Livro da geração de Jesus Cristo. O fim por que Jesus Cristo veio ao mundo, foi para reformar os erros de Adão e seus filhos, e para os restituir à igualdade em que os tinha criado, desfazendo totalmente e reduzindo à primeva e natural união as distinções e diferenças que a sua soberba entre eles tinha introduzido. Tanto é de fé esta razão, como o mesmo texto. Ouvi a São Paulo: *Expoliantes vos veterem hominem cum actibus suis et induentes novum qui renovatur secundum imaginem ejus, qui creavit illum. Ubi non est barbarus, et scythia, servus, et liber.*<sup>3</sup> Despi-vos (diz o Apóstolo) do homem velho, que é Adão,

com todos os seus abusos, e vesti-vos do novo, que é Cristo, o qual veio renovar e reformar em todos os homens a imagem, a que Deus os tinha criado, na qual não há bárbaro ou cita, escravo ou livre, mas todos são iguais. Faz menção entre os bárbaros nomeadamente dos citas, porque a Cítia era a Angola dos Gregos, com quem falava. E porque na lei de Cristo, onde há um só Deus, uma só fé, e um só batismo, como diz o mesmo São Paulo, também não há, nem deve haver distinção de escravo a senhor, nem de cativo a livre: por isso o evangelista aos filhos de Lia e Raquel, que eram as senhoras, e aos de Bala e Resfa, que eram as escravas, a todos sem diferença de condição ou nascimento, igual e indistintamente chama irmãos: *Judam, et fratres ejus*.

Isto é o que diz e ensina o Evangelho; mas o que vemos na nossa república, não em alguns, senão em todos, é tudo o contrário. Consta esta grande república de três sortes, ou três cores de gentes: brancos, pretos, pardos. E posto que todos se prezam e professam servir a Virgem Maria, Senhora nossa, e se puderam reduzir a uma só irmandade, como na casa de Jacó, da qual é descendente a mesma Senhora; seguindo porém todos mais a diferença das cores, que a unidade da profissão, não só os não vemos unidos em uma irmandade, ou divididos em duas, mas totalmente separados em três. Os em que acho menos razão, são os pardos, porque não só separaram a irmandade, mas mudaram o apelido. Os brancos e os pretos, sendo cores extremas, conservaram o nome do Rosário, e os pardos, sendo cor meia entre as duas, por mais se extremarem de ambas, deixado o do Rosário, tomaram o de Guadalupe. Por certo, que foram mal-aconselhados; porque a Senhora do Rosário igualmente abraça todas estas três cores: *Quae est ista, quae progreditur quasi aurora consurgens, pulchra ut Luna, electa ut Sol?*<sup>4</sup> Compara-se a Senhora à aurora, à Lua, e ao Sol: por quê? Porque igualmente como Mãe, e como a filhos, e irmãos, abraça com seu amor os brancos, os pretos e os pardos, e alumia com sua luz todas estas diferenças de cores: como Sol aos brancos, que são o dia; como Lua aos pretos, que são a noite; e como aurora aos pardos, que são os crepúsculos.

Bem puderam os pardos agregar-se aos pretos, pela parte materna, segundo o texto geral: *Partus sequitur ventrem*: mas eu não quero senão que se agregassem aos brancos; porque entre duas partes iguais, o nome e a preferência deve ser da mais nobre. Nas mesmas duas cores temos a prova. Fez Deus o dia e a noite com tal igualdade, que segundo diversos tempos do ano nem um minuto de tempo excede o dia à noite, ou a noite ao dia. E a este espaço de vinte e quatro horas, que se compõe de dia e de noite, como lhe chamou Deus desde seu nascimento?

Chamou-lhe dia: *Factum est vespere, et mane dies unus*.<sup>5</sup> Pois se no mesmo espaço de tempo, composto de duas ametades iguais, tanta parte tem a noite, como o dia; por que se chama dia, e não se chama noite? Excelentemente São Basílio Magno: *Facta est vespere, factum est mane, quibus diem, noctemque significat: non tamen diem, et noctem haec nuncupavit, sed praestabiliiori totam*

*tribuit appellationem.*<sup>6</sup> Ainda que no círculo, que faz o Sol, do oriente ao ocaso, e do ocaso ao oriente, tanta parte tenha a noite, como o dia, e o dia seja claro, e a noite escura; contudo àquele espaço, que se compõe destas duas partes iguais, chama-lhe Deus dia, e não lhe chama noite; porque o nome e a preferência sempre devem seguir a parte mais nobre: *Praestabiliori totam tribuit appellationem.* Por esta regra, que não é menos que divina, ainda que a cor parda se componha igualmente da preta e da branca, se devia agregar, como digo, à branca e não à preta. Mas pois os pardos se quiseram antes distinguir de ambas, e com tanta diferença, que até o apelido da Senhora trocaram, e deixaram o do Rosário: contanto que o rezem, como os outros devotos dele, a Soberana Virgem, que invocada debaixo de qualquer nome é a mesma, se dará por satisfeita da sua devoção.

Excluídos assim, porque se quiseram excluir, os pardos; ficam só os brancos e pretos, cujas cores, ainda que extremas, se poderão muito bem unir na mesma irmandade. Naquele contrato que Jacó fez com Labão sobre as reses pretas e brancas, e as de cor misturada e vária, sempre estas ficaram separadas a uma parte, e as brancas e pretas a outra: *Separavit varios, atque maculosos: cunctum autem gregem unicolore, id est, albi, et nigri velleris, tradidit in manu filiorum, suorum.*<sup>7</sup> E por mais que este contrato se trocou dez vezes, é cousa muito notável, que as reses brancas e pretas, ou passassem de Jacó a Labão, ou de Labão a Jacó, sempre andaram unidas. Logo bem puderam também andar unidos, e debaixo da mesma irmandade, os brancos e os pretos. E se quisermos tornar à metáfora do dia e da noite, assim puseram uns e outros junto do mesmo coro os cantores de Babilônia: *Benedicite noctes, et dies Domino.*<sup>8</sup> Respondiam-se alternadamente os dias às noites, e as noites aos dias; e com uniformes vozes, posto que umas mais claras, e outras menos; todos juntamente louvavam e bendiziam a Deus. Mas ainda que esta união fora muito própria da lei evangélica, em que diferença das cores não dirime a irmandade, nem faz distinção entre senhores e servos; contudo Davi, como profeta, viu isto mesmo, que nós temos diante dos olhos. Por isso fez dous coros diferentes, e separados, de brancos e pretos, um em que pôs os dias, que não respondiam às noites, senão aos dias: *Dies diei eructat verbum;*<sup>9</sup> e outro em que pôs as noites, em que também não respondiam aos dias, senão às noites: *Et nox nocti indicat scientiam.*<sup>10</sup>

Suposta pois esta distinção e separação de irmandades, uma dos brancos, outra dos pretos; uma dos senhores, outra dos escravos; o meu assunto, ou questão, muito digna de se disputar, será hoje esta: Qual destas duas irmandades é mais grata, e mais favorecida da Mãe de Deus: Se a dos pretos, ou a dos brancos; a dos escravos, ou a dos senhores? Uns e outros estão presentes, e a todos toca igualmente ajudarem-me a pedir a graça.

*Ave Maria etc.*

*Jacob autem genuit judam, et fratres ejus.*

Três causas têm nesta nossa república, os que se chamam senhores, para a grande distinção que fazem entre si, e os seus escravos. O nome, a cor, e a fortuna. O nome de escravos, a cor preta, e a fortuna de cativos, mais negra que a mesma cor. Agora veremos se são bastante estas três causas, para que na estimação da soberana rainha dos anjos tenham melhor lugar os senhores que os escravos, os brancos que os pretos, e a humilde fortuna desta segunda irmandade, que a nobreza da primeira.

Começando pois pela comparação dos escravos com seus senhores, no primeiro patriarca desta mesma genealogia do Evangelho, que foi Abraão, têm os escravos um exemplo, que por todas as suas circunstâncias favorece pouco o seu partido. Havia naquela família dous escravos, uma mãe chamada Agar, e um filho chamado Ismael, os quais representavam com grande propriedade as duas diferenças dos que temos presentes. Agar, que quer dizer peregrina, era trazida da África, porque, como diz o texto sagrado, era egípcia: *Ancillam aegyptiam nomine Agar.*<sup>11</sup> E Ismael era nascido em casa do mesmo Abraão, como consta do mesmo texto: *Peperitque Agar Abrae filium.*<sup>12</sup> Tais são uns e outros escravos, os de que se compõe esta irmandade: uns chamados angolas, que são trazidos da África, outros que se chamam crioulos, e são nascidos e criados no Brasil em casa de seus senhores. É o que tinha prometido Isaías à nova Igreja convertida da gentildade, que uns filhos lhe viriam de longe, e outros se levantariam do seu lado: *Filii tui de longe venient, et filiae tuae de latere surgent.*<sup>13</sup> Isto posto, vamos ao caso. Primeiramente diz a Escritura que Sara, mulher de Abraão, tratava com tanto rigor a Agar que a obrigou a fugir, tornando outra vez para casa não menos apadrinhada que por um anjo; finalmente disse a Abraão que lançasse de casa a escrava e a seu filho: *Ejice ancillam hanc, et filium ejus.*<sup>14</sup> e assim se fez. Saibamos agora: e esta Sara quem era? Dizem as alegorias, que era figura da Virgem Maria, senhora nossa, e se confirma com o seu próprio nome; porque Sara quer dizer *domina*, a senhora. Logo pouco favor parece que podem esperar da senhora, não só alguns escravos, senão todos, ou sejam os de longe como Agar, ou os de perto, como Ismael.

Nunca vistes uma figura mal pintada? Pois assim é Sara, figura da Virgem Maria. As figuras bem pintadas mostram a semelhança, as mal pintadas encarecem a diferença. Quereis ver bem pintadas as nossas senhoras no rigor e pouca piedade com que tratam os escravos? Olhai para Sara. E se quereis ver o encarecimento de piedade e amor, com que a Senhora das senhoras os trata,

ponde os olhos na Virgem Maria. Para prova de quanto a Virgem Maria ama e estima os escravos, e não despreza este nome, não tenho menos que três testemunhos, todos três divinos: o de Deus, o do Filho de Deus, e o da Mãe de Deus. Começemos por este último. E para que apareça melhor o encarecimento da diferença, não tiremos os olhos da figura de Sara.

Quando o anjo trouxe a embaixada à Senhora, depois de Lhe chamar cheia de graça, e bendita entre todas as mulheres, Lhe disse que seria Mãe de um Filho tão grande, que se chamaria Filho de Deus, e herdaria o cetro de Davi seu Pai. E a Virgem, que sobre todos os títulos estimava o de virgem, depois de replicar o que podia fazer dúvida à sua pureza, as palavras com que aceitou a embaixada foram: *Ecce ancilla Domini*.<sup>15</sup> Eis aqui a escrava do Senhor. Pois agora, quando pela herança do Filho, como Filho de Davi, Lhe pertencia o senhorio de Israel; e agora quando pela herança do mesmo Filho, como Filho de Deus, Lhe pertencia o senhorio do mundo, se chama a Virgem Maria escrava? Sim, agora. Quando se viu senhora do reino, e senhora do mundo, então se chamou escrava: para que julguem os senhores e os escravos, se estimará mais os escravos, ou os senhores. Sara também mudou o nome, mas nunca deixou o de senhora; porque dantes chamava-se Sarai, que quer dizer senhora minha, e depois chamou-se Sara, que quer dizer senhora. E quem tão pegada estava ao nome e domínio de senhora, não é muito que fosse de tão dura condição, e tão rigorosa com os escravos: porém Maria, que levantada sobre os dous maiores domínios e senhorios da Terra e do Céu, troca o nome de senhora pelo de escrava; vede se amará e estimará muito aqueles de quem tanto Lhe agrada o nome?

Esta é a consequência que naturalmente se infere de a Senhora tomar o nome de escrava; mas ainda não está declarada a causa por que o tomou. Para a Senhora aceitar o que o anjo Lhe propunha, e para encarnar o Verbo Divino em suas entranhas, bastava dizer: *Fiat mihi secundum verbum tuum*.<sup>16</sup> E assim foi; porque no mesmo ponto em que pronunciou estas últimas palavras, se obrou o mistério da encarnação. Pois se bastava dizer: *Fiat mihi secundum verbum tuum*; por que não só acrescentou, mas antecipou ao *fiat* o *ecce ancilla*; e antes de ser mãe se chamou escrava? É reparo de São Tomás, arcebispo de Valença: ao qual com novo e esquisito pensamento satisfaz desta sorte: *Grandi ergo mysterio, altissimo que Deitatis instinctu conceptura Deum sui meminit ancillatus, ut orientem a se Filium mundi obsequio manciparet*. Sabeis por que a Virgem Maria se reconheceu e confessou por escrava antes de conceber ao Filho de Deus? A razão e mistério altíssimo foi porque o parto, segundo as leis, não segue a condição do pai, senão a da mãe: *Partus sequitur ventrem*. E quis a Senhora por esta declaração antecipada que o Filho, que havia de ser seu, como Filho de escrava, nascesse também escravo nosso. Enquanto Filho de seu Pai, é Senhor dos homens; mas enquanto Filho de sua Mãe, quis a mesma Mãe que fosse também escravo dos mesmos homens. Este foi o intento da Senhora no que disse,

e no tempo e modo em que o disse: e isto é o que significa a palavra forense *mancipavit*, da qual se deriva *mancipium*: *Ut orientem a se Filium mundi obsequio manciparet*.

Quando a Senhora disse: *Ecce ancilla Domini*, acabava de ouvir ao anjo, que o Filho que d'Ela havia de nascer, reinaria na casa de Jacó: *Et regnabit in domo Jacob*.<sup>17</sup> E daqui se vê na matéria de escravos outra grande diferença entre uma Senhora e outra senhora, entre Maria e Sara. Sara, porque Ismael é escravo, não quer que trate com seu filho, sendo seu irmão: e Maria, porque seu filho há de ser irmão dos homens, para que os trate, e sirva melhor, quer que seja seu escravo. Sara, para estabelecer a casa de Abraão em Isaac, lança a mãe escrava, e mais o filho escravo fora de casa: e Maria, para estabelecer a casa de Jacó em Cristo, mete a Mãe escrava, e mais o Filho escravo dentro na mesma casa. Digo na mesma casa, porque a casa de Jacó era a mesma de Abraão. E daqui podemos entender com novo pensamento que os antigos rigores de Sara, contra os escravos, eram profecia dos favores com que neste tempo os havia de admitir e tratar a Virgem Maria. Notai as palavras: *Ejice ancillam hanc, et filium ejus*. Não diz que deite fora de casa a escrava, senão aquela escrava: *Ancillam hanc*; porque havia de vir tempo em que houvesse outra ancila e outra escrava, a qual tivesse outro filho também escravo, os quais se não haviam de lançar da casa de Abraão, senão conservar-se e venerar-se nela; para que por seu meio se conseguissem as bênçãos e felicidades, que Deus ao mesmo Abraão tinha prometido. E isto baste quanto ao primeiro testemunho.

iii

Ao testemunho da Mãe de Deus, segue-se o do Filho de Deus. Sendo o Filho de Deus igual a seu Eterno Padre em tudo, para mostrar que esta igualdade era própria, e não alheia, natural e não adquirida ou roubada, quis por amor de nós, não fazer, senão fazer-se o que não era. E para se fazer o que não era, que forma tomaria fora de si mesmo? De quanto Deus tinha criado na Terra, tomou o melhor, que era a natureza humana; e de quanto os homens tinham inventado na mesma Terra, tomou o pior, que era a condição de escravo: *Qui cum in forma Dei esset, non rapinam arbitratus est esse se aequalem Deo, sed semetipsum exinanivit formam servi accipiens, in similitudinem hominum factus*.<sup>18</sup> São palavras do Apóstolo São Paulo, nas quais com razão encarece tanto este fazer-se Deus escravo, que lhe não chama fazer-se, senão desfazer-se: *Exinanivit semetipsum*. Não porque Deus deixasse de ser o que era; mas porque uniu o que infinitamente era, ao que não só infinitamente, mas mais ainda que infinitamente, distava do seu próprio ser. O ser do homem dista infinitamente do ser de Deus, e o ser, ou não ser do escravo, de outra segunda distância pouco menos que infinita.

E quando o Filho de Deus se não desprezou de ser escravo; quem haverá que se atreva a desprezar os escravos?

Tudo o que no escravo pode causar desprezo, coube em Deus; porque quando tomou a forma de escravo, *formam servi accipiens*, não a tomou, como dizem, *pro forma*, senão com todas as formalidades. No Cenáculo servindo como escravo a homens de baixa condição no exercício mais baixo: *Misit aquam in pelvim, et coepit lavare pedes*:<sup>19</sup> na prisão do Horto sendo reputado por escravo fugitivo e ladrão: *Tanquam ad latronem existis comprehendere me? Quotidie apud vos eram*:<sup>20</sup> na traição de Judas vendido como escravo, e por vilíssimo preço: *Constituerunt ei triginta argenteos*:<sup>21</sup> na remissão a Caifás manietado como escravo, ou, como cá dizeis, amarrado: *Misit eum ligatum ad Caipham*:<sup>22</sup> no Pretório açoutado como escravo, e cruelissimamente açoutado: *Flagellis caesum*:<sup>23</sup> nas ruas públicas de Jerusalém como escravo com a carga mais pesada e mais afrontosa às costas: *Bajulans sibi crucem*:<sup>24</sup> no Calvário como escravo despido: *Acceperunt vestimenta ejus*:<sup>25</sup> E finalmente como escravo e mau escravo, pregado e morto em uma cruz, que era o suplício próprio de escravos. E se estes são os maiores abatimentos, a que pode chegar o estado da servidão; quem haverá, se tem fé, que se atreva a desprezar no seu escravo o que vê no seu Deus?

Para remir o gênero humano bastava que o Filho de Deus se fizesse homem: e como os homens pervertendo a igualdade da natureza a distinguiram com dous nomes tão opostos, como são os de senhor e escravo, bem pudera o Filho de Deus contentar-se com se fazer homem do predicamento dos senhores. E por que não quis? Pela razão que deu São Paulo: *Non rapinam arbitratus est esse se aequalem Deo, sed semetipsum exinanivit, formam servi accipiens*. O Apóstolo diz que se o Verbo se não fizesse homem na forma de escravo, seria furto que faria à divindade de seu Pai: e eu acrescento que também faria furto à vontade e exemplo de sua Mãe. Ora vede. Quem visse que o Filho de Deus recebia a natureza humana, e se recebia com ela na forma e condição de escrava, poderia bem cuidar, que se casara a furto: mas nem foi a furto do Pai, nem a furto da Mãe. Não a furto do Pai; porque do mesmo entendimento (que era do Pai, e mais do Filho) saiu o arbitrio, com que o Filho tomou a forma de escravo: *Non rapinam arbitratus est, formam servi accipiens*. Nem a furto da Mãe; porque assim o confirmou a Mãe assinando o contrato com a firma de escrava: *Ecce ancilla Domini*. E se o Filho de Deus, por arbitrio de seu Pai, por eleição de sua Mãe, e por inclinação e vontade própria, havendo de se fazer homem, se não fez do predicamento dos senhores, senão da condição dos escravos. Vejam lá os que ainda no serviço da Mãe de Deus, se separam dos escravos, se favorecerá mais a mesma Senhora aqueles com quem se quis parecer seu Filho, ou aos que se

desprezam de se parecer com eles? Grande caso é que cabendo a forma de Deus, e a forma de escravo em uma só Pessoa, e essa divina (*Cum in forma Dei esset, formam servi accipiens*) um homem com nome de senhor, e outro com nome de escravo, não caibam em uma grande congregação, e por isso se houvessem de separar em duas confrarias?

iv

Depois do testemunho da Mãe de Deus, e do Filho de Deus, só resta o do mesmo Deus, isto é, de Deus Padre. Quis Deus Padre, que assim como seu Filho tinha Pai, tivesse também Mãe, e para achar em todo o mundo, e em todos os séculos pessoa digna de tão alta e soberana assunção, já sabemos que a não buscou nas cortes dos assírios, persas, gregos, ou romanos, entre as princesas de sangue imperial, nem a achou na mesma Jerusalém, cabeça da verdadeira fé naquele tempo, senão em Nazaré, povo de poucas casas, e na mais humilde delas. Ali estava escondida aos olhos do mundo aquela donzela mais divina que humana, que só mereceu ser digna Mãe de Deus Homem. Mas por que motivos? Nela tinha o mesmo Deus depositado e juntas todas as perfeições e graças, que divididas fazem bem-aventuradas no Céu, e ilustres na Terra ambas as naturezas, humana e angélica. Qual destas perfeições, pois, e qual destas graças foi a que mais encheu o entendimento, e cativou a vontade divina, para que Maria unicamente fosse a bendita entre todas as mulheres, e entre todas A escolhesse Deus para Mãe de seu Filho? A mesma Senhora o disse: *Quia respexit humilitatem ancillae suae*:<sup>26</sup> Porque pôs Deus os olhos na humildade e baixaza de sua escrava. Vede, que diferentes são os olhos de Deus dos nossos. Mas agora pergunto eu: E poderia a Mãe de Deus desprezar o que Deus estimou, e reprovar o que Deus elegeu, e onde Deus pôs os olhos, deixar Ela de pôr também os seus? Claro está que não. Logo se Deus não pôs os olhos na majestade e grandeza das senhoras, senão na humildade e baixaza da escrava; seguro têm os escravos, ainda em comparação de seus senhores, o maior favor, e o maior agrado dos olhos da Mãe de Deus.

E se vos não contentais com a razão desta consequência, que todos veem, eu vos hei de dar ainda outra, que ninguém imagina. A razão que todos veem, é que não podem os olhos da Senhora deixar de imitar e seguir os olhos de Deus. E a que eu digo que ninguém imagina, qual será? É, que quando a Mãe de Deus pôs os olhos, olha pelos olhos de seu Filho. É caso verdadeiramente admirável, e de grande consolação para todos os devotos da Virgem Maria, o que agora direi. Em Delfes, cidade de Holanda, no dia do nascimento da Senhora, cantavam a Salve Regina no coro certas religiosas, de que era uma, Santa Gertrudes, e quando chegaram àquelas palavras, *Illos tuos misericordes oculos ad nos converte*, em que pedimos à Mãe de Deus incline a nós seus misericordiosos olhos; viu a santa,



que tendo a imagem da Senhora seu Bendito Filho no braço esquerdo, movia o direito e aplicando os dedos aos olhos, que o Menino Jesus tinha levantados, os inclinava brandamente, para que os pusesse nas monjas, que A invocavam. E porque não ficasse em dúvida, o que significava a visão, disse a Soberana Virgem a Gertrudes: *Isti sunt misericordiosissimi oculi, quos ad omnes me invocantes salubriter possum inclinare, ut et uberrimum fructum consequantur salutis aeternae*: estes são os misericordiosíssimos olhos, que eu posso inclinar, e inclino sobre todos os que me invocam, para que por meio de sua saudável vista alcancem a vida eterna. De sorte que, quando a Mãe de Deus põe os olhos em nós, não só imita, e segue os movimentos e inclinações de sua vista, mas olha pelos olhos do mesmo Filho Deus. E se os olhos de Deus, como diz a mesma Senhora, não olharam para a nobreza e soberania das senhoras, senão para a humildade e baixeza da escrava: *Respexit humilitatem ancillae suae*: ditosa a humildade e baixeza dos que sois escravos, pois não podem deixar de se inclinar piedosamente a ela os olhos de Deus, e de sua Mãe.

Só pode ter esta verdade uma réplica, não para vós, senão para os que sabem mais que vós. Dirão que o *Respexit humilitatem ancillae suae*, se entende da virtude e excelência da humildade, e não da humildade e baixeza da condição. E posto que a humildade, e baixeza da condição se acham em todos os escravos, a virtude e excelência da humildade, que na Mãe de Deus foi sumamente perfeita, ainda nos que professam perfeição, é muito rara. Logo ainda que sejais escravos, como a Senhora se chamou escrava, não basta a humildade e baixeza da condição, que traz consigo este nome, para que os olhos de Deus, e da Mãe de Deus se ponham mais benignamente em vós. Ora não vos desconsoléis, que se esta réplica tem por si muitos e graves autores, o sentido em que eu vos expliquei as palavras da Senhora, é fundado no mesmo texto, cuja autoridade prevalece a todas. Onde a Vulgata lê *humilitatem ancillae suae*, o texto original tem *exiguitatem, parvitatem*, como verte Vatablo, *nihilitatem*. De maneira que a palavra *humilitatem* não significa humildade, enquanto é virtude da pessoa, senão humildade, enquanto é baixeza da condição pessoal, e vileza dela. Assim o entendem, fundados na propriedade do texto, o mesmo Vatablo, Isidoro Clário, Jansênio, Caetano, e todos os expositores modernos mais literais, como já o tinha entendido Eutímio, conforme a significação natural da palavra e língua grega, em que escreveu o evangelista São Lucas e a quem ditou o seu Cântico a mesma Virgem Maria. E ser esta a verdadeira inteligência se confirma com a razão; porque o intento da Senhora, como sumamente humilde, não foi engrandecer a sua virtude, senão abater a sua indignidade. Assim, que a baixeza e vileza própria da condição dos escravos, essa é a que levou após si os olhos de Deus, quando a Senhora se chamou escrava: *Quia respexit humilitatem ancillae suae*.

E para que se veja, finalmente, o lugar que têm na estimação da mesma Senhora os escravos, não obstante a baixeza de sua condição, ainda comparados

com o nascimento e nome dos que se chamam seus senhores; nos irmãos do nosso tema o temos, *Judam, et fratres ejus*. Vendo Raquel que a fecundidade de Lia lhe tinha dado quatro filhos, e que ela era estéril, para suprir este desar, que naquele tempo era afrontoso, pediu a Jacó que admitisse ao tálamo a sua escrava Bala, para que dela ao menos tivesse filhos. Assim como Raquel o traçou, assim sucedeu. E como desta substituição nascessem dous filhos a Bala, um chamado Dã, outro Neftali, a mesma Raquel, que a propósito do sucesso lhe tinha posto os nomes, disse estas notáveis palavras: *Comparavit me Dominus cum sorore mea, et invalui*:<sup>27</sup> ora graças sejam dadas a Deus, que me igualou com minha irmã, e eu prevaleci. Quem não soubesse que Lia tinha já quatro filhos, e não adotivos, senão naturais e próprios, faria bem diferente conceito desta, que Raquel chamou primeiro igualdade e depois vitória. Mas se os filhos de Lia eram quatro, e os de Bala só dous, como diz Raquel, que igualou a sua irmã, e que a venceu! Para igualar, era necessário que fossem tantos os filhos de Bala como os de Lia; e para vencer era necessário que fossem mais: pois se não eram mais, nem tantos, senão ametade menos, como diz Raquel, não só que igualou, senão que venceu: *Comparavit me Dominus cum sorore mea, et invalui?* O pensamento com que isto disse Raquel, ela o saberia: eu só sei que a mesma Raquel era figura da Virgem Maria, e que os filhos de Lia eram filhos de senhora, e os de Bala filhos de escrava: e era tal a conta e a diferença, que Raquel fazia entre os filhos da escrava e os filhos da senhora, que sendo os da senhora quatro, e os da escrava dous, estes dous para com ela no número eram outros tantos, e na estimação muitos mais; no número outros tantos, e por isso disse que Deus a igualara; e na estimação muitos mais, e por isso disse que ela prevalecera. Aplicai vós, que eu não quero fazer mais largo este primeiro ponto.

v

O segundo, e segunda causa da grande distinção que fazem entre si e os escravos os que se chamam senhores, é como dizíamos, a cor preta. Mas se a cor preta pusera pleito à branca, é certo que não havia de ser tão fácil de averiguar a preferência entre as cores, como a que se vê entre os homens. Entre os homens dominarem os brancos aos pretos, é força, e não razão ou natureza. Bem se vê onde não tem lugar esta força, nem a cor é vencida dela. Quando os portugueses apareceram a primeira vez na Etiópia, admirando os etíopes neles a policia europeia, diziam: tudo o melhor deu Deus aos Europeus, e a nós só a cor preta. Tanto estimam mais que a branca a sua cor! Por isso, assim como nós pintamos aos anjos brancos e aos demônios negros; assim eles, por veneração, aos anjos pintam negros, e aos demônios, por injúria e aborrecimento, brancos. Deixando porém os que podem parecer apaixonados, ninguém haverá que não reconheça e venere na cor preta duas prerrogativas muito notáveis. A primeira, que ela

encobre melhor os defeitos, os quais a branca manifesta e faz mais feios: a segunda, que só ela não se deixa tingir de outra cor, admitindo a branca a variedade de todas: e bastavam só estas duas virtudes para a cor preta vencer, e ainda envergonhar a branca. Mas das cores só os olhos podem ser juízes. Vejamos o que eles julgam ou experimentam. Os filósofos buscando as propriedades radicais com que se distinguem estas duas cores extremas dizem que da cor preta é próprio unir a vista, e da branca disgregá-la e desuni-la. Por isso a brancura da neve ofende e cega os olhos. E não é isto mesmo o que com grande louvor dos pretos, e não menor afronta dos brancos, se acha em uns e outros? Dos pretos é tão própria e natural a união, que a todos os que têm a mesma cor, chamam parentes; a todos os que servem na mesma casa, chamam parceiros: e a todos os que se embarcaram no mesmo navio, chamam malungos. E os brancos? Não basta andarem meses juntos no mesmo ventre, como Jacó e Esaú, para se não aborrecerem; nem basta serem filhos do mesmo pai e da mesma mãe, como Caim e Abel, para se não matarem. Que muito logo, que sendo tão disgregativa a cor branca, não caibam na mesma congregação os brancos com os pretos?

E para que vejamos quão diferente é a distinção que a Virgem, Senhora nossa, faz entre uns e outros, ouçamos também neste ponto a Deus, e à mesma Mãe de Deus. Havendo Deus criado o primeiro homem, pôs-lhe por nome Adão, que quer dizer *ruber*, vermelho, por ser esta a cor do barro do campo damasceno, de que o formou. Tão importante é à altiveza humana a lembrança de seus humildes princípios. Mas se o intento de Deus era formar-lhe o nome da mesma matéria, de que o tinha formado, e a matéria era o barro vermelho, por que lhe não deu o nome do barro, senão o da cor, *ruber*? Porque no barro não havia perigo de se desigualarem os homens; na cor sim. No barro não; porque todos os filhos de Adão se haviam de resolver na mesma terra. Na cor sim; porque uns haviam de ser de uma cor, e outros de outra. E não quis Deus que aquela cor fosse alguma das extremas, quais são a branca e a preta, senão outra cor meia e mista que se compusesse de ambas, qual é a vermelha; para que na mesma mistura e união da cor se unissem também os homens de diversas cores, ainda que fossem tão diversas como a branca e a preta. Por isso no mesmo nome de Adão lhe distinguiu também Deus as terras, em que, segundo a qualidade de cada uma, se lhe haviam de variar as cores. É advertência engenhosa de Santo Agostinho,<sup>28</sup> o qual notou que as quatro letras, de que se compõe o nome de Adão, são as mesmas que no texto grego dão princípio às quatro partes do mundo, oriente, ocidente, setentrião, meio-dia. E como os homens divididos pelas mesmas quatro partes do mundo, os da Europa, os da África, os da Ásia, e os da América, conforme os diferentes climas haviam de nascer de diferentes cores: traçou a sabedoria do Supremo Artífice, que assim como em todo o nome de Adão, *Ruber*, estava rubricada a memória do Pai, e sangue comum de que descendiam;

assim a cada letra do mesmo nome respondessem os diversos climas do mundo, que lhe haviam de variar as cores, para que na variedade da cor se não perdesse a irmandade do sangue.

Por espaço de dous mil anos foram da mesma cor todos os homens, até que habitando as duas Etiópias os descendentes do segundo filho de Noé começaram muitos deles a ser pretos. Mas acudindo Deus à diferença que podia causar nos ânimos esta diferença das cores, logo na Lei escrita, e no mesmo Legislador dela honrou com tal igualdade a ambas, que nem os pretos tivessem que invejar na branca, nem os brancos que desprezar na preta. Na Lei mandava Deus, que o cordeiro, ou cordeiros, que se Lhe oferecessem, fossem inviolavelmente imaculados. Assim se prescreve em todos os ritos do Êxodo, do Levítico, dos Números. E em que consistia o ser imaculado o cordeiro? Cuidam muitos que consistia em ser extremadamente branco, que nem sinal nem mancha alguma tivesse de preto. Mas não eram estas as manchas, ou máculas que Deus proibia. Não estava a mancha na cor, senão no corpo da vítima. Se a inteireza natural do corpo do cordeiro não tinha defeito, ou deformidade alguma, ainda que fosse em uma só unha, era imaculado. E quanto à cor, ou fosse todo branco, ou todo preto, ou branco com parte de preto, ou preto com parte de branco, igualmente era aceito a Deus e digno de seus altares. *Immaculatus esse debebat, id est, integer, et sine vitio corporis: poterat tamen esse albus, niger, et habere maculas albas, vel nigras.*<sup>29</sup> comenta o douto A Lápide. De sorte que por ser branco ou preto, ou em todo, ou em parte, não deixava o cordeiro de ser imaculado, sendo figura do mesmo Deus feito homem: para que os homens se não desonrassem, ou tivessem por mancha em si, o que Deus não tinha por mancha no seu retrato. Isto quanto à Lei.

Quanto ao Legislador, ainda foi maior o exemplo não só da providência, mas da severidade divina, no rigor com que castigou o desprezo desta indiferença das cores. Não reparando nela Moisés, como homem de tão sublime juízo, casou-se com a filha de um rei da Etiópia, que ele tinha vencido em batalha, por isso chamada etiopisa. Não levando porém a bem este casamento Maria, irmã do mesmo Moisés, e murmurando dele com Aarão, que era o irmão maior; Deus, que costuma acudir pelos que não acodem por si, como vos parece que emendaria, ou desfaria esta murmuração? É caso verdadeiramente notável! Não tinha bem acabado de murmurar Maria, quando apareceu de repente coberta de lepra; e como leprosa, conforme a Lei, foi lançada fora dos arraiais. As palavras do texto são estas: *Et ecce Maria apparuit candens lepra, quasi nix.*<sup>30</sup> e subitamente Maria apareceu coberta de lepra branca como a neve. Reparei muito nesta brancura e nesta neve. Bem pudera Deus castigar a murmuração de Maria na língua, emudecendo-a, ou com outro castigo e enfermidade maior e mais perigosa que a lepra: mas por que quis que fosse lepra particularmente, e tal lepra que a fizesse branca como a neve: *Candens quasi nix?* Para que

respondesse a pena diretamente à culpa, e para que aprendesse Maria na sua brancura a não desprezar a pretidão da etiopisa. Como se dissera Deus: já que nela desprezais a sua cor, olhai agora para a vossa: nela a sua pretidão é natureza, em vós a vossa brancura é lepra. Oh quantas brancuras se prezam de muito brancas, que são como a da irmã de Moisés! Quanto melhor lhe fora ser negras sem lepra, que brancas e leprosas! Assim castigou Deus naquela Maria os desprezos da etiopisa; e assim nos ensinou, pelo contrário, quanto preza e quanto estima a todos os etíopes a outra Soberana Maria, que como bendita entre todas as mulheres, nasceu para emendar os erros de todas.

vi

Dos exemplos de Deus passemos aos de seu Filho, e vejamos quanto estimou e estima Cristo os pretos. É observação em que porventura não tendes reparado, a que agora direi. Digo que estima tanto o Filho de Deus os pretos, que mil anos antes de tomar o nosso sangue, deu aos pretos o seu. Vejamos primeiro a verdade do caso, e depois iremos ao cômputo dos tempos. O Filho de Deus tomou o nosso sangue, quando encarnou e se fez homem: e deu o seu aos pretos, quando lhes deu o sangue que Ele havia de tomar, que era o de Davi. E foi desta maneira. Reinando Salomão, filho de Davi, levada da fama de sua sabedoria veio a vê-lo e ouvi-lo a rainha Sabá, que o era da Etiópia. E como Salomão tivesse por mulheres setecentas rainhas, recebeu também no número delas, posto que de cor preta, a mesma rainha Sabá, de quem houve um filho, o qual nasceu depois na Etiópia, e a mãe lhe pôs o nome de seu avô, e se chamou Davi. Sendo já de vinte e dous anos este príncipe, desejoso de ver e tomar a bênção a seu pai, veio a Jerusalém, onde Salomão não só o reconheceu por filho, mas com todas as cerimônias e insígnias reais o fez ungir no Templo por rei da Etiópia, sendo os ministros desta solenidade Sadoc e Joás, em quem estava o sumo sacerdócio naquele tempo. Esta é a origem dos imperadores da Etiópia, mil anos, como dizia, antes da encarnação do Filho de Deus; porque o mistério altíssimo da encarnação foi obrado no ano 41 do império de Augusto César, quando se contavam quatro mil e cinquenta e um anos da criação do mundo: e a vinda da rainha Sabá a Jerusalém tinha sido no ano 24 do reinado de Salomão, quando o mesmo mundo desde sua criação contava somente três mil cinquenta e três anos. De sorte que quando o Filho de Deus, fazendo-se homem, tomou o sangue da geração de Davi, já havia mil anos que tinha dado o mesmo sangue aos pretos da Etiópia no seu primeiro rei ou imperador (porque até então eram governados pelas rainhas):<sup>31</sup> em memória desta descendência por tradição antiquíssima, e sempre continuada, se intitula hoje o mesmo imperador: *Filius David, filius Salomonis, filius columnae Sion, filius de semine Jacob, filius magnus Mariae*. Esta última cláusula de grande filho de Maria acrescentaram os imperadores

da Etiópia depois do nascimento de Cristo, o qual tantos séculos antes tinha honrado os etíopes com os mesmos nomes ou títulos, com que hoje se intitula no Livro de sua geração. Que diz São Mateus, ou que nome dá ao Livro da geração de Cristo? *Liber generationis Jesu Christi, filii David, filii Abraham*: Livro da geração de Jesus Cristo, filho de Davi, e filho de Abraão. E deste mesmo Davi, e deste mesmo Abraão, de quem Cristo hoje se chama filho, por descender deles por quarenta e duas gerações; destes mesmos, e não de outros, se chamavam também os etíopes, filhos de Davi, e filhos de Abraão, não por quarenta e duas gerações, senão por quinze somente, que tantas conta o mesmo São Mateus até Salomão. Filhos de Davi, porque todos os etíopes conservaram sempre o nome de Davi, como hereditário em seus príncipes: e filhos de Abraão, porque todos tomaram dele a circuncisão.

E se buscarmos a razão, motivo ou merecimento destes tão antecipados favores do Filho de Deus aos etíopes, o mesmo Davi o tinha já cantado, quando disse: *Aethiopia praeveniet manus ejus Deo*.<sup>32</sup> Onde a palavra *praeveniet* é o mesmo que *prima veniet*; porque a Etiópia, e os etíopes seriam os primeiros entre todos os gentios, que receberiam a fé do verdadeiro Deus. E declara o profeta com excelente propriedade e energia este reconhecimento e aceitação da fé, dizendo, como se lê no hebreu, que estenderiam a Deus as suas mãos, porque este é o estilo ou ação natural, como vemos, com que os mesmos etíopes novamente trazidos das suas terras reconhecem o domínio dos que têm por senhores, estendendo para eles as mãos, e batendo-as. Grande prerrogativa, e singular por certo desta nação, que quando todas as outras adoravam muitos deuses (chegando esta multidão em todo o mundo a número de trinta mil, como refere Hesíodo)<sup>33</sup> ela só reconhecesse a unidade em Deus, sem a qual não pode haver divindade. E que direi da mesma divindade unida à humanidade em Cristo, em cuja notícia e pregação se anteciparam os etíopes aos mesmos Apóstolos? Quando os Apóstolos repartiram entre si o mundo, coube a São Mateus a Etiópia; mas quando lá chegou São Mateus, que foi no ano 44 do nascimento de Cristo,<sup>34</sup> já havia nove anos que o eunuco da rainha Cândia, guarda-mor do seu erário, convertido e batizado por São Filipe, lhe tinha levado e mostrado os tesouros do Evangelho, sendo ele o primeiro apóstolo da sua pátria, da mesma nação, da mesma língua, e da mesma cor que os outros etíopes.

Mas não foi esta ainda a primeira e mais antecipada diligência com que os pretos se adiantaram a pregar a fé e veneração de Cristo e sua Santíssima Mãe. Os três reis orientais, que vieram adorar o Filho de Deus recém-nascido em Belém, é tradição da Igreja que um era preto.<sup>35</sup> Mas de que terra ou nação fosse, andou em opiniões muitos séculos, até que no ano de 1499 descobriram os nossos argonautas da Índia, que tinha sido o rei de Cranganor. Este rei, pois tão preto como o pintam, mudando o nome que dantes tinha, se chamou

Cheriperimale, que quer dizer Terceiro, por ser ele o terceiro que seguindo a estrela se ajuntou aos dous naquela prodigiosa viagem. Chegaram, acharam o Rei que buscavam, e como a rei, como a Deus, e como a homem, Lhe ofereceram, prostrados a seus pés, os misteriosos tributos. Voltando para suas terras e reinos, o que fez o de Cranganor, foi edificar logo um templo, e no meio dele uma capela, a que se subia por muitos degraus, na qual colocou uma imagem da Virgem Maria com o Menino Deus nos braços, como refere São Mateus, que o acharam: *Invenerunt puerum cum Maria Matre ejus.*<sup>36</sup> A este monumento de religião acrescentou por lei ou rito perpetuamente estabelecido que todas as vezes que se nomeasse o santíssimo nome de Maria, todos se prostrassem por terra; e assim o fizeram os sacerdotes do mesmo templo em presença do nosso Gama, e de todos os que com ele desembarcaram na mesma cidade. Agora vede se tenho eu razão para dizer que no culto e veneração pública de Cristo, e sua Santíssima Mãe, se adiantaram os pretos aos mesmos Apóstolos. O primeiro templo que os Apóstolos levantaram à Virgem Maria em sua vida, foi o do Pilar de Saragoça pelo apóstolo Santiago.<sup>37</sup> Mas quando? No ano 20 do império de Tibério, que era o ano 36 do nascimento de Cristo. De maneira que quando o primeiro apóstolo, à instância da mesma Mãe de Deus, Lhe edificou a primeira capela em Espanha, já o rei preto, com seus vassallos da mesma cor, Lhe tinham edificado templo na Índia. Para que se veja se esta antecipada devoção dos pretos mereceu tão antecipados favores de Cristo; e se à vista deles merecem ser desprezados dos que se chamam seus senhores. E senão, digam-me os mesmos portugueses, qual era a sua religião naquele tempo, e muitos anos depois? O que se acha em pedras e inscrições antigas é que dedicaram templo a Octaviano Augusto, templo a Trajano, e a todos os deuses; templo a Ísis, templo e estátuas a Tibério e sua mãe Livia, templo e estátuas a Nero e sua mãe Agripina.<sup>38</sup> E quando os portugueses, sem se lhe fazerem as faces vermelhas na sua brancura, reconheciam divindade nestes monstros da ambição e de todos os vícios, os pretos nos seus altares adoravam o verdadeiro Filho de Deus e a verdadeira Mãe do mesmo Filho.

Mas ouçamos por fim a estimação que faz da cor preta, não só neles, mas em si, a mesma Mãe de Deus: *Nigra sum, sed formosa, Filiae Jerusalem, sicut tabernacula Cedar, sicut pelles Salomonis.*<sup>39</sup> Nestas palavras se defende a Pastora dos Cantares, respondendo às filhas de Jerusalém, as quais como criadas na corte, e Ela no campo, e como prezadas de muito brancas, a notavam de preta. Diz, pois, que ainda que preta, nem por isso deixa de ser formosa: e o prova principalmente com as famosas tendas de Salomão, quando saindo da corte

morava no campo: *Sicut pelles Salomonis*.<sup>40</sup> Assim como as peles que cobrem as tendas de Salomão, são pretas e muito formosas, assim pode haver formosura, e grande formosura em couros pretos. E se este dote da natureza, filhas de Jerusalém, não está vinculado à cor branca, de que tanto vos prezais, notai-me embora de preta, mas não de feia, porque ainda que sou preta, sou formosa: *Nigra sum, sed formosa*. Até aqui a que em traje pastoril representava a Virgem, Senhora nossa, a qual com as mesmas palavras confessa ser a cor preta natural da sua pátria, e sua; porque a Palestina, como vizinha ao Egito e à África, por razão do clima mais exposto aos ardores do sol, participa da cor com que ele costuma tostar e escurecer a brancura, como logo acrescentou a mesma Pastora: *Nolite me considerare, quod fusca sim, quia decoloravit me sol*. Assim lemos em Nicéforo, que aquele soberano rosto, em que Dionísio Areopagita reconheceu raios de divindade, entre as duas cores extremas, propendia mais para a preta. O mesmo diz Santo Epifânio. E mais claramente o demonstra o retrato natural da mesma Virgem Maria, pintura da mão de São Lucas, que hoje se vê, e venera em Roma na Basílica de Santa Maria Maior, como um dos mais preciosos tesouros daquele famosíssimo santuário.

Cousa é porém muito digna de reparo que neste epitalâmio, escrito pela sabedoria de Salomão, nunca a Senhora se chamasse formosa, senão depois de se chamar preta. Catorze vezes por diversos modos, e com diversos encarecimentos celebra o esposo a sua formosura, e Lhe chama formosa: mas a Senhora não se atribuiu este louvor, de que tanto se gloriam, ainda as que o não merecem, senão uma só vez, e quando juntamente disse que era preta: *Nigra sum, sed formosa*. Seria porventura para escurecer com estas sombras a mesma formosura? Não, diz Santo Ambrósio; senão para a engrandecer e realçar mais:

*Praemisit nigram, ut auget decoram*.<sup>41</sup> E se buscarmos a razão desta consequência, que não parece fácil; na semelhança das mesmas tendas de Salomão a temos excelentemente declarada. Porque sendo por fora lavradas com todos os primores da arte na cor preta, e por isso muito formosas à vista; por dentro eram recamadas de ouro, pérolas, e diamantes, cujos reflexos na oposição daquela cor brilhavam mais, e faziam um admirável composto de maior graça e formosura. E desta maneira sendo o preto esmalte do branco, e o escuro realce do claro, se pareciam muito vistosas, no que mostravam por fora, muito mais formosas e preciosas eram no que cobriam por dentro: *Praemisit nigram, ut auget decoram*.

Notem isto as pretas e os pretos, para que os não desconsolle, ou desanime a sua cor: e notem também o mesmo as brancas e os brancos, para sua confusão, se tendo a brancura só por fora, forem negros por dentro.<sup>42</sup> Mandava Deus no Levítico que o cisne, como ave imunda, se lhe não sacrificasse, nem ainda se comesse. E em que defeito se fundava esta lei, se o cisne, cantor de suas próprias



exéquias, é tão branco como a mesma neve? Porque por fora tem as penas brancas, e por dentro a carne negra: *Cujus plumae licet albae sint, et molles, caro tamen est dura, nervosa, et nigra.*<sup>43</sup> Olhe para si a brancura, e veja se responde ao interior, ou se é hipocrisia. O carvão coberto de neve, nem por isso deixa de ser carvão: antes junto dela é mais negro. Por isso Cristo, Senhor nosso, comparava os escribas e fariseus às sepulturas branqueadas: *Vae vobis scribae, et pharisei hypocritae: quia similes estis sepulchris dealbatis.*<sup>44</sup> E em que consistia a hipocrisia daquelas sepulturas vivas? Em que a brancura de fora lhe dava aparências de formosura, e por dentro estavam cheias de corrupção e horrores: *Quae a foris parent hominibus speciosa, intus vero plena sunt ossibus mortuorum, et omni spurcitia.* Vede agora se a Mãe de Deus, para estimar mais os brancos que os pretos, se deixará enganar das aparências, ou hipocrisias da cor!

Lá disse Deus a Samuel que Ele não era como os homens; porque os homens olham para o rosto, e Deus para os corações: *Homo videt ea, quae parent,*

*Dominus autem intuetur cor.*<sup>45</sup> Pois assim como nos olhos de Deus, assim também nos de sua Mãe, cada um é da cor do seu coração. E para que vejamos quão pouco importa, para maior estimação da Senhora, a cor ou aparência do rosto, na história do nosso tema o temos. Vendo Lia que Raquel tinha filhos da sua escrava Bala, quis ela também ter filhos da sua escrava Rasfa; e parece que sem razão. Que Raquel vendo-se estéril, busque esta consolação, ou alívio à sua infecundidade, perdão merece a sua dor: mas que Lia achando-se com quatro filhos legítimos de Jacó, os queira também ter da sua escrava Rasfa, apetite parece alheio de todo o bom juízo. Quanto mais que as cores e feições do rosto de Rasfa eram tão pouco para estimar, como significa o seu próprio nome, que quer dizer, *Contemptum oris*, desprezo do rosto. Pois de uma escrava, que na cara e na cor trazia o próprio desprezo, quer Lia ter filhos? Sim. Porque entendeu, e esperou, que os filhos da escrava, posto que de tão desprezada cor, podiam fazer mais ditosa a sua casa, que os da mesma Senhora. E assim foi. Nasceu o primeiro filho a Rasfa, e pôs-lhe Lia por nome Felicidade, chamando-lhe Dã:

*Dixit feliciter: et appellavit nomen ejus Dan.*<sup>46</sup> Nasceu o segundo filho à mesma Rasfa, e pôs-lhe a mesma Lia por nome Bem-Aventura, chamando-lhe Aser: *Dixit: Hoc pro beatitudine mea: Beatam quippe me dicent mulieres. Propterea appellavit eum Aser.*<sup>47</sup> Comparai-me agora os quatro filhos de Lia senhora com os dous de Rasfa escrava, e escrava de cor, e rosto tão desprezado. Os quatro filhos de Lia senhora eram Rúben, Simeão, Levi, e Judas: e destes quatro os primeiros três foram amaldiçoados de seu pai, e privados do morgado: e os dous de Rasfa escrava nasceram com tão diferente estrela, que o primeiro a fez felice, e o segundo bem-aventurada entre as mulheres: *Hoc pro beatitudine mea: Beatam quippe me dicent mulieres.* E parou aqui o encarecimento desta grande diferença? Não. O que depois dele se seguiu daí a muitos séculos, é a mais forte,

e apertada conclusão, com que se pode rematar este ponto. Porque quando a Virgem, Senhora nossa, no seu Cântico disse que pelo Filho, de que Deus a tinha feito Mãe, Lhe chamariam todas as gerações bem-aventurada, foi tomando da boca de Lia as mesmas palavras com que ela se chamou bem-aventurada pelos filhos da sua escrava Rasfa. *Huc allusit Beata Virgo Deipara, cum cecinit: Beatam me dicent omnes generationes*, diz o doutíssimo Cornélio. E se a mesma Mãe de Deus mediu os seus louvores pelos da escrava Rasfa, desprezada pelo rosto e pela cor, bem claramente se deixa ver, se pela diferença das cores estimará mais os brancos e menos os pretos.

viii

Só resta a última razão, ou sem-razão, por que os senhores desprezam os escravos, que é a vileza e miséria da sua fortuna. Oh Fortuna! E que mal considera a cegueira humana as voltas da tua roda? Virá tempo, e não tardará muito, em que esta roda dê volta, e então se verá qual é melhor fortuna, se a vil e desprezada dos escravos, ou a nobre e honrada dos senhores. Muitas vezes tendes ouvido a história daquele rico sem nome, e do pobre chamado Lázaro. O rico vivia em palácios dourados, e Lázaro ao sol e à chuva jazia na rua: o rico vestia púrpuras e holandas, e Lázaro se estava coberto, era de chagas: o rico banqueteava-se esplendidamente todos os dias, e Lázaro, para matar a fome, não alcançava as migalhas que caíam da sua mesa. Pode haver maior diferença de fortunas? Todos os que passavam, e viam as delícias do rico, invejavam a sua felicidade; e todos os que não tinham asco de pôr os olhos em Lázaro, tinham compaixão da sua miséria. Senão quando chegou ali de repente a morte, deu um pontapé na roda da Fortuna, e foi tal a volta em um momento, que Lázaro se achou descansando no seio de Abraão, e o rico ardendo no Inferno. Clamava o triste por remédio, quando já não era tempo de remédio, e pedia uma gota de água, a quem não tinha dado uma migalha de pão. Mas que resposta tiveram os seus clamores? Respondeu-lhe Abraão com este último desengano, e tão justa como tremenda sentença: *Fili, recordare, quia recepisti bona in vita tua, et Lazarus similiter mala: nunc autem hic consolatur, tu vero cruciaris.*<sup>48</sup> Lembra-te, filho, do outro tempo, e do outro mundo, e não estranharás que na tua fortuna, e na de Lázaro, vejas uma tão grande mudança: tu na tua vida gozaste os bens, e Lázaro padeceu os males; agora tu padeces os males, e ele logra os bens: *Fili, recordare*. Oh se os ricos, e os Lázaros, não esperaram pela outra vida para se lembrarem do que agora são, e do que podem ser depois!

Digam-me os ricos, quem foi este rico, e os pobres, quem foi este Lázaro? O rico foi o que são hoje os que se chamam senhores: e Lázaro foi o que são hoje os pobres escravos. Não são os senhores os que vivem descansados e em delícias, e os escravos em perpétua aflição e trabalhos? Os senhores vestindo holandas e

rasgando sedas, e os escravos nus e despidos? Os senhores em banquetes e regalos; e os escravos morrendo à fome? Que muito logo, que acabada a comédia desta vida, a Fortuna troque as mãos, e que os que neste mundo lograram os bens, no outro padeçam os males; e os que agora padecem os males, depois também eles vão lograr os bens? E se alguém me disser que os escravos, que nesta vida padecem os males, também têm pecados, e os senhores, que logram os bens, também têm boas obras? Respondo que tais podem ser as boas obras de uns, e os muitos pecados dos outros, que uns e outros sejam a exceção desta regra. Mas, geralmente falando, a sentença de Abraão é fundada no que ordinariamente sucede. Dá a razão muito adequada São Gregório papa: *Mala*

*Lazari purgavit ignis inopiae: bona divitis remuneravit felicitas transeuntis vitae.*<sup>49</sup> Lázaro também teria alguns pecados, como têm os escravos; mas esses purgaram-se pela sua pobreza, pela sua miséria, pelos seus trabalhos: e o rico também teria algumas boas obras, como hoje têm os senhores; mas essas pagou-lhas Deus com os bens que logram nesta vida. De sorte que os ricos e os senhores têm nesta vida o seu paraíso, e os Lázaros e os escravos o seu purgatório. Ensoberbeçam-se agora os senhores com a sua fortuna, e desprezem a dos seus escravos.

Qual destas fortunas haja de ter mais de sua parte o favor, e amparo da Virgem, Senhora nossa, a mesma Senhora o declarou canora e canonicamente, quando disse: *Dispersit superbos mente cordis sui. Deposuit potentes de sede, et exaltavit humiles. Esurientes implevit bonis: et divites dimisit inanes.*<sup>50</sup> A razão manifesta desta diferença, e que não tem réplica, é: porque a Virgem Maria é Mãe de misericórdia: o objeto da misericórdia é a miséria: logo para a parte da miséria, e dos que a padecem, há de propender a Mãe da misericórdia. Cada um dos outros dous pontos provam o-los com Deus, com o Filho de Deus, e com a mesma Mãe de Deus: e também o faremos neste: mas brevissimamente, pois não permite mais o tempo.

Pecou o anjo no Céu, e o homem no Paraíso: que resolveu Deus nestes dous casos tão semelhantes? Aos homens remiu, e aos anjos não: Aos homens, como diz Zacarias, abriu as entranhas da sua misericórdia, e com os anjos executou toda a severidade de sua justiça. Pois se os anjos são as mais nobres de todas as criaturas, e os homens formados de barro: os anjos de tão sublime entendimento, e os homens ignorantes: os anjos por natureza imortais, e os homens sujeitos a todas as misérias da mortalidade: por que se compadeceu Deus da caída dos homens, e não reparou a ruína dos anjos? Por isso mesmo. Porque a vileza, a ignorância, e a miséria estavam só da parte dos homens, como cá da parte dos escravos, e para onde carregou o peso da miséria, para ali inclinou a balança da misericórdia: *Propter miseriam inopum, et gemitum pauperum, nunc exurgam, dicit Dominus.*<sup>51</sup> Isto é o que fez Deus Padre sem perdoar ao sangue de seu

próprio Filho.

E o Filho do mesmo Deus, que fez? Ele (bendito seja) o escreveu com a pena do profeta Isaías: *Spiritus Domini super me, eo quod unxerit Dominus me.*<sup>52</sup> O Filho de Deus feito homem é Cristo, que quer dizer unguido: e diz que O ungiu o Espírito do mesmo Deus: e para quê? *Ut mederer contritis corde, et praedicarem captivis indulgentiam, ut consolarem omnes lugentes.*<sup>53</sup> para remediar, para livrar, para consolar a todos os afligidos, a todos os cativos, e a todos os que choram suas misérias. Bem está. Mas os que não têm misérias, nem trabalhos, nem cativeiros, nem aflições que chorar, não veio o Filho de Deus ao mundo também para eles? Sim, veio: mas como o seu espírito é de piedade, de compaixão, e de misericórdia, os tristes, os afligidos, os cativos, e os miseráveis, são os que mais Lhe movem, e levam o coração, como se só para eles viera. E se esta é a inclinação, e propensão do Filho de Deus, qual podemos considerar que será a da Mãe do mesmo Filho?

Gerson, aquele famoso cancelário de Paris, mais santo ainda que político, diz que a Mãe de Deus se chama Mãe de misericórdia; porque é propriedade particular, que a Senhora tomou para si, favorecer os miseráveis: *Maria Mater ideo dicitur misericordiae, quia quodammodo sibi proprium est misereri miseris.* E acrescenta que a figura que a ele lhe parece mais própria desta misericórdia da Virgem Maria, é a que pintou o poeta Estácio na descrição do templo que os atenienses dedicaram à mesma misericórdia: *Tu ipsa es verum templum Misericordiae in templo Misericordiae figuratum, de quo loquitur Staius poeta.* E que diz Estácio? Diz que naquele templo pôs seu assento a Clemência, e que os miseráveis são os que lho consagraram:

*Posuit Clementia sedem,  
Et miseri fecere sacram.*<sup>54</sup>

Diz mais, que de dia, e de noite tem as portas abertas, e que as queixas, e petições de todos os que a ele concorrem, são ouvidas:

*Auditi quicumque rogant, noctesque, diesque  
Ire datum, et solis Numen placare querelis.*

Diz mais, que não se veem ali fumos de incenso, nem sangue de vítimas, porque os sacrifícios que se oferecem, são somente lágrimas e gemidos:

*Non thurea flamma, nec altus  
Accipitur sanguis, lacrimis altaria sudant.*

Finalmente conclui que o templo da Misericórdia está sempre cheio de pobres e miseráveis, todos tremendo: e que só os felices e bem-afortunados não

conhecem aqueles altares:

*Semper habet trepidos, semper locus horret egenis  
Coetibus, ignotae tantum felicibus arae.*

Oh se os que se têm por felices, e bem-afortunados, reparassem bem nesta última cláusula! Os miseráveis são os que consagraram o templo à Misericórdia: os miseráveis os que têm nele sempre as portas abertas: os miseráveis os que ali oferecem seus gemidos, e sacrificam suas lágrimas: os miseráveis são aqueles cujas queixas e deprecações sempre são ouvidas; e só os felices e bem-afortunados os que não são admitidos àqueles altares, nem os conhecem: *Ignotae tantum felicibus arae.*

Tal é, senhores, os que assim vos chamais, a vossa fortuna, e tal a que desprezais nos vossos escravos: eles por miseráveis têm sempre abertas as portas de misericórdia da Mãe de Deus, e abertos e prontos a suas queixas seus piedosos ouvidos: e vós com as vossas fortunas, pode ser que nem ouvidos, nem conhecidos sejais em seus altares. E se me disserdes que isto são encarecimentos poéticos, praza a Deus que o experimenteis assim, quando a morte der a volta à roda da Fortuna. Mas eu tenho outra figura mais verdadeira que a de Estácio, e outra aplicação mais certa que a de Gerson, a qual tão admirável, como temerosamente, concorda com ela. A passagem do Egito para a Terra de Promissão significa a deste mundo para o Céu: os filhos de Israel todos eram escravos dos egípcios: Faraó, e os egípcios eram os senhores destes escravos: e na passagem do mar Vermelho, qual foi o sucesso? Os senhores todos ficaram afogados; os escravos, todos passaram a salvamento; e quem celebrou este triunfo, foi Maria, irmã de Moisés, figura da Virgem Maria. Eu confesso que não reconheço nos escravos geralmente tais virtudes, às quais se possa prometer uma segunda fortuna tão notável como esta; mas também sei que é tão poderosa a misericórdia da Mãe de Deus, que compadecida das misérias que eles padecem em toda a vida, lhe pode converter as mesmas misérias em virtudes. E para que também neste último ponto nos não falte a história do nosso tema, ouçamos o que ela nos diz.

O primeiro nos confirmaram os dous filhos de Bala, escrava de Raquel: o segundo os dous filhos de Rasfa, escrava de Lia: e este último nos confirmaram todos os quatro. Chegado à hora da morte, Jacó lançou a bênção a todos os seus filhos; a qual bênção juntamente foi profecia do que eles haviam de ser. E se bem notarmos a bênção e profecia de cada um, acharemos que nestes quatro filhos das escravas, repartiu Deus aquelas quatro virtudes, a que os filósofos chamam morais, porque compõem os costumes; e os teólogos, cardeais, porque são os quatro polos de que depende toda a vida racional, e felicidade humana. *In his quatuor virtutibus tota boni operis instructura consurgit:* diz São Gregório

papa.<sup>55</sup> A primeira é a prudência, e esta coube a Neftali: *Nephtali cervus emissus, et dans eloquia pulchritudinis.*<sup>56</sup> A segunda é a justiça, e esta coube a Dã: *Dan judicabit.*<sup>57</sup> A terceira é a fortaleza, e esta coube a Gad: *Gad accinctus praeliabitur.*<sup>58</sup> A quarta e última é a temperança, e esta coube a Aser: *Aser pinguis panis ejus.*<sup>59</sup> Comparai-me agora aqueles filhos das senhoras com estes das escravas: e naqueles achareis imprudências e ignorâncias, nestes a prudência: naqueles injustiças e tiranias, nestes a justiça: naqueles fraquezas e inconstâncias, nestes a fortaleza: naqueles intemperanças e graves excessos, nestes a temperança. Não há dúvida que o senhorio e liberdade são mais aparelhados para os vícios, e a obediência e sujeição mais dispostas para as virtudes. E se aquela é a condição e fortuna dos senhores, e esta a dos escravos, por certo, se alguns irmãos se deviam desprezar da irmandade dos outros, antes haviam de ser os filhos de Bala e Rasfa que os de Raquel e Lia. Por isso o evangelista não só não distinguiu os irmãos por esta diferença, mas igualmente contou os da fortuna mais baixa, que eram os escravos, com os da mais nobre e mais alta, qual era a real de Juda: *Judam, et fratres ejus.*

ix

Temos visto como os motivos ou sem-razões, por que os senhores desestimam e desprezam o nome, a cor, e a fortuna de seus escravos, são as mesmas razões por que a Virgem, Senhora nossa, mais os estima, favorece e ama. E pois o mesmo desprezo entre os desprezadores e desprezados foi causa da separação de uns e outros, dividindo-se brancos e pretos em duas irmandades do Rosário; muito temo que a mesma Senhora em castigo deste agravo da natureza, e seu, tenha aprovado a mesma separação, e que nela fiquem de pior partido os brancos. No capítulo quarto dos Cânticos, diz o autor deles, Salomão, que a Virgem Maria foi ao seu jardim, e mandou ao vento áquilo, que se apartasse dele, e ao vento austro que viesse, para que o mesmo jardim exalasse com maior abundância a fragrância e suavidade de seus aromas: *Surge aquilo, et veni auster, perfla hortum meum, et fluant aromata.*<sup>60</sup> O jardim da Virgem Maria já se sabe que é o seu Rosário: e também não é dificultoso entender quais sejam neste texto os dous ventos, áquilo e austro. Na Sagrada Escritura pelos quatro ventos principais se entendem as quatro partes do mundo, e pelas mesmas partes, ou regiões do mundo, os habitantes delas. Quem são pois os habitantes do Áquilo, e quem os do Austro? Não há dúvida que os do Áquilo, que é o Norte, são os europeus mais brancos de todos: e os do Austro, que em respeito da Palestina era a Etiópia, são os etíopes e os pretos, que por isso a rainha Sabá no Evangelho se chama *Regina Austri.*<sup>61</sup> Diremos logo que a mesma Senhora do Rosário manda separar dele os

brancos, e admite e chama os pretos? E mais a fim de lhe comunicar com maior abundância os seus aromas, isto é, a suavidade de seus favores e graças? Verdadeiramente o sentido mais comum e literal do texto assim o significa. E não seria maravilha que a Mãe de misericórdia, que tanto favorece os miseráveis, fizesse esta justiça. Como se dissesse: já que vós (ó brancos) tanto desprezais o nome de escravos, tendo-me eu chamado escrava, e tanto abateis a cor preta, tendo-me eu honrado da mesma cor, e tão pouco vos compadeceis da fortuna dos miseráveis, sendo eu sua protetora, venham os miseráveis, venham os escravos, venham os pretos para o jardim do meu Rosário, e separem-se dele os brancos.

Isto é o que significa naturalmente, e com grande propriedade, o texto no primeiro e mais comum sentir dos intérpretes. Mas porque Beda, Cassiodoro, Justo Orgelitano, Apônio, Ruperto e outros, dizem que nas palavras *surge aquilo, et veni auster*, igualmente se chama o austro, e se esperta o áquilo, a que cada um segundo suas qualidades com o calor e movimento das rosas, excitam nelas maior fragrância: seguindo este segundo sentido mais conforme à benignidade universal da Mãe de misericórdia, que a nenhum exclui, e a todos abraça; digo por última conclusão que assim aos brancos, significados no áquilo, como aos pretos, no austro, a uns e outros convida e excita a Senhora a que venham ao seu jardim do Rosário, posto que de partes opostas: e que essa mesma oposição sirva só de contenderem entre si, a quem com maior afeto, devoção e fervor, se há de esmerar em seu serviço. Lá disse São Paulo, que dividiu Deus o gênero humano em dous povos, gentilico e judaico, para que o gentio por emulação do hebreu, e o hebreu por emulação do gentio, se animassem e provocassem reciprocamente, não só a receber e conservar a fé do verdadeiro Deus, mas a se vencer à porfia no exercício mais perfeito da religião e culto divino.<sup>62</sup> Seja este pois o fim desta separação de irmandades entre brancos e pretos. Os brancos e senhores não se deixem vencer dos pretos, que seria grande afronta da sua devoção: os pretos e escravos procurem de tal maneira imitar os brancos e os senhores, que de nenhum modo consentam ser vencidos deles. E desta sorte, procedendo todos como filhos igualmente da Mãe de Deus, posto que diferentes na cor, não só conservarão a irmandade natural em que Deus os criou, mas alcançarão a sobrenatural e adotiva de seu Filho, herdeiro enquanto homem do cetro de Judas: *Judam, et fratres ejus.*

<sup>1</sup> Mt 1,2.

<sup>2</sup> Mt 1.

<sup>3</sup> Cl 3,9-11.

<sup>4</sup> Ct 6,9.

<sup>5</sup> Gn 1,5.

- 6 D. Basil. in Examer.  
7 Gn 30,35.  
8 Dn 3,71.  
9 Sl 28,3.  
10 Sl 28,3.  
11 Gn 16,1.  
12 Gn 15.  
13 Is 60,4.  
14 Gn 21,10.  
15 Lc 1,38.  
16 Lc 1,32.  
17 Lc 1,32.  
18 Fl 2,6-7.  
19 Jo 12,5.  
20 Mc 16,48.  
21 Mt 26,15.  
22 Jo 18,24.  
23 Mc 15,15.  
24 Jo 19,17.  
25 Jo 19,23.  
26 Lc 1,48.  
27 Gn 30,8.  
28 August. Tract. 9 in Joann.  
29 Cornel. in cap. 28. Nm 5,8.  
30 Nm 12,10.  
31 Hortel. in Theat. Tabul. 68.  
32 Sl 67,32.  
33 Hesiod. Relatus a Ravisio in Theatr. Phil. Lib. 1<sup>o</sup>, cap. 9<sup>o</sup>.  
34 Baron. eo anno.  
35 Osorius. lib. 5<sup>o</sup> De Gest. Emmanuel. Navar. Lib. 21 De erat. etc.  
36 Mt 2,11.  
37 Ita Boucher. in Chron. Hispan. cap. 23.  
38 Sousa e Faria ab August. usque ad Trajanum.  
39 Ct 1,5.  
40 Ct 1,5.  
41 Ambros. in Psalm. 118. Serm. 18.  
42 Lv 2,18.  
43 Cornelius ibi.  
44 Mt 23,27.  
45 1Rs 16,7.  
46 Gn 30,6.



- [47](#) Gn 30,13.
- [48](#) Lc 16,25.
- [49](#) D. Greg. Homil. 40.
- [50](#) Lc 1,51-3.
- [51](#) Sl 11,6.
- [52](#) Is 61,1.
- [53](#) Is 61,1 e 3.
- [54](#) Estácio, *Tebaida*, 12.
- [55](#) D. Greg. Moral. 9.
- [56](#) Gn 69,21.
- [57](#) Gn 69,16.
- [58](#) Gn 69,19.
- [59](#) Gn 69,20.
- [60](#) Ct 4,16.
- [61](#) Mt 12,42.
- [62](#) Rm 10,19.

Sermão pelo bom sucesso das armas  
de Portugal contra as de Holanda  
pregado na igreja de nossa senhora  
da ajuda na cidade da bahia, no ano de 1640,  
com o ss sacramento exposto

*Exurge, quare obdormis, Domine? Exurge, et ne repellas in finem. Quare faciem tuam avertis, oblivisceris inopiae nostrae, et tribulationis nostrae? Exurge, Domine, adjuva nos et redime nos propter nomen tuum.*

salmo 43

i

Com estas palavras piedosamente resolutas, mais protestando que orando, dá fim o profeta rei ao salmo 43 — salmo que desde o princípio até o fim não parece senão cortado para os tempos e ocasião presente. O doutor máximo São Jerônimo, e depois dele os outros expositores, dizem que se entende a letra de qualquer reino, ou província católica, destruída e assolada por inimigos da Fé. Mas entre todos os reinos do mundo a nenhum lhe quadra melhor que ao nosso reino de Portugal; e entre todas as províncias de Portugal a nenhuma vem mais ao justo que à miserável província do Brasil. Vamos lendo todo o salmo, e em todas as cláusulas dele veremos retratadas as da nossa fortuna; o que fomos, e o que somos.

*Deus auribus nostris audivimus, Patres nostri annuntiaverunt: nobis opus, quod operatus es in diebus eorum, et in diebus antiquis.*<sup>1</sup> Ouvimos (começa o profeta) a nossos pais, lemos nas nossas histórias, e ainda os mais velhos viram, em parte, com seus olhos, as obras maravilhosas, as proezas, as vitórias, as conquistas, que por meio dos portugueses obrou em tempos passados vossa onipotência, Senhor: *Manus tua gentes disperdit, et plantasti eos: afflixisti populos, et expulisti eos.*<sup>2</sup> Vossa mão foi a que venceu, e sujeitou tantas nações bárbaras, belicosas e indômitas, e as despojou do domínio de suas próprias terras, para nelas os plantar, como plantou com tão bem fundadas raízes; e para nelas os dilatar, como dilatou, e estendeu em todas as partes do mundo, na África, na Ásia, na América. *Nec enim in gladio suo possederunt terram, et brachium eorum non salvavit eos, sed dextera tua, et brachium tuum, et illuminatio vultus tui, quoniam complacuisti in eis.*<sup>3</sup> Porque não foi a força do seu braço, nem a da sua espada a que lhes sujeitou as terras que possuíram, e as gentes e reis que avassalaram, senão a

virtude de vossa destra onipotente, e a luz e o prêmio supremo de vosso beneplácito, com que neles vos agradastes, e deles vos servistes. Até aqui a relação ou memória das felicidades passadas, com que passa o profeta aos tempos e desgraças presentes.

*Nunc autem repulisti et confudisti nos: et non egredieris Deus in virtutibus*

*nostris.*<sup>4</sup> Porém agora, Senhor, vemos tudo isto tão trocado, que já parece que nos deixastes de todo, e nos lançastes de vós, porque já não ides diante das nossas bandeiras, nem capitaneais como dantes os nossos exércitos: *Avertisti nos*

*retrosum post inimicos nostros, et qui oderunt nos, diripiebant sibi.*<sup>5</sup> Os que tão costumados éramos a vencer e triunfar, não por fracos, mas por castigados, fazeis que voltemos as costas a nossos inimigos (que como são açoite de vossa justiça, justo é que lhe demos as costas), e perdidos os que antigamente foram despojos do nosso valor são agora roubo da sua cobiça: *Dedisti nos tanquam oves*

*escarum: et in gentibus dispersistis nos.*<sup>6</sup> Os velhos, as mulheres, os meninos que não têm forças, nem armas com que se defender, morrem como ovelhas inocentes às mãos da crueldade herética, e os que podem escapar à morte, desterrando-se a terras estranhas, perdem a casa e a pátria: *Posuisti nos opprobrium vicinis nostris, subsanationem, et dirisum his, qui sunt in circuitu*

*nostro.*<sup>7</sup> Não fora tanto para sentir, se, perdidas fazendas e vidas, se salvara ao menos a honra; mas também esta a passos contados se vai perdendo; e aquele nome português, tão celebrado nos anais da fama, já o herege insolente com as vitórias o afronta, e o gentio de que estamos cercados, e que tanto o venerava e temia, já o despreza.

Com tanta propriedade como isto descreve Davi neste salmo nossas desgraças, contrapondo o que somos hoje ao que fomos enquanto Deus queria, para que na experiência presente cresça a dor por oposição com a memória do passado. Ocorre aqui ao pensamento o que não é lícito sair à língua; e não falta quem discorra tacitamente que a causa desta diferença tão notável foi a mudança da monarquia. Não havia de ser assim (dizem) se vivera um d. Manuel, um d. João, o terceiro, ou a fatalidade de um Sebastião não sepultara com ele os reis portugueses. Mas o mesmo profeta no mesmo salmo nos dá o desengano desta falsa imaginação: *Tu es ipse rex meus, et Deus meus: qui mandas salutes Jacob.*<sup>8</sup> O reino de Portugal, como o mesmo Deus nos declarou na sua fundação, é reino seu e não nosso: *Volo enim in te et in semine tuo imperium mihi stabilire*; e como Deus é o rei: *Tu es ipse rex meus, et Deus meus*; e este rei é o que manda, e o que governa: *Qui mandas salutes Jacob*, Ele que não se muda, é o que causa estas diferenças, e não os reis que se mudarão. À vista, pois, desta verdade certa, e sem engano, esteve um pouco suspenso o nosso profeta na consideração de tantas calamidades até que para remédio delas o mesmo Deus, que o alumiaava, lhe inspirou um conselho altíssimo, nas palavras que tomei por tema.

*Exurge, quare obdormis, Domine? Exurge, et ne repellas in finem. Quare faciem tuam avertis, oblivisceris inopiae nostrae, et tribulationis nostrae? Exurge, Domine, adjuva nos, et redime nos propter nomen tuum.* Não prega Davi ao povo, não o exorta ou repreende, não faz contra ele invectivas, posto que bem merecidas; mas todo arrebatado de um novo e extraordinário espírito, se volta não só a Deus, mas piedosamente atrevido contra Ele. Assim como Marta disse a Cristo: *Domine non est tibi curae?*<sup>9</sup> assim estranha Davi reverentemente a Deus, e quase O acusa de descuidado. Queixa-se das desatenções de sua misericórdia e providência, que isso é considerar a Deus dormindo: *Exurge, quare obdormis Domine?* Repete-lhe que acorde, e que não deixe chegar os danos ao fim, permissão indigna de sua piedade: *Exurge, et ne repellas in finem.* Pede-lhe a razão por que aparta de nós os olhos e nos volta o rosto: *Quare faciem tuam avertis;* e por que se esquece da nossa miséria, e não faz caso de nossos trabalhos: *Oblivisceris inopiae nostrae et tribulationis nostrae?* E não só pede de qualquer modo esta razão do que Deus faz e permite, senão que insta a que lha dê, uma e outra vez: *Quare obdormis? Quare oblivisceris?* Finalmente depois destas perguntas, a que supõe que não tem Deus resposta, e destes argumentos com que presume O tem convencido, protesta diante do tribunal de sua justiça e piedade, que tem obrigação de nos acudir, de nos ajudar e de nos libertar logo: *Exurge, Domine, adjuva nos, et redime nos.* E para mais obrigar ao mesmo Senhor, não protesta por nosso bem e remédio, senão por parte da sua honra e glória: *Propter nomen tuum.*

Esta é (todo-poderoso e todo-misericordioso Deus), esta é a traça de que usou para render vossa piedade, quem tanto se conformava com vosso coração. E desta usarei eu também hoje, pois o estado em que nos vemos, mais é o mesmo que semelhante. Não hei de pregar hoje ao povo, não hei de falar com os homens, mais alto hão de sair as minhas palavras ou as minhas vozes: a vosso peito divino se há de dirigir todo o sermão. É este o último de quinze dias contínuos, em que todas as igrejas desta metrópole, a esse mesmo trono de Vossa Patente Majestade têm representado suas deprecações; e pois o dia é o último, justo será que nele se acuda também ao último e único remédio. Todos estes dias se cansaram debalde os oradores evangélicos em pregar penitência aos homens; e pois eles se não converteram, quero eu, Senhor, converter-vos a vós. Tão presumido venho de vossa misericórdia, Deus meu, que ainda que nós somos os pecadores, Vós haveis de ser o arrependido.

O que venho a pedir ou protestar, Senhor, é que nos ajudeis e nos liberteis: *Adjuva nos, et redime nos.* Mui conformes são estas petições ambas ao lugar e ao tempo. Em tempo que tão oprimidos e tão cativos estamos, que devemos pedir com maior necessidade senão que nos liberteis: *Redime nos?* E na casa da Senhora da Ajuda, que devemos esperar com maior confiança, senão que nos ajudeis: *Adjuva nos?* Não hei de pedir pedindo, senão protestando e

argumentando; pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor senão justiça. Se a causa fora só nossa, e eu viera a rogar só por nosso remédio, pedira favor e misericórdia. Mas como a causa, Senhor, é mais vossa que nossa, e como venho a requerer por parte de vossa honra e glória, e pelo crédito de vosso nome: *Propter nomen tuum*, razão é que peça só razão, justo é que peça só justiça. Sobre este pressuposto Vos hei de arguir, Vos hei de argumentar; e confio tanto da vossa razão e da vossa benignidade, que também Vos hei de convencer. Se chegar a me queixar de Vós, e a acusar as dilações de vossa justiça, ou as desatenções de vossa misericórdia: *Quare obdormis: quare oblivisceris*, não será esta vez a primeira em que sofrestes semelhantes excessos a quem advoga por vossa causa. As custas de toda a demanda também vós, Senhor, as haveis de pagar, porque me há de dar a vossa mesma graça as razões com que Vos hei de arguir, a eficácia com que Vos hei de apertar, e todas as armas com que Vos hei de render. E se para isto não bastam os merecimentos da causa, suprião os da Virgem Santíssima, em cuja ajuda principalmente confio. *Ave Maria*.

ii

*Exurge, quare obdormis, Domine?* Querer argumentar com Deus e convencê-Lo com razões não só dificultoso assunto parece, mas empresa declaradamente impossível, sobre arrojada temeridade. *O homo, tu quis es, qui respondeas Deos? Nunquid dici figmentum ei, qui se finxit: Quid me fecisti sic?*<sup>10</sup> Homem atrevido (diz São Paulo), homem temerário, quem és tu, para que te ponhas a alterar com Deus? Porventura o barro que está na roda e entre as mãos do oficial, põe-se às razões com ele e diz-lhe por que me fazes assim? Pois se tu és barro, homem mortal, se te formaram as mãos de Deus da matéria vil da terra, como dizes ao mesmo Deus: *Quare, quare*; como te atreves a argumentar com a Sabedoria Divina, como pedes razão à sua Providência do que te faz, ou deixa de fazer? *Quare obdormis? Quare faciem tuam avertis?* Venera suas permissões, reverencia e adora seus ocultos juízos, encolhe os ombros com humildade a seus decretos soberanos, e farás o que te ensina a fé, e o que debes à criatura. Assim o fazemos, assim o confessamos e assim o protestamos diante de Vossa Majestade infinita, imenso Deus, incompreensível bondade: *Justus es, Domine, et rectum iudicium tuum*.<sup>11</sup> Por mais que nós não saibamos entender vossas obras, por mais que não possamos alcançar vossos conselhos, sempre sois justo, sempre sois santo, sempre sois infinita bondade; e ainda nos maiores rigores de vossa justiça, nunca chegais com a severidade do castigo aonde nossas culpas merecem.

Se as razões e argumentos da nossa causa as houveramos de fundar em merecimentos próprios, temeridade fora grande, antes impiedade manifesta, querer-vos arguir. Mas nós, Senhor, como protestava o vosso profeta Daniel:

*Neque enim in justificationibus nostris prosterminus preces ante faciem tuam, sed in miserationibus tuis multis.*<sup>12</sup> Os requerimentos e razões deles, que humildemente apresentamos ante vosso divino conspecto, as apelações ou embargos, que interpomos à execução e continuação dos castigos que padecemos, de nenhum modo os fundamos na presunção de nossa justiça, mas todos na multidão de vossas misericórdias: *In miserationibus tuis multis.*

Argumentamos, sim, mas de Vós para Vós: apelamos, mas de Deus para Deus: de Deus justo para Deus misericordioso. E como do peito, Senhor, Vos hão de sair todas as setas, mal poderão ofender vossa bondade. Mas porque a dor quando é grande sempre arrasta o afeto, e o acerto das palavras é descrédito da mesma dor, para que o justo sentimento dos males presentes não passe os limites sagrados de quem fala diante de Deus e com Deus, em tudo o que me atrever a dizer seguirei as pisadas sólidas dos que em semelhantes ocasiões, guiados por vosso mesmo espírito, orarão e exorarão vossa piedade.

Quando o povo de Israel no deserto cometeu aquele gravíssimo pecado de idolatria, adorando o ouro das suas joias na imagem bruta de um bezerro, revelou Deus o caso a Moisés, que com Ele estava, e acrescentou irado e resolutivo que daquela vez havia de acabar para sempre com uma gente tão ingrata, e que a todos havia de assolar e consumir, sem que ficasse rasto de tal geração: *Dimitte me, ut irascatur furor meus contra eos, et deleam eos.*<sup>13</sup> Não lhe sofreu porém o coração ao bom Moisés ouvir falar em destruição e assolação do seu povo: põe-se em campo, opõe-se à ira divina, e começa a arrazoar assim: *Cur Domine irascitur furor tuus contra populum tuum?* E bem, Senhor, por que razão se indigna tanto a vossa ira contra o vosso povo? Por que razão, Moisés? E ainda vós quereis mais justificada razão a Deus? Acaba de vos dizer que está o povo idolatrando; que está adorando um animal bruto; que está negando a divindade ao mesmo Deus, e dando-a a uma estátua muda, que acabaram de fazer suas mãos, e atribuindo-lhe a ela a liberdade e triunfo com que os livrou do cativeiro do Egito; e sobre tudo isto ainda perguntais a Deus, por que razão se agasta: *Cur irascitur furor tuus?* Sim. E com muito prudente zelo; porque ainda que da parte do povo havia muito grandes razões de ser castigado, da parte de Deus era maior a razão que havia de o não castigar: *Ne quaeso* (dá a razão Moisés) *ne quaeso dicant*

*Aegyptii, callide eduxit eos, ut interficeret in montibus, et deleret e terra.*<sup>14</sup> Olhai, Senhor, que porão mácula os egípcios em Vosso ser, e quando menos em Vossa verdade e bondade. Dirão que cautelosamente, e à falsa fé, nos trouxestes a este deserto, para aqui nos tirardes a vida a todos, e nos sepultardes. E com esta opinião divulgada e assentada entre eles, qual será o abatimento de vosso santo nome, que tão respeitado e exaltado deixastes no mesmo Egito, com tantas e tão prodigiosas maravilhas do vosso poder? Convém logo para conservar o crédito dissimular o castigo, e não dar com ele ocasião àqueles gentios e aos outros, em

cujas terras estamos, ao que dirão: *Ne quaeo dicant*. Desta maneira arrazoou Moisés em favor do povo; e ficou tão convencido Deus da força deste argumento, que no mesmo ponto revogou a sentença, e conforme o texto hebreu não só se arrependeu da execução, senão ainda do pensamento: *Et poenituit Dominum mali, quod cogitaverat facere Populo suo.*<sup>15</sup> E arrependeu-se o Senhor do pensamento e da imaginação que tivera de castigar o seu povo.

Muita razão tenho eu logo, Deus meu, de esperar que haveis de sair deste sermão arrependido; pois sois o mesmo que éreis, e não menos amigo agora que nos tempos passados, de vosso nome: *Propter nomen tuum*. Moisés disse-vos: *Ne quaeo dicant*. Olhai, Senhor, que dirão: E eu digo e devo dizer: Olhai, Senhor, que já dizem. Já dizem os hereges insolentes com os sucessos prósperos, que Vós lhe dais ou permitis: já dizem que porque a sua, que eles chamam religião é a verdadeira, por isso Deus os ajuda e vencem; e porque a nossa é errada e falsa, por isso nos desfavorece e somos vencidos. Assim o dizem, assim o pregam, e ainda mal porque não faltará quem os creia. Pois é possível, Senhor, que hão de ser vossas permissões argumentos contra a vossa fé? É possível que se hão de ocasionar de nossos castigos blasfêmias contra vosso nome? Que diga o herege (o que treme de o pronunciar a língua), que diga o herege, que Deus está holandês? Oh não permitais tal, Deus meu, não permitais tal, por quem sois. Não o digo por nós, que pouco ia em que nos castigásseis: não o digo pelo Brasil, que pouco ia em que o destruísseis; por Vós o digo e pela honra de vosso Santíssimo Nome, que tão imprudentemente se vê blasfemado: *Propter nomen tuum*. Já que o pérfido calvinista dos sucessos que só lhe merecem nossos pecados faz argumento da religião, e se jacta insolente e blasfemo de ser a sua a verdadeira, veja ele na roda dessa mesma fortuna, que o desvanece, de que parte está a verdade. Os ventos e tempestades, que descompõem e derrotam as nossas armadas, derrotem e desbaratem as suas: as doenças e pestes, que diminuem e enfraquecem os nossos exércitos, escalem as suas muralhas e despvoem os seus presidios: os conselhos que, quando Vós quereis castigar, se corrompem, em nós sejam alumiados e eles enfatuados e confusos. Mude a vitória as insígnias, desafrontem-se as cruces católicas, triunfem as vossas chagas nas nossas bandeiras, e conheça humilhada e desenganada a perfídia, que só a fé romana, que professamos, é fé, e só ela a verdadeira e a vossa.

Mas ainda há mais quem diga: *Ne quaeo dicant Aegyptii*: Olhai, Senhor, que vivemos entre gentios, uns que o são, outros que o foram ontem; e estes que dirão? Que dirá o tapuia bárbaro sem conhecimento de Deus? Que dirá o índio inconstante, a quem falta a pia afeição da nossa fé? Que dirá o etiope boçal, que apenas foi molhado com a água do batismo sem mais doutrina? Não há dúvida que todos estes, como não têm capacidade para sondar o profundo de vossos juízos, beberão o erro pelos olhos. Dirão, pelos efeitos que veem, que a nossa fé é falsa, e a dos holandeses a verdadeira, e crerão que são mais cristãos sendo

como eles. A seita do herege torpe e brutal concorda mais com a brutalidade do bárbaro: a largueza e soltura da vida, que foi a origem e o fomento da heresia, casa-se mais com os costumes depravados e corrupção do gentilismo: e que pagão haverá que se converta à fé, que lhe pregamos, ou que novo cristão já convertido, que se não perverta, entendendo e persuadindo-se uns e outros, que no herege é premiada a sua lei, e no católico se castiga a nossa? Pois se estes são os efeitos, posto que não pretendidos, de vosso rigor, e castigo justamente começado em nós, por que razão se atea e passa com tanto dano aos que não são cúmplices nas nossas culpas: *Cur irascitur furor tuus?* Por que continua sem estes reparos, o que vós mesmos chamastes furor; e por que não acabais já de embainhar a espada de vossa ira?

Se tão gravemente ofendido do povo hebreu, por um, que dirão dos egípcios, lhe perdoastes; o que dizem os hereges e o que dirão os gentios, não será bastante motivo, para que vossa rigorosa mão suspenda o castigo, e perdoe também os nossos pecados, pois, ainda que grandes, são menores? Os hebreus adoraram o ídolo, faltaram à fé, deixaram o culto do verdadeiro Deus, chamaram deus e deuses a um bezerro; e nós, por mercê de vossa bondade infinita, tão longe estamos e estivemos sempre de menor defeito, ou escrúpulo nesta parte, que muitos deixaram a pátria, a casa, a fazenda, e ainda a mulher e os filhos, e passam em suma miséria, desterrados, só por não viver nem comunicar com homens que se separaram da vossa Igreja. Pois, Senhor meu, e Deus meu, se por vosso amor e por vossa fé, ainda sem perigo de a perder ou arriscar, fazem tais finezas os portugueses: *Quare oblivisceris inopiae nostrae, et tribulationis nostrae;* por que vos esqueceis de tão religiosas misérias, de tão católicas tribulações? Como é possível que se ponha Vossa Majestade irada contra estes fidelíssimos servos e favoreça a parte dos infieis, dos excomungados, dos ímpios?

Oh como nos podemos queixar neste passo, como se queixava lastimado Jó, quando, despojado dos sabeus e caldeus, se viu como nós nos vemos, no extremo da opressão e miséria: *Nunquid bonum tibi videtur, si calumnieris me, et opprimas me opus manuum tuarum, et consilium impiorum adjuves?*<sup>16</sup> Parece-Vos bem, Senhor, parece-Vos bem isto? Que a mim, que sou Vosso servo, me oprimis e aflijais; e aos ímpios, aos inimigos Vossos os favoreçais e ajudeis? Parece-Vos bem que sejam eles os prosperados e assistidos de Vossa providência, e nós os deixados de vossa mão; nós os esquecidos de Vossa memória; nós o exemplo de Vossos rigores; nós o despojo de Vossa ira? Tão pouco é desterrar-nos por Vós, e deixar tudo? Tão pouco é padecer trabalhos, pobreza, e os desprezos que elas trazem consigo, por Vosso amor? Já a fé não tem merecimento? Já a piedade não tem valor? Já a perseverança não Vos agrada? Pois se há tanta diferença entre nós, ainda que maus, e aqueles pérfidos, por que os ajudais a eles e nos desfavoreceis a nós? *Nunquid bonum tibi videtur:* a Vós, que sois a mesma bondade, parece-Vos bem isto?



Considerai, Deus meu — e perdoai-me se falo inconsideradamente — considerai a quem tirais as terras do Brasil, e a quem as dais. Tirais estas terras aos portugueses a quem no princípio as destes; e bastava dizer a quem as destes, para perigar o crédito de vosso nome, que não podem dar nome de liberal mercês com arrependimento. Para que nos disse São Paulo, que Vós, Senhor, quando dais, não Vos arrependeis: *Sine poenitentia enim sunt dona Dei?*<sup>17</sup> Mas deixado isto à parte; tirais estas terras àqueles mesmos portugueses, a quem escolheste entre todas as nações do mundo para conquistadores da vossa fé, e a quem destes por armas como insígnia e divisa singular vossas próprias chagas. E será bem, supremo senhor e governador do Universo, que às sagradas Quinas de Portugal, e às armas e chagas de Cristo, sucedam as heréticas listas de Holanda, rebeldes a seu rei e a Deus? Será bem que estas se vejam tremular ao vento vitoriosas, e aquelas abatidas, arrastadas e ignominiosamente rendidas? *Et quid facies magno nomini tuo?*<sup>18</sup> E que fareis (como dizia Josué) ou que será feito de vosso glorioso nome em casos de tanta afronta?

Tirais também o Brasil aos portugueses, que assim estas terras vastíssimas, como as remotíssimas do Oriente, as conquistaram à custa de tantas vidas e tanto sangue, mais por dilatar vosso nome e vossa fé (que esse era o zelo daqueles cristianíssimos reis), que por amplificar e estender seu império. Assim fostes servido, que entrássemos nestes novos mundos, tão honrada e tão gloriosamente, e assim permitis, que saíamos agora (quem tal imaginara de vossa bondade), com tanta afronta e ignomínia! Oh como receio que não falte quem diga o que diziam os egípcios: *Callide eduxit eos, ut interficeret, et deleret e terra.*<sup>19</sup> Que a larga mão com que nos destes tantos domínios e reinos não foram mercês de vossa liberalidade, senão cautela e dissimulação de vossa ira, para aqui fora e longe de nossa pátria nos matardes, nos destruídes, nos acabardes de todo. Se esta havia de ser a paga e o fruto de nossos trabalhos, para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas conquistas? Para que abrimos os mares nunca dantes navegados? Para que descobrimos as regiões e os climas não conhecidos? Para que contrastamos os ventos e as tempestades com tanto arrojo, que apenas há baixio no oceano, que não esteja infamado com miserabilíssimos naufrágios de portugueses? E depois de tantos perigos, depois de tantas desgraças, depois de tantas e tão lastimosas mortes, ou nas praias desertas sem sepultura, ou sepultados nas entranhas dos alarves, das feras, dos peixes, que as terras que assim ganhamos, as hajamos de perder assim! Oh quanto melhor nos fora nunca conseguir, nem intentar tais empresas!

Mais santo que nós era Josué, menos apurada tinha a paciência, e contudo em ocasião semelhante não falou (falando convosco) por diferente linguagem. Depois de os filhos de Israel passarem às terras ultramarinas do Jordão, como nós a estas, avançou parte do exército a dar assalto à cidade de Hai, a qual nos ecos do nome já parece que trazia o prognóstico do infeliz sucesso que os israelitas nela tiveram; porque foram rotos, e desbaratados, posto que com menos mortos e feridos, do que nós por cá costumamos. E que faria Josué à vista desta desgraça? Rasga as vestiduras imperiais, lança-se por terra, começa a clamar ao Céu: *Heu Domine Deus, quid voluisti traducere populum istum Jordanem fluvium, ut traderes nos in manus Amorrhæi?*<sup>20</sup> Deus meu, e Senhor meu, que é isto? Para que nos mandastes passar o Jordão, e nos metestes de posse destas terras, se aqui nos havíeis de entregar nas mãos dos amorreus e perder-nos? *Utinam mansissemus trans Jordanem!*<sup>21</sup> Oh nunca nós passáramos tal rio! Assim se queixava Josué a Deus, e assim nos podemos nós queixar, e com muito maior razão que ele. Se este havia de ser o fim de nossas navegações, se estas fortunas nos esperavam nas terras conquistadas: *Utinam mansissemus trans Jordanem?*, prouvera a vossa Divina Majestade que nunca saíramos de Portugal, nem fiáramos nossas vidas às ondas e aos ventos, nem conhecêramos, ou puséramos os pés em terras estranhas. Ganhá-las para as não lograr, desgraça foi e não ventura: possuí-las para as perder, castigo foi de vossa ira, Senhor, e não mercê, nem favor de vossa liberalidade. Se determináveis dar estas mesmas terras aos piratas de Holanda, por que lhas não destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços Vos tem feito esta gente pervertida e apóstata, que nos mandastes primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para lhe edificarmos as cidades, e depois de cultivadas e enriquecidas lhas entregardes? Assim se hão de lograr os hereges, e inimigos da fé dos trabalhos portugueses e dos suores católicos? *En queis consevimus agros?*<sup>22</sup> Eis aqui para quem trabalhamos há tantos anos! Mas pois Vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fores servido. Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as consequências do Brasil perdido), entregai-lhes quanto temos, e possuímos (como já lhes entregastes tanta parte); ponde em suas mãos o Mundo; e a nós, aos portugueses e espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de Vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais.

Não me atrevera a falar assim, se não tirara as palavras da boca de Jó, que, como tão lastimado, não é muito entre muitas vezes nesta tragédia. Queixava-se o exemplo da paciência a Deus (que nos quer Deus sofridos, mas não insensíveis, queixava-se do tesão de suas penas, demandando e altercando, porque se lhe não havia de remitir e afrouxar um pouco o rigor delas: e como a todas as réplicas e instâncias o Senhor se mostrasse inexorável, quando já não teve mais que dizer,

concluiu assim: *Ecce nunc in pulvere dormiam, et si mane me quaesieris, non subsistam.*<sup>23</sup> Já que não quereis, Senhor, desistir ou moderar o tormento, já que não quereis senão continuar o rigor e chegar com ele ao cabo, seja muito embora, matai-me, consumi-me, enterrai-me: *Ecce nunc in pulvere dormiam*: mas só Vos digo e Vos lembro uma cousa: que se me buscardes amanhã, que me não haveis de achar: *Et si mane me quaesieris, non subsistam*. Tereis aos sabeus, tereis aos caldeus, que sejam o roubo e o açoite de vossa casa; mas não achareis a um Jó que a sirva, não achareis a um Jó que a venere, não achareis a um Jó, que ainda com suas chagas, a não desautorize. O mesmo digo eu, Senhor, que não é muito rompa nos mesmos afetos, quem se vê no mesmo estado. Abrasai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser que algum dia queirais espanhóis e portugueses, e que os não acheis. Holanda vos dará os apostólicos conquistadores, que levem pelo mundo os estandartes da Cruz: Holanda vos dará os pregadores evangélicos, que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina católica, e a reguem com o próprio sangue: Holanda defenderá a verdade de vossos sacramentos, e a autoridade da Igreja Romana: Holanda edificará templos, Holanda levantará altares, Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de vosso Santíssimo Corpo: Holanda enfim Vos servirá e venerará tão religiosamente como em Amsterdam, Midelburgo e Flissinga, e em todas as outras colônias daquele frio e alagado inferno, se está fazendo todos os dias.

iv

Bem vejo que me podeis dizer, Senhor, que a propagação de vossa fê, e as obras de vossa glória não dependem de nós, nem de ninguém, e que sois poderoso, quando faltem homens, para fazer das pedras filhos de Abraão. Mas também a vossa sabedoria e a experiência de todos os séculos nos tem ensinado, que depois de Adão não criastes homens de novo, que Vos servis dos que tendes neste mundo, e que nunca admitis os menos bons, senão em falta dos melhores. Assim o fizestes na parábola do banquete. Mandastes chamar os convidados, que tínheis escolhido, e porque eles se escusaram, e não quiseram vir, então admitistes os cegos e mancos, e os introduzistes em seu lugar. *Caecos, et claudos introduc huc.*<sup>24</sup> E se esta é, Deus meu, a regular disposição de vossa providência divina, como a vemos agora tão trocada em nós e tão diferente conosco? Quais foram estes convidados e quais são estes cegos e mancos? Os convidados fomos nós, a quem primeiro chamastes para estas terras, e nelas nos pusestes a mesa, tão franca e abundante, como de vossa grandeza se podia esperar. Os cegos e mancos são os luteranos e calvinistas, cegos sem fé e mancos sem obras; na reprovação das quais consiste o principal erro da sua heresia. Pois se nós, que fomos os convidados, não nos escusamos, nem duvidamos de vir, antes

rompemos por muitos inconvenientes, em que pudéramos duvidar: se viemos e nos assentamos à mesa, como nos excluís agora e lançais fora dela e introduzís violentamente os cegos e mancos, e dais os nossos lugares ao herege? Quando em tudo o mais foram eles tão bons como nós, ou nós tão maus como eles, por que nos não há de valer pelo menos o privilégio e prerrogativa da fé? Em tudo parece, Senhor, que trocáis os estilos de vossa providência e mudáis as leis de vossa justiça conosco.

Aquelas dez virgens do vosso Evangelho todas se renderam ao sono, todas adormeceram, todas foram iguais no mesmo descuido: *Dormitaverunt omnes, et dormierunt.*<sup>25</sup> E contudo a cinco delas passou-lhe o esposo por este defeito, e só porque conservaram as alâmpadas acesas, mereceram entrar às bodas, de que as outras foram excluídas. Se assim é, Senhor meu, se assim o julgastes então (que Vós sois aquele esposo divino) por que não nos vale a nós também conservar as alâmpadas da fé acesas, que no herege estão tão apagadas e tão mortas? É possível que haveis de abrir as portas a quem traz as alâmpadas apagadas, e que as haveis de fechar a quem as tem acesas? Reparai, Senhor, que não é autoridade do vosso divino tribunal, que saiam dele no mesmo caso duas sentenças tão encontradas. Se às que deixaram apagar as alâmpadas se disse: *Nescio vos.*<sup>26</sup> se para elas se fecharam as portas: *Clausu est janua.*<sup>27</sup> quem merece ouvir de vossa boca um *Nescio vos* tremendo, senão o herege que vos não conhece? E a quem deveis dar com a porta nos olhos, senão ao herege que os tem tão cegos? Mas eu vejo que nem esta cegueira, nem este desconhecimento, tão mercedores de vosso rigor, lhes retarda o progresso de suas fortunas, antes a passo largo se vêm chegando a nós suas armas vitoriosas, e cedo nos baterão às portas desta vossa cidade. Desta vossa cidade, disse; mas não sei se o nome do Salvador, com que a honrastes, a salvará e defenderá, como já outra vez não defendeu; nem sei se estas nossas deprecações, posto que tão repetidas e continuadas, acharão acesso a vosso conspecto divino, pois há tantos anos que está bradando ao Céu a nossa justa dor, sem vossa clemência dar ouvidos a nossos clamores.

Se acaso for assim (o que Vós não permitais), e está determinado em vosso secreto juízo que entrem os hereges na Bahia, o que só Vos represento humildemente e muito deveras, é que antes da execução da sentença repareis bem, Senhor, no que Vos pode suceder depois, e que o consulteis com vosso coração, enquanto é tempo: porque melhor será arrepender agora que quando o mal passado não tenha remédio. Bem estais na intenção e alusão com que digo isto, e na razão, fundada em vós mesmo, que tenho para o dizer. Também antes do dilúvio estáveis Vós mui colérico e irado contra os homens e por mais que Noé orava em todos aqueles cem anos, nunca houve remédio para que se aplacasse vossa ira. Romperam-se enfim as cataratas do céu, cresceu o mar até os cumes dos montes, alagou-se o mundo todo: lá estaria satisfeita vossa justiça;

senão quando ao terceiro dia começaram a aboiar os corpos mortos, e a surgir e aparecer em multidão infinita aquelas figuras pálidas, e então se representou sobre as ondas a mais triste e funesta tragédia, que nunca viram os anjos, que homens que a vissem, não os havia. Vistes Vós também (como se o visseis de novo) aquele lastimosíssimo espetáculo, e posto que não chorastes, porque ainda não tínheis olhos capazes de lágrimas, enterneceram-se porém as entranhas de vossa Divindade, com tão intrínseca dor: *Tactus dolore cordis intrinsecus*,<sup>28</sup> que do modo que em Vós cabe arrependimento, Vos arrependestes do que tínheis feito ao mundo, e foi tão inteira a vossa contração, que não só tivestes pesar do passado, senão propósito firme de nunca mais o fazer: *Nequaquam ultra maledicam terrae propter homines*.<sup>29</sup> Este sois, Senhor, este sois: e pois sois este, não vos tomeis com vosso coração. Para que é fazer agora valentias contra ele, se o seu sentimento, e o vosso as há de pagar depois? Já que as execuções de vossa justiça custam arrependimentos à vossa bondade; vede o que fazeis antes que o façais, não Vos aconteça outra. E para que o vejaís com cores humanas, que já Vos não são estranhas, dai-me licença, que eu Vos represente primeiro ao vivo as lástimas e misérias deste futuro dilúvio, e se esta representação Vos não enternecer, e tiverdes entranhas para o ver sem grande dor, executai-o embora.

Finjamos pois (o que até fingido e imaginado, faz horror), finjamos que vem a Bahia e o resto do Brasil a mãos dos holandeses; que é o que há de suceder em tal caso? Entrarão por esta cidade com fúria de vencedores e de hereges: não perdoarão a estado, a sexo nem a idade: com os fios dos mesmos alfanjes medirão a todos: chorarão as mulheres, vendo que se não guarda decoro à sua modéstia: chorarão os velhos, vendo que se não guarda respeito a suas cãs: chorarão os nobres, vendo que se não guarda cortesia à sua qualidade: chorarão os religiosos e veneráveis sacerdotes, vendo que até as coroas sagradas os não defendem: chorarão finalmente todos, e entre todos mais lastimosamente os inocentes, porque nem a esses perdoará (como em outras ocasiões não perdoou), a desumanidade herética. Sei eu, Senhor, que só por amor dos inocentes, dissestes Vós alguma hora, que não era bem castigar a Nínive. Mas não sei que tempos, nem que desgraça é esta nossa, que até a mesma inocência Vos não abranda. Pois também a Vós, Senhor, Vos há de alcançar parte do castigo (que é o que mais sente a piedade cristã), também a Vós há de chegar.

Entrarão os hereges nesta igreja e nas outras: arrebatarão essa custódia, em que agora estais adorado dos anjos: tomarão os cálices e vasos sagrados, e aplicá-los-ão a suas nefandas embriaguezes: derrubarão dos altares os vultos e estátuas dos santos, deformá-las-ão a cutiladas, e metê-las-ão no fogo: e não perdoarão as mãos furiosas e sacrílegas, nem às imagens tremendas de Cristo crucificado, nem às da Virgem Maria. Não me admiro tanto, Senhor, de que hajais de consentir semelhantes agravos e afrontas nas vossas imagens, pois já as permitistes em vosso sacratíssimo corpo; mas nas da Virgem Maria, nas de vossa

Santíssima Mãe, não sei como isto pode estar com a piedade e amor de filho. No monte Calvário esteve esta Senhora sempre ao pé da Cruz, e com serem aqueles algozes tão descorteses e cruéis, nenhum se atreveu a Lhe tocar nem a Lhe perder o respeito. Assim foi e assim havia de ser, porque assim o tinheis Vós prometido pelo profeta: *Flagellum non appropinquabit tabernaculo tuo.*<sup>30</sup> Pois, Filho da Virgem Maria, se tanto cuidado tivestes então do respeito e decoro de vossa Mãe, como consentis agora que se Lhe façam tantos desacatos? Nem me digais, Senhor, que lá era a pessoa, cá a imagem. Imagem somente da mesma Virgem, era a Arca do Testamento, e só porque Oza a quis tocar, Lhe tirastes a vida. Pois se então havia tanto rigor para quem ofendia a imagem de Maria, por que o não há também agora? Bastava então qualquer dos outros desacatos às cousas sagradas, para uma severíssima demonstração vossa ainda milagrosa. Se a Jeroboão, porque levantou a mão para um profeta, se Lhe secou logo o braço milagrosamente; como aos hereges depois de se atreverem a afrontar vossos santos, lhes ficam ainda braços para outros delitos? Se a Baltasar por beber pelos vasos do Templo, em que não se consagrava vosso sangue, o privastes da vida e do reino, por que vivem os hereges, que convertem vossos cálices a usos profanos? Já não há três dedos que escrevam sentença de morte contra sacrílegos?

Enfim, Senhor, despojados assim os templos, e derrubados os altares, acabar-se-á no Brasil a cristandade católica: acabar-se-á o culto divino: nascerá erva nas igrejas como nos campos: não haverá quem entre nelas. Passará um dia de Natal, e não haverá memória de Vosso Nascimento: passará a Quaresma, a Semana Santa, e não se celebrarão os mistérios de Vossa Paixão. Chorarão as pedras das ruas, como diz Jeremias, que choravam as de Jerusalém destruída:

*Viae Sion lugent, eo quod non sint qui veniant ad solemnitatem.*<sup>31</sup> Ver-se-ão ermas, e solitárias, e que as não pisa a devoção dos fiéis, como costumava em semelhantes dias. Não haverá missas, nem altares, nem sacerdotes, que as digam: morrerão os católicos sem confissão, nem sacramentos: pregar-se-ão heresias nestes mesmos púlpitos, e em lugar de São Jerônimo, e Santo Agostinho, ouvir-se-ão e alegar-se-ão neles os infames nomes de Calvino e Lutero, beberão a falsa doutrina os inocentes que ficarem, reliquias dos portugueses: e chegaremos a estado, que se perguntarem aos filhos e netos dos que aqui estão: Menino, de que seita sois? Um responderá, eu sou calvinista; outro, eu sou luterano. Pois isto se há de sofrer, Deus meu? Quando quisestes entregar vossas ovelhas a São Pedro, examinaste-lo três vezes, se Vos amava: *Diligis me, diligis me, diligis me?*<sup>32</sup> E agora as entregais desta maneira, não a pastores, senão aos lobos? Sois o mesmo, ou sois outro? Aos hereges o vosso rebanho? Aos hereges as almas? Como tenho dito, e nomeei almas, não vos quero dizer mais. Já sei, Senhor, que Vos haveis de enternecer, e arrepender, e que não haveis de ter

coração para ver tais lástimas, e tais estragos. E se assim é (que assim o estão prometendo vossas entranhas piedosíssimas), se é que há de haver dor, se é que há de haver arrependimento depois, cessem as iras, cessem as execuções agora, que não é justo Vos contente antes o de que Vos há de pesar em algum tempo.

Muito honrastes, Senhor, ao homem na criação do mundo, formando-o com vossas próprias mãos, informando-o, e animando-o com vosso próprio alento, e imprimindo nele o caráter de vossa imagem, e semelhança. Mas parece, que logo desde aquele mesmo dia Vos não contentastes dele, porque de todas as outras cousas que criastes, diz a Escritura que Vos pareceram bem: *Vidit Deus quod esset bonum*:<sup>33</sup> e só do homem o não diz. Na admiração desta misteriosa reticência andou desde então suspenso, e vacilando o juízo humano, não podendo penetrar qual fosse a causa, porque agradando-Vos com tão pública demonstração todas as vossas obras, só do homem, que era a mais perfeita de todas, não mostrásseis agrado. Finalmente passados mais de mil e setecentos anos, a mesma Escritura, que tinha calado aquele mistério, nos declarou que Vós estáveis arrependido de ter criado o homem: *Poenituit eum quod hominem fecisset in terra*:<sup>34</sup> e que Vós mesmo dissestes, que Vos pesava: *Poenitet me fecisse eos*:<sup>35</sup> e então ficou patente, e manifesto a todos o segredo que tantos tempos tínheis ocultado. E Vós, Senhor, dizeis que Vos pesa, e que estais arrependido de ter criado o homem; pois essa é a causa por que desde logo o princípio de sua criação Vos não agradastes dele, nem quistes que se dissesse que Vos parecera bem: julgando, como era razão, por cousa muito alheia de vossa sabedoria e providência, que em nenhum tempo Vos agradasse, nem parecesse bem aquilo de que depois Vos havíeis de arrepender, e ter pesar de ter feito: *Poenitet me fecisse*. Sendo pois esta a condição verdadeiramente divina, e a altíssima razão de estado de vossa providência, não haver já mais agrado do que há de haver arrependimento; e sendo também certo nas piedosíssimas entranhas de vossa misericórdia, que se permitirdes agora as lástimas, as misérias, os estragos, que tenho representado, é força que Vos há de pesar depois, e Vos haveis de arrepender: arrependei-Vos, misericordioso Deus, enquanto estamos em tempo, ponde em nós os olhos de vossa piedade, ide à mão à vossa irritada justiça, quebre vosso amor as setas de vossa ira, e não permitais tantos danos, e tão irreparáveis. Isto é o que Vos pedem, tantas vezes prostradas diante de vosso divino acatamento, estas almas tão fielmente católicas em nome seu, e de todas as deste estado. E não Vos fazem esta humilde deprecação pelas perdas temporais, de que cedem, e as podeis executar neles por outras vias; mas pela perda espiritual eterna de tantas almas, pelas injúrias de vossos templos e altares, pela exterminação do sacrossanto sacrificio de vosso corpo e sangue, e pela ausência insofrível, pela ausência e saudades desse Santíssimo Sacramento, que não sabemos quanto tempo teremos presente.

Chegado a este ponto, de que não sei, nem se pode passar parece-me que nos está dizendo vossa divina e humana bondade, Senhor, que o fizéreis assim facilmente, e Vos deixaríeis persuadir, e convencer destas nossas razões, senão que está clamando por outra parte vossa divina justiça: e como sois igualmente justo e misericordioso, que não podeis deixar de castigar, sendo os pecados do Brasil tantos e tão grandes. Confesso, Deus meu, que assim é, e todos confessamos que somos grandíssimos pecadores. Mas tão longe estou de me aquietar com esta resposta, que antes esses mesmos pecados muitos e grandes são um novo e poderoso motivo dado por Vós mesmo para mais convencer vossa bondade.

A maior força dos meus argumentos não consistiu em outro fundamento até agora, que no crédito, na honra, e na glória de vosso Santíssimo Nome: *Propter nomen tuum*. E que motivo posso eu oferecer mais glorioso ao mesmo nome que serem muitos e grandes os nossos pecados? *Propter nomen tuum, Domine, propitiaberis peccato meo: multum est enim.*<sup>36</sup> Por amor de vosso nome, Senhor, estou certo (dizia Davi) que me haveis de perdoar meus pecados, porque não são quaisquer pecados, senão muitos e grandes: *Multum est enim*. Oh motivo digno só do peito de Deus! Oh consequência que só na suma bondade pode ser forçosa! De maneira que para lhe serem perdoados seus pecados alegou um pecador a Deus que são muitos e grandes. Sim; e não por amor do pecador, nem por amor dos pecados, senão por amor da honra e glória do mesmo Deus, a qual quanto mais e maiores são os pecados que perdoa, tanto maior é, e mais engrandece e exalta seu Santíssimo Nome: *Propter nomen tuum, Domine, propitiaberis peccato meo: multum est enim*. O mesmo Davi distingue na misericórdia de Deus grandeza e multidão: a grandeza: *Secundum magnam misericordiam tuam;*<sup>37</sup> a multidão: *Et secundum multitudinem miserationum tuarum*. E como a grandeza da misericórdia divina é imensa, e a multidão de suas misericórdias infinita; e o imenso não se pode medir, nem o infinito contar; para que uma e outra, de algum modo, tenham proporcionada matéria de glória, importa à mesma grandeza da misericórdia que os pecados sejam grandes, e à mesma multidão das misericórdias, que sejam muitos: *Multum est enim*. Razão tenho eu logo, Senhor, de me não render à razão de serem muitos e grandes nossos pecados. E razão tenho também de instar em vos pedir a razão por que não desistis de os castigar: *Quare dormis? Quare faciem tuam avertis? Quare oblivisceris inopiae nostra, et tribulationis nostra?* Esta mesma razão Vos pediu Jó quando disse: *Cur non tollis peccatum meum, et quare non aufers iniquitatem meam?*<sup>38</sup> E posto que não faltou um grande intérprete de vossas Escrituras que o arguisse por vossa parte, enfim



se deu por vencido, e confessou que tinha razão Jó em Vo-la pedir: *Criminis in loco Deo impingis, quod ejus, qui deliquit, non miseretur?*, diz São Cirilo Alexandrino. Basta, Jó, que criminais e acusais a Deus de que castiga vossos pecados! Nas mesmas palavras confessais que cometestes pecados e maldades; e com as mesmas palavras pedis razão a Deus porque as castiga? Isto é dar a razão, e mais pedi-la. Os pecados e maldades, que não ocultais, são a razão do castigo: pois se dais a razão, por que a pedis? Por que ainda que Deus, para castigar os pecados, tem a razão de sua justiça, para os perdoar, e desistir do castigo, tem outra razão maior, que é a da sua glória: *Qui enim misereri consuerit, et non vulgarem in eo gloriam habet; obquam causam mei non miseretur?* Pede razão Jó a Deus, e tem muita razão de a pedir (responde por Ele o mesmo santo, que O arguiu), porque se é condição de Deus usar de misericórdia, e é grande e não vulgar a glória que adquire em perdoar pecados, que razão tem, ou pode dar bastante de os não perdoar? O mesmo Jó tinha já declarado a força deste seu argumento nas palavras antecedentes com energia para Deus muito forte:

*Peccavi, quid faciam tibi?*<sup>39</sup> Como se dissera: se eu fiz, Senhor, como homem em pecar, que razão tendes Vós para não fazer como Deus em me perdoar? Ainda disse, e quis dizer mais: *Peccavi, quid faciam tibi?* Pequei, que mais Vos posso fazer? E que fizestes vós, Jó, a Deus em pecar? Não Lhe fiz pouco; porque Lhe dei ocasião a me perdoar, e perdoando-me, ganhar muita glória. Eu dever-Lhe-ei a Ele, como a causa, a graça que me fizer; e Ele dever-me-á a mim, como a ocasião, a glória que alcançar.

E se é assim, Senhor, sem licença nem encarecimento; se é assim, misericordioso Deus, que em perdoar pecados se aumente a vossa glória, que é o fim de todas vossas ações; não digais que nos não perdoais, porque são muitos e grandes os nossos pecados, que antes porque são muitos e grandes, deveis dar essa grande glória à grandeza e multidão de vossas misericórdias. Perdoando-nos, e tendo piedade de nós, é que haveis de ostentar a soberania de vossa majestade, e não castigando-nos, em que mais se abate vosso poder do que se acredita. Vede-o neste último castigo, em que, contra toda a esperança do mundo e do tempo, fizestes que se derrotasse a nossa armada, a maior que nunca passou a equinocial. Pudestes, Senhor, derrotá-la; e que grande glória foi de vossa onipotência, poder o que pode o vento? *Contra folium, quod, vento rapitur, ostendis potentiam.*<sup>40</sup> Desplantar uma nação, como nos ides desplantando, e plantar outra, também é poder que Vós cometestes a um homenzinho de Anatoth: *Ecce constitui te super gentes, et super regna, ut evellas, et destruas, et disperdas, et dissipes, et aedifices, et plantes.*<sup>41</sup> O em que se manifesta a majestade, a grandeza e a glória de vossa infinita onipotência, é em perdoar e usar de misericórdia: *Qui omnipotentiam tuam, parcendo maxime, et miserando, manifestas.* Em castigar, venceis-nos a nós, que somos criaturas fracas; mas em

perdoar, venceis-Vos a Vós mesmo, que sois todo-poderoso e infinito. Só esta vitória é digna de Vós, porque só vossa justiça pode pelejar com armas iguais contra vossa misericórdia; e sendo infinito o vencido, infinita fica a glória do vencedor. Perdoai pois, benigníssimo Senhor, por esta grande glória vossa:

*Propter magnam gloriam tuam*: perdoai por esta glória imensa de vosso Santíssimo Nome: *Propter nomen tuum*.

E se acaso ainda reclama vossa divina justiça, por certo não já misericordioso, senão justíssimo Deus, que também a mesma justiça se pudera dar por satisfeita com os rigores e castigos de tantos anos. Não sois Vós enquanto justo, aquele justo juiz, de quem canta o vosso profeta: *Deus Judex justus, fortis, et patiens, nunquid irascitur per singulos dies?*<sup>42</sup> Pois se a vossa ira, ainda como de justo juiz, não é de todos os dias nem de muitos; por que se não dará satisfeita com rigores de anos e tantos anos? Sei eu, Legislador Supremo, que nos casos de ira, posto que justificada, nos manda vossa santíssima lei que não passe de um dia, e que antes de se pôr o Sol tenhamos perdoado: *Sol non occidat super iracundiam vestram*.<sup>43</sup> Pois se da fraqueza humana, e tão sensitiva, espera tal moderação nos agravos vossa mesma lei, e lhe manda que perdoe e se aplaque em termo tão breve e tão preciso; Vós que sois Deus infinito, e tendes um coração tão dilatado como vossa mesma imensidade, e em matéria de perdão Vos propondes aos homens por exemplo; como é possível que os rigores de vossa ira se não abrandem em tantos anos, e que se ponha e torne a nascer o Sol tantas e tantas vezes, vendo sempre desembainhada e correndo sangue a espada de vossa vingança? Sol de justiça, cuidei eu que Vos chamavam as Escrituras,<sup>44</sup> porque ainda quando mais feroso e ardente, dentro do breve espaço de doze horas, passava o rigor de vossos raios; mas não o dirá assim este Sol material que nos alumia e rodeia, pois há tantos dias e tantos anos, que passando duas vezes sobre nós de um trópico a outro, sempre Vos vê irado.

Já Vos não alego, Senhor, com o que dirá a Terra e os homens, mas com o que dirá o Céu e o mesmo Sol. Quando Josué mandou parar o Sol, as palavras da língua hebraica, em que lhe falou, foram, não que parasse, senão que se calasse: *Sol tace contra Gabaon*.<sup>45</sup> Calar mandou ao Sol o valente capitão, porque aqueles resplendores amortecidos, com que se ia sepultar no ocaso, eram umas línguas mudas com que o mesmo Sol o murmurava de demasiadamente vingativo: eram umas vozes altíssimas, com que desde o Céu lhe lembrava a lei de Deus, e lhe pregava que não podia continuar a vingança, pois ele se ia meter no ocidente: *Sol non occidat super iracundiam vestram*. E se Deus, como autor da mesma lei, ordenou que o Sol parasse, e aquele dia (o maior que viu o mundo) excedesse os termos da natureza por muitas horas, e fosse o maior; foi para que concordando a justa lei com a justa vingança, nem por uma parte se deixasse de executar o rigor do castigo, nem por outra se dispensasse no rigor do preceito. Castigue-se o

gabaonita, pois é justo castigá-lo; mas esteja o Sol parado até que se acabe o castigo, para que a ira, posto que justa, do vencedor, não passe os limites de um dia. Pois se este é, Senhor, o termo prescrito de vossa lei; se fazeis milagres e tais milagres para que ela se conserve inteira, e se Josué manda calar e emudecer o Sol, porque se não queixe, e dê vozes contra a continuação de sua ira; que quereis que diga o mesmo Sol, não parado nem emudecido? Que quereis que diga a Lua e as estrelas, já cansadas de ver nossas misérias? Que quereis que digam todos esses céus criados, não para apregoar vossas justiças, senão para cantar vossas glórias: *Coeli enarrant gloriam Dei?*<sup>46</sup>

Finalmente, benigníssimo Jesus, verdadeiro Josué e verdadeiro Sol, seja o epílogo e conclusão de todas as nossas razões, o vosso mesmo nome: *Propter nomen tuum*. Se o Sol estranha a Josué rigores de mais de um dia, e Josué manda calar o Sol, por que lhos não estranhe; como pode estranhar vossa divina justiça, que useis conosco de misericórdia, depois da execução de tantos e tão rigorosos castigos continuados, não por um dia ou muitos dias de doze horas, senão por tantos e tão compridos anos, que cedo serão doze? Se sois Jesus, que quer dizer Salvador, sede Jesus e sede Salvador nosso. Se sois Sol e Sol de justiça, antes que se ponha o deste dia, deponde os rigores da vossa. Deixai já o signo rigoroso de Leão, e dai um passo ao signo de Virgem, signo propício e benéfico. Recebei influências humanas, de quem recebestes a humanidade. Perdoai-nos, Senhor, pelos merecimentos da Virgem Santíssima. Perdoai-nos por seus rogos, ou perdoai-nos por seus impérios: que, se como criatura Vos pede por nós o perdão, como Mãe Vos pode mandar, e Vos manda que nos perdoeis. Perdoai-nos enfim, para que a vosso exemplo perdoemos: e perdoai-nos também a exemplo nosso, que todos desde esta hora perdoamos a todos por vosso amor: *Dimitte nobis debita nostra, sicut et nos dimittimus debitoribus nostris. Amen.*

<sup>1</sup> Sl 43,2.

<sup>2</sup> Sl 43,3.

<sup>3</sup> Sl 43,4.

<sup>4</sup> Sl 43,10.

<sup>5</sup> Sl 43,11.

- [6](#) Sl 43,12.
- [7](#) Sl 43,14.
- [8](#) Sl 43,5.
- [9](#) Lc 10,40.
- [10](#) Rm 9,20.
- [11](#) Sl 118,136.
- [12](#) Dn 9,18.
- [13](#) Ex 32,10-1.
- [14](#) Ex 32,12.
- [15](#) Ex 32,14, ex text. Hb.
- [16](#) Jó 10,3.
- [17](#) Rm 11,29.
- [18](#) Js 7,9.
- [19](#) Ex 32,12.
- [20](#) Js 7,7.
- [21](#) Js 7,7.
- [22](#) Virgilio.
- [23](#) Jó 7,21.
- [24](#) Lc 14,21.
- [25](#) Mt 25,5.
- [26](#) Mt 25,12.
- [27](#) Mt 25,10.
- [28](#) Gn 6,6.
- [29](#) Gn 8,21.
- [30](#) Sl 90,10.
- [31](#) Tren 1,4.
- [32](#) Jo 21,15.
- [33](#) Gn 1,10.
- [34](#) Gn 6,6.
- [35](#) Gn 6,7.
- [36](#) Sl 24,11.
- [37](#) Sl 50,3.
- [38](#) Jó 7,21.
- [39](#) Jó 7,20.
- [40](#) Jó 13,25.
- [41](#) Jr 1,10.
- [42](#) Sl 7,12.
- [43](#) Ef 4,26.
- [44](#) MI 4,2.
- [45](#) Js 10,12.
- [46](#) Sl 18,1.

## Sermão dos Bons Anos

pregado em lisboa, na capela real,  
no ano de 1641

*Postquam consummati sunt dies octo, ut circumcideretur puer, vocatum est nomen ejus Jesus, quod vocatum est ab Angelo, priusquam in utero conciperetur.*<sup>1</sup>

### i

Em um mundo tão avarento de bens, onde apenas se encontra com um bom dia, ter obrigação de dar bons anos, dificultoso empenho! Deus que é autor de todos os bens, os dê a vossas Reais Majestades felicíssimos (mui altos e mui poderosos reis e senhores nossos) com a vida, com a prosperidade, com a conservação e aumento de estados, que as esperanças do mundo publicam, que o bem da fé católica deseja, que a monarquia de Portugal há mister, e que eu, hoje, quisera prometer, e ainda assegurar.

Em um mundo, digo, tão avarento de bens, onde apenas se encontra com um bom dia, ter obrigação de dar bons anos, dificultoso empenho! E na minha opinião cresce, ainda, mais essa dificuldade, porque isto de dar bons anos, entendendo-o de diferente maneira do que comumente se pratica no mundo. Os bons anos não os dá quem os deseja, senão quem os assegura. A quantos se desejaram nesta vida, a quantos se deram os bons anos, que os não lograram bons, senão mui infelizes? Segue-se logo, própria e rigorosamente falando, que não dá os bons anos quem só os deseja, senão quem os faz seguros. Esta é a dificuldade a que me vejo empenhado hoje, que o tempo e o Evangelho fazem ainda maior. Em todo o tempo é dificultosa cousa segurar anos felizes; mas muito mais em tempo de guerras, e em tempo de felicidade. Se o dia dos bens é véspera dos males; se para merecer uma desgraça, basta ter sido ditoso; quem terá confiança em glórias presentes, para esperar prosperidades futuras? Se a campanha é uma mesa de jogo onde se ganha e se perde; se as bandeiras vitoriosas mais firmes seguem o vento vário, que as meneia; quem se prometerá firmeza na guerra, que derruba muralhas de mármore? E como a guerra e a felicidade são dous acidentados tão vários: como a Fortuna e Marte são dous árbitros do mundo tão inconstantes; como poderei eu seguramente prometer bons anos a Portugal, em tempo que o vejo por uma parte com as armas nas mãos, por outra com as mãos

cheias de felicidades? Se apelo para o Evangelho, também parece que prometo ameaças, mais que esperanças; porque nos aparece nele um cometa abrasado e sanguinolento, *ut circumcideretur puer*, e os cometas desta cor sempre foram fatais aos reinos e formidáveis às monarquias.

*Terret fera regna cometes sanguineum spargens ignem*, disse lá Sílio. A matéria dos cometas são os vapores, ou exalações da terra subidas ao céu; e como no mistério da Encarnação subiu ao Céu a terra de nossa humanidade; que outra coisa parece Cristo, hoje, com o sangue da circuncisão, senão um cometa abrasado e sanguinolento, e por isso funesto e temeroso? Ora com isto se representar assim, com o Evangelho e o tempo parecer que nos prometem poucas esperanças de felizes anos; do mesmo tempo, e do mesmo Evangelho hei de tirar, hoje, a prova e segurança deles. Será pois a matéria e empresa do sermão esta: *Felicidades de Portugal, juízo dos anos que vêm*. Digo dos anos, e não do ano, porque quem tem obrigação de dar bons anos, não satisfaz com um só, senão com muitos. Funda-me o pensamento o mesmo Evangelho, que parece o desfavorecia; porque toda a matéria e sentido dele é um prognóstico de felicidades futuras. Toda a matéria do brevíssimo Evangelho que hoje canta a Igreja, vem a ser a Circuncisão de Cristo e o nome santíssimo de Jesus. E destes grandes mistérios se compôs uma constelação benigníssima, que tomada no horizonte oriental de Cristo foi figura de todo o bem, e remédio do mundo, que o Senhor havia de obrar em seus maiores anos. São Cirilo: *Vocatum est nomen ejus Jesus, quod interpretatur Salvator; editus enim fuit ad totius mundi salutem, quam sua circumcissione praefiguravit*. Grande palavra! De sorte que circuncidar-se Cristo, e chamar-se Jesus no dia de hoje, foi levantar figura, *praefiguravit*, aos sucessos dos anos seguintes, à salvação e felicidades futuras de todo o gênero humano: *Totius mundi salutem, quam sua circumcissione praefiguravit*. Nem desfaz esta verdade a representação do sanguinolento, com que parece nos atemorizava Cristo nos efeitos da circuncisão; porque aquele belo infante não é cometa, é planeta; não é terra subida ao céu, é céu descido à terra. E o céu quando se põe de vermelho, que prognostica? O mesmo Cristo o disse, que não é menos que sua esta matemática: *Serenum erit, rubicundum est enim coelum*.<sup>2</sup> Quando o céu se veste de vermelho, prognostica serenidade. Sempre a serenidade foi título natural das púrpuras. E como aquele céu animado, como aquele Rei celestial se veste, hoje, da púrpura de seu sangue, serenidades e felicidades grandes nos prognostica, que nas ações do tempo e nas palavras do Evangelho, iremos discorrendo por partes.

*Post quam consummati sunt dies octo, ut circumcideretur puer, vocatum est nomen ejus Jesus, quod vocatum est ab Angelo, priusquam in utero conciperetur.*

Começemos por estas últimas palavras. Diz São Lucas que passados os oito dias,

termo da circuncisão, lhe puseram a Cristo por nome Jesus; e nota, antes manda notar o evangelista, que este nome foi anunciado pelo anjo, antes que o Senhor fosse concebido: *Quod vocatum est ab Angelo, priusquam in utero conciperetur*. Dá a razão desta advertência a glossa interlineal, e diz que foi: *Ne homo videretur machinator hujus nominis*: Para que não parecesse este glorioso nome maquinado por invento de homens, senão mandado, como era, pela verdade de Deus. Entrou Cristo no mundo, a reduzi-los com nome de Salvador e Libertador, que isso quer dizer Jesus: pois para que esta apelidada liberdade não a possa julgar alguém por invenção e obra humana, seja profetizada e revelada primeiro por um ministro da providência divina: *Quod vocatum est ab Angelo, priusquam in utero conciperetur*.

Não quero referir profecias do bem que gozamos, porque as suponho mui pregadas neste lugar, e mui sabidas de todos; reparar sim, e ponderar o intento delas quisera. Digo que ordenou Deus que fosse a liberdade de Portugal, como os venturosos sucessos dela, tanto tempo antes, e por tão repetidos oráculos profetizada, para que quando vissemos estas maravilhas humanas, entendêssemos que eram disposições, e obras divinas: e para que nos alumiasse, e confirmasse a fé onde a mesma admiração nos embaraça. (Falo de fé menos rigorosa, quanta cabe em matérias não definidas, posto que de grande certeza). Alega Cristo um texto do salmo 40, em que descreve Davi o meio extraordinário por onde os procedimentos injustos de um mau homem dariam princípio à redenção de todos, como seria traído o Redentor, como O pretenderiam derrubar por engano do seu estado; e intimando o Senhor o caso aos discípulos, disse estas particulares palavras: *Dico vobis, antequam fiat, ut cum factum fuerit credatis, quia ego sum*.<sup>3</sup> Eu sou este de quem aqui fala Davi (que assim explicam o lugar Santo Agostinho, Ruperto, Teofilato, e outros): e digo-vos isto antes que aconteça, para que depois de acontecer o creiais. Notável teologia por certo! Se o Senhor dissera: digo-vos estas cousas para que as creiais, antes que aconteçam; facilmente dito estava; isso é fé, crer o que não se vê; mas dizer as cousas antes que se façam, a fim de que se creiam depois de feitas: *Ut cum factum fuerit credatis?* O que está feito, o que se vê, o que se apalpa, necessita de fé? Algumas vezes sim; porque sucedem casos no mundo, como este de que Cristo falava, tão novos e inauditos; sucedem cousas tão raras, tão prodigiosas, e por meios de proporção tão desigual, e muitas vezes tão contrários ao mesmo fim, que, ainda depois de vistas com os olhos, ainda depois de experimentadas com as mãos, não basta a evidência dos sentidos para as não duvidar, é necessário recorrer aos motivos da fé para lhes dar crédito: *Dico vobis; antequam fiat, ut cum factum fuerit, credatis*. Tais considero eu os sucessos nunca imaginados de nosso Portugal, que, como excessivamente nos acreditam, assim excedem todo o crédito. Que Deus que fosse tantos anos antes, e tão vulgarmente profetizados estes sucessos, não tanto para os esperarmos futuros, quanto para os cremos

presentes; não para nos alentarem a esperança antes de sucederem, mas para nos confirmarem a fé depois de sucedidos. Haviam de suceder as cousas de Portugal, como sucederam, de tão prodigiosa maneira, que ainda depois de vistas, parece que as duvidamos; ainda depois de experimentadas, quase as não acabamos de crer: pois profetize-se esta venturosa liberdade, e ainda o nome felicíssimo do libertador, muito tempo antes, *priusquam in utero conciperetur*, para que entre as dúvidas dos sentidos, entre os assombros da admiração, peçam os olhos socorro à fé, e creiam o que veem por profetizado, quando o não creiam por visto.

Por duas razões se persuadem mal os homens a crer algumas cousas, ou por muito dificultosas, ou por muito desejadas: o desejo e a dificuldade fazem as cousas pouco críveis. Era Sara de idade de noventa anos; estéril, promete-lhe um anjo que Deus lhe daria fruto de bênção; e diz a Escritura que se riu, e zombou muito disso Sara; e ainda depois de ter um filho chamou-lhe Isaac, que quer dizer riso: *Risum fecit mihi Deus*.<sup>4</sup> Estava São Pedro em poder de el-rei Herodes preso, e com apertada guarda, apareceu-lhe outro anjo que lhe quebrou as cadeias, e o livrou; e diz o texto sagrado: *Existimabat autem se visum videre*.<sup>5</sup> que cuidava Pedro que era aquilo sonho e ilusão. Pois Pedro, pois Sara, que incredulidade é esta? Vê-se Sara com um filho nos braços, e chama-lhe riso? Vê-se Pedro com as cadeias fora das mãos, e chama-lhe sonho? Assim havia de ser, porque ambas eram cousas muito dificultosas, e ambas muito desejadas. Desejava Sara um filho, como a sucessão de sua casa: desejava Pedro a liberdade, como a mesma liberdade, e bem da Igreja: a sucessão de Sara estava em poder de noventa anos: a liberdade de Pedro estava em poder de Herodes, e de seus soldados; e como a dificuldade era tão grande, e o desejo igual à dificuldade, ainda que viam com seus olhos, e tinham nas mãos o que desejavam, a Sara parecia-lhe cousa de riso, a Pedro parecia-lhe cousa de sonho! Que Sara estéril haja de ter filho! Que a prosápia real portuguesa esterilizada e atenuada na décima sexta geração, haja de ter descendente que lhe suceda! Que Sara depois de noventa anos! Que a coroa de Portugal depois de sessenta! O que não teve quando estava na flor de sua idade, o que não teve quando estava com todas as suas forças, o viesse alcançar depois de tão envelhecida, e quebrantada? Muito desejávamos, muito suspirávamos por este bem, mas quanto maior era o desejo, tanto mais parecia, e quase parece ainda cousa de riso: *Risum fecit mihi Deus*. Que Pedro em poder de el-rei Herodes; que Portugal em poder não de um, senão de muitos reis que o dominavam, lhes houvesse de escapar das mãos tão facilmente! Que Pedro cercado de guardas: *Quatur quaternionibus militum*.<sup>6</sup> que Portugal, presidado de infantaria em tantos castelos, em tantas fortalezas, sem se arrancar uma espada, sem se disparar um arcabuz, conseguisse em uma hora sua liberdade! Era empresa esta tão dificultosa, representava-se tão impossível ao discurso humano,



que ainda agora parece que é sonho e ilusão: *Existimabat se visum videre*.<sup>7</sup> Assim lhes aconteceu aos filhos de Israel, quando se viram livres do cativeiro de Babilônia: *In convertendo Dominus captivitatum Sion factis sumus sicut somniantes*.<sup>8</sup> que incrédulos de admirados tinham a verdade por imaginação, e cuidavam que estavam sonhando o que viam com os olhos abertos! E como os sucessos de nossa restauração eram matérias de tão dificultoso crédito, que ainda depois de vistos parecem sonho, e quase se não acabam de crer; ordenou Deus que fossem tanto tempo antes, com tão singulares circunstâncias, e com o nome do mesmo libertador profetizadas, para que a certeza das profecias desfizesse os escrúpulos da experiência; para que sendo objeto da fé, não parecesse ilusão dos sentidos; para que revelando-se tantos ministros de Deus, se visse que não eram inventos dos homens: *Ne homo videretur machinator hujus nominis, quod vocatum est ab Angelo, priusquam in utero conciperetur.*

iii

Temos considerado o *priusquam*, vamos agora ao *postquam*: *Postquam consummati sunt dies octo, ut circumcideretur puer.* O que aqui pondera e sente muito a piedade dos santos, principalmente São Bernardo, é que nascido de oito dias, sujeitasse o Senhor aquele corpozinho tenro ao duro golpe da circuncisão. Tão depressa! Aos oito dias já derramando sangue? Desta pressa se espantam os doutores; mas eu não me espanto senão deste vagar. Que venha Cristo a remir, e que espere dias? E que espere horas? E que espere instantes? Quem cuida que é pouco tempo oito dias, mal sabe o que é esperar pela redenção. Quando Cristo se encontrou com os discípulos de Emaús iam eles contando a história de seu Mestre, e a causa que os levava peregrinos por esse mundo, e disseram estas notáveis palavras: *Nos autem sperabamus, quia ipse esset redempturus Israel; et nunc super haec omnia tertia dies est hodie*.<sup>9</sup> Nós esperávamos que este nosso Mestre havia de remir o povo de Israel; e no cabo de tudo isto vemos agora que já se vão passando três dias. Três dias? Pois que muito é isso? Que espaço de tempo são três dias para uns homens desmaiarem? Para uns homens se entristecerem? Para uns homens se desesperarem tanto? Não se desesperavam porque eram três dias, senão porque eram três dias de esperar pela redenção. Esperavam aqueles discípulos que o Senhor havia de remir a Israel: *Nos autem sperabamus, quia ipse esset redempturus Israel.* E para quem está cativo, para quem espera pela redenção, três dias é muito tempo: *Et nunc super haec omnia*: como se foram passadas três eternidades: *Tertia dies est hodie*: Já se vão passando três dias. E se três dias é muito tempo para quem espera pela redenção, quanto mais tempo seriam os oito dias que se dilatou a circuncisão de Cristo, pois esperava o mundo neles, que começasse o Senhor a derramar o sangue, e dar o preço com que o remiu? Não há dúvida que foi muito cedo para a dor, mas não foi muito cedo para o remédio; foram poucos dias para quem vivia, mas muitos

para quem esperava. Bem o entendeu assim o evangelista; porque havendo de contar estes oito dias, veja-se o aparato de palavras com que o faz: *Postquam consummati sunt*; depois que foram consumados: parece que armava a dizer oito séculos, ou oito mil anos, segundo a grandeza vagarosa e ponderação das palavras; e no cabo disse, *dies octo*, oito dias; como eram dias de esperar redenção, ainda que não foram mais que oito, pareciam uma duração mui comprida, e que não acabavam de chegar, segundo tardavam: *Postquam consummati sunt*.

E se oito dias de esperar pela redenção, e ainda três dias, é tanto tempo; quanto seria, ou quanto pareceria, não três dias, nem oito dias, não três anos, nem oito anos, senão sessenta anos inteiros, nos quais Portugal esteve esperando sua redenção, debaixo de um cativoiro tão duro e tão injusto? Não me paro ao ponderar; porque em dia tão de festa, não dizem bem memórias de tristezas, ainda que os males passados, parte vem a ser de alegria. O que digo é, que nos devemos alegrar com todo o coração, e dar imortais graças a Deus, pois vemos tão felizmente logradas nossas esperanças. Nem nos pese de ter esperado tão longamente; porque se há de recompensar a dilação da esperança com a perpetuidade da posse. Perguntam os teólogos com Santo Tomás na terceira parte, por que se dilatou tanto tempo o mistério da Encarnação, por que não desceu o Verbo Eterno a remir o mundo, senão depois de tantos anos? Várias razões dão os doutores; a de Santo Agostinho é muito própria do que queremos dizer: *Diu fuit expectandus, semper tenendus*. Quis o Verbo Eterno que esperassem os homens e suspirassem tantos séculos por sua vinda, porque era bem que fosse muito tempo esperado um bem que havia de ser sempre possuído. Haviam os homens de gozar para sempre a presença de Cristo, havia o Verbo de ser homem perpetuamente; porque, *Quod semel assumpsit nunquam demisit*, o que uma vez tomou, nunca mais o largou: seja pois este bem por muito tempo esperado, pois há de ser por todo o tempo possuído, e mereça com as dilações da esperança a perpetuidade da posse: *Diu fuit expectandus, semper tenendus*. Não necessita de acomodação o lugar, de firmeza sim, pelas dependências que tem do futuro; mas um espírito profético e português nos fiará a conjectura desta tão gostosa verdade. São Frei Gil, religioso da Sagrada Ordem de São Domingos, naquelas suas tão celebradas profecias, diz desta maneira: *Lusitania sanguine orbata regio diu ingemiscet*. A Lusitânia, o reino de Portugal, morrendo seu último rei sem filho herdeiro, gemerá e suspirará por muito tempo; *Sed propitius tibi Deus*: Mas lembrar-se-á Deus de vós, ó pátria minha, diz o santo; *Et insperate ab insperato redimeris*: e sereis remida não esperadamente por um rei não esperado. E depois de assim remido, depois de assim libertado Portugal, que lhe sucederá? *África debellabitur*: Será vencida e conquistada África. *Imperium Ottomanum ruet*: O Império Otomano cairá sujeito e rendido a seus pés. *Domus Dei recuperabitur*: A Casa Santa de Jerusalém será, finalmente, recuperada. E por

coroa de tão gloriosas vitórias, *Aetas aurea reviviscet*. Ressuscitará a idade dourada. *Pax ubique erit*: Haverá paz universal no mundo. *Felices qui viderint*: Ditosos e bem-aventurados os que isto virem. Até aqui São Frei Gil profetizando. De sorte que assim como antes da redenção houve suspirar e gemer, assim depois da redenção haverá possuir e gozar; e assim como os suspiros e gemidos duraram por tantos anos, assim as felicidades e bens permanecerão sem termo, e sem limite. O muito, quer Deus que não custe pouco, e era justo que a tanta glória precedesse tanta esperança, e que quem havia de gozar sempre, suspirasse muito: *Lusitania diu ingemiscet*. *Diu fuit expectandus, semper tenendus*.

E já que vai de esperanças não deixemos passar sem ponderação aquelas palavras misteriosas da profecia: *Inspérate ab insperato redimeris*. De propósito reparei nelas, para refutar com suas próprias armas alguma reliquia, que dizem que ainda há daquela seita, ou desesperação dos que esperavam por el-rei d. Sebastião, de gloriosa e lamentável memória. Diz a profecia: *Inspérate ab insperato redimeris*. Que seria remido Portugal não esperadamente por um rei não esperado. Segue-se logo evidentemente que não podia el-rei d. Sebastião ser o libertador de Portugal, porque o libertador prometido havia de ser um rei não esperado: *Inspérate ab insperato*; e el-rei d. Sebastião era tão esperado vulgarmente, como sabemos todos. Assim que os mesmos sequazes desta opinião com seu esperar destruíam sua esperança: porque quanto o faziam mais esperado, tanto confirmavam mais que não era ele o prometido; podendo-se-lhe aplicar propriamente aquelas palavras que São Paulo disse de Abraão: *Contra spem in spem credit*.<sup>10</sup> que creram em uma esperança contrária à sua mesma esperança; porque pelo mesmo que esperavam, tinham obrigação de não esperar.

Mas ainda que concedamos que os portugueses não souberam esperar, não lhes neguemos que souberam amar, e com muita ventura; que talvez buscando a um rei morto, se vêm a encontrar com um vivo. Morto buscava a Madalena a Cristo na sepultura, e a perseverança e amor com que insistiu em O buscar morto, foi causa de que o Senhor lhe enxugasse as lágrimas, e se lhe mostrasse vivo. Grande exemplar temos entre mãos. Assim como a Madalena, cega de amor, chorava às portas da sepultura de Cristo, assim Portugal, sempre amante de seus reinos, insistia ao sepulcro de el-rei d. Sebastião, chorando e suspirando por ele; e assim como a Madalena no mesmo tempo tinha a Cristo presente e vivo, e O via com seus olhos e Lhe falava, e não O conhecia, porque estava encoberto e disfarçado, assim Portugal tinha presente e vivo a el-rei nosso senhor, e o via e lhe falava, e não o conhecia. Por quê? Não só porque estava, senão porque ele era o *Encoberto*. Ser o encoberto, e estar presente, bem mostrou Cristo neste

passo que não era impossível. E quando se descobriu Cristo? Quando se manifestou este Senhor encoberto? Até esta circunstância não faltou no texto.

Disse a Madalena a Cristo: *Tulerant Dominum meum*:<sup>1</sup> Levaram-me o meu Senhor; e o Senhor não lhe deferiu. *Nescio ubi posuerunt eum*:<sup>12</sup> queixou-se que não sabia onde lho puseram; e dissimulou Cristo da mesma maneira. *Si tu sustulisti eum*:<sup>13</sup> Se vós, Senhor, O levastes, *dicite mihi*, dizei-mo; e ainda aqui se deixou o Senhor estar encoberto sem se manifestar. Finalmente alentando-se a Madalena mais do que Sua fraqueza permitia, e tirando forças do mesmo amor, acrescentou: *Et ego eum tollam*:<sup>14</sup> E eu O levantarei; e tanto que disse, eu O levantarei: *Ego eum tollam*: então se descobriu o Senhor, mostrando que Ele era por quem chorava; e a Madalena O reconheceu, e se lançou a Seus pés. Nem mais nem menos Portugal, depois da morte de seu último rei. Buscava-o por esse mundo, perguntava por ele, não sabia onde estava, chorava, suspirava, gemia e o rei vivo e verdadeiro deixava-se estar encoberto, e não se manifestava, porque não era ainda chegada a ocasião; porém tanto que o reino animoso sobre suas forças, se deliberou a dizer resolutamente: *Ego eum tollam*: eu o levantarei e sustentarei com meus braços; então se descobriu o encoberto senhor, porque então era chegada o tempo: dizendo-nos aos portugueses o que diz São Gregório, que disse Cristo à Madalena manifestando-se: *Recognosce eum, a quo recognosceris*: Reconheci a quem vos reconhece: reconheci por rei, a quem vos reconhece por vassalos. Então sim, e não antes; então sim, e não depois; porque aquele e não outro era o tempo oportuno e determinado de dar princípio à nossa redenção.

Recebeu Cristo o golpe da circuncisão, e deu princípio à redenção do mundo, não antes nem depois, senão pontualmente aos oito dias: *Dies octo, ut circumcideretur puer*. Pois por que não antes, ou por que não depois? Não se circuncidara ao dia sétimo? Não se circuncidara ao dia nono? Por que não antes nem depois, senão ao oitavo? A razão foi, porque as cousas que faz Deus, e as que se hão de fazer benfeitas, não se fazem antes, nem depois, senão a seu tempo. O tempo assinalado nas Escrituras para a circuncisão era o dia oitavo, como se lê no Gênese e no Levítico: *Die octavo circumcideretur infantulus*:<sup>15</sup> E por isso se circuncidou Cristo, sem se antecipar, nem dilatar aos oito dias: *Postquam consummati sunt dies octo*: porque como o Senhor remiu o gênero humano por obediência aos decretos divinos, o tempo que estava assinalado na Lei para a circuncisão, era o que estava predestinado para dar princípio à redenção do mundo. Da mesma maneira se deu princípio à redenção e restauração de Portugal em tais dias e em tal ano, no celebradíssimo 1640, porque esse era o tempo oportuno e decretado por Deus; e não antes, nem depois como os homens quiseram. Quiseram os homens que fosse antes, quando sucedeu o levantamento de Évora; quiseram os homens que fosse depois, quando assentaram que o dia da

Aclamação fosse o 1º de janeiro, hoje faz um ano; mas a Providência Divina ordenou que o primeiro intento se não conseguisse, e que o segundo se antecipasse, para que pontualmente se desse princípio à restauração de Portugal a seu tempo: *Postquam consummati sunt dies octo.*

v

Daqui fica tacitamente respondida uma não mal fundada admiração, com que parece podíamos reparar os portugueses, em que os sereníssimos duques de Bragança vivessem retirados todos estes anos, sem acudir à liberdade do Reino, como legítimos herdeiros que eram dele. Respondido está; declaro mais a resposta: Cristo Redentor nosso, ainda enquanto homem, como provam muitos doutores, era legítimo herdeiro da coroa de Israel: *David illi Dominus Deus sedem David Patris ejus: et regnabit.*<sup>16</sup> Tinha tiranizado este reino Herodes, homem estrangeiro, a quem por este e por muitos outros títulos não pertencia; e como sobre ter usurpado o reino ele quisesse tirar a vida a Cristo, diz o texto que o Senhor se lhe não opôs, antes se retirou para o Egito: *Secessit in Aegyptum.*<sup>17</sup> Notável ação! Não sois Vós, Senhor, o verdadeiro Rei de Israel, como legítimo herdeiro seu, que, ainda que não empunhais o cetro, Rei sois, e Rei nascestes, e assim o confessam as nações e reis estrangeiros: *Ubi est ui natus est Rex Judaeorum?*<sup>18</sup> Pois como vos retirais agora, como vos não opondes à tirania de Herodes, como ides viver ao Egito, e tantos anos? Não vedes o que padecem tantos inocentes? Não ouvís que já chegam ao Céu as vozes da lastimada Raquel, que chora seus filhos: *Vox in Rama audita est, ploratus, et ululatus multus, Rachel plorans filios suos?*<sup>19</sup> Pois se a Vós, como a rei natural, incumbe a restauração do reino, como vos retirais da empresa? Nem me aleguem em contrário os poucos dias que tinha o Senhor de vida ou idade, depois dos oito da circuncisão, porque na mesma circuncisão, e na mesma retirada do Egito tinha, e lhe sobejava tudo o que era necessário para livrar do cativeiro os que nele tinham a esperança da liberdade. Ou Cristo os havia de remir com o sangue próprio, ou com o alheio: se com o próprio, bastava uma só gota do sangue da circuncisão, para remir não só o reino de Israel senão todo o mundo. Se com o sangue alheio, o mesmo anjo que disse a São José: *Fuge in Aegyptum,*<sup>20</sup> podia fazer a Herodes, e a todos seus presídios e soldados, o que o outro anjo fez aos exércitos de el-rei Senaquerib, matando em uma noite oitenta e cinco mil dos que sitiavam a mesma Jerusalém. Pois se isto era não só possível, mas fácil ao legítimo e verdadeiro rei de Israel, por que o não executou então? Porque não era ainda chegado o tempo, diz excelentemente São Pedro Crisólogo: *Cedens temporis, non Herodi.* Tinha decretado e disposto que o tempo da redenção fosse dali a trinta e três anos; e se

a Providência Divina, que tudo pode, espera pelas disposições, e circunstâncias do tempo; quanto mais a providência humana, a qual o não seria, se com toda a atenção e vigilância as não observasse, aguardando pelas mais convenientes e oportunas que Deus e o mesmo tempo lhe oferecesse? Assim que, podiam responder aqueles príncipes, como legítimos e naturais senhorios e herdeiros da coroa de seus avós, o que em semelhante caso disseram os famosos macabeus, assim antes como depois de restituídos a seu próprio patrimônio: *Neque alienam terram sumpsimus, neque alienam detinemos, sed haereditatem patrum nostrorum, quae injuste ab aliquo tempore ab inimicis nostris possessa est: nos vero tempus habentes vindicamus haereditate patrum nostrorum* <sup>21</sup>

E foi de tanta importância esperar pela oportunidade do tempo, que por esta dilação, se veio a lograr aquela primeira máxima de toda a razão de estado, assim da Providência Divina, como da providência humana, que é saber concordar estes dous extremos, conseguir o intento, e evitar o perigo. Já perguntamos que razão teve Cristo para receber a circuncisão ao oitavo dia conforme a Lei. Agora pergunto: que razão teve a Lei para mandar que a circuncisão se fizesse ao oitavo dia? A circuncisão naquele tempo era o remédio do pecado original, como hoje o é o batismo, bem que com diferente perfeição. Pois se na circuncisão consistia o remédio do pecado original, e a liberdade das almas cativas pelo pecado; por que não mandava Deus que se circuncidassem os meninos logo quando nasciam, ou ao terceiro, ou ao quarto dia, senão ao oitavo? A razão literal foi, diz o Abulense, porque quis Deus aplicar o remédio de tal maneira, que se evitasse o perigo: *Quia ante octo dies potest esse vitae periculum*. Quando os meninos nascem, em todos aqueles primeiros sete dias correm grande perigo da vida, porque são dias críticos e arriscados, como diz Aristóteles e Galeno: pois ainda que o remédio dos recém-nascidos, e sua espiritual liberdade consistia na circuncisão, não se circuncidem, diz a Lei, senão ao oitavo dia, passados os sete, que essa é a excelente razão de estado da Providência de Deus, saber dilatar o remédio, para escusar o perigo; dilate-se o remédio da circuncisão até o oitavo dia, para que se evite o perigo da vida, que há do primeiro ao sétimo: *Quia ante octo dies potest esse vitae periculum*.

Se Portugal se levantara enquanto Castela estava vitoriosa, ou, quando menos, enquanto estava pacífica, segundo o miserável estado em que nos tinham posto, era a empresa mui arriscada, eram os dias críticos e perigosos: mas como a Providência Divina cuidava tão particularmente de nosso bem, por isso ordenou que se dilatasse nossa restauração tanto tempo, e que se esperasse a ocasião oportuna do ano de 1640, em que Castela estava tão embaraçada com inimigos, tão apertada com guerras de dentro e de fora; para que na diversão de suas impossibilidades, se lograsse mais segura a nossa resolução. Dilatou-se o remédio, mas seguiu-se o perigo. Quando os filisteus se quiseram levantar contra Sansão, aguardaram a que Dalila lhe tivesse presas e atadas as mãos, e

então deram sobre ele. Assim o fizeram os portugueses bem advertidos. Aguardaram a que Catalunha atasse as mãos ao Sansão que os oprimia, e como o tiveram assim embaraçado e preso, então se levantaram contra ele tão oportuna como venturosamente. Mas vejo que me dizem os lidos na Escritura, que é verdade que os filisteus se levantaram contra Sansão, mas que ele soltou as ataduras, voltou sobre eles, e desbaratou-os a todos. Primeiramente muito vai de Sansão a Sansão, e de filisteus a filisteus. Mas dado que em tudo fora a semelhança igual, esta mesma réplica confirma mais o meu intento. Não tiveram bom sucesso os filisteus, porque ainda que nós os imitamos em parte, eles não nos deram exemplo em tudo. Intentaram, mas não conseguiram; porque as diligências que fizeram, não as aplicaram a tempo. As diligências que fizeram os filisteus contra Sansão, foi atarem-lhe as mãos, e cortarem-lhe os cabelos; mas não aproveitaram estes efeitos, ainda que se obraram; porque devendo-se fazer ao mesmo tempo, fizeram-se em diversos. Quando lhe ataram as mãos, deixaram-lhe ficar os cabelos, com que teve força para se desatar; quando lhe cortaram os cabelos, deixaram-lhos crescer outra vez, com que teve mãos para se vingar. Pois que remédio tinham os filisteus para se livrarem de todo, e acabarem de uma vez com Sansão? O remédio era fazerem como nós fizemos, e como nós fazemos, e como nós havemos de fazer. Enquanto Sansão está com as mãos atadas, cortar-lhe os cabelos no mesmo tempo, e acabou-se Sansão. Assim o podiam vencer os filisteus com muita facilidade, que doutra maneira não seria tão fácil. Porque se lhe não cortassem os cabelos, teria forças para desatar as mãos, e se desatasse as mãos, seria necessária muita força para lhe cortar os cabelos. Tanto como isto importa executar os remédios a tempo, como nós, por mercê de Deus, o temos feito até agora tão felizmente, conseguindo a maior empresa, e evitando o menor perigo; porque soubemos esperar pelos dias oportunos, como mandava a Lei esperar pelos da circuncisão: *Dies octo, ut circumcideretur puer.*

*Ut circumcideretur puer, vocatum est nomen ejus Jesus.* Tanto que se circuncidou o Menino, logo se chamou Salvador. Mas com que consequência?, pergunta São Bernardo: *Circumcidity puer, et vocatur Jesus: quid sibi vult ista connexio?* Que parentesco tem o nome com a ação? Que combinação tem o salvar com o circuncidar-se? Três razões acho nos santos; duas repito, uma só pondero. São Bernardo, e Eusébio Emesseno, dizem que foi a circuncisão de Cristo, *Tótius superfluitatis abjectio*, uma estreita e mui reformada privação de todo o supérfluo. Vinha Cristo como Rei e Redentor do mundo a remi-lo e restaurá-lo, e a primeira cousa que fez, com a mais necessária e importante, foi estreitar-se em sua Pessoa, cercear demasias, cortar superfluidades, e fazer uma premática

geral com seu exemplo: *Totius superfluitatis abjectio*. Muitas graças sejam dadas a Deus, que para confirmação ou imitação desta grande razão de estado divino, não temos necessidade de cansar a memória, senão de abrir os olhos: não de revolver escrituras antigas, senão de venerar e amar exemplos presentes. Assim obra quem assim reina; assim sabe libertar quem assim se sabe estreitar: *Ut circumcideretur puer, vocatum est nomen ejus Jesus*.

A segunda razão é de Santo Epifânio, e diz que foi: *Ut confirmaret Circumcisionem, quam olim instituerat ejus adventui servientem*: Que quis o Redentor confirmar desta maneira, e honrar a circuncisão, pelo que antes de sua vinda tinha servido. Bem advertido, mas muito mais bem imitado. Parece que os decretos do governo de Portugal, e decretos da Providência Divina correram parelhas (quanto pode ser) na sua e na nossa redenção. Decretou Deus que à circuncisão se lhe confirmassem suas antigas honras, havendo respeito ao bem que tinha servido; e o mesmo decreto se passou cá, e com muita razão: *Ut confirmaret Circumcisionem ejus adventui servientem*. Tinha servido a circuncisão no tempo passado, e na Lei velha, pois honre-se no tempo presente, e premeie-se na Lei nova; que não é bem que a felicidade geral venha a ser infortúnio dos que serviram. Que a circuncisão, que tinha tantos anos de serviço; que a circuncisão, que tinha derramado tanto sangue, houvesse de ser desgraçada, porque o mundo foi venturoso, não estava isso posto em razão. Pois baixe um decreto que lhe confirme efetivamente todas as honras passadas: *Ut confirmaret Circumcisionem, quam olim instituerat*; que é bem que a Lei da graça premeie não só os serviços seus, senão os da Lei antiga, para mostrar nisso mesmo, que é Lei da graça. Oh que grande política esta, assim humana, como divina! El-rei Assuero mandava ler as histórias e crônicas do reino, para fazer mercês aos que em tempo de seus antecessores tinham servido. El-rei Salomão sustentava de sua própria mesa aos filhos de Berzelai, por serviços feitos em tempo e à pessoa de Davi: e o Rei dos reis, Cristo Redentor nosso, quando no monte Tabor desembargou suas glórias (que também pode ser expediente estarem embargadas por algum tempo), repartiu-as a três que serviam, e a dous que tinham servido: a São Pedro, a São João, e a Santiago, porque atualmente serviam; e a Moisés, e a Elias, um vivo, e outro defunto, porque tinham servido em tempos passados. Assim recebe Cristo, e autoriza, hoje, a circuncisão, conforme as honras do tempo antigo, não porque se quisesse servir dela, que já estava mui envelhecida, e a queria aposentar; senão pelo bem que dantes tinha servido: *Ejus adventui servientem*.

A terceira e última razão é de Santo Ambrósio, de Santo Agostinho, de São João Crisóstomo, de Santo Tomás, e ainda de São Paulo, ou quando menos fundada em sua doutrina, e é esta (levo tantos doutores pela dificuldade da razão): *Ea ratione pro nobis circumcisis est, ut Circumcisionem auferret*. Recebeu Cristo a circuncisão, porque como autor da Lei nova, queria tirar do mundo a



circuncisão. Estranha sentença! Pois porque Cristo queria tirar do mundo a circuncisão, por isso recebe e executa em si a mesma circuncisão? Antes parece que para a tirar do mundo havia de entrar condenando-a, desterrando-a, proibindo-a sob graves penas, e não a admitindo por nenhum caso. Pouco sabe das razões verdadeiras de estado quem assim discorre. Circuncida-se Cristo para tirar do mundo a circuncisão, porque quem entra a introduzir uma Lei nova, não pode tirar de repente os abusos da velha. Há de permitir com dissimulação, para tirar com suavidade: há de deixar crescer o trigo com cizânia, para arrancar a cizânia quando não faça mal às raízes do trigo. Todo zelo é malsofrido, mas o zelo português mais impaciente que todos. A qualquer reliquia dos males passados, a qualquer sombra das desigualdades antigas, já tomamos o Céu com as mãos, porque não está tudo mudado, porque não está emendado tudo. Assim se muda um reino? Assim se emenda uma monarquia? Tantos entendimentos assim se endireitam? Tantas vontades tão diferentes assim se temperam? Rei era Cristo, e Rei Redentor, e nenhuma coisa trazia mais diante dos olhos que extinguir os usos da Lei velha, e renovar e introduzir os preceitos da nova; e com ter sabedoria infinita e braços onipotentes, ao cabo de trinta e três anos de reino, muitas cousas deixou como as achara, para que seu sucessor São Pedro as emendasse. Já Cristo não estava vivo, quando se rasgou o véu do Templo, figura da Lei antiga. E que coisa se podia representar mais fácil que romper um tafetá em trinta e três anos? Pouco e pouco se fazem as cousas grandes, e não há melhor arbitrio para as concluir com brevidade que não as querer acabar de repente. Instituiu Cristo Redentor nosso o Sacramento da Eucaristia, e instituiu-o na mesma mesa, em que estava o cordeiro legal. Pois, Senhor meu, que combinação é esta, ou que companhia? O cordeiro com o Sacramento? As cerimônias da Lei velha com os mistérios da nova na mesma mesa? Sim, que assim era necessário que fosse, para que viesse a ser o que era necessário. Queria Cristo introduzir o sacramento, e lançar fora o cordeiro da Lei, e para isso permitiu que o cordeiro estivesse embora na mesma mesa com o sacramento, que desta maneira se desterram com suavidade as sombras das leis velhas, e se vão introduzindo e conciliando os resplandores das novas. Estejam agora juntos o sacramento e o cordeiro, que amanhã irá fora o cordeiro, e ficará só o sacramento. Com este vagar faz Deus as cousas, e assim quer que as façam os que estão em seu lugar, (quando elas o sofrem) e tenha mais paciência o zelo, não seja tão estreito de coração. Mais dói aos reis que aos vassallos dissimular com algumas cousas; mas por força se hão de fazer assim, para se não fazerem por força. Muito lhe doeu a Cristo, gotas de sangue lhe custou contemporizar com a circuncisão; mas foi necessário dissimular com dor, para remediar com sucesso. Não é o mesmo permitir que aprovar, antes o que se permite já se supõe condenado. A benevolência e dissimulação, como são afetos da mesma cor, equivocam-se facilmente nas aparências; e quantas vezes se choraram ruínas, os que se invejaram favores!

Vem a ser indústria no príncipe, o que é razão de Estado no lavrador, que as espigas que há de cortar, essas abraça primeiro. Assim abraçou Cristo a circuncisão, porque a queria cortar e arrancar do mundo: *Ea ratione circumcisisus est, ut Circumcisionem auferret*. Mostrando na suavidade desta razão, e nas outras cousas por que se circuncidou, quão bem se proporcionava com os meios, o nome que lhe puseram de Salvador: *Ut circumcideretur puer, vocatum est nomen ejus Jesus*.

Mas por que se chamou Salvador? Por que não tomou outro nome? Que o não tomasse de algum atributo de sua divindade bem está, pois vinha a ser homem: mas ainda enquanto homem tinha Cristo a maior dignidade da terra, que era a de rei. Pois já que havia de tomar o nome do ofício, e não da pessoa, por que não se chamou rei, por que se chamou Salvador? A razão deu Tertuliano: *Gratius illi erat pietatis nomen, quam majestatis*. Deixou Cristo o nome de rei, e tomou o de Salvador, porque estimava mais o nome de piedade que o título de majestade. O nome de rei era nome majestoso, o nome de Salvador era nome piedoso; o nome de rei dizia imperar, o nome de Salvador dizia libertar; e fazendo o Senhor a eleição pela estimação, tomou o de nosso remédio, deixou o de sua grandeza. Por isso os anjos na embaixada que deram aos pastores, puseram primeiro o nome de Salvador, e depois o nome de Ungido: *Quia natus est vobis hodie Salvador, qui est Christus Dominus*.<sup>22</sup> E por isso no título da Cruz se chamou o Senhor Jesus Rei, e não Rei Jesus: *Jesus Nazarenus Rex Judaeorum*.<sup>23</sup> para mostrar no princípio e no fim da vida que estimava mais o exercício de nossa liberdade que a grandeza de sua majestade: *Oratius illi erat pietatis nomen, quam majestatis*. Se os corações puderam discorrer sensivelmente, quanto melhor falaram neste passo do que os poderá copiar a língua? Isto que Tertuliano disse pelo primeiro libertador do gênero humano, pudéramos nós dizer com ação de graças pelo segundo libertador de Portugal, o qual nesta felicíssima e verdadeiramente real ação mostrou bem quanto mais estimava o nome da piedade que o título da majestade; pois convidado tantas vezes para a grandeza, rejeitou generosamente o cetro; e agora chamado para o remédio, aceitou animosamente a coroa: *Gratius illi erat pietatis nomen, quam majestatis*. Rei não por ambição de reinar, senão por compaixão de libertar: rei verdadeiramente imitador do Rei dos reis, que sobre todos os títulos de sua grandeza estimou mais o nome de Libertador e Salvador: *Vocatum est nomen ejus Jesus*.

Acabou-se o Evangelho, e eu tenho acabado o sermão. Mas vejo que me estão caluniando e arguindo, porque não provei o que prometi. Prometi fazer neste sermão um juízo dos anos que vêm, e eu não fiz mais que referir os sucessos dos

anos passados. Mostrei a razão das profecias, as dilatações da esperança, a oportunidade do tempo, o acerto dos decretos, a propriedade e merecimento do nome, e tudo isto é história do que foi e não prognóstico do que há de ser. Ora, ainda que o não pareça, eu me tenho desempenhado do que prometi, e todo este discurso foi um prognóstico certo, e um juízo infalível dos anos que vêm. Tudo o que disse, ou foram profecias cumpridas, ou benefícios manifestos da mão de Deus; e em profecias e benefícios começados, o mesmo é referir o passado que prognosticar e segurar o futuro.

Partiu Cristo desterrado a Egito, e diz o evangelista São Mateus: *Ut impleretur, quod dictum est per Prophetam: ex Aegypto vocavi Filium meum*<sup>24</sup> que aqui se cumpriu a profecia do profeta Oseias, em que dizia Deus, que havia chamar e tirar do Egito a seu Filho. Dificultoso lugar! Argumento assim: as profecias não se cumprem, senão quando sucedem as cousas profetizadas: Cristo não voltou do Egito senão daí a sete anos: logo não se cumpriu então, nem se pode cumprir esta profecia de Oseias. Se dissera o evangelista que se cumpria a profecia de Isaías: *Ecce Dominus ascendet super nubem levem, et ingredietur Aegyptum*<sup>25</sup> claro estava; mas dizer, quando entrou no Egito, que então se cumpriu a profecia de quando saiu, que não foi senão daí a tantos anos, como pode ser? Reparo foi este de Ruperto Abade, o qual satisfiz à dúvida com uma razão mística; mas a literal, e que nos serve, é esta. Como as profecias quanto à evidência se qualificam pelos efeitos, e na execução do que prometem têm a canonização de sua verdade, é consequência tão infalível, cumpridas as primeiras profecias, haverem-se de cumprir as segundas, que quando se mostra o cumprimento de uma, logo se podem dar por cumpridas as outras. Por isso o evangelista, ainda discursando humanamente, quando viu que se cumpria a profecia de Cristo entrar no Egito, deu logo por cumprida também a profecia de haver de voltar para a pátria, e assim disse: *Ut impleretur quod dictum est per Prophetum*: que então se cumpriu o que tinha profetizado Oseias, não quanto à execução, senão quanto à evidência; porque o cumprimento da profecia passada, era nova e certa profecia de se cumprir a futura; que se numa parte não faltou o efeito, como poderia faltar na outra? Muitas felicidades tem logo que ver Portugal nos anos seguintes, e muitas lhe tenho eu prognosticado neste sermão; porque como as mesmas profecias que prometeram o que vemos cumprido, prometem, ainda outros maiores argumentos a este reino, ou a este império, como elas dizem, o mesmo foi referir o desempenho felicíssimo das profecias passadas, que prognosticar, antes segurar com firmeza o cumprimento infalível das que estão por vir. Se as nossas profecias na parte mais dificultosa foram profecias, na parte mais fácil, que resta, por que o não serão?

Sete cousas profetizou o Anjo embaixador à Virgem Maria: *Ecce concipies in utero, et paries Filium, et vocabis nomen ejus Jesum. Hic erit magnus, et Filius Altissimi vocabitur, et dabit illi Dominus Deus sedem David Patris ejus et regnabit*

*in domo Jacob in a ternum, et regni ejus non erit finis.*<sup>26</sup> que conceberia; que pariria um filho; que lhe poria por nome Jesus; que seria grande; que se chamaria Filho de Deus; que Deus lhe daria o trono de Davi seu Pai; que reinaria na casa de Jacó para sempre; e que seu reino não teria fim. E destas sete profecias, vendo cumprida Santa Isabel só a primeira, pelos efeitos dela julgou que se haviam de cumprir todas as mais: *Quoniam perficientur ea, quae dicta sunt tibi a Domino.*<sup>27</sup> O mesmo discurso fiz eu, e o devemos fazer todos os portugueses, se não queremos ser hereges da boa razão, e de uma fé mais que humana, dando todos os parabéns a Portugal, e chamando-lhe mil vezes feliz: *Quoniam perficientur ea, quae dicta sunt tibi a Domino.* Porque como se começaram a cumprir as profecias em sua restauração, assim as levará Deus por diante, e lhes dará o cumprimento gloriosíssimo que elas prometem. Até agora era necessária pia afeição para dar fé às nossas profecias; mas já hoje basta o discurso e boa razão; porque os efeitos presentes das passadas são nova profecia dos futuros; bem assim como (para que até aqui nos não falte o Evangelho) a imposição do nome de Jesus, que hoje chamaram a Cristo, *Vocatum est nomen ejus Jesus*, foi cumprimento do que estava profetizado, e profecia do que estava por cumprir. Foi cumprimento do que estava profetizado, porque profetizado estava que se chamaria Jesus o Filho da Virgem: *Paries Filium, et vocabis nomen ejus Jesum.* Foi profecia do que estava por cumprir, porque o nome de Jesus, que quer dizer Salvador, era profecia que havia de salvar Cristo, e remir o gênero humano: *Vocabitur nomen ejus Jesus: ipse enim salvum faciet populum suum a peccatis eorum.*<sup>28</sup>

viii

Nos benefícios passa o mesmo. Muitos lugares pudera trazer; um só digo que, pela propriedade do nome, tem privilégio de se preferir a todos. Nasceu São João Batista, e assentaram consigo os vizinhos daquelas montanhas, que havia de ser o menino pessoa notável, e que esperavam grandes venturas em seus maiores anos: *Posuerunt in corde suo, dicentes: Quis, putas, puer iste erit?*<sup>29</sup> Pois donde o tiraram estes homens? Que fundamento tiveram para se resolverem tão assentadamente nas grandezas de João, e em seus aumentos? O fundamento que os moveu, eles mesmos o disseram, ou o evangelista por eles: *Quis, putas, puer iste erit? Etenim manus Domini erat cum illo.*<sup>30</sup> Viam os milagres, viam as maravilhas, viam as mercês extraordinárias, que Deus com mão tão liberal fazia a João logo em seus princípios, e do *erat* tiraram o *erit*, das experiências do que era inferiam evidências do que havia de ser; porque aqueles benefícios de Deus presentes eram prognósticos das felicidades futuras: *Etenim manus Domini erat*

*cum illo*. Assim como a quiromancia humana, quando quer dizer a boa ventura, olha para as mãos dos homens; assim a quiromancia divina, a arte de adivinhar ao celeste, olha para as mãos de Deus, e como a mão de Deus estava tão liberal com João: *Etenim manus Domini erat cum illo*: na disposição destas primeiras liberalidades, como em caracteres expressos, estavam lendo a sucessão das futuras; e das grandezas maravilhosas que já eram, julgavam as que correndo os anos, haviam de ser: *Quis, putas, puer iste erit? Etenim manus Domini erat cum illo*.

Ora, grande simpatia tem a mão de Deus com o nome de João. Bem o mostrou o Senhor na feliz aclamação de Sua Majestade, que Deus nos guarde, como há de guardar muitos anos; pois aos ecos do nome de João, despregou da cruz o braço o mesmo Cristo, assegurando-nos, que assim como a mão de Deus estivera com o primeiro João de Judeia, assim estava e havia de estar sempre com o quarto de Portugal: *Etenim manus Domini erat cum illo*. Bem experimentamos esta assistência nos sucessos que referi, e em todos os felicíssimos do ano passado, que em todas as cousas que Sua Majestade pôs a mão, pôs também a divina a sua. E se estes ou semelhantes efeitos da mão de Deus foram bastantes prognósticos para uns montanheseos rústicos, assaz claro foi o modo de prognosticar que segui, falando entre cortesãos tão entendidos. Nem aqui, também, nos faltou o Evangelho; porque, se nos confirmou a primeira razão com o mistério do nome de Jesus, agora nos prova a segunda com o da circuncisão, da qual dizem comumente os doutores, que aquele pouco sangue que o Senhor derramou hoje no presépio, foi sinal e como penhor de haver de derramar todo na cruz; que, como Deus é liberal com onipotência, e bom sem arrependimento, o mesmo é fazer um benefício menor que penhorar-se a outros maiores. E se estes benefícios que da divina mão temos recebido, se podem chamar menores, os maiores quão grandes serão?

Nem nos desconfiem estas esperanças, os temores que propusemos ao princípio da variedade dos sucessos da guerra, da inconstância das felicidades do mundo; porque só as felicidades que vêm por meio dos homens, são inconstantes; mas as que vêm por mão de Deus, são firmes, são permanentes. Quando Josué à entrada da Terra de Promissão venceu aquelas primeiras e milagrosas batalhas, mostrando os inimigos mortos aos soldados, lhes disse o que eu também digo a todos os portugueses: *Confortamini, et estote robusti, sic enim faciet Dominus cunctis hostibus vestris, adversum quos dimicatis*.<sup>31</sup> Grande ânimo, valentes soldados, grande confiança, valerosos portugueses, que assim como vencestes felizmente estes inimigos, assim haveis de vencer todos os demais; que, como são vitórias dadas por Deus, este pouco sangue, que derramastes em fé de seu poderoso braço, é prognóstico certíssimo do muito que haveis de derramar vencedores: não digo sangue de católicos, que espero em Deus que se hão de desapaixonar muito cedo nossos competidores, e que em vosso valor e em seu

desengano, hão de estudar a verdade de nossa justiça; mas sangue de hereges na Europa, sangue de mouros na África, sangue de gentios na Ásia e na América, vencendo e sujeitando todas as partes do mundo a um só império, para todas em uma coroa as meterem gloriosamente debaixo dos pés do sucessor de São Pedro. Assim o contam as profecias, assim o prometem as esperanças, assim o confirmam estes felizes princípios, que a Divina Bondade se sirva de prosperar até os fins felicíssimos que desejamos, que são os com que remata um sermão deste dia São Bernardo, cujas palavras tantas vezes têm sido profecias a Portugal: *Multiplicabitur sane ejus imperium, ut merito Salvator dicatur pro multitudine etiam salvandorum, et pacis non erit finis.*

Para que nossas orações comecem a obrigar a Deus, não peço três ave-marias, senão três petições do padre-nosso: *Sanctificetur nomen tuum: Adveniat regnum tuum: Fiat voluntas tua.* Santificado e glorificado seja, Senhor, Vosso Nome; porque ao nome santíssimo de Jesus, como a primeiro e principal libertador reconhecemos dever a liberdade que gozamos. *Adveniat regnum tuum:* Venha a nós, Senhor, o Vosso reino: Vosso, porque Vosso é o reino de Portugal, que assim nos fizestes mercê de o dizer a seu primeiro fundador el-rei d. Afonso Henriques: *Volo in te, et in semine tuo imperium mihi stabilire.* E por isso mesmo *adveniat,* venha; porque como há de ser Portugal um tão grande império, posto que tem já vindo todo o reino, que era, ainda o reino que há de ser, não tem vindo todo. E para que nossas más correspondências não desmereçam tanto bem: *Fiat voluntas tua:* Fazei, Senhor, que façamos inteiramente Vossa santa vontade; porque assim como nos prognósticos humanos para advertir sua contingência se diz Deus sobre tudo: assim eu neste divino, para assegurar sua certeza, digo também: Deus sobre tudo; porque se sobre tudo amarmos a Deus, cumprindo perfeitamente sua vontade, sem dúvida se inclinará o Senhor a ouvir e satisfazer os afetos da nossa, perpetuando a sucessão de nossas felicidades na perseverança de sua graça: *Quam mihi, et vobis etc.*

1 Lc 2.

2 Mt 16,2.

3 Jo 13,19.

4 Gn 21,6.

- [5](#) At 12,9.
- [6](#) At 12,4.
- [7](#) At 9.
- [8](#) Sl 125,1.
- [9](#) Lc 24,21.
- [10](#) Rm 4,18.
- [11](#) Jo 20,13.
- [12](#) Jo 20,13.
- [13](#) Jo 20,15.
- [14](#) Jo 20,15.
- [15](#) Lv 12,3.
- [16](#) Lc 1,32.
- [17](#) Mt 2,14.
- [18](#) Mt 2,2.
- [19](#) Mt 2,18.
- [20](#) Mt 2,13.
- [21](#) Mc 15,33-4.
- [22](#) Lc 2,11.
- [23](#) Jo 19,17.
- [24](#) Mt 2,15.
- [25](#) Is 19,1.
- [26](#) Lc 1,31ss.
- [27](#) Lc 1,45.
- [28](#) Mt 1,21.
- [29](#) Lc 1,66.
- [30](#) Lc 1,66.
- [31](#) Js 10,25.

## Sermão de Santo Antônio

pregado na festa que se fez ao santo  
na igreja das chagas de lisboa,  
aos 14 de setembro de 1642, tendo-se  
publicado as cortes para o dia seguinte

*Vos estis sal terrae.*<sup>1</sup>

i

À Arca do Testamento (que assim lhe chamou Gregório ix), ao martelo das heresias (que este nome lhe deu o mundo), ao defensor da Fé, ao lume da Igreja, à maravilha de Itália, à honra de Espanha, à glória de Portugal, ao melhor filho de Lisboa, ao querubim mais eminente da religião seráfica, celebramos festa hoje. Necessário foi que o advertíssemos, pois o dia o não supõe, antes parece que diz outra cousa. Celebramos festa hoje, como dizia, ao nosso português Santo Antônio: e se havemos de reparar em circunstâncias de tempo, não é a menor dificuldade da festa, o celebrar-se hoje. Hoje? Em 14 de setembro Santo Antônio? Se já celebramos universalmente suas sagradas memórias em 13 de junho, como torna: agora em 14 de setembro? Entendo que não vem Santo Antônio hoje por hoje, senão por amanhã. Estavam publicadas as Cortes do Reino para 15 de setembro; vem Santo Antônio aos 14, porque vem às Cortes. Como há dias que o Céu está pela Coroa de Portugal, manda também seu procurador o Céu às Cortes do Reino. Algumas sombras disto havemos de achar entre as luzes do Evangelho. Com três semelhanças é comparado Santo Antônio ou com três nomes é chamado neste Evangelho. É chamado sal da terra: *Vos estis sal terrae*: é chamado luz do mundo: *Vos estis lux mundi*: é chamado cidade sobre o monte: *Non potest civitas abscondi supra montem posita*. Esta última semelhança me faz dificuldade.

Que Santo Antônio se chame sal da terra, sua grande sabedoria o merece: que se chame luz do mundo, os raios de sua doutrina, os resplandores de seus milagres o aprovam; mas chamar-se cidade Santo Antônio: *Non potest civitas abscondi!* Um santo chamar-se uma cidade? Sim. Em outro dia fora mais dificultosa a resposta; mas hoje, e no nosso pensamento, é muito fácil. Chama-se cidade Santo Antônio, porque os procuradores de Cortes são cidades: são cidades pela voz, são cidades pelo poder, são cidades pela representação; e assim dizemos que vêm às Cortes as cidades do Reino, e não vêm elas, senão seus



procuradores. E como os procuradores de Cortes são cidades por esta maneira, muito a propósito vem Santo Antônio hoje representado em uma cidade, porque é cidade por representação. Mas que cidade? *Civitas supra montem posita*: cidade posta em cima, ou acima dos montes. Clara está a descrição, se a interpretamos misticamente. Cidade acima dos montes, não há outra senão a Jerusalém do Céu, a cidade da Glória: *Civitas, de qua dicitur; gloriosa dicta sunt de te, civitas Dei*, comenta Hugo Cardeal. E por parte desta cidade do Céu temos hoje na Terra a Santo Antônio.

Na igreja de Santo Antônio se costuma cá fazer as eleições dos procuradores de Cortes; e também no Céu se fez a eleição da pessoa de Santo Antônio. E foi a eleição do Céu com toda a propriedade; porque, ainda humanamente falando, e pondo Santo Antônio de parte o hábito e o cordão, parece que concorrem nele com eminência as partes e qualidades necessárias para este ofício público. As qualidades que constituem um perfeito procurador de Cortes, são duas: ser fiel, e ser estadista. E quem se podia presumir mais fiel, e ainda mais estadista, que Santo Antônio? Fiel como o português, Santo Antônio de Lisboa; estadista como o italiano, Santo Antônio de Pádua. Deu-lhe a fidelidade a terra própria; a razão de Estado as estranhas. Isto de razão de Estado, com ser tão necessária aos reinos, nunca se deu muito no nosso (culpa de seu demasiado valor); e os portugueses que a usam e praticam com perfeição, mais a devem à experiência das terras alheias que às influências da própria. E como Santo Antônio andou tantas e tão políticas em sua vida, Espanha, França, Itália, ainda nesta parte ficava mui acertada a eleição de sua pessoa, quanto mais crescendo sobre estes talentos os outros maiores de seu zelo, de sua sabedoria, de sua santidade.

Só fará escrúpulo nesta matéria o gênio tão conhecido de Santo Antônio, segundo o qual parece que era mais conveniente sua assistência em Cortes que se fizessem em Castela, que nestas que celebramos em Portugal. Os intentos de Castela são recuperar o perdido: os intentos de Portugal são conservar o recuperado. E como deparar cousas perdidas é o gênio e a graça particular de Santo Antônio; a Castela parece que convinha a assistência de seu patrocínio, que a nós por agora não. Quem nos ajude a conservar o ganhado, é o que havemos mister. Ora, senhores, ainda não conhecemos bem a Santo Antônio? Santo Antônio, para os estranhos, é recuperador do perdido; para com os seus é conservador do que se pode perder. Caminhava o pai de Santo Antônio a degolar (assim o dizem muitas histórias, inda que alguma fale menos nobremente), e chegando já às portas da Sé, e às suas, eis que apareceu o santo milagrosamente, fez parar os ministros da Justiça, ressuscita o morto, declara-se a inocência do condenado, e fica livre. Pergunto: por que não esperou Santo Antônio que morresse seu pai, e depois de morto lhe restituiu a vida? Não é menos fundada a dúvida que no exemplo de Cristo Senhor nosso, de quem diz o texto de São João, que avisado da enfermidade de Lázaro, de propósito se deteve e o deixou morrer,

para depois o ressuscitar. *Distulit sanare, ut posset resuscitare*, ponderou o Crisólogo: que lhe dilatou a saúde, porque lhe quis ressuscitar a vida. Pois se é mais gloriosa ação, e mais de Cristo ressuscitar uma vida, que impedir uma morte: por que não fez assim Santo Antônio?

Não fora maior milagre, não fora mais bizarra maravilha acabar o verdugo de passar o cutelo pela garganta do pai, e no mesmo ponto aparecer sobre o teatro o filho, ajuntar a cabeça ao tronco, levantar-se o morto vivo, pasmarem todos, e não serem o que viam, ficando só da ferida um fio sutilmente vermelho para fiador do milagre? Pois por que o não fez Santo Antônio assim? Se tinha virtude milagrosa para ressuscitar; se ressuscitou ali um morto; se ressuscitou outros muitos em diversas ocasiões; por que se não esperou um pouco para ressuscitar também a seu pai? Por quê? Porque era seu pai. Aos estranhos ressuscitou-os, depois de perderem a vida: a seu pai defendeu-lhe a vida, para que não chegasse a perdê-la: aos estranhos remedia; mas ao seu sangue preserva. Cristo Senhor nosso foi redentor universal do gênero humano, mas com diferença grande. A todos os homens geralmente livrou-os da morte do pecado, depois de incorrerem nele; mas a sua Mãe preservou-a, para que não incorresse: aos outros deu-lhes a mão, depois de caírem; a sua Mãe teve-a mão, para que não caísse: dos outros foi redentor por resgate; de sua Mãe por preservação. Assim também Santo Antônio. Aos estranhos ressuscitou-os depois de mortos: a seu pai conservou-lhe a vida, para que não morresse; que essa diferença faz o divino português dos seus aos estranhos. Para com os estranhos é recuperador das cousas perdidas, para com os seus é também preservador de que se não percam. Por isso com bem ocasionada propriedade se compara hoje no Evangelho ao sal: *Vos estis sal terrae*. O sal é remédio da corrupção, mas remédio preservativo: não remedia o que se perdeu: mas conserva o que se pudera perder, que é o de que temos necessidade.

Suposto isto, nenhuma parte lhe falta a Santo Antônio, antes todas estão nele em sua perfeição, para o ofício que lhe consideramos de procurador do Céu nas nossas Cortes. Como tal dirá o santo hoje seu parecer a respeito da conservação do Reino: e esta será a matéria do sermão. Santo Antônio é o que há de pregar, e não eu. E cuido que desta maneira ficará o sermão mais de Santo Antônio, que nenhum outro; porque nos outros tratamos nós dele, neste trata ele de nós. Mas como eu sou o que hei de falar; para que o discurso pareça de Santo Antônio, cujo é, e não meu, muita graça me é necessária. *Ave Maria*.

Já Santo Antônio tem dito seu parecer. Nestas quatro palavras breves, nestas seis sílabas compendiosas, *Vos-es-tis-sal-ter-rae*, se resume todo o arrazoado de Santo

Antônio em ordem ao bem e conservação do Reino. E ninguém me diga que disse estas palavras Cristo a Santo Antônio, e não Santo Antônio a nós; porque como a retórica dos do outro mundo são os exemplos, e o que obraram em vida é o que nos dizem depois da morte, dizer Cristo a Santo Antônio o que foi, é dizer-nos Santo Antônio o que devemos ser. *Vos estis sal terrae*, disse Cristo a Santo Antônio por palavra: *Vos estis sal terrae*, diz Santo Antônio aos portugueses por exemplo. Entendamos bem estas quatro palavras, que estas bem entendidas nos bastam.

*Vos estis sal terrae*. O primeiro fundamento que toma para seu discurso Santo Antônio, é supor que devemos e havemos de tratar de nossa conservação. Isso quer dizer (conforme a exposição de todos os doutores) *Vos estis sal terrae*: Vós sois o sal da terra. Quem diz sal, diz conservação; a que Cristo encomendava no original destas palavras tem grandes circunstâncias da nossa. Muito tenho reparado em que primeiro chamou Cristo aos apóstolos pescadores, e ao depois chamou-lhes sal: *Faciam vos fieri piscatores hominum*.<sup>2</sup> *Vos estis sal terrae*. Se pescadores, por que sal juntamente? Porque importa pouco o ter tomado, se se não conservar o que se tomou. Chamar-lhes pescadores, foi encomendar-lhes a pescaria; chamar-lhes sal foi encarregar-lhes a conservação. Sois pescadores, apóstolos meus, porque quero que vades pescar por esse mar do mundo; mas advirto-vos que sois também sal; porque quero que pesqueis, não para comer, senão para conservar. Senhores meus, já fomos pescadores, ser agora sal é o que resta. Fomos pescadores astutos, fomos pescadores venturosos; aproveitamos-nos da água envolta, lançamos as redes a tempo, e ainda que tomamos somente um peixe-rei, foi o mais formoso lanço, que se fez nunca; não digo nas ribeiras do Tejo, mas em quantas rodeiam as praias do oceano. Pescou Portugal o seu reino, pescou Portugal a sua coroa, advirta agora Portugal que não a pescou para a comer, senão para a conservar. Foi pescador, seja sal. Mas isto não se discorre, supõe-se.

Porém: *Si sal evanuerit, in quo salietur?* Se o sal não for efetivo; se os meios que se tomarem para a conservação, saírem vãos e ineficazes, que remédio? Esta é a razão de se repetirem; e esta é a maior dificuldade destas segundas Cortes. As primeiras Cortes foram de boas vontades; estas segundas podem ser de bons entendimentos. Nas primeiras tratou-se de remediar o Reino; nestas trata-se de remediar os remédios. Dificultosa empresa, mas importantíssima. Quando os remédios não têm bastante eficácia para curar a enfermidade, é necessário curar os remédios, para que os remédios curem ao enfermo. Assim o fez o mesmo Cristo Deus e Senhor nosso, sem dispêndio de sua sabedoria, nem erro de sua providência. Não se pode acertar tudo da primeira vez. Trabalhava Cristo por salvar e converter o seu povo com os remédios ordinários da doutrina, e pregação evangélica; e vendo que se não seguia a desejada saúde, que fez? Tratou de remediar os remédios, para que os remédios remediassem os

enfermos. Em próprios termos o disse Santo Astério falando da ressurreição da filha de Jairo: *Ut vidit Judaeos ad sermones absurdescere, factis ipsos instituit, ac medicinae medicinam accommodat*. Vendo Cristo que estava a enfermidade rebelde, e os ouvintes surdos a seus sermões, ajuntou às palavras obras, ajuntou à doutrina milagres, e tomou por arbítrio melhorar os remédios, para que os remédios melhorassem os enfermos: *Ac medicinae medicinam accommodat*. Aplicou umas medicinas a outras medicinas, para que os que eram remédios fracos, fossem valentes remédios. Este é o fim de se repetirem Cortes em Portugal. Arbitraram-se nas passadas vários modos de tributos, para remédio da conservação do Reino; mas como estes tributos não foram efetivos, como estes remédios saíram ineficazes, importa agora remediar os remédios.

iii

Mas perguntar-me-á alguém, ou perguntara eu a Santo Antônio: Que remédio teremos nós para remediar os remédios? Muito fácil, diz Santo Antônio: *Vos estis sal terrae*. Para se curar uma enfermidade, vê-se em que peca a enfermidade: para se curarem os remédios, veja-se em que pecaram os remédios. Os remédios, como diz a queixa pública, pecaram na violência, muitos arbítrios, mas violentos muito. Pois modere-se a violência com a suavidade, ficarão os remédios remediados. Foram ineficazes os tributos por violentos, sejam suaves, e serão efetivos. *Vos estis sal terrae*: Duas propriedades tem o sal, diz aqui Santo Hilário; conserva, e mais tempera: é o antídoto da corrupção, e lisonja do gosto: é o preservativo dos preservativos, e o sabor dos sabores: *Sal incorruptionem corporibus, quibus fuerit aspersus, impertit, et ad omnem sensum conditi saporis aptissimus est*. Tais como isto devem ser os remédios com que se hão de conservar as repúblicas. Conservativos sim, mas desabridos não. Obrar a conservação, e saborear, ou ao menos não ofender o gosto, é o primor dos remédios. Não tem bons efeitos o sal, quando aquilo que se salga fica sentido. De tal maneira se há de conseguir a conservação, que se escusa quanto for possível o sentimento. Tirou Deus uma costa a Adão para a fábrica de Eva: mas como a tirou? *Immisit Deus saporem in Adam*, diz o texto sagrado: Fez Deus adormecer a Adão, e assim dormindo lhe tirou a costa.<sup>3</sup>

Pois por que razão dormindo, e não acordado? Disse-o advertidamente o nosso português Oleastro, e é o pensamento tão tirado da costa de Adão, como das entranhas dos portugueses: *Ostendit, quam difficile sit ab homine auferre, quod etiam in ejus cedit utilitatem: quam obrem opus est ab eo surripere, quod ipse concedere negligit*. A costa de que se havia de formar Eva, tirou-a Deus a Adão dormindo, e não acordado, para mostrar quão dificultosamente se tira aos homens, e com quanta suavidade se deve tirar ainda o que é para seu proveito. Da criação e fábrica de Eva dependia não menos que a conservação e

propagação do gênero humano; mas repugnam tanto os homens a deixar arrancar de si aquilo que se lhe tem convertido em carne e sangue, ainda que seja para bem de sua casa, e de seus filhos, que por isso traçou Deus tirar a costa a Adão, não acordado, senão dormindo: adormeceu-lhe os sentidos, para lhe escusar o sentimento. Com tanta suavidade como o isto, se há de tirar aos homens o que é necessário para sua conservação. Se é necessário para a conservação da pátria, tire-se a carne, tire-se o sangue, tirem-se os ossos, que assim é razão que seja; mas tire-se com tal modo, com tal indústria, com tal suavidade, que os homens não o sintam, nem quase o vejam. Deus tirou a costa a Adão, mas ele não o viu, nem o sentiu; e se o soube, foi por revelação. Assim aconteceu aos bem governados vassallos do imperador Teodorico, dos quais por grande glória sua dizia ele: *Sentimus auctas illationes, vos addita tributa nescitis*: Eu sei que há tributos, porque vejo as minhas rendas acrescentadas: vós não sabeis se os há, porque não sentis as vossas diminuídas. Razão é que por todas as vias se acuda à conservação; mas como somos compostos de carne e sangue, obre de tal maneira o racional, que tenha sempre respeito ao sensitivo. Tão ásperos podem ser os remédios, que seja menos feia a morte, que a saúde. Que me importa a mim sarar do remédio, se hei de morrer do tormento?

Divina doutrina nos deixou Cristo desta moderação na sujeita matéria dos tributos. Mandou Cristo a São Pedro que pagasse o tributo a César, e disse-lhe que fosse pescar, e que na boca do primeiro peixe acharia uma moeda de prata, com que pagasse. Duas ponderações demos a este lugar o dia passado: hoje lhe daremos sete a diferentes intentos. Se Deus não faz milagres sem necessidade, por que o fez Cristo nesta ocasião, sendo ao parecer supérfluo? Pudera o Senhor dizer a Pedro que fosse pescar, e que do preço do que pescasse, pagaria o tributo. Pois por que dispõe que se pague o tributo não do preço, senão da moeda que se achar na boca do peixe? Quis o Senhor que pagasse São Pedro o tributo, e mais que lhe ficasse em casa o fruto de seu trabalho, que este é o suave modo de pagar tributos. Pague Pedro o tributo sim, mas seja com tal suavidade e com tão pouco dispêndio seu, que satisfazendo às obrigações de tributário não perca os interesses de pescador. Coma o seu peixe como o dantes comia, e mais pague o tributo que dantes não pagava. Por isso tira a moeda não do preço senão da boca do peixe: *Aperto ore ejus, invenies staterem*.<sup>4</sup> *Aperto ore*: Notai. Da boca do peixe se tirou o dinheiro do tributo; porque é bem que para o tributo se tire da boca. Mas esta diferença há entre os tributos suaves e os violentos; que os suaves tiram-se da boca do peixe; os violentos, da boca do pescador. Não-se de tirar os tributos com tal graça, com tal indústria, com tal invenção, *Invenies staterem*, que pareça o dinheiro achado, e não perdido; dado por mercê da ventura, e não tirado à força da violência. Assim o fez Deus com Adão; assim o fez Cristo com São Pedro; e para que não diga alguém que são milagres a nós impossíveis, assim o fez Teodorico com seus vassallos. A boa indústria é suplemento da onipotência, e o

que faz Deus por todo-poderoso, fazem os homens por muito industriosos.

iv

Sim. Mas que indústria poderá haver para que os tributos se não sintam, para que sejam suaves e fáceis de levar? Que indústria? *Vos estis sal terrae*. Não se mete Santo Antônio a discursar arbítrios particulares, que seria cousa larga, e menos própria deste lugar, posto que não dificultosa: um só meio aponta o santo nestas palavras, que transcende universalmente por todos os que se arbitrarem, com que qualquer tributo, se for justo, será mais justo; e se fácil, muito mais fácil, e mais suave: *Vos estis sal terrae*. Nota aqui São João Crisóstomo a generalidade com que falou Cristo aos discípulos. Não lhes chamou sal de uma casa, ou de uma família, ou de uma cidade, ou de uma nação, senão sal de todo o mundo, sem excetuar a ninguém: *Vos estis sal terrae, non pro una gente, sed pro universo mundo*, comenta o santo padre. Queremos, senhores, que o sal, qualquer que for, não seja desabrido? Queremos que os meios da conservação pareçam suaves? *Non pro una gente, sed pro universo mundo*. Não sejam os remédios particulares, sejam universais: não carreguem os tributos somente sobre uns, carreguem sobre todos. Não se trate de salgar só um gênero de gente: *Non pro una gente*: repartase, e alcance o sal a Terra: *Vos estis sal terrae*. Convida Cristo aos homens para a aceitação e observância de sua Lei, e diz assim: *Venite ad me omnes, qui laboratis, et onerati estis et ego reficiam vos*.<sup>5</sup> Vinde a mim todos, que tão cansados e molestados vos traz o mundo, e eu vos aliviarei: *Tollite jugum meum super vos, et invenietis requiem animabus vestris*.<sup>6</sup> Tomai o meu jugo sobre vós, e achareis descanso para a vida: *Jugum enim meum suave est, et onus meum leve*.<sup>7</sup> Porque o jugo de minha Lei é suave, e o peso de meus preceitos é leve.

Ora, se tomarmos bem o peso à Lei de Cristo, havemos de achar que tem alguns preceitos pesados, e, segundo a natureza, assaz violentos. Haver de amar aos inimigos: confessar um homem suas fraquezas a outro homem: bastar um pensamento para ofender gravemente a Deus, e ir ao Inferno: estes e outros semelhantes preceitos não há dúvida que são pesados e dificultosos: e por tais os estimou o mesmo Senhor, quando lhes chamou cruz nossa: *Tollat crucem suam, et sequatur me*.<sup>8</sup> Pois se os preceitos da Lei de Cristo, ao menos alguns, são cruz pesada; como lhes chama o Senhor jugo suave e carga leve: *Jugum enim meum suave est, et onus meum leve*? Antes de o Senhor lhes chamar assim, já tinha dito a causa: *Venite ad me omnes*. A Lei de Cristo é uma lei que se estende a todos com igualdade, e que obriga a todos sem privilégio: ao grande e ao pequeno: ao alto e ao baixo: ao rico e ao pobre: a todos mede pela mesma medida. E como a lei é comum sem exceção de pessoas, e igual sem diferença de preceito, modera-se tanto o pesado no comum, e o violento no igual, que, ainda que a lei

seja rigorosa, é jugo suave; ainda que tenha preceitos dificultosos, é carga leve: *Jugum meum suave est, et onus meum leve*. É verdade que é jugo, é verdade que é peso, nem Cristo o nega; mas como é jugo que a todos iguala, o exemplo o faz suave; como é peso que sobre todos carrega, a companhia o faz leve. Clemente Alexandrino: *Non praetergredienda est aequalitas, quae versatur in distributionibus honorando justitiam: propterea Dominus, tollite, inquit, jugum meum super vos, quia benignum est et leve*.

O maior jugo de um reino, a mais pesada carga de uma república, são os imoderados tributos. Se queremos que sejam leves, se queremos que sejam suaves, repartam-se por todos. Não há tributo mais pesado que o da morte, e contudo todos o pagam, e ninguém se queixa; porque é tributo de todos. Se uns homens morreram, e outros não, quem levará em paciência esta rigorosa pensão da mortalidade? Mas a mesma razão que a estende, a facilita; e porque não há privilegiados, não há queixosos. Imitem as resoluções políticas o governo natural do Criador: *Qui solem suum oriri faciet super bonos et malos, et pluit super justos et injustos*.<sup>2</sup> Se amanhece o sol, a todos aquece; e se chove o Céu, a todos molha. Se toda a luz caíra a uma parte, e toda a tempestade a outra, quem o sofrera? Mas não sei que injusta condição é a deste elemento grosseiro em que vivemos, que as mesmas igualdades do Céu, em chegando à Terra, logo se desigalam. Chove o Céu com aquela igualdade distributiva que vemos; mas em a água chegando à Terra, os montes ficam enxutos, e os vales afogando-se: os montes escoam o peso da água de si, e toda a força da corrente desce a alagar os vales: e queira Deus que não seja teatro de recreação para os que estão olhando do alto, ver nadar as cabanas dos pastores sobre os dilúvios de suas ruínas. Ora guardemo-nos de algum dilúvio universal, que quando Deus iguala desigualdades, até os mais altos montes ficam debaixo da água. O que importa é que os montes se igualem com os vales, pois os montes são a quem principalmente ameaçam os raios: e reparta-se por todos o peso, para que fique leve a todos. Os mesmos animais de carga, se lha deitam toda a uma parte, caem com ela; e a muitos navios meteu nas mãos dos piratas a carga não por muita, mas por descompassada. Se se repartir o peso com igualdade de justiça, todos o levarão com igualdade de ânimo: *Nullus enim gravanter obtulit, quod cum aequitate persolvitur*. Porque ninguém toma pesadamente o peso que se lhe distribuiu com igualdade, disse o político Cassiodoro.

Boa doutrina estava esta, se não fora dificultosa, e, ao que parece, impraticável. Bom era que nos igualáramos todos: mas como se podem igualar extremos que têm a essência na mesma desigualdade? Quem compõe os três estados do Reino, é a desigualdade das pessoas. Pois como se hão de igualar os três estados, se são

estados porque são desiguais? Como? Já se sabe que há de ser: *Vos estis sal terrae*. O que aqui pondero é que não diz Cristo aos apóstolos: vós sois semelhantes ao sal; senão: *Vos estis*. Vós sois sal. Não é necessária filosofia para saber que um indivíduo não pode ter duas essências. Pois se os apóstolos eram homens, se eram indivíduos da natureza humana, como lhe diz Cristo que são sal: *Vos estis sal*? Alta doutrina de estado. Quis-nos ensinar Cristo Senhor nosso, que pelas conveniências do bem comum se hão de transformar os homens, e que hão de deixar de ser o que são por natureza, para serem o que devem ser por obrigação. Por isso tendo Cristo constituído aos apóstolos ministros da Redenção, e conservadores do mundo, não os considera sal por semelhança, senão sal por realidade: *Vos estis sal*: porque o ofício há-se de transformar em natureza, a obrigação há-se de converter em essência, e devem os homens deixar o que são, para chegarem a ser o que devem. Assim o fazia o Batista, que, perguntado quem era, respondeu:

*Ego sum vox*:<sup>10</sup> Eu sou uma voz. Calou o nome da pessoa, e disse o nome do ofício; porque cada um é o que deve ser, e senão, não é o que deve. Se os três estados do Reino, atendendo a suas preeminências, são desiguais, atendam a nossas conveniências, e não o sejam. Deixem de ser o que são, para serem o que é necessário, e iguale a necessidade os que desigualou a fortuna.

A mesma formação do sal nos porá em prática esta doutrina. Aristóteles e Plínio reconhecem na composição do sal o elemento da água e do fogo: *Sal est igneae, et aquae naturae, continens duo elementa, ignem et aquam*, diz Plínio. A glossa ordinária, e São Cromácio acrescentam o terceiro elemento do ar (prova seja a grande umidade deste misto), e diz assim São Cromácio: *Natura salis per aquam, per calorem solis, per flatum venti constat et ex eo, quod fuit, in alteram speciem commutatur*: A matéria ou natureza do sal são três elementos transformados, os quais tendo sido fogo, ar e água, se uniram em uma diferente espécie, e se converteram em sal. Grande exemplo da nossa doutrina! Assim como o sal é uma junta de três elementos, fogo, ar e água, assim a república é uma união de três estados, eclesiástico, nobreza e povo. O elemento do fogo representa o estado eclesiástico, elemento mais levantado que todos, mais chegado ao Céu, e apartado da Terra; elemento a quem todos os outros sustentam, isento ele de sustentar a ninguém. O elemento do ar representa o estado da nobreza, não por ser a esfera da vaidade, mas por ser o elemento da respiração; porque os fidalgos de Portugal foram o instrumento felicíssimo, por que respiramos, devendo este reino eternamente à resolução da sua nobreza os alentos com que vive, os espíritos com que se sustenta.

Finalmente o elemento da água representa o estado do povo: (*Aquae sunt populi*, diz um texto do Apocalipse)<sup>11</sup> e não como dizem os críticos, por ser elemento inquieto e indômito, que à variedade de qualquer vento se muda; mas por servir o mar de muitos e mui proveitosos usos à terra, conservando os comércio, enriquecendo as cidades, sendo o melhor vizinho, que a natureza deu



às que amou mais. Estes são os elementos de que se compõe a república. De maneira, pois, que aqueles três elementos naturais deixam de ser o que eram, para se converterem em uma espécie conservadora das cousas: *Ex eo, quod fuit, in alteram speciem commutatur*: assim estes três elementos políticos hão de deixar de ser o que são, para se reduzirem unidos a um estado que mais convenha à conservação do Reino. O estado eclesiástico deixe de ser o que é por imunidade, e anime-se a assistir com o que não deve. O estado da nobreza deixe de ser o que é por privilégios, e alente-se a concorrer com o que não usa. O estado do povo deixe de ser o que é por possibilidade, e esforce-se a contribuir com o que pode: e desta maneira deixando cada um de ser o que foi, alcançarão todos juntos a ser o que devem: sendo esta concorde união dos três elementos eficaz conservadora do quarto. *Vos estis sal terrae*.

vi

Amplifiquemos este ponto, como tão essencial, e falemos particularmente com cada um dos três estados. Primeiramente o estado eclesiástico deixe de ser o que é por imunidade, e seja o que convém à necessidade comum. Serem isentas de pagar tributo as pessoas e bens eclesiásticos, o direito humano o dispõe assim, e alguns querem que também o divino. No nosso passo o temos. Indo propor São Pedro a Cristo que os ministros reais lhe pediam o tributo, respondeu o Senhor, que fosse pescar, como dissemos, e que na boca do primeiro peixe acharia o didracma, ou moeda. Dificulto. Suposto que o tributo se havia de pagar do dinheiro milagroso, e não do preço do peixe, para que vai pescar São Pedro? Não era mais barato dizer-lhe Cristo que metesse a mão na algibeira e que aí acharia com que pagar? Para Cristo tão fácil era uma cousa como a outra; para São Pedro mais fácil esta segunda. Pois por que lhe manda que vá ao mar, que pesque, e que do dinheiro que achar por esta indústria, pague o tributo? A razão foi porque quis Cristo contemporizar com o tributo de César, e mais conservar em seu ponto a imunidade eclesiástica. Pague Pedro (como se dissera Cristo), mas pague como pescador, não pague como apóstolo: pague como oficial do povo, e não como ministro da Igreja. Deixe Pedro, por representação, de ser o que é, e torne por representação a ser o que foi: deixe de ser eclesiástico, e torne a ser pescador; e então pague por obrigação do ofício, o que não deve pagar por privilégio da dignidade. *Ita Christus tributum solvere voluit, ut nec publicanos offenderet, nec suum perdere privilegium*, diz o doutíssimo Maldonado de sentença de São Crisóstomo e de Eutímio. A sua razão é: *Dum non ex suo, sed ex invento solveret*: porque pagou do dinheiro achado, e não do seu.

Mas a mim mais fácil me parece distinguir na mesma pessoa diferentes representações que admitir, receber, e dar sem consideração de domínio. O pensamento é o mesmo, escolha cada um das duas razões a que mais lhe

contentar. E como a matéria era de tanta importância, ainda por outra cláusula a confirmou e ratificou o Senhor, para que este exemplo lhe não prejudicasse: *Da eis pro me et te*:<sup>12</sup> Dai, Pedro, por mim, e por vós. *Da*: aqui reparo. Quando Lhe vieram perguntar a Cristo, se era lícito pagar o tributo a César, respondeu o Senhor: *Reddite, quae sunt Caesaris, Caesari, et quae sunt Dei, Deo*:<sup>13</sup> Pagai o de César a César, e o de Deus a Deus. Pergunta Teofilacto: *Quare reddite et non date?* Por que diz Cristo *pagai*, e não diz *dai*? A mesma questão faço eu aqui: *Da eis pro me et te: quare da et non, redde?* Por que diz *dai* e não diz *pagai*? Se lá diz Cristo, *pagai* e não *dai*; porque cá diz o mesmo Senhor *dai* e não *pagai*? A razão é, porque lá falava Cristo com os seculares, cá falava com os eclesiásticos; e quando uns e outros concorrem para os tributos, os seculares *pagam*, e os eclesiásticos *dão*. Os seculares *pagam*, porque *dão* o que devem; os eclesiásticos *dão*, porque *pagam* o que não devem. Por isso Cristo usou da cláusula *dá* com grande providência; para que este ato tão contrário à imunidade eclesiástica não cedesse em prejuízo dela, declarando que o tributo que um e outro estado paga promiscuamente, nos seculares é justiça, nos eclesiásticos é liberalidade: nos seculares é dívida, nos eclesiásticos é dádiva: *Da: Reddite*.

Tanta é a imunidade das pessoas e bens eclesiásticos: mas estamos em tempo em que é necessário cederem de sua imunidade para socorrerem a nossa necessidade. Não digo que *paguem* os eclesiásticos; mas digo que *deem*: não digo *reddite*; mas digo *da*. Liberalidade peço e não justiça; ainda que a ocasião presente é tão forçosa, que justiça vem a ser a liberalidade. Com nenhum doutor alegarei nesta matéria, que não seja ou sumo pontífice, ou cardeal, ou bispo; para que com o desinteresse em causa própria se qualifique ainda mais a autoridade maior. Quando el-rei de Israel, Saul, tratava de tirar a vida a Davi, rei também de Israel, que havia naquele tempo dous que se intitulavam reis do mesmo reino; um, rei injusto, outro santo: um, rei escolhido por Deus, outro, reprovado por Ele. Neste tempo (que parece neste tempo) foi ter Davi com o sacerdote Aquimelech, ou Abiatar, e com licença sua tomou do altar os pães da proposição, e repartiu-os a seus soldados, ação foi esta que tem contra si um texto expresso no capítulo 24 do Levítico, desta maneira: *Eruntque (panes propositionis) Aaron et filiorum ejus, ut comedant eos in loco sancto: quia Sanctum Sanctorum est de sacrificiis Domini jure perpetuo*. Quer dizer: que os pães da proposição seriam perpetuamente de Aarão e seus descendentes, e que os comeriam os sacerdotes, e não outrem, por ser pão santo e consagrado a Deus. Esta é a verdadeira inteligência do texto, conforme uma glosa de fé no capítulo sexto de São Lucas. Pois se os pães da proposição eram próprios dos sacerdotes, e nenhum homem secular podia comer deles licitamente, como os deu a Davi um sacerdote tão zeloso como Aquimelech; e como os tomou para seus soldados um rei tão santo como Davi?

Não temos menor intérprete ao lugar, que o sumo pontífice Cristo, autor e

expositor de sua mesma Lei. Aprova Cristo esta ação de Davi no capítulo segundo de São Marcos, e diz assim: *Nunquam legis, quid fecerit David quando necessitatem habuit? Quomodo introivit in domum Dei, et Panes Propositionis manducavit, quos non licebat manducare nisi sacerdotibus et dedit eis, qui cum eo erant?*<sup>14</sup> Nunca lestes o que fez Davi quando teve necessidade, como entrou no templo de Deus, como tomou os pães, que não era lícito comer senão aos sacerdotes, e os deu a seus soldados? De maneira que a total razão, porque aprova Cristo entrar Davi no templo, e tomar o pão dos sacerdotes é porque o fez o rei, *quando necessitatem habuit*, quando teve necessidade; porque quando estão em necessidade os reis, é bem que os bens eclesiásticos os socorram, e que tirem os sacerdotes o pão da boca para o sustentarem a ele, e a seus soldados. Assim declara Cristo que precede o direito natural ao positivo, e que pôde ser lícito pelas circunstâncias do tempo, o que pelas leis e cânones é proibido.

E verdadeiramente que quando a nenhum rei deveram os eclesiásticos esta correspondência, os reis de Portugal a mereciam; porque se atentamente se lerem as nossas crônicas, apenas se achará templo, ou mosteiro em todo Portugal, que os reis portugueses com seu piedoso zelo ou não fundassem totalmente, ou não dotassem de grossas rendas, ou não enriquecessem com preciosíssimas dádivas. Impossível cousa fora deter-me em matéria tão larga e inútil, e tão sabida. Concorram pois as igrejas a socorrer a seus fundadores, a sustentar a quem as enriqueceu, e a oferecer parte de suas rendas às mãos de cuja realeza receberam todas. Mais é isto justiça que liberalidade; mais é obrigação que benevolência; mais é restituição que dádiva.

Tirou el-rei Ezequias do templo, para se socorrer em uma guerra, os tesouros sagrados, e as mesmas lâminas de ouro com que estavam chapeadas as portas; e justificam muito esta resolução assim o texto, como os doutores, por três razões: De necessidade em respeito do reino; de conveniência em respeito do templo; de obrigação em respeito do rei. Por razão de necessidade em respeito do reino (diz o cardeal Caetano), porque quando o reino tinha chegado a termos, que se não podia conservar, nem defender de outra maneira, justo era que em falta dos tesouros profanos substituíssem os sagrados, e que se empenhassem e vendessem as jóias da Igreja para remir a liberdade pública. *Omni exceptione maius est exemplum hoc Ezechiae, ut pro redemptione vexationis ab infidelibus liceat, exhaustis publicis thesauris, ex Ecclesiae totalibus subvenire publicae libertati christianorum.* Por razão de conveniência em respeito do templo (diz o bispo São Teodoro); porque mais convinha ao templo conservar-se pobre que não se conservar; e é certo que na perda ou defesa da cidade consistia juntamente a sua; porque fazendo-se senhor da cidade Senaquerib, também arderia com a cidade o templo: *Quando non sufficiebant thesauri regis, mos erat in hujusmodi necessitatibus sacros etiam thesauros consumere; necessitas autem effecit, ut etiam constaret portas aeneas, ne si bello superior fuisset Senacherib, et urbem, et templum incenderet.* Finalmente, por razão de obrigação, em respeito do mesmo

rei; porque, como nota o texto, *confregit Ezechias valvas templi et laminas auri, quas ipse affixerat.*<sup>15</sup>

As lâminas de ouro, que Ezequias arrancou das portas do templo, ele mesmo as tinha dado; e era justa correspondência que em tal ocasião as portas se despissem de suas joias, e restituíssem generosamente o seu ouro a um rei, que com tanta liberalidade as enriquecera. Os templos são armazéns das necessidades; e os reis que oferecem votos, depositam socorros. Quando Davi se viu no deserto desarmado e perseguido, nenhum socorro achou senão a espada do gigante, que consagrara a Deus no templo; que as dádivas, que dedicaram aos templos os reis vitoriosos, bem é que as restituam os templos aos reis necessitados. Isto é o que deve fazer o estado eclesiástico de Portugal, e em primeiro lugar os primeiros dele; que por isso pagou o tributo não outro dos apóstolos, senão São Pedro.

vii

O estado da nobreza também é isento por seus privilégios de pagar tributos: *Capita stipendio censa ignobiliora*, disse lá Tertuliano; donde Jeremias, falando de Jerusalém: *Princeps Provinciarum facta est sub tributo.*<sup>16</sup> Contrapôs o tributo à nobreza, e exagerou a Jerusalém senhora, para a lamentar tributária. No passo que nos fez o gasto temos também isto. Quando os ministros de César pediram o tributo a São Pedro, perguntou-lhe Cristo: *Quid tibi videtur, Simon?*<sup>17</sup> Que vos parece, Pedro, neste caso? *Reges terrae a quibus accipiunt tributum, a filiis, an ab alienis?*<sup>18</sup> Os reis da terra de quem recebem tributo, dos filhos, ou dos estranhos? *Ab alienis.*<sup>19</sup> Dos estranhos, respondeu São Pedro. *Ergo liberi sunt filii?*<sup>20</sup> Logo isentos somos nós de pagar tributos?, diz Cristo: Eu, porque sou Filho do Rei dos reis; e vós, porque sois domésticos e criados de minha casa; que os que têm foro, ou filiação na casa real, isentos e privilegiados são de pagar tributos. *Hoc exemplum probat*, diz o doutíssimo Tanero, *etiam familiares ipsius Christi a tributo liberos esse, cum et in humana politia non tantum filius ipse regis, sed etiam familia ejus a tributis libera esse soleat.* Isto resolveu Cristo *de jure*. Mas *de facto* que resolveu? *Ut autem non scandalizemus eos, vade et da eis pro me et te.*<sup>21</sup> Resolveu que sem embargo de serem privilegiados, pagassem o tributo: porque seria matéria de escândalo, que quando pagavam todos, não pagassem eles. Pois se nos casos comuns lhe parece bem a Cristo que paguem tributos os nobres, a quem isentam as leis; quanto mais em um caso tão extraordinário e maior que pôde acontecer em um reino, em que se arrisca a conservação do mesmo reino, do mesmo rei e a mesma nobreza?

Por duas razões principalmente me parece que corre grande obrigação à

nobreza de Portugal de concorrerem com muita liberalidade para os subsídios e contribuições do Reino. A primeira razão é, porque as comendas e rendas da Coroa, os fidalgos deste Reino são os que as logram e lograram sempre; e é justo que os que se sustentam dos bens da Coroa, não faltem à mesma Coroa com seus próprios bens: *Quae de manu tua accepimus, dedimus tibi*. Não há tributo mais bem pago no mundo que o que pagam os rios ao mar. Continuamente estão pagando este tributo, ou em desatados cristais, ou em prata sucessiva (como dizem os cultos), e vemos que para não faltarem a esta dívida, se desentranham as fontes e se despenham as águas. Pois quem deu tanta pontualidade a um elemento bruto? Por que se despendem com tanto primor umas águas irracionais? Por quê? Porque é justo que tornem ao mar águas que do mar saíram. Não é o pensamento de quem cuidais, senão de Salomão. *Ad locum, unde exeunt, flumina revertuntur*.<sup>22</sup> Tornam os rios perpetuamente ao mar (e em tempos tempestuosos com mais pressa e muito tributo); porque, mais ou menos grossas, do mar recebem todos suas correntes. Que injustiça fora da natureza, e que escândalo do universo, se crescendo caudalosos os rios, e fazendo-se alguns navegáveis com a liberalidade do mar, represaram avaros suas águas, e lhe negaram o devido tributo? Tal seria, se a nobreza faltasse à Coroa com o ouro que dela recebe. E é muito de advertir aqui uma lição que a terra nos dá, se já não for repreensão, com seu exemplo. A água que recebe a terra é salgada; a que torna ao mar é doce. O que recebe em ondas amargosas, restitui-o em doces tributos. Assim havia de ser, senhores, mas não sei se acontece pelo contrário. A todos é cousa muito doce o receber; mas tanto que se fala em dar, grandes amarguras! Pois consideremos a razão, e parecer-nos-á imitável o exemplo. A razão por que as águas amargosas do mar se convertem em tributos doces, é porque a terra, por onde passam, recebe o sal em si. *Vos estis sal terrae*: portugueses, entranhe-se na terra o sal; entenda-se que o que se dá, é o sal e conservação da terra; e logo serão os tributos doces, ainda que pareçam amargosas as águas.

A segunda razão por que a nobreza de Portugal deve servir com sua fazenda a el-rei nosso senhor, que Deus guarde, mais que nenhuma outra nobreza a outro rei, é porque ela o fez. Já que a fidalguia de Portugal saiu com a glória de levantar o rei, não deve querer que a leve outrem de o conservar e sustentar no Reino. Fazer, e não conservar, é insuficiência de causas segundas inferiores: os efeitos das causas primeiras dependem delas *in fieri, et conservari*. É verdade que muitas vezes tem maiores dificuldades o conservar que o fazer; mas quem se gloria da feitura, não deve recusar o peso da conservação. Pecou Adão, decretou o Eterno Padre, que não havia de aceitar menor satisfação, que o sangue, de seu unigênito Filho. Notificou-se este decreto ao Verbo (digamo-lo assim), e que vos parece que responderia? *Ego feci, ego feram*: Eu o fiz, eu o sustentarei, diz por Isaías. A razão com que o Filho de Deus se animou à conservação tão dificultosa

e tão penosa de Adão, foi com se lembrar que Ele o fizera: *Ego feci, ego feram*. Para se persuadir a ser redentor, lembrou-se que fora criador; e para conservar a Adão com todo o sangue, lembrou-se que o fizera com uma palavra. Nobreza de Portugal, já fizestes ao rei, conservá-lo agora é o que resta, ainda que custe: *Ego feci, ego feram*. Muito foi fazer um rei com uma palavra; mas conservá-lo com todo o sangue das veias, será a coroa de tão grande façanha. Sangue e vidas é o que peço; que a tão ilustres e generosos ânimos, petição fora injuriosa falar em fazenda.

viii

Resta que a obrigação absoluta de pagar tributos, só o terceiro estado a tenha. E assim o diz o nosso passo, que, com o até agora nos acompanhou, ainda aqui nos não falta. Da boca do peixe tirou São Pedro a moeda para o tributo: mas perguntará algum curioso, que peixe era este, ou como se chamava? Poucos dias há que eu me não atrevera a satisfazer à dúvida; mas fui-a achar decidida em um autor estrangeiro da nossa Companhia, chamado Adamus Conthzem, pode ser que seja mais conhecido dos políticos, que dos escrivários; mas em uma e outra cousa é muito douto. Diz este autor, falando do nosso peixe: *Piscis est apud Plinium, qui Faber dicitur, et piscis Sancti Petri Christianis*: Que é este um peixe, a que hoje os Cristãos chamam peixe de São Pedro; e Plinio, na sua História Natural, lhe chama *Faber*. Notável cousa! *Faber* quer dizer o oficial. De sorte que ainda no mar, quando se há de pagar um tributo, não o pagam os outros peixes, senão o peixe oficial. Não pagou o tributo um peixe fidalgo, senão um peixe mecânico. Não o pagou um peixe que se chamasse rei, ou delfim, ou outro nome menor de nobreza, senão um peixe que se chamava oficial: *Faber*. Sobre os oficiais, sobre os que menos podem, caem de ordinário os tributos; não sei se por lei, se por infelicidade: e melhor é não saber por quê.

Seguia-se agora, segundo a ordem que levamos, exortar o povo aos tributos; mas não cometerei eu tão grande crime. Pedir perdão aos que chamei povo, isso sim. Em Lisboa não há povo. Em Lisboa não há mais que dous estados — eclesiástico e nobreza. Vassallos que com tanta liberalidade despendem o que têm, e ainda o que não têm, por seu rei, não são povo. Vai louvando o Esposo divino as perfeições da Igreja, em figura da Esposa, e admirando o ar, garbo e bizzaria, com que punha os pés no chão, chama-lhe filha de príncipe: *Quam pulchri sunt gressus tui in calceamentis, filia principis?*<sup>23</sup> Não há dúvida que no corpo político de qualquer monarquia, os pés como o parte inferior significam o povo. Pois se o Esposo louva o povo da monarquia da Igreja, com que pensamento, ou com que energia lhe chama neste louvor filha de príncipe: *Filia principis?* A versão hebreia o declarou ajustadamente: *Filia principis, idest, filia populi sponte offerentis*. Onde a Vulgata diz, filha de príncipe, tem a raiz hebreia,

filha do povo, que oferece voluntária e liberalmente. E povo que oferece com vontade e liberalidade, não é povo, é príncipe: *Filia populi sponte offerentis: filia principis*. Bem dizia eu logo que em Lisboa não há três estados, senão dous — eclesiástico, e nobreza. E se quisermos dizer que há três, não são eclesiástico, nobreza, e povo, senão eclesiástico, nobreza e príncipes. E a príncipes quem os há de exortar em matéria de liberalidade?

Só digo por conclusão, e em nome da pátria o encareço muito a todos, que ninguém repare em dar com generoso ânimo tudo o que se pedir (que não será mais do necessário) ainda que para isso se desfaça a fazenda, a casa, o estado, e as mesmas pessoas; porque se pelo outro caminho deixarem de ser o que são, por este tornarão a ser o que eram: *Vos estis sal terrae*. A água deixando de ser água faz-se sal, e o sal desfazendo-se do que é torna a ser água. Neste círculo perfeito consiste a nossa conservação e restauração. Deixem todos de ser o que eram, para se fazerem o que devem; desfaçam-se todos como devem, tornarão a ser o que eram. Este é em suma o espírito das nossas quatro palavras: *Vos, estis, sal, terrae*.

ix

Temos acabado o sermão. E Santo Antônio? Parece que nos esquecemos dele; mas nunca falamos de outra cousa. Tudo o que dissemos neste discurso foram louvores de Santo Antônio, posto que desconhecidos, por irem com o nome mudado. Chamamos-lhe propriedade do sal, e eram virtudes do santo. E senão, arribemos brevemente sobre elas, e vamo-las discorrendo. Se a primeira propriedade do sal é preservar da corrupção, que espírito apostólico houve que mais trabalhasse por conservar incorrupta a Fé Católica com a verdade de sua doutrina, com a pureza de seus escritos, com a eficácia de seus exemplos, e com a maravilha perpétua de seus prodigiosos milagres? Se a segunda propriedade do sal é, sobre preservativo, não ser desabrido, que santo mais afável, que santo mais benigno, que santo mais familiar, que santo enfim, que tenha uns braços tão amorosos, que por se ver neles Deus, desceu do Céu à Terra, não para lutar como Jacó, mas para se regalar docemente? Se a terceira propriedade do sal apostólico era não ser de uma senão de toda a terra; quem no mundo mais sal da terra que Santo Antônio? De Lisboa, deixando a pátria, para Coimbra; de Portugal, com desejo de martírio, para Marrocos; da arribada de Marrocos para Espanha, de Espanha para Itália, de Itália para França, de França para Veneza, de Veneza outra vez a França, outra a Itália, com repetidas jornadas: com os pés andou a Europa, e com os desejos a África, e se não levou os raios de sua doutrina a mais partes do mundo, foi porque ainda as não tinham descoberto os portugueses.

Se a quarta propriedade do sal foi ser sujeito das transformações dos elementos, em que santo se viram tantas metamorfoses, como em Santo Antônio,

transformando-se do que era para ser o que mais convinha? De Fernando se mudou em Antônio, de secular em eclesiástico, de clérigo em religioso, e ainda de um hábito em outro hábito, para maior glória de Deus tudo, sendo o primeiro em quem foi crédito a mudança, e a inconstância virtude. Finalmente, se a última propriedade do sal é conseguir o seu fim desfazendo-se: quem mais bizarra e animosamente que Santo Antônio se tiranizou a si mesmo, desfazendo-se com penitências, com jejuns, com asperezas, com estudos, com caminhos, com trabalhos padecidos constante e fervorosamente por Deus; até que em trinta e seis anos de idade (sendo robusto por natureza) deixou de ser temporalmente ao corpo, para ser por toda a eternidade à alma, onde vive, e viverá sem fim?

1 Mt 5.

2 Mc 1,17.

3 Gn 2,21.

4 Mt 17,26.

5 Mt 11,28.

6 Mt 11,29.

7 Mt 11,30.

8 Mt 16,24.

9 Mt 5,45.

10 Jo 1,23.

11 Ap 17,15.

12 Mt 17,26.

13 Mt 22,21.

14 Mc 2,25-6.

15 4Rs 18,16.

16 Tren 1,1.

17 Mt 17,24.

18 Mt 17,24.

19 Mt 17,25.

20 Mt 17,25.

21 Mt 17,26.

22 Ecl 1,7.

23 Ct 7,1.



## Sermão do mandato

pregado em Lisboa, no hospital real,  
no ano de 1643

*Sciens Jesus quia venit hora ejus, ut transeat ex hoc mundo ad Patrem, cum dilexisset suos, qui erant in mundo, in finem dilexit eos.*<sup>1</sup>

i

Quem entrar hoje nesta casa (todo-poderoso, e todo-amoroso Senhor): quem entrar hoje nesta casa, que é o refúgio último da pobreza, e o remédio universal das enfermidades: quem entrar, digo, a visitar-Vos nela (como faz todo este concurso da piedade cristã) com muito fundamento pode duvidar, se viestes aqui por pródigo, se por enfermo. Destes o Céu, destes a Terra, destes-Vos a Vós mesmo: e quem tão prodigamente despendeu quanto era, e quanto tinha, não é muito que viesse a parar em um hospital. Quase persuadido estava eu a este pensamento, mas no juízo dos males sempre conjecturou melhor quem presumiu os maiores. Diz o Vosso evangelista, Senhor, que a enfermidade Vos trouxe a este lugar, e não a prodigalidade. Enfermo diz que estais, e tão enfermo, que a Vossa mesma ciência Vos promete poucas horas de vida, e que por momentos se vem chegando a última: *Sciens Jesus quia venit hora ejus*<sup>2</sup> Qual será esta enfermidade, também o declara o evangelista. Diz que é de amor, e de amor nosso, e de amor incurável: de amor: *cum dilexisset*; de amor nosso: *suos qui erant in mundo*; e de amor incurável, e sem remédio: *in finem dilexit eos*. Este é, enfermo Senhor, e saúde de nossas almas, este é o mal ou o bem de que adoeceste, e o que Vos há de tirar a vida. E porque quisera mostrar aos que me ouvem, que devendo-Vos tudo pela morte, Vos devem ainda mais pela enfermidade, só falarei dela. Acomodando-me pois ao dia, ao lugar, e ao Evangelho, sobre as palavras que tomei dele, tratarei quatro cousas, e uma só. Os remédios do amor, e o amor sem remédio. Este será, Amante divino, com licença de Vosso coração, o argumento do meu discurso. Ainda não sabemos decerto se o Vosso amor se distingue da Vossa graça. Se se não distinguem, peço-Vos o Vosso amor, sem o qual se não pode falar dele: e se são cousas distintas, por amor do mesmo amor Vos peço a Vossa graça: *Ave Maria*.

Os remédios do amor, e o amor sem remédio, são as quatro cousas, e uma só, de que prometi falar; porque sendo a enfermidade do amor a que tirou a vida ao autor da vida, não se pode mostrar que foi amor sem remédio, sem se dizer juntamente quais sejam os remédios do amor. Desta matéria escreveu eruditamente o Galeno do amor humano, nos livros que intitulou *De Remedio Amoris*, cujos aforismos, porque hão de ser convencidos, entrarão sem texto e sem nome, como quem não vem a autorizar, senão a servir. Os remédios, pois, do amor mais poderosos e eficazes, que até agora tem descoberto a natureza, aprovado a experiência, e receiptado a arte, são estes quatro: o tempo, a ausência, a ingratidão, e sobretudo o melhorar de objeto. Todos temos nas palavras que tomei por tema; e tão expressos que não há mister comento: *Cum dilexisset*, eis aí o tempo: *Suos qui erant in mundo*; eis aí a ingratidão: *Ut transeat*; eis aí a ausência: *Ex hoc mundo ad Patrem*; eis aí a melhoria do objeto. E com se aplicarem todos estes remédios à enfermidade, todos estes defensivos ao coração, e todos estes contrários ao amor do divino Amante; nem o tempo o diminuiu, nem a ingratidão o esfriou, nem a ausência o enfraqueceu, nem a melhoria do objeto o mudou um ponto: *In finem dilexit eos*. Estas são as quatro partes do nosso discurso: vamos acreditando amor, e desacreditando remédios.

O primeiro remédio que dizíamos, é o tempo. Tudo cura o tempo, tudo faz esquecer, tudo gasta, tudo digere, tudo acaba. Atreve-se o tempo a colunas de mármore, quanto mais a corações de cera? São as afeições como as vidas, que não há mais certo sinal de haverem de durar pouco que terem durado muito. São como as linhas, que partem do centro para a circunferência, que quanto mais continuadas, tanto menos unidas. Por isso os antigos sabiamente pintaram o amor menino; porque não há amor tão robusto que chegue a ser velho. De todos os instrumentos com que o armou a natureza, o desarma o tempo. Afrouxa-lhe o arco, com que já não tira; embota-lhe as setas, com que já não fere; abre-lhe os olhos, com que vê o que não via; e faz-lhe crescer as asas, com que voa e foge. A razão natural de toda esta diferença é porque o tempo tira a novidade às cousas, descobre-lhe os defeitos, enfastia-lhe o gosto, e basta que sejam usadas para não serem as mesmas. Gasta-se o ferro com o uso, quanto mais o amor? O mesmo amar é causa de não amar, e o ter amado muito, de amar menos. Baste por todos os exemplos o do amor de Davi.

Amou Davi a Betsabé com aqueles extremos que todos sabem: e sendo o coração deste homem feito pelos moldes do coração de Deus, e Deus tão picado

de ciúmes, como ele confessa de si: *Ego Deus zelotes*<sup>3</sup> cousa é digníssima de grande reparo, que o mesmo Deus o deixasse continuar naquele amor, sem lhe procurar o remédio, senão ao cabo de um ano, quando o mandou reduzir pelo profeta Natã. Quanto Deus sentisse este desamor de Davi, bem se vê da circunstância deste mesmo cuidado, pois Ele sendo o ofendido, foi o que solicitou a reconciliação, sem esperar que Davi a procurasse. Pois se Deus queria e desejava tanto que Davi se apartasse do amor de Betsabé; por que dilatou esta diligência tanto tempo, e não lhe procurou o remédio, senão no fim de um ano? Pois esse mesmo ano, e esse mesmo tempo, foi o primeiro remédio com que o começou a curar. As outras enfermidades têm na dilação o maior perigo; a do amor tem na mesma dilação o melhor remédio. Via o que só vê os corações dos homens, que enquanto duravam aqueles primeiros ferveores da afeição de Davi, dificultosamente se lhe havia de arrancar do coração um amor em que estava tão empenhado: pois deixe-se a cura ao tempo, que ele pouco a pouco o irá dispondo; e assim foi. Ao princípio não reparava Davi no que devia ao vassalo, nem no que se devia a si, nem no que devia a Deus: matava homens, perdia exércitos, não fazia caso da fama nem da consciência, que tanta violência trazia aquele bravo incêndio em seus princípios: mas foi andando um dia e outro dia, foi passando uma semana e outra semana, foi continuando um mês e outro mês, e quando já chegou o fim do ano, em que estado estava o amor de Davi? Estava a chaga tão disposta, o coração tão moderado, e o calor tão remetido, que bastou uma só palavra do profeta para o sarar de todo. O que era desejo, se trocou subitamente em dor; o que era cegueira, em luz; o que era gosto, em lágrimas; e o que era amor, em arrependimento. E se tanto pode um ano, que farão os muitos?

Estes são os poderes do tempo sobre o amor. Mas sobre qual amor? Sobre o amor humano, que é fraco; sobre o amor humano, que é inconstante; sobre o amor humano, que não se governa por razão, senão por apetite; sobre o amor humano, que, ainda quando parece mais fino, é grosseiro e imperfeito. O amor, a quem remediou, e pôde curar o tempo, bem poderá ser que fosse doença; mas não é amor. O amor perfeito, e que só merece o nome de amor, vive imortal sobre a esfera da mudança, e não chegam lá as jurisdições do tempo. Nem os anos o diminuem, nem os séculos o enfraquecem, nem as eternidades o cansam: *Omni tempore diligit, qui amicus est*: disse nos seus provérbios o Salomão da Lei velha<sup>4</sup> e o Salomão da nova, Santo Agostinho, comentando o mesmo texto, penetrou o fundo dele com esta admirável sentença: *Manifeste declarans amicitiam aeternam esse, si vera est: si autem desierit, nunquam vera fuit*. Quis-nos declarar Salomão, diz Agostinho, que o amor que é verdadeiro, tem obrigação de ser eterno; porque se em algum tempo deixou de ser, nunca foi amor: *Si autem desierit, nunquam vera fuit*. Notável dizer! Em todas as outras cousas o deixar de ser é sinal de que já foram; no amor o deixar de ser é sinal de

nunca ter sido. Deixou de ser, pois nunca foi; deixastes de amar, pois nunca amastes. O amor que não é de todo o tempo, e de todos os tempos, não é amor, nem foi; porque se chegou a ter fim nunca teve princípio. É como a eternidade, que se por impossível tivera fim, não teria sido eternidade: *Declarans amicitiam aeternam esse, si vera est.*

Tão isento da jurisdição do tempo é o verdadeiro amor! Porém um tal amor onde se achará? Só em Vós, Fênix divino, só em Vós. Isso quer dizer: *Cum dilexisset*: como tivesse amado. E quando, ou desde quando? Primeiramente desde o princípio sem princípio da eternidade; porque desde então começou o Verbo eterno a amar os homens, ou desde então os amou sem começar, como Ele mesmo disse: *Et deliciae meae esse cum filiis hominum.*<sup>5</sup> E um amor que teve as raízes na eternidade, vede como podia achar o remédio no tempo! O tempo começou com a criação do mundo, porque antes do mundo não havia tempo. E este tempo em Cristo divide-se em duas partes: o tempo em que amou desde o princípio do mundo com a vontade divina, e o tempo em que amou desde o princípio da vida com a vontade divina e humana. Desde o princípio da vida passaram trinta e quatro anos; desde o princípio do mundo passaram mais de quatro mil: e em tantos anos, e tantos séculos de amor, nenhum poder teve sobre ele o tempo. Oh amor só verdadeiro! Oh amor só constante! Oh amor só amor! Que não desfizesse, que não acabou a continuação pertinaz de tantos anos, quantos correram desde o princípio do mundo até o fim da vida de Cristo! Que cidade tão forte que não arruinasse? Que mármore que não gastasse? Que bronze que não consumisse? Todas as cousas humanas em tão comprida continuação acabou o tempo, e, o que é mais, até a memória delas; só o amor de Jesus, apesar dos anos e dos séculos, sempre inteiro sem diminuição, sempre firme, sempre perseverante, sempre o mesmo; porque assim como tinha amado no princípio: *Cum dilexisset*; assim amou, e com a mesma intenção, no fim: *In finem dilexit.*

Tão fora esteve o tempo (vede o que digo), tão fora esteve o tempo de poder diminuir o amor de Cristo, que antes o amor de Cristo diminuiu o tempo. No mesmo texto do nosso Evangelho o temos: *Sciens Jesus quia venit hora ejus, ut transeat ex hoc mundo ad Patrem*: Sabendo Jesus que era chegada a hora de passar deste mundo ao Padre. Isto disse o evangelista falando dos mistérios da última ceia, em que Cristo com o maior prodígio da sua humildade, e com o maior milagre da sua onipotência, manifestou aos homens qual era o extremo com que os amava. Mas a hora em que o Senhor passou do mundo ao Padre, não foi neste dia, senão no dia de sua Ascensão, quarenta e dois dias depois deste. Pois se ainda lhe restavam a Cristo quarenta e dois dias para estar no mundo antes de subir ao Padre, como diz o evangelista, que já era chegada a hora: *Quia venit hora ejus?* Eram tantos dias, e era uma só hora? Sim. Porque todos estes dias em que o Senhor se havia de deter no mundo, eram dias de estar com os seus amados: *Cum dilexisset suos*: e ainda que pela medida do tempo eram

muitos dias, pela conta do seu amor era uma só hora: *Hora ejus*. Notai muito agora o cômputo destes mesmos dias, e reparai no que nunca reparastes. Desde a hora da Ceia até à hora em que Cristo subiu ao Céu, passaram-se pontualmente mil horas, sem faltar, nem sobejar uma só. E todos estes dias que medidos pela roda do tempo faziam cabalmente mil horas, contadas pelo relógio do amor, que Cristo tinha no peito, eram uma só hora. Por isso se chama *Hora ejus*: hora sua: porque para o mundo e para o tempo, eram mil horas; e para Cristo, e para o seu amor, era uma. E se o amor de Cristo de mil horas fazia uma só hora, vede quão certo é o que eu dizia, que em vez de o tempo diminuir o amor, o amor diminuiu o tempo.

De Jacó diz a Escritura que sendo sete os anos que serviu por Raquel, lhe pareciam poucos dias, porque era grande o amor com que a amava: *Videbantur illi pauci dies prae amoris magnitudine*.<sup>6</sup> Não seria Jacó tão celebrada figura de Cristo, se também o seu amor não tivesse a propriedade de diminuir o tempo. Mas nesta mesma diminuição é necessário advertir que os anos que a Jacó lhe pareciam poucos dias, não foram só sete, senão muitos mais, ou muito maiores. Assim como o gosto faz os dias breves, assim o trabalho os faz longos. A Abraão disse Deus que seus descendentes serviriam aos egípcios quatrocentos anos, sendo que serviram cem anos somente; porque o trabalho dobra e redobra o tempo, e cem anos de servir são quatrocentos anos de padecer. Do mesmo modo se não de contar os anos de Jacó; Jacó serviu com tanto trabalho de dia e de noite, como ele bem encareceu a Labão, não sendo os enganos e trapaças do mesmo Labão a menor parte do seu grande trabalho. Logo assim como o amor de Jacó diminuía os anos por uma parte, assim o trabalho os acrescentava por outra; e concorrendo juntamente o amor a diminuir, e o trabalho a acrescentar os mesmos anos, já que eles se não multiplicassem tanto, que fossem três vezes dobrados, ao menos haviam de ficar inteiros. Como podia logo ser que a Jacó lhe não parecessem anos, senão dias, e esses poucos? Não há dúvida que esta mesma que parece implicação, é o maior encarecimento do amor de Jacó. O tempo fazia os anos, o trabalho multiplicava o tempo; mas o amor de Jacó, maior que o trabalho, e maior que o tempo, não só diminuía os anos, que fazia o tempo, senão também os que multiplicava o trabalho. Com o gosto de servir diminuía o amor uns anos, com o gosto de padecer diminuía os outros; e por isso ainda que fossem anos sobre anos, e muitos sobre muitos, todos eles lhe pareciam dias, e poucos dias: *Videbantur illi pauci dies*.

Muito estimara eu que estes dias do amor de Jacó, que a Escritura chama poucos, nos dissesse também a mesma Escritura quantos eram, ou quantos seriam. Mas dado (impossivelmente) que cada ano lhe parecesse um só dia, ainda o amor do figurado excede infinitamente ao da figura, e o de Jesus ao de Jacó. No tempo que diminuiu o amor de Cristo, entra também o tempo da sua paixão: e se o trabalho acrescenta e multiplica o tempo à medida do que se

padece; quem poderá medir neste caso o tempo com o trabalho, e a duração do que o Senhor padecia, com o excesso do que padeceu? Padeceu Cristo em sua paixão, como provam todos os teólogos com Santo Tomás, mais do que padeceram, nem hão de padecer todos os homens desde o princípio até o fim do mundo. Os tormentos em si mesmo eram acerbísimos, e fazia-os incomparavelmente maiores a delicadeza do sujeito, a viveza da apreensão, a tristeza suma, bastante ela só a tirar a vida, e, sobretudo, o conhecimento compreensivo da injúria infinita cometida contra Deus naquele e em todos os pecados do gênero humano. E quantos séculos de padecer vos parece que caberiam naquelas compridíssimas horas? Foram tão compridas, que bastou a duração delas para satisfazer pela eternidade das penas do Inferno, que com a mesma duração se pagavam. E que sendo tão compridas ou tão eternas aquelas horas, as reduziu o amor de Cristo a uma só hora: *Hora ejus?* Oh amor verdadeiramente imenso! Que as outras horas e dias lhe parecessem ao amorosíssimo Senhor muito breves, não é tão grande maravilha, porque eram horas de estar com os que tanto amava; mas que também as da Paixão, sendo de tão excessivas penas, as abreviasse igualmente o seu amor?! Sim, e pela mesma causa. As outras eram breves, porque eram horas de estar conosco; e estas eram também breves, porque eram horas de padecer por nós. Não sofreu o amor, que pudesse menos contra o tempo o gosto da paciência que o da presença, por isso diminuiu igualmente as horas tanto o gosto de padecer pelos homens como o gosto de estar com eles.

Uma e outra cousa compreendeu e declarou São Paulo em uma só palavra, quando disse, falando da morte de Cristo: *Ut pro omnibus gustaret mortem.*<sup>7</sup> Não diz que padeceu o Senhor a morte por todos, senão que a gostou: *Ut gustaret.* Esta palavra, *gustaret*, quer dizer gostar e provar; e por isso diz com grande energia que Cristo gostou a morte, porque o gosto com que a padeceu, a abreviou de tal sorte, como se somente a provara. Excelentemente Santo Anselmo, comentando as mesmas palavras: *Ut gustaret, idest, horariam, et non longam, quales aliquid gustando transiret.* Quer dizer o apóstolo (diz Anselmo) que padeceu o Senhor a morte com tanto gosto, como se a não padecera toda, e somente a tocara e passara por ela: *Quasi aliquid gustando transiret.* E por isso sendo de tantas horas e tão longas, lhe pareceu de uma só hora: *Horariam, et non longam.* Notai o novo adjetivo, *horariam*, formado sem dúvida do *hora ejus* de São João; e vede que remédio podia ser o do tempo para curar o nosso divino enfermo, se a força do seu mal, ou do seu e nosso bem era tão forte e tão aguda, que em vez de o tempo diminuir o amor, o amor foi o que diminuiu o tempo: *Cum dilexisset, dilexit.*

com a mudança do ar; o amor com a da terra. É o amor como a Lua, que em havendo Terra em meio, daí-o por eclipsado. À sepultura chamou Davi discretamente terra do esquecimento: *Terra oblivionis*.<sup>8</sup> E que terra há que não seja a terra do esquecimento, se vos passastes a outra terra? Se os mortos são tão esquecidos, havendo tão pouca terra entre eles e os vivos; que podem esperar e que se pode esperar dos ausentes? Se quatro palmos de terra causam tais efeitos; tantas léguas que farão? Em os longes passando de tiro de seta, não chegam lá as forças do amor. Seguiu Pedro a Cristo de longe; e deste longe que se seguiu? Que aquele que na presença O defendia com a espada, na ausência O negou e jurou contra Ele. Os filósofos definiram a morte pela ausência: *Mors est absentia animae a corpore*; e a ausência também se há de definir pela morte, posto que seja uma morte de que mais vezes se ressuscita. Vede-o nos efeitos naturais de uma e outra. Os dous primeiros efeitos da morte são dividir e esfriar. Morreu um homem, apartou-se a alma do corpo: se o apalpardes logo, achareis algumas relíquias de calor: se tornastes daí a um pouco, tocastes um cadáver frio, uma estátua de regelo. Estes mesmos efeitos, ou poderes, tem a vice-morte, a ausência. Despediram-se com grandes demonstrações de afeto os que muito se amavam, apartaram-se enfim: e se tomardes logo o pulso ao mais enternecido, achareis que palpitam no coração as saudades, que rebentam nos olhos as lágrimas, e que saem da boca alguns suspiros, que são as últimas respirações do amor. Mas se tornardes depois destes ofícios de corpo presente, que achareis? Os olhos enxutos, a boca muda, o coração sossegado: tudo esquecimento, tudo frieza. Fez a ausência seu ofício como a morte; apartou, e depois de apartar esfriou.

Ouvi o maior exemplo que pode haver desta verdade. Foi a Madalena ao sepulcro de Cristo na madrugada da Ressurreição: olhou, não achou o sagrado corpo, tornou a olhar, persistiu, chorou. E qual cuidais que era a causa de todas estas diligências tão solícitas? Diz com notável pensamento Orígenes, que não era tanto pelo que a Madalena amava a Cristo quanto pelo que temia de si: *Metuebat, ne amor magistri sui in pectore suo frigeret, si corpus ejus non inveniret, quo viso recalesceret*. Sabia a Madalena, como experimentada, que a ausência tem os efeitos da morte: apartar, e depois esfriar: e como se via apartada do seu amado, que é o primeiro efeito, temia que se lhe esfriasse o amor no coração, que é o segundo: *Metuebat, ne amor magistri sui in pectore suo frigeret*. Pois o amor da Madalena tão forte, tão animoso, tão constante, tão ardente; o amor da Madalena canonizado de grande, engrandecido de muito: *Quoniam dilexit multum*.<sup>9</sup> tão pouco fiava de si mesmo, que temesse esfriar-se? Sim; que tais são os poderes da ausência contra o mais qualificado amor. E como o coração se aquece pelos olhos, por isso procurava com tanta diligência achar o corpo de seu Senhor, para que com a sua vista se tornasse a aquecer o amor, ou se não esfriasse sem ela: *Si corpus ejus non inveniret, quo viso recalesceret*.

Estes costumam ser os efeitos da ausência, ainda nos corações mais finos, qual

era o da Madalena: coração humano enfim. Porém o coração de Cristo, humano e divino juntamente, ainda que como humano se aparta, como divino não se esfria. O fogo pode-se apartar, mas não se pode esfriar. Ao perto e ao longe, ou presente, ou ausente, sempre arde igualmente, porque sempre é fogo. Poderá ser tão distante a ausência que o tire da vista, mas nenhuma tão poderosa que lhe mude a natureza. Tal o amor de Cristo (diz São Bernardo) *Quia nunquam, et nusquam potuit non amare, qui amor est*. Assim como o amor de Cristo não podia deixar de amar em nenhum tempo, porque é eterno; assim não pode deixar de amar em nenhum lugar, ou distância, porque é amor. O amor não é união de lugares, senão de vontades: se fora união de lugares, pudera-o desfazer a distância, mas como é união de vontades, não o pode esfriar a ausência. A ausência mais distante que se pode imaginar, é a que hoje fez Cristo: *Ut transeat ex hoc mundo ad Patrem*: ausência deste para o outro mundo. Todas as outras ausências, por mais distantes que sejam, sempre se fazem dentro do mesmo elemento, de uma parte da terra para a outra. A ausência de Cristo era tão distante, que excedia a esfera de todos os elementos, e passava da Terra até o Céu. Mas com a distância e a ausência serem tão excessivas, pôde a distância apartar os corpos, mas não pôde dividir os corações: pôde a ausência impedir a vista, mas não pôde esfriar o amor.

Tão longe esteve a ausência com os seus longes de ser remédio para o amor de Cristo, e tão longe de causar os seus efeitos, que antes produziu os contrários. Os efeitos da ausência, como vimos, são dividir e esfriar: e a ausência de Cristo em vez de dividir, uniu; e em vez de esfriar, acendeu. Em vez de dividir, uniu as pessoas, e em vez de esfriar, acendeu o amor. Quando São Paulo, antes de ser santo, nem Paulo, caminhava furioso para Damasco, as vozes com que Cristo o derrubou e converteu, foram: *Saule, Saule, quid me persequeris?*<sup>10</sup> Saulo, Saulo, por que me persegues? Sucedeu este grande caso no ano 20 do imperador Tibério, dous anos depois da subida de Cristo ao Céu. Pois se Cristo estava no Céu (pergunta Santo Agostinho), se estava no Céu, onde não podiam chegar as fúrias de Saulo, nem os poderes das provisões que levava da sinagoga; como se queixa o mesmo Cristo de que Saulo O perseguia? Se dissera que perseguia a seus discípulos, isso é o que refere o texto: *Saulus autem adhuc spirans minarum, et caedis in discipulos Domini.*<sup>11</sup> Mas dizer que Saulo, o qual estava na Terra, o perseguia a Ele estando no Céu? Sim, responde o mesmo Santo Agostinho; porque ainda que o Senhor estava tão distante dos discípulos, quanto vai do Céu à Terra, estava contudo tão unido com eles, que os não distinguia de si. Se os distinguia de si, dissera, por que persegues a meus discípulos; mas porque os não distinguia de sua própria pessoa, por isso disse, por que me persegues a mim: *Quid me persequeris?* Bem se encaminhava este texto a concluir o que eu pretendo provar, se não tivera contra si uma grande réplica. Quando no Horto vieram prender a Cristo os ministros dos príncipes dos sacerdotes, e disseram que



buscavam a Jesus Nazareno, apontando o Senhor para os discípulos que O acompanhavam, disse: *Si ergo me quaeritis, sinite hos abire*:<sup>12</sup> Se me buscais a mim, deixai ir a estes. Agora entra o meu reparo. Pois se Cristo no Horto faz tão grande distinção de Si aos seus discípulos; quando está no Céu, por que se não distingue deles? Porque no Horto estava ainda presente; no Céu estava já ausente: e o primeiro efeito que causou a ausência em Cristo, foi uni-lo mais com os mesmos de quem se ausentara. Quando estava presente, Cristo e os discípulos eram eu e estes: *Si me quaeritis, sinite hos abire*: porém depois que estive ausente, já não havia eu e estes, senão eu; já não havia por que os persegues a eles, senão a mim; *Quia me persequeris*. E se a ausência com efeito tão contrário a si mesma, em vez de dividir, uniu as pessoas, também em vez de esfriar, acendeu o amor.

Depois da Ceia deste dia despediu-se o Divino Mestre amorosamente dos mesmos discípulos, e vendo-os tristes por sua partida, consolou-os com estas palavras: *Expedit vobis, ut ego vadam: si enim non abiero, Paraclitus non veniet ad vos: si autem abiero, mittam eum ad vos*:<sup>13</sup> Discípulos meus, não vos desconsole a minha partida. Ausento-me de vós, mas adverti que a vós vos convém e importa muito esta mesma ausência; porque se eu não for para o Céu, não virá o Espírito Santo; porém se for, como vou, eu vo-lo mandarei de lá. Todos os teólogos concordam, e é sem dúvida que tanto podia vir o Espírito Santo, ausentando-se Cristo da Terra, como não se ausentando: que consequência tem logo haver de vir, se Cristo Se ausentasse, e se fosse para o Céu, e não haver de vir, se Se não ausentasse? Ninguém ignora que o Espírito Santo essencialmente é amor, mas em que amor se viu jamais tal consequência? Ir-se o amor quando se vai o amante, essa é a consequência ordinária do que cá chamamos amor; mas haver-se de ir o amante, para que venha o amor, e não haver de vir o amor, se não se for, e se não se ausentar o amante?! Só na ausência e no amor de Cristo se acha tal consequência. Assim o prometeu o Senhor, e assim o cumpriu. Partiu-se foi-se para o Céu; e dentro em poucos dias, ficando lá a Pessoa do amante, veio cá em Pessoa o seu amor. Mas como veio? Não menos intenso, não menos ardente, não menos abrasado que em forma de fogo. Bem dizia eu logo que em vez da ausência lhe esfriar o amor, o havia de acender mais.

O mesmo Cristo o tinha já dito muito tempo antes. Falava deste fogo de seu amor, e disse que ele viera pôr fogo à Terra, e que nenhuma coisa mais desejava, senão que se acendesse: *Ignem veni mittere in terram, et quid volo, nisi ut accendatur*?<sup>14</sup> Pois se o Senhor desejava tanto que o fogo de seu amor se acendesse na Terra, por que o não acendeu enquanto esteve nela? Porque é propriedade maravilhosa deste fogo divino aguardar pela ausência para se acender. As mesmas palavras, se bem se consideram, o dizem: *Ignem veni mittere in terram*. Não diz que veio para trazer o fogo à Terra, senão para o

mandar: logo sinal era que se havia de ausentar primeiro, e tornar para o Céu, donde o mandasse. E isso é o que disse aos discípulos em próprios termos: *Si autem abiero, mittam eum ad vos*. Se eu me for, se eu me ausentar de vós, então vos mandarei o fogo do meu amor, ou o meu amor em fogo: para que vejais quanto vos convém esta minha ausência: e para que não receeis que ela, como costuma, me haja de esfriar o amor, porque antes o há de entender e acender mais.

O amor da Madalena, que ainda era imperfeito, buscava o remédio da vista para se não esfriar: *Quo viso recalesceret*. Porém o amor perfeíssimo, qual era o do coração de Cristo, não depende do ver para amar; antes quando a ausência e distância lhe impedem a vista, então se reconcentra e arde mais. Os olhos são as frestas do coração, por onde respira; e daqui vem que o coração na presença, em que tem abertos os olhos, por eles evapora e exala os afetos: porém na ausência, em que os tem tapados pela distância, que lhe sucede? Assim como o vaso sobre o fogo, que tapado e não tendo por onde respirar, concebe maior calor, e o reconcentra todo em si e talvez rebenta, assim o coração ausente, faltando-lhe a respiração da vista, e não tendo por onde dar saída ao incêndio, recolhe dentro em si toda a força e ímpeto do amor, o qual cresce naturalmente, e se acende e adelgaça de sorte, que não cabendo no mesmo coração, rebenta em maiores e mais extraordinários efeitos.

Tudo o que acabo de dizer, é filosofia não minha, senão do mesmo Cristo, e nesta mesma hora, declarando aos mesmos discípulos quais haviam de ser os efeitos da sua ausência. Na presença de seu soberano Mestre obravam os discípulos aquelas prodigiosas maravilhas, com que assombravam o mundo, e cuidavam agora entristecidos, que com a ausência do Sol ficariam destituídos de todas estas influências; mas não há de ser assim, diz o Senhor, cada um de vós não só há de fazer as mesmas obras que dantes fazia, nem só tão grandes como as minhas, senão ainda maiores, e isto não por outra razão, senão porque me ausento: *Opera quae ego facio, et ipse faciet, et majora horum faciet: quia ego ad Patrem vado*.<sup>15</sup> Esta última cláusula, *quia ego ad Patrem vado*, é digna de sumo reparo. De maneira, Senhor, que porque ides para o Padre, e porque Vos ausentais de Vossos discípulos, por isso hão eles de fazer maiores obras que as suas, e maiores também que as Vossas? Porventura haveis de ser mais poderoso no Céu do que éreis na Terra? Não: responde o divino Amante. Não hão de experimentar esta diferença meus discípulos, porque lá hajam de ser maiores as jurisdições do meu poder, senão porque hão de ser maiores os efeitos do meu amor. Porque me vou: *Quia vado*; por isso hão de ver o que pode comigo a ausência; e porque vou para tão longe, *ad Patrem*, por isso hão de ver o que obram em mim as distâncias. Os longes só hão de servir de mais os favorecer, de mais os honrar, de mais os estimar; porque o meu amor todo é estimação, e o preço da estimação são os longes: *Procul, et de ultimis finibus pretium ejus*.<sup>16</sup>

Com razão chamei Sol a Cristo nesta ocasião. O profeta chamou-lhe sol de justiça, e eu chamo-lhe sol da ausência. Quando a Lua se mostra oposta ao Sol no seu ocaso, então está maior e mais cheia, e faz em sua ausência outro novo dia. Mas donde lhe vêm à Lua estas enchentes de luz e de resplendores? Sábria e discretamente Apuleio: *Quanto longius abit a sole, tanto largius illuminatur, pari incremento itineris, et luminis*. Quando a Lua está mais longe do Sol, então se vê mais alumada, porque tão longe estão os longes do Sol de lhe diminuir a luz, que antes à medida da distância lhas comunica maiores. E se estes são os efeitos, ou os primores do Sol, quando se ausenta, quais serão os daquele Senhor que criou o Sol? Já ele o tinha dito de si pelo profeta Jeremias: *Putas ne Deus e vicino ego sum, et non Deus de longe?*<sup>17</sup> Cuidais que eu só sou Deus de perto e não Deus de longe? Enganais-vos. De perto sou Deus, e de longe Deus: antes do modo que pode ser, mais Deus ainda de longe do que de perto; porque de perto mostro a minha presença, e de longe a minha imensidade. Tal o amor do nosso Deus, ou o nosso Deus do amor. Aparta-se e ausenta-se de nós nesta hora: *Ut transeat*: a distância é tão grande quanto vai da Terra ao Céu: *Ex hoc mundo ad Patrem*: mas as gages da sua presença não se diminuem, antes crescem: *Pari incremento itineris, et luminis*. Porque quanto são mais remotas as distâncias da sua ausência, tanto são maiores e mais intensos os afetos e efeitos de seu amor: *Ut transeat ex hoc mundo: in finem dilexit eos*.

v

O terceiro remédio do amor é a ingratidão. Assim como os remédios mais eficazes são ordinariamente os mais violentos; assim a ingratidão é o remédio mais sensitivo do amor, e juntamente o mais efetivo. A virtude que lhe dá tamanha eficácia, se eu bem o considero, é ter este remédio da sua parte a razão. Diminuir o amor o tempo, esfriar o amor a ausência, é sem-razão de que todos se queixam; mas que a ingratidão mude o amor e o converta em aborrecimento, a mesma razão o aprova, o persuade, e parece que o manda. Que sentença mais justa que privar do amor a um ingrato? O tempo é natureza, a ausência pode ser força, a ingratidão sempre é delito. Se ponderarmos os efeitos de cada um destes contrários, acharemos que a ingratidão é o mais forte. O tempo tira ao amor a novidade, a ausência tira-lhe a comunicação, a ingratidão tira-lhe o motivo. De sorte que o amigo pode ser antigo, ou por estar ausente não perde o merecimento de ser amado: se o deixamos de amar, não é culpa sua, é injustiça nossa; porém se foi ingrato não só ficou indigno do mais tívio amor, mas merecedor de todo o ódio. Finalmente, o tempo e a ausência combatem o amor pela memória, a ingratidão pelo entendimento e pela vontade. E ferido o amor no cérebro, e ferido no coração, como pode viver? O exemplo que temos para justificar esta razão, ainda é maior que os passados.

O primeiro ingrato depois de Adão foi Caim: ingrato a Deus, ingrato aos pais, ingrato ao irmão e a toda a natureza ingrato. Matou a Abel, e morto ele, parece que ficava segura a ingratidão de ter a correspondência que merecia no coração ofendido; mas vede o que diz Deus ao mesmo Caim: *Vox sanguinis fratris tui clamat ad me de terra*.<sup>18</sup> A voz do sangue de teu irmão desde a Terra, onde o derramaste, está clamando a mim, e pedindo vingança. Notável caso! Três razões acho em Abel que desafinam muito nos meus ouvidos estas suas vozes. Ser irmão, ser santo, e ser morto. Se era morto, como brada? Onde está a insensibilidade da morte? Se era santo, como não perdoa? Onde está o sofrimento da virtude? Se era irmão, como pede vingança? Onde está o afeto da natureza? Aqui vereis quão poderosa é a ingratidão para trocar em aborrecimento ainda o mais bem fundado amor. Aonde achará amor um ingrato, se nem em um irmão achou piedade, nem em um santo perdão, nem em um morto silêncio? É tão justa, e tão certa paga da ingratidão o aborrecimento, que porque houve um ingrato homicida, houve logo um aborrecimento ressuscitado. E se a ingratidão ressuscita o aborrecimento até nos mortos, como achará amor nos vivos?

A natureza e a arte curam contrários com contrários. Sendo pois a ingratidão o maior contrário do amor, quem duvida que este terceiro remédio seria também o último e o mais presente e eficaz, ou para extinguir de todo, ou quando menos, para mitigar o amor de Cristo? Assim o ensinam os aforismos da arte, assim o confirmam as experiências da natureza; mas não foi assim. É a ingratidão com o amor como o vento com o fogo: se o fogo é pequeno, apaga-o o vento; se é grande, acende-o mais. Mais ofendido foi Cristo que Abel, maiores ingratidões usaram com ele os homens que a de Caim; mas nenhuma, nem todas juntas, foram bastantes para lhe remitirem um ponto o amor, nem vivo, nem morto: *Cum dilexisset, qui erant in mundo, in finem dilexit eos*. Aquelas palavras: *qui erant in mundo*: os seus que estavam no mundo, parecem supérfluas, e que antes limitam do que encarecem o amor. Cristo Senhor e Redentor nosso, como Senhor e Redentor de todos os homens, não só amou aos que estavam no mundo, senão também aos que não estavam. Não só amou os presentes, senão os passados e os futuros; porque por todos os que eram, foram e haviam de ser, deu o preço de seu sangue. Fez porém expressa menção o evangelista só dos presentes, e dos que então estavam no mundo: *Suos qui erant in mundo*; porque estes foram os mais ingratos. Os futuros ainda não eram, os passados, pela maior parte, não conheceram a Cristo: os presentes conheceram-No, ouviram sua doutrina, viram seus milagres, receberam seus benefícios: e como Lhe pagaram? Deixando-O, negando-O, vendendo-O, crucificando-O. Pode haver correspondências mais desiguais, mais contrárias, mais ingratas? Não pode. Mas não podendo as ingratidões ser maiores, tiveram tão pouco poder contra o amor de Cristo, que (assim como dissemos dos outros remédios) em vez de as ingratidões o diminuir, o acrescentaram; e em vez de serem remédio para aborrecer,

foram motivo para mais amar.

Quando os filhos de Israel caminhavam pelo deserto para a Terra da Promissão, acompanhava-os milagrosamente uma penha, da qual saíam ribeiras de água também sucessiva, com que o povo matava a sede. Fala deste milagre São Paulo, e diz assim: *Bibebant de consequente eos petra, petra autem erat Christus*:<sup>19</sup> Bebiam da pedra que os seguia, e esta pedra era Cristo. Se fora no passo em que estamos, não era muito que Cristo se convertesse em pedra, porque não há cousa que tanto seque e endureça como a ingratidão. Mas que achou São Paulo nesta pedra milagrosa, para dizer que era Cristo? O mesmo texto, que conta a história, no-lo dirá: *Percutiens virga bis silicem, egressae sunt aquae largissimae*.<sup>20</sup> Aquela pedra era pederneira: *silicem*: feriu-a Moisés duas vezes com a vara: *Percutiens virga bis silicem*: e o que a pedra ferida brotou de si, foi grande cópia de água: *Egressae sunt aquae largissimae*. Daqui tirou a sua consequência o apóstolo. O natural da pederneira, quando lhe dão golpes, é lançar de si faíscas de fogo: e pedra (diz São Paulo) que ferida uma e outra vez, em vez de responder com fogo, se desfaz em água, esta pedra não era pedra, era Cristo: *Petra autem erat Christus*. Ponhamo-nos agora com o pensamento no Cenáculo de Jerusalém, e veremos este mesmo milagre não só repetido, mas verificado. Dous golpes deram hoje naquela pedra divina: com dous golpes feriram hoje o coração de Cristo dous homens de quem Ele devera esperar e a quem merecia bem diferente tratamento. Um golpe Lhe deu Judas, que O vendeu; outro golpe Lhe deu Pedro, que O negou. E que aconteceu? Oh milagre de amor verdadeiramente divino! Em lugar de sair da pedra fogo, saiu água: *Egressae sunt aquae largissimae*: Em lugar de sair fogo (castigo próprio de infieis) com que os abrasasse, o que saiu foi água, com que por suas próprias mãos lhes lavou os pés: *Mittit aquam, in pelvim, et coepit lavare pedes discipulorum*.<sup>21</sup>

Notai agora, e notai muito, que lavando o Senhor os pés a todos os discípulos, só de Judas e de Pedro faz menção neste ato o evangelista. De Judas: *Cum diabolus jam misisset in cor, ut traderet eum Judas: surgit a coena, et ponit vestimenta sua*:<sup>22</sup> de Pedro: *Misit aquam in pelvim, et coepit lavare pedes discipulorum: venit ergo ad Simonem Petrum*.<sup>23</sup> Pois, Senhor, Vós que tudo sabeis, e estais vendo; Vós os pés de Judas? Vós os pés de Pedro? Não são os pés de Pedro aqueles pés covardes que Vos hão de seguir de longe? Não são os pés de Pedro aqueles pés desleais, que o hão de levar ao paço, onde Vos há de negar três vezes? Os pés de Judas não são aqueles pés infieis, que deste mesmo lugar hão de partir a vender-Vos? Os pés de Judas não são aqueles pés traidores, que hão de guiar Vossos inimigos a Vos prender no Horto? Pois diante de pés tão indignos estais Vós prostrado de joelhos? Estes pés lavais com Vossas próprias mãos, e com a água, que sobre essa água estão derramando Vossos olhos? Sim; que não fôreis Vós,

Deus e Senhor meu, quem sois, nem o Vosso amor fora amor, nem fora Vosso, se o puderam mudar ingratidões, ou diminuir agravos. Porque nesses dous homens andou a ingratidão mais refinada, por isso com eles se mostra o Vosso amor mais fino. E não só mais fino no ato do lavatório dos pés, que foi com um a todos os discípulos, senão mais fino também nos favores particulares, com que a estes dous mais ingratos singularizou entre todos Vosso amor.

Se bem repararmos, antes e depois da morte de Cristo, acharemos que o mais favorecido na ceia foi Judas, e o mais favorecido na Ressurreição foi Pedro. Na ceia todos os discípulos comeram igualmente, e só a Judas fez o Senhor um mimo particular: *Et cum intinxisset panem, dedit Judae*.<sup>24</sup> Na Ressurreição a todos igualmente mandou a nova, e só a Pedro nomeou em particular: *Dicite discipulis ejus, et Petro*.<sup>25</sup> E por que só a Judas, e só a Pedro estes favores particulares? Porque só Judas e só Pedro tiveram particularidade na ingratidão. Na ceia o que mais ofendeu a Cristo foi Judas: na Paixão o que mais O ofendeu foi Pedro. E como o amor de Cristo das maiores ingratidões faz motivos de mais amar, foram estes dous os mais favorecidos, porque foram estes dous os mais ingratos. Se o amor de Cristo fora como o nosso, haviam de ser as ingratidões motivos de aborrecer; mas como o seu amor era o seu, foram incentivos de mais amar, e razões sobre toda a razão de mais benfazer.

Ora eu buscando a causa destes contrários efeitos (que todos creio desejam saber), e filosofando sobre a diferença deles, acho que toda procedia da qualidade singular do coração de Cristo. Era tal a qualidade daquele soberaníssimo coração, que metidas nele as ingratidões dos homens, e estiladas com o fogo do seu amor, o estilado das mesmas ingratidões vinham a ser favores e benefícios. O mesmo Cristo Se queixava por boca de Davi de que semeando benefícios nos corações dos homens, de grandes benefícios colhia maiores ingratidões: porém o seu amor (que é o que agora digo) estilando essas mesmas ingratidões dentro no coração, de grandíssimas ingratidões tirava maiores benefícios. Já o vimos nos exemplos de Cristo vivo, e de Cristo ressuscitado, vejamo-lo agora com maior assombro no de Cristo morto.

Morto o Redentor na cruz, abriram-lhe com uma lança o peito, e saiu dele sangue e água: *Exivit sanguis, et aqua*.<sup>26</sup> Mas que sangue foi este em um corpo que o tinha derramado todo, e que água em um morto morto à sede? Nem a água nem o sangue eram o que tinham sido. São Cirilo Jerosolimitano diz que o sangue fora o sangue que tomaram sobre si os que procuraram a morte do Senhor:

*Sanguis ejus super nos*.<sup>27</sup> E que a água fora a água com que Pilatos lavou as mãos, quando o condenou ou entregou à morte: *Aqua lavit manus coram populo*.<sup>28</sup> As palavras do santo são breves, mas expressas: *Erant haec duo de latere, judicanti aqua, clamantibus vero sanguis*. E como esta injustiça foi tão ímpia e bárbara, e a ingratidão tão desumana e tão atroz, não é muito que o

Senhor a sentisse como merecia e que (ao modo que se diz da água do dilúvio:

*Tactus dolore cordis intrinsecus*)<sup>29</sup> a mesma água e o mesmo sangue lhe chegassem ao coração, e se conservassem nele até à morte. Isto é o que tinham sido aquele sangue, e aquela água, quando entraram no coração de Cristo. E quando saíram, que foram? Tertuliano, São Crisóstomo, Santo Agostinho, e o comum sentir dos padres, concordam em que o sangue era o sacramento da eucaristia, e a água o sacramento do batismo, dos quais se formou a Igreja saindo do lado de Cristo, como Eva do lado de Adão. Deixo as autoridades, porque são sabidas. Pois se este sangue e esta água, quando entraram no coração de Cristo, foram os dous instrumentos de sua morte; como agora quando saem do mesmo coração, são os dous elementos de nossa vida? Porque esta é a qualidade soberana do coração de Cristo, e assim se mudam e trocam nele as ingratidões dos homens. Os agravos se trocam em benefícios, as injustiças em misericórdias, os sacrilégios em sacramentos, e o consumado da ingratidão no estilado do amor: *Contumelia invertitur*, disse Teofilacto.

Mas qual foi o motivo que teve o mesmo amor para sair com este prodígio! Foi porventura a fé do centurião, que reconhecendo a divindade do crucificado, confessou publicamente que era Filho de Deus: *Vere Filius Dei erat iste?*<sup>30</sup> Foi porventura a contrição e penitência dos que tornavam do Calvário para

Jerusalém, batendo nos peitos: *Percutientes pectora sua, revertebantur?*<sup>31</sup> Não. O motivo que tomou o amor para converter nos dous maiores benefícios as duas maiores ingratidões, foi outra ingratidão maior que todas. A maior de todas as ingratidões que os homens usaram com Cristo, é sem controvérsia que foi a lançada. Porque as outras foram cometidas contra Cristo vivo, e a lançada não só contra Cristo morto, mas morto pela salvação dos mesmos homens, que assim Lhe pagaram o morrer por eles. Por isso o mesmo Senhor naquele salmo em que se referem todos os tormentos da Paixão, só da lançada pediu a Deus o livrasse:

*Eru e a framea Deus animam meam.*<sup>32</sup> Não pela dor que houvesse de sentir o corpo, que já estava morto, mas pelo horror que já lhe feria e penetrava a alma na apreensão de uma atrocidade tão feia e tão ingrata. E essa foi a razão por que não disse que lhe livrasse da lança o seu corpo, senão nomeadamente a sua alma: *Eru e a framea animam meam Deus*. Sendo pois esta a mais cruel e desumana ingratidão que jamais se cometeu, nem podia cometer no mundo, que não só a convertesse o coração de Cristo no maior e mais consumado benefício; mas que esperasse com o peito fechado, até que a lança, como diz São Crisóstomo, fosse a chave que lho abrisse, porque pela mesma ferida nos comunicasse sem nenhuma reserva os últimos tesouros de sua graça? Não há dúvida, que assim como da parte da ingratidão foi o maior excesso a que podia chegar a fereza humana, assim da parte do amor foi o maior extremo com que a podia corresponder a benignidade divina. E se este é o modo com que Cristo vinga os agravos, e esta a

moeda com que paga as ingratidões, como podia sarar o seu amor com este remédio, ou deixar de amar os seus, por mais que lhe fossem ingratos: *Suos qui erant in mundo, in finem dilexit eos?*

Não havendo aproveitado até agora, nem o remédio natural do tempo, nem o artificial da ausência, nem o violento da ingratidão, antes tendo mostrado a experiência, que com os remédios cresce a enfermidade, e com os contrários se aumenta, como já disse Ricardo Vitorino: *Quia amoris incendium ex alterutra contradictione magis exaestuat*.<sup>33</sup> também eu parara aqui, e deixara de aplicar ou explicar o quarto remédio, se ele não fora tão poderoso e superior na eficácia a todos, que sobre a maior desconfiança pode dar esperanças da melhoria.

É pois o quarto e último remédio do amor, e com o qual ninguém deixou de sarar, o melhorar de objeto. Dizem que um amor com outro se paga, e mais certo é que um amor com outro se apaga. Assim como dous contrários em grau intenso não podem estar juntos em um sujeito; assim no mesmo coração não podem caber dous amores; porque o amor que não é intenso, não é amor. Ora grande cousa deve de ser o amor, pois sendo assim, que não bastam a encher um coração mil mundos, não cabem em um coração dous amores. Daqui vem que se acaso se encontram e pleiteiam sobre o lugar, sempre fica a vitória pelo melhor objeto. É o amor entre os afetos, como a luz entre as qualidades.

Comumente se diz que o maior contrário da luz são as trevas, e não é assim. O maior contrário de uma luz é outra luz maior. As estrelas no meio das trevas luzem, e resplandecem mais; mas em aparecendo o Sol, que é luz maior, desaparecem as estrelas. Grande luz era o Batista antes de vir Cristo ao mundo: apareceu Cristo, que era a verdadeira luz. *Erat lux vera, quae illuminat omnem hominem*.<sup>34</sup> E que lhe sucedeu ao Batista? Logo deixou de ser luz: *Non erat ille lux*.<sup>35</sup> O mesmo lhe sucede ao amor, por grande e extremado que seja. Em aparecendo o maior e melhor objeto, logo se desamou o menor.

Entre as injustiças que el-rei Saul cometeu contra Davi, a mais sensível, e a mais sentida dele, foi negar-lhe a princesa Micol, que era o preço da vitória do gigante: e não só negar-lha, que fora menor injúria, senão dá-la a seu despeito a Faltiel. Dissimulou esta dor Davi, até que se viu com a coroa de Israel na cabeça: e a primeira cousa que fez, ou a primeira condição com que aceitou a mesma coroa, foi que Micol lhe fosse logo restituída. (Sofriam-se estes câmbios na moeda corrente daqueles tempos.) Conta o caso a Escritura, e refere uma circunstância muito digna de reparo: *Misit ergo Isboseth, et tulit eam a viro suo Phaltiel: sequebaturque eam vir suus, plorans usque Bahurim*.<sup>36</sup> Quer dizer: que mandou Isboseth, filho de Saul, tirar a Faltiel sua mulher Micol, e que ele a



acompanhou chorando até o lugar onde se havia de entregar: e não diz mais. O que agora noto, é que neste apartamento chorasse Faltiel, e não chorasse Micol. Para Micol chorar, bastava ver chorar a Faltiel: e quando não bastasse, concorriam nela outras duas razões naturais, não só para chorar, senão para chorar mais. A primeira, porque nas despedidas costumam enternecer-se mais os que vão que os que ficam. Assim o temos por exemplo em Davi, quando se apartou de Jônatas: *Flerevunt pariter, David autem amplius.*<sup>37</sup> A segunda por ser Micol mulher, e mulher que se apartava de seu marido, segundo aquela regra da natureza: *Uxor amans flentem, flens acrius ipsa tenebat.*<sup>38</sup> Pois se Micol nesta ocasião tinha tantas razões de chorar, e se apartava de Faltiel, e se apartava para sempre (que era outra nova razão), por que não chorou nem uma só lágrima? Não chorou, porque já não amava, e não amava, porque melhorou de objeto. Faltiel chorava, porque perdia a Micol, e Micol não chorava, porque trocava a Faltiel por Davi. Enquanto Micol vivia com Faltiel, não podemos duvidar que o amasse, porque Micol era princesa, e o amor era obrigação; porém tanto que lhe falaram nas bodas de el-rei Davi, mudou logo de afeição, porque melhorou de objeto.

E se a melhoria do objeto é tão poderoso e eficaz remédio para mudar de amor; não digo eu quão poderoso seria, senão quão onipotente no nosso caso, em que a diferença, ou a competência, não era de homem a homem, senão de homem a Deus: nem de Faltiel a Davi, senão de Pedro e João ao Eterno Padre: *Ut transeat ex hoc mundo Patrem.* Comparai-me o Criador do Céu e da Terra, com os pescadores de Tiberiade; o adorado dos anjos com os desprezados do mundo; o infinito, o imenso, o incompreensível, o que só é e dá o ser a tudo, com os que verdadeiramente eram nada, como somos todos; e vereis quão temerária esperança seria, e quão louco pensamento o de quem cuidasse que à vista de tal objeto podia ter lugar, não digo o amor, mas nem a memória dos homens. Contudo, o evangelista, depois de referir esta diferença, e de ponderar a mesma desigualdade, dizendo: *Ex hoc mundo ad Patrem*; ainda persiste em afirmar que os homens foram não só amantes, senão os amados: *In finem dilexit eos.* Cuidava eu, e tinha infinita razão para cuidar e para crer, que quando o evangelista disse que Cristo se partia para o Padre: *Ut transeat ex hoc mundo ad Patrem*; o que havia de continuar a dizer em boa consequência era: *In finem dilexit eum.* Enquanto esteve no mundo, amou aos homens: *Cum dilexisset suos qui erant in mundo*; porém no fim em que se partiu do mundo para o Padre: *Ex hoc mundo ad Patrem*; então com a mudança e melhoria do objeto, e tal objeto, também mudou e melhorou de amor, e não os amou a eles, senão a ele: *In finem dilexit eum.* Assim o cuidava eu, e sem injúria nem agravo do amor dos homens; mas o evangelista falando da despedida dos homens, e da partida para o Padre, o que diz com assombro da razão, e pasmo do nosso mesmo juízo, é que o Padre foi o fim da jornada, porém os homens o fim do amor. O Padre o fim da jornada: *Ut*

*transeat ex hoc mundo ad Patrem*: e os homens o fim do amor: *In finem dilexit eos*.

Assim o disse São João, e assim o dizem todas as palavras e ações do amorosíssimo Senhor nesta mesma hora da sua partida. Viu tristes o Divino Mestre aos discípulos, como era justo que estivessem em tal ocasião, e tão preciosa; e estranhando-lhes a tristeza, disse: *Si diligeretis me, gauderetis utique, quia vado ad Patrem, quia Pater major me est.*<sup>39</sup> Se vós, discípulos meus, me amáveis, haviéis-vos de alegrar com a minha ida, porque vou para meu Padre, que é maior que eu. Parece que da tristeza neste caso não se inferia bem o não amar. Antes, Senhor, porque os discípulos Vos amam, por isso sentem Vossa partida, e os entristece Vossa ausência? Não: diz o Divino Mestre: já eu lhes disse, e dei por razão, que o Padre, para onde vou, é maior que eu: *Quia Pater major me est*. E sendo a minha partida para melhorar tanto de estado e de objeto; se eles me amaram verdadeira e desinteressadamente, haviam de poder mais as minhas melhoras para os alegrar que a minha ausência para os entristecer. Assim é em lei de perfeito amor. Mas pouco depois de o mesmo Senhor ensinar e seguir este alto ditame, chega ao Horto, despede-se ultimamente dos mesmos discípulos, e foi tal o extremo da sua tristeza, que sem encarecimento lhes disse, que era bastante a lhe tirar a vida: *Tristis est anima mea usque ad mortem*<sup>40</sup> Pois se os discípulos se haviam de alegrar nesta despedida, por que seu Mestre e Senhor vai para o Padre, por que Se não alegra também o mesmo Senhor, antes Se entristece com tal extremo? Não vai para o Padre, que é maior? Sim. Não vai para melhorar tanto de estado, e de objeto? Sim. Pois porque não são bastantes estas melhoras para O alegrar, e basta a ausência dos homens para O entristecer? Por isso mesmo, e pela mesma regra do verdadeiro amor. Poder mais a minha ausência para entristecer os discípulos do que as minhas melhoras para os alegrar, é amarem-se eles a si; mas poderem menos as minhas melhoras para me alegrar, do que a sua ausência para me entristecer, é amá-los eu a eles. O que neles é tristeza, para ser amor, havia de ser alegria: e o que em mim parece que havia de ser alegria, porque é amor, é tristeza. E sendo estes dous afetos de alegria e tristeza tão contrários entre si, e os objetos de um e outro tão infinitamente desproporcionados, quanto vai do Padre aos homens; que à vista de uma razão tão imensa de alegria, tenha ainda lugar e peso a tristeza; e que no gosto e alvoroços de ir ao Padre, se não afogue, como em um mar ou dilúvio, o sentimento de deixar os homens? Só no coração imudável de um homem-deus se podia achar tal constância, e só no seu amor tal firmeza.

Mas apertemos bem o ponto e o texto em todo o rigor de teologia. A alma de Cristo Senhor nosso, nesta vida, e desde o instante de sua encarnação, sempre viu a Deus, e sempre foi sumamente bem-aventurada, sem haver momento algum em que deixasse de o ser. Como podia logo a mesma alma e no mesmo tempo estar triste, e com tanto extremo triste: *Tristis est anima mea usque ad mortem?* Os

teólogos com Santo Tomás, declarando como isto podia ser, distinguem na alma, posto que não tenha partes, uma como parte superior, que é a intelectual; e outra inferior, que é a sensitiva. E deste modo dividida de si para consigo a mesma alma de Cristo, no mesmo tempo podia estar (e estava) alegre e triste juntamente: alegre na parte superior, e sumamente alegre como bem-aventurada: e triste na parte inferior, e sumamente triste, como tão desconsolada e afligida. Vistes o ar coberto, e cerrado de nuvens grossas e espessas, que rebatem os raios do Sol totalmente, e não deixam lugar à luz, a que se nos comunique! Neste caso a parte superior do mesmo ar, e que olha para o Céu, está toda clara e alegre; e a parte inferior que cerca a Terra, toda escura e triste, e não em diversos tempos, senão no mesmo. Pois da mesma maneira, e no mesmo tempo a alma de Cristo, pela parte superior, como gloriosa, estava sumamente alegre, e pela parte inferior, como afligida, e tão afligida, sumamente triste.

Estes são os afetos e efeitos contrários, que couberam na alma de Cristo Senhor nosso, enquanto compreensor e viador juntamente: e os mesmos ajuntou o amor na mesma alma de Cristo, só enquanto viador, não sei se com maior milagre. O partir para o Padre, e o apartar-se dos homens, ambos foram atos de viador; e sendo os objetos tão infinitamente diversos e desiguais, para que a melhoria do primeiro não eclipsasse os efeitos do segundo, que fez o amor! Ou partiu a alma do amante, que se partia, dando uma parte ao Padre, outra aos homens; ou a deu toda aos homens, e toda ao Padre, sem a partir; toda alegre, porque ia para Ele; e toda triste, porque nos deixava a nós. Lá disse a sutileza saudosa de Santo Agostinho no apartamento de um seu amigo, que só lhe ficara ametade da alma, e a outra ametade se partira com ele; e que vendo-se assim meio vivo, e meio morto, tinha horror de si mesmo. Mas deste dito ou encarecimento se retratou depois o mesmo Santo Agostinho, e com razão; porque só do amor de Cristo, e de quando se apartou dos seus amados, se podia dizer ou considerar com verdade. Assim o mostrou a experiência na mesma hora em que declarou aos discípulos a tristeza da sua alma.

Apartou-se o Senhor deles para orar ao Padre, sempre com o mesmo nome de Padre na boca: *Abba, Pater*:<sup>41</sup> e notam os evangelistas que três vezes orou, e três vezes veio buscar os discípulos: *Iterunt abiit, et oravit tertio*; diz São Mateus:<sup>42</sup> *Et venit tertio, et ait illis*; diz São Marcos:<sup>43</sup> De sorte que andava o Senhor no mesmo tempo da oração, vindo do Padre para os discípulos, e indo dos discípulos para o Padre, e tantas vezes dos discípulos para o Padre, como do Padre para os discípulos. Agora conheço, amante divino, com quanta razão duvidei se o Vosso amor Vos dividira a alma entre o Padre e os homens, ou a dera toda a Ele, e toda a eles. Quando Vos vejo ir para o Padre três vezes, e tornar para os homens três vezes, não só me parece que está dividida a Vossa alma, mas dividida, que é

mais, em partes iguais. Porém quando ouço o sentimento do que dizeis em uma parte, e a dor do que estranhais na outra, não posso duvidar que falais com toda a alma, e que toda a leva o Vosso amor, quando ides, e toda a traz quando tornais. Mas como pode ser que seja toda e a mesma, sendo os caminhos tão diversos, e os termos tão opostos? Quando Vos apartastes dos discípulos para orar ao Padre, diz São Lucas que a distância foi um tiro de pedra: *Quantum jactus est lapidis*:<sup>44</sup> E se vissemos que uma pedra por si mesma já subia para cima e já tornava para baixo, que diríamos? Fundamento tínhamos para dizer que esta pedra tinha dous centros. Quereis logo, amante divino, ou dais-nos licença para que cuidemos e digamos o mesmo de Vós? Quando ides para o Padre, diremos que um centro Vosso é o Padre: *Ut transeat ex hoc mundo ad Patrem*. E quando vindes para os homens, diremos que outro centro também Vosso são os homens: *In finem dilexit eos*.

Não sei se me atreva a dizer tanto, só digo que tão pouco como isto obrou, e tão pouco pode a melhoria do objeto para mudar ou diminuir o amor de Cristo. E para que concluamos este discurso, como os outros, com efeito contrário; acrescento que sem embargo de ser o Padre tão infinitamente maior e melhor objeto, tão fora esteve o objeto de render e levar a si o amor, que antes o amor rendeu e levou a si o objeto. E de que modo! Fazendo que o mesmo Padre, que havia de ser o objeto só amado, fosse Ele também amante dos homens. E quando os homens parece que haviam de perder o amor do Filho, que Se partia, não só conservaram inteiro o amor do mesmo Filho, mas adquiriram de novo o amor do Padre. Ouvi, e pasmai. O amor com que o Padre e o Filho Se amam, é de tal qualidade, que assim como são a mesma coisa por natureza, são também a mesma coisa por amor. E quando o Filho Se partiu dos homens para o Padre, que sucedeu? Cresceu esta mesma união de amor, e se multiplicou de tal sorte, que não só Cristo, e o Padre entre si, senão Cristo, o Padre, e os homens todos ficaram a mesma coisa. Nem crer, nem imaginar se pudera tal extremo de união, se o mesmo Cristo o não declarara, como declarou na mesma hora. Despedindo-se o Senhor dos discípulos, estando ainda à mesa depois da sagrada Ceia, fez esta oração a seu Padre: *Non pro eis rogo tantum, sed et pro eis, qui credituri sunt per verbum eorum in me, ut omnes unum sint, sicut tu Pater in me, et ego in te, ut et ipsi in nobis unum sint*.<sup>45</sup> Quer dizer: não só Vos rogo, Pai meu, por estes poucos discípulos que tenho presentes, senão por todos aqueles que por meio da sua doutrina hão de crer em mim (que são todos os cristãos), e o que Vos peço, é que assim como nós por união de amor somos uma mesma coisa, Vós em mim, e eu em Vós; assim eles em Vós, e em mim sejam também uma coisa pela mesma união. Quem não pasma, tendo ouvido tais palavras, ou não tem juízo, ou não tem fé. E porque não parecesse que esta união de amor era só perdida por Cristo, em dúvida de o Padre a conceder, ou não; o mesmo Senhor testificou logo que Ele em nome seu, e no do Padre, a tinha já concedido aos

homens: *Et ego claritatem, quam dedisti mihi, dedi eis, ut sint unum, sicut et nos unum sumus. Ego in eis, et tu in me, ut sint consummati in unum.*<sup>46</sup> Um e outro texto é tão claro, que não há mister comento; mas para maior satisfação de todos, quero que ouçais o do doutíssimo Maldonado, cuja autoridade sabem quão singular é, todos os que leem as Escrituras: *Sensus est (diz ele) ea ratione fieri, ut cum Pater in Christo unum sit, et Christus unum cum discipulis; et discipulis unum cum Patre, idest, cum Deo sint, qua unitate nulla potest esse major.*

Oh se alcançássemos a compreender quão alto, quão divino, quão inestimável foi este último e supremo invento do amor de Cristo, o qual antes de se obrar excedia toda a imaginação; e depois de obrado excede toda a capacidade humana! O Padre no Filho, o Filho no Padre, o Padre e o Filho no homem, e o homem no Padre e no Filho, com uma trindade de pessoas, e uma unidade de amor tão perfeito, que o mesmo Cristo lhe chamou consumada: *Ego in eis, et tu in me, ut sint consummati unum.* Mas até os mesmos apóstolos então não puderam compreender tal extremo de união e amor, e por isso lhes disse o mesmo Cristo, que depois de alumados pelo Espírito Santo O conheceriam: *In illo die vos cognoscetis, quia ego sum in Patre meo, et vos in me, et ego in vobis.*<sup>47</sup> Fique logo, por última conclusão, que mal podia a melhoria do objeto mudar o amor de Cristo para com os homens, pois em vez de o mudar nesta mesma partida para o Padre, o melhorou de maneira que até o mesmo amor com que Cristo ama ao Padre, e o amor com que o Padre ama a Cristo, se uniram em um amor, para mais e mais os amar: *Ut transeat ex hoc mundo ad Patrem; in finem dilexit eos.*

vii

Eis aqui, fiéis, como nenhum dos remédios que costumam acabar ou diminuir o amor, nenhum dos contrários que o costumam contrastar e vencer, foi bastante para que o intensíssimo amor com que Jesus nos amou e ama, não digo se esfriasse ou enfraquecesse, mas se remitisse um ponto; servindo só o poder dos remédios para mais o acender, e a força dos contrários para mais fortemente os triunfar: venceu o seu amor o tempo, venceu a ausência, venceu a ingratidão, e até da melhoria de um tão incomparável objeto não pôde ser vencido. Julgai agora a nossa obrigação, se quando se rendem ao mesmo amor todos os contrários, será justo que lhe resistam os seus; e se na hora em que morre de amor sem remédio o mesmo amante, será bem que lhe falem os corações daqueles por quem morre? Amemos a quem tanto nos amou, e não haja contrário tão poderoso, que nos vença, para que não perseveremos em seu amor. Se Ele nos amou por toda uma eternidade, por que O não amaremos nós por tão poucos dias, e tão breves, como são os da nossa vida? Aprenda a fraqueza da nossa virtude ao menos da constância de nossos vícios: e pois não basta o tempo a

nos mudar dos pecados, não baste tão facilmente a nos mudar do arrependimento deles. Não tem o nosso amor o contrário da ausência que vencer; porque sempre temos ao mesmo Cristo, enquanto Deus e enquanto homem, presente: e se a sua presença se não deixa ver de nossos olhos, não seja motivo de diminuir o amor, o que foi traça de acrescentar as saudades. Lembremo-nos todas as horas de quem hoje a esta hora Se nos deu todo a Si mesmo, e amanhã antes desta hora estará morrendo por nós em uma cruz. Ele de tantas ingratidões fez motivos de mais nos amar, e nós porque o não faremos de tantos e tão imensos benefícios? Que nos fez um tão bom Senhor para O ofendermos? Oh que ingratidão tão desumana! Oh que ingratidão tão indigna de feras, quanto mais de criaturas com uso de razão! A quem te criou, a quem te remiu, a quem tanto te amou, não amas? A quem te comprou com o sangue o Céu, e te tirou do Inferno, quantas vezes O ofendeste, tens ainda coração para O tornar a ofender? Que amamos, cristãos, se não amamos a Jesus? Que objeto mais digno de ser amado? Que objeto que compita com Ele, não digo na igualdade, senão na semelhança? Toda a outra formosura em comparação da sua não é fealdade? Toda a outra grandeza não é vileza? E todo o outro nome de bem não é mentira? Indignamo-nos dos que trocaram a Cristo por um malfeitor, e do que O vendeu por tão vil preço; e será bem que nós O troquemos e vendamos ainda mais vil e afrontosamente?

Ah, Senhor, que só o Vosso amor, que não teve remédio, pode ser o remédio das loucuras do nosso. Remediai tantas cegueiras, remediai tantos desatinos, remediai tantas perdições. E pelo amor com que nos amastes no fim, tenha hoje fim todo o amor que não é Vosso. Esta é, amoroso Jesus, esta é só a mercê, que por despedida Vos pedimos nesta última hora Vossa. Lembrai-Vos, enfermo divino, que estais nos últimos transe da vida. Não Vos esqueçais de nós em Vosso testamento. O legado que esperamos de Vossa liberalidade como criados, e a esmola que pedimos a Vossa misericórdia como pobres, é que nos deixeis, pois nos deixais alguma parte do Vosso amor. Amanhã Vos hão de partir o coração; reparti dele conosco, para que de todo o coração Vos amemos. Oh quanto nos pesa nesta hora, e para sempre, de Vos não ter amado como devíamos! Nunca mais, Senhor, nunca mais! Só a Vós havemos de amar de hoje em diante; e posto que em Vós concorram tantos motivos de amor, e tão soberanos, só a Vós, e por serdes quem sois. Assim o prometemos firmemente a Vosso amor, e assim o confiamos de Vossa graça, e só para que Vos amemos eternamente na Glória.

- [1](#) Jo 13.
- [2](#) Jo 12,1.
- [3](#) Ex 20,3.
- [4](#) Pr 17,17.
- [5](#) Pr 8,31.
- [6](#) Gn 19,20.
- [7](#) Hb 2,9.
- [8](#) Sl 87,13.
- [9](#) Lc 7,47.
- [10](#) At 9,4.
- [11](#) At 9,1.
- [12](#) Jo 18,8.
- [13](#) Jo 16,7.
- [14](#) Lc 12,49.
- [15](#) Jo 14,12.
- [16](#) Pr 31,10.
- [17](#) Jr 23,23.
- [18](#) Gn 4,10.
- [19](#) 1Cor 10,4.
- [20](#) Nm 20,11.
- [21](#) Jo 13,5.
- [22](#) Jo 13,2 e 4.
- [23](#) Jo 13,5-6.
- [24](#) Jo 13,26.
- [25](#) Mc 16,7.
- [26](#) Jo 19,34.
- [27](#) Mt 27,25.
- [28](#) Mt 27,24.
- [29](#) Gn 6,6.
- [30](#) Mt 27,54.
- [31](#) Lc 23,48.
- [32](#) Sl 21,21.
- [33](#) Rich. Vict. Tract. de 4 grad. violet. Charit.
- [34](#) Jo 1,9.
- [35](#) Jo 1,8.
- [36](#) 2Rs 3,15-6.
- [37](#) 1Rs 20,41.
- [38](#) Ovidio.
- [39](#) Jo 14,28.
- [40](#) Mt 26,38.

[41](#) Mc 14,36.

[42](#) Mt 26,44.

[43](#) Lc 22,41.

[44](#) Mc 14,41.

[45](#) Jo 17,20-1.

[46](#) Jo 17, 22-3.

[47](#) Jo 14,20.



Sermão da primeira domingo do Advento  
pregado na capela real, no ano de 1650

*Tunc videbunt Filium hominis venientem in nubibus coeli cum potestate magna, et  
majestate*<sup>1</sup>

i

Abrasado, finalmente, o mundo, e reduzido a um mar de cinzas tudo o que o esquecimento deste dia edificou sobre a Terra (dou princípio a este sermão sem princípio, porque já disse Quintiliano que as grandes ações não hão mister exórdio: elas por si mesmas, ou supõem a atenção ou a conciliam. Também passo em silêncio a narração portentosa dos sinais que precederão ao Juízo, porque esta parte do Evangelho pertence aos que hão de ser vivos naquele tempo, e não a nós; e o dia de hoje é muito de tratar cada um só do que lhe pertence). Abrasado pois o mundo, e consumido pela violência do fogo tudo o que a soberba dos homens, e o esquecimento deste dia levantou e edificou na Terra: quando já não se verão neste formoso e dilatado mapa senão umas poucas cinzas, relíquias de sua grandeza, e desengano de nossa vaidade, soará no ar uma trombeta espantosa, não metafórica, mas verdadeira (que isso quer dizer a repetição de São Paulo: *Canet enim tuba*)<sup>2</sup> e obedecendo aos impérios daquela voz o Céu, o Inferno, o Purgatório, o Limbo, o Mar, a Terra, abrir-se-ão em um momento as sepulturas, e aparecerão no mundo os mortos-vivos. Parece-vos muito que a voz de uma trombeta haja de achar obediência nos mortos? Ora reparai em outro milagre maior, e não vos parecerá grande este. Entrai pelos desertos do Egipto, da Tebaida, da Palestina; penetrai o mais interior e retirado daquelas soledades: que é o que vedes? Naquela cova vereis metido um Hilarião, naquela outra um Macário, na outra mais apartada um Pacômio: aqui um Paulo, ali um Jerônimo, acolá um Arsênio: da outra parte, uma Maria Egipcíaca, uma Taís, uma Pelágia, uma Teodora. Homens, mulheres, que é isto? Quem vos trouxe a este estado? Quem vos antecipou a morte? Quem vos amortalhou nesses cilícios? Quem vos enterrou em vida? Quem vos meteu nessas sepulturas? Quem? Responderá por todos São Jerônimo: *Semper mihi videtur insonare tuba illa terribilis, surgite mortui, venite ad judicium*. Sabeis quem vos vestiu destas mortalhas, sabeis quem

vos fechou nestas sepulturas? A lembrança daquela trombeta temerosa que há de soar no último dia: levantai-vos, mortos, e vinde a Juízo. Pois se a voz desta trombeta só imaginada (pesai bem a consequência), se a voz desta trombeta só imaginada bastou para enterrar os vivos, que muito que quando soar verdadeiramente seja poderosa para desenterrar os mortos? O meu espanto não é este. O que me espanta, e o que deve assombrar a todos, é que haja de bastar esta trombeta para ressuscitar os mortos, e que não baste para espertar os mortais! Credes, mortais, que há de haver Juízo? Uma de duas é certa: ou o não credes, ou o não tendes. Virá o dia final, e então sentirá nossa insensibilidade sem remédio o que agora pudera ser com proveito. Quanto melhor fora chorar agora e arrepender agora como faziam aqueles, e aquelas penitentes do ermo, do que chorar e arrepender depois, quando para as lágrimas não há de haver misericórdia, nem para os arrependimentos perdão. Agora vivemos como queremos; e ainda mal, porque depois havemos de ressuscitar como o não quiséramos.

ii

Grandes cousas e lastimosamente grandes haverá que ver e considerar naquele ato da ressurreição universal! Mas entre todas as considerações a que me parece mais própria deste lugar, e mais digna de sentimento, é esta. E quanta gente bem-nascida se verá naquele dia mal ressuscitada! Entre a ressurreição natural e a sobrenatural há uma grande diferença: que na ressurreição natural cada um ressuscita como nasce; na ressurreição sobrenatural, cada um ressuscita como vive. Na ressurreição natural nasce Pedro e ressuscita Pedro; na ressurreição sobrenatural nasce pescador e ressuscita príncipe: *Sebeditis in regeneratione judicantes duodecim tribus Israel*.<sup>3</sup> Oh que grande consolação esta para aqueles a quem não alcançou a fortuna dos altos nascimentos! Bem me parecia a mim que não podia faltar Deus a dar uma grande satisfação no Dia do Juízo à desigualdade com que nascem os homens, sendo todos da mesma natureza. Não se faz agravo na desigualdade do nascer, a quem se deu a eleição do ressuscitar. A ressurreição é um segundo nascimento com alvedrio.

Tanta propriedade considerou Jó neste segundo nascimento, que até outro pai, outra mãe disse que tínhamos na sepultura: *Putredini dixi pater meus es tu: mater mea et soror mea, vermibus*.<sup>4</sup> Temos outro pai e outra mãe na sepultura em que jazem nossos ossos, porque ali somos outra vez gerados, dali saímos outra vez nascidos. Notai agora: *Statutum est hominibus semel mori*.<sup>5</sup> Quis Deus que morrêssemos uma só vez, e que nascêssemos duas, porque como o morrer bem dependia de nosso alvedrio, bastava uma só morte; mas como o nascer bem não estava na nossa mão, eram necessários dous nascimentos, para que pudéssemos

emendar no segundo tudo o que nos faltasse no primeiro. Bem pudera Deus fazer que nascessem os homens todos iguais, mas ordenou sua providência, que houvesse no mundo esta malsofrida desigualdade, para que a mesma dor do primeiro nascimento nos excitasse à melhoria do segundo. Homens humildes e desprezados do povo, boa nova. Se a natureza, ou a fortuna foi escassa convosco no nascimento, sabeis que ainda haveis de nascer outra vez, e tão honradamente como quiserdes: então emendareis a natureza, então vos vingareis da fortuna.

Que maior vingança da fortuna que as mudanças tão notáveis que se verão naquele dia! Virão naquele dia as almas do grande e do pequeno buscar seus corpos à sepultura, e talvez à mesma igreja: e que sucederá pela maior parte? O pequeno achará seus ossos em um adro sem pedra nem letreiro, e ressuscitará tão ilustre como as estrelas. O grande, pelo contrário, achará seu corpo embalsamado em caixas de pórfiro, aos ombros de leões, ou elefantes de mármore, com soberbos e magníficos epitáfios, e ressuscitará mais vil que a mesma vileza. Oh que metamorfose tão triste, mas que verdadeira! Vede se há de dar Deus boa satisfação aos homens da desigualdade com que hoje nascem. O ser bem-nascido, que é uma vaidade que se acaba com a vida, é verdade que o não pôs Deus na nossa mão; mas o ser bem ressuscitado, que é aquela nobreza que há de durar por toda a eternidade, essa deixou Deus no alvedrio de cada um. No nascimento somos filhos de nossos pais, na ressurreição seremos filhos de nossas obras. E que seja mal ressuscitado por culpa sua quem foi bem-nascido sem merecimento seu! Lástima grande. Ressuscitar bem sobre haver nascido mal é emendar a fortuna; ressuscitar mal sobre haver nascido bem é pior que degenerar da natureza. Que ressuscite bem Davi sobre nascer de Jessé, grande glória do filho de um pastor: mas que ressuscite mal Absalão sobre nascer de Davi, grande afronta do filho de um rei! Se os homens se prezam tanto de ser bem-nascidos, como fazem tão pouco caso de ser bem ressuscitados? Nenhuma coisa trazem na boca os grandes mais ordinariamente que as obrigações com que nasceram. E aposto eu que mui poucos sabem quais são estas obrigações! Nascer bem é obrigação de ressuscitar melhor. Estas são as obrigações com que nasceste.

O mais bem-nascido homem que houve, nem pode haver, foi Cristo, ninguém teve melhor pai, nem melhor mãe; e foi notar Santo Agostinho que se Cristo nasceu bem, ressuscitou melhor: *Gloriosior est ista natiuitas, quam illa: illa corpus mortale genuit, ista redidit immortale*. Cristo, diz Santo Agostinho, nasceu mais nobremente no segundo nascimento que no primeiro: no primeiro nascimento nasceu mortal e passível; no segundo, que foi a sua ressurreição, nasceu impassível e imortal. Eis aqui as obrigações dos bem-nascidos — nascerem a segunda vez melhor do que nasceram a primeira. Se Deus pusera na mão do homem o nascer, quem houvera, por bom que fosse, que não se fizesse muito melhor? Pois este é o caso em que estamos. Se havemos de tomar a nascer, por

que não trabalhemos o muito por nascer muito honradamente? Não nascer honrado no primeiro nascimento tem a desculpa de que Deus nos fez. *Ipsæ fecit nos.*<sup>6</sup> Não nascer honrado no segundo nenhuma desculpa tem: tem a glória de sermos nós os que nos fizemos: *Ipsi nos*. Que glória será naquele dia para um homem poder tomar para si em melhor sentido o elogio do grande Batista: *Inter natos mulierum non surrexit major.*<sup>7</sup> Entre os nascidos das mulheres nenhum ressuscitou maior. Ser o maior dos nascidos, enquanto nascido, é pequeno louvor e de pouca dura, ser o maior dos nascidos, enquanto ressuscitado, isso é verdadeiramente o ser maior. Na nossa mão está, se o quisermos ser. Nesta vida o mais venturoso pode nascer filho do rei: na outra vida todos os que quiserem podem nascer filhos do mesmo Deus: *Dedit eis potestatem filios Dei fieri.*<sup>8</sup> E que não sejam isto considerações, senão verdades e fé católica! Bendito seja aquele Senhor, que é nossa ressurreição, e nossa vida: *Ego sum resurrectio et vita.*<sup>9</sup>

iii

Unidas as almas aos corpos e restituídos os homens à sua antiga inteireza, os bem ressuscitados alegres, os mal ressuscitados tristes, começarão a caminhar todos para o lugar do Juízo. Será aquela a vez primeira em que o gênero humano se verá a si mesmo, porque se ajuntarão ali os que são, os que foram, os que hão de ser, e todos pararão no vale de Josafá. Se o dia não fora de tanto cuidado, muito seria para ver os homens grandes de todas as idades juntos. Mas vejo que me estão perguntando como é possível que uma multidão tão excessiva como a de todo o gênero humano, os homens que se continuaram desde o princípio até agora, e os que se irão multiplicando sucessivamente até ao fim do mundo: como é possível que aquele número inumerável, aquela multidão quase infinita de homens caiba em um vale? A dúvida é boa, queira Deus que o seja a resposta. Primeiramente digo que nisto de lugares há grande engano, cabe muito mais nos lugares do que nós cuidamos.

No primeiro dia da criação criou Deus o Céu e a Terra e os elementos, e é certo em boa filosofia que não ficou nenhum vácuo no mundo, tudo estava cheio. Com isto ser assim, e parecer que não havia já lugar para caber mais nada, ao terceiro dia vieram as ervas, as plantas, e as árvores; e com serem tantas em número e tão grandes, couberam todas. Ao quarto dia veio o Sol, e sendo aquele imenso planeta cento e sessenta e seis vezes maior que a Terra, coube também o Sol: vieram no mesmo dia as estrelas tantas mil, e cada uma de tantas mil léguas, e couberam as estrelas. Ao quinto dia vieram as aves ao ar, e couberam as aves: vieram os peixes ao mar, e com haver neles tantos monstros de disforme grandeza couberam os peixes. No sexto dia vieram os animais tantos e tão grandes à Terra, e couberam os animais: finalmente veio o homem, e foi o

homem o primeiro que começou a não caber; mas se não coube no Paraíso, coube fora dele. De sorte que, como dizia, nisto de lugares vai grande engano: cabe neles muito mais do que nos parece. E senão, passemos a um exemplo moral, e vejamo-lo em qualquer lugar da república. O dia é do juízo, seja o lugar de um julgador.

Antigamente em um lugar destes que é o que cabia? Cabia o doutor com os seus textos, e umas poucas de postilas, muito usadas, e por isso muito honradas. Cabia mais uma mula mal pensada, se a casa estava muito longe do Limoeiro. Cabiam os filhos honestamente vestidos; mas a pé e com a arte debaixo do braço. Cabia a mulher com poucas joias, e as criadas, se passavam da unidade, não chegavam ao plural dos gregos. Isto é o que cabia naquele lugar antigamente: e feitas boas contas, parece que não podia caber mais. Andaram os anos, o lugar não cresceu, e tem mostrado a experiência que é muito mais sem comparação o que cabe no mesmo lugar. Primeiramente cabem umas casas, ou paços, que os não tinham tão grandes os condes do outro tempo: cabe uma livraria de Estado, tamanha como a vaticana, e talvez com os livros tão fechados como ela os tem: cabe um coche com quatro mulas, cabem pajens, cabem lacaios, cabem escudeiros: cabe a mulher em quarto apartado, com donas, com aias, e com todos os outros arremedos da fidalguia: cabem os filhos com cavalos e criados, e talvez com o jogo e com outras mocidades de preço: cabem as filhas maiores com dotes e casamentos de mais de marca, as segundas nos mosteiros com grossas tenças: cabem tapeçarias, cabem baixelas, cabem comendas, cabem benefícios, cabem moios de renda; e sobretudo cabem umas mãos muito lavadas, e uma consciência muito pura, e infinitas outras cousas que só na memória e no entendimento não cabem. Não é isto assim? Lá nessas terras por onde eu agora andei, assim é. Pois se tudo isto cabe em um lugar tão pequeno, que grande serviço fazemos nós à fé em crer que caberemos todos no vale de Josafá? Havemos de caber todos, e se vierem outros tantos mais, para todos há de haver vale e milagre.

Demais desta razão geral, que há da parte do lugar, há outras duas da parte das pessoas; uma da parte dos bons, outra da parte dos maus. Os bons poderão caber ali em muito pouco lugar, porque terão o dote da sutileza. Entre os quatro dotes gloriosos há um que se chama sutileza, o qual comunica tal propriedade aos corpos dos bem-aventurados, que todos quantos se hão de achar no Dia do Juízo podem caber neste lugar onde eu estou, sem me tirarem dele. Cá no mundo também há este dote da sutileza, mas com mui diferentes propriedades. A sutileza do Céu introduz a um sem afastar a outro; as sutilezas do mundo todo seu cuidado é afastar aos outros para se introduzir a si. Por isso não há lugar que dure, nem lugar que baste. Muito é que Jacó e Esaú não coubessem em uma casa; mais é que Lot e Abraão não coubessem em uma cidade; muito mais é que Saul e Davi não coubessem em um reino: mas o que excede toda a admiração é que Caim e

Abel não coubessem em todo o mundo. E por que não cabiam dous homens em tão imenso lugar? Pior é a causa que o caso. Caim não cabia com Abel, porque Abel cabia com Deus. Em um homem cabendo com seu senhor, logo os outros não cabem com ele. Alguma vez será isto soberba dos Abéis, mas ordinariamente é inveja dos Cains. Se é certo que com a morte se acaba a inveja, facilmente caberemos todos no Dia do Juízo. Quereis saber todos? Não acrescenteis lugares, diminuí invejas. Este é o dote da sutileza dos bons.

Da parte dos maus também não há de haver dificuldade em caber no vale; porque ainda que os maus são tantos, e hoje tão grandes e tão inchados, naquele dia hão de estar todos muito pequeninos. Que no tempo do dilúvio coubessem na arca de Noé todos os animais do mundo em suas espécies, crê-o a fé, porque o diz a Escritura; mas não o compreende o entendimento, porque o não alcança a razão. Como pode ser que coubessem em tão pequeno lugar tantos animais, tão grandes, e tão feros? O leão, para quem toda a Libia era pouca campanha; a águia, para quem todo o ar era pouca esfera; o touro, que não cabia na praça; o tigre, que não cabia no bosque; o elefante, que não cabia em si mesmo. Que todos estes animais, e tantos outros de igual fereza e grandeza coubessem juntos em uma arca tão pequena? Sim, cabiam todos, porque ainda que a arca era pequena, a tempestade era grande. Alagava Deus naquele tempo a Terra com dilúvio universal, que foi a maior calamidade que padeceu o mundo; e nos tempos dos grandes trabalhos e calamidades até o instinto faz encolher os animais, quanto mais a razão aos homens. Caberão os homens no vale de Josafá, assim como couberam os animais na arca de Noé: *Sicut fuit in diebus Noe, sic erit in consummatione saeculi.*<sup>10</sup> Diz o texto que só com os sinais do fim do mundo hão de andar todos os homens secos e mirrados: *Arescentibus hominibus prae timore*. Se aos homens os há de apertar tanto o receio, quanto os estreitará o juízo?! Oh como nos encolheremos todos naquele dia! Oh como estarão pequeninos ali os maiores gigantes! A maior maravilha do Dia do Juízo não é haver de caber todo o mundo em todo o vale de Josafá, a maravilha maior será que caberão então em uma pequena parte do vale muitos que não cabiam em todo o mundo. Um Nabucodonosor, um Alexandre Magno, um Júlio César, para quem era estreita a redondeza da Terra, caberão ali em um cantinho.

Uma das cousas notáveis que diz Cristo do Dia do Juízo é que cairão as estrelas do céu: *Stellae cadent de coelo.*<sup>11</sup> Se dermos vista aos matemáticos, hão de achar grande dificuldade neste texto (eu lhes darei a razão natural dele quando ma peça). Todas as estrelas, menos duas, são maiores que a Terra, e algumas há que são quarenta, oitenta, e cento e dez vezes maiores. Pois se as estrelas são maiores que a Terra, como hão de cair e caber cá embaixo? Hão de caber, porque hão de cair. Não sabeis que os levantados e os caídos não têm a mesma medida? Pois assim lhes há de suceder às estrelas. Agora que estão levantadas ocupam grandes espaços do céu: como estiverem caídas, hão de caber em

poucos palmos da Terra. Não há cousa que ocupe menor lugar que um caído. A Terra em comparação do Céu é um ponto; o centro em comparação da Terra é outro ponto; e Lúcifer, que levantado não cabia no Céu, caído cabe no centro da Terra. Ah Lucíferes do mundo! Aqueles que levantados nas asas da prosperidade humana em nenhum lugar cabeis hoje, caídos e derrubados naquele dia, cabereis em muito pouco lugar. Estaremos todos ali encolhidos e sumidos dentro em nós mesmos, cuidando na conta que havemos de dar a Deus; e quando não houvera outra razão, esta só bastava para não faltar lugar a ninguém. Deem os homens em cuidar na conta que hão de dar a Deus, e eu vos prometo que sobejem lugares. O que importa é que o lugar seja bom, que quanto é lugar, vale de Josafá haverá para todos.

iv

Presente enfim no vale todo o gênero humano, correr-se-ão as cortinas do Céu, e aparecerá o supremo juiz sobre um trono de resplandecentes nuvens, acompanhado de todas as jeraquias dos anjos, e muito mais de sua própria majestade. A primeira cousa que fará, será mandar apartar os maus dos bons; e os ministros desta execução serão os anjos: *Exibunt angeli, et separabunt malos de medio justorum*.<sup>12</sup> Para se entender melhor esta separação, havemos de supor com o profeta Zacarias que antes dela não hão de estar os homens ali juntos confusamente; mas para maior grandeza e distinção do ato, hão de estar repartidos todos por seus estados: *Familia et familia seorsum*.<sup>13</sup> A uma parte hão de estar os papas; a outra os imperadores; a outra os reis; a outra os bispos; a outra os religiosos; e assim dos demais estados do mundo. Separados todos por esta ordem, conforme o lugar que tiveram nesta vida, então se começará a segunda separação, segundo o estado que hão de ter na outra, e que há de durar para sempre.

Sairão pois os anjos; vede que suspensão e que tremor será o dos corações dos homens naquela hora. Sairão os anjos e irão primeiramente ao lugar dos papas: *Et separabunt* (faz horror só imaginar que em uma dignidade tão divina, e em homens eleitos pelo Espírito Santo há de haver também que separar), *Et separabunt malos de medio justorum*. E separarão os pontífices maus de entre os pontífices bons. Eu bem creio que serão muito raros os que se hão de condenar; mas haver de dar conta a Deus de todas as almas do mundo é um peso tão imenso que não será maravilha que sendo homens levasse alguns ao profundo. Todos nesta vida se chamaram padres santos; mas o Dia do Juízo mostrará que a santidade não consiste no nome senão nas obras. Nesta vida beatísimos, na outra mal-aventurados: Oh que grande miséria!

Sairão após estes outros anjos e irão ao lugar dos bispos e arcebispos: *Et*

*separabunt malos de medio justorum*. Lá vai aquele porque não deu esmolas; aquele porque enriqueceu os parentes com o patrimônio de Cristo; aquele porque tendo uma esposa procura outra mais bem-dotada; aquele porque faltou com o pasto da doutrina a suas ovelhas; aquele porque proveu as igrejas nos que não tinham mais merecimento que o de serem seus criados; aquele porque na sua diocese morreram tantas almas sem sacramentos; aquele por não residir; aquele por simonias; aquele por irregularidades; aquele por falta do exemplo da vida, e também algum por falta da ciência necessária; empregando o tempo e o estudo em divertimentos, ou da corte e não de prelado, ou do campo e não de pastor. Valha-me Deus, que confusão tão grande! Mas que alegres e que satisfeitos estarão neste passo, um São Bernardino de Sena, um São Boaventura, um São Domingos, um São Bernardo, e muitos outros varões santos e sisudos, que quando lhes ofereceram as mitras, não quiseram subir à altura da dignidade, porque reconheceram a do precipício. Pelo contrário, que tais levarão os corações aqueles miseráveis condenados? Quantas vezes dirão dentro em si mesmos e a vozes: Maldito seja o dia em que nos elegeram; e maldito quem nos elegeu: maldito seja o dia em que nos confirmaram, e maldito quem nos confirmou. Se um homem mal pode dar conta de sua alma, como a dará boa de tantas? Se este peso deu em terra com os maiores atlantes da Igreja, quem não temerá e fugirá dele?

Grande desconsolação é, hoje, para as igrejas de Portugal não terem bispos; mas pode ser que no Dia do Juízo seja grande consolação para os bispos de Portugal não chegarem a ter igrejas. De um sacerdote que não quis aceitar um bispado, conta São Jerônimo que aparecendo depois da morte a um seu tio religioso que assim lho aconselhara, lhe disse estas palavras: *Gratias, pater; tibi refero ex dissuasione episcopatus*: Dou-vos, padre, muitas graças porque me persuadistes que não aceitasse aquele bispado: *Nam scito, quia nunc essem de numero damnatorum si fuissem de numero episcoporum*: Porque sabereis que hoje havia eu de ser do número dos condenados, se então fora do número dos bispos. Oh quantos sem saberem o que fazem, debaixo do nome lustroso de uma mitra, andam feitos pretendentes da sua condenação! A este e a muitos outros que não quiseram aceitar bispados, revelou Deus que se haviam de condenar, se chegassem a ser bispos. E quem vos disse a vós que estáveis privilegiados desta condicional? De chegardes a ser bispo, pode ser que não dependa a salvação de outras almas; e de não chegardes a o ser, pode ser que dependa a salvação da vossa. O mais seguro é encolher os ombros e deixar governar a Deus.

Do lugar dos bispos passarão os anjos ao lugar dos religiosos: e entrando naquela multidão infinita das ordens regulares, sem embargo de resplandecerem nelas como sóis as maiores santidades do mundo, contudo haverá muito que separar; começarão por Judas: *Et separabunt malos de medio justorum*. Não o digo por me tocar; mas por todas as razões me parece que será este o mais triste



espetáculo do Dia do Juízo. Que vão os homens ao Inferno pelo caminho do Inferno, desgraça é, mas não é maravilha; porém ir ao Inferno pelo caminho do Céu é a maior de todas as misérias. Que o rico avarento, vestindo púrpuras e holandas, e gastando a vida em banquetes, seja sepultado nos fogos eternos, por seu preço leva o Inferno: *Recepisti bona in vita tua.*<sup>14</sup> Mas que o religioso, amortalhado em um saco, com os seus jejuns, com as suas penitências, com a sua clausura, com a sua vontade sujeita a outrem, por ter os olhos nas migalhas dos do mundo, como Lázaro, vá parar nas mesmas penas? Brava desventura! O secular distraído, que lhe não veio nunca à memória a conta que havia de dar a Deus, que a não dê boa e se perca, não podia parar noutra cousa o seu descuido: mas que o mesmo religioso que por estes púlpitos vos vem pregar o juízo, possa ser e haja de ser um dos condenados daquele dia! Triste estado é o nosso, se nos não salvamos. Mas daqui podeis vós também inferir que se isto passa no porto, que será no pego! Se nós (falo dos melhores que eu), se nós sobre tanto meditar na outra vida nos perdemos, o vosso descuido e o vosso esquecimento, onde vos há de levar? Se as Cartuxas, se os Buçacos, se as Arrábidas hão de tremer no Dia do Juízo; as cortes e a vossa corte em que estado se achará?

v

Em todos os estados da corte haverá mais que separar que em nenhuns outros. Mas deixando por agora os demais, em que cada um se pode pregar a si mesmo: chegarão, finalmente, os anjos ao lugar dos reis. Não se verão ali setiaes, nem outros aparatos de majestade, mas todos sós, e acompanhados somente de suas obras, estarão em pé como réus. Conhecer-se-ão distintamente quais foram os reis de cada reino; quais os de Hungria, quais os de França, quais os de Inglaterra, quais os de Castela, quais os de Portugal. E desta maneira irão os anjos tirando de cada coroa aqueles que foram maus reis: *Et separabunt malos de medio justorum.* Espero eu em Deus que neste dia há de ser o nosso reino singular entre os do mundo, e que só dele não hão de achar os anjos que apartar. Se eu estudara só pelo meu desejo, e pela minha esperança, assim o havia de crer; mas quando leio as Escrituras, acho muito que temer, e muito que duvidar. Dos reis, como dos outros homens, nós não sabemos quais se salvam, nem quais se perdem. Só uma nação houve antigamente, da qual nos consta do texto sagrado quantos foram os reis que se salvaram e quantos os que se perderam. Tremo de o dizer, mas é bem que se saiba distintamente. No povo hebreu, em tempo que era povo de Deus, houve três reinos. O primeiro foi o reino das Doze Tribos, teve três reis, e durou cento e vinte anos: o segundo foi o reino de Judá, teve vinte reis, e durou trezentos e noventa e quatro anos; o terceiro foi o reino de Israel, teve dezenove reis, e durou duzentos e quarenta e dous anos. Saibamos, agora, quantos reis foram os que se salvaram, e quantos os que se perderam nestes reinos.

No reino das Doze Tribos, de três reis perdeu-se Saul, salvou-se Davi, de Salomão não se sabe. No reino de Judá, de vinte reis salvaram-se cinco, perderam-se treze, de dous é incerto. No reino de Israel, nem estas tão pequenas exceções teve a desgraça; foram os reis dezoito e todos os dezoito se condenaram. No Dia do Juízo não se poderá cumprir neste reino o *Separabunt malos de medio justorum*: chegarão os anjos ali, não terão que separar, levarão a todos. Oh desgraçados cetros! Oh desgraçadas coroas! Oh desgraçados pais! Oh desgraçada descendência! Desde Jeroboão a Oseias dezoito reis coroados: dezoito reis condenados.

Pois por certo que não foi por falta de doutrina, nem de auxílios; tinham estes reis conhecimento do verdadeiro Deus; tinham um povo, que era o povo escolhido de Deus; tinham templo, tinham sacerdotes, tinham sacrifícios, viam milagres, ouviam profecias, recebiam favores do Céu, e quando era necessário não lhes faltavam também castigos; e nada disto bastou. Muito arriscada cousa deve ser o reinar, pois em tantos tempos e em tantos reis, se salvam, ou tão poucos, ou nenhum. Julguem lá, agora, os príncipes quais serão as causas disto, que Deus não é injusto. Examinem muito escrupulosamente suas consciências, e olhem a quem as comunicam; considerem muito devagar as suas obrigações, que são muito mais estreitas do que ordinariamente cuidam; inquiram muito de propósito sobre os danos públicos e particulares de seus vassallos, e vejam, pondo de parte todo o afeto, se suas orações, ou suas omissões, podem ser a causa; persuadam-se que hão de aparecer como qualquer outro homem diante do tribunal da Justiça Divina, onde se lhes há de pedir rigorosíssima conta, dia por dia, e hora por hora, de quanto fizeram e de quanto deixaram de fazer. Cuide, finalmente, e pese, como convém, cada um dos príncipes, quão grande desventura e confusão sua será naquele cadafalso universal do Dia do Juízo, se depois de tanta majestade e adoração nesta vida, vier um anjo e o tomar pela mão, e o tirar para sempre do número dos que se hão de salvar: *Separabunt malos de medio justorum*.

Por este modo se irá continuando a separação dos maus em todos os estados do mundo; e naqueles em que por razão do sangue e do amor é mais natural a união, será mais lastimoso o apartamento. Verdadeiramente, todas as outras circunstâncias daquele ato terão muito de rigorosas, esta parecerá cruel. Apartar-se-ão ali os pais dos filhos; irá para uma parte Abraão e para outra Ismael: apartar-se-ão os irmãos dos irmãos; irá para uma parte Jacó e para outra Esaú: apartar-se-ão as mulheres dos maridos; irá para uma parte Ester e para outra Assuero: apartar-se-ão os amigos dos amigos (seja o exemplo incerto, já que há tão poucos de verdadeira amizade); irá para uma parte Jônatas e para outra Davi. Assim se apartarão para nunca mais os que se amam nesta vida, e os que tinham tantas razões para se amarem também na outra. Para nunca mais! Oh que lastimosa palavra! Se apartar-se de uma terra para outra terra, com esperança

de se tornar a ver, causa tanta dor nos que se amam; se apartar-se desta vida para a outra vida, com probabilidade de se verem eternamente, é um transe tão rigoroso; que dor será apartarem-se para nunca mais, com certeza de se não verem enquanto Deus for Deus, aqueles a que a natureza e o amor tinham feito quase a mesma cousa! Certo que tem assaz duro coração quem só pelo não meter nestes apertos não ama a Deus com todo ele.

vi

Feita a separação dos maus e bons, e sossegados os prantos daquele último apartamento, que serão tão grandes como a multidão, e tão lastimosos como a causa; posto todo o juízo em silêncio e suspensão, começará a se fazer o exame das culpas. Neste passo me havia eu de descer do púlpito, e subir a ele: Quem? Não um anjo, não um profeta, não um apóstolo, mas algum dos condenados do Inferno, como queria o rico avarento que viesse pregar a seus irmãos. *Delicta qui intelligit?*<sup>15</sup> Quem há neste mundo que entenda nem conheça os pecados? Isto dizia Davi, aquele profeta tão alumiado do Céu. Só um condenado do Inferno, só quem foi julgado por Deus, só quem assistiu ao rigor daquele tribunal tremendo, só quem viu o exame inescrutável com que ali se penetram e se apuram as consciências, só quem viu a anatomia tão miúda, tão delicada, tão esquisita, que ali se faz do menor pecado e da menor circunstância, só quem viu a suliteza não imaginada com que ali se pesam átomos, se medem instantes, se partem indivisíveis: só este, e nem ainda este bastantemente, poderá declarar o que naquele dia há de ser.

Muitas vezes me resolvi a deixar totalmente este ponto, contentando-me com confessar, que não sei nem me atrevo a falar nele; porque ninguém possa dizer no Dia do Juízo que eu o enganei. Mas como a matéria é tão importante, e a principal obrigação deste dia, já que se não pode dizer tudo, nem parte, ao menos quisera que Deus me ajudasse a vos meter hoje na alma dous escrúpulos, que me parecem os mais necessários ao auditório a quem falo. Pecados de omissão, e pecados de consequência. Estes são os dous escrúpulos que vos quisera hoje advertir e intimar da parte de Deus.

Sabei cristãos, sabei príncipes, sabei ministros, que se vos há de pedir estreita conta do que fizestes; mas muito mais estreita do que deixastes de fazer. Pelo que fizeram, se hão de condenar muitos, pelo que não fizeram, todos. As culpas por que se condenam os reis são as que se contêm nos relatórios das sentenças: lede, agora, o relatório da sentença do Dia do Juízo e notai o que diz: *Discedite a me, maledicti, in ignem aeternum*:<sup>16</sup> Ide, malditos, ao fogo eterno. E por quê? *Non dedistis mihi manducare, non dedistis mihi potum, non collegistis me, non cooperuistis me, non visitastis me*.<sup>17</sup> Cinco cargos, e todos omissões: porque não

destes de comer, porque não destes de beber, porque não recolhestes, porque não visitastes, porque não vestistes. Em suma, que os pecados que ultimamente hão de levar os condenados ao Inferno, são os pecados de omissão. Não se espantem os doutos de uma proposição tão universal como esta; porque assim é verdadeira em todo o rigor da teologia. O último pecado e a última disposição por que se hão de condenar os precitos, é a impenitência final; e a impenitência final é pecado de omissão. Vede que cousas são omissões, e não vos espantareis do que digo. Por uma omissão perde-se uma inspiração, por uma inspiração perde-se um auxílio, por um auxílio perde-se uma contrição, por uma contrição perde-se uma alma; dai conta a Deus de uma alma, por uma omissão.

Desçamos a exemplos mais públicos. Por uma omissão perde-se uma maré, por uma maré perde-se uma viagem, por uma viagem perde-se uma armada, por uma armada perde-se um Estado: dai conta a Deus de uma Índia, dai conta a Deus de um Brasil, por uma omissão. Por uma omissão perde-se um aviso, por um aviso perde-se uma ocasião, por uma ocasião perde-se um negócio, por um negócio perde-se um reino: dai conta a Deus de tantas casas, dai conta a Deus de tantas vidas, dai conta a Deus de tantas fazendas, dai conta a Deus de tantas honras, por uma omissão. Oh que arriscada salvação! Oh que arriscado ofício é o dos príncipes e o dos ministros! Está o príncipe, está o ministro divertido, sem fazer má obra, sem dizer má palavra, sem ter mau nem bom pensamento: e talvez naquela mesma hora, por culpa de uma omissão, está cometendo maiores danos, maiores estragos, maiores destruições, que todos os malfeitores do mundo em muitos anos. O salteador na charneca com um tiro mata um homem; o príncipe e o ministro com uma omissão, matam de um golpe uma monarquia. Estes são os escrúpulos de que se não faz nenhum escrúpulo; por isso mesmo são as omissões os mais perigosos de todos os pecados.

A omissão é o pecado que com mais facilidade se comete, e com mais dificuldade se conhece; e o que facilmente se comete e dificultosamente se conhece, raramente se emenda. A omissão é um pecado que se faz não fazendo: e pecado que nunca é má obra, e algumas vezes pode ser obra boa; ainda os muito escrupulosos vivem muito arriscados em este pecado. Estava o profeta Elias em um deserto metido em uma cova, aparece-lhe Deus e diz-lhe: *Quid hic agis, Elia?*<sup>18</sup> E bem, Elias, vós aqui? Aqui, Senhor! Pois onde estou eu? Não estou metido em uma cova? Não estou retirado do mundo? Não estou sepultado em vida? *Quid hic agis?* E que faço eu? Não me estou disciplinando, não estou jejuando, não estou contemplando e orando a Deus? Assim era. Pois se Elias estava fazendo penitência em uma cova, como o repreende Deus e lho estranha tanto? Porque ainda que eram boas obras as que fazia, eram melhores as que deixava de fazer. O que fazia era devoção, o que deixava de fazer era obrigação. Tinha Deus feito a Elias profeta do povo de Israel, tinha-lhe dado ofício público; e estar Elias no deserto, quando havia de andar na corte; estar metido em uma

cova, quando havia de aparecer na praça; estar contemplando no Céu, quando havia de estar emendando a Terra; era muito grande culpa.

A razão é fácil; porque no que fazia Elias salvava a sua alma, no que deixava de fazer perdiam-se muitas: não digo bem; no que fazia Elias, parecia que salvava a sua alma, no que deixava de fazer, perdia a sua e as dos outros; as dos outros, porque faltava à doutrina; a sua, porque faltava à obrigação. É muito bom exemplo este para a corte e para os ministros que tomam a ocupação por escusa da salvação. Dizem que não tratam de suas almas porque se não podem retirar. Retirado estava Elias e perdia-se, mandam-no vir para a corte para que se salve. Não deixe o ministro de fazer o que tem de obrigação, e pode ser que se salve melhor em um conselho que em um deserto. Tome por disciplina a diligência, tome por cilício o zelo, tome por contemplação o cuidado, e tome por abstinência o não tomar, e ele se salvará.

Mas por que se perdem tantos? Os menos maus perdem-se pelo que fazem, que estes são os menos maus: os piores perdem-se pelo que deixam de fazer, que estes são os piores: por omissões, por negligências, por descuidos, por desatenções, por divertimentos, por vagares, por dilações, por eternidades. Eis aqui um pecado de que não fazem escrúpulo os ministros, e um pecado por que se perdem muitos. Mas percam-se eles embora, já que assim o querem: o mal é que se perdem a si e perdem a todos; mas de todos hão de dar conta a Deus. Uma das cousas de que se devem acusar e fazer grande escrúpulo os ministros, é dos pecados do tempo. Porque fizeram o mês que vem o que se havia de fazer o passado: porque fizeram amanhã o que se havia de fazer hoje: porque fizeram depois o que se havia de fazer agora: porque fizeram logo o que se havia de fazer já. Tão delicadas como isto hão de ser as consciências dos que governam, em matérias de momentos. O ministro que não faz grande escrúpulo de momentos não anda em bom estado: a fazenda pode-se restituir, a fama, ainda que mal, também se restitui; o tempo não tem restituição alguma.

E a que mandamento pertencem estes pecados do tempo? Pertencem ao sétimo; porque ao sétimo mandamento pertencem os danos que se fazem ao próximo e à república: e a uma república não se lhe pode fazer maior dano que furtar-lhe instantes. Ah omissões, ah vagares, ladrões do tempo! Não haverá uma justiça exemplar para estes ladrões? Não haverá quem ponha um libelo contra os vagares! Não haverá quem enforque estes ladrões do tempo, estes salteadores da ocasião, estes destruidores da república? Mas porque na ordenação não há pena contra estes delinquentes; e porque eles às vezes se acolhem a sagrado, por isso a sentença do Dia do Juízo há de cair, principalmente, sobre as omissões.

em si mesmos; há outros que depois de acabados ainda duram em suas consequências. Dizia Jó a Deus: *Vestigia pedum meorum considerasti*:<sup>19</sup> Considerastes, Senhor, as pegadas de meus pés. Não diz que lhe considerou os passos, senão as pegadas; porque os passos passam, as pegadas ficam. O que fica dos pecados é o que Deus mais particularmente examina. Não só se nos há de pedir conta dos passos, senão das pegadas. Não só se nos há de pedir conta dos pecados, senão das consequências. Oh que terrível conta será esta! Converteu Cristo Senhor nosso a Zaqueu, que era um mercante rico, e as resoluções de sua conversão foram estas: *Ecce dimidium bonorum meorum do pauperibus et si quid aliquem defraudavi, reddo quadruplum*:<sup>20</sup> Senhor, eu dou ametade de meus bens aos pobres, e da outra ametade pagarei quatro vezes em dobro tudo o que houver tomado.

Aqui reparo: as leis da justa restituição mandam que se pague o alheio em tanta quantidade como se tomou. Pois por que quer Zaqueu que da sua fazenda se paguem e se acrescentem três tantos mais: *Et si quid aliquem defraudavi, reddo quadruplum*? Se para a restituição basta uma parte, as outras três a que fim se dão? Eu o direi: dá-se uma parte para satisfação do pecado, as outras três para satisfação das consequências. Entrou Zaqueu em exame escrupuloso de sua consciência sobre o que tinha roubado, e fez estas contas: se eu não roubara a fulano tivera ele a sua fazenda; se a tivera não perdera o que perdeu, adquirira o que não adquiriu, não padecera o que padeceu. Ah sim! Pois para que a minha satisfação seja igual à minha culpa, dê-se a cada um quatro vezes tanto como lhe eu houver defraudado. Com a primeira parte se pagará o que lhe tomei; com a segunda o que perdeu; com a terceira o que não adquiriu; com a quarta o que padeceu. Eis aqui o que fez Zaqueu. E que se seguiu daqui? *Hodie salus huic domui facta est*: hoje se pôs em estado de salvação esta casa. E se a casa de Zaqueu para se pôr em estado de salvação paga três vezes mais do que tomou; em que estado de salvação estarão tantas casas de Portugal, onde se deve tanto, e se gasta tanto, e se desperdiça tanto, e nenhuma cousa se paga? Ora o caso é que muita gente deve de se condenar. Porque na vida poucos pagam, na hora da morte os mais escrupulosos mandam pagar o capital; das consequências, nem na vida, nem na morte há quem faça caso.

E se isto passa na justiça comutativa, onde, enfim, há número, há peso, e há medida; que será na distributiva, e na vindicativa? Se isto lhe sucede à justiça na mão das balanças; que será na mão da espada? Quais serão as consequências de um voto injusto em um tribunal? Quais serão as consequências de um voto apaixonado em um conselho? Ajude-me Deus a saber-vo-las representar, pois é matéria tão oculta e de tanta importância. Consulta-se em um conselho o lugar de um vice-rei, de um general, de um governador, de um prelado, de um ministro superior da Fazenda ou Justiça: e que sucede? Vota o conselheiro no parente, porque é parente; vota no amigo, porque é amigo; vota no recomendado, porque

é recomendado: e os mais dignos e os mais beneméritos, porque não têm amizade, nem parentesco, nem valia, ficam de fora. Acontece isto muitas vezes? Queira Deus que alguma vez deixe de ser assim. Agora quisera eu perguntar ao conselheiro que deu este voto e que o assinou se lhe remordeu a consciência, ou se soube o que fazia. Homem cego, homem precipitado, sabes o que fazes? Sabes o que firmas? Sabes que ainda que o pecado que cometeste contra o juramento de teu cargo seja um só, as consequências que dele se seguem são infinitas e maiores que o mesmo pecado? Sabes que com essa pena te escreves réu, de todos os males que fizer, que consentir, e que não estorvar esse homem indigno por quem votaste, e de todos os que dele se seguirem até o fim do mundo? Oh grande miséria! Miserável é a república onde há tais votos: miseráveis são os povos onde se mandam ministros feitos por tais eleições; mas os conselheiros que neles votaram são os mais miseráveis de todos: os outros levam o proveito, eles ficam com os encargos. Ide comigo.

Se o que elegestes furta (não o ponhamos em condicional, porque claro está que há de furta), furta o que elegestes, e furta por si e por todos os seus, como costumam os semelhantes; e Deus há-vos de pedir a conta a vós, porque o vosso voto foi causa de todos aqueles roubos. Provê o que elegestes os ofícios de paz e guerra, nos que têm mais que peitar, deixando os que merecem e os que serviram; e vós haveis de dar a conta a Deus, porque o vosso voto foi causa de todas aquelas injustiças. Oprime o que elegestes os pobres, choram as viúvas, padecem os órfãos, clamam os inocentes; e Deus vos há de condenar a vós, porque o vosso voto foi causa de todas aquelas opressões, de todas aquelas tiranias. Matam-se os homens no governo dos que elegestes, arruínam-se as casas, desonram-se as famílias, vive-se como em Turquia; e vós o haveis de ir pagar ao Inferno, porque o vosso voto foi causa de todos aqueles homicídios, de todas aquelas afrontas, de todos aqueles escândalos. Quebram-se as imunidades da Igreja, maltratam-se os ministros do Evangelho, impedem-se as conversões da gentildade para a propagação da fé; e vós haveis de penar por isso eternamente, porque o vosso voto foi causa de todos aqueles sacrilégios, de todas aquelas impiedades, e da perda irreparável de tantos milhares de almas. Estas são as consequências da parte do indigno que elegestes.

E da parte dos beneméritos que deixastes de fora, quais serão? Ficarem os mesmos beneméritos sem o prêmio devido a seus serviços: ficarem seus filhos e netos sem remédio e sem honra, depois de seus pais e avós lha terem ganhado com o sangue, porque vós lha tirastes: ficar a república malservida: os bons escandalizados: os príncipes murmurados: o governo odiado: o mesmo conselho em que assistis, ou presidis, infamado: o merecimento sem esperança: o prêmio sem justiça: o descontentamento com desculpa: Deus ofendido, o rei enganado, a pátria destruída. São pesadas e pesadíssimas consequências estas? Pois todas elas nascem daquele voto, ou daquela eleição de que vós porventura ficastes sem

escrúpulo, e de que recebestes as graças (e talvez a propina) com muita alegria. Dir-me-eis que não advertistes tais cousas. Boa escusa para um conselheiro sábio! Se o não advertistes, pecastes, porque o devêreis advertir. Tomara poder confirmar tudo o que tenho dito em particular com exemplos das Escrituras; mas bastará por todos um, que em matérias de pecados de consequência é verdadeiramente formidável.

Matou Caim a Abel, e diz a Escritura conforme o texto original: *Vox sanguinum fratris tui clamantium ad me*:<sup>21</sup> Caim, a voz do sangue de teu irmão Abel está bradando a mim. Notável dizer! O sangue de Abel era um, como era um o mesmo Abel morto. Pois se Abel morto, e o sangue de Abel derramado era um, como diz Deus que clamaram contra Caim muitos sangues: *Vox sanguinum*? Declarou o mistério o parafrasta caldaico temerosamente: *Vox sanguinum generationum, quae futurae erant de fratre tuo, clamat ad me*: Se Caim não matara a Abel haviam de nascer de Abel quase tantas outras gerações como nasceram de Adão, com que dobradamente se propagasse o gênero humano: e o sangue ou sangues de todos estes homens que haviam de nascer de Abel, e não nasceram, eram os que clamaram a Deus, e pediam vingança contra Caim; porque matando Caim, e arrancando da terra a árvore de que eles haviam de nascer, o mesmo dano lhes fez, que se os matara. De sorte que Caim parecia homicida de um só homem, e era homicida de um gênero humano: o pecado era um, as consequências infinitas. Pois se Deus castiga nos pecados até as consequências possíveis; se os possíveis não de aparecer e ressuscitar no Dia do Juízo contra vós, não porque foram, nem porque deixaram de ser, senão porque haviam de ser: se os possíveis têm sangue e vozes que clamam ao Céu, que clamores serão os do verdadeiro sangue derramado de verdadeiras veias? Que vozes serão as de verdadeiras lágrimas, choradas de verdadeiros olhos? Que gemidos serão os de verdadeira dor, saídos de verdadeiros corações? Que serão as viuvezes, as orfandades, os desamparos? Que serão as opressões, as destruições, as tiranias? E que serão as consequências de tudo isto, multiplicadas em tantas pessoas, continuadas em tantas idades, e propagadas em tantas descendências, ou futuras, ou possíveis, até o fim do mundo! Há quem faça escrúpulo disto?

Agora entendereis com quanta razão disse São João Crisóstomo: *Miror, an fieri possit, ut aliquis ex rectoribus sit salvus*. É uma das mais notáveis sentenças que se acham escritas nos santos padres. Torno a repeti-la: *Miror, an fieri possit, ut aliquis ex rectoribus sit salvus*. Admiro-me (diz o grande Crisóstomo) e cheio de espanto considero comigo: se será possível que algum dos que governam se salve! Esta proposição, e a suposição em que ela se funda, está julgada comumente por hipóbole e encarecimento retórico. Eu, contudo, digo que não é hipóbole, nem encarecimento, senão verdade moralmente universal em todo o rigor teológico. Impossível moral chamam os teólogos àquilo que muito dificultosamente pode



ser, e que nunca ou quase nunca sucede.

Neste sentido disse São Paulo: *Impossibile est, eos qui semel illuminati, et prolapsi sunt, renovari ad poenitentiam.*<sup>22</sup> E no mesmo sentido disse Cristo Senhor nosso: *Facilius est, camelum perforamen acus transire, quam divitem intrare in regnum coelorum.*<sup>23</sup> Donde os apóstolos tiraram a mesma admiração que São João Crisóstomo, e inferiram a mesma impossibilidade: *Auditis autem his discipuli mirabantur valde dicentes: quis ergo poterit salvus esse?* E o Senhor confirmou a sua ilação, dizendo que humanamente era impossível, como eles diziam, mas que para Deus tudo é possível: *Apud homines hoc impossibile est; apud Deum autem omnia possibilia sunt.* Que foi o mesmo que distinguir o impossível moral e humano do impossível absoluto, que até em respeito da onipotência divina não é possível. E como os que governam, pelas obrigações de seus mesmos officios, e pelas omissões que neles cometem, e pelos danos que por vários modos causam a tantos, os quais danos não param ali, mas se continuam e multiplicam em suas consequências, têm tão dificultosa a salvação; por isso São Crisóstomo, falando lisa, sincera, e moralmente, sem encarecimento nem hipérbole, disse que ele se admirava muito e não podia entender como era possível que algum dos que governam se salve: *Miror, an fieri possit, ut aliquis ex rectoribus sit salvus.*

E para que nós nos não admiremos, e os que governam ou desejam governar tenham tanto medo dos seus officios como dos seus desejos, reduzindo a verdade desta sentença à evidência da prática, argumento assim: todo homem que é causa gravemente culpável de algum dano grave, se o não restituí, quando pode, não se pode salvar: todos ou quase todos os que governam, são causas gravemente culpáveis de graves danos, e nenhum ou quase nenhum restituí o que pode: logo nenhum ou quase nenhum dos que governam, se pode salvar. Colhe bem a consequência? Pois ainda mal, porque a segunda premissa, de que só se podia duvidar, está tão provada na experiência. Eu vi governar muitos, e vi morrer muitos: nenhum vi governar que não fosse causa culpável de muitos danos, nenhum vi morrer que restituísse o que podia: Sou obrigado, *secundam praesentem justitiam*, a crer que todos estão no Inferno. Assim o creio dos mortos, assim o temo dos vivos.

Pedida e tomada a conta a todo o gênero humano, olhará o Senhor para a mão direita, e com o rosto cheio de glória e alegria, dirá aos bons: *Venite, benedicti Patris mei, possidete paratum vobis regnum a constitutione mundi.*<sup>24</sup> Vinde, benditos de meu Pai, e possui o reino que vos está aparelhado desde o princípio do mundo. Quem serão os venturosos sobre que há de cair esta ditosa sentença? Bendito seja Deus, que todos os que estamos presentes o podemos ser se

quisermos. Como se darão então por bem empregados todos os trabalhos da vida, e quão verdadeiramente parecerá então jugo suave a lei de Cristo, que hoje julgamos por dificultosa e pesada! Mas ainda mal porque muitos dos que aqui estamos... não me atrevo a o dizer, entendei-o vós. *Multi sunt vocati, pauci vero electi.*<sup>[25](#)</sup> *Arcta via est, quae ducit ad vitam, et pauci sunt, qui inveniunt eam.*<sup>[26](#)</sup> Voltando-se depois o Senhor, não digo bem, não se voltando o Senhor para a mão esquerda; com rosto severo e não compassivo (o que não me atrevera eu a crer se o não disseram as Escrituras) dirá desta maneira para os maus: *Discedite a me, maledicti, in ignem aeternum, qui paratus est diabolo, et angelis ejus.* Ide, malditos, ao fogo eterno, que estava aparelhado, não para vós, senão para o Demônio e seus anjos: mas já que assim o quisestes, ide. Abriu-se a terra, caíram todos, tornou-se a cerrar para toda a eternidade. Eternidade. Eternidade. Eternidade.

<sup>[1](#)</sup> Lc 21.

<sup>[2](#)</sup> 1Cor 15,52.

<sup>[3](#)</sup> Mt 19,28.

<sup>[4](#)</sup> Jó 17,14.

<sup>[5](#)</sup> Hb 9,27.

<sup>[6](#)</sup> Sl 99,3.

<sup>[7](#)</sup> Mt 11,11.

<sup>[8](#)</sup> Jo 1,12.

<sup>[9](#)</sup> Jo 11,25.

<sup>[10](#)</sup> Lc 3,36.

<sup>[11](#)</sup> Mt 24,29.

<sup>[12](#)</sup> Mt 13,49.

<sup>[13](#)</sup> Zc 12,12.

<sup>[14](#)</sup> Lc 16, 25.

<sup>[15](#)</sup> Sl 18,13.

<sup>[16](#)</sup> Mt 25,41.

<sup>[17](#)</sup> Mt 25,42-3.

<sup>[18](#)</sup> 3Rs 19,9.

<sup>[19](#)</sup> Jó 13,27.

<sup>[20](#)</sup> Lc 19,8.

<sup>[21](#)</sup> Gn 4,10.

22 Hb 6,4-6.

23 Mt 19,25.

24 Mt 25,34.

25 Mt 22,14.

26 Mt 7,14.

## Sermão da terceira domingo do Advento

*Tu quis es? Quid dicis de te ipso?*<sup>1</sup>

i

Também hoje temos juízo, e é já este o terceiro. No primeiro sermão vimos o juízo de Deus para com os homens; no segundo o juízo dos homens uns para com os outros; neste hoje, que é o terceiro, veremos o juízo de cada um para consigo: *Tu quis es? Quid dicis de te ipso?* Contêm estas palavras uma proposta ou embaixada que fizeram ao Batista os sacerdotes e levitas, mandados pelo supremo conselho eclesiástico de Jerusalém: querem dizer: *Tu quis es? Vós quem sois? Quid dicis de te ipso?* Que dizeis de vós mesmo? Esta questão determino tratar; porque sendo matéria gravíssima, e de grande importância em qualquer parte do mundo, em Portugal é ainda ao presente mais grave e mais importante.

ii

*Tu quis es? Quid dicis de te ipso?* A primeira cousa em que reparo, é que estes embaixadores de uma pergunta fizeram duas questões: Iam perguntar ao Batista quem era; e para isto parece que bastava dizer: Vós quem sois? E eles disseram: Vós quem sois, e vós quem dizeis que sois? *Tu quis es? Quid dicis de te ipso?* Ora os embaixadores não eram homens de capa e espada, senão cá do foro da Igreja: *Sacerdotes, et Levitas*; mas eles falaram muito discretamente, e entenderam o negócio, como quem tinha grandes notícias do mundo. Quando iam saber do Batista, quem era, perguntam-lhe: Vós quem sois, e vós quem dizeis que sois; porque os homens quando testemunham de si mesmos, uma cousa é o que são, e outra cousa é o que dizem. Ninguém há neste mundo que se descreva com a sua definição: todos se enganam no gênero e também nas diferenças. Que diferentes cousas são ordinariamente o que dizeis de vós, e o que sois? E o pior é que muitas vezes não são cousas diferentes: porque o que sois é nenhuma cousa, e o que dizeis são infinitas cousas. Nesta matéria *de vós quem sois*, todo homem mente duas vezes; uma vez mente-se a si, e outra vez mente-nos a nós: mente-se

a si, porque sempre cuida mais do que é; e mente-nos a nós, porque sempre diz mais do que cuida. Bem distinguiram logo os embaixadores o *Tu quis es do Quid dicis de te ipso*; e quando iam perguntar ao Batista o que era, perguntaram o que era, e o que dizia; porque ninguém há tão reto juiz de si mesmo que ou diga o que é, ou seja o que diz.

Entrou o anjo Rafael a falar com o velho Tobias em trajo de caminhante ou ainda de camineiro; e antes de Tobias entregar o filho ao anjo para aquela peregrinação tão sabida, fez-lhe esta pergunta: *Rogo te, indica mihi, de qua domo, et de qua tribu es tu?*<sup>2</sup> Por vida vossa, que me digais de que família, e de que tribo sois. A pergunta verdadeiramente era para embarçar um anjo; mas a resposta foi notável: *Ego sum Azarias Ananiae magni filius.*<sup>3</sup> Eu sou Azarias, filho de Ananias, o Magno. Como se disséssemos de Carlos Magno, de Pompeu Magno, de Alexandre Magno. Há tal resposta de um anjo! Em Deus há Pai e Filho; nos homens e nos animais há pais e filhos; nas mesmas plantas há seu modo de geração: só nos anjos, de todos os viventes do mundo (entrando o criado e o incriado), só nos anjos não há geração, nem pai, nem filho. Pois se nos anjos não há geração; se nos anjos não há nem pode haver pai e filho; como diz o anjo Rafael que é filho do grande Ananias? Aposto eu que estava agora cuidando alguém, que para encarecimento do meu assunto, havia eu de dizer que em matéria *de vós quem sois*, até os anjos mentem. Não digo eu esses arrojamentos; este lugar é de verdades sólidas. Os anjos não podem mentir nem errar (falo dos bons). Mas agora fica a dificuldade mais apertada. Pois se os anjos não podem entender, nem dizer contra a verdade, como diz o anjo Rafael que é filho do grande Ananias? Variamente respondem os doutores à dúvida; eu o farei com uma comparação. Entra um comediante no teatro, representando a Lúcifer, e batendo com o tridente, começa a fulminar blasfêmias contra Deus; entra outro representando a Nero, e tirando a espada, manda que cortem cabeças, e que corram rios de sangue cristão por Roma; sai outro representando um gentio, e encontrando uma estátua de Júpiter, prostra-se por terra, bate nos peitos e oferece incenso. Pergunto agora: aquele primeiro homem é blasfemo? aquele segundo homem é tirano? aquele terceiro homem é idólatra? Claro está que não: o primeiro não é blasfemo, ainda que diga blasfêmias, porque ele não é Lúcifer, faz figura de Lúcifer; o segundo não é tirano, ainda que mande matar cristãos, porque ele não é Nero, faz figura de Nero; o terceiro não é idólatra, ainda que se ajoelhe diante da estátua de Júpiter, porque ele não é gentio, faz figura de gentio. O mesmo digo do nosso caso. O anjo não mentiu, nem pode mentir, ainda que diga uma cousa que pareça alheia da verdade; porque ele não era homem, fazia figura de homem, e falou como se o fora.

Seja outro anjo fiador desta minha resposta. Apareceram a Abraão no vale de Mambré três anjos, um de maior autoridade, a quem ele adorou, e outros dous menores que o acompanhavam. E como Sara, mulher de Abraão, fosse estéril,

prometeu-lhe o anjo principal que dali a um ano, por aquele mesmo tempo tornaria se Deus lhe desse vida, e que já então teria Sara um filho: *Revertens veniam ad te tempore isto, vita comite, et habebit filium Sara uxor tua.*<sup>4</sup> Quem haverá que não repare naquele *vita comite*: se eu for vivo, dito por um anjo? E não só falou o anjo por estes termos uma vez, senão duas: porque pondo Sara dúvida à promessa tornou ele a ratificar a sua palavra, dizendo: *Juxta condictum revertar ad te hoc eodem tempore, vita comite*. Pois se os anjos por natureza são imortais, e a sua vida por nenhum acontecimento pode faltar; porque promete este anjo, não absoluta, senão condicionalmente, que tornará dali a um ano, se for vivo, *vita comite*? A razão, não só humana, mas angélica foi porque este anjo e os outros dous, como declara o texto, apareceram a Abraão em figura de homens, *apparuerunt ei tres viri*: e ele os tratou, e eles se deixaram tratar em tudo como homens, aceitando a sua mesa e os outros agasalhos da hospedagem. E porque os homens prudentes na consideração da incerteza e contingência da morte, quando prometem alguma cousa de futuro, acrescentam — se Deus me der vida; por isso o anjo acrescentou a mesma condição, *vita comite*; porque não falava como anjo, que era, senão como homem, cuja figura representava. Do mesmo modo, e com a mesma e ainda maior propriedade, falou o anjo Rafael na resposta que deu a Tobias. Fazia figura de homem, e para fazer bem a figura, uma vez que lhe perguntaram: Vós quem sois? não havia de dizer o que era, havia de dizer o que não era; e assim o fez: porque não há propriedade mais própria dos homens que perguntados o que são, dizerem uma cousa e serem outra. E notai que vindo o anjo vestido em um pelote, e representando um caminheiro, parece que era mais natural dizer que era filho de um lavrador, ou de um pastor daqueles campos; e contudo não disse senão que era filho de Ananias, o Grande; porque não há homem de pé, tão de pé, nem caminheiro tão caminheiro, que se lhe perguntarem donde vem, não diga que vem lá do grande Ananias: *Ego sum Ananiae Magni filius*.

Assim como Tobias ao anjo, assim perguntaram hoje os sacerdotes e levitas ao Batista: *Tu quis es?* Que responderia aquele grande varão: *Et confessus est, et non negavit: et confessus est: quia non sum ego Christus.*<sup>5</sup> E confessou, e não negou, e confessou que não era ele o Messias. Em toda a Sagrada Escritura não há tal modo de falar como este. Repetiu o evangelista três vezes a mesma afirmação (dizem os doutores) porque lhe pareceu que fora tão grande cousa confessar o Batista que não era o Messias, que se o dissera menos vezes, nem ele se acabara de explicar, nem nós acabáramos de o crer. Ora a mim nunca me pareceu esta ação do Batista tão grande como a fazem. Que havia de fazer o Batista, havia de dizer que era Messias? O Batista nem o podia cuidar com razão, nem o podia dizer em consciência: não o podia cuidar com razão, porque ele sabia mui bem que era da tribo de Levi, e que o Messias havia de ser da tribo real de Judá; não o podia dizer em consciência, porque seria pecar na mais grave matéria que houve

nunca no mundo. Pois por que repetem tanto os evangelistas, e por que exageram tanto todos os santos e doutores da Igreja esta ação do Batista? Porque é tão natural aos homens cuidarem mais de si do que são, e dizerem mais de si do que cuidam, que não negar o Batista a razão, e não atropelar a consciência neste caso, se tem pela maior de todas as façanhas humanas. Que lhe perguntassem a um homem: *Tu quis es?* E que estivesse em sua mão dizer que era o Messias, e que o não fizesse! Diga-o três vezes o evangelista, para que acabe de o crer a fé: *Et confessus est, et non negavit: et confessus est: quia non sum ego Christus.*

iii

Enfim, os embaixadores se tornaram do deserto sem acharem quem lhes dissesse quem era o Messias. Mas povoado sei eu donde eles não haviam de levar a embaixada de balde. Se os sacerdotes e levitas desembarcaram em outras praias, e vieram pelas casas mais altas perguntando: *Tu quis es?* como é certo que a poucos passos haviam de achar o Messias! E onde? uma légua de Belém, sem ser em Palestina. Um havia de dizer que Ele é o Messias, porque a Ele se deve a nossa redenção: *Ipse veniet, et salvabit nos.*<sup>6</sup> Outro havia de dizer que Ele é o Messias, porque sobre seus ombros carrega todo o peso da monarquia: *Cujus imperium super humerum ejus.*<sup>7</sup> Outro havia de dizer que Ele é o Messias, porque o seu conselho é o nosso anjo da guarda: *Et vocabitur magni consilii angelus.* Outro havia de dizer que Ele é o Messias, porque na sua pena consiste a nossa saúde: *Et sanitas in pennis ejus.*<sup>8</sup> Outro havia de dizer que Ele é o Messias, porque a paz que estes anos se gozou, foi fruto da vara de sua justiça: *Erit in diebus ejus justitia, et abundantia pacis.*<sup>9</sup> Outro havia de dizer que é o Messias, por que Ele é o Deus das armas, que com seu valor nos sustenta: *Vocabitur nomen ejus Deus fortis.* Só não havia de haver quem dissesse que era o Messias, por se apressar aceleradamente a vencer e tirar despojos: *Voca nome ejus, accelera, festina, spolia detrahere;*<sup>10</sup> porque ainda que às guerras nos inclinemos com grande valor, às vitórias caminhamos com grande madureza.

Por todas estas razões me parece que havia de haver maior demanda na nossa corte sobre o messiado do que a houve entre os apóstolos sobre a maioria. E verdadeiramente que se veem hoje muitas cousas daquelas que os profetas antigamente deram por sinais dos tempos do Messias. O Messias, dizem os profetas, que havia de dar olhos a cegos, pés a mancos, limpeza a leprosos, e vida a mortos: *Tunc saliet sicut servus claudus, et aperta erit lingua mutorum, etc.*<sup>11</sup> E todos estes milagres vemos em nossos dias. Quantos cegos vemos hoje com olhos; quantos mancos e paralíticos postos em pés; quantos aleijados com mãos, e com muita mão; quantos leprosos limpos; e quantos mortos, ou que deveram

estar mortos e sepultados, ressuscitados e com vida? Pois o poder, em cuja virtude se fazem estes milagres, como se há de negar de Messias? Dizem mais os profetas, que no tempo do Messias as lanças e as espadas se converteram em foches: *Constabunt gladios suos in vomeres, et lanceas suas in falces.*<sup>12</sup> E em tempo, que ou por beneficio da paz presente, ou por esquecimento da guerra futura, as armas que se fizeram para ferir, se ocupam em segar; em tempo que as caixas tocam a marchar, e as tropas marcham a recolher, e em que os despojos que haviam de ornar os templos e armar os armazéns comuns, enchem os celeiros particulares; como não há de haver quem se jacte de Messias? Dizem mais os profetas, que no tempo do Messias, os montes se humilhariam, e se encheriam os vales: *Omnis vallis implebitur, et omnid mons, et collis humiliabitur.*<sup>13</sup> Oh quantos montes, que em tempos passados tocavam com o cume as estrelas, se veem hoje, ou já se não veem de humilhados, e quantos vales, pelo contrário, poucos há tão humildes, hoje tão levantados e tão cheios! E a fortuna, que fez estes altibaixos, ou seja desigualdade, ou se chame justiça, como se não há de ter por fortuna de Messias? Dizem mais os profetas, que no tempo do Messias viveriam os lobos juntos com os cordeiros, e que o leão e o boi se sustentariam do mesmo mantimento: *Habitabit lupus cum agno, et leo quasi bos, comedet paleas.*<sup>14</sup> Se os lobos não fossem tão sagazes em despintar a pele, com os olhos se pudera provar hoje o cumprimento desta profecia. Ainda mais que dos lobos, me temera eu dos leões com palhas na boca. Mas quando há quem domestique leões a que sejam animais de presépio, os autores destas indústrias, ou destes milagres, por que não presumiriam de Messias?

iv

Não há dúvida que tem grande analogia a nossa era com a do Messias, e que parece podem competir os milagres (não digo os vícios) dos nossos tempos com as felicidades dos seus. Mas pelo mesmo caso, que se parecem tanto, não quisera eu que a muita semelhança mal entendida acertara de se nos converter em tentação. E porque não fio tanto de nossa modéstia, como da de São João Batista, saiba cada um e desengane-se, por mais que se pinte maravilhoso no seu conceito, que lhe falta para Messias a condição principal. E qual é a principal condição de Messias? É aquela com que o definiu e assinalou Deus, quando o prometeu a Abraão: *In semine tuo benedicentur omnes.*<sup>15</sup> No Messias que nascer de vós, serão abençoados todos. Se tendes bênção para todos, dou-vos licença que entreis em presunção de Messias: mas se tendes bênção para uns, e para outros não, despedi-vos desse pensamento.

Quando o anjo anunciou à Senhora que havia de ser mãe do Messias, acrescentou estas palavras: *Dabit illi Dominus Deus sedem David patris ejus, et*



*regnabit in domo Jacob in aeternum.*<sup>16</sup> Dar-Lhe-á o Senhor Deus o trono de Davi seu pai, e reinará na casa de Jacó para sempre. Nesta última cláusula reparam com razão todos os intérpretes, porque diz o anjo que reinará o Messias na casa de Jacó, e não na casa de Abraão, ou na casa de Isaac? Se Abraão e Isaac não foram reis, também Jacó não teve cetro nem coroa; antes Abraão foi vencedor famoso de cinco reis, que em certo modo é mais que ser rei. Isaac e Abraão eram mais antigos que Jacó: e a promessa do Messias foi feita a Abraão, quando acabava de embainhar a espada daquela grande façanha do sacrifício de Isaac: pois por que não diz o anjo que reinará o Messias na casa de Abraão ou na casa de Isaac, senão na casa de Jacó? Vede a razão, que é altíssima. Na casa de Abraão houve dous filhos, Isaac e Ismael; mas para Isaac houve bênção, para Ismael não houve bênção. Na casa de Isaac houve outros dous filhos, Esaú e Jacó; mas houve bênção para Jacó, e não houve bênção para Esaú. Na casa de Jacó pelo contrário houve doze filhos, e foi tão abençoada aquela casa, que para todos os doze filhos houve bênção. Por isso, pois, diz o anjo que reinará o Messias na casa de Jacó, e não na casa de Isaac, nem na casa de Abraão; porque o Messias não é como Abraão, nem como Isaac, que têm bênção para uns, e para outros não: é como Jacó, filho de um, e neto do outro, no qual se cumpriu a profecia e teve bênção para todos: *In semine tuo benedicentur omnes*. Só quem teve bênção para todos os do mundo, foi verdadeiro Messias do mundo; e só quem tiver bênção para todos os de um reino, será verdadeiro Messias dele.

Se lançarmos os olhos pelo nosso na mudança ou fortuna presente, não me atreverei eu a provar que todos têm bênção; mas que têm bênção muitos mais daqueles que o cuidam, as mesmas bênçãos de Jacó no-lo farão evidente. Chamou Jacó a seus filhos para lhes deitar a bênção a todos antes de morrer, e é notável a diferença de palavras e comparações com que fez esta última cerimônia. Chegou Judas, e deu-lhe bênção de leão: *Sedens accubuisti ut leo.*<sup>17</sup> Chegou Neftali, e deu-lhe bênção de cervo: *Nephtali cervus emissus.*<sup>18</sup> Chegou Dan, e deu-lhe bênção de serpente: *Fiat Dan coluber in via.*<sup>19</sup> Chegou Issacar, e deu-lhe bênção de jumento: *Issachar asinus fortis.*<sup>20</sup> Chegou Benjamim, e deu-lhe bênção de lobo: *Benjamin lupus rapax.*<sup>21</sup> Valha-me Deus, que desigualdade de bênçãos, umas a uns tão altas, e outras a outros tão baixas! A um bênção de serpente e a outro de cervo? A um bênção de leão, a outro de lobo, a outro de jumento? Sim; e era pai quem as dava, e eram filhos os que as recebiam: para que se entenda que a diversidade das bênçãos não argui desigualdade de amor em quem as dá, senão diferença de merecimentos em quem as recebe. A Judas, que tinha valor e generosidade, dá-se-lhe bênção de leão; a Neftali, que tinha presteza, mas não tinha valor, dá-se-lhe bênção de cervo; a Dan, que tinha prudência, mas tinha peçonha, dá-se-lhe bênção de serpente; a Issacar, que tinha

forças, e não tinha juízo, dá-se-lhe bênção de jumento; a Benjamim, que tinha ousadia, mas junta com voracidade, dá-se-lhe bênção de lobo. Não estão muito bem repartidas as bênções? Quem haverá que o negue? Mas sabeis por que ninguém está contente com a sua bênção? Porque a todos falta o conhecimento do *Tu quis es*. Conheça-se cada um, e estarão contentes todos. Conheça o leão que é leão; conheça o cervo que é cervo; conheça a serpente que é serpente; conheça o lobo que é lobo; conheça o jumento que é jumento, e logo estarão contentes. Mas como todos se cegam no juízo de si mesmos, todos querem bênção fora da sua espécie.

No princípio do mundo deitou o Criador a sua bênção aos animais e às plantas: *Benedixit eis*.<sup>22</sup> Disse-lhes a todos que crescessem: *Crescite et multiplicamini*.<sup>23</sup> mas nota a Escritura que tudo isto foi *secundum species suas*.<sup>24</sup> cada criatura conforme a sua espécie. Contente-se cada um de crescer dentro de sua espécie; contente-se cada um de crescer dentro da esfera do talento que Deus lhe deu, e logo conhecerão todos que tem bênção cada um no seu elemento. No ar contente-se a andorinha com ser andorinha: e que maior bênção que poder morar nos palácios dos reis? No mar contente-se a rêmora com ser rêmora; e que maior fortuna que, sendo tamaninha, poder ter mão em uma nau da Índia? Na terra contente-se a formiga com ser formiga: e que maior felicidade que ter o celeiro provido para o verão e para o inverno? Mas por todos os elementos se adoee de melancolia; porque nenhum se contenta com crescer dentro da sua espécie: a andorinha quer subir a água; a rêmora quer crescer a baleia; a formiga quer inchar a elefante. Porque as formigas se fazem elefantes, não basta toda a Terra para um formigueiro. Nas plantas temos iguais exemplos deste engano e desta verdade. A árvore mais anã é maior que a erva-gigante: e contudo de quantas cousas aquece o Sol, nenhuma lhe é mais agradecida que esta erva. Desde que o Sol nasce, até que se põe, vai sempre a erva-gigante acompanhando-o desde a terra, seguindo-o com tanta inclinação e adorando-o com tanta reverência, como vemos. Pois, ervazinha do campo, que agradecimentos ao Sol são estes? Não vedes tantas árvores e tantas plantas que recebem do Sol tanto mais que vós! Pois por que lhe haveis vós de ser a mais agradecida de todas! Porque me meço dentro da minha esfera; conheço que sou erva, e acho que ninguém deve mais ao Sol que eu, porque me fez gigante das ervas. Se cada um se medira com os compassos da sua esfera, oh quantos se haviam de achar gigantes! Por que vos haveis de descontentar da vossa bênção, por que haveis de ser ingrato ao Sol, se vos fez gigante das ervas? Não digo bem: se das ervas vos fez gigante! Oh quantos gigantes há desagradecidos! Muito é de notar a tristeza de um cipreste em tanta altura! Se o cipreste lá de cima olhara para o vulgo das plantas, e ainda para a nobreza das árvores que lhe ficam abaixo, ele vivera não só contente, senão ainda soberbo. Mas o cipreste lá do alto descobre os cedros do monte Libano, e como vê que a natureza os fez torres, vive

ele descontente de ser pirâmide. Como cada um se não mete e se não mede dentro da sua esfera, ainda que seja cipreste, que tantas vezes vê seus troncos sobre os altares, não pode viver contente. Não digo que não trate cada um de crescer, mas conheça cada um o que é: *Tu quis es?* E depois cresça conforme a sua espécie: *Secundum speciem suam*.

Desenganemo-nos, que o crescer fora da própria espécie não é aumento, é monstruosidade; ao menos bênção não é. Uma das cousas dignas de reparo que tiveram as bênçãos de Jacó a seus filhos, foi a bênção de Rubem e de José. A José deu-lhe Jacó por bênção que crescesse: *Filius accrescens Joseph, filius accrescens*:<sup>25</sup> A Rubem deu-lhe Jacó por bênção, que não crescesse: *Rubem primogenitus meus non crescas*.<sup>26</sup> É possível que também um *non crescas* se dá por bênção! É possível que também pode ser bênção o não crescer! Diga-o a Lua: nenhuma bênção se podia dar à Lua mais venturosa que o não crescer, porque se não crescera, não minguara. A quantos tem servido o demasiado crescer, não de bênção, senão de maldição! Mas por que razão em José é bênção o crescer, e em Rubem é bênção o não crescer? Os procedimentos e as ações do mesmo Rubem e do mesmo José o digam. O crescer nos que o merecem é crescimento; o crescer nos que o não merecem é crescença; e o crescimento é grandeza, a crescença é fealdade. Se podeis crescer por crescimento, crescei com a bênção de Deus: *Filius accrescens*; mas se não podeis crescer senão por crescença, tende por bênção o não crescer: *Non crescas*. Conheça cada um a sua esfera: *Tu quis es*; e acharão todos, ou quase todos, que têm bênção: *In semine tuo benedicerunt omnes*. Com este conhecimento acabarão de entender que têm entre si o verdadeiro Messias, como disse o Batista: *Medius vestrum stetit quem vos nescitis*:<sup>27</sup> e deixarão de o ir buscar aos desertos, onde o não há: *Et confessus est, et non negavit, quia non sum ego Christus*.

v

Desenganados os embaixadores de que o Batista não era o Messias, foram por diante com a questão do *Tu quis es*: e perguntaram se era ao menos Elias: *Elias es tu?*<sup>28</sup> Sois vós porventura Elias? Às vezes as menores tentações, principalmente em gente escrupulosa, são mais dificultosas de vencer que as maiores; mas a constância do Batista de todos os modos era invencível. Assim como à primeira pergunta respondeu, que não era Messias: *Non sum ego Christus*; assim respondeu à segunda, que não era Elias: *Non sum*. Que tem irem-se buscar as cousas onde as não há! Diz o texto que: *Haec facta sunt trans Jordanem*:<sup>29</sup> que isto aconteceu da banda de além do Jordão. Se vieram os embaixadores da banda de aquém do Tejo, eu vos prometo que eles acharam a Elias. *Tu quis es?* Vós quem sois? *Elias*

*es tu*: Sois porventura Elias? Porventura? E disso se duvida? Pois quem é o Elias senão eu? O meu zelo do bem comum; o meu zelo da fé e da cristandade; o meu zelo do serviço do rei; o meu zelo da conservação e aumento da pátria. Se ser Elias é isto, ninguém é Elias como eu. Ao menos na presunção eu vo-lo concedo. Só isso me parece que tendes de Elias: cuidar que não há outro Elias, senão vós.

Dizia Elias antigamente: *Zelo zelatus sum pro Domino Deo exercituum, et relictus sum ego solus.*<sup>30</sup> Eu só sou o que zelo a honra de Deus, todos os outros são idólatras, e não têm Deus no mundo mais que a mim. No mesmo dia em que Elias disse isto, lhe mostrou Deus que tinha na mesma terra sete mil que não dobravam o joelho diante de Baal: *Derelinquam mihi in Israel septem millia*

*virorum, quorum genua non sunt incurvata ante Baal.*<sup>31</sup> Quando Elias cuida que não há outro Elias no mundo como ele, há quando menos sete mil. Cuidais que sois um homem único, e não só sois homem de dúzias, senão de milhares, ou de milheiros: há sete mil como vós, e pode ser que melhores.

Não se queixará Elias de lhe medirmos o seu espírito pela sua capa, pois ele assim o fez. Ora cotejemos a capa de Elias com outra doutro profeta quase do mesmo nome (Aías), e verá Elias, o que se reputa por único, quanto vai de capa a capa, de espírito a espírito, e de zelo a zelo. Encontrou-se uma vez Aías com Jeroboão (então era criado de Salomão, e não rei) e trazia o profeta naqueles dias uma capa nova: *Pallium suum novum,*<sup>32</sup> diz o texto. Para que não cuideis que é malícia reparar na novidade das capas; o mesmo Espírito Santo, autor das Escrituras, repara nestas novidades. Enfim, Aías tirou a sua capa nova dos ombros, puxou logo de umas tesouras, cortou uma vez, cortou outra, até onze vezes, com que ficou a capa dividida em doze partes: e disse que do mesmo modo se dividiria o reino de Salomão em doze tribos dos quais os dez seriam de Jeroboão: *Ecce ego scindam regnum de manu Salomonis, et dabo tibi decem*

*Tribus.*<sup>33</sup> Assim o disse o profeta, e assim foi; porque o reino dos doze tribos se dividiu em reino de Israel e reino de Judá. Mas vamos à capa. De maneira que Aías antes da divisão dos reinos tinha a sua capa muito nova e muito sã, depois que os reinos se dividiram, anda com a capa feita em retalhos. Oh quantos vemos vestidos hoje com o avesso da capa de Aías! Antes da divisão dos reinos traziam a capa em retalhos, depois que os reinos se dividiram, trazem uma capa muito nova, e muito sã. Pois por certo que esta era a ocasião em que as capas se haviam de fazer em retalhos: um retalho para cobrir o soldado, que anda despido; outro retalho para vestir o órfão, cujo pai morreu pelejando na campanha; outro retalho para fazer uma mantilha à viúva, que por zelo da pátria chegou a tirar o manto, por não faltar à décima. Que diz agora Elias? *Quid dicis de te ipso?* Cortastes algum dia algum retalho da vossa capa? Tirastes algum fio dela? Calar. Eis aí os vossos zelos. Mas vamos aos nossos.

Já eu me contentara com que os nossos zelosos ou zeladores fossem como

Elias. Todos dizem, daremos as capas; mas o menos avarento é o que guarda só a sua. Quando Elias se partiu para o outro mundo, não teve de que testar mais que da sua capa, que deixou a Eliseu. Se Deus hoje quisesse levar para o paraíso terreal alguns dos valentes Elias do nosso Carmelo, para depois pelejarem com o Anticristo, eu vos prometo que se quisessem fazer bem e verdadeiramente seu testamento, que haviam de testar de ametade das capas do lugar. E então muito comidos e muito carcomidos do zelo: *Zelus domus tuae comedit me!*<sup>34</sup> Vós estareis comidos do zelo, mas estais muito bem comidos. Há uns a quem o zelo come, e há outros que comem do zelo. E por onde se hão de conhecer uns e outros? Tomando-lhes as medidas pela cintura. Se o zelo vos come a vós, a vossa substância converte-se em zelo; e se vós comeis do zelo, o vosso zelo converte-se-vos em substância. Oh quantos zelosos há, que todo o seu zelo se lhes converte em substância! Tomem-se as medidas, como dizia Roboão, e achar-se-á que sois mais grosso hoje pelo dedo meminho do que éreis antigamente pela cintura. Bom proveito vos faça o zelo, que tão bem se vos logra: sinal é que o comeis vós a ele, e não ele a vós. Mas ou o vosso zelo coma ou jejue (que me não quero meter nisso), ao menos venhamos a um partido. Se o zelo não há de comer, jejue em todos, e se há de comer, coma de todos: seja o vosso zelo convosco, e com os vossos, como com os demais, e não haverá quem se queixe dele.

Zeloso Elias contra os pecados do povo, chegou a tal extremo, que disse estas palavras: *Vivit Dominus, in cujus conspectu sto, si erit ros, aut pluvia!*<sup>35</sup> Vive Deus, em cuja presença estou, que não há de chover do céu, nem cair uma gota de orvalho sobre esta má terra. Assim o jurou Elias, e assim o cumpriu, porque três anos inteiros estiveram os céus como se fossem de bronze, sem os abrandarem, nem os clamores dos homens, nem os balidos e mugidos dos animais inocentes que pastavam pelos campos, e pereciam de sede. Secaram-se as fontes, secaram-se os rios, e até as lágrimas se secaram: sendo circunstância cruel de calamidade, não poderem chorar o mal os mesmos que o padeciam. Tudo isto via Elias podendo-o remediar facilmente, porque Deus lhe entregara na mão as chaves das nuvens; mas ia o rigor por diante. Tudo estava seco, mas as entranhas de Elias mais que tudo. Que se portasse com este rigor um profeta, não me espanto; que a quem conhece bem a graveza dos pecados, todo o castigo, que não é o eterno, lhe parece muito pouco. O que me espanta é que sofressem os homens a Elias. É possível que se há de estar abrasando o mundo, e que tenha Elias em sua mão o remédio, e que o não queira dar? É possível que se esteja abrasando o mundo, e que não querendo Elias dar o remédio que tem em sua mão, que sofram os homens a Elias? Sim: sabeis por que o sofriam? Porque ainda que Elias tivesse as chaves, tanto fechava as fontes para si como para os demais. Os outros estavam necessitados, e Elias andava mendigando; os outros estavam a ponto de morrer, e Elias vivia de milagre; os outros secavam-se à sede, e Elias abrasava-se e mirrava-se. Isto sim que é ser zeloso. Mas que na vossa casa

corram as fontes, e que nas outras se sequem! Que sobre as vossas searas chovam as nuvens a rios, e que sobre as outras fira o Sol a raios! Isto não é zelo. Se o tempo pede que haja sol, sequem-se todos: *Qui solem suum oriri facit super bonus, et malos.*<sup>36</sup> E se é razão que haja chuva, molhem-se todos: *Qui pluit super justos, et injustos.* E se o mesmo zelo ditar que entre os maus e bons, entre os justos e os injustos, haja diferença; haja diferença, mas seja qual convém: o mal carregue para os maus, mas seja para todos os maus; e o bem incline para os bons, mas seja para todos os bons. Esta é a condição do verdadeiro zelo: *Dura sicut infernus aemulatio*: diz o Espírito Santo:<sup>37</sup> que o zelo é como o Inferno. Notável comparação! O zelo, uma virtude tanto do Céu, há de comparar-se ao Inferno? Sim: não conheceis as virtudes do Inferno. Sabeis por que se compara o zelo ao Inferno? Porque o Inferno é um fogo que a nenhum bom ofende, e a nenhum mau perdoa. Mas o fogo do vosso zelo não é assim: entre os maus tem seus predestinados, a quem não toca, e entre os bons tem seus precitos, a quem abrasa. Oh rigor mais que infernal! Não vos digo já que sejais como os santos do Paraíso; ao menos não sereis como o fogo do Inferno! E então muito prezados de Elias! Quando muito tereis a sua capa. Elias foi-se para o Céu, e deixou a Eliseu a sua capa. O zelo foi-se, e ficou a capa do zelo. E quantas maldades se cometem debaixo desta honrada capa!

Levou Deus um dia em espírito ao profeta Ezequiel a Jerusalém, e o que viu o profeta foi uma parede ou fachada em que estava um ídolo do zelo: *Et ecce idolum zeli in ipso introitu.*<sup>38</sup> Cuidas tu, Ezequiel, diz Deus, que não há aqui mais que o que aparece! Ora rompe essa parede, e verás. Rompeu a parede Ezequiel, entrou, e viu uma casa em que estavam pintadas pelas paredes cobras, lagartos, basiliscos, serpentes, e outros monstros horríveis, e no meio setenta homens de câs, que com turibulos na mão os incensavam: *Et septuaginta viri de senioribus domus Israel, stantium ante picturas, et unusquisque habebat, thuribulum in manu sua.*<sup>39</sup> Adiante, diz Deus a Ezequiel. Passa Ezequiel outra parede: *Et ecce sedebant mulieres plangentes Adonidem*: e viu muitas mulheres assentadas, que estavam chorando por Adônis. Sabida é a fábula, ou a história de Adônis e as gentilidades que nasceram de sua gentileza; e por este estavam chorando vestidas de luto e desgrenhadas. Por diante, Ezequiel, diz Deus terceira vez. Passa Ezequiel a terceira parede: *Et ecce quasi viginti quinque viri dorsa habentes contra templum Domini.*<sup>40</sup> e viu vinte e cinco homens que estavam com as costas viradas para o templo do Senhor: *Et facies ad Orientem, et adorabant ad ortum solis*: e todos estavam com os olhos postos no oriente, e com os joelhos em terra, adorando ao Sol que nascia. Eis aqui o que Deus mostrou a Ezequiel, e o que passa no mundo, ainda que se não veja. Se olhares aos homens e para as primeiras paredes, não vereis mais que um ídolo do zelo; tão zelosos e tão zeladores, que parecem uns idólatras do zelo; mas detrás dessa parede do zelo,

que é o que se faz? Uns estão chorando por Adônis; outros estão adorando o Sol que nasce; outros estão incensando altares proibidos; e muitos, ainda mal, com as costas viradas para o templo de Deus. Por fora não há mais que zelo; mas dentro há cobras e lagartos; há basiliscos e serpentes; há monstros e monstruosidades, há cousas que estão fechadas a três paredes. Elias por fora, idolatrias por dentro. Se houvesse quem rompesse paredes, oh quantas cousas havia de ver o mundo! Este é o zelo, estes são os zelosos, estes são os Elias: *Mias es tu*.

vi

Ouvida a resposta do Batista, que não era Elias, instaram terceira vez os embaixadores, e perguntaram: *Propheta es tu?*<sup>41</sup> Já que não sois Elias, ao menos sois profeta? A esta pergunta respondeu o Batista ainda mais seca e mais abreviadamente: *Non*: Não. Já sabeis que havemos de fazer a mesma pergunta na nossa terra. *Propheta es tu? Quid dicis de te ipso?* Vós que tantas cousas dizeis de vós, sois também profeta? *Propheta et plusquam Propheta*. Os vossos discursos são vaticínios; as vossas proposições são revelações; os vossos ditames são profecias; os vossos futuros não têm contingência; o que sucede depois é tudo o que dissestes antes; tendes inteligências na secretaria do Espírito Santo; não se decreta lá cousa que se não registe primeiro convosco. Basta isto? Ainda tendes mais. Se se tratam matérias de Estado, sois um profeta Daniel; se se tratam matérias de guerra, sois um profeta Isaías; se se tratam matérias de mar, sois um profeta Jonas; se se tratam matérias eclesiásticas, sois um profeta Ezequiel; se fazeis advertências aos reis, sois um profeta Natã; se chorais as calamidades do povo, sois um profeta Jeremias; se pedis socorros ao Céu, sois um profeta Baruch; e se tendes algum interesse, como tendes muitos, sois um profeta Balaão. Muitas graças sejam dadas a Deus, que nos deu tantos profetas na nossa idade. Não de balde estão prognosticadas tantas felicidades ao nosso reino. Não poderá ele deixar de ser muito glorioso, tendo dentro em si tantos e tais profetas. Cristo Senhor nosso nasceu entre dous animais; morreu entre dous ladrões; e transfigurou-se entre dous profetas; entre dous animais esteve pobre; entre dous ladrões esteve crucificado; entre dous profetas esteve glorioso. Tenham os reis profetas ao lado, e eles terão seguras as suas glórias. Mas que profetas? Moisés e Elias; um morto, outro vivo; mas ambos do outro mundo. Ora já que importa tanto ao reino o ter profetas, examinemos o *Propheta es tu*, e vejamos por onde se hão de conhecer os verdadeiros profetas.

Primeiramente advirto que os profetas não se hão de conhecer, nem avaliar pelo número. Ainda que sejam mais os que dizem uma cousa, nem por isso se hão de ter por profetas. Ouvi uma grande história do iii Livro dos Reis. Havendo três anos que el-rei Acab estava em paz com todas as nações vizinhas, entrou em pensamento se iria fazer guerra a el-rei de Síria, o qual lhe tinha tomado a cidade

e terras de Ramoth Galaad. Para isto chamou conselho de profetas, e diz o texto sagrado que se ajuntaram quatrocentos profetas: *Congregavit rex Israel prophetas, quadringentos circiter viros.*<sup>42</sup> A proposta foi esta: *Ire debeo in Ramoth Galaad ad bellandum, an quiescere?* Devo ir fazer guerra, a Ramoth Galaad, ou aquietar-me? E a razão da proposta era: *An ignoratis quod nostra sit Ramoth Galaad, et negligimus tollere eam de manu regis Syriae?*<sup>43</sup> Que as terras de Ramoth eram daquela coroa, e que parecia negligência não as recuperarem da mão dos sírios. Ouvida a proposta e a razão dela, responderam todos os profetas a uma voz: que se fizesse a guerra, que Deus daria a sua majestade vitória:

*Ascende, et dabit eam Dominus in manu tua.*<sup>44</sup> Com este bom anúncio dos profetas resolveu Acab de fazer a guerra; mas para entrar nela com vantagem, pediu a el-rei Josafat, seu confederado, que o quisesse ajudar na empresa. Disse Josafat que sim: mas que se houvesse algum profeta do Senhor, folgaria que o consultassem também. Respondeu Acab que ali havia um Miqueias, homem a quem ele aborrecia muito, porque sempre lhe falava contra o gosto, e nunca lhe profetizara bem: *Remansit vir unus, sed ego odi eum, quia non prophetat mihi*

*bonum, sed malum.*<sup>45</sup> Levou-se logo recado a Miqueias que viesse, e diz o texto, que o que deu o recado disse a Miqueias, que suposto que el-rei tinha quatrocentos profetas que lhe aconselhavam a guerra, que fosse ele também da mesma opinião, e que falasse ao gosto: *Sit sermo tuus similis eorum, et loquere bona.*<sup>46</sup> Que responderia Miqueias? O que deve fazer em semelhantes casos todo homem de bem: *Vivit Dominus, quia quodcumque mihi dixerit Dominus, hoc loquar.* Vive Deus, que não hei de dizer outra cousa, senão o que o mesmo Deus me inspirar, e o que entender em minha consciência.

Finalmente, chegou Miqueias à presença dos reis: propôs-se-lhe o caso: respondeu que se não fizesse a guerra, porque se havia de perder o rei e o exército. Notável encontro de profetas! Que vos parece que devia fazer Acab neste caso? Por uma parte quatrocentos profetas que lhe aconselhavam que fizesse a guerra, e por outra um profeta dizendo que a não fizesse? Resolveu el-rei Acab o que eu lhe aconselhara nas circunstâncias presentes, ainda que fora da opinião de Miqueias. Mandou que se fizesse a guerra: e isto por três razões: primeira, porque havia muitos anos que estava em paz com todos os príncipes vizinhos: e quando as armas estão desembaraçadas e ociosas, é bem que se empreguem nas gloriosas empresas; segunda, porque as terras de Ramoth Galaad pertenciam à sua coroa, e as terras da coroa hão de fazer os reis o possível e o impossível, porque não estejam em mãos de inimigos. Cada torrão das terras conquistadas, se se espremer, há de deitar muito sangue de vassallos, e o que custou este preço, não se há de dar por nenhum preço; terceira e principal razão, porque ainda que as razões de Miqueias fossem boas, estavam pela outra parte quatrocentos profetas, a quem parecia o contrário: e nas matérias públicas,



é bem que se conformem os reis, quanto puder ser, com o sentimento comum. Só por esta última razão (quando não houvera outras) aconselhara eu a Acab que, nas circunstâncias presentes, fizesse a guerra, e isto ainda depois de ouvir a Miqueias, em cujo parecer não havia risco, porque os ditames práticos devem-se mudar todas as vezes que se mudam as circunstâncias. O médico, conforme os preceitos da arte, manda que se corte o braço gangrenado, para que se salve o corpo; mas se o enfermo repugna, e não se acomoda, tem a medicina outro ditame prático, com que manda aplicar remédios menos violentos, ainda que sejam menos seguros. Conforme a este ditame seguiu el-rei Acab o parecer dos quatrocentos profetas e resolveu que se fizesse a guerra: tocam-se as trombetas, marcha o exército, dá-se a batalha sobre Ramoth; mas a poucas horas de peleja ficou o exército desbaratado e Acab perdido. Notável caso! Vede como são diversos os sucessos e os juízos humanos, e a diferença que vai de profetas a profetas. De uma parte estavam quatrocentos profetas, da outra parte estava um só profeta: o rei inclinou para a parte onde estavam quatrocentos, e o sucesso caiu para a parte onde estava um. Por isso digo que as profecias não se hão de julgar pelo número. As profecias chamam-se na Escritura peso: *Onus Ninive*, *Onus Assyriae*, *Onus Aegypti*. Peso de Nínive, quer dizer, profecia de Nínive; peso de Assíria, quer dizer, profecia de Assíria; peso de Egito, quer dizer, profecia de Egito. Os profetas hão-se de pesar, não se hão de contar. Os quatrocentos profetas, contados, eram mais que Miqueias; Miqueias, pesado, era mais que os quatrocentos.

vii

Suposto, pois, que os profetas se não hão de conhecer pelo número, por onde se hão de conhecer? Por três cousas: pelos olhos, pelo coração e pelos sucessos. Conhecem-se os verdadeiros profetas pelos olhos, porque o ver é o fundamento de profetizar. Os profetas na Escritura chamam-se *videntes*: os que veem. Só os que veem são profetas. Assim como a mais nobre profecia sobrenatural consiste na visão, assim a mais certa profecia natural consiste na vista. Só quem viu pode profetizar naturalmente com certeza. E a razão é muito clara. A profecia humana consiste no verdadeiro discurso; o discurso verdadeiro não se pode fazer sem todas as notícias; e todas as notícias só as pode ter quem viu com os olhos. Nenhuma cousa houve mais assentada na Antiguidade que ser inabitável a zona tórrida; e as razões com que os filósofos o provavam, eram ao parecer tão evidentes, que ninguém havia que o negasse. Descobriram, finalmente, os pilotos e marinheiros portugueses as costas da África e da América, e souberam mais e filosofaram melhor sobre um só dia de vista que todos os sábios e filósofos do mundo em cinco mil anos de especulação. Os discursos de quem não viu são discursos; os discursos de quem viu são profecias.

O outro sinal da profecia é o coração; porque conforme cada um tem o coração, assim profetiza. Os antigos, quando queriam prognosticar o futuro, sacrificavam os animais, consultavam-lhes as entranhas, e conforme o que viam nelas, assim prognosticavam. Não consultavam a cabeça, que é o assento do entendimento, senão as entranhas, que é o lugar do amor; porque não prognostica melhor quem melhor entende, senão quem mais ama. E este costume era geral em toda a Europa antes da vinda de Cristo, e os portugueses tinham uma grande singularidade nele entre os outros gentios. Os outros consultavam as entranhas dos animais, os portugueses consultavam as entranhas dos homens. Assim o diz Estrabão no livro terceiro: *Lusitanis vetus mos erat ex intestinis hominum exta prospicere, atque inde omina, et divinationes captare.*<sup>47</sup> Era costume dos antigos portugueses (diz Estrabão) consultar as entranhas dos homens que sacrificavam, e delas conjecturar e adivinhar os futuros. A superstição era falsa, mas a alegoria era muito verdadeira. Não há lume de profecia mais certo no mundo que consultar as entranhas dos homens. E de que homens? De todos? Não. Dos sacrificados. As entranhas dos sacrificados eram as que consultavam os antigos: primeiro faziam o sacrificio, então consultavam as entranhas. Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados: consultem entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam; e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém consultar de quem não se sacrificou, nem se sacrificou, nem se há de sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; é querer cegar o presente, e não acertar o futuro.

O último sinal de conhecer os profetas são os sucessos. No Deuteronômio prometeu Deus a seu povo que lhe daria profetas: e o sinal que lhe deu para os conhecer, foi só este: *Hoc vobis signum: quod propheta praedixerit, et non venerit, hoc Dominus non est locutus.*<sup>48</sup> Quando duvidares de algum se é profeta, ou não, observareis esta regra: Se o que ele disser antes, suceder depois, tende-o por verdadeiro profeta: mas se o que ele disser não suceder, tendo-o por profeta falso. Não pode haver sinal nem mais fácil, nem mais certo. Sabeis a quais haveis de ter por profetas? Sabeis de quais haveis de cuidar que acertaram com os futuros? Aqueles de quem tiveres experiência que tudo, ou quase tudo o que disseram antes, veio a suceder depois. Este ditame seguiu faraó com José; Nabucodonosor com Daniel, e todos os príncipes prudentes com seus conselheiros. Mas assim como há profetas de antes, assim há profetas de depois. Há muitos mui prezados de profetas, que depois de acontecerem os maus sucessos, então profetizam pelo arrependimento, o que fora melhor ter profetizado antes pelo discurso. Este foi um dos tormentos da Paixão de Cristo. Ataram a Cristo um pano pelos olhos, davam-lhe com as mãos sacrílegas na sagrada cabeça, e diziam por escárnio que profetizasse quem lhe dera: *Profetiza nobis Christe, quis est qui te percussit.*<sup>49</sup> Profetizar depois de levar na

cabeça é profecia de quem tem os olhos tapados; é escárnio da Paixão de Cristo. Não haveis de profetizar quem vos deu, senão quem vos pode dar; porque é melhor reparar os golpes que curá-los; e se o sucesso mostrar que a profecia foi certa, a quem a disser tende-o por profeta: *Propheta es tu*.

viii

Cansados, finalmente, os embaixadores de lhes responder o Batista que não era Messias, nem Elias, nem profeta; pediram-lhe, finalmente, que pois eles não acertavam a perguntar, lhes dissesse ele quem era. A esta instância não pôde deixar de deferir o Batista. E que vos parece que responderia? *Ego sum vox clamantis in deserto*:<sup>50</sup> Eu sou uma voz que clama no deserto. Verdaderamente não entendo esta resposta. Se os embaixadores perguntaram ao Batista o que fazia, então estava bem respondido com a voz que clamava no deserto, porque o que o Batista fazia no deserto, era dar vozes e clamar; mas se os embaixadores perguntavam ao Batista quem era, como lhes responde ele o que fazia? Respondeu discretissimamente. Quando lhe perguntavam quem era, respondeu o que fazia; porque cada um é o que faz, e não é outra cousa. As cousas definem-se pela essência: o Batista definiu-se pelas ações; porque as ações de cada um são a sua essência. Definiu-se pelo que fazia para declarar o que era.

Daqui se entenderá uma grande dúvida, que deixamos atrás de ponderar. O Batista perguntado se era Elias respondeu que não era Elias: *Non sum*. E Cristo no capítulo onze de São Mateus disse, que o Batista era Elias: *Joannes Baptista ipse est Elias*.<sup>51</sup> Pois se Cristo diz que o Batista era Elias, como diz o mesmo Batista que não era Elias! Nem o Batista podia enganar, nem Cristo podia enganar-Se: como se hão de concordar logo estes textos? Muito facilmente. O Batista era Elias, e não era Elias; não era Elias, porque as pessoas de Elias e do Batista eram diversas; era Elias, porque as ações de Elias e do Batista eram as mesmas. A modéstia do Batista disse que não era Elias, pela diversidade das pessoas; a verdade de Cristo afirmou que era Elias, pela uniformidade das ações. Era Elias, porque fazia ações de Elias. Quem faz ações de Elias, é Elias; quem fizer ações de Batista, será Batista; e quem as fizer de Judas, será Judas. Cada um é as suas ações, e não é outra cousa. Oh que grande doutrina esta para o lugar em que estamos! Quando vos perguntarem quem sois, não vades revolver o nobiliário de vossos avós, ide ver a matrícula de vossas ações. O que fazeis, isso sois, nada mais. Quando ao Batista lhe perguntaram quem era, não disse que se chamava João, nem que era filho de Zacarias; não se definiu pelos pais, nem pelo apelido. Só de suas ações formou a sua definição: *Ego vox clamantis*.

Muito tempo há que tenho dous escândalos contra a nossa gramática portuguesa nos vocábulos do nobiliário. A fidalguia chamam-lhe qualidade, e

chamam-lhe sangue. A qualidade é um dos dez predicamentos a que reduziram todas as cousas os filósofos. O sangue é um dos quatro humores de que se compõe o temperamento do corpo humano. Digo, pois, que a chamada fidalguia não é somente qualidade, nem somente sangue; mas é de todos os dez predicamentos, e de todos os quatro humores. Há fidalguia que é sangue, e por isso há tantos sanguinolentos; há fidalguia que é melancolia, e por isso há tantos descontentes; há fidalguia que é cólera, e por isso há tantos malsofridos e insofríveis; e há fidalguia que é fleuma, e por isso há tantos que prestam para tão pouco. De maneira que os que adoecem de fidalguia, não só lhes peca a enfermidade no sangue, senão em todos os quatro humores. O mesmo se passa nos dez predicamentos. Há fidalguia que é sustância, porque alguns não têm mais sustância que a sua fidalguia; há fidalguia que é quantidade: são fidalgos porque têm muito de seu; há fidalguia que é qualidade, porque muitos, não se pode negar, são muito qualificados; há fidalguia que é relação: são fidalgos por certos respeitos; há fidalguia que é paixão: são apaixonados de fidalguia; há fidalguia que é *ubi*: são fidalgos porque ocupam grandes lugares; há fidalguia que é sítio, e desta casta é a dos títulos, que estão assentados, e os outros em pé; há fidalguia que é hábito: são fidalgos porque andam mais bem-vestidos; há fidalguia que é duração: fidalgos por antiguidade. E qual destas é a verdadeira fidalguia? Nenhuma. A verdadeira fidalguia é ação. Ao predicamento da ação é que pertence a verdadeira fidalguia. *Nam genus, et proavos, et quae non fecimus ipsi, vix ea nostra voco*,<sup>52</sup> disse o grande fundador de Lisboa: As ações generosas, e não os pais ilustres, são as que fazem fidalgos. Cada um é suas ações, e não é mais nem menos, como o Batista: *Ego vox clamantis in deserto*.

Desta doutrina tão verdadeira, e desta última conclusão do Batista, tiro dous documentos, com que acabo: um político, outro espiritual. Digo politicamente que nas ações se hão de fundar as eleições; digo espiritualmente que nas ações se devem segurar as predestinações. As eleições ordinariamente fundam-se nas gerações, e por isso se acertam tão poucas vezes. Não nego que a nobreza, quando está junta com talento, deve sempre preceder a tudo; mas como os talentos Deus é O que os dá, e não os pais, não se devem fundar as eleições nas gerações, senão nas ações. Este ditame é o verdadeiro em todo o tempo, e muito mais no presente. No tempo da paz pode-se sofrer que se deem os lugares às gerações; mas no tempo da guerra, não se hão de dar senão às ações. Viu o profeta Ezequiel no primeiro capítulo das suas revelações aquele carro misterioso, por que tiravam quatro animais — homem, leão, boi e águia; no capítulo décimo tornou a ver o mesmo carro com os mesmos animais, mas com a ordem trocada; porque na primeira visão tinha o primeiro lugar o homem; na

segunda visão tinha o primeiro lugar o boi. Notável mudança! Que o homem, na primeira visão, se anteponha ao leão, à águia e ao boi, muito justo, porque o fez Deus senhor de todos os animais; mas que o boi, que foi criado para o trabalho e para o arado, se anteponha a três cabeças coroadas: ao homem, rei do mundo; ao leão, rei dos animais; à águia, rainha das aves! Sim: a razão literal, e a melhor que dão os expositores, é esta. Na primeira visão estava o carro dentro do templo; na segunda visão saiu o carro à campanha: *Egressa est gloria Domini de limine templi*:<sup>53</sup> e quando o carro está quieto, dê-se embora o primeiro lugar a quem melhor é; mas quando o carro caminha, há-se de dar o primeiro lugar a quem melhor puxa; e porque o boi puxava melhor que o homem, por isso se deu o primeiro lugar ao boi. Quando o carro estiver no templo da paz, deem-se embora os lugares a quem melhor for; mas enquanto o carro estiver na campanha, hão-se de dar os lugares a quem melhor puxar.

E assim como politicamente é bem que nas ações se fundem as eleições, assim espiritualmente digo que nas ações se hão de segurar as predestinações. São Pedro na Epístola segunda: *Fratres satagite, ut per bona opera certam vestram vocationem, et electionem faciatis*:<sup>54</sup> Irmãos meus (diz São Pedro), trabalhai com grande diligência de fazer certa a vossa vocação e predestinação, por meio das vossas ações. Se perguntarem a um homem: *Tu quis es?* Quanto ao temporal, em qualquer matéria pode responder com certeza; se perguntarem a um homem: *Tu quis es?* Quanto ao espiritual, ninguém há no mundo que possa responder a esta pergunta. Cada um de nós espiritualmente é o que há de ser; o que há de ser cada um, ninguém o sabe; e assim ninguém há que possa responder com certeza à pergunta: *Tu quis es?* A maior miséria, a maior perplexidade, a maior aflição de espírito que há na vida humana, é saber um homem que há de ser ou eternamente ditoso, ou eternamente infeliz, e não saber qual destas duas há de ser: não saber um homem se é precito, ou se é predestinado. A este maior de todos os cuidados, a esta maior de todas as perplexidades, acode São Pedro com o único remédio que ela pode ter: *Satagite, ut per vestra bona opera certam vestram electionem faciatis*. Se quereis ter segurança de vossa predestinação, a maior que sem revelação se pode ter nesta vida, apelaí para vossas ações e vossas boas obras: fazei obras boas, e estai moralmente seguros que sois predestinados. Este é o verdadeiro entendimento das palavras de São Pedro, e assim as explicam São Tomás e todos os teólogos. Oh que felicidade tão grande que tenhamos nas nossas obras um seguro de nossa predestinação! Na outra vida há-nos de pagar Deus as boas obras com a posse da glória; nesta vida já no-las começa a pagar com a segurança dela. Ora cristãos, já que nas nossas ações, já que nas nossas obras está depositado um tesouro tão grande, não o percamos. *Satagite*, trabalhemos por segurar nossa predestinação. Apliquemo-nos muito de veras à observância dos preceitos divinos; rompamos por tudo o que nos pode ser estorvo e impedimento; conheçamo-nos, e conheçamos o mundo e seus

enganos; quebrems com uma grande resolução os laços e as cadeias que nos detêm, quaisquer que sejam; convertamo-nos de todo coração a Deus; disponhamo-nos com todas as forças para receber Sua graça, e seguremos para sempre o prêmio da glória.

1 Jo 1.

2 Tb 5,16.

3 Tb 18.

4 Gn 18,10 e 14.

5 Jo 1,20.

6 Is 35,4.

7 Is 9,6.

8 Ml 4,2.

9 Sl 71,7.

10 Is 8,3.

11 Is 35,6.

12 Is 2,4.

13 Is 40,4.

14 Is 2, 6-7.

15 Gn 22,18.

16 Lc 1,32.

17 Gn 49,9.

18 Gn 17,21.

19 Gn 14,27.

20 Gn 5,14.

21 Gn 5,27.

22 Gn 1,22.

23 Gn 1,22.

24 Gn 1,24.

25 Gn 49,22.

26 Gn 49,34.

27 Jo 1,26.

28 Jo 1,21.

29 Jo 1,28.

30 3Rs 19,14.

31 3Rs 19,18.

- [32](#) 3Rs 11,30.
- [33](#) 3Rs 11,31.
- [34](#) Sl 68,10.
- [35](#) 3Rs 17,1.
- [36](#) Mt 5,45.
- [37](#) Ct 8,6.
- [38](#) Ez 8,5.
- [39](#) Ez 8,11.
- [40](#) Ez 8,16.
- [41](#) Jo 1,21.
- [42](#) 3Rs 22,6.
- [43](#) 3Rs 22,3.
- [44](#) 3Rs 22,6.
- [45](#) 3Rs 22,8.
- [46](#) 3Rs 22,13-4.
- [47](#) Estrab, liv. iii.
- [48](#) Dt 18,22.
- [49](#) Mt 26,68.
- [50](#) Jo 1,23.
- [51](#) Mt 11,14.
- [52](#) Ulysses apud Ovidio, *Metamor.*
- [53](#) Ez 10,18.
- [54](#) 2Pd 1,10.

## Sermão de Santo Antônio aos peixes

pregado na cidade de são luis  
do maranhão, no ano de 1654

*Vos estis sal terrae.*<sup>1</sup>

i

Vós, diz Cristo Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhe sal da terra, porque quer que façam na terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra se não deixa salgar. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhes dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores dizem uma cousa e fazem outra; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes querem antes imitar o que eles fazem que fazer o que dizem; ou é porque o sal não salga, e os pregadores se pregam a si, e não a Cristo; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes em vez de servir a Cristo, servem os seus apetites. Não é tudo isto verdade? Ainda mal.

Suposto, pois, que, ou o sal não salgue, ou a terra se não deixe salgar; que se há de fazer a este sal, e que se há de fazer a esta terra? O que se há de fazer ao sal, que não salga, Cristo o disse logo: *Quod si sal evanuerit, in quo salietur? Ad nihilum valet ultra, nisi ut mittatur foras, et conculcetur ab hominibus.*<sup>2</sup> Se o sal perder a substância e a virtude, e o pregador faltar à doutrina, e ao exemplo; o que se lhe há de fazer, é lançá-lo fora como inútil, para que seja pisado de todos. Quem se atrevera a dizer tal cousa, se o mesmo Cristo a não pronunciara? Assim como não há quem seja mais digno de reverência, e de ser posto sobre a cabeça, que o pregador, que ensina e faz o que deve; assim é merecedor de todo o desprezo, e de ser metido debaixo dos pés, o que com a palavra, ou com a vida prega o contrário.

Isto é o que se deve fazer ao sal, que não salga. E à terra, que se não deixa salgar, que se lhe há de fazer? Este ponto não resolveu Cristo Senhor nosso no



Evangelho; mas temos sobre ele a resolução do nosso grande português Santo Antônio, que hoje celebramos, e a mais galharda e gloriosa resolução que nenhum santo tomou. Pregava Santo Antônio em Itália na cidade de Arimino, contra os hereges, que nela eram muitos; e como erros de entendimento são dificultosos de arrancar, não só não fazia fruto o santo; mas chegou o povo a se levantar contra ele, e faltou pouco para que lhe não tirassem a vida. Que faria neste caso o ânimo generoso do grande Antônio? Sacudiria o pó dos sapatos como Cristo aconselha em outro lugar? Mas Antônio com os pés descalços não podia fazer esta proeza; e uns pés, a que se não pegou nada de terra, não tinham que sacudir. Que faria logo? Retirar-se-ia? Calar-se-ia? Dissimularia? Daria tempo ao tempo? Isso ensinaria porventura a prudência, ou a covardia humana; mas o zelo da glória divina, que ardia naquele peito, não se rendeu a semelhantes partidos. Pois que fez? Mudou somente o púlpito e o auditório, mas não desistiu da doutrina. Deixa as praças, vai-se às praias; deixa a terra, vai-se ao mar, e começa a dizer a altas vozes: Já que me não querem ouvir os homens, ouçam-me os peixes. Oh maravilhas do Altíssimo! Oh poderes d'O que criou o mar, e a terra! Começam a ferver as ondas, começam a concorrer os peixes, os grandes, os maiores, os pequenos, e postos todos por sua ordem com as cabeças de fora da água, Antônio pregava, e eles ouviam.

Se a Igreja quer que preguemos de Santo Antônio sobre o Evangelho, dê-nos outro. *Vos estis sal terrae*: É muito bom texto para os outros santos doutores; mas para Santo Antônio vem-lhe muito curto. Os outros santos doutores da Igreja foram sal da terra, Santo Antônio foi sal da terra e foi sal do mar. Este é o assunto que eu tinha para tomar hoje. Mas há muitos dias que tenho metido no pensamento que nas festas dos santos é melhor pregar com eles que pregar deles. Quanto mais que o sal da minha doutrina, qualquer que ele seja, tem tido nesta terra uma fortuna tão parecida à de Santo Antônio em Arimino, que é força segui-la em tudo. Muitas vezes vos tenho pregado nesta igreja e noutras, de manhã e de tarde, de dia e de noite, sempre com doutrina muito clara, muito sólida, muito verdadeira, e a que mais necessária e importante é a esta terra, para emenda e reforma dos vícios, que a corrompem. O fruto que tenho colhido desta doutrina, e se a terra tem tomado o sal, ou se tem tomado dele, vós o sabeis, e eu por vós o sinto.

Isto suposto, quero hoje, à imitação de Santo Antônio, voltar-me da terra ao mar, e já que os homens se não aproveitam, pregar aos peixes. O mar está tão perto que bem me ouvirão. Os demais podem deixar o sermão, pois não é para eles. Maria, quer dizer, *Domina maris*: Senhora do mar: e posto que o assunto seja tão desusado, espero que me não falte a costumada graça. *Ave Maria*.

Enfim, que havemos de pregar hoje aos peixes? Nunca pior auditório. Ao menos têm os peixes duas boas qualidades de ouvintes: ouvem e não falam. Uma só coisa pudera desconsolar ao pregador, que é serem gente os peixes, que se não há de converter. Mas esta dor é tão ordinária, que já pelo costume quase se não sente. Por esta causa não falarei hoje em Céu nem Inferno: e assim será menos triste este sermão do que os meus parecem aos homens, por encaminhar sempre a lembrança destes dous fins.

*Vos estis sal terrae.* Haveis de saber, irmãos peixes, que o sal, filho do mar como vós, tem duas propriedades, as quais em vós mesmos se experimentam: conservar o são, e preservá-lo para que se não corrompa. Estas mesmas propriedades tinham as pregações do vosso pregador Santo Antônio, como também as devem ter as de todos os pregadores. Uma é louvar o bem, outra repreender o mal: louvar o bem para o conservar, e repreender o mal para preservar dele. Nem cuideis que isto pertence só aos homens, porque também nos peixes tem seu lugar. Assim o diz o grande doutor da Igreja São Basílio: *Non carpere solum, reprehendereque possumus pisces, sed sunt in illis, et quae prosequenda sunt imitatione.* Não só há que notar, diz o santo, e que repreender nos peixes, senão também que imitar e louvar. Quando Cristo comparou a sua Igreja à rede de pescar: *Sagenae missae in mare,*<sup>3</sup> diz que os pescadores recolheram os peixes bons, e lançaram fora os maus: *Collegerunt bonos in vasa, malos aurem foras miserunt.*<sup>4</sup> E onde há bons e maus, há que louvar e que repreender. Suposto isto, para que procedamos com clareza, dividirei, peixes, o vosso sermão em dous pontos: no primeiro louvar-vos-ei as vossas virtudes, no segundo repreender-vos-ei os vossos vícios. E desta maneira satisfaremos às obrigações do sal, que melhor vos está ouvi-las vivos que experimentá-las depois de mortos.

Começando, pois, pelos vossos louvores, irmãos peixes, bem vos pudera eu dizer que entre todas as criaturas viventes e sensitivas, vós fostes as primeiras que Deus criou. A vós criou primeiro que as aves do ar, a vós primeiro que aos animais da terra, e a vós primeiro que ao mesmo homem. Ao homem deu Deus a monarquia e domínio de todos os animais dos três elementos, e nas provisões, em que o honrou com estes poderes, os primeiros nomeados foram os peixes: *Ut praesit piscibus maris, et volatibus Coeli, et bestiis universaeque terrae.*<sup>5</sup> Entre todos os animais do mundo, os peixes são os mais, e os peixes os maiores. Que comparação têm em número as espécies das aves, e dos animais terrestres com a dos peixes? Que comparação na grandeza o elefante com a baleia? Por isso Moisés, cronista da Criação, calando os nomes de todos os animais, só a ela nomeou pelo seu: *Creavit Deus cete grandia.*<sup>6</sup> E os três músicos da fornalha de Babilônia o cantaram também como singular entre todos: *Benedicite, cete, et omnia quae moventur in aquis, Domino.*<sup>7</sup> Estes e outros louvores, estas e outras

excelências de vossa geração e grandeza vos pudera dizer, ó peixes; mas isto é lá para os homens, que se deixam levar destas vaidades, e é também para os lugares em que tem lugar a adulação, e não para o púlpito.

Vindo pois, irmãos, às vossas virtudes, que são as que só podem dar o verdadeiro louvor, a primeira que se me oferece aos olhos hoje é aquela obediência, com que chamados acudistes todos pela honra de vosso Criador e Senhor, e aquela ordem, quietação e atenção com que ouvistes a palavra de Deus da boca de seu servo Antônio. Oh grande louvor verdadeiramente para os peixes, e grande afronta e confusão para os homens! Os homens perseguindo a Antônio, querendo-o lançar da terra, e ainda do mundo, se pudessem, porque lhes repreendia seus vícios, porque lhes não queria falar à vontade, e condescender com seus erros, e no mesmo tempo os peixes em inumerável concurso acudindo à sua voz, atentos, e suspensos às suas palavras, escutando com silêncio, e com sinais de admiração e assenso (como se tiveram entendimento) o que não entendiam. Quem olhasse neste passo para o mar e para a terra, e visse na terra os homens tão furiosos e obstinados, e no mar os peixes tão quietos e tão devotos, que havia de dizer? Poderia cuidar que os peixes irracionais se tinham convertido em homens, e os homens não em peixes, mas em feras. Aos homens deu Deus uso de razão, e não aos peixes; mas neste caso os homens tinham a razão sem o uso, e os peixes o uso sem a razão. Muito louvor mereceis, peixes, por este respeito e devoção que tivestes aos pregadores da palavra de Deus, e tanto mais quanto não foi só esta a vez em que assim o fizestes. Ia Jonas, pregador do mesmo Deus, embarcado em um navio, quando se levantou aquela grande tempestade; e como o trataram os homens, como o trataram os peixes? Os homens lançaram-no ao mar a ser comido dos peixes, e o peixe que o comeu, levou-o às praias de Nínive, para que lá pregasse, e salvasse aqueles homens. É possível que os peixes ajudam à salvação dos homens, e os homens lançam ao mar os ministros da salvação? Vede, peixes, e não vos venha vanglória, quanto melhores sois que os homens. Os homens tiveram entranhas para deitar Jonas ao mar, e o peixe recolheu nas entranhas a Jonas, para o levar vivo à terra.

Mas porque nestas duas ações teve maior parte a onipotência que a natureza (como também em todas as milagrosas, que obram os homens) passo às virtudes naturais, e próprias vossas. Falando dos peixes, Aristóteles diz, que só eles, entre todos os animais se não domam nem domesticam. Dos animais terrestres o cão é tão doméstico, o cavalo tão sujeito, o boi tão serviçal, o bugio tão amigo, ou tão lisonjeiro, e até os leões e os tigres com arte e benefícios se amansam. Dos animais do ar, afora aquelas aves que se criam e vivem conosco, o papagaio nos fala, o rouxinol nos canta, o açor nos ajuda e nos recreia; e até as grandes aves de rapina, encolhendo as unhas, reconhecem a mão de quem recebem o sustento. Os peixes pelo contrário lá se vivem nos seus mares e rios, lá se mergulham nos seus pegos, lá se escondem nas suas grutas, e não há nenhum tão

grande que se fie do homem, nem tão pequeno que não fuja dele. Os autores comumente condenam esta condição dos peixes, e a deitam à pouca docilidade, ou demasiada bruteza; mas eu sou de mui diferente opinião. Não condeno, antes louvo muito aos peixes este seu retiro, e me parece que se não fora natureza, era grande prudência. Peixes! Quanto mais longe dos homens tanto melhor: trato e familiaridade com eles, Deus vos livre. Se os animais da terra e do ar querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pensões o fazem. Cante-lhes aos homens o rouxinol, mas na sua gaiola: diga-lhe ditos o papagaio, mas na sua cadeia: vá com eles à caça o açor, mas nas suas pioses: faça-lhe bufonérias o bugio, mas no seu cepo: contente-se o cão de lhes roer um osso, mas levado onde não quer pela trela: preze-se o boi de lhe chamarem formoso ou fidalgo, mas com o jugo sobre a cerviz, puxando pelo arado e pelo carro: glorie-se o cavalo de mastigar freios dourados, mas debaixo da vara e da espora: e se os tigres e os leões lhe comem a ração de carne, que não caçaram no bosque, sejam presos e encerrados com grades de ferro. E entretanto vós, peixes, longe dos homens, e fora dessas cortesias, vivereis só convosco, sim, mas como peixe na água. De casa e das portas adentro tendes o exemplo de toda esta verdade, o qual vos quero lembrar porque há filósofos que dizem que não tendes memória.

No tempo de Noé sucedeu o dilúvio, que cobriu e alagou o mundo, e de todos os animais quais se livraram melhor? Dos leões escaparam dous, leão e leoa, e assim dos outros animais da terra: das águias escaparam duas, fêmea e macho, e assim das outras aves. E dos peixes? Todos escaparam, antes não só escaparam todos mas ficaram muito mais largos que dantes, porque a terra e mar tudo era mar. Pois se morreram naquele universal castigo todos os animais da terra e todas as aves, por que não morreram também os peixes? Sabeis por quê? Diz Santo Ambrósio, porque os outros animais, como mais domésticos ou mais vizinhos, tinham mais comunicação com os homens; os peixes viviam longe e retirados deles. Facilmente pudera Deus fazer que as águas fossem venenosas e matassem todos os peixes, assim como afogaram todos os outros animais. Bem o experimentais na força daquelas ervas com que infeccionados os poços e lagos a mesma água vos mata; mas como o dilúvio era um castigo universal que Deus dava aos homens por seus pecados, e ao mundo pelos pecados dos homens, foi altíssima providência da divina justiça que nele houvesse esta diversidade ou distinção, para que o mesmo mundo visse que da companhia dos homens lhe viera todo o mal; e que por isso os animais que viviam perto deles, foram também castigados e os que andavam longe ficaram livres. Vede, peixes, quão grande bem é estar longe dos homens. Perguntado um grande filósofo qual era a melhor terra do mundo, respondeu que a mais deserta, porque tinha os homens mais longe. Se isto vos pregou também Santo Antônio, e foi este um dos benefícios de que vos exortou a dar graças ao Criador, bem vos pudera alegar consigo que quanto mais buscava a Deus, tanto mais fugia dos homens. Para

fugir dos homens deixou a casa de seus pais e se recolheu ou acolheu a uma religião, onde professasse perpétua clausura. E porque nem aqui o deixavam os que ele tinha deixado, primeiro deixou Lisboa, depois Coimbra, e finalmente Portugal. Para fugir e se esconder dos homens, mudou de hábito, mudou de nome, e até a si mesmo se mudou, ocultando sua grande sabedoria debaixo da opinião de idiota, com que não fosse conhecido nem buscado, antes deixado de todos, como lhe sucedeu com seus próprios irmãos no capítulo geral de Assis. Dali se retirou a fazer vida solitária em um ermo, do qual nunca saíra se Deus como por força o não manifestara, e por fim acabou a vida em outro deserto tanto mais unido com Deus quanto mais apartado dos homens.

iii

Este é, peixes, em comum o natural que em todos vós louvo, e a felicidade de que vos dou o parabém, não sem inveja. Descendo ao particular, infinita matéria fora se houvera de discorrer pelas virtudes de que o autor da natureza a dotou e fez admirável em cada um de vós. De alguns somente farei menção. E o que tem o primeiro lugar entre todos como tão celebrado na Escritura é aquele santo peixe de Tobias, a quem o texto sagrado não dá outro nome que de grande, como verdadeiramente o foi nas virtudes interiores, em que só consiste a verdadeira grandeza. Ia Tobias caminhando com o anjo São Rafael, que o acompanhava, e descendo a lavar os pés do pó do caminho nas margens de um rio, eis que o investe um grande peixe com a boca aberta em ação de que o queria tragar. Gritou Tobias assombrado, mas o anjo lhe disse que pegasse no peixe pela barbatana e o arrastasse para terra; que o abrisse e lhe tirasse as entranhas e as guardasse, porque lhe haviam de servir muito. Fê-lo assim Tobias, e perguntando que virtude tinham as entranhas daquele peixe que lhe mandara guardar, respondeu o anjo que o fel era bom para sarar da cegueira, e o coração para lançar fora os demônios: *Cordis ejus particulam, si super carbones ponas, fumus ejus extricat omne genus Daemoniorum et fel valet ad unguendos oculos, in quibus fuerit albugo, et sanabuntur.*<sup>8</sup> Assim o disse o anjo, e assim o mostrou logo a experiência, porque sendo o pai de Tobias cego, aplicando-lhe o filho aos olhos um pequeno do fel, cobrou inteiramente a vista: e tendo um demônio, chamado Asmodeu, morto sete maridos a Sara, casou com ela o mesmo Tobias; e queimando na casa parte do coração, fugiu dali o Demônio e nunca mais tornou. De sorte que o fel daquele peixe tirou a cegueira a Tobias, o Velho, e lançou os demônios de casa a Tobias, o Moço. Um peixe de tão bom coração e de tão proveitoso fel quem o não louvará muito? Certo que se a este peixe o vestiram de burel e o ataram com uma corda, parecia um retrato marítimo de Santo Antônio. Abria Santo Antônio a boca contra os hereges, e enviava-se a eles levado do fervor e zelo da fé e glória divina. E eles que faziam? Gritavam como Tobias, e

assombravam-se com aquele homem, e cuidavam que os queria comer. Ah homens, se houvesse um anjo que vos revelasse qual é o coração desse homem, e esse fel que tanto vos amarga, quão proveitoso e quão necessário vos é! Se vós lhe abrisseis esse peito e lhe visseis as entranhas; como é certo que havíeis de achar e conhecer claramente nelas que só duas cousas pretende de vós, e convosco: uma é alumiar e curar vossas cegueiras, e outra lançar-vos os demônios fora de casa. Pois a quem vos quer tirar as cegueiras, a quem vos quer livrar dos demônios persegui vós? Só uma diferença havia entre Santo Antônio e aquele peixe: que o peixe abria a boca contra quem se lava, e Santo Antônio abria a sua contra os que se não queriam lavar. Ah moradores do Maranhão, quanto eu vos pudera agora dizer neste caso! Abri, abri estas entranhas; vede, vede este coração. Mas ah sim, que me não lembrava! Eu não vos prego a vós, prego aos peixes.

Passando dos da Escritura aos da história natural, quem haverá que não louve e admire muito a virtude tão celebrada da rêmora? No dia de um santo menor, os peixes menores devem preferir a outros. Quem haverá, digo, que não admire a virtude daquele peixezinho tão pequeno no corpo, e tão grande na força e poder, que não sendo maior de um palmo, se se pega ao leme de uma nau da Índia, apesar das velas, e dos ventos e de seu próprio peso e grandeza, a prende e amarra mais que as mesmas âncoras, sem se poder mover, nem ir por diante? Oh se houvera uma rêmora na terra, que tivesse tanta força como a do mar, que menos perigo haveria na vida, e que menos naufrágios no mundo! Se alguma rêmora houve na terra, foi a língua de Santo Antônio, na qual como na rêmora se verifica o verso de São Gregório Nazianzeno: *Lingua quidem parva est, sed viribus omnia vincit*. O apóstolo Santiago, naquela sua eloquentíssima Epístola, compara a língua ao leme da nau, e ao freio do cavalo. Uma e outra comparação juntas declaram maravilhosamente a virtude da rêmora, a qual, pegada ao leme da nau, é freio da nau e leme do leme. E tal foi a virtude e força da língua de Santo Antônio. O leme da natureza humana é o alvedrio, o piloto é a razão: mas quão poucas vezes obedecem à razão os ímpetos precipitados do alvedrio? Neste leme, porém, tão desobediente e rebelde, mostrou a língua de Antônio quanta força tinha, como rêmora, para domar e parar a fúria das paixões humanas. Quantos correndo fortuna na nau Soberba, com as velas inchadas do vento, e da mesma soberba (que também é vento) se iam desfazer nos baixos, que já rebentavam por proa, se a língua de Antônio, como rêmora, não tivesse mão no leme, até que as velas se amainassem, como mandava a razão, e cessasse a tempestade de fora e a de dentro? Quantos, embarcados na nau Vingança, com a artilharia abocada, e os bota-fogos acesos, corriam enfundados a dar-se batalha, onde se queimariam, ou deitariam a pique, se a rêmora da língua de Antônio lhe não detivesse a fúria, até que composta a ira, e ódio, com bandeiras de paz se salvassem amigavelmente? Quantos, navegando

na nau Cobiça, sobrecarregada até às gáveas, e aberta com o peso por todas as costuras, incapaz de fugir, nem se defender, dariam nas mãos dos corsários com perda do que levavam, e do que iam buscar, se a língua de Antônio os não fizesse parar, como rêmora, até que aliviados da carga injusta, escapassem do perigo, e tomassem porto? Quantos, na nau Sensualidade, que sempre navega com cerração, sem sol de dia, nem estrelas de noite, enganados no canto das sereias, e deixando-se levar da corrente, se iriam perder cegamente, ou em Cila, ou em Caríbdis, onde não aparecesse navio nem navegante, se a rêmora da língua de Antônio os não contivesse, até que esclarecesse a luz, e se pusessem em via? Esta é a língua, peixes, do vosso grande pregador, que também foi rêmora vossa, enquanto o ouvistes; e porque agora está muda (posto que ainda se conserva inteira) se veem, e choram na terra tantos naufrágios.

Mas para que da admiração de uma tão grande virtude vossa, passemos ao louvor ou inveja de outra não menor, admirável é igualmente a qualidade daquelo outro peixinho, a que os latinos chamaram torpeda. Ambos estes peixes conhecemos cá mais de fama que de vista: mas isto têm as virtudes grandes, que quanto são maiores, mais se escondem. Está o pescador com a cana na mão, o anzol no fundo, e a boia sobre a água, e em lhe picando na isca o torpeda, começa a lhe tremer o braço. Pode haver maior, mais breve e mais admirável efeito? De maneira que num momento passa a virtude do peixinho, da boca ao anzol, do anzol à linha, da linha à cana, e da cana ao braço do pescador. Com muita razão disse que este vosso louvor o havia de referir com inveja. Quem dera aos pescadores do nosso elemento, ou quem lhes pusera esta qualidade tremente, em tudo o que pescam na terra! Muito pescam, mas não me espanto do muito: o que me espanta é que pesquem tanto, e que tremam tão pouco. Tanto pescar e tão pouco tremer! Pudera-se fazer problema onde há mais pescadores e mais modos e traças de pescar, se no mar, ou na terra? E é certo que na terra. Não quero discorrer por eles, ainda que fora grande consolação para os peixes: baste fazer a comparação com a cana, pois é o instrumento do nosso caso. No mar pescam as canas, na terra pescam as varas (e tanta sorte das varas), pescam as ginetas, pescam as bengalas, pescam os bastões e até os cetros pescam, e pescam mais que todos, porque pescam cidades e reinos inteiros. Pois é possível que pescando os homens cousas de tanto peso, lhes não trema a mão e o braço? Se eu pregara aos homens e tivera a língua de Santo Antônio, eu os fizera tremer. Vinte e dous pescadores destes se acharam acaso a um sermão de Santo Antônio, e as palavras do santo os fizeram tremer a todos, de sorte que todos tremendo se lançaram a seus pés, todos tremendo confessaram seus furtos, todos tremendo restituíram o que podiam (que isto é o que faz tremer mais neste pecado que nos outros), todos enfim mudaram de vida e de ofício, e se emendaram.

Quero acabar este discurso dos louvores e virtudes dos peixes com um, que não sei se foi ouvinte de Santo Antônio, e aprendeu dele a pregar. A verdade é

que me pregou a mim, e se eu fora outro também me convertera. Navegando daqui para o Pará (que é bem não fiquem de fora os peixes da nossa costa) vi correr pela tona da água de quando em quando, a saltos, um cardume de peixinhos que não conhecia: e como me dissessem que os portugueses lhes chamavam quatro-olhos, quis averiguar ocularmente a razão deste nome, e achei que verdadeiramente têm quatro olhos, em tudo cabais e perfeitos. Dá graças a Deus, lhe disse, e louva a liberalidade de sua divina Providência para contigo; pois às águias, que são os lincez do ar, deu somente dous olhos, e aos lincez, que são as águias da terra, também dous; e a ti, peixezinho, quatro. Mais me admirei ainda considerando nesta maravilha a circunstância do lugar. Tantos instrumentos de vista a um bichinho do mar, nas praias daquelas mesmas terras vastíssimas, onde permite Deus que estejam vivendo em cegueira tantos milhares de gentes há tantos séculos? Oh quão altas e incompreensíveis são as razões de Deus, e quão profundo o abismo de seus juízos!

Filosofando, pois, sobre a causa natural desta Providência, notei que aqueles quatro olhos estão lançados um pouco fora do lugar ordinário, e cada par deles unidos como dous vidros de um relógio de areia, em tal forma que os da parte superior olham diretamente para cima, e os da parte inferior diretamente para baixo. E a razão desta nova arquitetura é porque estes peixezinhos que sempre andam na superfície da água, não são só perseguidos dos outros peixes maiores do mar, senão também de grande quantidade de aves marítimas, que vivem naquelas praias: e como têm inimigos no mar, e inimigos no ar, dobrou-lhes a natureza as sentinelas e deu-lhes dous olhos que diretamente olhassem para cima, para se vigiarem das aves, e outros dous que diretamente olhassem para baixo, para se vigiarem dos peixes. Oh que bem informara estes quatro olhos uma alma racional, e que bem empregada fora neles, melhor que em muitos homens! Esta é a pregação que me fez aquele peixezinho, ensinando-me que, se tenho fé e uso de razão, só devo olhar diretamente para cima, e só diretamente para baixo: para cima considerando que há Céu, e para baixo considerando que há Inferno. Não me alegou para isso passo da Escritura; mas então me ensinou o que quis dizer Davi em um, que eu não entendia: *Averte oculos meos ne videant vanitatem.*<sup>9</sup> Voltai-me, Senhor, os olhos para que não vejam a vaidade. Pois Davi não podia voltar os seus olhos para onde quisesse? Do modo que ele queria, não. Ele queria voltados os seus olhos de modo que não vissem a vaidade, e isto o não podia fazer neste mundo, para qualquer parte que voltasse os olhos, porque neste mundo tudo é vaidade: *Vanitas vanitatum, et omnia vanitas.*<sup>10</sup> Logo, para não verem os olhos de Davi a vaidade, havia-lhos de voltar Deus de modo que só vissem e olhassem para o outro mundo em ambos seus hemisférios; ou para o de cima, olhando diretamente só para o Céu, ou para o de baixo, olhando diretamente só para o Inferno. E esta é a mercê que pedia a Deus aquele grande profeta, e esta a doutrina que me pregou aquele peixezinho tão pequeno.



Mas ainda que o Céu e o Inferno se não fez para vós, irmãos peixes, acabo, e dou fim a vossos louvores, com vos dar as graças do muito que ajudais a ir ao Céu e não ao Inferno os que se sustentam de vós. Vós sois os que sustentais as Cartuxas e os Buçacos, e todas as santas famílias, que professam mais rigorosa austeridade; vós os que a todos os verdadeiros cristãos ajudais a levar a penitência das Quaresmas; vós aqueles com que o mesmo Cristo festejou a sua Páscoa, as duas vezes que comeu com seus discípulos depois de ressuscitado. Prezem-se as aves e os animais terrestres de fazer esplêndidos e custosos os banquetes dos ricos, e vós gloriáveis-vos de ser companheiros do jejum e da abstinência dos justos. Tendes todos quantos sois tanto parentesco, e simpatia com a virtude, que proibindo Deus no jejum a pior e mais grosseira carne, concede o melhor e mais delicado peixe. E posto que na semana só dous se chamam vossos, nenhum dia vos é vedado. Um só lugar vos deram os astrólogos entre os signos celestes, mas os que só de vós se mantêm na Terra, são os que têm mais seguros os lugares do Céu. Enfim sois criaturas daquele elemento, cuja fecundidade entre todas é própria do Espírito Santo: *Spiritus Domini foecundabat aquas.*<sup>11</sup>

Deitou-vos Deus a bênção, que crescêsseis e multiplicásseis; e para que o Senhor vos confirme essa bênção, lembrai-vos de não faltar aos pobres com o seu remédio. Entendei que no sustento dos pobres tendes seguros os vossos aumentos. Tomai o exemplo nas irmãs sardinhas. Por que cuidais que as multiplica o Criador em número tão inumerável? Porque são sustento de pobres. Os solhos e os salmões são muito contados, porque servem à mesa dos reis e dos poderosos: mas o peixe que sustenta a fome dos pobres de Cristo, o mesmo Cristo o multiplica e aumenta. Aqueles dous peixes companheiros dos cinco pães do deserto multiplicaram tanto, que deram de comer a cinco mil homens. Pois se peixes mortos, que sustentam a pobres, multiplicam tanto, quanto mais e melhor o farão os vivos! Crescei, peixes, crescei e multiplicai, e Deus vos confirme a sua bênção.

Antes porém que vos vades, assim como ouvistes os vossos louvores, ouvi também agora as vossas repreensões. Servir-vos-ão de confusão, já que não seja de emenda. A primeira cousa que me desedifica, peixes, de vós, é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário era menos mau. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande. Olhai como estranha isto Santo Agostinho: *Homines pravis, praeversisque cupiditatibus facti sunt veluti pisces inuicem se devorantes.* Os homens, com suas más e

perversas cobiças, vêm a ser como os peixes que se comem uns aos outros. Tão alheia cousa é não só da razão, mas da mesma natureza, que sendo todos criados no mesmo elemento, todos cidadãos da mesma pátria, e todos finalmente irmãos, vivais de vos comer. Santo Agostinho, que pregava aos homens, para encarecer a fealdade deste escândalo, mostrou-lho nos peixes; e eu, que prego aos peixes, para que vejais quão feio e abominável é, quero que o vejais nos homens. Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso o que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá; para a cidade é, que haveis de olhar. Cuidais que só os tapuias se comem uns aos outros, muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vedes vós todo aquele bulir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas: vedes aquele subir e descer as calçadas, vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão de comer, e como se hão de comer.

Morreu algum deles, vereis logo tantos sobre o miserável a despedaçá-lo e comê-lo. Comem-no os herdeiros, comem-no os testamenteiros, comem-no os legatários, comem-no os acredores: comem-no os oficiais dos órfãos, e os dos defuntos e ausentes: come-o o médico, que o curou ou ajudou a morrer, come-o o sangrador que lhe tirou o sangue, come-o a mesma mulher, que de má vontade lhe dá para mortalha o lençol mais velho da casa, come-o o que lhe abre a cova, o que lhe tange os sinos, e os que cantando o levam a enterrar: enfim, ainda o pobre defunto o não comeu a terra, e já o tem comido toda a terra. Já se os homens se comeram somente depois de mortos, parece que era menos horror e menos matéria de sentimento. Mas para que conheçais a que chega a vossa crueldade, considerai, peixes, que também os homens se comem vivos assim como vós. Vivo estava Jó, quando dizia: *Quare persequimini me, et carnibus meis saturamini?*<sup>12</sup> Por que me perseguia tão desumanamente, vós, que me estais comendo vivo e fartando-vos da minha carne? Quereis ver um Jó destes? Vede um homem desses que andam perseguidos de pleitos ou acusados de crimes, e olhai quantos o estão comendo. Come-o o meirinho, come-o o carcereiro, come-o o escrivão, come-o o solicitador, come-o o advogado, come-o o inquiridor, come-o a testemunha, come-o o julgador, e ainda não está sentenciado, já está comido. São piores os homens que os corvos. O triste que foi à forca, não o comem os corvos senão depois de executado e morto; e o que anda em juízo, ainda não está executado nem sentenciado, e já está comido.

E para que vejais como estes comidos na terra são os pequenos, e pelos mesmos modos com que vós vos comeis no mar; ouvi a Deus queixando-se deste pecado: *Nonne cognoscent omnes, qui operantur iniquitatem, qui devorant plebem meam, ut cibum panis?*<sup>13</sup> Cuidais, diz Deus, que não há de vir tempo em que conheçam e paguem o seu merecido aqueles que cometem a maldade? E que maldade é esta, à qual Deus singularmente chama a maldade, como se não

houvera outra no mundo? E quem são aqueles que a cometem? A maldade é comerem-se os homens uns aos outros, e os que a cometem são os maiores que comem os pequenos: *Qui devorant plebem meam, ut cibum panis*. Nestas palavras, pelo que vos toca, importa, peixes, que advertais muito outras tantas cousas, quantas são as mesmas palavras. Diz Deus que comem os homens não só o seu povo, senão declaradamente a sua plebe: *Plebem meam*, porque a plebe e os plebeus, que são os mais pequenos, os que menos podem, e os que menos avultam na república, estes são os comidos. E não só diz que os comem de qualquer modo, senão que os engolem e os devoram: *Qui devorant*. Porque os grandes que têm o mando das cidades e das províncias, não se contenta a sua fome de comer os pequenos um por um, poucos a poucos, senão que devoram e engolem os povos inteiros: *Qui devorant plebem meam*. E de que modo se devoram e comem? *Ut cibum panis*: não como os outros comerem, senão como pão. A diferença que há entre pão e os outros comerem, é que para a carne, há dias de carne, e para o peixe, dias de peixe, e para as frutas, diferentes meses no ano; porém o pão é comer de todos os dias, que sempre e continuamente se come: e isto é o que padecem os pequenos. São o pão quotidiano dos grandes: e assim como pão se come com tudo, assim com tudo, e em tudo são comidos os miseráveis pequenos, não tendo, nem fazendo ofício em que os não carreguem, em que os não multem, em que os não defraudem, em que os não comam, traguem e devorem: *Qui devorant plebem meam, ut cibum panis*. Parece-vos bem isto, peixes? Representa-se-me que com o movimento das cabeças estais todos dizendo que não, e com olhardes uns para os outros, vos estais admirando e pasmando de que entre os homens haja tal injustiça e maldade! Pois isto mesmo é o que vós fazeis. Os maiores comeis os pequenos: e os muito grandes não só os comem um por um, senão os cardumes inteiros, e isto continuamente sem diferença de tempos, não só de dia, senão também de noite, às claras e às escuras, como também fazem os homens.

Se cuidais porventura que estas injustiças entre vós se toleram e passam sem castigo, enganais-vos. Assim como Deus as castiga nos homens, assim também por seu modo as castiga em vós. Os mais velhos, que me ouvís e estais presentes, bem vistes neste estado, e quando menos ouviríeis murmurar aos passageiros nas canoas, e muito mais lamentar aos miseráveis remeiros delas, que os maiores que cá foram mandados, em vez de governar e aumentar o mesmo Estado, o destruíram; porque toda a fome e que de lá traziam, a fartavam em comer e devorar os pequenos. Assim foi: mas se entre vós se acham acaso alguns dos que seguindo a esteira dos navios, vão com eles a Portugal e tornam para os mares pátrios; bem ouviriam estes lá no Tejo que esses mesmos maiores, que cá comiam os pequenos, quando lá chegam acham outros maiores que os comam também a eles. Este é o estilo da Divina Justiça, tão antigo e manifesto, que até os gentios o conheceram e celebraram.

*Vos quibus rector maris, atque terrae  
Jus dedit magnum necis, atque vitae;  
Ponite inflatos, tumidosque vultus;  
Quidquid a vobis minor extimescit,  
Major hoc vobis Dominus minatur.*

Notai, peixes, aquela definição de Deus: *Rector maris, atque terrae*. Governador do mar e da terra: para que não duvideis que o meu estilo, que Deus guarda com os homens na terra, observa também convosco no mar. Necessário é logo que olheis por vós e que não façais pouco caso da doutrina que vos deu o grande doutor da Igreja Santo Ambrósio, quando, falando convosco, disse: *Cave nedun alium insequeris, incidas in validiorem*. Guarde-se o peixe que persegue o mais fraco para o comer, não se ache na boca do mais forte, que o engula a ele? Nós o vemos aqui cada dia. Vai o xaréu correndo atrás do bagre, como o cão após a lebre, e não vê o cego que lhe vem nas costas o tubarão com quatro ordens de dentes, que o há de engolir de um bocado. É o que com maior elegância vos disse também Santo Agostinho: *Praedo minoris fit praeda majoris*. Mas não bastam, peixes, estes exemplos para que acabe de se persuadir a vossa gula, que a mesma crueldade que usais com os pequenos, tem já aparelhada o castigo na voracidade dos grandes.

Já que assim o experimentais com tanto dano vosso, importa que daqui por diante sejais mais repúblicos, e zelosos do bem comum, e que este prevaleça contra o apetite particular de cada um, para que não suceda que assim como hoje vemos a muitos de vós tão diminuídos, vos venhais a consumir de todo. Não vos bastam tantos inimigos de fora, e tantos perseguidores tão astutos e pertinazes quantos são os pescadores, que nem de dia nem de noite deixam de vos pôr em cerco e fazer guerra por tantos modos? Não vedes que contra vós se emalham e entralham as redes; contra vós se tecem as nassas, contra vós se torcem as linhas, contra vós se dobram e farpam os anzóis, contra vós as físgas e os arpões? Não vedes que contra vós até as canas são lanças e as cortiças armas ofensivas? Não vos basta, pois, que tenhais tantos e tão armados inimigos de fora, senão também vós de vossas portas adentro haveis de ser mais cruéis, perseguindo-vos com uma guerra mais que civil, e comendo-vos uns aos outros? Cesse, cesse já, irmãos peixes e tenha fim algum dia esta tão perniciosa discórdia: e pois vos chamei e sois irmãos, lembrai-vos das obrigações deste nome. Não estáveis vós muito quietos, muito pacíficos e muito amigos todos, grandes e pequenos, quando vos pregava Santo Antônio? Pois continuai assim e sereis felizes.

Dir-me-eis (como também dizem os homens) que não tendes outro modo de vos sustentar. E de que se sustentam entre vós muitos, que não comem os outros? O mar é muito largo, muito fértil, muito abundante, e só com o que bota às praias pode sustentar grande parte dos que vivem dentro nele. Comerem-se uns animais

aos outros é voracidade e sevícia, e não estatuto da natureza. Os da terra e do ar, que hoje se comem, no princípio do mundo não se comiam, sendo assim conveniente e necessário para que as espécies de todos se multiplicassem. O mesmo foi (ainda mais claramente) depois do dilúvio, porque tendo escapado somente dous de cada espécie, mal se podiam conservar, se se comessem. E finalmente no tempo do mesmo dilúvio, em que todos estiveram juntos dentro na arca, o lobo estava vendo o cordeiro, o gavião a perdiz, o leão o gamo, e cada um aqueles em que se costuma cevar; e se acaso lá tiveram essa tentação, todos lhe resistiram e se acomodaram com a ração do paiol comum, que Noé lhes repartia. Pois se os animais dos outros elementos mais cálidos foram capazes desta temperança, por que o não serão os da água? Enfim, se eles em tantas ocasiões, pelo desejo natural da própria conservação e aumento, fizeram da necessidade virtude, fazei-o vós também: ou fazei a virtude sem necessidade e será maior virtude.

Outra cousa muito geral, que não tanto me desedifica, quanto me lastima, em muitos de vós, é aquela tão notável ignorância e cegueira que em todas as viagens experimentam os que navegam para estas partes. Toma um homem do mar um anzol, ata-lhe um pedaço de pano cortado e aberto em duas ou três pontas, lança-o por um cabo delgado até tocar na água, e em o vendo o peixe, arremete cego a ele e fica preso, e boqueando até que assim suspenso no ar, ou lançado no convés, acaba de morrer. Pode haver maior ignorância e mais rematada cegueira que esta? Enganados por um retalho de pano, perder a vida? Dir-me-eis que o mesmo fazem os homens. Não vo-lo nego. Dá um exército batalha contra outro exército, metem-se os homens pelas pontas dos piques, dos chuços e das espadas, e por quê? Porque houve quem os engodou, e lhes fez isca com dous retalhos de pano. A vaidade entre os vícios é o pescador mais astuto, e que mais facilmente engana os homens. E que faz a vaidade? Põe por isca nas pontas desses piques, desses chuços, e dessas espadas dous retalhos de pano, ou branco, que se chama hábito de Malta, ou verde, que se chama de Avis, ou vermelho, que se chama de Cristo e de Santiago; e os homens por chegarem a passar esse retalho de pano ao peito, não reparam em tragar e engolir o ferro. E depois disso que sucede? O mesmo que a vós. O que engoliu o ferro, ou ali, ou noutra ocasião ficou morto: e os mesmos retalhos de pano tornaram outra vez ao anzol para pescar outros. Por este exemplo vos concedo, peixes, que os homens fazem o mesmo que vós, posto que me parece que não foi este o fundamento da vossa resposta ou escusa, porque cá no Maranhão ainda que se derrame tanto sangue, não há exércitos, nem esta ambição de hábitos.

Mas nem por isso vos negarei, que também cá se deixam pescar os homens pelo mesmo engano, menos honrada e mais ignorantemente. Quem pesca as vidas a todos os homens do Maranhão, e com quê? Um homem do mar com os retalhos de pano. Vem um mestre de navio de Portugal com quatro varreduras

das lojas, com quatro panos e quatro sedas, que já se lhes passou a era e não têm gasto: e que faz? Isca com aqueles trapos aos moradores da nossa terra: dá-lhes uma sacadela e dá-lhes outra, com que cada vez lhes sobe mais o preço; e os bonitos, ou os que o querem parecer, todos esfaimados aos trapos, e ali ficam engasgados e presos, com dívidas de um ano para outro ano, e de uma safra para outra safra, e lá vai a vida. Isto não é encarcamento. Todos a trabalhar toda a vida, ou na roça, ou na cana, ou no engenho, ou no tabacal: e este trabalho de toda a vida, quem o leva? Não o levam os coches, nem as liteiras, nem os cavalos, nem os escudeiros, nem os pajens, nem os lacaios, nem as tapeçarias, nem as pinturas, nem as baixelas, nem as joias; pois em que se vai e despense toda a vida? No triste farrapo com que saem à rua, e para isso se matam todo o ano.

Não é isto, meus peixes, grande loucura dos homens com que vos escusais? Claro está que sim: nem vós o podeis negar. Pois se é grande loucura desperdiçar a vida por dous retalhos de pano, quem tem obrigação de se vestir; vós a quem Deus vestiu do pó até à cabeça, ou de peles de tão vistosas e apropriadas cores, ou de escamas prateadas e douradas, vestidos que nunca se rompem, nem gastam com o tempo, nem se variam, ou podem variar com as modas; não é maior ignorância e maior cegueira, deixares-vos enganar, ou deixares-vos tomar pelo beijo com duas tirinhas de pano? Vede o vosso Santo Antônio, que pouco o pôde enganar o mundo com essas vaidades. Sendo moço e nobre, deixou as galas de que aquela idade tanto se preza, trocou-as por uma loba de sarja e uma correia de nó cego regrante; e depois que se viu assim vestido, parecendo-lhe que ainda era muito custosa aquela mortalha, trocou a sarja pelo burel e a correia pela corda. Com aquela corda e com aquele pano, pescou ele muitos, e só estes se não enganaram e foram sisudos.

v

Descendo ao particular, direi agora, peixes, o que tenho contra alguns de vós. E começando aqui pela nossa costa, no mesmo dia em que cheguei a ela, ouvindo os roncadores e vendo o seu tamanho, tanto me moveram a riso como a ira. É possível que sendo vós uns peixinhos tão pequenos, haveis de ser as roncas do mar? Se com uma linha de coser e um alfinete torcido, vos pode pescar um aleijado, por que haveis de roncar tanto? Mas por isso mesmo roncais. Dizei-me: o espartate por que não ronca? Porque, ordinariamente, quem tem muita espada, tem pouca língua. Isto não é regra geral; mas é regra geral que Deus não quer roncadores, e que tem particular cuidado de abater e humilhar aos que muito roncam. São Pedro, a quem muito bem conheceram vossos antepassados, tinha tão boa espada, que ele só avançou contra um exército inteiro de soldados romanos; e se Cristo lha não mandara meter na bainha, eu vos prometo que havia

de cortar mais orelhas que a de Malco. Contudo, que lhe sucedeu naquela mesma noite? Tinha roncado e barbateado Pedro, que se todos fraqueassem, só ele havia de ser constante até morrer, se fosse necessário: e foi tanto pelo contrário, que só ele fraqueou mais que todos, e bastou a voz de uma mulherzinha para o fazer temer e negar. Antes disso tinha já fraqueado na mesma hora em que prometeu tanto de si. Disse-lhe Cristo no Horto, que o vigiasse, e vindo daí a pouco a ver se o fazia, achou-o dormindo com tal descuido, que não só o acordou do sono, senão também do que tinha blasonado: *Sic non potuisti una hora vigilare mecum?*<sup>14</sup> Vós, Pedro, sois o valente que haviés de morrer por mim, e não pudestes uma hora vigiar comigo? Pouco há tanto roncar, e agora tanto dormir? Mas assim sucedeu. O muito roncar antes da ocasião é sinal de dormir nela. Pois que vos parece, irmãos roncadores? Se isto sucedeu ao maior pescador, que pode acontecer ao menor peixe? Medi-vos, e logo vereis quão pouco fundamento tendes de blasonar, nem roncar.

Se as baleias roncaram, tinha mais desculpa a sua arrogância na sua grandeza. Mas ainda nas mesmas baleias não seria essa arrogância segura. O que é a baleia entre os peixes, era o gigante Golias entre os homens. Se o rio Jordão, e o mar de Tiberíade têm comunicação com o oceano, como devem ter, pois dele manam todos; bem deveis de saber que este gigante era a ronca dos filisteus. Quarenta dias contínuos esteve armado no campo, desafiando a todos os arraiais de Israel, sem haver quem se lhe atrevesse: e no cabo que fim teve toda aquela arrogância? Bastou um pastorzinho com um cajado e uma funda, para dar com ele em terra. Os arrogantes, e soberbos tomam-se com Deus; e quem se toma com Deus, sempre fica debaixo. Assim que, amigos roncadores, o verdadeiro conselho é calar, e imitar a Santo Antônio. Duas cousas há nos homens, que os costumam fazer roncadores, porque ambas incham: o saber e o poder. Caifás roncava de saber: *Vos nescitis quidquam.*<sup>15</sup> Pilatos roncava de poder: *Nescis quia potestatem habeo?*<sup>16</sup> E ambos contra Cristo. Mas o fiel servo de Cristo, Antônio, tendo tanto saber, como já vos disse, e tanto poder, como vós mesmos experimentastes, ninguém houve jamais que o ouvisse falar em saber, ou poder, quanto mais blasonar disso. E porque tanto calou, por isso deu tamanho brado.

Nesta viagem, de que fiz menção, e em todas as que passei a Linha Equinocial, vi debaixo dela o que muitas vezes tinha visto e notado dos homens, e me admirou que se houvesse estendido esta ronha, e pegado também aos peixes. Pegadores se chamam estes de que agora falo, e com grande propriedade, porque sendo pequenos, não só se chegam a outros maiores: mas de tal sorte se lhes pegam aos costados que jamais os desaferram. De alguns animais de menos força e indústria se conta que vão seguindo de longe aos leões na caça, para se sustentarem do que a eles sobeja. O mesmo fazem estes pegadores, tão seguros ao perto, como aqueles ao longe; porque o peixe grande não pode dobrar a

cabeça, nem voltar a boca sobre os que traz às costas, e assim lhes sustenta o peso, e mais a fome. Este modo de vida, mais astuto que generoso, se acaso se passou, e pegou de um elemento a outro, sem dúvida, que o aprenderam os peixes do alto depois que os nossos portugueses o navegaram; porque não parte vice-rei, ou governador para as conquistas que não vá rodeado de pegadores, os quais se arrimam a eles, para que cá lhes matem a fome, de que lá não tinham remédio. Os menos ignorantes, desenganados da experiência, despegam-se, e buscam a vida por outra via; mas os que se deixam estar pegados à mercê e fortuna dos maiores, vem-lhes a suceder no fim o que aos pegadores do mar.

Rodeia a nau o tubarão nas calmarias da linha com os seus pegadores às costas, tão cerzidos com a pele que mais parecem remendos, ou manchas naturais, que os hóspedes, ou companheiros. Lançam-lhe um anzol de cadeia com a ração de quatro soldados, arremessa-se furiosamente à presa, engole tudo de um bocado, e fica preso. Corre meia companhia a alá-lo acima, bate fortemente o convés com os últimos arrancos; enfim, morre o tubarão, e morrem com ele os pegadores. Parece-me que estou ouvindo a São Mateus, sem ser apóstolo pescador, descrevendo isto mesmo na terra. Morto Herodes, diz o evangelista, apareceu o anjo a José no Egito, e disse-lhe que já se podia tornar para a pátria; porque eram mortos todos aqueles que queriam tirar a vida ao Menino: *Defuncti sunt enim qui quaerebant animam Pueri.*<sup>17</sup> Os que queriam tirar a vida a Cristo Menino, eram Herodes, e todos os seus, toda a sua família, todos os seus aderentes, todos os que seguiam, e pendiam da sua fortuna. Pois é possível que todos estes morressem juntamente com Herodes? Sim: porque em morrendo o tubarão, morrem também com ele os pegadores: *Defuncto Herode, defuncti sunt qui quaerebant animam Pueri.* Eis aqui, peixinhos ignorantes e miseráveis, quão errado e enganoso é este modo de vida que escolheste. Tomai exemplo nos homens, pois eles o não tomam em vós, nem seguem, como deveram, o de Santo Antônio.

Deus também tem os seus pegadores. Um destes era Davi, que dizia: *Mihi autem adhaerere Deo bonum est.*<sup>18</sup> Peguem-se outros aos grandes da terra, que eu só me quero pegar a Deus. Assim o fez também Santo Antônio, e senão, olhai para o mesmo santo, e vede como está pegado com Cristo, e Cristo com ele. Verdadeiramente se pode duvidar qual dos dous é ali o pegador; e parece que é Cristo, porque o menor é sempre o que se pega ao maior, e o Senhor fez-se tão pequenino, para se pegar a Antônio. Mas Antônio também se fez menor, para se pegar mais a Deus. Daqui se segue que todos os que se pegam a Deus, que é imortal, seguros estão de morrer como os outros pegadores. E tão seguros, que ainda no caso em que Deus se fez homem, e morreu, só morreu para que não morressem todos os que se pegassem a ele. Bem se viu nos que estavam já pegados, quando disse: *Si ergo me quaeritis, sinite hos abire.*<sup>19</sup> Se me buscais a



mim, deixai ir a estes. E posto que deste modo só se podem pegar os homens, e vós, meus peixinhos, não; ao menos deveis imitar aos outros animais do ar e da terra, que quando se chegam aos grandes, e se amparam do seu poder, não se pegam de tal sorte, que morram juntamente com eles. Lá diz a Escritura daquela famosa árvore, em que era significado o grande Nabucodonosor, que todas as aves do céu descansavam sobre seus ramos, e todos os animais da terra se recolhiam à sua sombra, e uns e outros se sustentavam de seus frutos: mas também diz que tanto que foi cortada esta árvore, as aves voaram, e os outros animais fugiram. Chegai-vos embora aos grandes; mas não de tal maneira pegados, que vos mateis por eles, nem morrais com eles.

Considerai, pegadores vivos, como morreram os outros que se pegaram àquele peixe grande, e por quê. O tubarão morreu porque comeu, e eles morreram pelo que não comeram. Pode haver maior ignorância que morrer pela fome e boca alheia? Que morra o tubarão porque comeu, matou-o a sua gula; mas que morra o pegador pelo que não comeu, é a maior desgraça que se pode imaginar! Não cuidei que também nos peixes havia pecado original! Nós, os homens, fomos tão desgraçados, que outrem comeu e nós o pagamos. Toda a nossa morte teve princípio na gulodice de Adão e Eva; e que hajamos de morrer pelo que outrem comeu, grande desgraça! Mas nós lavamo-nos desta desgraça com uma pouca de água, e vós não vos podeis lavar da vossa ignorância com quanta água tem o mar.

Com os voadores tenho também uma palavra, e não é pequena a queixa. Dizei-me, voadores, não vos fez Deus para peixes; pois por que vos meteis a ser aves? O mar fê-lo Deus para vós, e o ar para elas. Contentai-vos com o mar e com nadar, e não queirais voar, pois sois peixes. Se acaso vos não conheceis, olhai para as vossas espinhas e para as vossas escamas, e conhecereis que não sois ave, senão peixe, e ainda entre os peixes não dos melhores. Dir-me-eis, voador, que vos deu Deus maiores barbatanas que aos outros de vosso tamanho. Pois porque tivestes maiores barbatanas, por isso haveis de fazer das barbatanas asas? Mas ainda mal porque tantas vezes vos desengana o vosso castigo. Quisestes ser melhor que os outros peixes, e por isso sois mais mofino que todos. Aos outros peixes do alto, mata-os o anzol ou a fiska, a vós, sem fiska nem anzol, mata-vos a vossa presunção e o vosso capricho. Vai o navio navegando e o marinheiro dormindo, e o voador toca na vela ou na corda, e cai palpitando. Aos outros peixes mata-os a fome e engana-os a isca, ao voador mata-o a vaidade de voar, e a sua isca é o vento. Quanto melhor lhe fora mergulhar por baixo da quilha e viver que voar por cima das antenas e cair morto. Grande ambição é, que sendo o mar tão imenso, lhe não basta a um peixe tão pequeno todo o mar, e queira outro elemento mais largo. Mas vede, peixes, o castigo da ambição. O voador fê-lo Deus peixe, e ele quis ser ave, e permite o mesmo Deus que tenha os perigos de ave e mais os de peixe. Todas as velas para ele são redes, como peixe, e todas

as cordas laços, como ave. Vê, voador, como correu pela posta o teu castigo. Pouco há nadavas vivo no mar com as barbatanas, e agora jazes em um convés amortalhado nas asas. Não contente com ser peixe, quisestes ser ave, e já não és ave nem peixe; nem voar poderás já, nem nadar. A natureza deu-te a água, tu não quiseste senão o ar, e eu já te vejo posto ao fogo. Peixes, contente-se cada um com o seu elemento. Se o voador não quisera passar do segundo ao terceiro, não viera a parar no quarto. Bem seguro estava ele do fogo, quando nadava na água, mas porque quis ser borboleta das ondas, vieram-lhe a queimar as asas.

À vista deste exemplo, peixes, tomai todos na memória esta sentença: Quem quer mais do que lhe convém, perde o que quer, e o que tem. Quem pode nadar, e quer voar, tempo virá em que não voe, nem nade. Ouvi o caso de um voador da terra. Simão Mago, a quem a arte mágica, na qual era famosíssimo, deu o sobrenome, fingindo-se que ele era o verdadeiro filho de Deus, sinalou o dia em que nos olhos de toda Roma havia de subir ao Céu, e com efeito começou a voar mui alto; porém a oração de São Pedro, que se achava presente, voou mais depressa que ele, e caindo lá de cima o Mago, não quis Deus que morresse logo senão que nos olhos também de todos quebrasse, como quebrou os pés. Não quero que repareis no castigo, senão no gênero dele. Que caia Simão, está muito bem caído: que morra, também estaria muito bem morto, que o seu atrevimento e a sua arte diabólica o merecia. Mas que de uma queda tão alta não rebente, nem quebre a cabeça ou os braços, senão os pés? Sim, diz São Máximo, porque quem tem pés para andar, e quer asas para voar, justo é que perca as asas e mais os pés. Elegantemente o santo padre: *Ut qui paulo ante volare tentaverat, subito ambulare non posset: et qui pennas assumpserat, plantas amitteret.* E Simão tem pés e quer asas, pode andar e quer voar; pois quebrem-se-lhe as asas, para que não voe, e também os pés para que não ande. Eis aqui, voadores do mar, e que sucede aos da terra, para que cada um se contente com o seu elemento. Se o mar tomara exemplo nos rios, depois que Ícaro se afogou no Danúbio, não haveria tantos Ícaros no oceano.

Oh alma de Antônio, que vós tivestes asas e voastes sem perigo, porque soubestes voar para baixo e não para cima! Já São João viu no Apocalipse aquela mulher, cujo ornato gastou todas as suas luzes ao firmamento, e diz que lhe foram dadas duas grandes asas de águia: *Datae sunt muliere alae duae aquilae mognae.*<sup>20</sup> E para quê? *Ut volaret in desertum.* Para voar ao deserto. Notável cousa, que não de balde lhe chamou o mesmo profeta, grande maravilha. Esta mulher estava no Céu: *Signum magnum apparuit in Coelo, mulier amicta sole.* Pois se a mulher estava no Céu e o deserto na Terra, como lhe dão asas para voar ao deserto? Porque há asas para subir e asas para descer. As asas para subir são muito perigosas, as asas para descer muito seguras: e tais foram as de Santo Antônio. Deram-se à alma de Santo Antônio duas asas de águia, que foi aquela duplicada sabedoria natural, e sobrenatural tão sublime, como sabemos. E ele

que fez? Não estendeu as asas para subir, encolheu-as para descer; e tão encolhidas, que sendo a Arca do Testamento, era reputado, como já vos disse, por leigo e sem ciência. Voadores do mar (não falo com os da terra), imitai o vosso santo Pregador. Se vos parece que as vossas barbatanas vos podem servir de asas, não as estendais para subir, porque vos não suceda encontrar com alguma vela ou algum costado: encolhei-as para descer, ide-vos meter no fundo em alguma cova: e se aí estiverdes mais escondidos, estareis mais seguros.

Mas já que estamos nas covas do mar, antes que saíamos delas, temos lá o irmão polvo, contra o qual tem suas queixas, e grandes, não menos que São Basílio e Santo Ambrósio. O polvo, com aquele seu capelo, parece um monge; com aqueles seus raios estendidos, parece uma estrela; com aquele não ter osso nem espinha, parece a mesma brandura, a mesma mansidão. E debaixo desta aparência tão modesta, ou desta hipocrisia tão santa, testem unham contestamente os dous grandes doutores da Igreja latina, e grega, que o dito polvo é o maior traidor do mar. Consiste esta traição do polvo primeiramente em se vestir, ou pintar das mesmas cores de todas aquelas cores, a que está pegado. As cores, que no camaleão são gala, no polvo são malícia: as figuras que em Proteu são fábula, no polvo são verdade, e artifício. Se está nos limos, faz-se verde; se está na areia, faz-se branco; se está no lodo, faz-se pardo; e se está em alguma pedra, como o mais ordinariamente costuma estar, faz-se da cor da mesma pedra. E daqui que sucede? Sucede que o outro peixe, inocente da traição, vai passando desacomodado, e o salteador, que está de emboscada dentro do seu próprio engano, lança-lhe os braços de repente, e fá-lo prisioneiro. Fizera mais Judas? Não fizera mais; porque nem fez tanto. Judas abraçou a Cristo, mas outros O prenderam: o polvo é o que abraça, e mais o que prende. Judas com os braços faz o sinal, e o polvo dos próprios braços faz as cordas. Judas é verdade que foi traidor, mas com lanternas diante: traçou a traição às escuras, mas executou-a muito às claras. O polvo escurecendo-se a si, tira a vista aos outros, e a primeira traição, e roubo, que faz, é a luz, para que não distinga as cores. Vê, peixe aleivoso e vil, qual é a tua maldade, pois Judas em tua comparação já é menos traidor.

Oh que excesso tão afrontoso, e tão indigno de um elemento tão puro, tão claro, e tão cristalino como o da água, espelho natural não só da terra, senão do mesmo céu. Lá disse o profeta por encarecimento, que nas nuvens do ar até a água é escura: *Tenebrosa aqua in nubibus aeris*.<sup>21</sup> E disse nomeadamente nas nuvens do ar, para atribuir a escuridade ao outro elemento, e não à água; a qual em seu próprio elemento sempre é clara, diáfana, e transparente, em que nada se pode ocultar, encobrir, nem dissimular. E que neste mesmo elemento se crie, se conserve, e se exercite com tanto dano do bem público um monstro tão dissimulado, tão fingido, tão astuto, tão enganoso, e tão conhecidamente traidor! Vejo, peixes, que pelo conhecimento que tendes nas terras em que batem os

vossos mares, me estais respondendo, e convindo, que também nelas há falsidades, enganos, fingimentos, embustes, ciladas, e muito maiores e mais perniciosas traições. E sobre o mesmo sujeito que defendeis, também podereis aplicar aos semelhantes outra propriedade muito própria; mas pois vós a calais, eu também a calo. Com grande confusão, porém, vos confesso tudo, e muito mais do que dizeis, pois o não posso negar. Mas ponde os olhos em Antônio vosso pregador, e vereis nele o mais puro exemplar da candura, da sinceridade, e da verdade, onde nunca houve dolo, fingimento, ou engano. E sabei também, que para haver tudo isto em cada um de nós, bastava antigamente ser português, não era necessário ser santo.

Tenho acabado, irmãos peixes, os vossos louvores, e repreensões, e satisfeito, como vos prometi, às duas obrigações de sal posto que do mar, e não da terra: *Vos estis sal terrae*. Só resta fazer-vos uma advertência muito necessária, para os que viveis nestes mares. Como eles são tão esparcelados, e cheios de baixios, bem sabeis que se perdem e dão à costa muitos navios, com que se enriquece o mar, e a terra se empobrece. Importa, pois, que advertiais que nesta mesma riqueza tendes um grande perigo, porque todos os que se aproveitam dos bens dos naufragantes, ficam excomungados e malditos. Esta pena de excomunhão, que é gravíssima, não se pôs a vós, senão aos homens, mas tem mostrado Deus por muitas vezes, que quando os animais cometem materialmente o que é proibido por esta lei, também eles incorrem, por seu modo, nas penas dela, e no mesmo ponto começam a definhar, até que acabam miseravelmente. Mandou Cristo a São Pedro que fosse pescar, e que na boca do primeiro peixe que tomasse, acharia uma moeda com que pagar certo tributo. Se Pedro havia de tomar mais peixe que este, suposto que ele era o primeiro, do preço dele, e dos outros podia fazer o dinheiro com que pagar aquele tributo, que era de uma só moeda de prata, e de pouco peso. Com que mistério manda logo o Senhor que se tire da boca deste peixe, e que seja ele o que morra primeiro que os demais? Ora estai atentos. Os peixes não batem moeda no fundo do mar, nem têm contratos com os homens, donde lhes possa vir dinheiro: logo a moeda que este peixe tinha engolido, era de algum navio que fizera naufrágio naqueles mares. E quis mostrar o Senhor que as penas que São Pedro, ou seus sucessores fulminam contra os homens, que tomam os bens dos naufragantes, também os peixes por seu modo as incorrem, morrendo primeiro que os outros, e com o mesmo dinheiro que engoliram atravessado na garganta. Oh que boa doutrina era esta para a terra, se eu não pregara para o mar! Para os homens não há mais miserável morte que morrer com o alheio atravessado na garganta; porque é pecado de que o mesmo São Pedro, e o mesmo sumo pontífice não pode absolver. E posto que os homens incorrem a morte eterna, de que não são capazes os peixes, eles contudo apressam a sua temporal, como neste caso, se materialmente, como tenho dito, se não abstêm dos bens dos naufragantes.

Com esta última advertência vos despeço, ou me despeço de vós, meus peixes. E para que vades consolados do sermão, que não sei quando ouvireis outro, quero-vos aliviar de uma desconolação mui antiga, com que todos ficastes desde o tempo em que se publicou o Levítico. Na lei eclesiástica, ou ritual do Levítico, escolheu Deus certos animais, que lhe haviam de ser sacrificados; mas todos eles, ou animais terrestres, ou aves, ficando os peixes totalmente excluídos dos sacrificios. E quem duvida que exclusão tão universal era digna de grande desconolação e sentimento para todos os habitadores de um elemento tão nobre, que mereceu dar a matéria ao primeiro sacramento? O motivo principal de serem excluídos os peixes foi porque os outros animais podiam ir vivos ao sacrificio, e os peixes geralmente não, senão mortos; e cousa morta não quer Deus que se lhe ofereça, nem chegue aos seus altares. Também este ponto era mui importante e necessário aos homens, se eu lhes pregara a eles. Oh quantas almas chegam àquele altar mortas, porque chegam e não têm horror de chegar, estando em pecado mortal! Peixes, dai muitas graças a Deus de vos livrar deste perigo, porque melhor é não chegar ao sacrificio que chegar morto. Os outros animais ofereçam a Deus o ser sacrificados; vós oferecei-Lhe o não chegar ao sacrificio: os outros sacrifiquem a Deus o sangue e a vida; vós sacrificai-Lhe o respeito e a reverência.

Ah peixes, quantas invejas vos tenho a essa natural irregularidade! Quanto melhor me fora não tomar a Deus nas mãos que tomá-Lo tão indignamente! Em tudo o que vos excedo, peixes, vos reconheço muitas vantagens. A vossa bruteza é melhor que a minha razão, e o vosso instinto melhor que o meu alvedrio. Eu falo, mas vós não ofendeis a Deus com as palavras: eu lembro-me, mas vós não ofendeis a Deus com a memória: eu discorro, mas vós não ofendeis a Deus com o entendimento; eu quero, mas vós não ofendeis a Deus com a vontade. Vós fostes criados por Deus, para servir ao homem, e conseguis o fim para que fostes criados: a mim criou-me para O servir a Ele, e eu não consigo o fim para que me criou. Vós não haveis de ver a Deus, e podereis aparecer diante d'Ele muito confiadamente, porque O não ofendestes: eu espero que O hei de ver; mas com que rosto hei de aparecer diante do seu divino acatamento, se não cesso de O ofender? Ah que quase estou por dizer que me fora melhor ser como vós, pois de um homem que tinha as minhas mesmas obrigações, disse a suma verdade que melhor fora não nascer homem: *Si natus non fuisset homo ille*. E pois os que nascemos homens, respondemos tão mal às obrigações de nosso nascimento, contentai-vos, peixes, e dai muitas graças a Deus pelo vosso.

*Benedicite, cete, et omnia quae moventur in aquis, Domino.* Louvai, peixes, a Deus, os grandes e os pequenos, e repartidos em dous coros tão inumeráveis,

louvai-O todos uniformemente. Louvai a Deus, porque vos criou em tanto número. Louvai a Deus, que vos distinguiu em tantas espécies: louvai a Deus, que vos vestiu de tanta variedade e formosura: louvai a Deus, que vos habilitou de todos os instrumentos necessários para a vida: louvai a Deus, que vos deu um elemento tão largo e tão puro: louvai a Deus, que vindo a este mundo, viveu entre vós, e chamou para si aqueles que convosco e de vós viviam: louvai a Deus, que vos sustenta: louvai a Deus, que vos conserva: louvai a Deus, que vos multiplica: louvai a Deus, enfim, servindo, e sustentando ao homem, que é o fim para que vos criou; e assim como no princípio vos deu a sua bênção, vo-la dê também agora. Amém. Como não sois capazes de glória, nem graça, não acaba o vosso sermão em graça e glória.

1 Mt 5,13.

2 Mt 5,13.

3 Mt 13,47.

4 Mt 13,48.

5 Gn 1,26.

6 Gn 1,21.

7 Dn 3,79.

8 Tb 6,8.

9 Sl 11,37.

10 Ecl 1,2.

11 Gn 1,5.

12 Jó 19,22.

13 Sl 13,4.

14 Mc 14,37.

15 Jo 11,49.

16 Jo 19,10.

17 Mt 2,20.

18 Sl 72,2.

19 Jo 18,8.

20 Ap 2,14.

21 Sl 17,12.

Sermão da primeira domingo  
da Quaresma\*

*Haec omnia tibi dabo, si cadens adoraveris me.*<sup>1</sup>

i

Oh que temeroso dia! Oh que venturoso dia! Estamos no dia das tentações do Demônio, e no dia das vitórias de Cristo. Dia em que o Demônio se atreve a tentar em campo aberto ao mesmo Filho de Deus: *Si Filius Dei es*:<sup>2</sup> oh que temeroso dia! Se até o mesmo Deus é tentado; que homem haverá que não tema ser vencido? Dia em que Cristo com três palavras venceu e derribou três vezes ao Demônio, oh que venturoso dia! A um inimigo três vezes vencido quem não terá esperanças de o vencer? Três foram as tentações com que o Demônio hoje acometeu a Cristo: na primeira ofereceu: na segunda aconselhou: na terceira pediu. Na primeira ofereceu: *Die ut lapides isti panes fiant*:<sup>3</sup> que fizesse das pedras pão; na segunda aconselhou: *Mitte te deorsum*: que se deitasse daquela torre abaixo: na terceira pediu: *Si cadens adoraveris me*:<sup>4</sup> que caído o adorasse. Vede que ofertas, vede que conselhos, vede que petições! Oferece pedras, aconselha precipícios, pede caídas. E com isto ser assim, estas são as ofertas que nós aceitamos, estes os conselhos que seguimos, estas as petições que concedemos. De todas estas tentações do Demônio, escolhi só uma para tratar; porque para vencer três tentações, é pouco tempo uma hora. E quantas vezes para ser vencido delas basta um instante! A que escolhi das três, não foi a primeira, nem a segunda, senão a terceira e última; porque ela é a maior, porque ela é a mais universal, ela é a mais poderosa, e ela é a mais própria desta terra em que estamos. Não de balde a reservou o Demônio para o último encontro, como a lança de que mais se fiava; mas hoje lha havemos de quebrar nos olhos. De maneira, cristãos, que temos hoje a maior tentação: queira Deus que tenhamos também a maior vitória. Bem sabeis que vitórias, e contra tentações, só as dá a graça divina; peçamo-la ao Espírito Santo por intercessão da Senhora; e peço-vos que a peçaís com grande afeto, porque nos há de ser hoje mais necessária que nunca. *Ave Maria*.

haec omnia tibi dabo, si cadens adoraveris me

Que ofereça o Demônio mundos, e que peça adorações! Oh quanto temos que temer: oh quanto temos que imitar nas tentações do Demônio! Ter que temer, e muito que temer, nas tentações do Demônio, cousa é mui achada e mui sabida: mas ter nas tentações do Demônio que imitar? Sim; porque somos tais os homens por uma parte, e é tal a força da verdade por outra, que as mesmas tentações do Demônio, que nos servem de ruína, nos podem servir de exemplo. Estai comigo.

Toma o Demônio pela mão a Cristo, leva-O a um monte mais alto que essas nuvens, mostra-Lhe dali os reinos, as cidades, as cortes de todo o mundo, e suas grandezas, e diz-Lhe desta maneira: *Haec omnia tibi dabo, si cadens adoraveris Me*: Tudo isto te darei, se dobrando o joelho me adorares. Há tal proposta? Vem cá, Demônio, sabes o que dizes, ou o que fazes? É possível que promete o Demônio um mundo por uma só adoração? É possível que oferece o Demônio um mundo por um só pecado? É possível que não lhe parece muito ao Demônio dar um mundo só por uma alma? Não; porque a conhece, e só quem conhece as cousas, as sabe avaliar. Nós, os homens, como nos governamos pelos sentidos corporais, e a nossa alma é espiritual, não a conhecemos; e como não a conhecemos, não a estimamos, e por isso a damos tão barata. Porém o Demônio, como é espírito, e a nossa alma também espírito, conhece muito bem o que ela é; e como a conhece, estima-a, e estima-a tanto, que do primeiro lanço oferece por uma alma o mundo todo; porque vale mais uma alma que todo o mundo. Vede se as tentações do Demônio que nos servem de ruína, nos podem servir de exemplo. Aprendamos sequer do Demônio a avaliar e a estimar nossas almas. Fique-nos, cristãos, que vale mais uma alma que todo o mundo. E é tão manifesta verdade esta, que até o Demônio, inimigo capital das almas, a não pode negar.

Mas já que o Demônio nos dá doutrina, quero-lhe eu dar um quinau. Vem cá, Demônio, outra vez. Tu sábio? Tu astuto? Tu tentador? Vai-te daí, que não sabes tentar. Se tu querias que Cristo se ajoelhasse diante de ti, e souberas negociar, tu O renderas. Vais-Lhe oferecer a Cristo mundos? Oh que ignorância! Se quando Lhe davas um mundo, Lhe tiraras uma alma, logo O tinhas de joelhos a teus pés. Assim aconteceu. Quando Judas estava na Ceia, já o Diabo estava em Judas:

*Cum jam diabolus misisset in cor, ut traderet eum Judas.*<sup>5</sup> Vendo Cristo que o Demônio Lhe levava aquela alma, põe-se de joelhos aos pés de Judas, para Lhos lavar, e para o converter. Senhor meu, reparaí no que fazeis: não vedes que o Demônio está assentado no coração de Judas? Não vedes que em Judas está revestido o Demônio, e Vós mesmo o dissestes: *Unus ex vobis diabolus est?*<sup>6</sup> Pois será bem que Cristo esteja ajoelhado aos pés do Demônio? Cristo ajoelhado aos pés de Judas, assombro é, pasmo é; mas Cristo ajoelhado, Cristo de joelhos diante



do Diabo? Sim. Quando Lhe oferecia o mundo, não o pôde conseguir: tanto que Lhe quis levar uma alma, logo O teve a seus pés. Para que acabemos de entender os homens cegos, que vale mais a alma de cada um de nós que todo um mundo. As cousas estimam-se e avaliam-se pelo que custam. Que Lhe custou a Cristo uma alma, e que Lhe custou o mundo? O mundo custou-Lhe uma palavra:

*Ipse dixit, et facta sunt.*<sup>7</sup> uma alma custou-Lhe a vida, e o sangue todo. Pois se o mundo custa uma só palavra de Deus, e a alma custa todo o sangue de Deus; julgai se vale mais uma alma que todo o mundo. Assim o julga Cristo e assim o não pode deixar de confessar o mesmo Demônio. E só nós somos tão baixos estimadores de nossas almas, que lhas vendemos pelo preço que vós sabeis.

Espantamo-nos que Judas vendesse a seu Mestre e a sua alma por trinta dinheiros; e quantos há que andam rogando com ela ao Demônio por menos de quinze! Os irmãos de José eram onze, e venderam-no, por vinte dinheiros; saiu-lhe por menos de dous dinheiros a cada um. Oh se considerarmos bem os nada, por que vendemos a nossa alma? Todas as vezes que um homem ofende a Deus mortalmente, vende a sua alma: *Venumdatus est, ut faceret malum*, diz a Escritura falando de Acab.<sup>8</sup> Eu, cristãos, não quero agora, nem vos digo que não vendais a vossa alma, porque sei que a haveis de vender; só vos peço que, quando a venderdes, que a vendais a peso. Pesai primeiro o que é uma alma, pesai primeiro o que vale e o que custou; e depois eu vos dou licença que a vendais embora. Mas em que balanças se há de pesar uma alma? Nas balanças do juízo humano não; porque são mui falsas: *Mendaces filii hominum in stateris.*<sup>9</sup> Pois em que balanças logo? Cuidareis que vos havia de dizer que nas balanças de São Miguel, o Anjo, onde as almas se pesam? Não quero tanto: digo que as peseis nas balanças do mesmo Demônio, e eu me dou por contente. Tomai as balanças do Demônio na mão; ponde de uma parte o mundo todo, e da outra uma alma, e achareis que pesa mais a vossa alma que todo o mundo. *Haec omnia tibi dabo, si cadens adoraveris Me*: Tudo isto te darei, se me deres a tua alma. Não Lhe atirou com menos bala a Cristo que com o mundo inteiro. Mas já que vos dou licença para vender, ponhamos este contrato do Demônio em prática, e vejamos se é bom o partido.

Suponhamos primeiramente que o Demônio no seu oferecimento falava verdade, e que podia e havia de dar o mundo; suponhamos mais que Cristo não fosse Deus, senão um puro homem, e tão fraco, que pudesse e houvesse de cair na tentação. Pergunto: se este homem recebesse o mundo todo, e ficasse senhor dele, e entregasse sua alma ao Demônio, ficaria bom mercador? Faria bom negócio? O mesmo Cristo o disse noutra ocasião: *Quid prodest homini si mundum universum lucretur: animae vero suae detrimentum patiatur?*<sup>10</sup> Que lhe aproveita ao homem ser senhor de todo o mundo, se tem a sua alma no cativeiro do Demônio? Oh que divina consideração! Alexandre Magno e Júlio César foram

senhores do mundo; mas as suas almas agora estão ardendo no Inferno, e arderão por toda a eternidade. Quem me dera agora perguntar a Júlio César e a Alexandre Magno que lhes aproveitou haverem sido senhores do mundo, e se acharam que foi bom contrato dar a alma pelo adquirir. Alexandre, Júlio, foi bom serdes senhores do mundo todo, e estardes agora onde estais? Já que eles me não podem responder, respondi-me vós. Pergunto: Tomáreis agora algum de vós ser Alexandre Magno? Tomáreis ser Júlio César? Deus nos livre. Como! se foram senhores de todo o mundo? É verdade, mas perderam as suas almas. Oh cegueira! E para Alexandre, para Júlio César, parece-vos mau dar a alma por todo o mundo; e para nós parece-vos bem dar a alma pelo que não é mundo, nem tem de mundo o nome? Sabeis de que nasce tudo isto? De falta de consideração; de não tomardes o peso à vossa alma. *Quid prodest homini?*<sup>11</sup> Que aproveitaria ao homem lucrar todo o mundo e perder a sua alma? *Aut quam dabit homo commutationem pro anima sua?* Oh que cousa há no mundo pela qual se possa uma alma trocar?

Todas as cousas deste mundo têm outra por que se possam trocar. O descanso pela fazenda, a fazenda pela vida, a vida pela honra, a honra pela alma; só a alma não tem por que se trocar. E sendo que não há no mundo cousa tão grande, por que se possa trocar a alma, não há cousa no mundo tão pequena e tão vil por que a não troquemos, e a não demos. Ouvi uma verdade de Sêneca, que por ser de um gentio folgo de a repetir muitas vezes. *Nihil est homini se ipso vilius*: Não há cousa para conosco mais vil que nós mesmos. Revolvei a vossa casa, buscai a cousa mais vil de toda ela, e achareis que é vossa própria alma. Provo. Se vos querem comprar a casa, o canavial, o escravo, ou o cavalo, não lhe pondes um preço muito levantado, e não o vendeis muito bem vendido? Pois se a vossa casa, e tudo o que nela tendes, o não quereis dar, senão pelo que vale; a vossa alma, que vale mais que o mundo todo; a vossa alma, que custou tanto como o sangue de Jesus Cristo, por que a haveis de vender tão vil e tão baixamente? Que vos fez, que vos desmereceu a triste alma? Não a tratareis sequer como o vosso escravo, e como o vosso cavalo? Se vos perguntam acaso por que não vendeis a vossa fazenda por menos do que vale, dizeis que a não quereis queimar. E quereis queimar a vossa alma? Ainda mal, porque a haveis de queimar, e porque há de arder eternamente.

Ora, cristãos, não seja assim: aprendamos ao menos do Demônio a estimar nossa alma. Vejamos o que o Demônio hoje fez por uma alma alheia, para que nós nos corramos e confundamos do pouco que fazemos pelas próprias. Vai-se o Demônio ao deserto, está-se nele quarenta dias e quarenta noites, como se fora um anacoreta; e em todo este tempo esteve vigiando, e espreitando ocasião, e tanto que a teve, não deixou pedra por mover para a conseguir. Vendo que não lhe sucedia, parte para Jerusalém, e sendo tão inimigo de Deus, vai-se ao templo, para persuadir a Cristo que se arrojasse do pináculo: *Mitte te deorsum*.<sup>12</sup> estuda

livros, alega Escrituras, interpreta salmos: *Scriptum est enim, quia angelis suis mandavit de te, et in manibus tollent te, ne forte offendas ad lapidem pedem tuum.*<sup>13</sup> Resistindo também aqui, e vencido segunda vez o Demônio, nem por isso desmaia: corre vales, atravessa montes, sobe ao mais alto de todos; e só por ver se podia fazer cair a Cristo, não repara em dar de uma só vez o mundo todo. E que o Demônio faça tudo isto por uma alma alheia; e que façamos nós tão pouco pela própria! Que se ponha o Demônio quarenta dias em um deserto para me tentar; e que eu nos quarenta dias da Quaresma não tome um quarto de hora de retiro para lhe saber resistir! Que vigie o Demônio e espreite todas as ocasiões para me condenar; e que deixe eu passar tantas de minha salvação; e ocasiões que uma vez perdidas, não se podem recuperar! Que vá o Demônio ao templo de Jerusalém distante tantas léguas, para me despenhar ao pecado; e que tendo eu a igreja à porta, não me saiba ir meter em um canto dela, como o publicano, para chorar meus pecados! Que o Demônio para me persuadir estude e alegue os livros sagrados; e que eu não abra um só espiritual, para que Deus fale comigo, já que eu não sei falar com ele! Que o Demônio vencido a primeira e segunda vez, insista, e não desmaie para me render; e que se comecei acaso alguma obra boa, à primeira dificuldade desista, e não tenha constância nem perseverança em nada! Que o Demônio para me fazer cair, desça vales, e suba montes; e que eu não dê um passo para me levantar, tendo dado tantos para me perder! Finalmente, que o Demônio para granjear a minha alma não repare em dar no primeiro lança o mundo todo; e que eu estime a minha alma tão pouco, que bastem os mais vis interesses do mundo para a entregar ao Demônio! Oh miséria! Oh cegueira!

A que diferente preço compra hoje o Demônio as almas do que oferecia por elas antigamente! Já nesta nossa terra vos digo eu! Nenhuma feira tem o Demônio no mundo onde lhe saiam mais baratas: no nosso Evangelho ofereceu todos os reinos do mundo por uma alma: no Maranhão não é necessário ao Demônio tanta bolsa para comprar todas: não é necessário oferecer mundos: não é necessário oferecer reinos: não é necessário oferecer cidades, nem vilas, nem aldeias. Basta acenar o Diabo com um tujupar de pindoba, e dous tapuias; e logo está adorado com ambos os joelhos: *Si cadens adoraveris Me*. Oh que feira tão barata! Negro por alma; e mais negra ela que ele! Esse negro será teu escravo esses poucos dias que viver: e a tua alma será minha escrava por toda a eternidade, enquanto Deus for Deus. Este é o contrato que o Demônio faz convosco; e não só lho aceitais, senão que lhe dais o vosso dinheiro em cima.

Senhores meus, somos entrados à força do Evangelho na mais grave, e mais útil matéria, que tem este estado. Matéria, em que vai, ou a salvação da alma, ou o

remédio da vida; vede se é grave e se é útil. É a mais grave, é a mais importante, é a mais intrincada, e sendo a mais útil, é a mais gostosa. Por esta última razão de menos gostosa, tinha eu determinado de nunca vos falar nela; e por isso também de não subir ao púlpito. Subir ao púlpito para dar desgosto não é de meu ânimo, e muito menos a pessoas a quem eu desejo todos os gostos, e todos os bens. Por outra parte subir ao púlpito e não dizer a verdade é contra o ofício, contra a consciência; principalmente em mim, que tenho dito tantas verdades, e com tanta liberdade, e a tão grandes ouvidos. Por esta causa resolvi trocar um serviço de Deus por outro: e ir-me doutrinar os índios por essas aldeias.

Estando nesta resolução até quinta-feira, houve pessoas, a que não pude perder o respeito, que me obrigaram a que quisesse pregar na cidade esta Quaresma. Prometi-o uma vez, e arrependi-me muitas; porque me tornei a ver na mesma perplexidade. É verdade que no juízo dos que tivessem juízo, sempre a minha boa intenção parece que estava segura. Pergunto-vos: Qual é melhor amigo: aquele que vos avisa do perigo, ou aquele que por vos não dar pena, vos deixa perecer nele? Qual médico é mais cristão: aquele que vos avisa da morte, ou aquele, que por vos não magoar, vos deixa morrer sem sacramentos? Todas estas razões tinha por mim, mas não acabava de me deliberar. Fui na sexta-feira pela manhã dizer missa por esta tenção, para que Deus me alumiasse, e me inspirasse o que fosse mais glória sua; e ao ler da Epístola me disse Deus o que queria que fizesse, com as mesmas palavras dela. São de Isaías no capítulo 58.

*Clama, ne cesses: quasi tuba exalta vocem tuam, et annuntia populo meo scelera eorum.*<sup>14</sup> Brada, ó pregador, e não cesses; levanta a tua voz como trombeta, desengana o meu povo, anuncia-lhe seus pecados, e diz-lhe o estado em que estão. Já o pregão do rei se lançou com tambores: agora diz Deus, que se lance o seu com trombetas: *Quasi tuba exalta vocem tuam*. Não vos assombre, senhores, o pregão, que como é pregão de Deus, eu vos prometo que seja mais brando, e mais benigno, que o do rei. E senão, vede as palavras que se seguem: *Me etenim de die in diem quaerunt, et scire vias meas volunt: quasi gens, quae justitiam fecerit, et iudicium Dei sui non dereliquerit.*<sup>15</sup> E sabes por que quero que desenganes este meu povo, e por que quero que lhe declares seus pecados? Porque são uns homens, diz Deus, que me buscam todos os dias, e fazem muitas cousas em meu serviço, e sendo que têm gravíssimos pecados de injustiças, vivem tão desassustados, como se estiveram em minha graça: *Quasi gens, quae justitiam fecerit*. Pois, Senhor, que desengano é o que hei de dar a esta gente, e que é o que lhe hei de anunciar da parte de Deus?

Vede o que dizem as palavras do mesmo texto: *Nonne hoc est magis jejunium, quod elegi? Dissolve colligationes impietatis, et dimitte eos, qui confracti sunt, liberos.*<sup>16</sup> Sabeis, cristãos, sabeis nobreza e povo do Maranhão, qual é o jejum que quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixeis ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Estes são os pecados do

Maranhão: estes são os que Deus me manda que vos anuncie: *Annuntia populo meo scelera eorum*. Cristãos, Deus me manda desenganar-vos, e eu vos desengano da parte de Deus. Todos estais em pecado mortal; todos viveis e morreis em estado de condenação, e todos ides direitos ao Inferno. Já lá estão muitos, e vós também estareis cedo com eles se não mudardes de vida.

Pois, valha-me Deus! Um povo inteiro em pecado? Um povo inteiro ao Inferno? Quem se admira disto, não sabe que cousa são cativeiros injustos. Desceram os filhos de Israel ao Egito, e depois da morte de José, cativou-os el-rei Faraó, e servia-se deles como escravos. Quis Deus dar liberdade a este miserável povo, mandou lá Moisés, e não lhe deu mais escolta que uma vara. Achou Deus que para pôr em liberdade cativos, bastava uma vara, ainda que fosse libertá-los de um rei tão tirano como Faraó, e de uma gente tão bárbara como a do Egito. Não quis Faraó dar liberdade aos cativos; começam a chover as pragas sobre ele. A terra se convertia em rãs: o ar se convertia em mosquitos: os rios se convertiam em sangue: as nuvens se convertiam em raios e em coriscos: todo o Egito assombrado e perecendo! Sabeis quem traz as pragas às terras? Cativeiros injustos. Quem trouxe ao Maranhão a praga dos holandeses? Quem trouxe a praga das bexigas? Quem trouxe a fome e a esterilidade? Estes cativeiros. Insistiu e apertou mais Moisés, para que Faraó largasse o povo; e que respondeu Faraó? Disse uma cousa, e fez outra. O que disse foi: *Nescio Dominum, et Israel non dimittam*.<sup>17</sup> Não conheço a Deus; não hei de dar liberdade aos cativos. Ora isso me parece bem; acabemos já de vos declarar. Sabeis por que não dais liberdade aos escravos mal havidos? Porque não conheceis a Deus. Falta de fé é causa de tudo. Se vós tivéreis verdadeira fé, se vós creereis verdadeiramente na imortalidade da alma, se vós creereis que há Inferno para toda a eternidade; bem me rio eu que quisésseis ir lá pelo cativeiro de um tapuia. Com que confiança vos parece que disse hoje o Diabo: *Si cadens adoraveris Me?* Com a confiança de lhe ter oferecido o mundo. Fez o Demônio este discurso: Eu a este homem ofereço-lhe tudo; se ele é cobiçoso e avarento, há de aceitar; se aceita, sem dúvida me adora idolatrando; porque a cobiça e avareza são a mesma idolatria. É sentença expressa de São Paulo: *Avaritiam, quae est simulacrorum servitus*.<sup>18</sup> Tal foi a avareza de Faraó em querer reter, e não dar liberdade aos filhos de Israel cativos, confessando juntamente que não conhecia a Deus: *Nescio Dominum, et Israel non dimittam*. Isto é o que disse.

O que fez foi que fugindo todos os israelitas cativos, sai o mesmo rei Faraó com todo o poder de seu reino para os tornar ao cativeiro; e que aconteceu? Abre-se o mar Vermelho, para que passassem os cativos a pé enxuto (que sabe Deus fazer milagres para libertar cativos). Não cuideis que mereceram isto os hebreus por suas virtudes; porque eram piores que esses tapuias; daí a poucos dias adoraram um bezerro; e de todos que eram seiscentos mil homens, só dous entraram na Terra da Promissão: mas é Deus tão favorecedor de liberdades, que

o que desmereciam por maus, alcançavam por injustamente cativos. Passados à outra banda do mar Vermelho, entra Faraó pela mesma estrada, que ainda estava aberta, e o mar de uma e outra parte como em muralhas, caem sobre ele e sobre o seu exército as águas, e afogaram a todos. O que aqui reparo, é o modo com que conta isto Moisés no seu cântico: *Operuit eos mare: submersi sunt quasi plumbum in aquis vehementibus. Extendisti manum tuam, et devoravit eos terra:*<sup>19</sup> que caiu sobre eles, e os afogou o mar, e os comeu e engoliu a terra. Pois se os afogou o mar, como os tragou a terra? Tudo foi; aqueles homens, como nós, tinham corpo e alma; os corpos afogou-os a água; porque ficaram no fundo do mar: as almas tragou-as a terra: porque desceram ao profundo do Inferno. Todos ao Inferno, sem ficar nenhum; porque onde todos perseguem, e todos cativam, todos se condenam. Não está bom o exemplo? Vá agora a razão.

Todo homem que deve serviço ou liberdade alheia, e podendo-a restituir, não restitui, é certo que se condena: todos, ou quase todos os homens do Maranhão devem serviços e liberdades alheias, e podendo restituir, não restituem; logo, todos ou quase todos se condenam. Dir-me-eis que ainda que isto fosse assim, que eles não o cuidavam, nem o sabiam; e que a sua boa-fé os salvaria. Nego tal; sim cuidavam, e sim sabiam, como também vós o cuidais, e o sabeis; e se o não cuidavam, nem o sabiam, deveram cuidá-lo e sabê-lo. A uns condena-os a certeza, a outros a dúvida, a outros a ignorância. Aos que têm certeza, condena-os o não restituírem; aos que têm dúvida, condena-os o não examinarem; aos que têm ignorância, condena-os o não saberem, quando tinham obrigação de saber. Ah se agora se abrirem essas sepulturas, e aparecera aqui algum dos que morreram neste infeliz estado, como é certo que ao fogo das suas labaredas havíeis de ler claramente esta verdade! Mas sabeis por que Deus não permite que vos apareça? É pelo que Abraão disse ao rico avarento, quando lhe pedia que mandasse Lázaro a este mundo: *Habent Moysen, et prophetas:*<sup>20</sup> não é necessário que vá de cá do Inferno quem lhe apareça, e lhe diga a verdade; lá tem a Moisés, e a lei; lá tem os profetas e doutores. Meus irmãos, se há quem duvide disto, aí estão as leis, aí estão os letrados, perguntem-lhes. Três religiões tendes neste estado, onde há tantos sujeitos de tantas virtudes, e tantas letras, perguntai, examinai, informai-vos. Mas não é necessário ir às religiões; ide à Turquia, ide ao Inferno, porque não pode haver turco tão turco na Turquia, nem Demônio tão endemoninhado no Inferno, que diga que um homem livre pode ser cativo. Há algum de vós só com o lume natural que o negue? Pois em que duvidais?

mesmo Evangelho nos queremos defender. Qual foi mais apertada tentação, a primeira, ou a terceira? Nós entendemos que a primeira; porque na primeira estava Cristo com fome de quarenta dias, e ofereceu-lhe o Demônio pão; na terceira ofereceu-lhe reinos e monarquias: e um homem pode viver sem reinos, e sem impérios, mas sem pão para a boca, não pode viver; e neste aperto vivemos nós. Este povo, esta república, este estado, não se pode sustentar sem índios. Quem nos há de ir buscar um pote de água, ou um feixe de lenha? Quem nos há de fazer duas covas de mandioca? Hão de ir nossas mulheres? Hão de ir nossos filhos? Primeiramente não são estes os apertos em que vos hei de pôr, como logo vereis; mas quando a necessidade e a consciência obriguem a tanto, digo que sim, e torno a dizer que sim; que vós, que vossas mulheres, que vossos filhos, e que todos nós nos sustentássemos dos nossos braços; porque melhor é sustentar do suor próprio que do sangue alheio. Ah fazendas do Maranhão, que se esses mantos e essas capas se torceram, haviam de lançar sangue! A samaritana ia com um cântaro buscar água à fonte, e foi tão santa como sabemos. Jezabel era mulher de el-rei Acab, rainha de Israel, e foi comida de cães, e sepultada no Inferno, porque tomou a Nabot uma vinha, que não lhe chegou a tomar a liberdade. Pergunto: qual é melhor, levar o cântaro à fonte, e ir ao Céu como a samaritana; ou ser senhora, servida, e rainha, e ir ao Inferno como Jezabel? Melhor era que nós Adão, e tinha ofendido a Deus com menos pecados, e devia ao trabalho de suas mãos o bocado de pão que metia na boca. Filho de Deus era Cristo, e ganhava com um instrumento mecânico o com que sustentava a vida, que depois havia de dar por nós. Faz isto por nós o mesmo Deus; e nós desprezamos-nos de fazer outro tanto por guardar a sua lei?

Direis que os vossos chamados escravos são os vossos pés e mãos; e também podereis dizer que os amais muito, porque os criastes como filhos, e porque vos criam os vossos. Assim é; mas já Cristo respondeu a esta réplica: *Si oculus tuus scandalizat te, erue eum: et si manus, vel pes tuus scandalizat te, amputa illum*.<sup>21</sup> Não quer dizer Cristo que arranquemos os olhos, nem que cortemos os pés e as mãos; mas quer dizer que se nos servir de escândalo aquilo que amarmos como os nossos olhos, e aquilo que havemos mister como os pés e as mãos, que o lancemos de nós, ainda que nos doia, como se o cortáramos. Quem há que não ame muito o seu braço e a sua mão? Mas se nela lhe saltaram herpes, permite que lha cortem, por conservar a vida. O mercador, ou passageiro, que vem da Índia, ou do Japão, muito estima as drogas, que tanto lhe custaram lá; mas se a vida periga, vai tudo ao mar, para que ela se salve. O mesmo digo no nosso caso. Se para segurar a consciência, e para salvar a alma, for necessário perder tudo, e ficar como um Jó, perca-se tudo.

Mas, bom ânimo, senhores meus, que não é necessário chegar a tanto, nem a muito menos. Estudei o ponto com toda a diligência, e com todo o afeto; e seguindo as opiniões mais largas e mais favoráveis, venho a reduzir as cousas a

estado que entendo que com muito pouca perda temporal se podem segurar as consciências de todos os moradores deste estado, e com muito grandes interesses podem melhorar suas conveniências para o futuro. Dai-me atenção.

Todos os índios deste estado, ou são os que vos servem como escravos, ou os que moram nas aldeias de el-rei como livres, ou os que vivem no sertão em sua natural, e ainda maior liberdade, os quais por esses rios se vão comprar ou resgatar (como dizem) dando o piedoso nome de resgate a uma venda tão forçada e violenta, que talvez se faz com a pistola nos peitos. Quanto àqueles que vos servem, todos nesta terra são herdados, havidos, e possuídos de má-fé, segundo a qual não farão pouco (ainda que o farão facilmente) em vos perdoar todo o serviço passado. Contudo, se depois de lhes ser manifesta esta condição de sua liberdade, por serem criados em vossa casa, e com vossos filhos, ao menos os mais domésticos, espontânea e voluntariamente vos quiserem servir e ficar nela, ninguém, enquanto eles tiverem esta vontade, os poderá apartar de vosso serviço. E que se fará de alguns deles que não quiserem continuar nesta sujeição? Estes serão obrigados a ir viver nas aldeias de el-rei, onde também vos servirão na forma que logo veremos. Ao sertão se poderão fazer todos os anos entradas, em que verdadeiramente se resgatem os que estiverem (como se diz) em cordas, para ser comidos; e se lhes comutará esta crueldade em perpétuo cativo. Assim serão também cativos todos os que sem violência forem vendidos como escravos de seus inimigos, tomados em justa guerra, da qual serão juizes o governador de todo o estado, o ouvidor-geral, o vigário do Maranhão ou Pará, e os prelados das quatro religiões, carmelitas, franciscanos, mercenários, e da Companhia de Jesus. Todos os que deste juízo saírem qualificados por verdadeiramente cativos, se repartirão aos moradores pelo mesmo preço por que foram comprados. E os que não constar que a guerra em que foram tomados, fora justa, que se fará deles? Todos serão aldeados em novas povoações, ou divididos pelas aldeias que hoje há; donde, repartidos com os demais índios delas pelos moradores, os servirão em seis meses do ano alternadamente de dous em dous, ficando os outros seis meses para tratarem de suas lavouras e famílias. De sorte que nesta forma todos os índios deste estado servirão aos portugueses; ou como própria e inteiramente cativos, que são os de corda, os de guerra justa, e os que livre e voluntariamente quiserem servir, como dissemos dos primeiros; ou como meios cativos, que são todos os das antigas e novas aldeias, que pelo bem e conservação do estado me consta que, sendo livres, se sujeitarão a nos servir e ajudar ametade do tempo de sua vida. Só resta saber qual será o preço destes que chamamos meios cativos, ou meios livres, com que se lhes pagará o trabalho do seu serviço. É matéria de que se rirá qualquer outra nação do mundo, e só nesta terra se não admira. O dinheiro desta terra é pano de algodão, e o preço ordinário por que servem os índios, e servirão cada mês, são duas varas deste pano, que valem dous tostões! Donde se segue que por menos de sete réis de cobre servirá



um índio cada dia! Cousa que é indigna de se dizer, e muito mais indigna, de que por não pagar tão leve preço, haja homens de entendimento, e de cristandade, que queiram condenar suas almas, e ir ao Inferno.

v

Pode haver cousa mais moderada? Pode haver cousa mais posta em razão que esta? Quem se não contentar e não satisfizer disto, uma de duas: ou não é cristão, ou não tem entendimento. E senão, apertemos o ponto, e pesemos os bens e os males desta proposta.

O mal é um só, que será haverem alguns particulares de perder alguns índios, que eu vos prometo, que sejam mui poucos. Mas aos que nisto repararem pergunto: Morreram-vos já alguns índios? Fugiram-vos já alguns índios? Muitos. Pois o que faz a morte, por que o não fará a razão? O que faz o sucesso da fortuna, por que o não fará o escrúpulo da consciência? Se vieram as bexigas e vo-los levaram todos, que havíeis de fazer? Havíeis de ter paciência. Pois não é melhor perdê-los por serviço de Deus que perdê-los por castigo de Deus? Isto não tem resposta.

Vamos aos bens, que são quatro, os mais consideráveis. O primeiro é ficardes com as consciências seguras. Vede que grande bem este. Tirar-se-á este povo do estado de pecado mortal; vivereis como cristãos, confessar-vos-eis como cristãos, morrereis como cristãos, testareis de vossos bens como cristãos; enfim, ireis ao Céu, não ireis ao Inferno, ao menos certamente, que é triste cousa.

O segundo bem é que tirareis de vossas casas esta maldição. Não há maior maldição numa casa, nem numa família, que servir-se com suor e com sangue injusto. Tudo vai para trás; nenhuma cousa se logra; tudo leva o Diabo. O pão que assim se granjeia, é como o que hoje ofereceu o Diabo a Cristo; pão de pedras, que quando se não atravessa na garganta, não se pode digerir. Vede-o nestes que tiram muito pão do Maranhão, vede se o digeriu algum, ou se se lhe logrou algum? Houve quem se lhe atravessou na garganta, que nem confessar-se pôde.

O terceiro bem é, que por este meio haverá muitos resgates, com que se tirarão muitos índios; que doutra maneira não os haverá. Não dizeis vós que este estado não se pode sustentar sem índios? Pois se os sertões se fecharem, se os resgates se proibirem totalmente, mortos estes poucos índios que há, que remédio tendes? Importa logo haver resgates, e só por este meio se poderão conceder.

Quarto, e último bem; que feita uma proposta nesta forma, será digna de ir às mãos de Sua Majestade, e de que Sua Majestade a aprove e a confirme. Quem pede o ilícito e o injusto, merece que lhe neguem o lícito e o justo; e quem requer com consciência, com justiça, e com razão, merece que lha façam. Vós sabeis a proposta que aqui fazíeis? Era uma proposta que nem os vassallos a podiam fazer em consciência, nem os ministros a podiam consultar em consciência, nem o rei

a podia conceder em consciência. E ainda que por impossível el-rei tal permitisse, ou dissimulasse, de que nos servia isso, ou que nos importava? Se el-rei permitir que eu jure falso, deixará o juramento de ser pecado? Se el-rei permitir que eu furte, deixará o furto de ser pecado? O mesmo passa nos índios. El-rei poderá mandar que os cativos sejam livres; mas que os livres sejam cativos, não chega lá sua jurisdição. Se tal proposta fosse ao reino, as pedras da rua se haviam de levantar contra os homens do Maranhão. Mas se a proposta for lícita, se for justa, se for cristã, as mesmas pedras se porão de vossa parte, e quererá Deus que não sejam necessárias pedras, nem pedreiras. Todos assinaremos, todos informaremos, todos ajudaremos, todos requereremos, todos encomendaremos a Deus, que ele é o autor do bem, e não pode deixar de favorecer intentos tanto de seu serviço. E tenho dito.

vi

Ora, cristãos, e senhores da minha alma, se nestas verdades e desenganos que acabo de vos dizer; se nesta minha breve proposta consiste todo o vosso bem, e toda a vossa esperança espiritual e temporal; se só por este caminho vos podeis segurar nas consciências; se por este caminho vos podeis salvar, e livrar vossas almas do Inferno; se o que se perde, ainda temporalmente, é tão pouco, e pode ser que não seja nada; e as conveniências e bens que daí se esperam, são tão consideráveis e tão grandes; que homem haverá tão mau cristão, que homem haverá tal mal entendido, que homem haverá tão esquecido de Deus, tão cego, tão desleal, tão inimigo de si mesmo, que se não contente de uma cousa tão justa, e tão útil, que a não queira, que a não aprove, que a não abraçe? Por reverência de Jesus Cristo, cristãos, e por aquele amor com que aquele Senhor hoje permitiu ser tentado, para nos ensinar a ser vencedores das tentações; que metamos hoje o Demônio debaixo dos pés, e que vençamos animosamente esta cruel tentação, que a tantos nesta terra tem levado ao Inferno, e nos vai levando também a nós. Demos esta vitória a Cristo, demos esta glória a Deus, demos este triunfo ao Céu, demos este pesar ao Inferno, demos este remédio à terra em que vivemos, demos esta honra à nação portuguesa, demos este exemplo à cristandade, demos esta fama ao mundo.

Saiba o mundo, saibam os hereges e os gentios, que não Se enganou Deus, quando fez aos portugueses conquistadores e pregadores de Seu santo nome. Saiba o mundo que ainda há verdade, que ainda há temor de Deus, que ainda há alma, que ainda há consciência, e que não é o interesse tão absoluto, e tão universal senhor de tudo, como se cuida. Saiba o mundo que ainda há quem por amor de Deus, e a sua salvação, meta debaixo dos pés interesses. Quanto mais, senhores, que isto não é perder interesses, é multiplicá-los, é acrescentá-los, é semeá-los, e dá-los à usura. Dizei-me, cristãos, se tendes fé; os bens deste

mundo, quem é que os dá; quem é que os reparte? Dizeis-me, que Deus. Pois pergunto: qual será melhor diligência para mover a Deus a que vos dê muitos bens, servi-Lo, ou ofendê-Lo? Obedecer e guardar a Sua lei, ou quebrar todas as leis? Ora tenhamos fé, e tenhamos uso de razão.

Deus para vos sustentar e para vos fazer ricos não depende de que tenhais um tapuia mais, ou menos. Não vos pode Deus dar maior novidade com dez enxadas que todas as vossas diligências com trinta? Não é melhor ter dous escravos, que vos vivam vinte anos, que ter quatro, que vos morram ao segundo? Não rendem mais dez caixas de açúcar que cheguem a salvamento a Lisboa que quarenta levadas a Argel, ou Zelândia? Pois se Deus é o Senhor das novidades da terra; se Deus é o Senhor dos fôlegos dos escravos, se Deus é o Senhor dos ventos, dos mares, dos corsários, e das navegações; se todo o bem ou mal está fechado na mão de Deus; se Deus tem tantos modos, e tão fáceis de vos enriquecer, ou de vos destruir; que loucura e que cegueira é cuidar que podeis ter bem algum, nem vós, nem vossos filhos, que seja contra o serviço de Deus? Faça-se o serviço de Deus, acuda-se à alma e à consciência, e logo os interesses temporais estarão seguros: *Quaerite primum regnum Dei, et justitiam ejus, et haec omnia adjicientur vobis.*<sup>22</sup>

Mas quando não fora, nem se seguraram por esta via nossos interesses, faça-se o serviço de Deus, acuda-se à consciência, acuda-se à alma, e corte-se por onde se cortar, ainda que seja pelo sangue e pela vida.

Dizei-me, cristãos, se vos víreis em poder de um tirano que vos quisesse tirar a vida pela fé de Cristo; que havíeis de fazer? Dar a vida, e mil vidas. Pois o mesmo é dar a vida pela fé de Deus que dar a vida pelo serviço de Deus. Não há mais cruel tirano que a pobreza e a necessidade; e padecer às mãos deste tirano, por não ofender a Deus, também é ser mártir, diz Santo Agostinho. Nada disto há de ser necessário, como já vos tenho dito; mas quem é cristão verdadeiro, há de estar com este ânimo, e com esta resolução.

Senhor Jesus. Este é o ânimo, e esta é a resolução, com que estão de hoje por diante estes vossos tão fiéis católicos. Ninguém há aqui que queira outro interesse mais que servir-Vos; ninguém há aqui que queira outra conveniência mais que amar-Vos; ninguém há que tenha outra ambição mais que de estar eternamente obediente, e rendido a vossos pés. A Vossos pés está a fazenda; a Vossos pés estão os interesses; a Vossos pés estão os escravos; a Vossos pés estão os filhos; a Vossos pés está o sangue; a Vossos pés está a vida; para que corteis por ela e por eles, para que façais de tudo e de todos o que for mais conforme à Vossa santa lei. Não é assim, cristãos? Assim é, assim o digo, assim o digo e prometo a Deus em nome de todos. Vitória, pois, por parte de Cristo, vitória, vitória contra a maior tentação do Demônio. Morra o Demônio, morram suas tentações, morra o pecado, morra o Inferno, morra a ambição, morra o interesse; e viva só o serviço de Deus, viva a fé, viva a cristandade, viva a consciência, viva a alma,

viva a lei de Deus, e o que ela ordenar, viva Deus, e vivamos todos; nesta vida com muita abundância de bens, principalmente os da graça; e na outra por toda a eternidade os da glória: *Ad quam nos* etc.

\* Também chamado *Sermão das tentações*. (n. o.)

1 Mt 4,9.

2 Mt 4,6.

3 Mt 4,3.

4 Mt 4,9.

5 Jo 13,2.

6 Jo 6,70.

7 Sl 148,25.

8 3Rs 21,25.

9 Sl 61,10.

10 Mt 16,26.

11 Mt 4,6.

12 Mt 4,6.

13 Mt 4,6.

14 Is 58,1.

15 Is 58,1.

16 Is 58,6.

17 Ex 5,2.

18 Cl 3,5.

19 Ex 15,10 e 12.

20 Lc 16,29.

21 Mt 5,29; Mc 9,42 e 44.

22 Mt 6,33.

Sermão do bom ladrão  
pregado na igreja da misericórdia  
de lisboa, no ano de 1655

*Domine, memento mei, cum veneris in Regnum tuum: hodie mecum eris in Paradiso.*<sup>1</sup>

i

Este sermão, que hoje se prega na Misericórdia de Lisboa, e não se prega na capela real, parecia-me a mim que lá se havia de pregar e não aqui. Daquela pauta havia de ser e não desta. E por quê? Porque o texto em que se funda o mesmo sermão, todo pertence à majestade daquele lugar, e nada à piedade deste. Uma das cousas que diz o texto, é que foram sentenciados em Jerusalém dous ladrões, e ambos condenados, ambos executados, ambos crucificados e mortos, sem lhes valer procurador, nem embargos. Permite isto a Misericórdia de Lisboa? Não. A primeira diligência que faz, é eleger por procurador das cadeias um irmão de grande autoridade, poder e indústria; e o primeiro timbre deste procurador é fazer honra de que nenhum malfeitor seja justicado em seu tempo. Logo esta parte da história não pertence à Misericórdia de Lisboa. A outra parte (que é a que tomei por tema) toda pertence ao paço e à capela real. Nela se fala com o rei: *Domine*: nela se trata do seu reino: *cum veneris in Regnum tuum*.<sup>2</sup> nela se lhe apresentam memoriais: *memento mei*: e nela os despacha o mesmo rei logo, e sem remissão a outros tribunais: *hodie mecum eris in Paradiso*. O que me podia retrair de pregar sobre esta matéria, era não dizer a doutrina com o lugar. Mas deste escrúpulo, em que muitos pregadores não reparam, me livrou a pregação de Jonas. Não pregou Jonas no paço, senão pelas ruas de Nínive, cidade de mais longes que esta nossa; e diz o texto sagrado que logo a sua pregação chegou aos ouvidos do rei: *Pervenit verbum ad Regem*.<sup>3</sup> Bem quisera eu que o que hoje determino pregar, chegara a todos os reis, e mais ainda aos estrangeiros que aos nossos. Todos devem imitar ao rei dos reis; e todos têm muito que aprender nesta última ação de sua vida. Pediu o bom ladrão a Cristo que se lembrasse dele no seu reino: *Domine, memento mei, cum veneris in Regnum tuum*. E a lembrança que o Senhor teve dele, foi que ambos se vissem

juntos no Paraíso: *hodie mecum eris in Paradiso*. Esta é a lembrança que devem ter todos os reis, e a que eu quisera lhes persuadissem os que são ouvidos de mais perto. Que se lembrem não só de levar os ladrões ao Paraíso, senão de os levar consigo: *Mecum*. Nem os reis podem ir ao Paraíso sem levar consigo os ladrões, nem os ladrões podem ir ao Inferno sem levar consigo os reis. Isto é o que hei de pregar. *Ave Maria*.

ii

Levarem os reis consigo ao Paraíso ladrões não só não é companhia indecente, mas ação tão gloriosa e verdadeiramente real, que com ela coroou e provou o mesmo Cristo a verdade do seu reinado, tanto que admitiu na cruz o título de rei. Mas o que vemos praticar em todos os reinos do mundo, é tanto pelo contrário, que em vez de os reis levarem consigo os ladrões ao Paraíso, os ladrões são os que levam consigo os reis ao Inferno. E se isto é assim, como logo mostrarei com evidência, ninguém me pode estranhar a clareza, ou publicidade com que falo, e falarei em matéria que envolve tão soberanos respeitos; antes admirar o silêncio e condenar a desatenção com que os pregadores dissimulam uma tão necessária doutrina, sendo a que devera ser mais ouvida e declamada nos púlpitos. Seja, pois, novo hoje o assunto, que devera ser mui antigo e mui frequente, o qual eu prosseguirei tanto com maior esperança de produzir algum fruto quanto vejo enobrecido o auditório presente com a autoridade de tantos ministros de todos os maiores tribunais, sobre cujo conselho e consciência se costumam descarregar as dos reis.

iii

E para que um discurso tão importante e tão grave vá assentado sobre fundamentos sólidos e irrefragáveis, suponho primeiramente que sem restituição do alheio não pode haver salvação. Assim o resolvem com São Tomás todos os teólogos: e assim está definido no capítulo *Si res aliena*, com palavras tiradas de Santo Agostinho, que são estas: *Si res aliena propter quam peccatum est, reddi potest, et non redditur, poenitentia non agitur, sed simulatur. Si autem veraciter agitur non remittitur peccatum nisi restituatur ablatum, si, ut dixi restitui potest*. Quer dizer: se o alheio que se tomou ou retém, se pode restituir e não se restitui, a penitência deste e dos outros pecados não é verdadeira penitência, senão simulada e fingida, porque se não perdoa o pecado sem se restituir o roubado, quando quem o roubou tem possibilidade de o restituir. Esta única exceção da regra foi a felicidade do bom ladrão, e esta a razão por que ele se salvou, e também o mau se pudera salvar sem restituírem. Como ambos saíram do naufrágio desta vida despidos, e pegados a um pau, só esta sua extrema pobreza

os podia absolver dos latrocínios que tinham cometido, porque impossibilitados à restituição ficavam desobrigados dela. Porém se o bom ladrão tivera bens com que restituir, ou em todo, ou em parte o que roubou, toda a sua fé e toda a sua penitência tão celebrada dos santos, não bastara a o salvar, se não restituísse. Duas cousas lhe faltavam a este venturoso homem para se salvar, uma como bom ladrão que tinha sido, outra como cristão que começava a ser. Como ladrão que tinha sido, faltava-lhe com que restituir: como cristão que começava a ser, faltava-lhe o batismo, mas assim como o sangue que derramou na cruz, lhe supriu o batismo, assim a sua desnudez, e a sua impossibilidade lhe supriu a restituição, e por isso se salvou. Vejam agora, de caminho, os que roubaram na vida; e nem na vida, nem na morte restituíram, antes na morte testaram de muitos bens, e deixaram grossas heranças a seus sucessores; vejam aonde irão, ou terão ido suas almas, e se se podiam salvar.

Era tão rigoroso este preceito da restituição na lei velha, que se o que furtou não tinha com que restituir mandava Deus que fosse vendido, e restituísse com o preço de si mesmo: *Si non habuerit quod pro furto reddat, ipse venundabitur.*<sup>4</sup> De modo que enquanto um homem era seu, e possuidor da sua liberdade, posto que não tivesse outra cousa, até que não vendesse a própria pessoa, e restituísse o que podia com o preço de si mesmo, não o julgava a lei por impossibilitado à restituição, nem o desobrigava dela. Que uma tal lei fosse justa, não se pode duvidar, porque era lei de Deus, posto que o mesmo Deus na lei da graça derogou esta circunstância de rigor, que era de direito positivo; porém na lei natural, que é indispensável, e manda restituir a quem pode, e tem com que, tão fora esteve de variar ou moderar cousa alguma, que nem o mesmo Cristo na cruz prometeria o Paraíso ao ladrão, em tal caso, sem que primeiro restituísse. Ponhamos outro ladrão à vista deste, e vejamos admiravelmente no juízo do mesmo Cristo a diferença de um caso a outro.

Assim como Cristo, Senhor nosso, disse a Dimas: *Hodie mecum eris in Paradiso*: Hoje serás comigo no Paraíso, assim disse a Zaqueu: *Hodie salus domui huic facta est.*<sup>5</sup> hoje entrou a salvação nesta tua casa. Mas o que muito se deve notar, é que a Dimas prometeu-lhe o Senhor a salvação logo, e a Zaqueu não logo, senão muito depois. E por que, se ambos eram ladrões, e ambos convertidos? Porque Dimas era ladrão pobre, e não tinha com que restituir o que roubara; Zaqueu era ladrão rico, e tinha muito com que restituir: *Zacchaeus princeps erat publicanorum et ipse dives.*<sup>6</sup> diz o evangelista. E ainda que ele o não dissesse, o estado de um e outro ladrão o declarava assaz. Por quê? Porque Dimas era ladrão condenado e se ele fora rico, claro está que não havia de chegar à forca; porém Zaqueu era ladrão tolerado, e a sua mesma riqueza era a imunidade que tinha para roubar sem castigo, e ainda sem culpa. E como Dimas era ladrão pobre, e não tinha com que restituir, também não tinha impedimento a

sua salvação, e por isso Cristo lhe concedeu no mesmo momento. Pelo contrário: Zaqueu como era ladrão rico, e tinha muito com que restituir, não lhe podia Cristo segurar a salvação antes que restituísse, e por isso lhe dilatou a promessa. A mesma narração do Evangelho é a melhor prova desta diferença.

Conhecia Zaqueu a Cristo só por fama, e desejava muito vê-lo. Passou o Senhor pela terra, e como era pequeno de estatura, e o concurso muito, sem reparar na autoridade da pessoa e do ofício: *Princeps publicanorum*, subiu-se a uma árvore para o ver, e não só viu, mas foi visto, e muito bem visto. Pôs nele o Senhor aqueles divinos olhos, chamou-o por seu nome, e disse-lhe que se descesse logo da árvore, porque lhe importava ser seu hóspede naquele dia:

*Zacchaei festinans descende, quia hodie in domo tua oportet me manere.*<sup>7</sup> Entrou, pois, o Salvador em casa de Zaqueu, e aqui parece que cabia bem o dizer-lhe que então entrara a salvação em sua casa; mas nem isto, nem outra palavra disse o Senhor. Recebeu-o Zaqueu, e festejou a sua vinda com todas as demonstrações de alegria: *Excepit illum gaudens*; e guardou o Senhor o mesmo silêncio. Assentou-se à mesa abundante de iguarias, e muito mais de boa vontade, que é o melhor prato para Cristo, e prosseguiu na mesma suspensão. Sobre tudo disse Zaqueu, que ele dava aos pobres ametade de todos seus bens: *Ecce dimidium bonorum meorum do pauperibus*. E sendo o Senhor aquele que no dia do Juízo só aos merecimentos da esmola há de premiar com o reino do Céu; quem não havia de cuidar que a este grande ato de liberalidade com os pobres responderia logo a promessa da salvação? Mas nem aqui mereceu ouvir Zaqueu o que depois lhe disse Cristo. Pois, Senhor, se vossa piedade e verdade tem dito tantas vezes, que o que se faz aos pobres se faz a vós mesmo, e este homem na vossa pessoa vos está servindo com tantos obséquios, e na dos pobres com tantos empenhos: se vos convidastes a ser seu hóspede para o salvar, e a sua salvação é a importância que vos trouxe a sua casa: se o chamastes, e acudiu com tanta diligência: se lhe dissestes que se apressasse: *Festinans descende*, e ele se não deteve um momento: por que lhe dilatais tanto a mesma graça, que lhe desejais fazer, por que o não acabais de absolver, por que lhe não segurais a salvação? Porque este mesmo Zaqueu, como cabeça de publicanos: *Princeps publicanorum*, tinha roubado a muitos; e como rico que era: *Et ipse dives*, tinha com que restituir o que roubara; e enquanto estava devedor, e não restituía o alheio, por mais que fizesse boas obras, nem o mesmo Cristo o podia absolver; e por mais fazenda que despendesse piamente, nem o mesmo Cristo o podia salvar. Todas as outras obras que depois daquela venturosa vista fazia Zaqueu, eram muito louváveis; mas enquanto não chegava a fazer a da restituição, não estava capaz da salvação. Restitua e logo será salvo; e assim foi. Acrescentou Zaqueu que tudo o que tinha mal adquirido restituía em quatro dobros: *Et si quid aliquem defraudavi, reddo quadruplum.*<sup>8</sup> E no mesmo ponto o Senhor, que até ali tinha calado, desfechou os tesouros de sua graça, e lhe anunciou a salvação: *Hodie salus domui huic facta*



est. De sorte que ainda que entrou o Salvador em casa de Zaqueu, a salvação ficou de fora; porque enquanto não saiu da mesma casa a restituição, não podia entrar nela a salvação. A salvação não pode entrar sem se perdoar o pecado, e o pecado não se pode perdoar sem se restituir o roubado: *Non dimittitur peccatum, nisi restituatur ablatum.*

iv

Suposta esta primeira verdade, certa e infalível; a segunda cousa que suponho com a mesma certeza, é que a restituição do alheio sob pena da salvação não só obriga aos súditos e particulares, senão também aos cetros e às coroas. Cuidam, ou devem cuidar alguns príncipes, que assim como são superiores a todos, assim são senhores de tudo, e é engano. A lei da restituição é lei natural e lei divina. Enquanto lei natural obriga aos reis, porque a natureza fez iguais a todos; e enquanto lei divina também os obriga, porque Deus, que os fez maiores que os outros, é maior que eles. Esta verdade só tem contra si a prática e o uso. Mas por parte deste mesmo uso argumenta assim São Tomás, o qual é hoje o meu doutor, e nestas matérias o de maior autoridade: *Terrarum principes multa a suis subditis violenter extorquent: quod videtur ad rationem rapinae pertinere: grave autem videtur dicere, quod in hoc peccant: quia sic fere omnes principes damnarentur. Ergo rapina in aliquo casu est licita.*<sup>2</sup> Quer dizer: a rapina, ou roubo, é tomar o alheio violentamente contra vontade de seu dono: os príncipes tomam muitas cousas a seus vassallos violentamente, e contra sua vontade; logo parece que o roubo é lícito em alguns casos; porque se dissermos que os príncipes pecam nisto, todos eles, ou quase todos se condenariam: *Fere omnes principes damnarentur.* Oh que terrível e temerosa consequência; e quão digna de que a considerem profundamente os príncipes, e os que têm parte em suas resoluções e conselhos! Responde ao seu argumento o mesmo doutor angélico; e posto que não costumou molestar os ouvintes com latins largos, hei de referir as suas próprias palavras:

*Dicendum, quod si principes a subditis exigunt quod eis secundum justitiam debetur propter bonum commune conservandum, etiam si violentia adhibeatur, non est rapina. Si vero aliquid principes indebite extorqueant, rapina est, sicut et latrocinium. Unde ad restitutionem tenentur, sicut et latrones. Et tanto gravius peccant quam latrones, quanto periculosius, et communius contra publicam justitiam agunt, cujus custodes sunt positi.*

Respondo (diz São Tomás) que se os príncipes tiram dos súditos o que segundo justiça lhes é devido para conservação do bem comum, ainda que o executem com violência, não é rapina, ou roubo. Porém se os príncipes tomarem por violência o que se lhes não deve, é rapina e latrocínio. Donde se segue que estão obrigados à restituição como os ladrões; e que pecam tanto mais gravemente que

os mesmos ladrões quanto é mais perigoso e mais comum o dano com que ofendem a justiça pública, de que eles estão postos por defensores.

Até aqui acerca dos príncipes o príncipe dos teólogos. E porque a palavra rapina e latrocínio aplicada a sujeitos da suprema esfera é tão alheia das lisonjas, que estão costumados a ouvir, que parece conter alguma dissonância, escusa tacitamente o seu modo de falar, e prova a sua doutrina o santo doutor com dous textos alheios, um divino, do profeta Ezequiel, e outro pouco menos que divino, de Santo Agostinho. O texto de Ezequiel é parte do relatório das culpas, porque Deus castigou tão severamente os dous reinos de Israel e Judá, um com o cativoiro dos assírios, e outro com o dos babilônios; e a causa que dá e muito pondera, é que os seus príncipes em vez de guardarem os povos como pastores, os roubavam como lobos: *Principes ejus in medio illius, quasi lupi rapientes praedam*.<sup>10</sup> Só dous reis elegeram Deus por si mesmo, que foram Saul e Davi; e a ambos os tirou de pastores, para que pela experiência dos rebanhos que guardavam, soubessem como haviam de tratar os vassallos; mas seus sucessores por ambição e cobiça, degeneraram tanto deste amor e deste cuidado, que em vez de os guardar e apascentar como ovelhas, os roubavam e comiam como lobos: *Quasi lupi rapientes praedam*.

O texto de Santo Agostinho fala geralmente de todos os reinos em que são ordinárias semelhantes opressões e injustiças, e diz: que entre os tais reinos e as covas dos ladrões (a que o santo chama latrocínios) só há uma diferença. E qual é? Que os reinos são latrocínios ou ladroeiras grandes, e os latrocínios ou ladroeiras são reinos pequenos: *Sublata justitia, quid sunt regna, nisi magna latrocinia? Quia et latrocinia quid sunt, nisi parva regna?* É o que disse o outro pirata a Alexandre Magno. Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo mar Eritreu a conquistar a Índia; e como fosse trazido à sua presença um pirata, que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau officio; porém ele que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: “Basta, Senhor, que eu porque roubo em uma barca sou ladrão, e vós porque roubais em uma armada, sois imperador?”. Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza: o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres. Mas Sêneca, que sabia bem distinguir as qualidades, e interpretar as significações, a uns e outros, definiu com o mesmo nome: *Eodem loco pone latronem, et piratam, quo regem animum latronis, et piratae habentem*. Se o rei de Macedônia, ou qualquer outro, fizer o que faz o ladrão e o pirata; o ladrão, o pirata e o rei, todos têm o mesmo lugar, e merecem o mesmo nome.

Quando li isto em Sêneca, não me admirei tanto de que um filósofo estoico se atrevesse a escrever uma tal sentença em Roma, reinando nela Nero; o que mais me admirou e quase envergonhou, foi que os nossos oradores evangélicos em tempo de príncipes católicos e timoratos, ou para a emenda, ou para a cautela,

não preguem a mesma doutrina. Saibam estes eloquentes mudos, que mais ofendem os reis com o que calam que com o que disserem; porque a confiança com que isto se diz, é sinal que lhes não toca, e que se não podem ofender; e a cautela com que se cala, é argumento de que se ofenderão, porque lhe pode tocar. Mas passemos brevemente à terceira e última suposição, que todas três são necessárias para chegarmos ao ponto.

v

Suponho, finalmente, que os ladrões de que falo, não são aqueles miseráveis, a quem a pobreza e vileza de sua fortuna condenou a este gênero de vida, porque a mesma sua miséria ou escusa ou alivia o seu pecado, como diz Salomão: *Non grandis est culpa, cum quis furatus fuerit: furatur enim ut esurientem impleat animam.*<sup>11</sup> O ladrão que furta para comer, não vai nem leva ao Inferno: os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são os ladrões de maior calibre e de mais alta esfera, os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo predicamento distingue muito bem São Basílio Magno: *Non est intelligendum fures esse solum bursarum incisores, vel latrocinantes in balneis; sed et qui duces legionum statuti, vel qui commissi sibi regimine civitatum, aut gentium, hoc quidem furtim tollunt, hoc vero vi, et publice exigunt.* Não são só ladrões, diz o santo, os que cortam bolsas, ou espertam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título, são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos: os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem perigo: os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam. Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de justiça levavam a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: “Lá vão os ladrões grandes enforcar os pequenos”. Ditosa Grécia, que tinha tal pregador! E mais ditosas as outras nações, se nelas não padecera a justiça as mesmas afrontas. Quantas vezes se viu em Roma ir a enforcar um ladrão por ter furtado um carneiro, e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, ou ditador por ter roubado uma província! E quantos ladrões teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes? De um chamado Seronato disse com discreta contraposição Sidônio Apolinar: *Non cessat simul furta, vel punire, vel facere.* Seronato está sempre ocupado em duas cousas: em castigar furtos, e em os fazer. Isto não era zelo de justiça, senão inveja. Queria tirar os ladrões do mundo, para roubar ele só.

Declarado assim por palavras não minhas, senão de muito bons autores, quão honrados e autorizados sejam os ladrões de que falo, estes são os que disse, e digo que levam consigo os reis ao Inferno. Que eles fossem lá sós, e o Diabo os levasse a eles, seja muito na má hora, pois assim o querem; mas que hajam de levar consigo os reis, é uma dor, que se não pode sofrer, e por isso nem calar. Mas se os reis tão fora estão de tomar o alheio, que antes eles são os roubados, e os mais roubados de todos, como levam ao Inferno consigo estes maus ladrões a estes bons reis? Não por um só, senão por muitos modos, os quais parecem insensíveis e ocultos, e são muito claros e manifestos. O primeiro, porque os reis lhes dão os ofícios e poderes com que roubam: o segundo, porque os reis os conservam neles: o terceiro, porque os reis os adiantam e promovem a outros maiores: e finalmente porque sendo os reis obrigados, sob pena de salvação, a restituir todos estes danos, nem na vida, nem na morte os restituem. E quem diz isto? Já se sabe que há de ser São Tomás. Faz questão São Tomás, se a pessoa que não furtou, nem recebeu, ou possui cousa alguma do furto, pode ter obrigação de o restituir? E não só resolve que sim, mas para maior expressão do que vou dizendo, põe o exemplo nos reis. Vai o texto: *Tenetur ille restituere, qui non obstat, cum obstare teneatur. Sicut principes, qui tenentur custodire justitiam in Terra, si per eorum defectum latrones increscant, ad restitutionem tenentur: quia redditus, quos habent, sunt quasi stipendia ad hoc instituta, ut justitiam conservent in Terra.* Aquele que tem obrigação de impedir que se não furte, se o não impediu, fica obrigado a restituir o que se furto. E até os príncipes, que por sua culpa deixarem crescer os ladrões, são obrigados à restituição; porquanto as rendas com que os povos os servem e assistem, são como estipêndios instituídos e consignados por eles, para que os príncipes os guardem e mantenham em justiça. É tão natural e tão clara esta teologia que até Agamêmnon, rei gentio, a conheceu quando disse: *Qui non vetat peccare, cum possit, jubet.*

E se nesta obrigação de restituir incorrem os príncipes, pelos furtos que cometem os ladrões casuais e involuntários; que será pelos que eles mesmos, e por própria eleição armaram de jurisdições e poderes com que roubam os mesmos povos? A tenção dos príncipes não é nem pode ser essa; mas basta que esses oficiais, ou de guerra, ou de fazenda, ou de justiça, que cometem os roubos, sejam eleições e feitura suas, para que os príncipes hajam de pagar o que eles fizerem. Ponhamos o exemplo da culpa onde a não pode haver. Pôs Deus a Adão no Paraíso com jurisdição e poder sobre todos os viventes, e com senhorio absoluto de todas as cousas criadas, exceto somente uma árvore. Faltavam-lhe poucas letras a Adão para ladrão, e ao fruto para o furto não lhe faltava nenhuma. Enfim, ele e sua mulher (que muitas vezes são as terceiras) aquela só cousa que havia no mundo que não fosse sua, essa roubaram. Já temos a Adão eleito, já o temos com ofício, já o temos ladrão. E quem foi que pagou o furto?

Caso sobre todos admirável! Pagou o furto quem elegeu e quem deu o ofício ao ladrão. Quem elegeu e deu o ofício a Adão foi Deus; e Deus foi o que pagou o furto tanto à sua custa, como sabemos. O mesmo Deus o disse assim, referindo o muito que lhe custara a satisfação do furto e dos danos dele: *Quae non rapui, tunc exolvebam.*<sup>12</sup> Vistes o corpo humano de que me vesti, sendo Deus; vistes o muito que padeci; vistes o sangue que derramei; vistes a morte a que fui condenado entre ladrões; pois então, e com tudo isso, pagava o que não furtei: Adão foi o que furtou e eu o que paguei: *Quae non rapui, tunc exolvebam.* Pois, Senhor meu, que culpa teve Vossa Divina Majestade no furto de Adão? Nenhuma culpa tive, nem a tivera, ainda que não fora Deus. Porque na eleição daquele homem e no ofício que lhe dei, em tudo procedi com a circunspecção, prudência e providência com que o devera e deve fazer o príncipe mais atento a suas obrigações, mais considerado e mais justo. Primeiramente quando o fiz, não foi com império despótico, como as outras criaturas, senão com maduro conselho, e por consulta de pessoas não humanas, senão divinas: *Faciamus hominem ad imaginem, et similitudinem nostram, et praesit.*<sup>13</sup> As partes e qualidades que concorriam no eleito, eram as mais adequadas ao ofício que se podiam desejar, nem imaginar; porque era o mais sábio de todos os homens, justo sem vício, recto sem injustiça, e senhor de todas suas paixões, as quais tinha sujeitas e obedientes à razão. Só lhe faltava a experiência, nem houve concurso de outros sujeitos na sua eleição; mas ambas estas cousas não as podia então haver, porque era o primeiro homem e o único. Pois se a Vossa eleição, Senhor, foi tão justa e tão justificada, que bastava ser Vossa para o ser; porque haveis Vós de pagar o furto que ele fez, sendo toda a culpa sua? Porque quero dar este exemplo e documento aos príncipes; e porque não convém que fique no mundo uma tão má e perniciosa consequência, como seria, se os príncipes se persuadissem em algum caso, que não eram obrigados a pagar e satisfazer o que seus ministros roubassem.

Mas estou vendo que com este exemplo de Deus se desculpam, ou podem desculpar os reis. Porque se a Deus lhe sucedeu tão mal com Adão, conhecendo muito bem Deus o que ele havia de ser, que muito é que suceda o mesmo aos reis com os homens que elegem para os officios, se eles não sabem, nem podem saber o que depois farão? A desculpa é aparente, mas tão falsa como mal fundada; porque Deus não faz eleição dos homens pelo que sabe que hão de ser, senão pelo que de presente são. Bem sabia Cristo que Judas havia de ser ladrão, mas quando o elegeu para o ofício, em que o foi, não só não era ladrão, mas muito digno de se lhe fiar o cuidado de guardar e distribuir as esmolas dos pobres. Elejam assim os reis as pessoas, e provejam assim os officios, e Deus os

desobrigará nesta parte da restituição. Porém as eleições e provimentos que se usam, não se fazem assim. Querem saber os reis se os que provêm nos ofícios são ladrões ou não? Observem a regra de Cristo: *Qui non intrat per ostium, fur est, et latro.*<sup>14</sup> A porta por onde legitimamente se entra ao ofício, é só o merecimento; e todo o que não entra pela porta, não só diz Cristo que é ladrão, senão ladrão e ladrão: *Fur est, et latro*. E por que é duas vezes ladrão? Uma vez porque furta o ofício, e outra vez pelo que há de furtrar com ele. O que entra pela porta, poderá vir a ser ladrão, mas os que não entram por ela já o são. Uns entram pelo parentesco, outros pela amizade, outros pela valia, outros pelo suborno, e todos pela negociação. E quem negocia não há mister outra prova; já se sabe que não vai a perder. Agora será ladrão oculto, mas depois ladrão descoberto, que essa é, como diz São Jerônimo, a diferença de *fur* a *latro*.

Cousa é certo maravilhosa ver a alguns tão introduzidos e tão entrados, não entrando pela porta, nem podendo entrar por ela. Se entram pelas janelas, como aqueles ladrões de que faz menção Joel: *Per fenestras intrabunt quasi fur,*<sup>15</sup> grande desgraça é que sendo as janelas feitas para entrar a luz e o ar, entrem por elas as trevas e os desares. Se entraram minando a casa do pai de famílias, como o clarão da parábola de Cristo: *Si sciret pater familias, qua hora fur veniret, non sineret perfodi domum suam,*<sup>16</sup> ainda seria maior desgraça que o sono ou letargo do dono da casa fosse tão pesado, que minando-se-lhe as paredes, não o espertassem os golpes. Mas o que excede toda a admiração é que haja quem, achando a porta fechada, empreenda entrar por cima dos telhados, e o consiga; e mais sem ter pés nem mãos, quanto mais asas. Estava Cristo Senhor nosso curando milagrosamente os enfermos dentro em uma casa, e era tanto o concurso, que não podendo os que levavam um paralítico entrar pela porta, subiram-se com ele ao telhado, e por cima do telhado o introduziram. Ainda é mais admirável a consideração do sujeito que o modo, e o lugar da introdução. Um homem que entrasse por cima dos telhados, quem não havia de julgar que era caído do céu: *Tertius e caelo cecidit Cato?* E o tal homem era um paralítico, que não tinha pés, nem mãos, nem sentido, nem movimento; mas teve com que pagar a quatro homens, que o tomaram às costas, e o subiram tão alto. E como os que trazem às costas semelhantes sujeitos, estão tão pagos deles, que muito é que digam e informem (posto que sejam tão incapazes) que lhes sobejam merecimentos por cima dos telhados. Como não podem alegar façanhas de quem não tem mãos, dizem virtudes e bondades. Dizem que com os seus procedimentos cativa a todos; e como os não havia de cativar se os comprou? Dizem que fazendo sua obrigação, todos lhe ficam devendo dinheiro; e como lho não hão de dever, se lho tomaram? Deixo os que sobem aos postos pelos cabelos, e não com as forças de Sansão, senão com os favores de Dalila. Deixo os que com voz conhecida de Jacó levam a bênção de Esaú, e não com as luvas

calçadas, senão dadas ou prometidas. Deixo os que sendo mais leproso que Naamão Siro se limpavam da lepra, e não com as águas do Jordão, senão com as do rio da Prata. É isto, e o mais que se podia dizer, entrar pela porta? Claro está que não. Pois se nada disto se faz: *Sicut fur in nocte*,<sup>17</sup> senão na face do Sol, e na luz do meio-dia, como se pode escusar quem ao menos firma os provimentos de que não conhecia serem ladrões os que por estes meios foram providos? Finalmente, ou os conhecia, ou não: se os não conhecia, como os proveu sem os conhecer? E se os conhecia, como os proveu conhecendo-os? Mas vamos aos providos com expresso conhecimento de suas qualidades.

### viii

Dom Fulano (diz a piedade bem-intencionada) é um fidalgo pobre, dê-se-lhe um governo. E quantas impiedades, ou advertidas ou não, se contêm nesta piedade? Se é pobre, deem-lhe uma esmola honestada com o nome de tença, e tenha com que viver. Mas porque é pobre, um governo, para que vá desempobrecer à custa dos que governar; e para que vá fazer muitos pobres à conta de tornar muito rico!? Isto quer quem o elege por este motivo. Vamos aos do prêmio, e também aos do castigo. Certo capitão mais antigo tem muitos anos de serviço: deem-lhe uma fortaleza nas Conquistas. Mas se esses anos de serviço assentam sobre um sujeito que os primeiros despojos que tomava na guerra eram a farda e a ração dos seus próprios soldados, despidos e mortos de fome; que há de fazer em Sofala ou em Mascate? Tal graduado em leis leu com grande aplauso no paço; porém em duas judicaturas, e uma correição, não deu boa conta de si; pois vá degredado para a Índia com uma beca. E se na Beira e no Alentejo, onde não há diamantes, nem rubis, se lhe pegavam as mãos a este doutor, que será na relação de Goa?

Encomendou el-rei d. João iii a São Francisco Xavier o informasse do estado da Índia por via de seu companheiro, que era mestre do príncipe: e o que o santo escreveu de lá, sem nomear ofícios, nem pessoas, foi, que o verbo *rapio* na Índia se conjugava por todos os modos. A frase parece jocosa em negócio tão sério; mas falou o servo de Deus, como fala Deus, que em uma palavra diz tudo. Nicolau de Lira, sobre aquelas palavras de Daniel: *Nabucodonosor rex misit ad congregandos Satrapas, Magistratus et Judices*,<sup>18</sup> declarando a etimologia de sátrapas, que eram os governadores das províncias, diz que este nome foi composto de *sat* e de *rapio*. *Dicuntur Satrapae quasi satis rapientes, quia solent bona inferiorum rapere*. Chamam-se sátrapas, porque costumam roubar assaz. E este assaz é o que especificou melhor São Francisco Xavier, dizendo que conjugam o verbo *rapio* por todos os modos. O que eu posso acrescentar, pela experiência que tenho, é que não só do cabo da Boa Esperança para lá, mas

também das partes daquém, se usa igualmente a mesma conjugação. Conjugam por todos os modos o verbo *rapio*; porque furtam por todos os modos da arte, não falando em outros novos e elegantes, que não conheceu Donato, nem Despautério. Tanto que lá chegam, começam a furtar pelo modo indicativo, porque a primeira informação que pedem aos práticos, é que lhe apontem e mostrem os caminhos por onde podem abarcar tudo. Furtam pelo modo imperativo, porque como têm o mero e misto império, todo ele aplicam despoticamente às execuções da rapina. Furtam pelo modo mandativo, porque aceitam quanto lhes mandam; e para que mandem todos, os que não mandam não são aceitos. Furtam pelo modo optativo, porque desejam quanto lhes parece bem; e gabando as cousas desejadas aos donos delas, por cortesia sem vontade as fazem suas. Furtam pelo modo conjuntivo, porque ajuntam o seu pouco cabedal com o daqueles que manejam muito; e basta só que ajuntem a sua graça, para serem, quando menos, meeiros na ganância. Furtam pelo modo potencial, porque sem pretexto, nem cerimônia usam de potência. Furtam pelo modo permissivo, porque permitem que outros furtem, e estes comprem as permissões. Furtam pelo modo infinitivo, porque não tem fim o furtar com o fim do governo, e sempre lá deixam raízes, em que se vão continuando os furtos. Estes mesmos modos conjugam por todas as pessoas; porque a primeira pessoa do verbo é a sua, as segundas os seus criados e as terceiras, quantas para isso têm indústria e consciência. Furtam juntamente por todos os tempos, porque o presente (que é o seu tempo) colhem quanto dá de si o triênio; e para incluírem no presente o pretérito e futuro, do pretérito desenterram crimes, de que vendem os perdões e dívidas esquecidas, de que se pagam inteiramente; e do futuro empenham as rendas, e antecipam os contratos, com que tudo o caído, e não caído lhe vem a cair nas mãos. Finalmente, nos mesmos tempos não lhes escapam os imperfeitos, perfeitos, mais-que-perfeitos, e quaisquer outros, porque furtam, furtaram, furtavam, furtariam e haveriam de furtar mais, se mais houvesse. Em suma que o resumo de toda esta rapante conjugação vem a ser o supino do mesmo verbo: a furtar para furtar. E quando eles têm conjugado assim toda a voz ativa, e as miseráveis províncias suportado toda a passiva, eles, como se tiveram feito grandes serviços, tornam carregados de despojos e ricos; e elas ficam roubadas, e consumidas.

É certo que os reis não querem isto, antes mandam em seus regimentos tudo o contrário; mas como as patentes se dão aos gramáticos destas conjugações tão peritos, ou tão cadimos nelas; que outros efeitos se podem esperar dos seus governos? Cada patente destas em própria significação vem a ser uma licença geral *in scriptis*, ou um passaporte para furtar. Em Holanda, onde há armadores de corsários, repartem-se as costas da África, da Ásia e da América com tempo limitado, e nenhum pode sair a roubar sem passaporte, a que chamam carta da marca. Isto mesmo valem as provisões, quando se dão aos que eram mais dignos



da marca que da carta. Por mar padecem os moradores das Conquistas a pirataria dos corsários estrangeiros, que é contingente; na terra suportam a dos naturais, que é certa e infalível. E se alguém duvida qual seja maior, note a diferença de uns a outros. O pirata do mar não rouba aos da sua república; os da terra roubam os vassallos do mesmo rei, em cujas mãos juraram homenagem: do corsário do mar posso-me defender; aos da terra não posso resistir: do corsário do mar posso fugir; dos da terra não me posso esconder: o corsário do mar depende dos ventos; os da terra sempre têm por si a monção: enfim o corsário do mar pode o que pode, os da terra podem o que querem, e por isso nenhuma presa lhes escapa. Se houvesse um ladrão onipotente, que vos parece que faria a cobiça junta com a onipotência? Pois é o que fazem estes corsários.

ix

Dos que obram o contrário com singular inteireza de justiça e limpeza de interesse, alguns exemplos temos, posto que poucos. Mas folgara eu saber quantos exemplos há, não digo já dos que fossem justificados como tão insignes ladrões, mas dos que fossem privados de governo por estes roubos? Pois se eles furtam com os ofícios, e os consentem e conservam nos mesmos ofícios, como não hão de levar consigo ao Inferno os que os consentem? O meu São Tomás o diz, e alega com o texto de São Paulo: *Digni sunt morte, non solum qui faciunt sed etiam qui consentiunt facientibus.*<sup>19</sup> E porque o rigor deste texto se entende não de qualquer consentidor, senão daqueles que por razão de seu ofício, ou estado, têm obrigação de impedir, faz logo a mesma limitação o santo doutor, e põe o exemplo nomeadamente nos príncipes: *Sed solum quando incumbit alicui ex officio sicut principibus Terrarum.* Verdadeiramente não sei como não reparam muito os príncipes em matéria de tanta importância, e como os não fazem reparar os que no foro exterior, ou no da alma, têm cargo de descarregar suas consciências. Vejam, uns e outros, como a todos ensinou Cristo que o ladrão que furta com o ofício, nem um momento se há de consentir ou conservar nele.

Havia um senhor rico, diz o divino Mestre, o qual tinha um criado que, com ofício de ecônomo ou administrador, governava as suas herdades. (Tal é o nome no original grego, que responde ao vilico da Vulgata.) Infamado pois o dito administrador de que se aproveitava da administração, e roubava, tanto que chegou a primeira notícia ao senhor, mandou-o logo vir diante de si, e disse-lhe que desse contas, porque já não havia de exercitar o ofício. Ainda a resolução foi mais apertada; porque não só disse que não havia, senão que não podia: *Jam enim non poteris villicare.*<sup>20</sup> Não tem palavra esta parábola que não esteja cheia de notáveis doutrinas a nosso propósito. Primeiramente diz que este senhor era um homem rico: *Homo quidam erat dives.* Porque não será homem quem não tiver

resolução; nem será rico, por mais herdades que tenha, quem não tiver cuidado, e grande cuidado, de não consentir que lhas governem ladrões. Diz mais, que para privar a este ladrão do ofício, bastou somente a fama sem outras inquirições: *Et hic diffamatus est apud illum*. Porque se em tais casos se houverem de mandar buscar informações à Índia, ou ao Brasil, primeiro que elas cheguem, e se lhe ponha remédio, não haverá Brasil, nem Índia. Não se diz, porém, nem se sabe quem fossem os autores, ou delatores desta fama; porque a estes há-lhes de guardar segredo o senhor inviolavelmente, sob pena de não haver quem se atreva a avisar, temendo justamente a ira dos poderosos. Diz mais, que mandou vir o delatado diante de si: *Et vocavit eum*, porque semelhantes averiguações se se cometem a outros e não as faz o mesmo senhor por sua própria pessoa, com dar o ladrão parte do que roubou, prova que está inocente. Finalmente desengana-o e notifica-lhe, que não há de exercitar jamais o ofício, nem pode: *Jam enim non poteris villicare*; porque nem o ladrão conhecido deve continuar o ofício em que foi ladrão, nem o senhor, ainda que quisesse, o pode consentir e conservar nele, se não se quer condenar.

Com tudo isto ser assim, eu ainda tenho uns embargos que alegar por parte deste ladrão diante do senhor e autor da mesma parábola, que é Cristo. Provará que nem o furto por sua quantidade, nem a pessoa por seu talento parecem merecedores de privação do ofício para sempre. Este homem, senhor, posto que cometesse este erro, é um sujeito de grande talento, de grande indústria, de grande entendimento e prudência, como vós mesmo confessastes, e ainda louvastes, que é mais: *Laudavit dominus villicum iniquitatis, quia prudenter fecisset*.<sup>21</sup> Pois se é homem de tanto préstimo, e tem capacidade e talentos para vos tornardes a servir dele, por que o haveis de privar para sempre do vosso serviço: *Jam enim non poteris villicare?* Suspendei-o agora por alguns meses como se usa, e depois o tornareis a restituir, para que nem vós o percais, nem ele fique perdido. Não, diz Cristo. Uma vez que é ladrão conhecido, não só há de ser suspenso ou privado do ofício *ad tempus*, senão para sempre, e para nunca jamais entrar ou poder entrar: *Jam enim non poteris*; porque o uso ou abuso dessas restituições, ainda que pareça piedade, é manifesta injustiça. De maneira que em vez de o ladrão restituir o que furtou no ofício, restitui-se o ladrão ao ofício, para que furte ainda mais! Não são essas as restituições pelas quais se perdoa o pecado, senão aquelas por que se condenam os restituídos, e também quem os restitui. Perca-se embora um homem já perdido, e não se percam os muitos que se podem perder, e perdem na confiança de semelhantes exemplos.

Suposto que este primeiro artigo dos meus embargos não pegou, passemos a outro. Os furtos deste homem foram tão leves, a quantidade tão limitada que o mesmo texto lhe não dá nome de furtos absolutamente, senão de quase furtos:

*Quasi dissipasset bona ipsius*.<sup>22</sup> Pois em um mundo, Senhor, e em um tempo em que se veem tolerados nos ofícios tantos ladrões, e premiados, que é mais, os

mais que ladrões, será bem que seja privado do seu ofício, e privado para sempre, um homem que só chega a ser quase ladrão? Sim, torna a dizer Cristo, para emenda dos mesmos tempos, e para que conheça o mesmo mundo quanto errado vai. Assim como nas matérias do sexto mandamento teologicamente não há mínimos, assim os deve não haver politicamente nas matérias do sétimo; porque quem furtou e se desonrou no pouco, muito mais facilmente o fará no muito. E senão vede-os nesse mesmo quase ladrão. Tanto que se viu notificado para não servir o ofício, ainda teve traça para se servir dele e furtar mais do que tinha furtado. Manda chamar muito à pressa os rendeiros, rompe os escritos das dívidas, faz outros de novo com antedatas, a uns diminui metade, a outros a quinta parte, e por este modo roubando ao tempo os dias, às escrituras a verdade, e ao amo o dinheiro, aquele que só tinha sido quase ladrão, enquanto encartado no ofício, com a opinião que só tinha de o ter, foi mais que ladrão depois. Aqui acabei de entender a ênfase com que disse a Pastora dos Cantares: *Tulerunt pallium meum mihi*:<sup>23</sup> tomaram-me a minha capa a mim: porque se pode roubar a capa a um homem, tomando-a, não a ele, senão a outrem. Assim o fez a astúcia deste ladrão, que roubou o dinheiro a seu amo, tomando-o, não a ele, senão aos que lho deviam. De sorte que o que dantes era um ladrão, depois foi muitos ladrões, não se contentando de o ser ele só, senão de fazer a outros. Mas vá ele muito embora ao Inferno, e vão os outros com ele; e os príncipes imitem ao senhor, que se livrou de ir também, com o privar do ofício tão prontamente.

x

Esta doutrina em geral, pois é de Cristo, nenhum entendimento cristão haverá que a não venere. Haverá, porém, algum político tão especulativo que a queira limitar a certo gênero de sujeitos, e que funde as exceções no mesmo texto. O sujeito, em que se faz esta execução, chama-lhe o texto, vilico; logo em pessoas vis, ou de inferior condição, será bem que se executem estes e semelhantes rigores, e não em outras de diferente suposição, com as quais por sua qualidade, e outras dependências, é lícito e conveniente que os reis dissimulem. Oh como está o Inferno cheio dos que com estas, e outras interpretações, por adular os grandes e os supremos, não reparam em os condenar! Mas para que não creiam a adultores, creiam a Deus e ouçam. Revelou Deus a Josué que se tinha cometido um furto nos despojos de Jericó, depois de lho ter bem custosamente significado com o infelice sucesso do seu exército; e mandou-lhe que descoberto o ladrão, fosse queimado. Fez-se diligência exata, e achou-se que um chamado Acã tinha furtado uma capa de grã, uma regra de ouro e algumas moedas de prata, que tudo não valia cem cruzados. Mas quem era este Acã? Era porventura algum homem vil, ou algum soldadinho da fortuna, desconhecido, e nascido das ervas? Não era menos que do sangue real de Judá, e por linha masculina quarto

neto seu. Pois uma pessoa de tão alta qualidade, que ninguém era ilustre em todo Israel, senão pelo parentesco que tinha com ele, há de morrer queimado por ladrão? E por um furto que hoje seria venial, há de ficar afrontada para sempre uma casa tão ilustre? Vós direis que era bem se dissimulasse; mas Deus, que o entende melhor que vós, julgou que não. Em matéria de furtar não há exceção de pessoas, e quem se abateu a tais vilezas, perdeu todos os foros. Executou-se com efeito a lei, foi justicado e queimado Acã, ficou o povo ensinado com o exemplo, e ele foi venturoso no mesmo castigo, porque, como notam graves autores, comutou-lhe Deus aquele fogo temporal pelo que havia de padecer no Inferno: felicidade que impedem aos ladrões os que dissimulam com eles.

E quanto à dissimulação, que se diz devem ter os reis com pessoas de grande suposição, de quem talvez depende a conservação do bem público, e são mui necessárias a seu serviço, respondo com distinção. Quando o delito é digno de morte, pode-se dissimular o castigo, e conceder-se às tais pessoas a vida; mas quando o caso é de furto, não se lhes pode dissimular a ocasião, mas logo devem ser privadas do posto. Ambas estas circunstâncias concorreram no crime de Adão. Pôs-lhe Deus preceito que não comesse da árvore vedada sob pena de que morreria no mesmo dia: *In quocumque die comederis, morte morieris*.<sup>24</sup> Não guardou Adão o preceito, roubou o fruto e ficou sujeito, *ipso facto*, à pena de morte. Mas que fez Deus neste caso? Lançou-o logo do Paraíso, e concedeu-lhe a vida por muitos anos. Pois se Deus o lançou do Paraíso pelo furto que tinha cometido, por que não executou também nele a pena de morte, a que ficou sujeito? Porque da vida de Adão dependia a conservação e propagação do mundo; e quando as pessoas são de tanta importância, e tão necessárias ao bem público, justo é que ainda que mereçam a morte, se lhes permita e conceda a vida. Porém se juntamente são ladrões, de nenhum modo se pode consentir, nem dissimular que continuem no posto e lugar onde o foram, para que não continuem a o ser. Assim o fez Deus, e assim o disse. Pôs um querubim com uma espada de fogo à porta do Paraíso, com ordem que de nenhum modo deixasse entrar a Adão. E por quê? Porque assim como tinha furtado da árvore da ciência, não furtasse também da árvore da vida: *Ne forte mittat manum suam, et sumat etiam de ligno vitae*.<sup>25</sup> Quem foi mau uma vez, presume o direito que o será outras, e que o será sempre. Saia pois Adão do lugar onde furtou, e não torne a entrar nele, para que não tenha ocasião de fazer outros furtos, como fez o primeiro. E notai que Adão, depois de ser privado do Paraíso, viveu novecentos e trinta anos. Pois a um homem castigado e arrependido, não lhe bastarão cem anos de privação do posto, não lhe bastarão duzentos ou trezentos? Não. Ainda que haja de viver novecentos anos, e houvesse de viver nove mil, uma vez que roubou, e é conhecido por ladrão, nunca mais deve ser restituído, nem há de entrar no mesmo posto.

Assim o fez Deus com o primeiro homem do mundo, e assim o devem executar com todos, os que estão em lugar de Deus. Mas que seria se não só vissemos os ladrões conservados nos lugares onde roubam, senão depois de roubarem promovidos a outros maiores? Acabaram-se aqui as Escrituras, porque não há nelas exemplo semelhante. De reis que mandassem conquistar inimigos, sim; mas de reis que mandassem governar vassallos, não se lê tal cousa. Os Assueros, os Nabucos, os Ciro, que dilatavam por armas os seus impérios, desta maneira premiavam os capitães, acrescentando em postos os que mais se sinalavam em destruir cidades, e acumular despojos, e daqui se faziam os Nabuzardões, os Holofernes, e outros flagelos do mundo. Porém os reis que tratam os vassallos como seus, e os Estados, posto que distantes, como fazenda própria e não alheia, lede o Evangelho, e vereis quais são os sujeitos, e quão úteis, a quem encomendam o governo deles.

Um rei, diz Cristo, Senhor nosso, fazendo ausência do seu reino à conquista de outro, encomendou a administração da sua fazenda a três criados. O primeiro acrescentou-a dez vezes mais do que era; e o rei depois de o louvar o promoveu ao governo de dez cidades: *Euge bone serve, quia in modico fuisti fidelis, eris potestatem habens super decem civitates.*<sup>26</sup> O segundo também acrescentou a parte que lhe coube cinco vezes mais; e com a mesma proporção o fez o rei, governador de cinco cidades: *Et tu esto super quinque civitates.*<sup>27</sup> De sorte que os que o rei acrescenta e deve acrescentar nos governos, segundo a doutrina de Cristo, são os que acrescentam a fazenda do mesmo rei, e não a sua. Mas vamos ao terceiro criado. Este tornou a entregar quanto o rei lhe tinha encomendado, sem diminuição alguma, mas também sem melhoramento; e no mesmo ponto sem mais réplica foi privado da administração: *Auferte ab illo manam.*<sup>28</sup> Oh que ditosos foram os nossos tempos, se as culpas por que este criado foi privado do officio, foram os serviços e merecimentos por que os de agora são acrescentados! Se o que não tomou um real para si, e deixou as cousas no estado em que lhas entregaram, merece privação do cargo, os que as deixam destruídas e perdidas, e tão diminuídas e desbaratadas, que já não têm semelhança do que foram, que merecem? Merecem que os despachem, que os acrescentem, e que lhes encarreguem outras maiores, para que também as consumam, e tudo se acabe. Eu cuidava que assim como Cristo introduziu na sua parábola dous criados, que acrescentaram a fazenda do rei, e um que a não acrescentou, assim havia de introduzir outro que a roubasse, com que ficava a divisão inteira. Mas não introduziu o divino Mestre tal criado; porque falava de um rei prudente e justo; e os que têm estas qualidades (como devem ter, sob pena de não serem reis) nem admitem em seu serviço, nem fiam a sua fazenda a sujeitos que lha possam

roubar: a algum que não lha acrescente, poderá ser, mas um só; porém a quem lhe roube, ou a sua, ou a dos vassallos (que não deve distinguir da sua) não é justo, nem rei, quem tal consente. E que seria se estes, depois de roubarem uma cidade, fossem promovidos ao governo de cinco; e depois de roubarem cinco, ao governo de dez?

Que mais havia de fazer um príncipe cristão, se fora como aqueles príncipes infiéis, de quem diz Isaías: *Principes tui infideles socii furum*.<sup>29</sup> Os príncipes de Jerusalém não são fiéis, senão infiéis, porque são companheiros dos ladrões. Pois saiba o profeta que há príncipes fiéis e cristãos, que ainda são mais miseráveis e mais infelices que estes. Porque um príncipe que entrasse em companhia com os ladrões: *Socii furum*, havia de ter também a sua parte no que se roubasse; mas estes estão tão fora de ter parte no que se rouba que eles são os primeiros e os mais roubados. Pois se são os roubados estes príncipes, como são ou podem ser companheiros dos mesmos ladrões: *Principes tui socii furum*? Será porventura porque talvez os que acompanham e assistem aos príncipes, são ladrões? Se assim fosse, não seria cousa nova. Antigamente os que assistiam ao lado dos príncipes chamavam-se *laterones*. E depois, corrompendo-se este vocábulo, como afirma Marco Varro, chamaram-se *latrones*. E que seria se assim como se corrompeu o vocábulo, se corrompessem também os que o mesmo vocábulo significa? Mas eu nem digo, nem cuido tal cousa. O que só digo e sei, por teologia certa, é, que em qualquer parte do mundo se pode verificar o que Isaías diz dos príncipes de Jerusalém: *Principes tui socii furum*: os teus príncipes são companheiros dos ladrões. E por quê? São companheiros dos ladrões, porque os dissimulam; são companheiros dos ladrões, porque os consentem; são companheiros dos ladrões, porque lhes dão os postos e os poderes; são companheiros dos ladrões, porque talvez os defendam; e são finalmente seus companheiros, porque os acompanham e hão de acompanhar ao Inferno, onde os mesmos ladrões os levam consigo.

Ouvi a ameaça e sentença de Deus contra estes tais: *Si videbas furem, currebas cum eo*.<sup>30</sup> o hebreu lê *concorrebas*; e tudo é porque há príncipes que correm com os ladrões e concorrem com eles. Correm com eles, porque os admitem à sua familiaridade e graça; e concorrem com eles, porque dando-lhe autoridade e jurisdições, concorrem para o que eles furtam. E a maior circunstância desta gravíssima culpa consiste no *Si videbas*. Se estes ladrões foram ocultos, e o que corre e concorre com eles não os conheceu, alguma desculpa tinha; mas se eles são ladrões públicos e conhecidos, se roubam sem reboço e a cara descoberta, se todos os veem roubar, e o mesmo que os consente e apoia, o está vendo: *Si videbas furem* que desculpa pode ter diante de Deus e do mundo? *Existimasti inique quod ero tui similis*.<sup>31</sup> Cuidas tu, ó injusto, diz Deus, que hei de ser semelhante a ti, e que assim como tu dissimulas com esses ladrões, hei eu de

dissimular contigo? Enganas-te: *Arguam te, et statuam contra faciem tuam*. Dessas mesmas ladroíces, que tu vês e consentes, hei de fazer um espelho em que te vejas; e quando vires que és tão réu de todos esses furtos, como os mesmos ladrões, porque os não impedes; e mais que os mesmos ladrões, porque tens obrigação jurada de os impedir, então conhecerás que tanto e mais justamente que a eles te condeno ao Inferno. Assim o declara com última e temerosa sentença a paráfrase caldaica do mesmo texto: *Arguam te in hoc saeculo, et ordinabo judicium Gehennae in futuro coram te*. Neste mundo arguirei a tua consciência, como agora a estou arguindo; e no outro mundo condenarei a tua alma ao Inferno, como se verá no dia do Juízo.

Grande lástima será naquele dia, senhores, ver como os ladrões levam consigo muitos reis ao Inferno: e para que esta sorte se troque em uns e outros, vejamos agora como os mesmos reis, se quiserem, podem levar consigo os ladrões ao Paraíso. Parecerá a alguém, pelo que fica dito, que será cousa muito dificultosa, e que se não pode conseguir sem grandes despesas; mas eu vos afirmo e mostrarei brevemente que é cousa muito fácil, e que sem nenhuma despesa de sua fazenda, antes com muitos aumentos dela, o podem fazer os reis. E de que modo? Com uma palavra; mas palavra de rei. Mandando que os mesmos ladrões, os quais não costumam restituir, restituam efetivamente tudo o que roubaram. Executando-o assim, salvar-se-ão os ladrões, e salvar-se-ão os reis. Os ladrões salvar-se-ão, porque restituirão o que têm roubado; e os reis salvar-se-ão também, porque restituindo os ladrões não terão eles obrigação de restituir. Pode haver ação mais justa, mais útil e mais necessária a todos? Só quem não tiver fé, nem consciência, nem juízo, o pode negar.

E porque os mesmos ladrões se não sintam de haverem de perder por este modo o fruto das suas indústrias, considerem que ainda que sejam tão maus como o mau ladrão, não só deviam abraçar e desejar esta execução, mas pedi-la aos mesmos reis. O bom ladrão pediu a Cristo, como a rei, que se lembrasse dele no seu reino; e o mau ladrão, que lhe pediu? *Si tu es Christus, salvum fac temetipsum, et nos.*<sup>32</sup> Se sois o rei prometido, como crê meu companheiro, salvai-Vos a Vós e a nós. Isto pediu o mau ladrão a Cristo, e o mesmo devem pedir todos os ladrões a seu rei, posto que sejam tão maus como o mau ladrão. Nem Vossa Majestade, Senhor, se pode salvar, nem nós nos podemos salvar sem restituir: nós não temos ânimo, nem valor para fazer a restituição, como nenhum a faz, nem na vida nem na morte: mande-a pois fazer executivamente Vossa Majestade, e por este modo, posto que para nós seja violento, salvar-se-á Vossa Majestade a si e mais a nós: *Salvum fac temetipsum, et nos*. Creio que nenhuma consciência haverá cristã que não aprove este meio. E para que não fique em

generalidade, que é o mesmo que no ar, desçamos à prática dele, e vejamos como se há de fazer. Queira Deus que se faça!

O que costumam furtar nestes ofícios e governos os ladrões, de que falamos, ou é a fazenda real, ou a dos particulares: e uma e outra têm obrigação de restituir depois de roubada, não só os ladrões que a roubaram, senão também os reis: ou seja porque dissimularam e consentiram os furtos, quando se faziam, ou somente (que isso basta) por serem sabedores deles depois de feitos. E aqui se deve advertir uma notável diferença (em que se não repara) entre a fazenda dos reis e a dos particulares. Os particulares se lhes roubam a sua fazenda, não só não são obrigados à restituição, antes terão nisso grande merecimento se o levarem com paciência, e podem perdoar o furto a quem os roubou. Os reis são de muito pior condição nesta parte, porque depois de roubados têm eles obrigação de restituir a própria fazenda roubada, nem podem renunciar a ela, ou perdoar aos que a roubaram. A razão da diferença é porque a fazenda do particular é sua, a do rei não é sua, senão da república. E assim como o depositário, ou tutor não pode alienar a fazenda que lhe está encomendada, e teria obrigação de a restituir, assim tem a mesma obrigação o rei que é tutor, e como depositário dos bens e erário da república, a qual seria obrigado a gravar com novos tributos, se deixasse alienar, ou perder as suas rendas ordinárias.

O modo pois com que as restituições da fazenda real se podem fazer facilmente, ensinou aos reis um monge, o qual assim como soube furtar, soube também restituir. Refere o caso Mayolo, Crantzio, e outros. Chamava-se o monge frei Teodorico; e porque era homem de grande inteligência e indústria, cometeu-lhe o imperador Carlos iv algumas negociações de importância, em que ele se aproveitou de maneira que competia em riquezas com os grandes senhores. Advertido o imperador, mandou-o chamar à sua presença, e disse-lhe que se aparelhasse para dar contas. Que faria o pobre, ou rico monge? Respondeu sem se assustar, que já estava aparelhado, que naquele mesmo ponto as daria, e disse assim: “Eu, César, entrei no serviço de Vossa Majestade com este hábito, e dez ou doze tostões na bolsa, da esmola das minhas missas; deixe-me Vossa Majestade o meu hábito, e os meus tostões; e tudo o mais que possuo, mande-o Vossa Majestade receber, que é seu, e tenho dado contas”. Com tanta facilidade como isto fez a sua restituição o monge; e ele ficou guardando os seus votos, e o imperador a sua fazenda. Reis e príncipes malservidos, se quereis salvar a alma, e recuperar a fazenda, introduzi sem exceção de pessoas as restituições de frei Teodorico. Saiba-se com que entrou cada um, o demais torne para donde saiu, e salvem-se todos.



ser pronta, nem tão exata, porque se tomou a fazenda a muitos, e a províncias inteiras. Mas como estes pescadores do alto usaram de redes varredouras, use-se também com eles das mesmas. Se trazem muito, como ordinariamente trazem, já se sabe que foi adquirido contra a lei de Deus, ou contra as leis, e regimentos reais, e por qualquer destas cabeças, ou por ambas, injustamente. Assim se tiram da Índia quinhentos mil cruzados, de Angola duzentos, do Brasil trezentos, e até do pobre Maranhão, mais do que vale todo ele. E que se há de fazer desta fazenda? Aplicá-la o rei à sua alma e às dos que a roubaram, para que umas e outras se salvem. Dos governadores que mandava a diversas províncias o imperador Maximino, se dizia com galante e bem apropriada semelhança que eram esponjas. A traça ou astúcia, com que usava destes instrumentos, era toda encaminhada a fartar a sede da sua cobiça. Porque eles, como esponjas, chupavam das províncias que governavam tudo quanto podiam; e o imperador, quando tornavam, espremia as esponjas, e tomava para o fisco real quanto tinham roubado, com que ele ficava rico e eles castigados. Uma cousa fazia mal este imperador, outra bem, e faltava-lhe a melhor. Em mandar governadores às províncias, homens que fossem esponjas, fazia mal: em espremer as esponjas quando tornavam, e ele confiscar o que traziam, fazia bem e justamente; mas faltava-lhe a melhor como injusto e tirano que era, porque tudo o que espremia das esponjas, não o havia de tomar para si, senão restitui-lo às mesmas províncias donde se tinha roubado. Isto é o que são obrigados a fazer em consciência os reis que se desejam salvar, e não cuidar que satisfazem ao zelo e obrigação da justiça com mandar prender em um castelo o que roubou a cidade, a província, o Estado. Que importa que por alguns dias, ou meses, se lhe dê esta sombra de castigo, se passados eles se vai lograr do que trouxe roubado, e os que padeceram os danos não são restituídos?

Há nesta, que parece justiça, um engano gravíssimo, com que nem o castigado, nem o que castiga, se livram da condenação eterna: e para que se entenda, ou queira entender este engano, é necessário que se declare. Quem tomou o alheio fica sujeito a duas satisfações: à pena da lei e à restituição do que tomou. Na pena pode dispensar o rei como legislador; na restituição não pode, porque é indispensável. E obra-se tanto pelo contrário, ainda quando se faz, ou se cuida que se faz justiça, que só se executa a pena, ou alguma parte da pena, e a restituição não lembra, nem se faz dela caso. Acabemos com São Tomás. Põe o santo doutor em questão: *Utrum sufficiat restituere simplum, quod injuste ablatum est?* Se para satisfazer à restituição basta restituir outro tanto quanto foi o que se tomou? E depois de resolver que basta, porque a restituição é ato de justiça, e a justiça consiste em igualdade, argumenta contra a mesma resolução com a lei do capítulo vinte e dous do Êxodo, em que Deus mandava que quem furtasse um boi, restituísse cinco: logo, ou não basta restituir tanto por tanto, senão muito mais do que se furtou; ou se basta, como está resoluto, de que modo se há de entender

esta lei? Há-se de entender, diz o santo, distinguindo na mesma lei duas partes; uma enquanto lei natural, pelo que pertence à restituição, e outra enquanto lei positiva, pelo que pertence à pena. A lei natural para guardar a igualdade do dano só manda que se restituia tanto por tanto: a lei positiva para castigar o crime do furto acrescentou em pena mais quatro tantos, e por isso manda pagar cinco por um. Há-se porém de advertir, acrescenta o santo doutor, que entre a restituição e a pena há uma grande diferença; porque à satisfação da pena não está obrigado o criminoso, antes da sentença; porém à restituição do que roubou, ainda que o não sentenciem, nem obriguem, sempre está obrigado. Daqui se vê claramente o manifesto engano ainda dessa pouca justiça, que poucas vezes se usa. Prende-se o que roubou e mete-se em livramento. Mas que se segue daí? O preso tanto que se livrou da pena do crime fica muito contente: o rei cuida que satisfaz à obrigação da justiça, e ainda se não tem feito nada, porque ambos ficam obrigados à restituição dos mesmos roubos, sob pena de se não poderem salvar; o réu porque não restituiu, e o rei porque o não faz restituir. Tire pois o rei executivamente a fazenda a todos os que a roubaram, e faça as restituições por si mesmo, pois eles a não fazem, nem hão de fazer, e deste modo (que não há, nem pode haver outro) em vez de os ladrões levarem os reis para o Inferno, como fazem, os reis levarão os ladrões ao Paraíso, como fez Cristo: *Hodie mecum eris in Paradiso*.

xiv

Tenho acabado, senhores, o meu discurso, e parece-me que demonstrado o que prometi, de que não estou arrependido. Se a alguém pareceu que me atrevi a dizer o que fora mais reverência calar, respondo com Santo Hilário: *Quae loqui non audemus, silere non possumus*. O que se não pode calar com boa consciência, ainda que seja com repugnância, é força que se diga. Ouvinte coroado era aquele a quem o Batista disse: *Non licet tibi*:<sup>33</sup> e coroado também, posto que não ouvinte, aquele a quem Cristo mandou dizer: *Dicite vulpi illi*:<sup>34</sup> Assim o fez animosamente Jeremias, porque era mandado por pregador, *Regibus Juda, et Principibus ejus*:<sup>35</sup> E se Isaías o tivera feito assim, não se arrependera depois, quando disse: *Vae mihi quia tacui*:<sup>36</sup> Os médicos dos reis com tanta e maior liberdade lhes devem receitar a eles o que importa à sua saúde e vida, como aos que curam nos hospitais. Nos particulares cura-se um homem, nos reis toda a república.

Resumindo pois o que tenho dito, nem os reis, nem os ladrões, nem os roubados, se podem molestar da doutrina que preguei, porque a todos está bem. Está bem aos roubados, porque ficarão restituídos do que tinham perdido; está bem aos reis, porque sem perda, antes com aumento da sua fazenda,

desencarregarão suas almas. E finalmente, os mesmos ladrões, que parecem os mais prejudicados, são os que mais interessam. Ou roubaram com tenção de restituir ou não: se com tenção de restituir, isso é o que eu lhes digo, e que o façam a tempo. Se o fizeram sem essa tenção, fizeram logo conta de ir ao Inferno, e não podem estar tão cegos, que não tenham por melhor ir ao Paraíso. Só lhes pode fazer medo haverem de ser despojados do que despojaram aos outros; mas assim como estes tiveram paciência por força, tenham-na eles com merecimento. Se os esmoleres compram o Céu com o próprio, por que se não contentarão os ladrões de o comprar com o alheio? A fazenda alheia e a própria toda se alija ao mar sem dor, no tempo da tempestade. E quem há que salvando-se do naufrágio a nado e despido, não mande pintar a sua boa fortuna, e a dedique aos altares com ação de graças? Toda a sua fazenda dará o homem de boa vontade, por salvar a vida, diz o Espírito Santo; e quanto de melhor vontade deve dar a fazenda que não é sua, por salvar, não a vida temporal, senão a eterna? O que está sentenciado à morte e à fogueira, não se teria por muito venturoso, se lhe aceitassem por partido a confiscação só dos bens? Considere-se cada um na hora da morte, e com o fogo do Inferno à vista, e verá se é bom partido o que lhe persuado. Se as vossas mãos e os vossos pés são causa de vossa condenação, cortai-os; e se os vossos olhos, arrancai-os, diz Cristo, porque melhor vos está ir ao Paraíso manco, aleijado e cego que com todos os membros inteiros ao Inferno. É isto verdade, ou não? Acabemos de ter fé, acabemos de crer que há Inferno, acabemos de entender que sem restituir ninguém se pode salvar. Vede, vede ainda humanamente o que perdeis, e por quê? Nesta restituição, ou forçosa, ou forçada, que não quereis fazer, que é o que dais, e o que deixais? O que dais, é o que não tínheis; o que deixais, o que não podeis levar convosco, e por isso vos perdeis. Nu entrei neste mundo, e nu hei de sair dele, dizia Jó; e assim saíram o bom e o mau ladrão. Pois se assim há de ser, queirais ou não queirais, despido por despido, não é melhor ir com o bom ladrão ao Paraíso que com o mau ao Inferno?

Rei dos reis, e Senhor dos senhores, que morrestes entre ladrões para pagar o furto do primeiro ladrão — e o primeiro a quem prometestes o Paraíso, foi outro ladrão —; para que os ladrões e os reis se salvem, ensinaí com Vosso exemplo, e inspirai com Vossa graça a todos os reis, que não elegendo, nem dissimulando, nem consentindo, nem aumentando ladrões, de tal maneira impeçam os furtos futuros, e façam restituir os passados, que em lugar de os ladrões os levarem consigo, como levam, ao Inferno, levem eles consigo os ladrões ao Paraíso, como vós fizestes hoje: *Hodie mecum eris in Paradiso.*

- [1](#) Lc 23.
- [2](#) Lc 23,42-3.
- [3](#) Jn 3,6.
- [4](#) Ex 22,3.
- [5](#) Lc 19,9.
- [6](#) Lc 19,2.
- [7](#) Lc 19, 5-6.
- [8](#) Lc 19,8.
- [9](#) *Divus Thom.*
- [10](#) Ez 22,27.
- [11](#) Pr 6,30.
- [12](#) Sl 68,5.
- [13](#) Gn 1,26.
- [14](#) Jo 10,1.
- [15](#) Jl 2,9.
- [16](#) Lc 12,39.
- [17](#) ITs 5,2.
- [18](#) Dn 3,2.
- [19](#) Rm 1,32.
- [20](#) Lc 16,1-2.
- [21](#) Lc 16,8.
- [22](#) Lc 16,1.
- [23](#) Ct 5,7.
- [24](#) Gn 2,17.
- [25](#) Gn 3,22.
- [26](#) Lc 19,17.
- [27](#) Lc 19,19.
- [28](#) Lc 19,24.
- [29](#) Is 1,23.
- [30](#) Sl 40,18.
- [31](#) Sl 49,21.
- [32](#) Lc 23,39.
- [33](#) Mc 6,18.
- [34](#) Lc 13,32.
- [35](#) Jr 1,18.
- [36](#) Is 6,5.

Parece-me que tenho provado a minha razão e a consequência dela. Se a quereis ver praticada em próprios termos, sou contente. Praticaram este desengano dois homens que sabiam mais de nós que nós: Abraão e Jó. Jó com outro *Memento* como o nosso dizia a Deus: *Memento quae so, quod sicut lutum feceris me, et in pulverem deduces me.*<sup>1</sup> Lembrai-Vos, Senhor, que me fizestes de pó, e que em pó me haveis de tornar. Abraão pedindo licença, ou atrevimento para falar a Deus: *Loquar ad Dominum cum sim pulvis et cinis.*<sup>2</sup> Falar-Vos-ei, Senhor, ainda que sou pó, e cinza. Já vedes a diferença dos termos, que não pode ser maior, nem também mais natural ao nosso intento. Jó diz que foi pó e há de ser pó; Abraão não diz que foi nem que há de ser, senão que já é pó: *Cum sim pulvis et cinis.* Se um destes homens fora morto e outro vivo, falavam muito propriamente, porque todo vivo pode dizer: eu fui pó, e hei de ser pó: e um morto se falara, havia de dizer: eu já sou pó. Mas Abraão, que disse isto, não estava morto, senão vivo como Jó: e Abraão e Jó não eram de diferente metal, nem de diferente natureza. Pois se ambos eram da mesma natureza, e ambos estavam vivos, como diz um que já é pó, e outro não diz que o é, senão que o foi, e que o há de ser? Por isso mesmo. Porque Jó foi pó, e há de ser pó, por isso Abraão é pó. Em Jó falou a morte, em Abraão a vida, em ambos a natureza. Um descreveu-se pelo passado e pelo futuro, o outro definiu-se pelo presente: um reconheceu o efeito, o outro considerou a causa: um disse o que era, o outro declarou o porquê. Porque Jó, e Abraão, e qualquer outro homem, foi pó e há de ser pó; por isso já é pó. Fostes pó e haveis de ser pó como Jó? Pois já sois pó como Abraão: *Cum sim pulvis, et cinis.*

Tudo temos no nosso texto, se bem se considera, porque as segundas palavras dele não só contêm a declaração, senão também a razão das primeiras: *Pulvis es:* sois pó: E por quê? Porque *in pulverem reverteris;* porque fostes pó, e haveis de tornar a ser pó. Esta é a força da palavra *reverteris*, a qual não só significa o pó que havemos de ser, senão também o pó que fomos. Por isso não diz: *converteris:* converter-vos-eis em pó, senão: *reverteris;* tornareis a ser o pó que fostes. Quando dizemos que os mortos se convertem em pó, falamos impropriamente, porque aquilo não é conversão, é reversão: *reverteris;* é tornar a ser na morte o

pó que fomos no nascimento: é tornar a ser na sepultura o pó que fomos no campo Damasceno. E porque fomos pó e havemos de tornar a ser pó: *in pulverem reverteris*; por isso já somos pó: *Pulvis es*. Não é exposição minha, senão formalidade do mesmo texto, com que Deus pronunciou a sentença de morte contra Adão: *Donec reverteris in terram, de qua sumptus es; quia pulvis es*.<sup>3</sup> Até que tornes a ser a terra de que fostes formado, porque és pó. De maneira que a razão e o porquê de sermos pó: *Quia pulvis es*, é porque fomos pó e havemos de tornar a ser pó: *Donec reverteris in terram, de qua sumptus es*.

Só parece que se pode opor ou dizer em contrário que aquele *donec* — até que — significa tempo em meio entre o pó que somos e o pó que havemos de ser, e que neste meio-tempo não somos pó. Mas a mesma verdade divina que disse: *donec*, disse também *pulvis es*. E a razão desta consequência está no *reverteris*; porque a reversão com que tornamos a ser o pó que fomos começa circularmente não do último, senão do primeiro ponto da vida. Notai. Esta nossa chamada vida não é mais que um círculo que fazemos de pó a pó: do pó que fomos ao pó que havemos de ser. Uns fazem o círculo maior, outros menor, outros ainda menor, outros mínimo: *de utero translatus ad tumulum*.<sup>4</sup> mas ou o caminho seja largo, ou breve, ou brevíssimo; como é círculo de pó a pó, sempre e em qualquer tempo da vida somos pó. Quem vai circularmente de um ponto para o mesmo ponto, quanto mais se aparta dele, tanto mais se chega para ele: e quem, quanto mais se aparta, mais se chega, não se aparta. O pó que foi nosso princípio, esse mesmo e não outro é o nosso fim, e porque caminhamos circularmente deste pó para este pó, quanto mais parece que nos apartamos dele, tanto mais nos chegamos para ele: o passo que nos aparta, esse mesmo nos chega; o dia que faz a vida, esse mesmo a desfaz; e como esta roda que anda e desanda juntamente, sempre nos vai moendo, sempre somos pó. Por isso quando Deus intimou a Adão a reversão ou resolução deste círculo: *donec reverteris*: das premissas: pó fostes e pó serás, tirou por consequência, pó és: *Quia pulvis es*. Assim que desde o primeiro instante da vida até ao último nos devemos persuadir e assentar conosco que não só fomos e havemos de ser pó, senão que já o somos, e por isso mesmo. Foste pó e hás de ser pó? És pó: *pulvis es*.

Ora suposto que já somos pó, e não pode deixar de ser, pois Deus o disse: perguntar-me-eis, e com muita razão, em que nos distinguimos logo os vivos dos mortos? Os mortos são pó, nós também somos pó; em que nos distinguimos uns dos outros? Distinguímo-nos os vivos dos mortos, assim como se distingue o pó do pó. Os vivos são pó levantado, os mortos são pó caído; os vivos são pó que anda, os mortos são pó que jaz. *Hic jacet*. Estão essas praças no verão cobertas de pó:

dá um pé de vento, levanta-se o pó no ar, e que faz? O que fazem os vivos, e muitos vivos. Não aquietam o pó, nem pode estar queado; anda, corre, voa; entra por esta rua, sai por aquela; já vai adiante, já torna atrás; tudo enche, tudo cobre, tudo envolve, tudo perturba, tudo toma, tudo cega, tudo penetra; em tudo e por tudo se mete, sem aquietar nem sossegar um momento, enquanto o vento dura. Acalma o vento: cai o pó, e onde o vento parou, ali fica; ou dentro de casa, ou na rua, ou em cima de um telhado, ou no mar, ou no rio, ou no monte, ou na campanha. Não é assim? Assim é. E que pó, e que vento é este? O pó somos nós: *Qui pulvis*

*es*: o vento é a nossa vida: *Quia ventus est vita mea*.<sup>5</sup> Deu o vento, levantou-se o pó: parou o vento, caiu. Deu o vento, eis o pó levantado; estes são os vivos. Parou o vento, eis o pó caído; estes são os mortos. Os vivos pó, os mortos pó; os vivos pó levantado, os mortos pó caído; os vivos pó com vento, e por isso vãos; os mortos pó sem vento, e por isso sem vaidade. Esta é a distinção, e não há outra.

Nem cuide alguém que é isto metáfora ou comparação, senão realidade experimentada e certa. Formou Deus de pó aquela primeira estátua, que depois se chamou corpo de Adão. Assim o diz o texto original: *Formavit Deus hominem de pulvere terrae*.<sup>6</sup> A figura era humana, e muito primorosamente delineada; mas a substância, ou a matéria não era mais que pó. A cabeça pó, o peito pó, os braços pó, os olhos, a boca, a língua, o coração, tudo pó. Chega-se pois Deus à estátua, e que fez? *Inspiravit in fatiem ejus*.<sup>7</sup> Assoprou-a. E tanto que o vento do assopro deu no pó: *Et factus est homo in animam viventem*, eis o pó levantado e vivo; já é homem, já se chama Adão. Ah pó, se aquietaras e pararas aí? Mas pó assoprado, e com vento, como havia de aquietar? Ei-lo abaixo, ei-lo acima, e tanto acima, e tanto abaixo; dando uma tão grande volta, e tantas voltas. Já senhor do universo, já escravo de si mesmo, já só, já acompanhado, já nu, já vestido, já coberto de folhas, já de peles, já tentado, já vencido, já homiziado, já desterrado, já pecador, já penitente; e para maior penitência pai; chorando os filhos, lavrando a terra, recolhendo espinhos por frutos, suando, trabalhando, lidando, fatigando, com tantos vaivéns do gosto e da fortuna, sempre em uma roda-viva. Assim andou levantado o pó enquanto durou o vento. O vento durou muito, porque naquele tempo eram mais largas as vidas; mas alfim parou. E que lhe sucedeu no mesmo ponto a Adão? O que sucede ao pó. Assim como o vento o levantou e o sustinha, tanto que o vento parou, caiu. Pó levantado, Adão vivo; pó caído, Adão morto: *Et mortuus est*.

Este foi o primeiro pó, e o primeiro vivo, e o primeiro condenado à morte; e esta é a diferença que há de vivos a mortos, e de pó a pó. Por isso na Escritura o morrer se chama cair, e o viver levantar-se. O morrer cair: *Vos autem sicut homines moriemini, et sicut unus de Principibus cadetis*.<sup>8</sup> O viver levantar-se: *Adolescens tibi dico surge*.<sup>9</sup> Se levantados, vivos; se caídos, mortos; mas ou caídos ou levantados, ou mortos ou vivos, pó; os levantados pó da vida, os mortos

pó da morte. Assim o entendeu e notou Davi, e esta é a distinção que fez quando disse *In pulverem mortis deduxisti me*. Levastes-me, Senhor, ao pó da morte. Não bastava dizer: *In pulverem deduxisti me*: assim como: *In pulverem reverteris?* Sim, bastava; mas disse com maior energia: *In pulverem mortis*: ao pó da morte; porque há pó da morte, e pó da vida: os vivos que andamos em pé, somos o pó da vida: *Pulvis es*; os mortos que jazem na sepultura, são o pó da morte: *In pulverem reverteris*.

\* Trecho selecionado pelo organizador. (n. e.)

1 Jó 10,9.

2 Gn 18,27.

3 Gn 3,19.

4 Jó 10,19.

5 Jó 7,7.

6 Gn 2,7.

7 Gn 2,7.

8 Sl 81,7.

9 Lc 7,14.



*Josias autem genuit Jechoniam, et fratres ejus in transmigratione Babylonis. Et post transmigrationem Babylonis, Jechonias genuit Salathiel.*<sup>1</sup>

i

Uma das grandes cousas que se veem hoje no mundo, e nós pelo costume de cada dia não admiramos, é a transmigração imensa de gentes e nações etíopes, que da África continuamente estão passando a esta América. A armada de Eneias, disse o príncipe dos poetas, que levava Troia a Itália: *Illium in Italiam portans*: e das naus, que dos portos do mar Atlântico estão sucessivamente entrando nestes nossos, com maior razão podemos dizer, que trazem a Etiópia ao Brasil. Entra por esta barra um cardume monstruoso de baleias, salvando com tiros e fumos de água as nossas fortalezas, e cada uma pare um baleato: entra uma nau de Angola, e desova no mesmo dia quinhentos, seiscentos e talvez mil escravos. Os israelitas atravessaram o mar Vermelho, e passaram da África à Ásia, fugindo do cativoiro; estes atravessam o mar oceano na sua maior largura, e passam da mesma África à América e para viver e morrer cativos. *Infelix genus hominum* (disse bem deles Mafeu) *et ad servitatem natum*. Os outros nascem para viver, estes para servir. Nas outras terras do que aram os homens, e do que fiam e tecem as mulheres, se fazem os comércios: naquela o que geram os pais e o que criam a seus peitos as mães, é o que se vende, e se compra. Oh trato desumano, em que a mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das almas alheias, e os riscos das próprias!

Já se depois de chegados olharmos para estes miseráveis, e para os que se chamam seus senhores: o que se viu nos dous estados de Jó, é o que aqui representa a fortuna, pondo juntas a felicidade e a miséria no mesmo teatro. Os senhores poucos, e os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despídos e nus; os senhores banqueteando, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para o açoute, como estátuas da soberba e da tirania,

os escravos prostrados com as mãos atadas atrás como imagens vilíssimas da servidão, e espetáculos da extrema miséria. Oh Deus! Quantas graças devemos à fé, que nos destes, porque ela só nos cativa o entendimento, para que à vista destas desigualdades, reconheçamos contudo Vossa justiça e providência. Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo? Estes corpos não nascem e morrem, como os nossos? Não respiram com o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os aquece o mesmo Sol? Que estrela é logo aquela que os domina, tão triste, tão inimiga, tão cruel?

E se as influências da sua estrela são tão contrárias e nocivas, como se não comunicam ao menos aos trabalhos de suas mãos, e como a maldição de Adão, às terras que cultivam? Quem pudera cuidar que as plantas regadas com tanto sangue inocente houvessem de medrar, nem crescer e não produzir, senão espinhos e abrolhos? Mas são tão copiosas as bênçãos de doçura, que sobre elas derrama o Céu; que as mesmas plantas são o fruto, e o fruto tão precioso, abundante e suave, que ele só carrega grandes frotas, ele enriquece de tesouros o Brasil, e enche de delícias o mundo. Algum grande mistério se encerra logo nesta transmigração: e mais se notarmos ser tão singularmente favorecida e assistida de Deus, que não havendo em todo o oceano navegação sem perigo e contrariedade de ventos, só a que tira de suas pátrias a estas gentes e as traz ao exercício do cativo, é sempre com vento à popa, e sem mudar vela.

Estas são as considerações que eu faço, e era bem que fizessem todos, sobre os juízos ocultos desta tão notável transmigração, e seus efeitos. Não há escravo no Brasil, e mais quando vejo os mais miseráveis, que não seja matéria para mim de uma profunda meditação. Comparo o presente com o futuro, o tempo com a eternidade, o que vejo com o que creio, e não posso entender que Deus que criou estes homens tanto à sua imagem e semelhança, como os demais, os predestinasse para dous infernos um nesta vida, outro na outra. Mas quando hoje os vejo tão devotos e festivos diante dos altares da Senhora do Rosário, todos irmãos entre si, como filhos da mesma Senhora; já me persuado sem dúvida que o cativo da primeira transmigração é ordenado por sua misericórdia para a liberdade da segunda.

De duas transmigrações faz menção o nosso Evangelho: uma em que foram levados os filhos de Israel da sua pátria para o cativo de Babilônia: *In transmigracionem Babylonis*<sup>2</sup> e outra, em que foram trazidos do cativo de Babilônia para a sua pátria: *Et post transmigracionem Babylonis*<sup>3</sup> A primeira transmigração, e do cativo, durou setenta anos: a segunda, e da liberdade, não teve fim, porque chegou até Cristo. E como ordenou Deus a primeira transmigração para a segunda? Assim como ordenou que de Josias nascesse Jecônias: *Josias autem genuit Jechoniam, et fratres ejus*<sup>4</sup> Em todo este

Evangelho, quando ele historialmente diz que um patriarca gerou outro patriarca, quer dizer no sentido místico, que da significação do nome do pai nasceu a significação do nome do filho. Baste por exemplo o primeiro, que se nomeia no mesmo Evangelho, que é Davi. Davi, diz a série das mesmas gerações, que gerou a Salomão: *David autem rex genuit Salomonem*.<sup>5</sup> E que quer dizer, que Davi gerou a Salomão? Davi significa o guerreiro, Salomão significa o pacífico: e nascer Salomão de Davi quer dizer que da guerra havia de nascer a paz: e assim foi. Do mesmo modo diz o Evangelho, que Josias gerou a Jeconias no cativeiro de Babilônia: *Josias autem genuit Jechoniam in transmigratione Babylonis*. Saibamos agora qual é a significação destes dous nomes, Josias do pai, e Jeconias do filho. Josias significa *ignis Domini*, o fogo de Deus: Jeconias significa *praeparatio Domini*, a preparação de Deus. Diz pois o texto, ou quer dizer, que na transmigração de Babilônia o fogo de Deus gerou a preparação de Deus. Por quê? Porque o fogo queima e alumia: e no cativeiro de Babilônia não só queimou Deus e castigou os israelitas, mas também os alumiou: e porque os castigou e alumiou no cativeiro da primeira transmigração: *In transmigratione Babylonis*: por isso, e com isso, os dispôs e preparou para a liberdade da segunda: *Et post transmigrationem Babylonem*.

Eis aqui, irmãos do Rosário pretos (que só em vós se verificam estas significações), eis aqui o vosso presente estado, e a esperança que ele vos dá do futuro: *Josias autem genuit Jechoniam et fratres ejus*. Vós sois os irmãos da preparação de Deus, e os filhos do fogo de Deus. Filhos do fogo de Deus na transmigração presente do cativeiro, porque o fogo de Deus neste estado vos imprimiu a marca de cativos: e posto que esta seja de opressão, também como fogo vos alumiou juntamente, porque vos trouxe à luz da fé, e conhecimento dos mistérios de Cristo, que são os que professais no Rosário. Mas neste mesmo estado da primeira transmigração, que é a do cativeiro temporal vos estão Deus, e sua Santíssima Mãe, dispondo e preparando para a segunda transmigração, que é a da liberdade eterna. Isto é o que vos hei de pregar hoje para vossa consolação. E reduzido a poucas palavras, será este o meu assunto: que a vossa irmandade da Senhora do Rosário vos promete a todos uma carta de alforria: com que não só gozeis a liberdade eterna na segunda transmigração da outra vida; mas também vos livres nesta do maior cativeiro da primeira. Em lugar das alvíssaras, que vos devera pedir por esta boa nova, vos peço me ajudeis a alcançar a graça com que vos possa persuadir a verdade dela. *Ave Maria* etc.

Enquanto desterrados filhos de Eva, todos temos, ou nos espera uma universal transmigração, que é de Babilônia para Jerusalém, e do desterro deste mundo para a pátria do Céu. Vós porém que viestes, ou fostes trazidos das vossas pátrias

para estes desterrados; além da segunda e universal transmigração, tendes outra, que é a da Babilônia, em que mais ou menos moderada, continuais o vosso cativeiro. E para que saibais como vos deveis portar nele, e não sejais vós mesmos os que o acrescenteis; vos quero, primeiro que tudo, explicar qual ele é, e em que consiste. Procurarei que seja com tal clareza, que todos me entendais. Mas quando assim não suceda (porque a matéria pede maior capacidade da que podeis ter todos) ao menos, como dizia Santo Agostinho na vossa África, contentar-me-ei que me entendam vossos senhores e senhoras: para que eles mais devagar vos ensinem, o que a vós e também a eles muito importa saber.

Sabei pois, todos os que sois chamados escravos, que não é escravo tudo o que sois. Todo homem é composto de corpo e alma; mas o que é e se chama escravo, não é todo o homem, senão só ametade dele. Até os gentios que tinham pouco conhecimento das almas, conheceram esta verdade e fizeram esta distinção.

Homero, referido por Clemente Alexandrino, diz assim: *Altitonans Jupiter viro, quem alii servire necesse est, aufert dimidium*.<sup>6</sup> Quer dizer que aqueles homens a quem Júpiter fez escravos, os partiu pelo meio e não lhe deixou mais que uma ametade que fosse sua; porque a outra ametade é do senhor a quem servem. E qual é esta ametade escrava e que tem senhor, ao qual é obrigada a servir? Não há dúvida que é a ametade mais vil, o corpo. Excelentemente Sêneca: *Errat, si quis existimat servitutem in totum hominem descendere: pars melior ejus excepta est*.<sup>7</sup> Quem cuida que o que se chama escravo, é o homem todo, erra e não sabe

o que diz a melhor parte do homem, que é a alma, é isenta de todo o domínio alheio, e não pode ser cativa. O corpo, e somente o corpo, sim: *Corpus itaque est, quod domino fortuna tradidit. Hoc emit, hoc vendit: interior illa pars mancipio dari non potest*. Só o corpo do escravo (diz o grande filósofo) é o que deu a fortuna ao senhor: este comprou, e este é o que pode vender. E nota sapientíssimamente que o domínio que tem sobre o corpo, não lho deu a natureza senão a fortuna: *Quod domino fortuna tradidit*; porque a natureza como mãe, desde o rei ao escravo, a todos fez iguais, a todos livres. Falando São Paulo dos escravos e com escravos, diz que obedçam aos senhores carnis: *Obedite dominis carnalibus*.<sup>8</sup> E que senhores carnis são estes? Todos os intérpretes declaram que são os senhores temporais como os vossos, aos quais servis por todo o tempo da vida: e chama-lhe o apóstolo senhores carnis: porque o escravo, como qualquer outro homem, é composto de carne e espírito, e o domínio do senhor sobre o escravo só tem jurisdição sobre a carne, que é o corpo, e não se estende ao espírito, que é a alma.

Esta é a razão por que os escravos entre os gregos se chamavam corpos. Assim o refere Santo Epifânio, e que o uso comum de falar entre eles era, não que tal ou tal senhor tinha tantos escravos, senão que tinha tantos corpos. O mesmo diz Sêneca, que se usava entre os romanos. E é erudição que ele ensina a

seu discípulo Lucílio: porque ainda que a notícia dos vocábulos seja de todos, saber a origem deles é só dos que sabem as cousas e mais as causas: *Quando quidem dominium corporibus dominatur, et non animis, propterea servos corpora vocaverunt, ut usum corporum ostenderent.*<sup>9</sup> Sabes, Lucílio, por que os nossos maiores chamaram aos escravos corpos? Porque o domínio de um homem sobre outro homem só pode ser no corpo e não na alma. Mas não é necessário ir tão longe como a Roma e à Grécia. Pergunto: neste vosso mesmo Brasil quando quereis dizer que fulano tem muitos ou poucos escravos, por que dizeis que tem tantas ou tantas peças? Porque os primeiros que lhes puseram este nome, quiseram significar, sábia e cristãmente, que a sujeição que o escravo tem ao senhor, e o domínio que o senhor tem sobre o escravo, só consiste no corpo. Os homens não são feitos de uma só peça, como os anjos e os brutos. Os anjos e os brutos (para que nos expliquemos assim) são inteiriços; o anjo, porque todo é espírito; o bruto, porque todo é corpo. O homem não. É feito de duas peças, alma e corpo. E porque o senhor do escravo só é senhor de uma destas peças, e a capaz de domínio, que é o corpo; por isso chamais aos vossos escravos peças. E se esta derivação vos não contenta: digamos que chamais peças aos vossos escravos, assim como dizemos uma peça de ouro, uma peça de prata, uma peça de seda, ou de qualquer outra coisa das que não têm alma. E por este modo ainda fica mais claramente provado que o nome de peça não compreende a alma do escravo, e somente se entende e se estende a significar o corpo. Este é o que só se cativa, este o que só se compra e vende, este o que só tem debaixo de sua jurisdição a fortuna, e este enfim o que levou de Jerusalém a Babilônia a transmigração dos filhos de Israel, e este o que traz da Etiópia ao Brasil a transmigração dos que aqui se chamam escravos, e aqui continuam seu cativo.

iii

De maneira, irmãos pretos, que o cativo que padeceis, por mais duro e áspero que seja, ou vos pareça, não é cativo total, ou de tudo o que sois, senão meio cativo. Sois cativos naquela ametade exterior e mais vil de vós mesmos, que é o corpo; porém na outra ametade interior e nobilíssima, que é a alma, principalmente no que a ela pertence, não sois cativos, mas livres. E suposto este primeiro ponto, segue-se agora que saibais o segundo, e muito mais importante, e que eu vos declare, se essa parte ou ametade livre, que é a alma, pode também por algum modo ser cativa, e quem a pode cativar. Digo pois que também a vossa alma, como as dos mais, pode ser cativa: e quem a pode cativar, não são vossos senhores, nem o mesmo rei, nem outro algum poder humano, senão vós mesmos, e por vossa livre vontade. Ditosos de vós aqueles que de tal modo se compuseram com a sorte do seu meio cativo, que se sirvam da sua própria servidão, e se saibam aproveitar do que nela, e com ela, podem merecer! Mas o

mal e a miséria, que totalmente vos fará miseráveis, é que fazendo-vos a vossa fortuna cativos só no corpo, vós muito por vossa vontade cativéis também a alma. Dous casos notáveis se viram na transmigração de Babilônia. Houve uns daqueles cativos e desterrados que tendo licença e liberdade para tornar para a pátria, quiseram antes ficar no seu cativoiro: e houve outros e quase todos que sendo aquele cativoiro só do corpo, eles se não contentaram com ser meio cativos, mas para o ser inteira e totalmente, cativaram também as almas. Com grande fundamento se pode pôr em questão: se para a natureza humana se sujeitar e precipitar aos vícios, é maior tentação a liberdade ou o cativoiro? O certo é que nesta mesma ocasião mostrou por experiência o cativoiro, não só ter maiores forças para tentar, senão também para vencer. Porque entre todos os cativos que foram muitos mil, só um Tobias se achou que não cativasse a sua alma. Assim o diz e celebra dele por grande maravilha a Escritura Sagrada: *In captivitate tamen positus, viam veritatis non deseruit.*<sup>10</sup> Tão ordinária e universal miséria é que os meus cativos não sejam só cativos de meias, senão totalmente, e em uma e outra ametade cativos: cativos no corpo, e cativos juntamente na alma.

E se me perguntardes, como deveis perguntar, de que modo se cativam as almas; quem são os que as vendem, e a quem as vendem, e por que preço? Respondo que os que as vendem, é cada um a sua: a quem as vendem, é ao Demônio: o preço por que as vendem, é o pecado. E porque a alma é invisível, e o Demônio também invisível, e estas vendas não se veem: para que não cuideis que são encarecimentos e modos de falar, senão verdades de fé, sabeis que assim está definido por Deus, e repetido muitas vezes em todas as Escrituras Sagradas. São Paulo, aquele grande apóstolo, que foi levado em vida ao Céu, e depois tornou do Céu à Terra, para ensinar aos homens o que lá vira e aprendera, falando desta venda da alma diz assim: *Lex spiritualis est. Ego autem carnalis sum, venundatus sub peccato.*<sup>11</sup> Sabeis, diz São Paulo, como os homens vendem a sua alma? Ouvi-me com atenção, eu vo-lo direi: *Lex spiritualis est:* a lei é espiritual: *Ego autem carnalis sum:* e o homem é carnal. A lei é espiritual; porque ordena o que convém ao espírito e à alma: o homem é carnal; porque naturalmente apetece o que pede a carne e o corpo. Da parte da lei está Deus mandando que seja obedecido, e prometendo que aos que a guardarem dará depois o Céu: da parte da carne está o Demônio aconselhando que se não guarde a lei, e prometendo ao homem que logo e de contado, lhe dará o gosto ou interesse, que pede o seu apetite. Posta pois a alma como em leilão, entre Deus e o Demônio, entre a lei e o pecado: que faz a vontade e o livre alvedrio, que é o senhor de todas nossas ações e resoluções? Em vez de receber o lanço de Deus, aceita o do Demônio, e tanto que consentindo no pecado, ficou a alma cativa, e rematada a venda: *Venundatus sub peccato.* É o que diz Santo Agostinho na exposição deste mesmo texto: *Unusquisque peccando animam suam Diabolo vendit, accepta, tanquam pretio, dulcedine temporalis voluptatis.* A primeira

venda, e o primeiro leilão de almas que se fez neste mundo, foi no Paraíso terreal. De uma parte estava Deus, mandando que se não comesse da fruta vedada: da outra parte estava a serpente instigando que se comesse: E que sucedeu? Eva, que representava a carne, inclinou à parte do Demônio; e porque Adão, que fazia as partes do alvedrio, em vez de obedecer ao preceito de Deus, seguiu o apetite da carne; ali ficaram vendidas ao Demônio as duas primeiras almas, e dali trouxe a sua origem a venda das demais.

Dizei-me, brancos e pretos, não condenamos todos a Adão e Eva? Não conhecemos que foram ignorantes e mais que ignorantes; loucos e mais que loucos; cegos e mais que cegos? Não somos nós os mesmos, que lhes lançamos pragas e maldições, pelo que fizeram? Pois por que fazemos o mesmo, e vendemos as nossas almas, como eles as venderam? Ouçam primeiro os brancos um exemplo em que vejam a sua deformidade, e logo mostraremos outro aos pretos, em que vejam a sua. De el-rei Acab afirma a história sagrada que foi o pior rei que houve entre todos os de Israel; porque pecando, e para pecar, se vendeu: *Non fuit alter talis sicut Achab, qui venundatus est, ut faceret malum.*<sup>12</sup> O mesmo lhe disse o profeta Elias na cara. Perguntou-lhe o rei: *Num invenisti me inimicum tibi?*<sup>13</sup> Porventura, Elias, achaste em mim alguma cousa, pela qual tenhas para ti, que sou teu inimigo? Sim, achei, respondeu o profeta: porque achei que és tal, que te vendes para ofender a Deus: *Inveni, eo quod venundatus sis, ut faceres malum in conspectu Domini.* Não se queixou Elias das ofensas que lhe tinha feito Acab, mas das que fazia contra Deus: nem se queixou de não ser o rei amigo do seu profeta, senão de que sendo rei, se vendia e fazia escravo: *Eo quod venundatus sis, ut faceres malum.*

E que males e pecados eram aqueles em que Acab se vendia? Dous principalmente, refere a Escritura: um geral, com que obrigava os súditos a que adorassem os ídolos de ouro de Jeroboão, proibindo que não fossem ao templo do verdadeiro Deus: e outro particular, em que naquela ocasião tinha consentido que falsamente fosse condenado à morte Naboth, para lhe confiscar e tomar a sua vinha. Vede se é bom exemplo este para os régulos do nosso Recôncavo. É possível que por acrescentar mais uma braça de terra ao canavial, e meia tarefa mais ao engenho em cada semana, haveis de vender a vossa alma ao Diabo? Mas a vossa, já que o é, vendei-lha, ou revendei-lhe, embora. Porém as dos vossos escravos, por que lhas haveis de vender também, antepoando a sua salvação aos ídolos de ouro, que são os vossos malditos, e sempre mal logrados interesses? Por isso os vossos escravos não têm doutrina: por isso vivem e morrem sem sacramentos: e por isso, se lhe não proibis a igreja, com sutileza de cobiça, que só podia inventar o Diabo (para que o diga na frase do vulgo) não quereis que vão à porta da igreja. Consentis que os escravos e escravas andem em pecado, e não lhes permitis que se casem, porque dizeis que casados servem menos bem. Oh razão (quando assim fora) tão digna do vosso entendimento

como da vossa cristandade! Prevaleça o meu serviço ao serviço de Deus, e com tanto que os meus escravos me sirvam melhor, vivam e morram em serviço do Diabo. Espero eu no mesmo Deus que terá misericórdia da sua miséria, e das suas almas: mas das vossas almas e desta vossa, que também é miséria, não tenho em que fundar tão boas esperanças.

Passemos ao exemplo mais próprio dos escravos, os quais por nenhum respeito devem vender a sua alma, ainda que lhes houvesse de custar a vida. Depois que el-rei Antíoco, por sobrenome o Ilustre, saindo da Grécia com poderoso exército, dominou a Jerusalém, e com ela a todas as reliquias que tinham escapado da transmigração de Babilônia (que nem sempre os homens levam consigo o cativo aos destertos, mas talvez o mesmo cativo os vem buscar a sua casa); mandou o bárbaro, e insolente rei, que em toda Judeia se não guardasse a lei de Deus, senão somente as suas, e que os deuses, a que se oferecessem os sacrifícios, fossem os da gentildade, que ele adorava. Que vos parece que fariam em um tão apertado caso os miseráveis cativos? Mal fiz em lhes chamar miseráveis indistintamente. Uns foram miseráveis, fracos e vis, outros fortes, constantes e gloriosos. Os miseráveis, fracos e vis, diz o texto, que por ganharem a graça dos senhores, obedeceram, e fazendo-se gentios venderam as suas almas: *Et juncti sunt Nationibus, et venundati sunt, ut facerent malum.*<sup>14</sup> pelo contrário os fortes, constantes e gloriosos, por não venderem as almas, perderam animosamente as vidas, que da graça dos senhores nenhum caso fizeram. Bem se viu aqui que os corpos somente são os cativos, as almas não. Eram os senhores tão tiranos, que lhes cortavam os dedos das mãos e dos pés; que lhes arrancavam os olhos e as línguas; que os frigiam e torravam vivos em sertãs ardentes; e com outros esquisitos tormentos lhes fixavam as inocentes vidas; mas eles antes queriam padecer e morrer que vender as almas. Julgai agora vós, que vos achais na mesma fortuna de escravos, quais destes obraram melhor: se os que venderam as almas para agradar aos senhores, ou os que quiseram antes perder a vida que cativar a alma. Não estais dizendo todos que o valor e constância destes são dignos de eternos louvores? Sim. Pois a estes vos digo que imiteis. Por graça e mercê grande de Deus, ainda que escravos e cativos, não estais em terra, onde vossos senhores vos hajam de obrigar a deixar a fé. Mas é certo que sem se perder, nem arriscar a fé, se pode perder e vender a alma. E no tal caso (que pode acontecer muitas vezes) tende bem na memória o exemplo que acabastes de ouvir, para que não falteis à vossa obrigação. Se o senhor mandasse ao escravo, ou quisesse da escrava cousa que ofenda gravemente a alma, e a consciência; assim como ele o não pode querer, nem mandar, assim o escravo é obrigado a não obedecer. Dizei constantemente, que não haveis de ofender a Deus: e se por isso vos ameaçarem e castigarem, sofrei animosa e cristãmente, ainda que seja por toda a vida, que esses castigos são martírios.



Temos visto que assim como o homem se compõe de duas partes, ou de duas ametades, que são corpo e alma, assim o cativo se divide em dous cativos: um, cativo do corpo, em que os corpos involuntariamente são cativos e escravos dos homens: outro, cativo da alma, em que as almas por própria vontade se vendem, e se fazem cativas e escravas do Demônio. E porque eu vos prometi, que a Virgem, Senhora nossa do Rosário, vos há de libertar, ou forrar, como dizeis, do maior cativo; para que conheçais bem quanto deveis estimar esta alforria, importa que saibais e entendais primeiro qual destes dous cativos é o maior. A alma é melhor que o corpo, o Demônio é pior senhor que o homem, por mais tirano que seja; o cativo dos homens é temporal, o do Demônio eterno: logo nenhum entendimento pode haver, tão rude e tão cego, que não conheça que o maior e pior cativo é o da alma. Mas como a alma, o Demônio, e este mesmo cativo, como já disse, são cousas que se não veem com os olhos: onde acharei eu um meio proporcionado à vossa capacidade com que vos faça visível esta demonstração? Fundemo-la no mesmo vosso cativo, que é a cousa para vós mais sensível. Pergunto: Se Deus nesta mesma hora vos libertara a todos do cativo em que estais, e de repente vos vísseis todos livres e forros: não seria uma estranha e admirável mercê que Deus vos faria? Pois muito maior é, e de muito maior e mais subido valor, a mercê que a Senhora do Rosário vos fará, em livrar vossas almas do cativo do Demônio, e do pecado. No nosso Evangelho o temos.

Faz repetida menção o Evangelho do cativo de Babilônia, e do cativo do Egito nenhuma memória faz. O cativo de Babilônia sucedeu no tempo de Jeconias, o do Egito no tempo de Judas: pois assim como diz o evangelista: *Jechoniam, et fratres ejus in transmigracione Babylonis*: por que não diz também: *Judam, et fratres ejus in captivitate Aegypti*? O reparo e a resposta são de São Crisóstomo, por estas palavras: *Cur sicut captivitatis Babylonicae meminuit, non autem descensus in Aegyptum? Quia illuc non propter peccata abducti fuerant; huc vero ob scelera traslati sunt.*<sup>15</sup> No tempo dos mesmos patriarcas que se referem na genealogia de Cristo, sucedeu o cativo do Egito, e também o de Babilônia: e se quereis saber por que o evangelista, na mesma genealogia, faz menção do cativo de Babilônia, e passa em silêncio o cativo do Egito; a razão é, diz Crisóstomo, porque os do cativo de Babilônia foram lá levados por pecados, em castigo das grandes maldades que tinham cometido na sua pátria: porém os do cativo do Egito não foram ao Egito por pecados, senão chamados por seu irmão José, e depois cativos pela tirania de Faraó. E como o cativo do Egito foi só temporal e dos corpos, cativos não por pecados próprios, senão pela tirania alheia: e o cativo de Babilônia pelo contrário foi cativo espiritual, e

das almas, cujos pecados as tinham feito escravas do mesmo pecado e do Demônio: por isso este só cativo se refere na genealogia de Cristo, o qual não veio libertar os homens do cativo temporal, e do corpo, senão do espiritual, e da alma. Excelentemente por certo assim ponderado como respondido.

E se buscarmos o princípio fundamental, por que Cristo sendo redentor do gênero humano, só veio remir e libertar os homens do cativo das almas, e não da servidão dos corpos, o fundamento claro e manifesto, é porque para libertar do cativo dos homens, bastavam homens; para libertar do cativo do Demônio e do pecado, é necessário todo o poder de Deus. Estes mesmos filhos de Israel de que falamos, foram muitas outras vezes cativos de diversas nações; cativos logo em seu nascimento dos egípcios; cativos depois dos mesopotâmios; cativos dos amonitas; cativos dos cananeus; cativos dos madianitas; cativos dos filisteus. E de todos estes cativos os livrou sempre Deus por meio de homens. Do cativo dos egípcios por Moisés; do cativo dos mesopotâmios por Otoniel; do cativo dos amonitas por Aod; do cativo dos cananeus por Barac; do cativo dos madianitas por Gedeão; do cativo dos filisteus por Jefté. Assim que para libertar do cativo de homens, bastam homens. E se instardes que os cativos da transmigração de Babilônia não só eram cativos dos babilônios, senão também cativos do Demônio e do pecado, como acabamos de ver, e que contudo os libertou um homem, que foi el-rei Ciro; agora entenderéis o mistério, porventura até agora não entendido, das palavras de Isaías, falando deste mesmo cativo e desta mesma liberdade.

*Vere tu es Deus absconditus, Deus Israel Salvator:*<sup>16</sup> Verdadeiramente, ó rei Ciro, em ti está escondido Deus, e não só escondido como Deus, senão como o salvador e libertador de Israel. Pois se Isaías fala da liberdade do cativo de Babilônia, e Ciro, como rei da mesma Babilônia, foi o que libertou aos filhos de Israel daquele cativo: por que diz que Deus como libertador de Israel estava escondido no mesmo Ciro? Porque no cativo de Babilônia havia juntamente dous cativos, pelos quais os mesmos filhos de Israel eram dobradamente escravos: um cativo temporal e dos corpos, pelo qual eram cativos de el-rei Ciro, e outro espiritual e das almas, pelo qual eram cativos do Demônio e do pecado: do cativo dos corpos libertou-os o rei homem, que como homem bastava para os libertar, e como rei podia; do cativo do Demônio e do pecado, como os não podia libertar nenhum homem, foi necessário que concorresse também Deus como libertador: *Deus Israel Salvator*: porque só Deus os podia libertar daquele cativo. E por que acrescenta o profeta que Deus estava escondido em Ciro: *Vere tu es Deus absconditus*? Porque assim como um cativo era oculto, e o outro público, assim foram os dous libertadores, um público, outro escondido. O cativo dos corpos era público, e como público libertou Ciro os cativos publicamente: porém o cativo das almas e do Demônio era oculto e invisível; e como oculto e invisível os libertou também Deus oculta e

invisivelmente, e por isso escondido: *Vere tu es Deus absconditus, Deus Israel Salvator.*

Em suma, que é tal e tão imensamente maior que toda a infelicidade o cativo das almas escravas do Demônio e do pecado, que só Deus por si mesmo as pode resgatar e libertar de tal cativo. E isto é como dizem Santo Agostinho, São Jerônimo, Santo Hilário e os mais padres, o que Isaías quis ensinar historialmente no cativo de Babilônia, e profeticamente no de todo o gênero humano, resgatado e libertado, não por outrem, senão pelo mesmo Filho de Deus em pessoa, quando com o preço infinito de seu sangue nos remiu na cruz. Os discípulos de Emaús, e os outros mais rudes da escola de Cristo, cuidavam que a sua vinda ao mundo fora para libertar os filhos de Israel da sujeição e cativo dos romanos: *Nos autem sperabamus, quia ipse esset redempturus Israel.*<sup>17</sup> mas por isso mereceram o nome de homens néscios, e de tardo e baixo coração: *O stulti et tardi corde.*<sup>18</sup> Porventura para libertar os filhos de Israel do jugo dos romanos, faltava-lhe a Deus uma vara de Moisés, uma queixada de Sansão, uma funda de Davi, uma espada do Macabeu? Mas estas armas e estes braços só bastam para libertar do cativo dos corpos; porém para o cativo das almas, e para as libertar do jugo do Demônio, e do pecado, só tem forças e poder o mesmo Deus, e esse com ambos os braços estendidos em uma cruz. Vede, vede bem, quanto vai de cativo a cativo, de resgate a resgate, e de preço a preço. Com admirável energia o ponderou São Pedro, como se falara convosco, vendidos e comprados por dinheiro.

*Scientes, quod non corruptilibus, auro vel argento redempti estis: sed pretioso sanguine quasi Agni immaculati Christi.*<sup>19</sup> Exorta o apóstolo a todos a que tratem da salvação de suas almas, e de as conservar em graça: e para isso diz que consideremos que não fomos resgatados com ouro, nem com prata, senão com o preço infinito do sangue do Filho de Deus. Nas quais palavras é muito digno de ponderar, que não só nos manda São Pedro considerar o preço por que fomos resgatados, senão também o preço por que não fomos resgatados. O preço por que não fomos resgatados, que é o ouro e a prata: *Non corruptilibus auro, vel argento:* e o preço por que fomos resgatados, que é o sangue do Filho de Deus: *Sed pretioso sanguine quasi Agni immaculati Christi.* Pois se para tratarmos com todo o cuidado e vigilância da salvação de nossas almas, o único e maior motivo é a consideração de que Deus as resgatou com o sangue de seu próprio Filho: por que ajunta o apóstolo na mesma consideração o preço com que não foram resgatadas, que é o ouro e a prata? Porque o seu principal tento nestes dous preços que nos manda considerar foi para que da diferença dos resgates conhecêssemos a diferença dos cativos. Para resgatar do cativo do corpo, basta dar outro tanto ouro, ou prata, quanto custou o escravo vendido. Mas para resgatar do cativo da alma, quanto ouro, ou prata será bastante? Bastará um

milhão? Bastarão dous milhões? Bastará todo o ouro de Sofala, e toda a prata de Potosí? Oh vileza e ignorância das apreensões humanas! Se todo o mar se convertera em prata, e toda a terra em ouro: se Deus criara outro mundo, e mil mundos de mais preciosa matéria que o ouro, e mais subidos quilates que os diamantes; todo este preço não seria bastante para libertar do cativo do Demônio e do pecado uma só alma por um só momento. Por isso foi necessário que o Filho de Deus se fizesse homem, e morresse em uma cruz, para que com o preço infinito de seu sangue pudesse resgatar e resgatasse as almas do cativo do Demônio e do pecado. E deste cativo tão dificultoso, e tão temeroso e tão imenso, é que eu vos prometo a carta de alforria pela devoção do Rosário da Mãe do mesmo Deus.

v

Para prova desta carta de alforria me perguntareis vós com razão, e também os que têm mais letras que vós, como pode isto ser? Respondo, que pelo mesmo modo com que o Filho da mesma Senhora, Cristo, libertou do mesmo cativo do Demônio e do pecado a todo o gênero humano. E se me instardes ainda que vos diga mais declaradamente qual é este modo? Digo que não é dando a Senhora aos escravos a escritura da liberdade, senão tirando das mãos do Demônio a escritura do cativo. Ouvi um texto tão grande como o mesmo assunto: *Delens quod adversus nos erat chirographum decreti, quod erat contrarium nobis, et ipsum tulit de medio, affigens illud cruci: et expolians principatus, et potestates.*<sup>20</sup> São palavras de São Paulo: nas quais diz que quando Cristo morreu na cruz, despojou os demônios, tirando-lhes das mãos a escritura que tinham contra nós, e que depois de apagar quanto nela estava escrito, a fixou na mesma cruz. Agora resta saber que escritura era esta? E posto que os santos padres e intérpretes declaram variamente o literal dela, todos uniformemente vêm a dizer que era escritura de venda, pela qual o homem pelo pecado entrega a sua alma ao Demônio, e fica obrigado por ela às penas eternas que a justiça divina lhe tem decretadas. E assim como paga a dívida, nenhuma força nem vigor tem já a escritura que o credor tinha em sua mão: assim Cristo morrendo na cruz com o mesmo sangue com que pagou a dívida do pecado, apagou juntamente a escritura pela qual o homem tinha vendido a sua alma ao Demônio, e se tinha feito seu escravo: *Delens quod adversus nos erat chirographum.* De maneira, que para Cristo libertar o homem do cativo do Demônio não deu ao homem nova escritura de liberdade, mas tirou ao Demônio a escritura de cativo, pela qual o mesmo homem se lhe tinha vendido. E isto é o que a Virgem Senhora nossa faz, como agora veremos.

Os pecados pelos quais os homens se vendem ao Demônio, como notou São João, são três, em que se compreendem todos: soberba, cobiça, sensualidade. E

em todos os três temos a prova das escrituras de cativo, que a Mãe de Deus, como seu Filho, tira das mãos do Demônio para pôr em liberdade os que lhe venderam as almas. É famoso e celebrado de todos os padres antigos o caso de um chamado Teófilo, o qual vendo-se afrontado por um falso testemunho e não achando meio lícito com que se restituísse a opinião e honra perdida, por intervenção de um feiticeiro se valeu do Demônio, e depois de renegar de Deus e da Virgem Maria, lhe passou um escrito de sua letra e sinal, em que se lhe entregava por perpétuo escravo. Tanto pode com os soberbos a vã estimação da própria honra. Outro, que refere o beato Alano, vendo-se em grande miséria de pobreza, e não lhe aproveitando nenhuma indústria para ser rico, como insanamente desejava, recorreu também ao Demônio, e depois da mesma cerimônia herética e blasfema com que renunciou a Deus e a sua Mãe, lhe passou na mesma forma escrito de perpétua servidão. A que sacrilégios não precipita os ânimos mortais a execranda fome da cobiça? Finalmente outro, referido por Torselino, depois de empregar e empenhar sem efeito na conquista de uma mulher honesta e constante, todos aqueles extremos de que se costuma servir em semelhante desatino a cegueira e loucura do amor profano, acudiu por último remédio, ou por último precipício aos poderes do Demônio, ao qual com as mesmas cláusulas do seu formulário infernal, se vendeu e cativou para sempre. Ainda fizera mais, se mais lhe pudera pedir um escravo da sensualidade.

Todos estes escravos do Demônio, em confirmação do pacto com que se tinham vendido, conseguiram o que o mesmo Demônio lhe prometera: o soberbo, o crédito perdido; o cobiçoso, a riqueza desejada; o sensual, a torpeza resistida. Mas depois que o ardor do apetite esteve em todos satisfeito, e por isso já menos cego: que fariam as tristes almas vendo-se vendidas? Maior era agora a força do arrependimento do que tinha sido a fúria do mesmo apetite. E não se descuidando o Demônio em mostrar a cada um a sua firma e o seu escrito, pouco faltou que daquele infelicíssimo estado não caíssem todos no último da desesperação. Recorrendo porém todos por extraordinária luz, e mercê do Céu, ao único patrocínio da Mãe de misericórdia, com gemidos, lágrimas, penitências e contínuas orações: ainda assim era justo que achassem fechadas as portas da misericórdia em Deus, e na Mãe de Deus, os que tinham negado a ambos. Mas qual vos parece que seria o fim, não de um, senão de três casos, tão difíceis e horrendos? De dous ladrões na cruz, um se salvou para exemplo da misericórdia, e outro se condenou para exemplo da justiça. Porém onde entra vossa soberana mão, oh Virgem piedosíssima, não há essas exceções, nem piedade de meias. A todos os três restituiu a poderosíssima Senhora as suas escrituras, tirando-as por força das mãos do Demônio, e entregando-as outra vez aos mesmos que as tinham escrito, para que metessem e apagassem no fogo as letras com que eles se tinham condenado ao fogo, que se não apaga. É o que fez Cristo na cruz: *Delens quod adversus nos erat chirographum*. E é a proporção que achou entre

Cristo e sua Mãe, o antigo Geômetra, quando elegantemente chamou à mesma Senhora, *Spongiam nequitiae nostrae adversus Diaboli scripturam*.

Este foi o modo com que a Virgem Senhora nossa, à imitação de seu Filho, não fazendo, senão desfazendo escritura, deu carta de liberdade a estes três escravos do Demônio. E eles que fizeram? Todo o resto da vida empregaram em louvar e dar graças por tão singular e extraordinário benefício à soberana autora dele. O escravo da cobiça, que foi em tempo de São Domingos, rezava o Rosário: o escravo da soberba, que foi muito antes de haver Rosário, sem essa ordem, mas com perpétuas repetições saudava a Senhora com a ave-maria: o escravo da sensualidade, que recebeu o seu escrito na mesma casa sagrada (hoje chamada do Loreto) onde o anjo começou a sua embaixada, dizendo: *Ave gratia plena*: repetia o mesmo infinitas vezes. De sorte que todos os três rezavam o Rosário, só com uma diferença: que no primeiro era o Rosário enfiado, nos outros desenfado. E este exemplo devem tomar os pretos, para quando a força da ocupação, ou do trabalho, lhe não permitir enfiarem as suas ave-marias pela ordem dos mistérios: invocando porém sempre a mesma Senhora, para que os ajude no seu trabalho. E têm mais alguma cousa que imitar? Sim, e a maior. Pela carta de liberdade que receberam os três escravos do Demônio, não se trataram como forros, senão como cativos de quem os libertou. Assim fizeram, e assim o deviam fazer, porque este é não só o primor, senão a obrigação de todos aqueles a quem Deus livra do cativeiro do Demônio do pecado.

Quando Cristo morreu na cruz, já vimos como nela apagou as escrituras de todos os que em Adão e depois dele se tinham vendido ao Demônio. Agora nota que depois de ressuscitado, quando subiu triunfante ao Céu, ao modo dos triunfadores romanos, levou diante de si todos os que até então tinha tirado das masmorras do mesmo cativeiro. Assim o canta Davi, mas por termos em que parece, nega o que celebra, e desdiz o que quer dizer. No texto da Vulgata diz que quando Cristo subiu ao Céu, cativou o cativeiro: *Ascendisti in altum, cepisti captivitatem*.<sup>21</sup> na versão de São Paulo diz que levou os cativos cativos:

*Ascendens in altum, captivam duxit captivitatem*.<sup>22</sup> Pois se o Senhor não levou no seu triunfo senão os que tinha libertado; e porque os tinha libertado, eles foram todo o despojo das suas vitórias; e eles a maior pompa, ostentação e majestade do mesmo triunfo; como diz Davi, que então cativou o cativeiro e levou diante de si os cativos, não livres, senão cativos? Porque a mesma liberdade com que Cristo os libertou, foi novo cativeiro com que os tornou a cativar; e porque os levava libertados e livres, os levou novamente cativos. A liberdade é um estado de isenção que uma vez perdido, nunca mais se recupera: quem foi cativo uma vez, sempre ficou cativo: porque ou o libertam do cativeiro, ou não: se o não libertam, continua a ser cativo do tirano: se o libertam, passa a ser cativo do libertador. E isto é o que sucedeu a todos os que Cristo libertou na cruz, apagadas as escrituras do seu cativeiro. Antes da liberdade cativos, e depois da liberdade também

cativos: antes da liberdade cativos do Demônio, a quem se venderam; depois da liberdade cativos de Cristo, que os resgatou: antes da liberdade cativos do pecado, depois da liberdade cativos de Deus, como diz o apóstolo: *Liberati a peccato, servi autem facti Deo.*<sup>23</sup> Desta maneira se mostraram agradecidos à sua carta de alforria aqueles três cativos, cativando-se de novo, e fazendo-se escravos da mesma Senhora que os libertara. E o mesmo devem fazer todos os que se acham ainda no cativeiro de Babilônia, e querem sair dele. Cativem-se para se libertarem, e façam-se escravos da Senhora do Rosário, para não serem escravos do Demônio, se ainda o são; ou para se conservarem livres, se já estão fora do cativeiro. Apaguem a marca do Demônio, que é marca de cativos, e ponham em seu lugar a marca do Rosário, que é marca de livres. E se quereis saber qual é a figura desta marca: digo que uma rosa. Conta-se no Segundo Livro dos Macabeus<sup>24</sup> que aos cativos de Jerusalém mandou o tirano marcar com uma folha de hera, para se professarem escravos do deus Baco, a quem era dedicada aquela planta. E que marca mais própria dos escravos do Rosário que uma rosa, não só como ferrete glorioso do seu novo cativeiro, mas como público sinal e selo da sua carta de alforria? Os que sois, ou fostes marcados, trazeis uma marca no peito, outra no braço. Assim quer que tragais a sua marca a Senhora do Rosário: *Pone me ut signaculum super cor tuum, ut signaculum super brachium tuum.*<sup>25</sup> As voltas de contas que trazeis nos pulsos e ao pescoço (falo com as pretas) sejam todas das contas do Rosário. As do pescoço caídas sobre os peitos, serão a marca do peito: *Pone me ut signaculum super cor tuum:* e as dos pulsos como braceletes, serão a marca do braço: *Ut signaculum super brachium tuum:* e uma e outra marca, assim no coração como nas obras, serão um testemunho e desengano público para todos, de que já estão livres vossas almas do cativeiro do Demônio e do pecado, para nunca mais o servir: *Et post transmigrationem Babylonis.*

Livres por este modo do maior e mais pesado cativeiro, que é o das almas, ainda ficais escravos do segundo, que é o dos corpos. Mas nem por isso deveis imaginar que é menos inteira a mercê que a Senhora do Rosário vos faz. Que seja poderosa a Senhora do Rosário para livrar do cativeiro do corpo, se tem visto em inumeráveis exemplos dos que estando cativos em terra de infiéis por meio da devoção do Rosário se acharam livres, e depois de oferecerem aos altares da mesma Senhora os grilhões e cadeias do seu cativeiro quebradas, como troféus do seu poder e misericórdia, as penduraram nos templos. Quando Deus desceu a libertar o seu povo do cativeiro do Egito,<sup>26</sup> por que cuidais que apareceu a Moisés na sarça? Porque a sarça, como dizem todos os santos, era figura da Virgem Senhora Nossa: e quis Deus já então fazer manifesto ao mundo, que a

mesma Virgem Santíssima não só era o instrumento mais proporcionado e eficaz da divina onipotência, para libertar os homens do cativeiro das almas (que por isso a escolheu por Mãe, quando veio remir o gênero humano), senão também para os libertar do cativeiro dos corpos, qual era aquele que padecia o povo no Egito debaixo do jugo de Faraó. Assim que poderosa era a Mãe do Redentor para vos livrar também deste segundo e menor cativeiro. Mas é particular providência de Deus, e sua, que vivais de presente escravos e cativos, para que por meio do mesmo cativeiro temporal, consigais muito facilmente a liberdade eterna.

Somos chegados à segunda parte da alforria, que vos prometi, e a um ponto, no qual só vos falta o conhecimento e bom uso do vosso estado, para serdes nele os mais venturosos homens do mundo. Sobre esta matéria só vos hei de alegar com os dous príncipes dos apóstolos, São Pedro e São Paulo, os quais a trataram muito de propósito em vários lugares, falando com os escravos tão seriamente, como se falaram com os imperadores de Roma, e tão alta e profundamente, como se falaram com os sábios da Grécia. Para que não cuidem os que desprezam os escravos, que este assunto (e mais em terra onde há tantos) seja menos digno de se empregarem nele com todas as forças da eloquência, e com toda a eficácia do espírito, os maiores pregadores do Evangelho. Fala pois o apóstolo São Paulo com os escravos, e diz assim em dous lugares: *Servi, obedite per omnia dominis carnalibus, non ad oculum servientes, quasi hominibus placentes, sed in simplicitate cordis timentes Deum. Quodcumque facitis, ex animo operamini sicut Domino, et non hominibus: scientes quod a Domino accipietis retributionem haereditatis. Domino Christo servite.*<sup>27</sup> Escravos (diz São Paulo), obedeci em tudo a vossos senhores, não os servindo somente aos olhos, e quando eles vos veem, como quem serve a homens; mas muito de coração, e quando não sois vistos, como quem serve a Deus. Tudo o que fizerdes, não seja por força, senão por vontade: advertindo outra vez, que servia a Deus, o qual vos há de pagar o vosso trabalho, fazendo-vos seus herdeiros. Enfim, servi a Cristo: *Domino Christo servite.*

Deixando esta última palavra para depois; só pondero agora aquelas: *Scientes quod a Domino accipietis retributionem haereditatis.* Duas cousas promete Deus aos escravos pelo serviço que fazem a seus senhores, ambas não só desusadas, mas inauditas: que são paga e herança: *Retributionem haereditatis.* Notai muito isto. Quando servis a vossos senhores, nem vós sois seus herdeiros, nem eles vos pagam o vosso trabalho. Não sois seus herdeiros, porque a herança é dos filhos, e não dos escravos: e não vos pagam o vosso trabalho, porque o escravo serve por obrigação, e não por estipêndio. Triste e miserável estado, servir sem esperança de prêmio em toda a vida, e trabalhar sem esperança de descanso senão na sepultura! Mas bom remédio, diz o apóstolo (e isto não são encarecimentos, senão fé católica). O remédio é que quando servis a vossos senhores, não os sirvais como quem serve a homens, senão como quem serve a Deus: *sicut*



*Domino, et non hominibus*: porque então não servis como cativos, senão como livres, nem obedeceis como escravos, senão como filhos. Não servis como cativos, senão como livres; porque Deus vos há de pagar o vosso trabalho: *Scientes quod accipietis retributionem*: e não obedeceis como escravos, senão como filhos; porque Deus, com quem vos conformais nessa fortuna, que ele vos deu, vos há de fazer seus herdeiros: *Retributionem haereditatis*. Dizei-me: se servissemos a vossos senhores por jornal, e se houvéssemos de ser herdeiros da sua fazenda, não os serviríeis com grande vontade? Pois servi a esse mesmo que chamais senhor, servi a esse mesmo homem, como se servissemos a Deus: e nesse mesmo trabalho, que é forçoso, bastará a voluntária aplicação deste como: *Sicut Domino*: como a Deus: para que Deus vos pague como a livres, e vos faça herdeiros como a filhos: *Scientes quod accipietis retributionem haereditatis*.

Isto diz São Paulo. E São Pedro, que diz? Ainda levanta e aperta mais o ponto. E depois de falar com os cristãos de todos os estados em geral, se dilata mais com os escravos, e os anima a suportarem o da sua fortuna com toda esta majestade de razões: *Servi, subditi estote in omni timore Dominis, non tantum bonis, et modestis, sed etiam dyscolis*.<sup>28</sup> Escravos, estai sujeitos, e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos. Esta é a suma do preceito e conselho que lhes dá o príncipe dos apóstolos, e logo junta as razões dignas de se darem aos mais nobres e generosos espíritos. Primeira: porque a glória da paciência é padecer sem culpa: *Quae enim est gloria: si peccantes, et colaphizati suffertis?*<sup>29</sup> Segunda: porque essa é a graça com que os homens se fazem mais aceitos a Deus: *Sed si bene facientes patienter sustinetis: haec est gratia apud Deum*. Terceira, e verdadeiramente estupenda: porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo, que haveis de imitar: *In hoc enim vocati estis: quia et Christus passus est pro nobis, vobis relinquens exemplum, ut sequamini vestigia ejus*.<sup>30</sup> Justissimamente chamei a esta razão estupenda; por que quem haverá que não pame à vista da baixeza dos sujeitos, com quem fala São Pedro, e da alteza da comparação altíssima, a que os levanta? Não compara a vocação dos escravos a outro grau, ou estado da Igreja, senão ao mesmo Cristo: *In hoc enim vocati estis, quia et Christus passus est*. Mais ainda. Não para aqui o apóstolo; mas acrescenta outra nova, e maior prerrogativa dos escravos, declarando por quem padeceu Cristo, e para quê: *Quia et Christus passus est pro nobis, vobis relinquens exemplum*. Sempre reparei muito na diferença daquele *Nobis*, e daquele *Vobis*. A Paixão de Cristo teve dous fins: o remédio e o exemplo. O remédio foi universal para todos nós: *Passus est pro nobis*: mas o exemplo não duvida São Pedro afirmar que foi particularmente para os escravos, com quem falava: *Vobis relinquens exemplum*. E por quê? Porque nenhum estado há entre todos mais

aparelhado no que naturalmente padece, para imitar a paciência de Cristo, e para seguir as pisadas do seu exemplo: *Vobis relinquens exemplum, ut sequamini vestigia ejus.*

Oh ditosos vós, outra e mil vezes, como dizia, se assim como Deus vos deu a graça do estado, vos der também o conhecimento, e bom uso dele! Sabeis qual é o estado do vosso cativo, se usardes bem dos meios que ele traz consigo, sem acrescentardes nenhum outro? É um estado, não só de religião, mas uma das religiões mais austeras de toda a Igreja. É religião segundo o instituto apostólico e divino, porque se fazeis o que sois obrigados, não servis a homens senão a Deus, e com título nomeadamente de servos de Cristo: *Ut servi Christi, facientes voluntatem Dei ex animo, cum bona voluntate servientes, sicut Domino, et non hominibus.*<sup>31</sup> Notai muito aquela palavra *Cum bona voluntate servientes*. Se servis por força, e de má vontade, sois apóstatas da vossa religião: mas se servis com boa vontade, conformando a vossa com a divina, sois verdadeiros servos de Cristo: *Domino Christo servite*. Assim como na Igreja há duas religiões da redenção de cativos, assim a vossa é de cativos sem redenção. Para que também lhe não faltasse a perpetuidade, que é a perfeição do estado. Um religião são de descalços, outras de calçados: a vossa é de descalços e despidos. O vosso hábito é da vossa mesma cor; porque não vos vestem as peles das ovelhas e camelos, como a Elias; mas aquelas com que vos cobriu ou descobriu a natureza, expostos aos calores do Sol, e frios das chuvas. A vossa pobreza é mais pobre que a dos menores, e a vossa obediência mais sujeita que a dos que nós chamamos mínimos. As vossas abstinências mais merecem nome de fome que de jejum, e as vossas vigílias não são de uma hora à meia-noite, mas de toda a noite sem meio. A vossa regra é uma, ou muitas, porque é a vontade e vontades de vossos senhores, Vós estais obrigados a eles, porque não podeis deixar o seu cativo, e eles não estão obrigados a vós, porque vos podem vender a outro, quando quiserem. Em uma só religião se acha este contrato para que também a vossa seja nisto singular. Nos nomes do vosso tratamento não falo, porque não são de reverência, nem de caridade; mas de desprezo e afronta. Enfim, toda a religião tem fim e vocação, e graça particular. A graça da vossa são açoutes e castigos: *Haec est gratia apud Deum*. A vocação é a imitação da paciência de Cristo: *In hoc vocati estis, quia et Christus passus est*: e o fim é a herança eterna por prêmio: *Scientes quod accipietis retributionem haereditatis. Domino Christo servite*. E como o estado, ou religião do vosso cativo, sem outras asperezas, ou penitências, mais que as que ele traz consigo, tem seguro, por promessa do mesmo Deus, não só o prêmio de bem-aventurados, senão também a herança de filhos: favor e providência muito particular é da Virgem Maria que vos conserveis no mesmo estado, e grandes merecimentos dele: para que por meio do cativo temporal consigais, como vos prometi, a liberdade, ou alforria eterna.

Crede, crede tudo o que vos tenho dito, que tudo, como já vos adverti, é de fé, e sobre esta fé levantai vossas esperanças, não só ao Céu, senão ao que agora ouvireis que lá vos está aparelhado. Oh que mudança de fortuna será então a vossa, e que pasmo e confusão para os que hoje têm tão pouca humanidade que a desprezam, e tão pouco entendimento que a não invejam! Dizei-me: se assim como vós nesta vida servis a vossos senhores, eles na vida vos houveram de servir a vós, não seria uma mudança muito notável, e uma glória para vós nunca imaginada? Pois sabeis que não há de ser assim, porque seria muito pouco. Não vos diz Deus que quando servis a vossos senhores, não sirvais como quem serve a homens, senão como quem serve a Deus: *Sicut Domino, et non hominibus*? Pois esta mudança de fortuna, que digo, não há de ser entre vós, e eles, senão entre vós e Deus. Os que vos hão de servir no Céu, não hão de ser vossos senhores: que muitos pode ser que não vão lá: mas quem vos há de servir é o mesmo Deus em Pessoa. Deus é o que vos há de servir no Céu, porque vós O servistes na Terra. Ouvi agora com atenção.

Antigamente entre os deuses dos gentios havia um que se chamava Saturno, o qual era deus dos escravos, e quando vinham as festas de Saturno, que por isso se chamavam Saturnais, uma das solenidades era que os escravos naqueles dias eram os senhores que estavam assentados, e os senhores os escravos que os serviam em pé.<sup>32</sup> Mas acabada a festa também se acabava a representação daquela comédia, e cada um ficava como dantes era. No Céu não é assim; porque tudo lá é eterno, e as festas não têm fim. E quais serão no Céu as festas dos escravos? Muito melhores que as Saturnais. Porque todos aqueles escravos que neste mundo servirem a seus senhores como a Deus, não são os senhores da Terra os que os hão de servir no Céu, senão o mesmo Deus em Pessoa o que os há de servir. Quem se atrevera a dizer, nem imaginar tal cousa, se o mesmo Cristo o não dissera? *Beati servi illi, quos, cum venerit Dominus, invenerit vigilantes*.<sup>33</sup> Bem-aventurados aqueles escravos a quem o Senhor no fim da vida achar que foram vigilantes em fazer sua obrigação. E como lhe pagará o mesmo Senhor? Ele mesmo o diz, e afirma com juramento: *Amen dico vobis, quod praecinget se, et faciet illos discumbere, et transiens ministrabit illis*. Mandará assentar os escravos à mesa e Ele como escravo cingirá o avental, e os servirá a ela. Por este excesso de honra declara Cristo quanto Deus há de honrar aos escravos no Céu, se eles servirem a seus senhores, como se servissem a Deus. Servistes a vossos senhores na Terra, como a mim? Pois eu, que sou o Senhor de vossos senhores, vos servirei no Céu, como vós a eles. São Pedro Crisólogo: *En pavenda conversio servitutis: quia parumper servus astitit Domini sui expectatione*

*succinctus: et cui ut talionem redderet, dissimulat se in ipsa Divinitate Divinitas!*<sup>34</sup>  
Oh mudança de servidão (diz Crisólogo) não só admirável e estupenda, mas tremenda! Que porque o escravo serviu, e esperou a Deus um pouco de tempo, se dissimule a divindade dentro em si mesma, e o mesmo Deus no Céu sirva ao escravo! E isto faz Deus (diz elegante, e discretamente o santo) porque assim como na Terra há lei de talião para os delitos, assim no Céu tem lei de talião para os prêmios: *Ut talionem redderet.*

Mas porque não pareça que excede os termos da rigorosa teologia, dizer que servirá Deus como escravo no Céu aos escravos que serviram a Deus na Terra; ouvi ao príncipe dos teólogos, Santo Tomás, sobre este mesmo texto do Evangelho: *Deus Omnipotens Sanctis omnibus in tantum se subjicit, quasi sit servus emptitius singulorum, quilibet vero ipsorum sit Deus suus.*<sup>35</sup> O Deus onipotente de tal maneira se sujeita a todos os que santamente O serviram, como se Deus fora escravo comprado de cada um, e cada um dos que assim o serviram fora do mesmo Deus. Vede, vede se vos está melhor servir a vossos senhores, como a Deus, ou servidos, como a homens. Depois de os servirdes toda a vida como a homens, o mais que podeis esperar deles na Terra é uma esteira de tábua por mortalha; e se os servirdes como a Deus, o que haveis de alcançar d'Ele no Céu é que vos servirá e honrará por toda a Eternidade, como se vós, aqui miserável escravo, fôsseis seu Deus, e Ele vosso escravo comprado: *Quasi sit servus emptitius singulorum, quilibet vero ipsorum sit Deus suus.*

E para que do mesmo que experimentais e gozais na Terra, julgueis o que será no Céu, ponde os olhos naquele altar. O mesmo benigníssimo Senhor, que no desterro e no cativeiro vos põe consigo à mesa, que muito é que no Céu vos sirva a ela? Foi questão entre os filósofos antigos: Se era justo e decente que os senhores admittissem consigo à mesa, e pusessem a ela os seus escravos? Os estoicos, que era a seita mais racional, e entre os gentios a mais cristã, ensinavam que os senhores deviam admitir os escravos à sua mesa, e louvavam a humanidade dos que isto faziam e se riam da soberba dos que se desprezavam de o fazer. *Servi sunt* (dizia o maior mestre da mesma seita). *Servi sunt? Imo homines. Servi sunt? Imo contubernales. Servi sunt? Imo humiles amici. Servi sunt? Imo conservi. Ideoque rideo istos, qui turpe existimant cum servo suo*

*coenare.*<sup>36</sup> Todas estas razões de Sêneca se reduzem a uma, que é serem também homens os que são escravos. Se a fortuna os fez escravos, a natureza fê-los homens: e porque há de poder mais a desigualdade da fortuna para o desprezo, que a igualdade da natureza para a estimação? Quando os desprezo a eles, mais me desprezo a mim; porque neles desprezo o que é por desgraça, e em mim o que sou por natureza. A esta razão forçosa em toda a parte se acrescenta outra no Brasil, que convence a injustiça, e exagera a ingratidão. Quem sustenta no Brasil, senão os vossos escravos? Pois se eles são os que vos dão de comer, por que lhes haveis de negar a mesa, que mais é sua que vossa? Contudo

a majestade, ou desumanidade da opinião contrária, é a que prevalece, e não só não são admitidos os escravos à mesa, mas nem ainda às migalhas dela, sendo melhor a fortuna dos cães, que a sua, posto que sejam tratados com o mesmo nome. Que importa porém que os senhores os não admitam à sua mesa, se Deus os convida e regala com a sua? *O res mirabilis* (exclama Santo Tomás, e com ele toda a Igreja). *O res mirabilis, manducat Dominum pauper, servus, et humilis!* O escravo pobre e humilde não só come à mesa com seu senhor, mas come ao mesmo Senhor. Comparai agora mesa com mesa, e senhor com Senhor, e ride-vos com Sêneca dos que ainda neste ponto se não descem da autoridade de senhores: *Rideo istos qui turpe existimant cum servo suo coenare.*

E se Deus, sendo escravos, vos põe à sua mesa na Terra, que muito é que tendo-o prometido, e estando vós já livres do cativoiro, vos haja de servir à mesa no Céu, sendo a mesa, não outra, senão a mesma? Todos os reparos que podia ter esta admiração, já Cristo os deixou desfeitos na instituição do mesmo sacramento. Antes de Cristo instituir o soberano mistério do Santíssimo Sacramento, preparou-se a Si, e preparou os discípulos. E quais foram as preparações? Duas em uma só ação, que foi o lavatório dos pés. A sua, servindo-os como escravo; e a dos discípulos, obrigando-os a que se deixassem servir como senhores. E se Cristo serviu aos homens como escravo, porque os havia de pôr à sua mesa na Terra, que muito haja de servir aos escravos já livres quando os tiver à sua mesa no Céu: *Faciet illos discumbere, et transiens ministrabit illis?* Esta é a mudança sobre toda a admiração estupenda, com que então vereis trocada a vossa fortuna, cá servindo aos homens, e lá sendo servidos do mesmo Deus. Mas o que agora importa, é que de nenhum modo falteis à obrigação com que só se promete a felicidade desta mudança à presente miséria de vossa fortuna. E qual é, se não estais bem lembrados? É que vós também mudeis a intenção, e troqueis os fins do vosso mesmo trabalho, fazendo-o de forçoso voluntário, e servindo a vossos senhores como a Cristo, e debaixo dos homens a Deus: *Sicut Domino, et non hominibus. Domino Christo servite.* Desta maneira ficareis duas vezes forros e livres: livres do cativoiro do Demônio pela liberdade das almas, e livres do cativoiro temporal pela liberdade eterna: que são os dous cativoiros da primeira transmigração de Babilônia, e as duas liberdades da segunda: *In transmigratione Babylonis. Et post transmigrationem Babylonis.*

Tenho acabado o meu discurso, e parece-me que não faltado ao que vos prometi. E porque esta é a última vez que hei de falar convosco, quero acabar com um documento tirado das mesmas palavras, se muito necessário para vós, muito mais para vossos senhores: *Jechoniam, et fratres ejus in transmigratione Babylonis.* Este Jeconias e estes seus irmãos, quem foram? Todos foram reis e

filhos de reis, e reis do reino de Judá, fundado pelo mesmo Deus, e o mais famoso do mundo: e nada disto bastou para que não fossem levados cativos a Babilônia, e lá tratados como vilíssimos escravos; um carregado de cadeias, outro com grilhões nos pés, outro com os olhos arrancados, depois de ver com eles matar em sua presença os próprios filhos. Em significação deste cativo andava o profeta Jeremias pelas ruas e praças de Jerusalém com uma grossa cadeia ao pescoço.<sup>37</sup> E a esta acrescentou depois outras cinco, as quais mandou aos reinos e reis confinantes, pelos seus embaixadores que residiam naquela corte. Uma ao rei de Edom, outra ao rei de Moab, outra ao rei de Ámon, outra ao rei de Tiro, outra ao rei de Sidônia; porque todos no mesmo tempo haviam de ser cativos, como foram pelos exércitos dos caldeus. Pois se os cetros e coroas não livraram do cativo a tantos reis, e depois de adorados dos seus vassalos, se viram escravos dos estranhos; estas voltas tão notáveis da roda da fortuna vos devem consolar também na vossa. Se isto sucede aos leões e aos elefantes, que razão podem ter de se queixar as formigas? Se estes nascidos em palácios dourados, e embalados em berços de prata, se viram cativos e carregados de ferros: vós nascidos e criados nas brenhas da Etiópia, considerai as grandes razões que tendes, para vos compor com a vossa fortuna, tanto mais leve, e levar com bom coração os descontos dela. O que haveis de fazer é consolar-vos muito com estes exemplos: sofrer com muita paciência os trabalhos do vosso estado; dar muitas graças a Deus pela moderação do cativo a que vos trouxe; e sobretudo aproveitar-vos dele para trocar pela liberdade e felicidade da outra vida, que não passa, como esta, mas há de durar para sempre.

Este foi o documento dos escravos. E os senhores terão também alguma coisa que tirar deste cativo de Babilônia? Parece que não. Eu (está dizendo cada um consigo), eu por graça de Deus sou branco e não preto; sou livre e não cativo; sou senhor e não escravo; antes tenho muitos. E aqueles que se viram cativos em Babilônia, eram pretos ou brancos? Eram cativos ou livres? Eram escravos ou senhores? Nem na cor, nem na liberdade, nem no senhorio, vos eram inferiores. Pois se eles se viram abatidos ao cativo sendo necessário para isso descer tantos degraus, vós que com a mudança de um pé vos podeis ver no mesmo estado, por que não temeis o vosso perigo? Se sois moço, muitos anos tendes para poder experimentar esta mudança; e se velho, poucos bastam. Introduz Macróbio<sup>38</sup> em um diálogo dous interlocutores, um chamado Pretextato, grande desprezador dos escravos, e outro que os defendia, chamado Evângelo. Este pois, que só uma letra lhe faltava para Evangelho, disse assim a Pretextato: *Si cogitaveris tantumdem in utrosque licere fortunae; tam tu illum videre liberum potes, quam ille te servum*. Se considerares, ó Pretextato, que tanto poder tem a fortuna sobre os escravos, como sobre os livres; acharás que este que tu hoje vês escravo, amanhã o podes ver livre: e que ele, que hoje te vê livre, amanhã te pode ver escravo. E senão diz-me: de que idade era Hécuba, Crespo, e a mãe de

Dario, e Diógenes, e Platão quando se viram cativos? *Nescis qua aetate Hecuba servire coepit, qua Croesus, qua Darii mater, qua Diogenes, qua Plato ipse?*

Senhores, que hoje vos chamais assim, considerai que para passar da liberdade ao cativo, não é necessária a transmigração de Babilônia, e que na vossa mesma terra pode suceder esta mudança, e que nenhuma há no mundo que mais a mereça e esteja clamando por ela à divina justiça. Ouvi um pregão da mesma justiça divina por boca do evangelista São João: *Si quis habet aurem, audiat:*<sup>39</sup> quem tem ouvidos, e não é surdo aos ouvidos de Deus, ouça. E que há de ouvir! Poucas palavras, mas tremendas: *Qui in captivitate duxerit, in captivitate vadet:*<sup>40</sup> todo aquele que cativar, será cativo. Olhai para os dous polos do Brasil, o do norte, e o do sul, e vede se houve jamais Babilônia, nem Egito no mundo, em que tantos milhares de cativos se fizessem, cativando-se os que fez livres a natureza sem mais direito que a violência, nem mais causa que a cobiça, e vendendo-se por escravos. Um só homem livre cativaram os irmãos de José, quando o venderam aos ismaelitas para o Egito: e em pena deste só cativo, cativou Deus no mesmo Egito a toda a geração e descendentes dos que o cativaram em número de seiscentos mil, e por espaço de quatrocentos anos. Mas para que ir buscar os exemplos fora de casa, e tão longe, se os temos em todas as nossas Conquistas? Pelos cativos da África cativou Deus a Mina, São Tomé, Angola e Benguela: pelos cativos da Ásia cativou Deus Malaca, Ceilão, Ormuz, Mascate, Cochim: pelos cativos da América cativou a Bahia, o Maranhão e debaixo do nome de Pernambuco quatrocentas léguas de costa por vinte e quatro anos. E porque os nossos cativos começaram onde começa a África, ali permitiu Deus a perda de el-rei d. Sebastião, a que se seguiu o cativo de sessenta anos no mesmo reino.

Bem sei que alguns destes cativos são justos, os quais só permitem as leis, e que tais se supõem os que no Brasil se compram e vendem, não dos naturais, senão dos trazidos das outras partes: mas que teologia há, ou pode haver que justifique a desumanidade e sevícia dos exorbitantes castigos com que os mesmos escravos são maltratados? Maltratados disse, mas é muito curta esta palavra para a significação do que encerra ou encobre. Tiranizados deves dizer, ou martirizados; porque ferem os miseráveis, pingados, lacrados, retalhados, salmourados, e os outros excessos maiores que calo, mais merecem nome de martírios que de castigos. Pois estai certos que vos não deveis temer menos da injustiça destas opressões, que dos mesmos cativos, quando são injustos: antes vos digo que muito mais vos deveis temer delas, porque é muito mais o que Deus as sente. Enquanto os egípcios somente cativavam os filhos de Israel, dissimulou Deus com o cativo; mas finalmente não pôde a divina justiça sofrer a sua mesma dissimulação: e depois das dez pragas com que foram açoitados os mesmos egípcios, acabou de uma vez com eles, e os destruiu e assolou totalmente. E por quê? O mesmo Deus o disse.

*Vidi afflictionem populi mei in Aegypto, et clamorem ejus audivi propter duritiam eorum, qui praesunt operibus.*<sup>41</sup> Vi, diz Deus, a aflição do meu povo, e ouvi os seus clamores pela dureza das opressões com que os carregam, e rigores com que os castigam, os que presidem às obras em que trabalham. Notei duas cousas: a primeira, que se não queixa Deus de Faraó, senão dos seus feitores: *Propter duritiam eorum, qui praesunt operibus*: porque os feitores muitas vezes são os que mais cruelmente oprimem os escravos. A segunda, que não dá por motivo da sua justiça o cativo, senão as opressões e rigores com que sobre cativos o afligiam: *Vidi afflictionem populi mei*. E acrescenta o Senhor, que ouviu os seus clamores: *Et clamorem ejus audivi*: que é para mim um reparo de grande lástima, e para Deus deve ser uma circunstância que grandemente provoque a sua ira. Estão açoitando cruelmente o miserável escravo, e ele gritando a cada açoute, Jesus, Maria, Jesus, Maria; sem bastar a reverência destes dous nomes, para moverem a piedade um homem que se chama cristão. E como queres que te ouçam na hora da morte estes dous nomes, quando chamares por eles? Mas estes clamores que vós não ouvís, sabeis que Deus os ouve: e já que não tem valia para com o vosso coração, a terão sem dúvida sem remédio para vosso castigo.

Oh como temo que o oceano seja para vós mar Vermelho, as vossas casas como a de Faraó, e todo o Brasil como o Egito! Ao último castigo dos egipcios precederam as pragas, e as pragas já as vemos tão repetidas umas sobre outras, e algumas tão novas e desusadas, quais nunca se viram na clemência deste clima. Se elas bastarem para nos abrandar os corações, razão teremos para esperar misericórdia na emenda: mas se os corações, como o de Faraó, se endurecerem mais, ainda mal, porque sobre elas não pode faltar o último castigo. Queira Deus que eu me engane neste triste pensamento, que sempre aqui e na nossa corte, os mais alegres são os mais cridos. Sabei, porém, que é certo (e fique-vos isto na memória) que se Jeconias<sup>42</sup> e seus irmãos creram a Jeremias, não seriam cativos: mas porque deram mais crédito aos profetas falsos que os adulavam, assim ele como seus irmãos, todos acabaram no cativoiro de Babilônia: *Jechoniam, et fratres ejus in transmigratione Babylonis*.

<sup>1</sup> Mt 1.

<sup>2</sup> Mt 1,11.

<sup>3</sup> Mt 1,12.



- 4 Mt 1,11.  
5 Mt 1,6.  
6 Hom. Clem. Alex. *Strom.* Lib. 4.  
7 Sêneca, lib. 3<sup>o</sup> de Benef., cap. 20.  
8 Ef 6,5.  
9 Sêneca, Epíst. 47.  
10 Tb 1,2.  
11 Rm 7,14.  
12 3Rs 21,25.  
13 3Rs 21,20.  
14 1Mc 1,11.  
15 Chrysost. Hom. 4<sup>a</sup> in Math.  
16 Is 45,15.  
17 Lc 24,21.  
18 Lc 24,25.  
19 1Pd 1,17-8.  
20 Cl 2,14-5.  
21 Sl 67,19.  
22 Ef 4,8.  
23 Rm 6,22.  
24 2Mac 6,7.  
25 Ct 8,6.  
26 Ex 3,2.  
27 Cl 3,22-4; Ef 6,5 ss.  
28 1Pd 2,18.  
29 1Pd 2,20.  
30 1Pd 2,21.  
31 Ef 6,6-7.  
32 Macrobius Saturnal. Lib. 1.  
33 Lc 12,37.  
34 *Petr. Chrys.* Serm. 24 de Serv. vigil.  
35 D. Thomás, opúsculo 63, s. 3.  
36 Sêneca, livro 6, epíst. 17.  
37 Jr 27,2-3.  
38 Macrob. Codem lib. 1<sup>o</sup>.  
39 Ap 13,9.  
40 Ap 13,10.  
41 Ex 3,7.  
42 Jr 37,2 e 18.

## Cartas do Maranhão\*

\* Os textos das cartas tiveram como base a segunda edição de *Cartas*, v. 1, com coordenação e notas de João Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1970. (n. e.)

Carta ao rei d. João iv

4 de abril de 1654

Senhor. — Recebi a carta que V. M. me fez mercê mandar escrever, e, depois de a venerar com todo o afeto que devo, achou a minha alma nela toda a consolação que V. M., por sua piedade e grandeza, quis que eu com ela recebesse. Dou infinitas graças a Deus pelo grande zelo da justiça e salvação das almas que tem posto na de V. M., para que, assim como tem sido restaurador da liberdade dos portugueses, o seja também das destes pobres Brasis, que há trinta e oito anos padecem tão injustos cativeiros e tiranias tão indignas do nome cristão.

Eu li aos índios, assim do Pará como deste Maranhão, a carta de V. M. traduzida na sua língua, e com ela ficaram mui consolados e animados e se acabaram de desenganar que o não serem até agora remediadas suas opressões era por não chegarem aos ouvidos de V. M. seus clamores; esperam pelos efeitos destas promessas, tendo por certo que lhe não sucederá com elas o que até agora com as demais, pois as veem firmadas pela real mão de V. M.

V. M. me faz mercê dizer que mandou se confirmassem os despachos com tudo o que de cá aponte; mas temo que aconteça ao Maranhão como nas enfermidades agudas, que entre as receitas e os remédios piore o enfermo de maneira que, quando se vêm a aplicar, é necessário que sejam outros mais eficazes. Tudo neste estado tem destruído a demasiada cobiça dos que governam, e ainda depois de tão acabado não acabam de continuar os meios de mais o consumir. O Maranhão e o Pará são uma Rochela de Portugal, e uma conquista por conquistar, e uma terra onde V. M. é nomeado, mas não obedecido.

Vim com as ordens de V. M., em que tanto me encarregou a conservação destas gentilidades, e aos governadores e capitães-mores que me dessem toda a ajuda e favor que lhe pedisse para as jornadas que se houvessem de fazer ao sertão. Apresentei as ditas ordens ao capitão-mor Baltasar de Sousa,<sup>1</sup> e logo assentamos que a primeira missão fosse o descobrimento dos índios ibirajaras,<sup>2</sup> de que há fama nestas partes que são descendentes de homens da Europa, que aqui vieram dar num naufrágio.

Fez-se este ajustamento no 1<sup>o</sup> de março de 1653, para se executar em junho

do mesmo; e, fazendo eu todas as diligências e muitas mais das que me tocavam, o capitão-mor me foi entretendo sempre com promessas e demonstrações exteriores de prevenções, até partir o último navio daquele ano, para que eu já não tivesse por onde avisar a V. M. Partido o navio, fui às aldeias a fazer resenha da gente e das armas que tinham para a jornada, e, tanto que o capitão-mor me teve ausente, fez uma junta a que chamou as pessoas que ele quis, e por seus votos, posto que não de todos, se assentou que não era tempo de ir ao dito descobrimento e disso se fez um auto, com que ficou desfeita a missão.

Este, senhor, foi o pretexto; mas a causa que se teve por verdadeira era porque os índios neste Maranhão são poucos, e se queria aproveitar deles, como aproveita, ou ocupando-os em cousas de seus interesses, ou repartindo-os com quem lhos sabe agradecer. E prova-se claramente que nunca teve tenção de que a jornada se fizesse, porque, havendo de ser dezoito ou vinte canoas que havia de ter prevenidas, pedindo-lhe eu uma, tanto que se desfez a missão para ir ao Pará, custou-lhe muito o buscá-la para ma dar; e sobretudo, no mesmo tempo em que se havia de dispor a jornada, mandou ele fazer duas grandes lavouras de tabaco, as quais era força que se colhessem e beneficiassem no mesmo tempo, e pelos mesmos índios que haviam de ir a ela, por não haver outros. E não é de crer que um homem que é pobre, e tem desejo de o não ser, quisesse perder a sua lavoura e plantar o que não havia de colher.

E estes indícios eram tão manifestos, ainda antes de se descobrir o efeito deles, que por vezes me os avisaram os padres que andavam pelas aldeias, advertindo-me que me não fiasse das promessas do capitão-mor, porque eles não viam disposição nenhuma nos índios, e os trazia o dito capitão-mor ocupados todos em cousas muito alheias do nosso pensamento.

Finalmente, o tempo em que a missão se assentou era não só bastante, senão dobrado do que se havia mister para a prevenção e disposição dela, quanto vai de março a junho. Assim que, se faltou o tempo, foi porque o não quis aproveitar quem tinha obrigação disso, e mais fazendo-lhe eu contínuas lembranças, como fazia.

Desenganado desta missão, ou enganado nela, parti-me para o Pará com os padres que tinha detido, e, tratando de passar ao rio das Amazonas me ofereceu o capitão-mor dali, Inácio do Rego,<sup>3</sup> outra missão para o rio dos Tocantins, em que se dizia estarem abaladas muitas aldeias de índios para se descerem.

Aceitei, e tratei logo de se dispor tudo o que nos era necessário; mas as traças e enganos com que neste negócio se houve Inácio do Rego, e as máquinas que urdia para levar o efeito desta entrada ao fim de seus interesses, é impossível pôde-lo eu representar a V. M.

Primeiramente, dizendo ele que os índios eram mais de dez ou doze mil, tratou de os repartir todos pelos moradores, que era um modo corado de os cativar e vender, sem mais diferença que chamar à venda repartição, e ao preço,

agradecimento. Por vezes me disse que os havia de repartir na forma sobredita, oferecendo-me que tomaria deles para as nossas aldeias do Maranhão e Pará todos os que quisesse, o que eu de nenhuma maneira aceitei: só disse que os índios, quando quisessem vir por sua vontade, se haviam de pôr em suas aldeias nos lugares que fossem mais acomodados à sua conversão, porque isto era o que s.m. ordenava, e o contrário, manifesta violência e injustiça. Procurei que, antes que os ditos índios descessem do sertão, se lhes fizessem mantimentos, para que, vindo, não morressem à fome, como sucede ordinariamente em semelhantes casos; mas Inácio do Rego me respondeu por vezes que morressem muito embora, que melhor era morrerem cá que no sertão, porque morriam batizados.

Esta é uma das causas que têm destruído infinidade de índios neste estado: tirarem-nos de suas terras e trazerem-nos às nossas, sem lhes terem prevenido os mantimentos de que se hão de sustentar; mas fazem-no assim os que governam, porque, se houverem de fazer as prevenções necessárias, há de se gastar muito tempo nelas, e entretanto passam-se os seus três anos, e eles antes querem cinquenta índios que os sirvam, ainda que morram quinhentos, que muitos mil vivos e conservados, de que eles se não hajam de aproveitar.

Enfim, depois de grandes batalhas, vim a conseguir que os índios se houvessem de trazer para quatro aldeias das antigas do Pará, em que se pudessem menos incomodamente doutrinar, sendo que V. M., nas ordens que foi servido dar-me, ordena que os índios que descerem do sertão se ponham no lugar que eu eleger e julgar por mais conveniente; mas nada disto me quer consentir, nem guardar, Inácio do Rego, e ainda no ajustamento das quatro aldeias referidas faltou logo com a palavra, mandando que fossem trazidos os índios para oito aldeias, e essas as que mais acomodadas ficavam aos seus tabacos e outros interesses.

Nas sobreditas ordens manda V. M. que as missões ao sertão, ou por mar, ou por terra, as faça eu na forma que julgar e tiver por melhor; e, no particular das ditas missões, só encarrega V. M. aos governadores e capitães-mores que me deem canoas e índios, com pessoas práticas e o demais que for necessário. Assim mais manda V. M. no regimento dos capitães-mores que, sob pena de caso maior, nenhuma pessoa secular, de qualquer estado ou condição que seja, possa ir ao sertão buscar os gentios por nenhum modo, nem trazê-los ainda que seja por sua vontade; e, sem embargo, senhor, destas duas ordens de V. M., a primeira tão particular e a segunda tão apertada, entregou Inácio do Rego esta jornada do rio dos Tocantins a um Gaspar Cardoso, ferreiro atual com tenda aberta, fazendo-o capitão e cabo dela; a este homem deu o regimento do que se havia de obrar, ordenando-lhe que ele fizesse as práticas aos índios e que os trouxesse e pusesse nos lugares que lhe nomeava; enfim, entregando tudo à sua disposição, e só no cabo do regimento lhe dizia que me desse conta do que fizesse.

Repliquei a este regimento e mostrei a Inácio do Rego as ordens de V. M.; requeri-lhe da parte do serviço de Deus e de V. M. que nos não quisesse perturbar

as nossas missões, nem intrometer-se no que V. M. nos encomendava a nós e não a ele, antes a ele o proibia; e que, se era necessário ir capitão e soldados para a segurança da jornada, que fossem muito embora; mas que esses entendessem só no que tocasse à guerra, e não no particular de praticar ou descer os índios, pois V. M. no-lo encomendava a nós, e para isso mandava vir padres, línguas do Brasil, a tantas despesas suas; e sobretudo proíbe expressamente, e sob tão graves penas, que nenhuma pessoa secular pudesse ir buscar índios: mas de nada disto fez caso Inácio do Rego, dizendo que não havia de mudar o seu regimento, e assim o deu ao dito Gaspar Cardoso, mandando-lhe que o guardasse inviolavelmente.

Sucedeu isto tudo no mesmo dia da partida. Indo-me já embarcar, veio ter comigo o vigário-geral do Pará, Mateus de Sousa Coelho, de quem V. M. por outra via terá largas informações, íntimo amigo e confidante de Inácio do Rego. Trouxe-me o dito vigário um papel, em que Inácio do Rego ordenava a Gaspar Cardoso que seguisse na jornada o que eu dispusesse; mas aqui estive o maior engano de todos, porque, debaixo desta ordem, lhe deu Inácio do Rego outra em contrário, em que lhe mandava que a não guardasse e fizesse em tudo o que dizia no regimento que lhe dera: e com efeito assim o fez e cumpriu o dito Gaspar Cardoso.

Partimos para o rio dos Tocantins, eu e outros três religiosos, todos sacerdotes teólogos e práticos na língua da terra, e dois deles insignes nela. Navegamos pelo rio acima duzentas e cinquenta léguas; chegamos ao lugar onde estavam os índios que íamos buscar; e Gaspar Cardoso foi o que, conforme o seu regimento, governou sempre tudo, e o que em seu nome antes de chegar mandava embaixada aos índios, e a quem eles foram reconhecer depois de chegado, e o que lhes disse que os ia buscar da parte de V. M. e do governador, e o que lhes fazia as práticas por meio de um mulato que lhe servia de intérprete: e no mesmo tempo estávamos nós nas nossas barracas, mudos como se nos não pertencera aquela empresa, nem tivéramos línguas, nem tanta autoridade como o ferreiro para falar, nem fôramos aqueles homens a quem V. M. mandou vir ao Maranhão com tantos empenhos só para este fim, nem Gaspar Cardoso fosse secular a quem V. M. o proíbe sob pena de caso maior.

Fiz por três vezes requerimento ao dito Gaspar Cardoso se não intromettesse no que lhe não tocava, e era próprio de nossa profissão, e para que V. M. nos mandara; mostrei-lhe e li-lhe, diante dos padres e de oito ou dez soldados que levava consigo, a ordem de V. M. e a do capitão-mor, e respondeu publicamente que a de V. M. não podia guardar e que a do capitão-mor não queria. Bem entenderam todos que este modo de falar era de quem se fiava em ordem secreta que tinha encontrada, e assim mo declarou o mesmo Gaspar Cardoso por muitas vezes, e a diferentes pessoas, como consta por certidões juradas, nas quais, e noutras que envio, poderá V. M. mandar ver outras muitas circunstâncias

deste caso mui notáveis e indignas.

Enfim, Senhor, os pobres índios nos diziam que não queriam fazer outra coisa senão o que os padres quisessem e o que el-rei mandava, trazendo sempre el-rei na boca; mas Gaspar Cardoso e os seus, parte com promessas, parte com ameaços, parte com lhes darem demasiadamente de beber e os tirarem de seu juízo, parte com lhes dizerem que os padres haviam de tirar aos principais as muitas mulheres que costumavam ter, para com isto os alienarem de nós: com estas e outras semelhantes violências e impiedades, arrancaram de suas terras metade dos índios que ali estavam (e seriam por todos mil almas), e os trouxeram pelo rio abaixo; e depois de Gaspar Cardoso repartir alguns pelos soldados e levar outros para sua casa, a maior parte de todos se puseram na aldeia chamada de Mocajuba, sem embargo de não haver nela mantimentos alguns para se sustentarem; mas é esta aldeia a que está mais perto dos principais tabacos de Inácio do Rego.

Este foi, senhor, o fim desta malograda missão, na qual, se se guardaram as ordens de V. M., e os padres se ficaram com os índios, como eles e nós pretendíamos, para se descerem depois comodamente, assim destas como de três outras nações vizinhas, esperávamos trazer, em mui pouco tempo, à fé de Cristo mais de cinco ou seis mil almas, e com elas muitas outras no mesmo rio.

Mas não só ficaram estas almas fora do grêmio da Igreja, senão que também foram os padres constrangidos a deixar naquele sertão muitas de inocentes que já tinham batizado, ficando em tão evidente risco de não terem jamais quem lhes ensine a fé que receberam e de viverem e morrerem como os demais gentios.

E certo, senhor, é dor grande, e que há mister muita graça do Céu para se sofrer, verem tantos religiosos, homens de bem, que depois de deixarem suas pátrias e províncias e as comodidades que nelas tinham, e tudo quanto podiam ter, por amor de Deus; depois de passarem mares e atravessarem tão grandes e perigosos rios, padecerem fomes, frios, chuvas, enfermidades e as inclemências do mais destemperado clima que tem o mundo; e depois de se exporem a tantos e tão evidentes perigos de vida, só por salvar estas pobres almas; que quando as tinham já quase dentro das redes de Cristo, lhas houvessem de tirar delas por uma violência tão enorme, e que os que fizeram esta injúria a Deus, à fé, à Igreja e a V. M., não fossem os bárbaros das brenhas, nem outros homens inimigos ou estranhos, senão aqueles mesmos de quem V. M. confia os seus estados, e a quem V. M. encomenda primeiro que tudo a conversão das almas, e lhes encarrega os meios dela sob pena de caso maior!

Por esta dor e por esta causa, foram de parecer todos os padres desta missão que eu partisse logo aos pés de V. M., a representar estas injustiças e violências, e a clamar e bradar, quando não bastasse, e assim estive deliberado; mas este pobre rebanho é tão pobre, tão desamparado e perseguido, que nem por poucos dias se pode deixar sem grande risco; e da real grandeza, justiça e piedade de V.

M. esperamos que bastem estas regras para V. M. lhes mandar deferir com tão pronto e breve remédio como a matéria pede e como todos estes perseguidos religiosos, vassallos de V. M. e seus missionários, prostrados aos reais pés de V. M., com todo o afeto de nossas almas lhe pedimos.

Pedimos, senhor, a V. M. o que verdadeiramente é cousa indigna de pedir-se num reino tão católico como Portugal, e a um rei tão pio e tão justo como V. M.; pedimos que mande V. M. acudir aos ministros do Evangelho; que mande libertar a pregação da fé, e desforçá-la das violências que padece; que mande franquear o caminho da conversão das almas, e pô-las no alvedrio natural em que Deus as criou; e que mande V. M. tomar conta de todas as que nesta ocasião se puderam salvar, e se queriam converter, e ficam perdidas.

E porque a experiência nos tem mostrado quão pouco temidas e obedecidas são nestas partes as ordens de V. M., por particular mercê lhe pedimos que as que de novo for servido mandar-nos não sejam com cláusula de que, fazendo-se o contrário, se dê conta a V. M.; porque o recurso está mui distante, e não há navio senão de ano em ano, e em um ano, e em um mês, e em um dia perdem-se, senhor, muitas almas. A pena de caso maior grande é, e que devera ser mui temida e respeitada; mas, como estas penas se ouvem tantas vezes e nunca se veem, são tão mal cridas como nós estamos experimentando. Assim que, senhor, não há senão isentar V. M. as missões de toda a intervenção e jurisdição dos que usam tão mal da que não têm, e libertar V. M. os ministros da pregação do Evangelho, pois Deus a fez tão absoluta e tão livre que não é bem que até a salvação dos índios seja neste estado cativa como eles.

A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus como a cristandade e os vassallos de V. M. havemos mister. Maranhão, 4 de abril de 1654.

1 Baltasar de Sousa Pereira.

2 “Ubirajara” no mss. de Évora. Ambas as grafias correspondem ao vocábulo tupi. Com o mesmo nome se designava uma tribo de ferozes selvagens, no sertão da Bahia, que como arma usavam um pau tostado, agudo em ambas as pontas, o qual de longe arremessavam; e daí lhes veio o título, que significa “senhores dos paus”. A estes do Maranhão chamavam também “barbados”.

3 Inácio do Rego Barreto.



Carta ao rei d. João iv

6 de abril de 1654

Senhor. — *E sabe Deus que com muito zelo de Seu serviço desejo que se guarde justiça a essa pobre gente, para o que vos encomendo muito me advirtais de tudo que vos parecer necessário, porque fazeis nisso muito serviço a Deus e a mim.*

Estas palavras. Senhor, são de V. M., na carta que foi servido mandar-me escrever, e muito dignas de V. M.; e porque as injustiças que se fazem a esta pobre e miserabilíssima gente não cabem em nenhum papel, direi somente neste o modo com que se poderão remediar, depois de o ter considerado e encomendado a Deus e o ter conferido com algumas pessoas das mais antigas, experimentadas e bem-intencionadas deste Estado, posto que são nele poucos os que podem dar juízo nesta matéria, que sejam livres de suspeita e dignos de fé; porque todos são interessados nos índios, e vivem e se remedeiam das mesmas injustiças que V. M. deseja remediar.

O remédio, pois, senhor, consiste em que se mude e melhore a forma por que até agora foram governados os índios; o que se poderá fazer mandando V. M. guardar os capitulos seguintes:

i. Que os governadores e capitães-mores não tenham jurisdição alguma sobre os ditos índios naturais da terra, assim cristãos como gentios, e nem para os mandar, nem para os repartir, nem para outra alguma cousa, salvo na atual ocasião de guerra, a que serão obrigados a acudir, eles e as pessoas que os tiverem a seu cargo, como fazem em toda a parte; e para serviço dos governadores se lhe nomeará um número de índios conveniente, atendendo à qualidade e autoridade do cargo e à quantidade que houver dos ditos índios.

ii. Que os ditos índios tenham um procurador-geral em cada capitania, o qual procurador assim mesmo seja independente dos governadores e capitães-mores, em todas as cousas pertencentes aos mesmos índios; e este procurador seja uma das pessoas mais principais e autorizadas e conhecidas por de melhores procedimentos, ao qual elegerá o povo no princípio de cada ano, podendo confirmar ao mesmo ou eleger outro, em caso que não dê boa satisfação de seu officio, o qual officio exercitará com a jurisdição e nos casos que ao diante se apontam.

iii. Que os ditos índios estejam totalmente sujeitos e sejam governados por

peessoas religiosas, na forma que se costuma em todo o Estado do Brasil; porquanto, depois de se intentarem todos os meios, tem mostrado a experiência que, segundo o natural e a capacidade dos índios, só por este modo podem ser bem governados e conservarem-se em suas aldeias.

iv. Que no principio de cada ano se faça lista de todos os índios de serviço que houver nas aldeias de cada capitania, e juntamente de todos os moradores dela, e que, conforme o número dos ditos índios e dos ditos moradores, se faça repartição dos índios que houverem de servir aquele ano a cada um, havendo respeito à pobreza ou cabedal dos ditos moradores, de maneira que a dita repartição se faça com toda a igualdade, sendo em primeiro lugar providos os pobres, para que não pereçam; e as sobreditas listas e repartição a faça o prelado dos religiosos que administrar os ditos índios, e o procurador-geral de cada capitania, conforme suas consciências, sem na dita repartição se poder meter governador, nem câmara, nem outra alguma pessoa de qualquer qualidade que seja; e em qualquer dúvida que houver, por parte dos índios ou moradores acerca da repartição, recorrerão ao dito prelado e procurador, e estarão pelo que eles resolverem, sem apelação, nem agravo, nem forma alguma de juízo.

v. Que, porquanto as aldeias estejam notavelmente diminuídas, os índios se unam de modo que parecer mais conveniente, e em que os mesmos índios se conformarem, e se reduzam a menor número de aldeias, para que sejam e possam ser melhor doutrinados, e que as ditas aldeias assim unidas se ponham nos sítios e lugares que forem mais acomodados, assim para o serviço da república como para a conservação dos mesmos índios.

vi. Que, para que os índios tenham tempo de acudir às suas lavouras e famílias e possam ir às jornadas dos sertões, que se há de fazer para descer outros e os converter à nossa santa fé, nenhum índio possa trabalhar fora da sua aldeia cada ano mais que quatro meses, os quais quatro meses não serão juntos por uma vez, senão repartidos em duas, para que desta maneira se evitem os desserviços de Deus que se seguem de estarem muito tempo ausentes de suas casas.

vii. Que, para que os índios sejam pagos de seu trabalho, nenhum índio irá servir a morador algum, nem ainda nas obras públicas do serviço de s.m., sem se lhe depositar primeiro o seu pagamento, o qual, porém, se lhe não entregará senão trazendo escrito de que tem trabalhado o tempo por que se concertaram; e para o dito depósito dos pagamentos haverá uma arca com duas chaves em cada aldeia, uma que terá o religioso que administrar, e outra, o principal da mesma aldeia.

viii. Que todas as semanas ou todos os quinze dias, conforme o número das aldeias, haverá uma feira dos índios, à qual cada aldeia, por seu turno, trará a vender todos os frutos das suas lavouras, e o mais que tiverem, o que servirá assim de que as povoações dos portugueses tenham abundância de mantimentos, como de que os índios levem delas as cousas necessárias a seu uso e se animem

com este comércio a trabalhar; e, para que não se lhes possa fazer algum engano nos preços das cousas que lhes forem dadas por comutação das suas, presidirá nesta feira o procurador dos índios ou a pessoa a quem ele o cometer, eleita por ele e pelo prelado dos religiosos que na capitania tiverem a seu cargo os índios.

ix. Que as entradas que se fizerem ao sertão as façam somente pessoas eclesiásticas, como V. M. tem ordenado aos capitães-mores sob pena de caso maior em seus regimentos, e que os religiosos que fizerem as ditas entradas sejam os mesmos que administrem os índios em suas aldeias; porque, sendo da mesma sujeição e doutrina, melhor os obedecerão e respeitarão, e irão com eles mais seguros de alguma rebelião ou traição.

x. Que pela causa sobredita, e por evitar bandos entre os índios, que naturalmente são vários e inconstantes e desejos de novidades, e para que a doutrina que aprenderem seja a mesma entre todos sem diversidades de pareceres, de que se podem seguir graves inconvenientes, ainda que neste estado haja diferentes religiões, o cargo dos índios se encomende a uma só, aquela que V. M. julgar que o fará com maior inteireza, desinteresse e zelo, assim do serviço de Deus e salvação das almas como do bem público.

xi. Que nenhuns índios se desçam do sertão sem primeiro se lhes fazerem suas roças e aldeias onde possam viver, e que não sejam obrigados a entrar na pauta dos índios de serviço, na forma acima dita, senão depois de estarem mui descansados do trabalho do caminho, e doutrinados e domesticados, e capazes de serem aplicados ao dito serviço dos moradores, que sempre se deve fazer sem nenhuma violência, nem opressão dos índios.

xii. Que, se nas entradas que se fizerem ao sertão forem achados alguns índios de corda, ou que de alguma outra maneira sejam julgados por justamente cativos, estes tais se poderão resgatar, com condição que os religiosos, com assistência do cabo que for, julguem primeiro os ditos cativeiros por justos e lícitos, examinando-os por si mesmos; e, para este fim, irão sempre às ditas jornadas religiosos que sejam juntamente bons línguas e bons teólogos, e quando menos que um seja bom teólogo, outro boa língua.

xiii. Que, em caso que os ditos resgates se façam nas entradas do sertão, a repartição deles se faça *pro rata* por todos os moradores do estado, conforme o número dos índios que se resgatarem, começando sempre pelos mais pobres, para que tenham quem os ajude; e os repartidores serão os mesmos procurador-geral e prelado da religião, que, como fica dito, hão de repartir os índios forros para o serviço.

xiv. Que, porquanto as jornadas ao sertão, que se fazem, sejam ordinariamente perigosas, por razão dos bárbaros, para segurar os religiosos e os índios que forem nas ditas jornadas, haja companhia de soldados brancos, a qual, ou inteira, ou dividida lhe dê escolta, conforme a necessidade o pedir; e que a dita companhia se chame da Propagação da Fé, e para ela será escolhido capitão e

soldados de maior cristandade e capacidade para o sertão, aos quais V. M. honre com algum privilégio particular; e que o dito capitão e soldados não seja companhia criada de novo, senão uma das mesmas que há, formada de ramo delas, e que só esteja sujeita aos governadores e capitães-mores em ocasião de guerra atual ou delito que cometesse, e no mais estará à disposição do prelado maior da religião que tiver a seu cargo as missões do sertão, que também será missionário-geral de todo o estado; e, conforme o que o dito missionário-geral dispuser, o dito capitão ouvirá ou mandará os soldados que forem necessários para cada uma das missões com seus cabos, e os ditos cabos somente terão jurisdição na disposição da guerra, em caso que se haja de fazer, a qual sempre será defensiva, e de nenhuma maneira se intrometerão a praticar aos índios, nem por si, nem por outrem, sob pena de caso maior, como V. M. tem ordenado.

xv. Que as peças, que se levarem ao sertão para os ditos resgates, irão entregues ao dito cabo que for nas ditas entradas, ou a alguma das ditas pessoas brancas que forem na mesma tropa, de quem o povo mais as confiar, o qual dará conta do dito cabedal à câmara, ou a quem lhe fizer a dita entrega.

xvi. Que os índios, que se descerem, se porão nos lugares que forem mais acomodados e necessários à conservação e aumento do estado; mas isto não fazendo força ou violência alguma aos mesmos índios, senão por vontade; e, se na descida dos ditos índios se fizerem algumas despesas, serão à custa das capitanias em que os ditos índios se puserem.

xvii. Que, para que nas aldeias haja muita gente de serviço, e os índios se conservem em maior simplicidade e sujeição, se não multipliquem nas aldeias oficiais de guerra, e somente haja, como no Estado do Brasil, os principais e meirinhos, e um capitão da guerra, e quando muito um sargento-mor, por estar introduzido. Mas, porque seria grande desconolação dos índios que ao presente têm os ditos cargos se lhes fossem tirados, se conservarão neles até que se extingam, e não se meterão outros em seu lugar.

xviii. Que a eleição dos ditos oficiais se não faça pelos governadores, nem por provisões suas, senão pelos principais das mesmas aldeias, com parecer dos religiosos que as tiverem a seu cargo, sem provisão alguma mais que uma simples nomeação, como se faz no Brasil, para que os pobres índios não sejam enganados com semelhantes papéis, como até agora foram, nem se lhes paguem com eles seus trabalhos: e somente quando faltasse sucessor ao principal de toda a aldeia ou nação, e se houvesse de fazer eleição em outro, no tal caso proporão os ditos prelados e procurador-geral dos índios a pessoa que entre eles tiver mais merecimento e lhes for mais bem-aceita, e o governador ou capitão-mor, em nome de V. M., lhe passará provisão.

xix. Que, para que os religiosos, que agora e pelo tempo em diante tiverem o cargo dos ditos índios, não tenham ocasião de os ocupar em interesses particulares seus, não possam os ditos religiosos ter fazenda, nem lavoura de

tabacos, canaviais, nem engenhos, nos quais trabalhem índios, nem livres, nem escravos. E os índios que lhes forem necessários para o serviço dos seus conventos se lhes repartirão na forma sobredita, assim a eles como aos religiosos das outras religiões, conforme a necessidade dos ditos conventos e quantidade que houver de índios.<sup>1</sup>

Estes são, senhor, os meios pelos quais, sendo governados os índios, cessarão de uma vez os inconvenientes gravíssimos que, com razão, dão tanto cuidado a V. M.; e, para prova do zelo e desinteresse com que vão apontados, não quero mais justificação que a dos mesmos capítulos. Muitas cousas das que neles se propõem estão já qualificadas, ou com o uso do Estado do Brasil, recebido depois de larga experiência, ou com provisões e regimentos de V. M., nos quais V. M. tem mandado o mesmo que aqui se aponta.

Atendeu-se neste papel não só ao remédio das injustiças, a que V. M. quer acudir, mas também ao serviço, conservação e aumento do estado, que todo consiste em ter índios que o sirvam, os quais até agora o não serviam, ainda que os tivesse.

O ponto da repartição dos ditos índios, que é o principal, parece que se não pode fazer com mais justificação; e põe-se juntamente nas mãos de um secular eleito pelo povo e de um religioso prelado, para que o religioso seja olheiro do secular, e o secular, do religioso, e num esteja seguro o zelo, e noutro, a conveniência.

Não é este o estilo que se usa no Brasil; porque lá todo o governo dos índios depende absolutamente dos religiosos, sem se fazer lista de índios, nem repartição, nem haver procurador-adjunto, nem outra alguma forma mais que a verdade e estilo dos mesmos religiosos, que a experiência tem mostrado que basta; mas aqui não se trata só do justo, senão também do justificado. Por este modo, senhor, e só por ele, poderão os índios já cristãos conservar-se em suas aldeias e serem doutrinados nelas; haverá quem leve os missionários aos sertões a trazer muitos outros à fé e obediência de V. M.; terão remédio os pobres que hoje perecem; cessarão as injúrias e injustiças dos que governam; e finalmente ficarão desencarregadas as consciências de quantos nelas têm parte, que são quase todos.

Este é, senhor, o meu parecer, e o de todos os missionários que nestas partes andamos, e temos experimentado e padecido os inconvenientes que do contrário se seguem; e tudo o que aqui se aponta e refere ser conforme ao que entendemos em nossas consciências o certifico de todos, e de mim o juro *in verbo sacerdotis*.

Só parece que faltava dizer aqui que religiosos, ou que religião há de ser a que tenha a seu cargo os índios na forma sobredita; mas neste particular não tenho eu, nem posso ter, voto, porque sou padre da Companhia. Só digo que é necessário que seja uma religião de mui qualificada e segura virtude, de grande desinteresse, de grande zelo da salvação das almas, e letras mui bem fundadas,

com que saiba o que obra e o que ensina; porque os casos que cá ocorrem são grandes, e muitos deles novos e não tratados nos livros. Enfim, senhor, a religião seja aquela que V. M. julgar por mais idônea para tão importante empresa, e seja qualquer que for.

Cá tive notícia que V. M. encarregara a conversão de Cabo Verde e Costa da Guiné aos padres capuchinhos de Itália, e me pareceu eleição do Céu e mui digna de V. M., pelo grande conceito que tenho do espírito e zelo daqueles religiosos. E lembrado estará o secretário Pedro Vieira que lhe falei eu mesmo neles, para este fim da conversão das almas, e lhe disse que tomara que no nosso reino se trocara esta religião por alguma outra, suposto não ser ela capaz de se multiplicar.

Mas, qualquer que seja a religião a que V. M. encomendar a conversão deste estado, se ela e os índios não estiverem independentes dos que governarem, V. M. pode estar mui certo que nunca a conversão irá por diante, nem nela se farão os empregos que a grandeza da conquista promete; porque estas terras não são como as da Índia ou Japão, onde os religiosos vão de cidade em cidade; mas tudo são brenhas sem caminho, cheias de mil perigos, e rios de dificultíssima navegação, pelos quais os missionários não hão de ir nadando, senão em canoas, e essas, muitas e bem armadas, por causa dos bárbaros; e estas canoas, e os mantimentos para elas, e os remeiros, e os guias, e os principais defensores, tudo são índios e tudo é dos índios; e se os índios andarem divertidos nos interesses dos governadores, e não dependerem somente dos religiosos, nem eles os terão para as ditas missões, nem estarão doutrinados como convém para elas, nem lhes obedecerão, nem lhes serão fiéis, nem se fará nada. Pelo contrário, só dizer-se aos índios do sertão que não hão de ser sujeitos aos governadores bastará para que todos se desçam com grande facilidade, e se venham fazer cristãos; porque só a fama e o medo do trabalho e opressão, em que os trazem os que governam, é o que os detém nos seus matos, como cada dia no-lo mandam dizer, e é cousa tão notória como digna de se lhe pôr remédio. Maranhão, 6 de abril de 1654.

1 Várias destas propostas foram incluídas na lei de 9 de abril de 1655, passada em virtude das resoluções de uma junta, a que assistiu Vieira em Lisboa, quando lá voltou dois meses depois de fazer essa carta.

Carta ao rei d. Afonso vi<sup>1</sup>

21 de maio de 1661

Senhor. — Ficam os padres da Companhia de Jesus do Maranhão, missionários de V. M., expulsados das aldeias dos índios e lançados fora do Colégio e presos numa casa secular, com outras afrontas e violências indignas de que as cometessem católicos e vassallos de V. M.

O executor desta ação foi o chamado povo, mas os que a moveram e traçaram, e deram ânimo ao povo para o que fez, são os que já tenho por muitas vezes feito aviso a V. M., que são os que mais deviam defender a causa da fé, aumento da Cristandade e obediência e observância da lei de V. M.

O motivo interior único e total desta resolução, que há muito se medita, é a cobiça, principalmente dos mais poderosos; e, porque esta se não contenta com o que lhe permitem as leis de V. M., e não há outros que defendam as ditas leis e a liberdade e justiça dos índios senão os religiosos da Companhia, resolveram finalmente de tirar este impedimento por tão indignos caminhos. Eu lhes disse sempre que, se não estavam satisfeitos, recorressem a V. M. como o autor e senhor das leis, e que V. M., ouvidas as partes, revogaria ou confirmaria o que fosse justo; mas eles, como desconfiados da sua justiça, nunca quiseram aceitar esta razão.

A última ocasião que tomaram para o que se fez, escreve-me o governador<sup>2</sup> que foi pelas três causas seguintes:

Primeira: por se publicar neste estado a carta da relação que fiz a V. M. do que se tinha obrado nestas missões o ano de 659, a qual V. M. foi servido mandar que se imprimisse<sup>3</sup> e não se pode crer quanto com esta carta se acendeu a emulação dos que não podem sofrer que, havendo tantos anos que estão neste estado, nunca se obrassem nele estas cousas senão depois que vieram os padres da Companhia.

Segunda: vieram também ao Maranhão, e publicaram-se, umas cartas que escrevi a V. M. por via do bispo do Japão, em que dava conta a V. M. das contradições que tinha neste estado a propagação da fé, e quão mal se guardavam as leis de V. M. sobre a justiça dos índios, das quais cousas me tinha V. M. mandado repetidamente desse conta a V. M. por via do bispo, e juntamente que apontasse os remédios com que se lhe podia acudir. E, porque assim o fiz,

nomeando entre os transgressores das leis aos religiosos do Carmo, cujo provincial, frei Estêvão da Natividade, foi o primeiro que as quebrou, este mesmo provincial, indo embarcado para o Reino no navio em que iam as ditas cartas, sendo tomado pelos dunquerquezes, teve traça para as haver à mão, e as teve em segredo até a morte do bispo, e depois dela remeteu aos seus frades, e as publicaram e se executou o que por muitas vezes, no público e no secreto, tinham intentado.<sup>4</sup>

Terceira: a prisão do índio Lopo de Sousa Guarapaúba. Este índio é principal de uma aldeia, e, depois da publicação das leis de V. M., nunca as quis guardar, e, amparado dos poderosos, a quem por esta causa fazia serviços, vivendo no mesmo tempo ele e os seus como gentios, sendo cristãos mui antigos, porque, além das muitas amigas que tinha o dito principal, estava casado *in facie Ecclesiae* com uma irmã de outra de quem antes do matrimônio tinha publicamente filhos, calando este impedimento, e intimidando a todos os da aldeia para que nenhum o descobrisse, consentindo-os viverem do mesmo modo, e não tratando de missa, nem de sacramento algum, nem ainda na hora da morte, morrendo por esta causa todos sem confissão e em mau estado; enfim, em tudo como gentios e desobedientes às leis de V. M., contra as quais o dito principal cativava índios forros e os vendia, e outros mandava matar a modo e com cerimônias gentílicas: e tudo isto lhe sofriam os que o deveram castigar, por interesses vilíssimos. Foi o dito principal por muitas vezes admoestado pelos padres dos ditos excessos, principalmente dos que pertencem à Igreja, sem emenda alguma; e, não aproveitando nenhum meio suave, propus ao governador que convinha ser aquele índio castigado, para exemplo dos mais, que já alegavam e se desculpavam com ele, o que o dito governador não lhe pareceu fazer, dizendo-me que melhor era que o castigássemos por via da Igreja, e me deu ordem para que, sendo-me necessários soldados para sua prisão, os desse o capitão-mor do Pará, e por esta causa foi preso, não se amotinando por isso a aldeia, como falsamente se publicou, mas havendo muitas pessoas eclesiásticas, e seculares, e ministros de V. M., que persuadiram aos índios que se levantassem.

Estas três causas, tão justificadas, dizem, foram a última ocasião do que se fez, mas a causa verdadeira é, senhor, a que tenho dito a V. M.: a cobiça insaciável dos maiores, a qual neste mesmo ano, antes de haver estas cousas, tinha já dado princípio a motins, assim no Maranhão como no Pará. No Maranhão, insistindo que também se haviam de repartir as mulheres como os maridos para o serviço dos moradores, contra as leis de V. M.; e no Pará, que haviam de ir ao resgate, fora do tempo e ocasião em que somente o permitem as ditas leis, ameaçando que, se lhe não consentissem, o fariam por si mesmos, e de tudo fizeram papéis, convocando o povo etc.

Agora, dizem, mandam procuradores a esse Reino, e que levam alguns índios seus confidentes, que, por serem de abominável vida, não querem a doutrina e



sujeição dos padres: e todos dirão e levarão escrito e jurado contra a verdade o que lhes ditar a paixão, o ódio e o interesse injusto e cego. Assim que, senhor, por guardarmos as leis de V. M., e porque damos conta a V. M. dos excessos com que são desprezadas, e porque defendemos a liberdade e justiça dos miseráveis índios cristãos e que de presente se vão convertendo, e sobretudo porque somos estorvo aos infinitos pecados de injustiça que neste Estado se cometiam, somos afrontados, presos e lançados fora dele.

O que só sentimos (que pelo demais damos infinitas graças a Deus) é a ruína de tantos milhares de almas, e dos felizes princípios de uma tão florente cristandade, que por este meio se destrói, descompondo-se e perdendo-se quanto até agora se tinha obrado e conseguido com tantos trabalhos: porque a razão total da conversão dos índios gentios, e das pazes dos que eram inimigos, e de se virem para nós os que estavam metidos pelos matos, e de aceitarem a fé e obediência da Igreja, era ter-se-lhes prometido em nome de V. M. que haviam de estar debaixo do patrocínio dos padres, que eles têm experimentado são só os que os defendem; e com este exemplo fica perdido o crédito de nossa palavra, a autoridade das leis de V. M., as promessas que em nome de V. M. lhes fizemos, enfim, tudo.

De tudo o que tenho referido a V. M. tive aviso no mar, onde faço esta, vindo para o Maranhão de visitar as cristandades do Pará e rio das Amazonas, onde de novo deixei assentadas duas missões, uma na nação dos tapajós e outra na dos nhengaibas, os quais, conforme o prometido, se vão saindo dos matos e têm já nove aldeias à beira dos rios. Até as nações que têm o trato imediato com os holandeses nos mandaram pedir os aceitássemos por filhos, debaixo das mesmas condições de paz e vassalagem de V. M. Mas, quando isto fazem os gentios bárbaros, os portugueses e religiosos nos prendem e nos desterram, e isto nas cidades do rei mais católico, e no reino que Deus escolheu para si, e para propagação de sua fé.

Por esta causa, senhor, desisto do caminho que levava para o Maranhão, e torno ao Pará e rio das Amazonas, a ver se posso de algum modo conservar esta parte do rebanho de Cristo e confirmar os índios, que com este caso se consideram já todos na antiga servidão e tirania, para que se não tornem depois de batizados para os matos e gentilidades, e também, senhor, para animar aos mesmos religiosos da Companhia, que, havendo deixado o descanso e quietação de suas pátrias e colégios, levam muito desigualmente verem-se da hora nestas tempestades e perseguições, não padecidas pela fé (que isto estimariam muito), mas pela desobediência e pouca cristandade dos vassalos e ministros de V. M.

Dos poucos que somos, morreram este ano quatro sacerdotes, todos na campanha, trabalhando com os índios em sua conversão, e todos em sumo desamparo das cousas humanas, e quando tão constantemente servíamos a Deus e a V. M., cujos missionários somos. Julgue V. M., senhor, se é justo que

padeçamos por esta causa, e se merece a justiça dela ser amparada e eficazmente pelo real braço de V. M.

O que da nossa parte só pedimos prostrados aos reais pés de V. M., pelo sangue de Jesus Cristo, são as duas cousas seguintes, que de direito se devem a todos:

1<sup>a</sup>. Que V. M. mande restituir logo e repor aos religiosos da Companhia na forma em que estavam, assim no seu Colégio como em todas as aldeias dos índios, com a mesma autoridade e jurisdição que de antes tinham, de que foram injusta, violenta, temerária e sacrilegamente esbulhados; e que nisto não haja réplica, nem dúvida, sem ser admitido requerimento algum dos moradores deste Estado antes da dita restituição.

2<sup>a</sup>. Que, depois da dita restituição feita, V. M. não mande resolver proposta alguma dos ditos moradores sem primeiro eu ser ouvido: e digo, senhor, ser ouvido eu porque, como eu fui o que criei esta missão por ordem de V. M.,<sup>5</sup> e assisti a tudo o que sobre ela se dispôs; eu só tenho as notícias fundamentais de tudo, e só posso informar e alegar das razões porque se ordenaram os particulares dela, e os gravíssimos danos que do contrário se seguem.

Lembrando e representando ultimamente a V. M. outras duas condições de grande peso, para a primeira resolução deste negócio e brevidade dela:

1<sup>a</sup>. Que as lei e regimento, que os moradores do Maranhão repugnam, foram consultadas em junta das maiores pessoas de letras do Reino, depois de ouvidos os procuradores do Maranhão e Pará, com decreto de V. M., pedido por mim, que se lhe concedesse tudo o que fosse lícito e possível em consciência; e assim se fez. Donde se segue que tudo o mais que pretenderem é ilícito e injusto.

2<sup>a</sup>. Que os índios tobajaras da serra,<sup>6</sup> e os tobajaras e potigoaras retirados de Pernambuco, e os jurunas, e os nhengaibas, e os anajases, e os mapuases, e os mamaianás, e os aruãs, e os poquis, e os poucigoaras, e os tupinambás, que são as nações que reduziram novamente à fé os padres da Companhia, e outras muitas que atualmente se estão reduzindo; a todas estas nações se lhes praticou e prometeu, da parte de V. M., que não haviam de estar debaixo da immediata sujeição dos portugueses, senão debaixo do governo dos seus principais e do patrocínio dos padres da Companhia, que com as leis de V. M. os haviam de defender das antigas opressões que padeciam: e debaixo desta condição, e das demais conteúdas nas ditas leis e regimento último de V. M.,<sup>7</sup> aceitaram e juraram a paz, obediência e vassalagem em que V. M. os tem. E se agora se lhes quebrarem as ditas condições, e se tirarem aqueles índios de baixo do dito patrocínio dos padres, não haverá dúvida que se siga uma de duas consequências, ambas muito para remediar e temer: porque, ou se hão de retirar outra vez para os matos, para assim se livrarem da antiga servidão, com perda da fé, sua e dos mais, ou hão de lançar mão às armas, em defesa da sua justiça e liberdade

contra os violadores de seus foros e das leis de V. M., desforçando-se justamente por si mesmos, pois os que tinham esta obrigação o não podem ou o não querem fazer; e em qualquer dos ditos casos se perde tudo.

V. M. o mandará considerar e resolver, com a brevidade e efeito que pede matéria tão grande, em que o menos que se arrisca é o estado, se o respeito da Igreja, a fé e a salvação de tantos milhares de almas se não tem por menos. A muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. guarde Deus como a cristandade e os vassallos de V. M. havemos mister.

Praias do Cumá,<sup>8</sup> 22 de maio de 1661.

- 1 Publicada em 1908 na *Revista da Academia Cearense* pelo barão de Studart, que obteve a cópia fotográfica do arquivo da Companhia de Jesus. Sem assinatura; provavelmente traslado, remetido por Vieira aos superiores.
- 2 Carta de d. Pedro de Melo, publicada por Berredo nos *Anais históricos do Maranhão*, cit., com a data de 23 de maio, que implica com a desta carta de Vieira, em 21. Uma das datas se tem de rejeitar, por coerência.
- 3 De 28 de novembro de 1659. “A gazeta que veio do Reino”, chama-lhe a carta de Berredo.
- 4 O levantamento do povo contra os jesuítas.
- 5 Isto é, de d. João iv.
- 6 De Ibiapaba.
- 7 O regimento último seriam as ordens que para o Maranhão levou o governador d. Pedro de Melo, quando tomou posse.
- 8 Em território da capitania do Maranhão e já perto de S. Luís. Daí regressou Vieira ao Pará, onde o prenderam, para ser expulso com os outros missionários.

29 de abril de 1659

Conta-me v.s. prodígios do mundo, e esperanças de felicidades a Portugal: diz-me v.s. que todos referem tudo à vinda de el-rei d. Sebastião, de cuja vinda e vida tenho já dito a v.s. o que sinto. Por fim ordena-me v.s. que mande alguma maior clareza do que tantas vezes tenho repetido a v.s. da futura ressurreição do nosso bom amo e senhor d. João, o quarto. A matéria é muito larga, e não para se escrever tão de caminho como eu faço, numa canoa em que vou navegando ao rio das Amazonas, para mandar este papel noutra a alcançar o navio que está no Maranhão de partida para Lisboa. Resumindo, pois, tudo a um silogismo fundamental, digo assim: *O Bandarra<sup>2</sup> é verdadeiro profeta; o Bandarra profetizou que el-rei d. João, o quarto, há de obrar muitas cousas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando: logo el-rei d. João, o quarto, há de ressuscitar.* — Estas três proposições somente provarei, e me parece que bastarão para a maior clareza que v.s. deseja.

prova-se a consequência deste silogismo

Colher bem a consequência deste silogismo é discurso claro e evidente, porque, se Bandarra é verdadeiro profeta, como se supõe, segue-se que infalivelmente se hão de cumprir suas profecias, e que há de obrar el-rei d. João as cousas que o Bandarra tem profetizado dele; e, como estas cousas não as pode obrar el-rei estando morto, como está, segue-se com a mesma infalibilidade que há de ressuscitar. Esta ilação não só é de discurso, senão ainda de fê, porque assim o inferiu Abraão e assim o confirmou São Paulo, declarando o discurso que Abraão fizera quando Deus lhe mandou sacrificar e matar a Isaac, sobre quem o mesmo Deus lhe tinha feito tantas promessas que ainda não estavam cumpridas. *Fide obtulit Abraam Isaac* (diz São Paulo), *cum tentaretur, et Unigenitum offerebat, qui susceperat repromissiones, ad quem dictum est: Quia in Isaac vocabitur tibi semen: arbitrans quia et a mortuis suscitare potens est Deus.*

De sorte que Abraão, indo sacrificar a Isaac, em quem Deus lhe tinha prometido a sucessão de sua casa e outras felicidades ainda não cumpridas, fez este discurso: “Deus prometeu-me que Isaac há de ser o fundamento de minha

descendência; Deus manda-me matar ao mesmo Isaac: segue-se logo que, se Deus não revogar o seu mandado, e se Isaac com efeito morrer, que Deus o há de ressuscitar”. Esta foi a consequência de Abraão, e esta é a minha depois de el-rei d. João, o quarto, morto, como já o tinha sido quando s.m. esteve no grande perigo de Salvaterra;<sup>3</sup> em que tantas vezes e tão constantemente o repeti, e depois preguei que, ou el-rei não havia de morrer, ou, se morresse, havia de ressuscitar. Assim o disse em sua vida, assim o preguei em suas exéquias, assim o creio e espero; e assim o devem querer e esperar, por infalível consequência, todos os que tiverem a Bandarra por verdadeiro profeta, que é o que agora mostrarei.

prova-se a primeira proposição do silogismo

A verdadeira prova do espírito profético nos homens é o sucesso das cousas profetizadas. Assim o prova a Igreja nas canonizações dos santos, e os mesmos profetas canônicos, que são parte da Escritura Sagrada, fora dos princípios da fé não têm outra prova da verdade de suas revelações ou profecias senão a demonstração de ter sucedido o que eles tantos anos antes profetizaram.

O mesmo Deus deu esta regra para serem conhecidos os verdadeiros e falsos profetas: *Quod si tacita cogitatione responderis — Quomodo possum intelligere verbum quod Dominus non est locutus? Hoc habebis signum, quod in nomine Domini propheta ille praedixerit et non evenerit, hoc Dominus non est locutus.* No capítulo 18 prometeu Deus ao povo hebreu que lhe daria profetas de sua nação, e, porque no mesmo povo costumavam a se levantar profetas falsos, e podia haver dificuldade em conhecer quais eram os verdadeiros e mandados por Deus, o mesmo Deus deu por regra certa, para serem conhecidos uns e outros, o suceder ou não suceder o que se tivesse profetizado: “Se não suceder o que o profeta disser, tende-o por falso, e se suceder o que disser, tende-o por verdadeiro e mandado por mim”. Não se pode logo negar que Bandarra foi verdadeiro profeta, pois profetizou e escreveu tantos anos antes tantas cousas, tão exatas, tão miúdas e tão particulares, que vimos todas cumpridas com nossos olhos, das quais apontarei aqui brevemente as que bastem, sucedidas todas na mesma forma e com a mesma ordem como foram escritas.

Primeiramente profetizou Bandarra que, antes do ano de 1640, se havia de levantar em Portugal uma a que ele chama “grã tormenta”, que foi o levantamento de Évora, e que os intentos dessa tormenta haviam de ser outros do que mostravam, porque verdadeiramente eram para levantar todo o Reino, e que essa tormenta havia de ser logo amansada, e que tudo se havia de calar, e que os levantados não teriam quem os seguisse ou animasse, como verdadeiramente sucedeu. Isto querem dizer aqueles versos do “Sonho primeiro”:<sup>4</sup>

Antes que cerrem quarenta  
Erguer-se-á grã tormenta  
Do que intenta,  
Que logo será amansada,  
E tomarão a estrada  
Da calada,  
Não terão quem os afoite.

Advirta-se que estes versos se hão de ler entre parênteses, porque não fazem sentido com os três versos imediatamente seguintes, os quais se atam com os de cima, e estes vão continuando a história com os que depois se seguem, estilo tão ordinário nos profetas como sabem os que os leem.

Profetizou mais o Bandarra que havia de haver tempo em que os portugueses (os quais, quando ele isto escrevia, tinham rei e reino) haviam de desejar mudança de estado, e suspirar por tempo vindoiro, e que o cumprimento deste desejo e deste tempo havia de ser no ano de 1640: e que neste ano de 1640 havia de haver um rei, não antigo, senão novo; não que se introduzisse ele senão levantado pelo reino; não com título de defensor da pátria, como alguns queriam, senão de rei; e que este rei se havia de pôr logo em armas e levantar suas bandeiras contra Castela, a qual Castela muitos tempos havia de ter gostado e logrado o reino de Portugal. Assim o dizem claramente os versos do mesmo “Sonho”:

Já o tempo desejado  
É chegado,  
Segundo o firmal assenta,  
Já se chegam os quarenta,  
Que se amenta  
Por um doutor já passado.  
O rei novo é levantado,  
Já dá brado,  
Já assoma sua bandeira  
Contra a grifa parideira  
Lagomeira  
Que tais pastos tem gostado.

A grifa significa Castela com muita propriedade, porque os reinos distinguem-se por suas armas, e o grifo é um animal composto de leão e águia, em que grandemente simboliza, com as águias e leões, partes tão principais do escudo das armas de Castela; e chama-se com igual energia, nesse caso, grifa parideira, porque, por meio de partos e casamentos, veio Castela a herdar tantos reinos e

Estados como possui, que foi também o título com que entrou em Portugal.

Profetizou mais o Bandarra que o nosso rei havia de ser de casa de infantes, que havia de ter por nome d. João, que havia de ser feliz e bem andante, e que com suma brevidade lhe haviam de vir novas de todas as conquistas que chama “terras prezadas”, as quais se declarariam pelo novo rei, e daí por diante estariam firmes por ele; como tudo se tem visto inteiramente, e sobre a esperança de todos e do mesmo rei, o que eu lhe ouvi dizer muitas vezes. Os versos são no mesmo “Sonho”:

Saia, saia esse Infante  
Bem andante,  
O seu nome é d. João.  
Tire e leve o pendão  
Glorioso e triunfante.  
Vir-lhe-ão novas num instante  
Daquelas terras prezadas,  
As quais estão declaradas  
E afirmadas  
Pelo rei de ali em diante.

Profetizou mais, com circunstâncias prodigiosas, que nas ditas terras prezadas, ou conquistas, havia de haver naquele tempo dois vizo-reis, o que nunca houve de antes nem depois; e que um deles, que foi o marquês de Montalvão, era agudo, e outro, que foi o conde de Aveiras, era sisudo e cabeludo; e que o primeiro não havia de ser deteúdo, ou detido no governo, isto é, que havia de ser tirado dele; declarando mais que se havia de chamar Excelência, e que a causa de ser tirado haviam de ser suspeitas de infidelidade; mas que essa infidelidade não havia de estar no seu escudo, como verdadeiramente não esteve naquele tempo, porque ele, como diz o mesmo Bandarra, foi o instrumento da aclamação em todo o Brasil, aonde mandou ordens que fosse el-rei d. João aclamado. Pelo contrário, que o conde de Aveiras havia de pôr alguma dificuldade e como resistência à aclamação de el-rei no Estado da Índia, o qual Estado, com grande desejo e ímpeto, e sem os reparos do vizo-rei o terem mão, havia de aclamar, como fez. Dizem os versos do mesmo “Sonho”:

Não acho ser deteúdo  
O agudo,  
Sendo ele o instrumento;  
Não acho, segundo *sento*  
O *Excelento*  
Ser falso no seu escudo;  
Mas acho que o Lanudo

Mui sisudo  
Que arrepeará o gato,  
E fá-lo-á murar o rato  
De seu fato,  
Leixando-o todo desnudo.

Porque esta trova é a mais dificultosa do Bandarra, e a que ninguém jamais pôde dar sentido, posto que já fica explicada, a quero comentar verso por verso, para que melhor se entenda.

Não acho ser deteúdo:

Todos os que governavam as praças de Portugal nas conquistas foram deteúdos ou detidos nelas, porque os conservou el-rei nos mesmos postos; só ao marquês de Montalvão mandou s.m. tirar por ocasião da fugida dos filhos e do ânimo da marquesa, e por isso diz Bandarra que não acha ser deteúdo.

O agudo:

Os que conheceram o marquês sabem quão bem lhe quadra o nome de *agudo*, pela esperteza natural que tinha em todas suas ações e execuções, e ainda nas feições e movimentos do corpo; mas mais que tudo no inventar, traçar, negociar, introduzir-se etc.

Sendo ele o instrumento:

Em muitas partes foi instrumento da aclamação o povo, e não os que governavam: no Brasil o marquês de Montalvão foi o instrumento da aclamação, a qual executou com grande prudência e indústria, por haver na Bahia dois terços de castelhanos e um de napolitanos, que puderam sustentar as partes de Castela, e, quando menos, causar alvoroços.

Não acho, segundo *sento*:

Note-se muito o *segundo sento*, ou segundo sinto, que é falar já Bandarra com alguma dúvida na mesma fidelidade do marquês, que nesse lugar abonava. Verdadeiramente, é certo que o marquês muito tempo foi fiel; o modo com que acabou mostrou que o não fora sempre. <sup>5</sup>

O *Excelento*:

Chama-lhe Excelência por marquês e vizo-rei, sendo o único vizo-rei e o único marquês que governou o Brasil. Mas todas estas circunstâncias via Bandarra; e



por que lhe não chama Excelente, senão *Excelento*? Sem dúvida para que deste masculino tão desusado se inferisse a diferença do feminino. Como se dissera: “A fidelidade de que falo, advirtam que é do marido, e não da mulher; do *Excelento*, e não da *Excelento*”, como logo explica.

Ser falso no seu escudo:

Para estranhar Bandarra, como estranha, o ser tirado ou não ser deteúdo o marquês, sendo ele o instrumento da aclamação, parece que bastava dizer que não era falso; mas acrescentou: *no seu escudo*, porque assim como viu a fidelidade do marquês na aclamação, assim viu também a infidelidade de sua mulher e seus filhos, como se dissera: “Falso não no seu escudo; mas no de sua mulher e seus filhos sim”.

Mas acho que o Lanudo:

O conde de Aveiras era mui cabeludo e barbaçudo, como todos vimos; tinha muitos cabelos nas sobranceiras, nas orelhas, no nariz por dentro e por fora, e só dentro dos olhos não tinha cabelos, posto que lhe chegava a barba muito perto deles; e ouvi dizer a seu sobrinho, o conde de Unhão, d. Rodrigo, que seu tio tinha pelo corpo lã como um carneiro; por isso Bandarra lhe chama Lanudo.

Mui sisudo:

Só em ir segunda vez à Índia o não foi; mas no falar, no calar, no andar, no negociar e em todas suas ações, por fora e por dentro, não há dúvida que tinha o conde de Aveiras aquelas partes por que o mundo chama aos homens sisudos; e por tal o tinha el-rei ainda quando o não gabava.

Que arrepeará o gato,  
E fá-lo-á murar o rato:

O gato significa o Estado da Índia, o qual, tanto que chegou a nova da aclamação a Goa, quis logo aclamar publicamente; mas o vizo-rei arrepelou, porque foi à mão ao ímpeto do povo e dos soldados, fechando-se dentro no paço, para considerar como sisudo o que havia de fazer em matéria tão grande: e esta foi a única detença ou mora que a aclamação teve em Goa, que se explica pelo murar do gato ao rato, que é aquela mora ou detença em que o gato está como duvidando se arremeterá ou não.

De seu fato,  
Deixando-o todo desnudo:

Conclui o Bandarra contra o conde, como desgostado dele, que deixaria o Estado da Índia desnudo de seu fato: porque trouxe da Índia muita fazenda, a qual na Índia propriamente se chama fato, assim como em Itália se chama roupa; e fundado eu nesta menos aceitação do Bandarra acerca do conde de Aveiras, quando el-rei o fez segunda vez vizo-rei da Índia, disse a s.m. que me espantava muito que s.m. elegeisse por vizo-rei da Índia a um homem de quem o Bandarra dizia mal. Que não lhe podia suceder bem o efeito o mostrou.<sup>6</sup>

Todos estes versos que tenho referido vão continuados, e neles descrito o sucesso da aclamação do rei no Reino e nas conquistas, com todas suas circunstâncias, e logo imediatamente se segue no mesmo “Sonho primeiro”:

Não tema o turco não,  
Nesta sezaõ,  
Nem o seu grande mourismo  
Que não conheceu batismo,  
Nem o crismo;  
É gado de confusão etc.

Estes versos contêm uma circunstância admirável de profecia, porque não só profetizou e declarou Bandarra as cousas que haviam de ser, e o tempo em que haviam de ser, senão também os tempos e conjunções em que não haviam de ser. O principal assunto do Bandarra é a guerra que el-rei há de fazer ao turco, e a vitória que dele há de alcançar: e, porque não cuidássemos que esta empresa havia de ser logo depois da aclamação do novo rei, adverte, e quer que advirtamos, o mesmo Bandarra que a empresa do turco não é para o tempo da aclamação, senão para outro tempo, e para outra sezaõ muito depois. E por isso diz que nesta sezaõ bem podia o turco estar sem temor: “Não tema o turco não, nesta sezaõ” etc.

A esta profecia negativa do turco se ajunta outra também negativa do papa, o qual papa supõe Bandarra que não há de reconhecer a el-rei senão depois que o turco entrar pelas terras da Igreja, e assim o declaram os versos do “Sonho segundo”:

O rei novo é acordado  
Já dá brado,  
Já ressoa o seu pregão,  
Já Levi lhe dá a mão,  
Contra Siquém desmandado.

Esta copla se explica adiante; por agora basta dizer que Levi é o papa, e Siquém, o turco, e, quando Siquém se desmandar pelas terras da Igreja, então dará Levi a mão ao rei novo, que já neste tempo será acordado: onde o que se

deve muito notar é aquele “Já Levi lhe dá a mão”, na qual palavra supõe Bandarra que até então não quis o papa dar a mão ao rei novo, como em efeito nenhum dos três papas Urbano, Inocêncio e Alexandre lha não quiseram dar até agora reconhecendo-o, por mais que foram requeridos pelo rei, pelo clero e pelos povos, com tantos gêneros de embaixadas.<sup>7</sup>

Por muitas vezes disse eu a el-rei, e principalmente quando me mandou a Roma, que o papa não havia de dar bispos, e, quando vinham novas que já os dava ou queria dar, sempre me ri disso, assim em Portugal como no Maranhão, de que são testemunhas todos os que me ouviram dizer por galantaria, muitas vezes, que os bispos não no-los havia de dar o papa, senão o turco.

O ser rei o infante d. Afonso, nosso senhor, e o ser governador das nossas armas Joane Mendes de Vasconcelos, também é profecia do Bandarra. Do infante disse:

Vejo subir um infante  
No alto de todo o lenho.

Todos cuidavam, e esperavam por natural consequência, que o príncipe d. Teodósio, que está no Céu, era o que havia de suceder a el-rei seu pai, e que, nas voltas que desse esta que o Bandarra chama “roda triunfante”, havia ele de ser o que subisse no alto de todo o lenho; mas veio a ser o infante d. Afonso, que Deus guarde, porque assim estava escrito. Muitas vezes me ouviu dizer el-rei e v.s., do mesmo príncipe, que dele não falava palavra o Bandarra. E de Joane Mendes disse:

Vejo subir um fronteiro  
Do Reino de trás da serra,  
Desejoso de pôr guerra  
Esforçado cavaleiro.

Já escrevi a v.s. que, quando se soube no Maranhão que o castelhano estava sobre Olivença, e que o conde de São Lourenço governava as armas, disse eu, diante de muitas pessoas eclesiásticas e seculares, que o que havia de fazer as facções era Joane Mendes de Vasconcelos, fundando-o nesta mesma copla, e interpretando ser ele o fronteiro de trás a serra, porque o era naquele tempo de Trás-os-Montes. Todo este papel, na mesma formalidade em que aqui vai lançado, o escrevi em últimos de abril deste ano, como se verá pela primeira via dele, que logo então mandei pelo Maranhão. Agora ouvi que Joane Mendes de Vasconcelos está não só retirado da guerra, mas preso,<sup>8</sup> com que parece errou minha conjectura na explicação ou na aplicação destes versos.

Facilmente concederei este erro, e admitirei que fale o Bandarra de outro

fronteiro que será de Trás-os-Montes, ou do que nos dizem que é hoje o conde de São João, de cujo esforço e cavalarias chega por cá tão honrada fama que bem lhe quadra o nome de esforçado cavaleiro. Mas, se houver quem queira persistir no primeiro sentido que demos aos versos, poderá tirar deles mesmos a solução e dizer o que eu dizia antes de cá se saber a retirada do sítio de Badajoz. Dizia eu, de que tenho muitas testemunhas, que, quando se não conseguisse a entrada da praça, nem por isso ficava desfeita a aplicação e acomodação dos versos, antes então ficavam melhor construídos; porque as palavras “desejoso de pôr guerra” não significam efeitos, senão desejos, antes em certo modo parece profetizavam que a empresa pararia só em desejos, posto que tão galhardamente manifestados. Onde também se deve notar a frase “de pôr guerra”, que é própria de sitiador praças, e não de vencer exércitos. E quanto à copla que se segue depois desta, falando do mesmo sujeito:

Este será o primeiro  
Que há de pôr o pendão  
Na cabeça do dragão,  
Derrubá-lo-á por inteiro,

é uma profecia e promessa do futuro, a que tanto se pode caminhar do castelo de Lisboa como de qualquer outra parte, porque fala manifestamente da guerra do turco, como adiante se verá mais claro. E diz Bandarra que aquele mesmo fronteiro que ele viu sair do Reino de trás da serra será o que há de pôr o pendão na cabeça do turco, que é Constantinopla, e que inteiramente o há de derrubar e vencer, seja quem for.

Isto é o que digo, e isto o que me parece, protestando que, assim nestes versos como em todos de Bandarra, não é minha tenção tirar a ninguém o direito que quiser ter neles, e muito menos dá-lo a outrem, que é o que no nosso reino mais se sente.

Tudo o que fica dito são as cousas em que até agora mais palpavelmente temos visto cumpridas as profecias do Bandarra, as quais profecias já cumpridas, se bem se distinguem e contam, achar-se-á que são mais de cinquenta, afora infinitas outras cousas que delas dependem, e com elas se envolvem. E todas conheceu e anteviu Bandarra, com tanta individuação de tempos, lugares, nomes, pessoas, feições, modos e todas as outras circunstâncias mínimas que bem parece as via com lume mais claro que o dos mesmos olhos que depois as viram; e, como todos estes sucessos eram totalmente contingentes e dependentes da liberdade humana, e de tantas liberdades quantas eram os homens, repúblicas, governadores, cidades e estados de todo o Reino e suas conquistas, bem se colhe que por nenhuma ciência, nem humana, nem diabólica, nem angélica, podia conjecturar Bandarra a mínima parte do que disse, quanto mais afirmá-lo com tanta certeza, escrevê-lo com tanta verdade e individuá-lo com tanta miudeza,

que é o de que se ele preza no prólogo da sua obra, quando diz: “Coso miúdo sem conto”<sup>9</sup> Foi logo lume sobrenatural, profético e divino, o que alumiou o entendimento deste homem idiota e humilde, para que as maravilhas de Deus, que nestes últimos tempos havia de ver o mundo em Portugal, tivessem também aquela preeminência de todos os grandes mistérios divinos, que é serem muito de antes profetizados.

Bem vejo que haverá quem duvide alguma das explicações que dou aos textos referidos, posto que tão claras e tão correntes, mas para o intento que pretendo provar, que é o espírito profético do Bandarra, bastam aquelas que todos confessam, e que não admitem dúvida alguma, que é grande parte das referidas.

E se não pergunto: Quem disse a Bandarra, no tempo de el-rei d. João o terceiro, que havia de faltar sucessor a Portugal, e que havia de vir a coroa a rei estranho? Quem lhe disse que a grifa parideira, ou que Castela, por um parto, que foi Felipe ii, filho da infanta imperatriz d. Isabel, havia de lograr Portugal? Quem lhe disse que o tempo desejado da redenção deste cativo havia de ser no ano de 1640? Quem lhe disse que o restaurador havia de ser rei novo e levantado? Quem lhe disse que este rei se havia de chamar d. João, e que havia de ser feliz e descendente de infantes? Quem lhe disse que o haviam de reconhecer e aceitar logo as conquistas, e que essas daí por diante haviam de estar firmes, sem nenhuma vacilar nem retroceder? Quem lhe disse que uma dessas conquistas havia de ser naquele tempo governada por um homem muito sisudo e muito cabeludo, e que o que governasse noutra se havia de chamar Excelência, e que era agudo, e que, sendo instrumento da aclamação, havia de ser tirado do cargo por suspeitas da infidelidade, e que essa infidelidade não havia de estar no seu escudo? Finalmente, quem lhe disse que o papa não havia de aceitar este rei, e que lhe havia de suceder na coroa um infante, e não o príncipe seu primogênito? É certo que só Deus podia dizer e revelar ao Bandarra todos estes futuros e qualquer deles, e com a mesma certeza se deve ter e afirmar que foi o Bandarra verdadeiro profeta.

Resta agora ver se profetizou Bandarra alguma cousa de el-rei d. João que ainda não esteja cumprida, que é o segundo fundamento da nossa consequência.

prova-se a segunda proposição do silogismo

As cousas que o Bandarra profetizou de el-rei d. João, que ele ainda não obrou e há de obrar, são tão grandes, tão extraordinárias e tão prodigiosas que, como se as passadas não tiveram nada de admiração, começa com este prólogo a narração delas o seu profeta no “Sonho segundo”:

Oh! quem pudera dizer  
Os sonhos que homem sonha!

Mas hei medo que ponha  
Grã vergonha  
De me os não quererem crer.

Isto mesmo, sr. bispo, é profecia do que hoje vemos: há de estar Bandarra corrido e envergonhado na opinião de muitos, até que os feitos maravilhosos de el-rei d. João, o quarto, nosso senhor, conquistem aos versos do seu profeta a fé, que já a primeira parte deles nos tem bem merecida.

Diz Bandarra primeiramente que sairá el-rei à conquista da Casa Santa, para se fazer senhor dela, deixando o Reino totalmente despejado, porque há de levar consigo tudo o que nele houver de homens que possam tomar armas. Assim começa o princípio do diálogo dos Bailos:

Vejo, vejo, direi vejo,  
Agora que estou sonhando,  
Semente de el-rei Fernando  
Fazer um grande despejo,  
E sair com grão desejo,  
E deixar a sua vinha,  
E dizer: “Esta casa é minha,  
Agora que cá me vejo”.

Chama a el-rei semente de el-rei Fernando, porque el-rei d. João, o quarto, é quarto neto de el-rei Fernando, o católico, tão conhecido e celebrado rei naquele tempo. E que esta saída seja para Jerusalém, e esta casa de que fala seja a Casa Santa, de tudo o que se segue se verá claramente.

Diz mais Bandarra que esta jornada será por mar, e que o efeito dela será tomar el-rei ao turco com grande facilidade e quase sem resistência. — “Sonho segundo”:

Vi um grão leão correr,  
E fazer sua viagem,  
E tomar o porco selvagem  
Na passagem,  
Sem nada lhe o defender.

Porco selvagem é o turco, como declara o mesmo Bandarra em muitos lugares. No “Sonho terceiro” fala do mesmo porco selvagem e da mesma viagem; e diz assim:

Já o leão vai bradando,  
E desejando

Correr o porco selvagem,  
E tomá-lo-á na passagem,  
Boa viagem  
Assim o vai declarando.

E no “Sonho terceiro”:

Este rei de grão primor  
Com furor  
Passará o mar salgado,  
Em um cavalo enfreado  
E não selado,  
Com gente de grão valor.  
Este diz que socorrerá  
E tirará  
Aos que estão em tristura.  
Deste contra a escritura  
Que se apura  
Que o campo despejará.

As gentes de que aqui fala, que diz estarão em tristura, e serão socorridos por el-rei, são os povos de Itália, que estarão oprimidos pelas armas do turco, que neles fará grandes crueldades, como claramente descreve o Salutivo,<sup>10</sup> e o mesmo Bandarra no diálogo dos Bailos, onde começa por Veneza, que será, ou já é, a primeira que padecerá as invasões do turco, e que gastará nesta guerra seus tesouros:

Também os venezianos  
Com as riquezas que têm,  
Virá o rei de Salém,  
Julga-los-á por mundanos.

Chama rei de Salém ao turco porque o turco é hoje senhor de Jerusalém, que na Escritura se chama também Salém; e, continuando a descrever as crueldades que fará o turco em Itália, diz, após os versos acima:

Já os lobos são entrados  
De alcateia nas montanhas,  
Os gados têm esfolados,  
E muitos alobegados,  
Fazendo grande façanha:  
O pastor-mor se assanha,  
E junta seus ovelheiros,

Esperta sua companha,  
Socorre os seus pegureiros.

O pastor-mor é o papa, que, vendo Itália e ainda Roma neste aperto, chamará os príncipes cristãos, que são seus ovelheiros ou os senhores de suas ovelhas, e espertará sua companha, que são os católicos: e note-se a palavra “esperta sua companha”, porque verdadeiramente parece que os príncipes cristãos estão dormindo, pois, havendo tantos anos que o turco está fazendo guerra à Cristandade em Itália, eles estão tão divertidos como se dormiram. A estes brados do pontífice acudirão os príncipes cristãos e, entre eles, o famoso rei de Portugal, como repete e declara o mesmo Bandarra no “Sonho primeiro”, profetizando juntamente a ruína do Império Otomano, o fim da lei de Mafoma e destruição da Casa de Meca:

A Lua dará grã baixa,  
Segundo o que se vê nela,  
E assim os que têm com ela  
Porque se lhe acaba a taxa.  
Abrir-se-á aquela caixa  
Que até agora foi cerrada,  
E entregar-se-á forçada  
Envolta na sua faixa.

E declarando quem será o autor e instrumento de tudo, continua:

Um grão leão se erguerá,  
E dará grandes bramidos;  
Seus brados serão ouvidos  
A todos assombrará;  
Correrá e morderá,  
E fará mui grandes danos,  
E nos reinos africanos  
A todos sujeitará:

Entrará mui esforçado,  
Será de toda a maneira;  
De cavalos de madeira  
Se verá o mar coalhado,  
Passará e dará brado:  
Na terra da promessa,  
Prenderá o velho cão  
Que anda mui desmandado.



Daqui se fica bem entendendo que a passagem é aquela onde diz o Bandarra que o leão há de tomar o porco selvagem, e é sem dúvida aquela parte do mar que há entre Itália e Constantinopla, que vem a ser a boca do mar Adriático no arquipélago. De sorte que o turco, obrigado das armas cristãs, há de fugir e retirar-se de Itália para suas terras, e nesta retirada ou passagem há de ser tomado; cousa que não se representará dificultosa, senão muito fácil, a quem tiver conhecimento do sítio, porque, como todo aquele mar é um bosque de ilhas, aqui lhe podem armar ciladas, ou, por melhor dizer, aqui lhas hão de armar, porque assim o diz o mesmo Bandarra no mesmo Bailo:

Depois já de apercebidos,  
E as montanhas salteadas  
Por homens muito sabidos,  
Pastores mui escolhidos,  
Que sabem bem as malhadas,  
Pôr-lhe-ão nas encruzilhadas  
Trampas, cepos de azeiros,  
Atalaias nas estradas,  
E bestas nas ameijoadas  
Com tiros muito ligeiros.

Não só há de fazer isto el-rei por meio de seu exército, mas diz Bandarra que por sua pessoa há de ferir ao turco. — “Sonho primeiro”:

Já o leão é esperto  
Mui alerta,  
Já acordou, anda caminho,  
Tirá cedo do ninho  
O porco; e é mui certo  
Fugirá pelo deserto  
Do leão e seu bramido;  
Demonstra que vai ferido  
Desse bom rei encoberto.

E posto que o turco assim ferido se há de retirar, depois desta retirada diz Bandarra que ele mesmo se há de vir entregar e sujeitar a el-rei. — Diálogo dos Bailos:

Ó senhor, tomai prazer,  
Que o grão porco selvagem  
Se vem já de seu querer  
Meter em vosso poder,  
Com seus portos e passagem.

Note-se o verso “com seus portos e passagem”, de que se confirma bem que a passagem de que fala acima é o mar e ilhas entre Itália e Constantinopla.

Diz mais Bandarra que, entregue o turco, se repartirão as suas terras entre os príncipes cristãos que forem a esta guerra, e que a el-rei caberá Constantinopla. No mesmo diálogo dos Bailos:

Tanja-se a gaita maior,  
Junte-se todo o rebanho,  
Eu com o vosso pastor  
Com mui grã soma de amor  
Vamos a partir o ganho.  
Tudo nos é sofranganho,  
Montes, vales, e pastores;  
Descansai, ó bailadores,  
Que não entre aqui estranho.

E logo abaixo:

Sus! Antes de mais extremos  
Baile Fernando e Constança,  
E pois que já tudo vemos,  
Pelo bem que lhe queremos  
Seja ele o mestre da dança.

Constança significa Constantinopla, e Fernando significa el-rei: e bailar ele com Constança e ser mestre da dança bem se vê que quer dizer que será Constantinopla sua, e que terá nesta repartição o maior lugar de todos. Não faça, porém, dúvida o nome de Fernando, porque os nomes das figuras deste diálogo são nomes supostos e não os próprios. E, assim como as pessoas que formam o mesmo diálogo se chamam Pedro, João, André, Garcia etc.,<sup>11</sup> não sendo esses os nomes dos príncipes que hão de ir à conquista de Jerusalém, porque não costumam ser tais os nomes dos príncipes estrangeiros, assim o nome de Fernando não é próprio do rei, senão suposto.

E, se houver quem queira insistir, sem razão, em que este seja o nome próprio do rei conquistador da Terra Santa, facilmente se pode dizer que el-rei em sua ressurreição, ou em sua assunção ao Império, tomará o nome de Fernando; e, se assim for, diremos que deixou Santo Antônio o nome de Fernando em São Vicente de Fora, para que el-rei d. João o tomasse. E nesta mudança ou acrescentamento de nome (que bem pode el-rei acrescentar o nome de Fernando ao nome de João) se verificaria também aquela tradição que diz que “o Encoberto terá o nome de ferro”;<sup>12</sup> porque nas partes de Levante, onde há de ser

esta empresa, Fernando chama-se Ferrante, como Jacó, Jaques. Também se pode dizer que, assim como Bandarra chamou infante a el-rei por ser neto do infante d. Duarte, assim lhe chamará também Fernando por ser semente de el-rei Fernando, como acima tem dito. Mas, sem recorrer a nada disto, o mais fácil e natural é dizer que o nome de Fernando neste diálogo é suposto, e não próprio, como os demais.

Feito, pois, el-rei senhor de Constantinopla, diz Bandarra que será eleito imperador, com eleição justa e não subornada:

Serão os reis concordantes,  
Quatro serão, e não mais,  
Todos quatro principais  
De Poente até Levante;  
Os outros reis mui contentes  
De o verem imperador,  
E havido por grão-senhor  
Não por dádivas, nem presentes.

Estes reis são quatro, que se acharão na guerra contra o turco, os quais reis, reconhecendo que a el-rei d. João se deve toda a vitória, lhe darão em prêmio dela a coroa imperial. E feito el-rei imperador de Constantinopla, diz Bandarra com grande propriedade que ficará havido por grão-senhor, porque o turco nas suas terras intitula-se grão-senhor, e o mesmo nome lhe dão em Itália.

E que a el-rei se haja de dever toda a vitória o mesmo Bandarra o disse no “Sonho segundo”:

De quatro reis, o segundo  
Levará toda a vitória.

Chamar-se el-rei o segundo nesta ocasião bem poderia ser por ter tomado o nome de Fernando, porque então seria Fernando o segundo. Mas pode-se chamar segundo porque os reis de Portugal verdadeiramente têm o segundo lugar entre os reis cristãos, sendo o primeiro indecisaemente de França ou Espanha, que ainda o pleiteiam diante do pontífice, o qual nunca o quis decidir. Também pode ser segundo por ter o segundo lugar nesta empresa, como general do mar que há de ser, tendo o primeiro o rei que for general em terra. Enfim, poder-se-á chamar segundo por outro qualquer acidente, que o tempo interpretará mais facilmente do que nós agora podemos adivinhar.

Coroado por imperador, diz Bandarra que voltará el-rei vitorioso com dois pendões, que devem ser o de rei de Portugal e de imperador de Constantinopla:

De perdões e orações

Irá fortemente armado,  
Dará nele Santiago.  
Na volta que faz depois  
Entrará com dois pendões,  
Entre porcos sedeúdos  
Com fortes braços e escudos  
De seus nobres infanções.

Estes porcos sedeúdos, com que entrará el-rei, serão os baxás e capitães dos turcos, e os levará diante de si no seu triunfo quando voltar.

Finalmente, diz Bandarra que o mesmo rei há de introduzir ao sumo pontífice os dez tribos<sup>13</sup> de Israel, que naquele tempo hão de sair e aparecer no mundo com pasmo de todo ele. No princípio do “Sonho primeiro” introduz Bandarra a dois hebreus, um chamado Dan, e outro chamado Efraim, os quais vêm para falar ao pastor-mor, que é o sumo pontífice, e para serem introduzidos a ele pedem a entrada a Fernando, que, já dissemos, representa a el-rei, e dizem assim por modo de diálogo:

*Efraim*

Dizei, senhor, poderemos  
Ao grão-pastor falar?  
E de aqui lhe prometemos  
Ricas joias que trazemos,  
Se no-las quiser tomar.

*Fernando*

Judeus, que lhe haveis de dar?

*Dan*

Dar-lhe-emos grande tesouro,  
Muita prata, muito ouro,  
Que trazemos de além-mar;  
Far-me-eis grande mercê  
De me dardes vista dele.

*Fernando*

Entraí, judeus, se quereis,  
Bem podeis falar com ele,  
Que lá dentro o achareis.

Não declara o Bandarra o lugar em que isto há de suceder, se em Jerusalém ou em Roma, quando lá for el-rei, ou se em Portugal, quando os tribos vierem.

Mas em qualquer parte que suceda será esta uma das grandes maravilhas, ou a maior das maiores que nunca se viu nem ouviu no mundo. Assim o pondera o mesmo Bandarra, numa das suas respostas em que torna a profetizar este aparecimento dos tribos:

Antes de estas cousas serem  
Desta era que dizemos,  
Mui grandes cousas veremos,  
Quais não viram os que viverem,  
Nem vimos, nem ouviremos:

Sairá o prisioneiro  
Da nova gente que vem  
Dessa tribo de Rubem,  
Filho de Jacó primeiro  
Com tudo o mais que tem.

Mas onde o Bandarra trata por inteiro esta grande matéria é no seu “Sonho terceiro”, o qual todo gasta na descrição e narração portentosa da vinda e aparecimento desta gente, e com estilo em partes muito mais levantado do que costuma. Representando, pois, que sonhava, diz assim Bandarra:

Sonhava com grão prazer,  
Que os mortos ressuscitavam,  
E que todos se juntavam  
E tornavam a renascer.

E que vinham os que estão  
Trás os rios escondidos,  
Sonhava que eram saídos  
Fora daquela prisão.

O profeta Ezequiel, no capítulo 37, falando à letra desta mesma restituição dos dez tribos, como se vê claramente dos três capítulos seguintes, chama a esta restituição ressurreição; porque estes povos até agora estavam neste mundo como enterrados e sepultados, porque ninguém sabia deles; e, seguindo Bandarra esta mesma frase de Ezequiel, diz que sonhava com grande prazer que os mortos ressuscitavam, e assim o declara e explica logo, dizendo que sonhava que eram saídos de sua prisão os que estão escondidos trás os rios, porque os dez tribos, quando desapareceram, passaram da outra banda do rio Eufrates, e de então para cá nunca mais se soube delas.

Vai por diante Bandarra, e, descrevendo em particular como vinha, ou como

virá, cada um dos tribos, diz:

Vi a tribo de Dão  
Com os dentes arreganhados,  
E muitos espedaçados  
Da serpente do dragão.

E também vi a Rubem  
Com grã voz de muita gente,  
O qual vinha mui contente  
Cantando Jerusalém.

Oh! Quem visse já Belém,  
E esse monte de Sião,  
E visse o rio Jordão  
Para se lavar mui bem!

E assim vi Simeão,  
Que cercava todas as partes  
Com bandeiras e estandartes,  
Neptalim e Zabulão.

Gad vinha por capitão  
Desta gente que vos falo,  
Todos vinham a cavalo,  
Sem haver nenhum peão.

Notem os doutos que entre estes capitães ou cabeças dos tribos não se nomeia a tribo de Judá, nem a de Levi, nem a de Benjamim, sendo as duas primeiras uma a real, outra a sacerdotal, porque estes três tribos são os que ficaram. As propriedades com que os descreve Bandarra não me detenho em as comentar, porque seria cousa larga e fora do meu intento; pela maior parte são tiradas da dignidade das pessoas, da etimologia dos nomes e das bênçãos que Jacó deitou a estes seus filhos; só advirto que o dizer Bandarra que “vinham todos a cavalo sem haver nenhum peão” é tirado do profeta Isaías, no capítulo 66, onde diz estas palavras: *Et adducent omnes fratres vestros de cunctis gentibus donum Domino in equis, et in quadrigis, et in lecticis, et in mulis, et in carrucis, ad montem sanctum meum Jerusalem, dicit Dominus.* E no mesmo capítulo, um pouco antes, espantado o profeta do mesmo prodígio inaudito que ia escrevendo, faz esta admiração: *Quis audivit unquam tale, et quis vidit huic simile? Nunquid parturiet terra in die una, aut parietur gens simul? Quia parturivit et peperit Sion filios suos!* “Quem viu nem ouviu jamais cousa semelhante” — diz o profeta —. “Porventura parirá a terra em um dia, ou nascerá uma nação inteira? Pois assim

parirá São, e assim lhe nascerão os seus filhos!” As alegrias deste parto serão de Portugal, as dores também há quem diga de quem serão.

Continua Bandarra com a entrada dos seus romeiros, e introduz que do meio daquela companhia saiu um velho honrado a falar com ele, o qual lhe perguntou, entre outras cousas, se era porventura hebreu dos que eles vinham buscar; e diz Bandarra que lhe responderam assim:

Tudo o que perguntais,  
Respondi assim dormente,  
Senhor, não sou dessa gente  
Nem conheço esses tais;  
Mas segundo os sinais  
Vós sois do povo serrado,  
Que Deus pôs por seu mandado  
Nessas partes orientais:

Muitos estão desejando  
Serem os povos juntados,  
Mas outros mui avisados  
O estão arreceando:  
Arreceiam vir no bando  
Esse gigante Golias,  
Mas por ver Enoque e Elias  
De outra parte estão folgando.

O gigante Golias significa aqui o Anticristo, e diz Bandarra, como tão grande intérprete das Escrituras, que há muitos, que se têm por sábios, que receiam a vinda dos dez tribos e a conversão dos judeus, porque têm para si que quando isto for já é chegado o fim do mundo, e que já estamos no tempo do Anticristo, sendo que entre uma e outra cousa se hão de passar muitos centos de anos, como consta das mesmas Escrituras, nas quais diz Bandarra, e diz bem, que viu o seu sonho afigurado e que achou muitas figuras ou pinturas dele. E verdadeiramente que é assim, que esta restituição do povo hebreu à sua pátria, por meio do conhecimento de Cristo, é a cousa mais frequente e mais repetida nos profetas de quantas eles escreveram. Ouçamos o Bandarra, depois de o velho lhe perguntar se cria em um só Deus:

Eu quisera-lhe responder,  
E tocar-lhe em a lei,  
Porém nisto acordei  
E tomei grande prazer.

E depois de acordado

Fui a ver as Escrituras,  
E achei muitas pinturas,  
E o sonho afigurado;  
Em Esdras o vi pintado,  
E também em Isaías,  
Que nos mostra nestes dias  
Sair o povo serrado;

O qual logo foi buscar  
Gog, Magog e Ezequiel;  
As Endomotas de Daniel  
Comecei de as olhar.

O mesmo podem fazer os curiosos, e terão muito que olhar e que ver e que admirar, principalmente nos três primeiros capítulos de Ezequiel que acima deixo citados. Eu só digo, por remate desta matéria dos dez tribos, que também elas se hão de sujeitar às invictas quinas de Portugal, e receber por seu rei ao nosso grande monarca. E assim o diz o mesmo Bandarra nas trovas ante os “Sonhos”:

Portugal tem a bandeira  
Com cinco quinas no meio,  
E segundo ouço e creio  
Ela é a cabeceira;  
Tem das chagas a cimeira  
Que em Calvário lhe foi dada,  
E será rei da manada  
Que vem de longa carreira.

A vitória dos turcos e redução dos judeus se seguirá também à extirpação das heresias por meio deste glorioso príncipe. Bandarra nas trovas do fim:

Vejo erguer um grão rei  
Todo bem-aventurado,  
E será tão prosperado  
Que defenderá a grei;  
Este guardará a lei  
De todas as heresias,  
Derrubará as fantasias  
Dos que guardam o que não sei.

E mais abaixo, resumindo tudo:

Todos terão um amor,



Assim gentios pagãos  
Como judeus e cristãos,  
Sem jamais haver error,  
Servirão a um só Senhor,  
Jesu Cristo que nomeio;  
Todos crerão que já veio  
O ungido Salvador.

A este universal conhecimento de Cristo diz Bandarra que sucederá, por coroa de tudo, a paz universal do mundo, tão cantada e prometida por todos os profetas, debaixo de um só pastor e de um só monarca, que será o nosso felicíssimo rei, instrumento de Deus para todos estes fins de sua glória. Bandarra no “Sonho segundo”:

Tirá toda a escória,  
Será paz em todo o mundo,  
De quatro reis o segundo  
Haverá toda a vitória.  
Será dele tal memória.  
Por ser guardador da lei,  
Pelas armas deste rei  
Lhe darão triunfo e glória.

Porque todo este triunfo e toda esta glória serão de Cristo e suas chagas, que são as armas do rei. E note-se muito que de nenhuma cousa faz Bandarra tão frequente menção como destas chagas de Cristo, e destas armas de Portugal, a cuja virtude atribui sempre as maravilhas que escreve, para que não venha ao pensamento de algum rei da Europa, ou do mundo, cuidar que pode ele ser o sujeito destas profecias. Assim que, resumindo tudo o que fica dito, e deixando outras cousas futuras e ainda não cumpridas, que Bandarra profetizou de el-rei d. João, as principais e de maior vulto são sete: 1<sup>a</sup>. Que sairá do Reino com todo o poder dele, e navegará a Jerusalém. 2<sup>a</sup>. Que desbaratará o turco na passagem de Itália a Constantinopla. 3<sup>a</sup>. Que o ferirá por sua própria mão, e que ele se lhe virá entregar. 4<sup>a</sup>. Que ficará senhor da cidade e império de Constantinopla, de que será coroado por imperador. 5<sup>a</sup>. Que tornará com dois pendões vitoriosos a seu reino. 6<sup>a</sup>. Que introduzirá ao pontífice e à fê de Cristo os dez tribos de Israel prodigiosamente aparecidos. 7<sup>a</sup>. Que será instrumento da conversão e paz universal de todo o mundo, que é o último fim para que Deus o escolheu. E faltando a el-rei d. João por obrar todas estas cousas, e sendo certo que as há de obrar, pois assim está profetizado, bem assentado parece que fica este segundo

fundamento de nossa consequência.

Mas — perguntar-me-á com razão v.s. — e donde provo eu que este rei de que fala Bandarra é el-rei d. João, o quarto? Digo que o provo com o mesmo Bandarra, em dois lugares para comigo evidentes. O primeiro, nas trovas de ante os “Sonhos”, diz assim:

Este rei mui excelente,  
Com quem tomei minha teima,  
Não é de casta guleima,  
Mas de reis primo e parente;  
Vem de mui alta semente,  
De todos quatro costados,  
Todos reis de primos grados  
De levante até poente.

De maneira que diz Bandarra que o assunto e o tema ou teima das suas profecias é um só rei: “Este rei mui excelente com quem tomei minha teima”; e daqui se segue, eficaz e evidentemente, que o assunto e o tema das ditas profecias é el-rei d. João, o quarto, porque é cousa certa, e vista pelos olhos de todos, que em el-rei d. João, o quarto, se cumpriram todas as profecias passadas, como fica mostrado na primeira proposição deste silogismo: logo, se o assunto das profecias do Bandarra é um só rei, e el-rei d. João consta que foi o assunto das passadas, bem se segue que ele é também o assunto das futuras; porque, se as profecias passadas se cumpriram em el-rei d. João, e as futuras se houvessem de cumprir em outro, seguia-se que o tema e o assunto do Bandarra não era um só rei, senão dois.

Poderá dizer alguém que este rei de que fala Bandarra não é nenhum rei particular, senão o rei de Portugal em comum; e que ainda que estas profecias se verifiquem parte em um rei, parte em outro, sempre se verificam no rei de Portugal. Não faltou quem isto dissesse ou cuidasse, mas quis Deus que se explicasse o mesmo Bandarra, o qual nesta mesma trova declara que não fala de rei de Portugal em comum, senão de tal rei em particular; de tal pessoa, de tal indivíduo, filho de tais pais, e de tais avós, e de tal descendência, como aqui descreve.

Diz que não é este rei de casta guleima, porque el-rei d. João não é descendente da casa de Áustria; e chama à casa de Áustria casta guleima, porque aos que comem muito chama o vulgo guleimas, e os principais da casa de Áustria, como todos os alemães, são notados de muito comer. Diz mais que é este rei primo e parente de reis, a qual propriedade admiravelmente está demonstrando a pessoa de el-rei d. João, porque toda a maior nobreza que Bandarra podia dar a el-rei d. João era ser primo e parente de reis; porque el-rei d. João não era filho nem neto de reis, como são os outros reis, senão somente

primo e parente de reis: é primo de el-rei de Castela, primo de el-rei de França, primo do imperador, e parente dos mais reis de Europa. Mas, posto que não é filho de reis, diz Bandarra que vem de semente mui alta de todos quatro costados: que é o infante d. Duarte filho de el-rei d. Manuel e da rainha d. Maria, filha dos reis católicos, e por estes dois avós vem el-rei a ser descendente dos maiores reis de Levante e Poente que então havia, porque vem a ser descendente dos reis de Portugal, Castela e Aragão, que eram os maiores reis de Poente, e dos reis de Nápoles e Sicília, que eram os maiores reis de Levante.

Sendo logo certo que Bandarra nas suas profecias fala de um tal rei em particular, de uma tal pessoa e de um tal indivíduo, e sendo também certo que este rei, esta pessoa e este indivíduo é el-rei d. João, o quarto, como se prova pelas qualidades pessoais e pelos sinais individuantes com que o mesmo Bandarra descreve a este rei; segue-se, por infalível consequência, que, assim como deste rei se entenderam as profecias do que se passou, assim dele se entendem também as profecias do que está por vir. E nesta conformidade chamou Bandarra com muita galantaria ao seu assunto “teima” e não “tema”, porque, se, depois de tratar de um rei, deixara esse e tratara de outro, não fora isso teimar com um, como ele diz: “Este rei mui excelente, com quem tomei minha teima”. Verdadeiramente, depois de el-rei estar morto e sepultado, dizer ainda que há de ir a Jerusalém conquistar o turco parece demasiado teimar, mas essa é a teima do Bandarra.

O segundo lugar ainda em certo modo é mais expresso e claro, porque fala de el-rei d. João, nomeando-o por seu próprio nome. Vai tratando o Bandarra das armas de Portugal e chagas de Cristo, e, depois de as antepor às armas de todos os reinos, diz assim no “Sonho primeiro”:

As armas e o pendão,  
E o guião,  
Foram dadas por memória  
Da vitória  
A um rei santo varão;  
Sucedeu a el-rei João,  
Em possessão  
O calvário por bandeira,  
Levá-lo-á por cimeira,  
Alimpará a carreira  
De toda a terra do cão.

O rei santo varão a quem foram dadas as insígnias da paixão de Cristo por armas, em memória da vitória, foi el-rei d. Afonso Henriques; e estas mesmas armas da paixão, a que chamam calvário, sucederam a el-rei João em possessão, por serem sua bandeira. E que fará el-rei João com essa bandeira,

com essas armas e com esse calvário? “Levá-lo-á por cimeira, e alimpará a carreira de toda a terra do cão.” De sorte que el-rei d. João, que foi o segundo como fundador do reino de Portugal, restaurando-o depois de perdido, e que sucedeu a el-rei d. Afonso Henriques na possessão do Reino, e do brasão das chagas de Cristo, esse mesmo rei João, e não outro, será o que levará essas insígnias da paixão de Cristo por cimeira do seu elmo; esse mesmo rei João, e não outro, será o que alimpará a carreira da terra do cão, restaurando a Terra Santa e desimpedindo os caminhos dela, que tem ocupado o turco.

Todos os sucessos prometidos a este rei divide Bandarra em duas partes principais: a primeira contém os sucessos da aclamação em Portugal; a segunda contém os sucessos da conquista do turco e Terra Santa. E, para que se visse que uns e outros pertencem nomeadamente a el-rei d. João, quando Bandarra fala dos primeiros, no princípio do “Sonho primeiro”, diz que el-rei se chama João:

O seu nome é d. João

E quando fala dos segundos, no fim do mesmo “Sonho”, diz também que se chama João:

Sucedeu a el-rei João,  
Em possessão  
O calvário por bandeira.  
Levá-lo-á por cimeira,  
Etc.

E note-se a palavra “em possessão”, porque a possessão do Reino foi a em que el-rei d. João sucedeu, que quanto o direito dele sempre o teve, como o mesmo Bandarra diz:

Louvemos este varão  
De coração,  
Porque é rei de direito.

O qual direito, afirmado e confirmado pelo Bandarra, é novo e claro sinal de ser el-rei d. João, o quarto, o sujeito de quem falam as profecias; porque, se o direito de el-rei d. João fora direito reconhecido e recebido por todos, como é o direito de el-rei d. Sebastião e de outros reis, não tinha necessidade Bandarra de dizer que era rei de direito. Mas, porque o direito de el-rei d. João é direito duvidado e pleiteado, por isso declara o Bandarra que verdadeiramente é rei de direito; e, porque este mesmo direito, posto que todos o confessaram com a boca quando aclamaram a el-rei, houve, porém, alguns que o negaram com o coração, a estes atira pedrada o Bandarra, quando diz: “Louvemos este varão de

coração”.

Aquelas palavras que já repetimos “não tema o turco não nesta sezaõ”, também provam que o mesmo rei d. João, de cuja aclamação falava Bandarra, é o que há de ir conquistar o turco. Não diz que não tema o turco a el-rei d. João, mas diz que o não tema nesta sezaõ, porque nesta sezaõ só havia el-rei de ser restaurador de Portugal, e na sezaõ que se espera é que há de ser conquistador e destruidor do turco, e que se há de fazer temer dele. O mesmo se convence claramente da combinação de dois lugares ou versos, um do “Sonho primeiro”, outro do “Sonho segundo”. O verso do “Sonho primeiro” diz:

O rei novo é levantado,

E fala da aclamação passada, do ano de 40, como provou o sucesso. O verso do “Sonho segundo” diz:

O rei novo é acordado,

E fala da jornada futura e conquista do turco, para o qual há de acordar o rei novo, como provam os versos que a este se seguem:

O rei novo é acordado,  
Já dá brado,  
Já ressoa o seu pregão,  
Já Levi lhe dá a mão,  
Contra Siquém desmandado,

que é o turco que se há de desmandar por Itália e terras da Igreja, donde claramente se colhe que uma e outra profecia, assim a do passado como a do futuro, ambas se entendem de el-rei d. João; porque o que foi levantado é o rei novo, e o que há de ser acordado é também o rei novo:

O rei novo é levantado,  
O rei novo é acordado.

E não se deixe passar sem reparo o verso “Já Levi lhe dá a mão”, que prova o mesmo, porque aquele *já* é relativo. Quem diz “já lhe dá a mão”, supõe que de antes não lha deu, ou não lha quis dar: logo, aquele rei, a quem o papa há de dar a mão depois, é o mesmo a quem a não deu, nem quis dar, antes, que é el-rei d. João, o quarto.

Prometi provar esta gloriosa conclusão com dois lugares de Bandarra, e já a tenho provado com seis, e, para encurtar argumentos e fechar este discurso, que é a chave de todo este papel, com uma demonstração irrefragável, digo assim: — Aquele rei é o que há de conquistar e vencer o turco etc., no qual se acham

todos os sinais e diferenças individuantes, com que Bandarra em todas suas profecias o retrata. El-rei d. João, o quarto, que hoje está sepultado em São Vicente de Fora, é aquele em que se acham pontualmente todos estes sinais e diferenças individuantes, sem faltar nenhuma: logo, el-rei d. João, o quarto, é o que há de conquistar o turco, e a quem pertencem e esperam todos os prodígios desta fatal empresa.

E que em el-rei d. João, o quarto, se achem todos aqueles sinais e diferenças individuantes eu o provo evidentemente com uma indução geral, em que irei discorrendo por todas.

Bandarra diz que este rei é semente de el-rei Fernando: e el-rei d. João é semente de el-rei Fernando, como fica dito. Bandarra diz que este rei é rei novo: e el-rei d. João é rei novo, porque nunca de antes o tinha sido. Bandarra diz que este rei há de ser levantado no ano de 40: e el-rei d. João foi levantado rei no ano de 40. Bandarra diz que este rei é feliz e bem andante: e el-rei d. João em todo o seu reinado foi felicíssimo. Bandarra diz que o nome deste rei é d. João: e el-rei d. João, antes e depois de rei, sempre teve o mesmo nome. Bandarra diz que por este rei se declarariam logo as conquistas e que estariam firmes por ele: e el-rei d. João logo foi reconhecido por rei nas conquistas, e todas perseveram na mesma fidelidade. Bandarra diz que este rei levantaria suas bandeiras e faria guerra a Castela: e el-rei d. João, em dezasseis anos que governou, sempre fez guerra aos castelhanos. Bandarra diz que este rei é mui excelente: e el-rei d. João teve muitas excelências, além de ele só ser Excelência enquanto duque de Bragança. Bandarra diz que este rei não é de casta guleima: e el-rei d. João não é de casta guleima, como já explicamos. Bandarra diz que este rei é primo e parente de reis: e el-rei d. João é primo, e não mais que primo, de três reis de Europa e parente dos demais. Bandarra diz que este rei vem de mui alta semente: e el-rei d. João vem dos reis de Portugal, cujo título é: “Mui altos e poderosos”. Bandarra diz que este rei descende dos reis de Levante até Poente: e el-rei d. João descende dos reis de Portugal, Castela e Aragão, que são reis do Poente, e dos reis de Nápoles e Sicília, que são reis de Levante. Bandarra diz que este rei tem um irmão bom capitão e que não se sabe a irmandade: e el-rei d. João é irmão do infante d. Duarte, tão bom capitão como sabemos, posto que ainda não sabemos qual seu irmão é el-rei em ser bom capitão. Bandarra diz que este rei ou este monarca é das terras e comarca: e el-rei d. João é das terras da comarca, porque é natural de Vila Viçosa. Bandarra diz que este rei é guardador da lei, e que da justiça se preza: e el-rei d. João de nenhuma cousa se prezava mais que da justiça, e esta só deixou encomendada em seu testamento a el-rei que Deus guarde. Bandarra diz, ou supõe, que este rei, até certo tempo, não há de ser recebido pelo papa: e a el-rei d. João nenhum dos três pontífices o recebeu até o tempo de seu falecimento. Bandarra diz, ou supõe, que este rei nem todos o que o aclamassem com a boca o haviam de seguir com o coração: e el-rei d. João,

depois de aclamado, é certo que o não seguiram com os corações ao menos aqueles a que ele tirou as cabeças. Finalmente, diz Bandarra que este rei fez Deus todo perfeito, e que não acha nele nenhum senão: e quem pode duvidar que, depois de ressuscitado el-rei d. João, que há de ser um varão perfeitíssimo e que mostre bem ser feito e perfeito por Deus? Quanto mais que homem sem nenhum senão não pode ser homem deste mundo, senão do outro. Da mesma maneira diz Bandarra que este rei é um bom rei encoberto, porque em el-rei d. João tem Deus depositado em grau eminentíssimo muitas partes e qualidades de bom rei, que até agora estiveram encobertas e depois se descobriram. Uma parte de bom rei que se desejava em el-rei d. João, para o tempo em que Deus o fez, era ser muito guerreiro e inclinado às armas; e este espírito militar e guerreiro se descobrirá em el-rei com notáveis maravilhas na guerra contra o turco, quando o mundo, depois de fugidos e desbaratados seus exércitos, o vir rendido aos pés de el-rei d. João, e ferido por sua própria espada. Esta é a energia com que Bandarra diz:

Demostra que vai ferido  
Desse bom rei encoberto.

Mostrando que estava encoberta nele esta parte que parece lhe faltava para bom rei. Oh! Quanto estava encoberto naquele sujeito de el-rei d. João! Estava el-rei d. João encoberto dentro em si mesmo; e alguns acidentes de el-rei, em que mais se reparava, era numa cobertura e disfarce natural, com que Deus tinha encoberto nele o que queria obrar por ele, para que sejam mais maravilhosas suas maravilhas.

Leiam agora os curiosos todas as profecias do Bandarra, assim as que contêm os sucessos já passados, como as que prometem os futuros, e em todas elas não acharão diferença individuante, nem sinal ou qualidade pessoal alguma de monarca profetizado, mais que estas que aqui temos fielmente referidas, as quais todas são tão próprias da pessoa de el-rei d. João, o quarto, e lhe quadram todas tão naturalmente e sem violência que bem se está vendo que a ele tinha diante dos olhos, e não a outro, quem com cores tão vivas e tão suas o retratava. Com que fica evidentemente mostrado e demonstrado que o senhor rei d. João, o quarto, que está na sepultura, é o rei fatal de que em todas suas profecias fala Bandarra, assim nas que já se cumpriram, como nas que estão ainda por suceder. E, se este mesmo rei d. João está hoje morto e sepultado, não é só amor e saudade, senão razão, obrigação e entendimento crer e esperar que há de ressuscitar. O contrário seria sermos néscios e estólios, como o Santo Agostinho chama aos que, tendo visto cumprida uma parte das profecias, não creem a outra. Pesa-me não poder citar as palavras, que são excelentes.

Considerem os incrédulos, se ainda os há, quantos homens têm ressuscitado neste mundo, não só cristãos, mas gentios, e para fins mui ordinários. Só São

Francisco Xavier, quase em nossos dias, ressuscitou vinte e cinco. Pois se Deus em todas as idades e nesta nossa ressuscitou tantos homens, e ainda gentios, para fins particulares; para um fim tão universal e tão extraordinário, e o maior que nunca teve o mundo, como é a recuperação da Terra Santa, a destruição do turco, a conversão de toda a gentilidade e judaísmo, como não ressuscitará um homem, cristão, pio, religioso, e que sendo rei soube ser humilde, que é a qualidade que Deus mais que todas busca nos que quer fazer instrumento de suas maravilhas, sem reparar noutras imperfeições e fraquezas humanas, como se viu em Davi? Ressuscitará sem dúvida el-rei d. João, e a sua ressurreição será o meio mais fácil de conciliar o respeito e obediência de todas as nações de Europa, que o hão de seguir e militar debaixo de suas bandeiras nesta empresa, o que de nenhum modo fariam, sendo tão orgulhosas e altivas, se não fossem obrigadas deste sinal do Céu, entendendo todas que não obedecem a um rei de Portugal, senão a um capitão de Deus.

*Ma verrá da Lisbona  
Chiara e illustre persona,  
La cui fama risona  
In tutta parte e lido  
Nel mondo dà gran grido.*

diz o Solutivo, profetizando o remédio com que Deus há de acudir de Lisboa a Roma, destruída pelo turco. E que grito grande é este que então há de soar no mundo todo, senão dizer-se que ressuscitou o rei dos portugueses? A este grito, ou a este brado, como lhe chama Bandarra, acudirá o mesmo mundo todo a ver, a admirar, a venerar e a seguir o ressuscitado e milagroso rei. E este estupendo prodígio, visto com os olhos, será o que abrirá a porta à fé e execução de todos os outros.

Contra todo este discurso resta só uma objeção, que a qualquer entendimento pode fazer grande peso; e é esta: se o principal e total assunto do Bandarra, e o seu temor ou a sua teima, como ele diz, é profetizar os sucessos prodigiosos de el-rei d. João, e, entre estes sucessos e prodígios, o que parece maior e mais incrível de todos é o haver de ressuscitar el-rei; por que não falou Bandarra nesta sua ressurreição? Respondo e digo que sim falou Bandarra, e que falou nela pelos termos mais próprios e mais ordinários com que os profetas costumam falar nesta matéria. Chamar-se a morte sono, e o ressuscitar acordar, é frase tão ordinária nos profetas que não é necessário citar lugares. Davi, profetizando a ressurreição de Cristo, disse em seu nome: *Ego dormivi et soporatus sum, et exurrexi*. E o mesmo Cristo, profetizando ou prometendo a ressurreição de Lázaro, usou dos mesmos termos: *Lazarus amicus noster dormit, sed vado ut a somno excitem eum*. Fala, pois, Bandarra da ressurreição de el-rei d. João, e diz assim no “Sonho segundo”:



Já o tempo desejado  
É chegado,  
Segundo o firmal assenta;  
Já se passam os quarenta,  
Que se amenta,  
Por um doutor já passado;  
O rei novo é acordado,  
Já dá brado,  
Já ressoa o seu pregão,  
Já Levi lhe dá a mão  
Contra Siquém desmandado;

E, ao que tenho lido,  
E bem sabido,  
A desonra de Diná  
Se vingará,  
Como está prometido.

Os sete versos primeiros desta copla são tão parecidos com aqueles outros sete em que se refere a aclamação de el-rei que em muitos exemplares se acham riscados e em outros faltam, cuidando-se que eram os mesmos. Assim o suspeitava eu, tendo combinado alguns dos ditos exemplares, e, finalmente, o vim a averiguar num cartapácio mui antigo do doutor Diogo Marchão Temudo,<sup>14</sup> a quem comuniquei este pensamento no ano de 1643; e, para experiência, tirou ele da sua livraria o cartapácio que digo, e achamos que estavam nele ambas as coplas, e estas segundas com uma risca. Da combinação destas duas coplas, e da semelhança e diferença delas, se vê claramente como el-rei d. João há de ter duas vidas, e sucessos mui diferentes em cada uma delas. Em ambas as coplas se diz: “já o tempo desejado é chegado”; porque havia de haver dois tempos desejados: o primeiro tempo desejado foi o da restituição do Reino; o segundo tempo desejado é o em que estamos hoje, em que todos desejam e esperam rei prodigioso, posto que com diferentes esperanças. A primeira copla diz: “já chegam os quarenta”; e a segunda diz: “já se passam os quarenta”; porque o termo da primeira copla havia de ser no ano de 1640, e o termo da segunda havia de ser depois desse tempo passado. A primeira copla diz: “o rei novo é levantado”; a segunda diz: “o rei novo é acordado”; porque o rei novo que no ano de 40 foi levantado, esse mesmo rei novo, depois de passado esse tempo, há de acordar do sono em que dorme, isto é, há de ser ressuscitado. Em ambas estas coplas diz: “já dá brado”; porque o mesmo rei novo havia de dar dois brados: um brado grande na sua aclamação, e outro brado maior na sua ressurreição; são as

mesmas palavras do Solutivo: *Nel mondo dà gran grido*. A primeira copla diz: “já assoma a sua bandeira contra a grifa parideira”; e a segunda diz: “já ressoa o seu pregão, já Levi lhe dá a mão contra Siquém desmandado”; porque à aclamação do rei novo seguiram-se as guerras de Castela, e nesse tempo não o recebeu o papa; e à ressurreição do rei novo hão-se de seguir as guerras do turco, e então o há de receber o papa, e não só lhe há de dar o pé, senão a mão.

Onde se deve notar a propriedade da história, e a aplicação de um homem idiota, que bem mostra ser guiado por espírito divino. O príncipe Siquém, gentio, desonrou a Dina, filha de Jacó, e, para vingança desta afronta, uniram-se os dois irmãos de Dina, Levi e Simeão, e mataram e destruíram a Siquém com todos os seus. Aplica agora Bandarra esta história passada ao sucesso futuro com extremada acomodação, porque Siquém é o turco, Dina, a Igreja, Levi, o papa, Simeão, el-rei; e assim como Levi se uniu com Simeão para desafrontar a Dina da injúria que lhe fez Siquém, assim o papa se há de unir com el-rei para desafrontar a Igreja das injúrias que lhe fará o turco. A isto alude o mesmo Bandarra quando diz nas suas respostas:

Ao que minha conta soma  
O texto se há de cumprir  
Primeiro, senhor, em Roma.

Primeiro há de vir o turco a Itália e a Roma, e então há de ressuscitar el-rei. Em outro lugar fala o mesmo Bandarra na ressurreição do rei, debaixo de mesma metáfora de acordado, e com as mesmas circunstâncias do turco, e diz assim nas trovas de ante os “Sonhos”:

Já o leão é desperto  
Mui alerta,  
Já acordou, anda caminho,  
Tirá cedo do ninho  
O porco, e é mui certo.

De maneira que quando el-rei, que é o leão, despertar e ressuscitar, será depois que o porco, que é o turco, vier fazer o ninho nas terras dos cristãos: e diz que o tirará cedo do ninho, porque a guerra será muito breve, e não como as dilatadíssimas em que se foi conquistar a Terra Santa, sem efeito. E, porque este efeito e esta pressa parecia cousa dificultosa e admirável, acrescenta, para que ninguém duvide: “e é mui certo”. Assim que em dois lugares diz Bandarra que o rei novo ressuscitará debaixo da metáfora de acordado:

O rei novo é acordado,  
Já o leão é desperto

Mui alerta,  
Já acordou.

Em ambos estes lugares diz que acordará e ressuscitará para ir dar guerra ao turco e vencê-lo, e deste efeito se colhe com evidência que acordar significa ressuscitar; porque, estando o rei novo morto, como ao presente está, não pode acordar senão ressuscitando, e, havendo de ir dar guerra ao turco, não pode ir senão ressuscitado. E em outros dois lugares, da mesma clareza, posto que também metafóricos, acho profetizada no Bandarra a ressurreição de el-rei. O ressuscitar nas Escrituras explica-se pela palavra *erguer-se*; deste termo usou o anjo quando anunciou a ressurreição de Cristo: *Surxerit, non est hic*. Do mesmo termo usou Cristo quando ressuscitou o filho da viúva: *Adolescens, tibi dico, surge*. E do mesmo usou Davi profetizando a ressurreição do mesmo Senhor: *Surge, Domine, in requiem tuam* etc. Porque, assim como jazer significa estar sepultado, por onde escrevemos nas sepulturas “Aqui jaz fulano”, assim levantar-se ou erguer-se significa ressuscitar; e por este modo diz Bandarra, em dois grandes textos, que ressuscitará el-rei d. João. O primeiro texto, nas trovas de ante os “Sonhos”:

Um grão leão se erguerá  
E dará grandes bramidos,  
Seus brados serão ouvidos,  
E a todos assombrará,  
Etc.

O segundo texto, nas trovas do fim, diz:

Vejo erguer um grão rei  
Todo bem-aventurado,  
Que será tão prosperado,  
Que defenderá a grei.

Onde se deve notar que da consequência destes mesmos textos se colhe claramente que em ambos significa o *erguer* ressuscitar, porque em ambos se seguem ao *erguer* os efeitos da ressurreição de el-rei. No primeiro texto diz que “se erguerá”, e que “assombrará a todos”, porque não pode haver cousa que mais assombre o mundo que ver a el-rei de Portugal, depois de tantos anos morto, ressuscitado. E logo continuam os versos seguintes dizendo o que há de fazer contra o turco e como há de entrar na Terra da Promissão etc., que é o principal fim para que Deus há de ressuscitar a el-rei. No segundo texto, sobre dizer que “se erguerá todo bem-aventurado”, que é qualidade própria de homem ressuscitado, diz que “se erguerá para defender a grei”, que é o rebanho de

Cristo, a quem o rei ressuscitado irá acudir e defender contra os lobos, que, como fica dito pelo mesmo Bandarra, estarão espedaçando em Roma e em Itália o mesmo rebanho. Assim que, em quatro lugares conformes, diz Bandarra, expressamente, pelos mesmos termos com que costumam falar os profetas, e pelos mesmos com que profetizou Davi a ressurreição de Cristo, que el-rei d. João, o quarto, há de ressuscitar.

Neste mesmo sentido falou com a mesma clareza São Metódio,<sup>15</sup> cujas palavras andam mui viciadas nos cartapácios dos sebastianistas, e eu as li na *Biblioteca antiga dos santos padres*, que está na livraria do Colégio de Santo Antão, e são desta maneira: *Expergiscetur tanquam a somno vini quem putabunt homines quasi mortuum et inutilem esse*. Fala o santo de um príncipe que em tempos futuros há de vencer e desbaratar o império do turco, e diz: “Acordará como de sono de vinho aquele que cuidavam os homens que como morto era inútil”. Em dizer que acordará como de sono de vinho quer significar o valor e esforço indômito, a pressa, a resolução, a atividade extraordinária, com que el-rei, depois de ressuscitado, se aplicará às armas, aos aprestos, à guerra, e sobretudo à execução da vingança contra os seus inimigos e os de Cristo, tal que parecerá furor. Bem assim como descreveu Davi a Cristo, no dia de sua ressurreição, vitorioso contra a morte e contra o Inferno: *Et excitatus est tanquam dormiens Dominus, tanquam potens crapulatus a vino: et percussit inimicos suos in posteriora; opprobrium sempiternum dedit illis*. E neste sentido, finalmente, acabará de ficar entendida a profecia tão celebrada de Santo Isidoro, que tão torcida e tão violentada anda em tantos escritos: *Erit Rex bis pietatus*. El-rei d. João, o quarto, já Deus no-lo deu uma vez por sua piedade, e pela mesma piedade no-lo há de tornar a dar outra vez, e então será duas vezes piedosamente dado: uma na sua restituição ao Reino, outra na sua restituição à vida; uma quando aclamado, outra quando ressuscitado. E, porque não pareça que sou singular nesta interpretação do Bandarra, quero alegar neste ponto os mesmos que, roubando-lhe as suas verdades, se acreditaram e tomaram nome de profetas com elas. O frade Bento,<sup>16</sup> nas suas profecias, diz:

*Pero viviendo verá  
Quien viviere un gran leon  
Muerto ressuscitará.*

E o Cartuxo,<sup>17</sup> nas suas:

*Veo entrar una dama  
Con armas en el consejo,  
Y que ressuscita el viejo  
Debaxo de la campana  
Con su barba larga y cana.*

De modo que estes dois autores, tão guardados nos arquivos da Antiguidade moderna, ou falassem por espírito próprio, ou interpretassem, o que eu mais creio, o do Bandarra, ambos profetizaram ou entenderam que o rei fatal, cuja monarquia se espera, antes que obrasse os feitos prodigiosos por que há de subir a ela, havia de morrer e ressuscitar primeiro.

E, porque não passe sem explicação a copla do Cartuxo, que tem cousas dignas de comento, bem pode ser que seja tal o aperto de Portugal, ou da Cristandade, que obrigue ao real e varonil espírito da rainha nossa senhora a entrar em conselho com armas. O ressuscitar el-rei *debaxo de la campana* bem o explica a igreja de São Vicente, onde está depositado; e o estar tão perto do Santíssimo Sacramento, que *est semen resurrectionis*, não carece de mistério. Só no epíteto de *velho* e na *barba larga e câ* se podia reparar mais; mas el rei já não é moço, e em respeito do rei novo que hoje temos é velho; e, se os cabelos embranquecem na sepultura, pelos meus, que sou quatro anos mais moço, vejo que pode el-rei ressuscitar com barba branca e muito branca. Mas contudo a mim me parece que esta barba é postiça, e que este poeta profético pintou a ressurreição do nosso rei com os olhos na idade de el-rei d. Sebastião, por quem esperava; e, como pintou a ressurreição de um e a barba do outro, não é muito que lhe saísse o retrato menos ajustado nesta parte.

E, já que tocamos nestas velhices que tanto duram, só digo a v.s. que o Bandarra não falou nem uma só palavra em el-rei d. Sebastião, antes todas as suas, desde o princípio té o fim, desfazem esta esperança; porque o rei que descrevem é todo composto de propriedades contrárias, e que implicam totalmente com el-rei d. Sebastião. E se não, façamos outra indução às avessas da passada.

Este rei de quem tratamos chama-lhe Bandarra rei novo: e el-rei d. Sebastião é rei tão velho que, nascido de três anos, começou a ser rei. Este rei diz Bandarra que “o seu nome é d. João”: e el-rei d. Sebastião tem outro nome tão diferente. Este rei chama-lhe Bandarra infante: e el-rei d. Sebastião nunca foi infante, porque nasceu príncipe, póstumo ao príncipe d. João, seu pai. Este rei diz Bandarra que “é bem andante e feliz”: e el-rei d. Sebastião foi infelicíssimo, e a causa de todas nossas infelicidades. A este rei diz-lhe Bandarra: “saia, saia”: e a el-rei d. Sebastião dizia todo o reino: “não saia, não saia”. Este rei diz Bandarra que “não é de casta guleima” ou da casa de Áustria: e el-rei d. Sebastião tinha todo o sangue de Carlos v. Este rei diz Bandarra que é somente primo e parente de reis: e el-rei d. Sebastião era neto de reis, por seu pai, e de imperadores, por sua mãe. Este rei diz Bandarra que “tem um irmão bom capitão”: e el-rei d. Sebastião nem teve, e não pode ter, irmão, porque nem o príncipe d. João, nem a princesa d. Joana, seus pais, tiveram outro filho. Este rei diz Bandarra que “é das terras e comarca”: e el-rei d. Sebastião não é de comarca, porque nasceu em

Lisboa. Este rei diz Bandarra que “havia de ter guerra com Castela no princípio de seu reinado”: e el-rei d. Sebastião nunca teve guerra com Castela. Este rei diz Bandarra que “da justiça se preza”: e el-rei d. Sebastião prezava-se das forças e da valentia. Este rei diz Bandarra que “até certo tempo lhe não hão de dar a mão os pontífices”: e el-rei d. Sebastião teve grandes favores dos pontífices de seu tempo, Paulo iv e os dois Pios, iv e v. Este rei diz Bandarra que “lhe não achou nenhum senão”: e el-rei d. Sebastião, se não fora a África, não nos perdera: veja-se se foi grande senão este. Finalmente, porque não nos cansemos mais em prova de cousa tão clara, tirado somente ser el-rei d. Sebastião *semente de el-rei Fernando*, nenhuma cousa diz todo o texto do Bandarra dos sinais ou qualidades do rei que descreve que se possam acomodar, nem de muito longe, a el-rei d. Sebastião.

As outras, que os sebastianistas chamam profecias, são papéis fingidos e modernos, feitos ao som do tempo e desfeitos pelo mesmo tempo, que em tudo tem mostrado o contrário. Até aquele texto tão celebrado: *Cujus nomen quinque apicibus scriptum est*,<sup>18</sup> que os mesmos sebastianistas aplicam ao nome *Sebastianus*, composto de cinco sílabas, tão fora está de ser em favor de sua esperança que é uma milagrosa confirmação da nossa. Ápices propriamente não são sílabas, nem letras, senão os pontinhos que se põem sobre a letra *i*. Assim o diz ou supõe o texto de Cristo: *Ista unum aut unus apex*. E qual seja o nome que tenha cinco ápices, ou cinco pontinhos sobre a letra *i*, o nome seguinte o dirá: *joannes iij*. E não digo mais.

Mas estou vendo que tem mão em mim v.s., e que me diz: *Dic nobis quando hoec erunt*. Respondo primeiramente que *non est nostrum noscere tempora vel momenta quae Pater posuit in sua potestate*. Mas, porque esta resposta é muito desconsoada, direi também o que a minha conjectura tem alcançado ou imaginado neste ponto. Tenho para mim que dentro na era de 60 se há de representar no teatro do mundo toda esta grande tragicomédia. Fundo-me em cinco textos do Bandarra, três muito claros, e dois mais escuros, mas muito notáveis.

No “Sonho terceiro”, falando Bandarra das profecias de Ezequiel e das hebdômadadas de Daniel, diz assim:

E achei no seu contar,  
Segundo aqui representa,  
Que assim Gad como Agar,  
Que tudo se há de acabar,  
Dizendo cerra os setenta.

E se Gad, que são os judeus, e Agar, que são os agarenos ou turcos, se hão de acabar quanto às suas seitas, quando se cerrar o ano de 1670, que é o fim de toda

a comédia, bem se segue que os atos ou jornadas dela se hão de ir representando pelos anos da era de 1660. O mesmo confirma Bandarra nas suas respostas, falando das mesmas profecias, onde diz:

E depois de elas entrarem  
Tudo será já sabido;  
Aqueles que aos seis chegarem  
Terão quanto desejarem,  
E um só Deus será conhecido.

Chama Bandarra a esta era “era dos seis”, porque é era de 1660, em que entram duas vezes seis, e na de 1666 entram três vezes, que é número mui notável e mui notado no Apocalipse.<sup>19</sup> E sem dúvida que é muito o que está para vir e para ver nestes seis, pois diz Bandarra que os que chegarem a estes seis “terão quanto desejarem”. No “Sonho segundo” diz:

E nestes seis  
Vereis cousas de espantar.

E logo abaixo repete o mesmo:

Desde seis até setenta,  
Que se amenta  
Do rei que virá livrar.

Assim que todos estes três ou quatro lugares do Bandarra mostram que esta era de 660 é o prazo determinado para o cumprimento de suas profecias e dos prodígios prometidos nelas. E, se disser alguém que este número de seis ou de 660 pode ser de outro século e não deste, respondo que não pode ser; porque já temos por fiador o ano de 1640, que evidentemente foi deste século, e não de outro, e sobre este ano de 40 é que vai Bandarra assentando as suas contas. Uma vez diz: “antes que cheguem quarenta”; outra vez diz: “já se chegam os quarenta”; outra vez: “já se passam os quarenta”; e sobre estes quarenta fala depois nos sessenta e nos setenta.

Dos outros dois textos que tenho prometido se tira ainda maior confirmação a esta conjectura. Chamei-lhes textos escuros, e também lhes pudera chamar textos tristes. O primeiro texto é das trovas do fim, e diz assim Bandarra:

Vejo quarenta e um ano  
Pelo correr do planeta,  
Pelo ferir do cometa  
Que demostra ser grão dano.

No ano de 1618 apareceu em todo o mundo o último e famosíssimo cometa que viu a nossa idade. A figura era de uma perfeitíssima palma, a cor acesa, a grandeza como da sexta parte de todo o hemisfério, o sítio no Oriente, o curso sempre diante do Sol, a duração por quase dois meses. Eu o vi na Bahia, e v.s. devia de o ver. De então para cá não houve outro cometa, ao menos notável. Fala dele Causino no seu livro *De regno et domo Dei* <sup>20</sup> em três partes; atribui-lhe os efeitos principalmente em Espanha.

Deste cometa que, por antonomásia, foi o cometa desta idade, entendo que fala o Bandarra, pois foi o cometa do século das suas profecias. E fazendo eu o cômputo dos anos pelo ferir do dito cometa, vem a fazer 41 anos no fim deste ano em que estamos, ou no princípio do que vem; porque o cometa, como fica dito, e como eu estou mui lembrado, apareceu no ano de 1618, e, como observa Causino, o dia em que apareceu foi a 27 de novembro, e o dia em que totalmente desapareceu foi aos 14 ou 15 de janeiro, porque já então se enxergava mal.

Se fizermos, pois, a conta do dia em que o cometa apareceu, fecham-se os 41 anos aos 27 de novembro deste ano de 1659; e se a fizermos do dia em que desapareceu, fecham-se os mesmos 41 anos aos 14 ou 15 de janeiro do ano que vem, que é o ano de 1660; o qual ano diz Bandarra que demonstra ser grão dano, porque os princípios desta notável representação é certo que hão de ser trágicos e funestos, como o vão mostrando as vésperas. Em tudo se conforma o segundo texto com este primeiro, senão que a escuridade do cômputo é nele mais escura:

Trinta e dois anos e meio  
Haverá sinais na terra,  
A Escritura não erra,  
Que aqui faz o conto cheio.  
Um dos três que vem a reio,  
Demonstra grande perigo,  
Haverá açoite e castigo  
Em gente que não nomeio.

Para inteligência, suponho que *contos cheios* são números perfeitos, que acabam em dez, como: trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, setenta etc.; *contos não cheios* são os que não chegam a aperfeiçoar este número de dez, como: 31, 42, 53, 64 etc. Isto posto, os primeiros quatro versos falam da aclamação de el-rei, a qual sucedeu no conto cheio do ano de 40, tão celebrado do Bandarra, tendo decorrido primeiro, desde a morte do último rei português, 32 anos e meio, isto é, 61 anos, porque trinta *dois* são sessenta, e meio *dois* é um: e tantos anos pontualmente passaram desde a morte do último rei de Portugal, d. Henrique, que morreu em janeiro do ano de 1580, até à aclamação de el-rei d. João, o



quarto, que foi em dezembro de 1640. Até aqui corre facilmente a explicação desta copla: a dificuldade está nos versos que se seguem:

Um dos três que vem a reio  
Demonstra grande perigo  
Etc.

porque há já muito que passaram os três anos *que vem a reio* depois do *conto cheio* do ano de 40, e não vimos esses perigos, nem esses açoites, nem esses castigos. Digo, pois, que *um dos três que vem a reio* não significa um dos três anos, como se cuidava, senão um dos três contos cheios, que é o que fica imediatamente atrás: os quais três contos cheios, depois do ano de 40, são o ano de 50, e o ano de 60, e o ano de 70; e um destes três contos cheios é o que demonstra grande perigo. Resta agora saber qual dos três será. Quanto eu posso alcançar, tenho para mim que é o ano que vem de 60. E provo. Estes três contos cheios são o ano de 50, o ano de 60 e o ano de 70: o ano de 50 não é, porque já passou; o ano de 70 não pode ser, porque então, como fica dito, se há de acabar tudo; logo, resta ser o ano de 60.

Neste ano haverá açoite e castigo em gente que o Bandarra não nomeia, entendo que por reverência do Estado eclesiástico: haverá açoite e castigo em Roma, haverá açoite e castigo em Portugal. E, posto que todos devem aceitar estes castigos e açoites como da mão de Quem os dá e procurar aplacar Sua divina justiça tão imerecidamente provocada, saibam porém os portugueses, para que os não desanime nenhum trabalho por grande que seja, que o mesmo Deus que os castiga os ama, antes porque os ama os castiga, e que, depois de castigados e purificados com esta tribulação, os há de fazer vasos escolhidos de sua glória. Fora de Espanha veremos tudo o que neste papel fica profetizado; dentro de Espanha veremos que Portugal prevalece e Castela acaba. Bandarra, nas trovas do fim:

Vejo um alto rei humano  
Levantar sua bandeira,  
Vejo como por peneira  
A grifa morrer no cano.

No efeito dos sucessos é certo e certíssimo que me não engano; no cômputo do tempo, de que não tenho tanta segurança, também presumo que me não hei de enganar. E, se assim for, aparelhe-se o mundo para ver nestes dez anos fatais uma representação dos casos maiores e mais prodigiosos que desde seu princípio até hoje tem visto. Em Espanha verá o rei de Portugal ressuscitado, e Castela vencida e dominada pelos portugueses. Em Itália verá o turco barbaramente vitorioso, e depois desbaratado e posto em fuga. Em Europa verá universal

suspensão de armas entre todos os príncipes cristãos, católicos e não católicos; verá ferver o mar e a terra em exércitos e em armadas contra o inimigo comum. Na África e na Ásia, e em parte da mesma Europa, verá o Império Otomano acabado, e el-rei de Portugal adorado imperador de Constantinopla. Finalmente, com assombro de todas as gentes, verá aparecidas de repente os dez tribos de Israel, que há mais de dois mil anos desapareceram, reconhecendo por seu Deus e seu senhor a Jesus Cristo, em cuja morte não tiveram parte.

Esta é a prodigiosa tragicomédia, a que convida Bandarra nestes dez anos a todo o mundo. Mas saibam os que vivem que na primeira cena desta grande representação nadará todo o teatro em sangue, no qual ficará quase afogado o mesmo mundo, porque há de chegar até cobrir a cabeça. *Et Tibrem multo spumantem sanguine cerno.*

Com isto, padre e senhor meu, me haja v.s. por desempenhado da maior clareza que deseja, pois se não pode falar mais claro. E eu também me hei por despedido do meu profeta, que em trajo tão peregrino parte do Maranhão a Lisboa, levando por fiador de sua fortuna a sua mesma verdade. Assim diz ele no prólogo de sua sapataria, de que são todos os versos com que quero acabar:

Sempre ando ocupado  
Por fazer minha obra boa,  
Se eu vivera em Lisboa  
Eu fora mais estimado.

Estimado será, porque promete ser bem recebido de muitos senhores, posto que não de todos, que nem os seus labores são para todos:

Sairão do meu coser  
Tantas obras de labores  
Que folguem muitos senhores  
De as calçar e trazer.

Conhece que haverá quem goste e quem não goste destes versos grosseiros, mas também diz que uns e outros trazem a causa consigo: os que entendem gostarão, os que não gostarem é porque não entendem:

Se quiser entremeter  
Laços em obra grosseira,  
Quem tiver boa maneira  
Folgará bem de a ver.

E mais abaixo:

A minha obra é mui segura

Porque a mais é de correia,  
Se a alguém parecer feia  
Não entende de costura.

Finalmente supõe que há de haver glosadores ao seu texto, e eu suponho que haverá muitos mais à minha glosa, mas nem por isso direi como ele diz:

Inda que estem remoendo,  
Não me toquem no calçado.

Só digo que, sobre ter dito tanto, ainda é muito o que calo. Tudo aprendi do mesmo mestre, que não duvidou dizer de si:

Sei medida, sei talhar,  
Em que vos assim pareça,  
Tudo tenho na cabeça,  
Se eu o quiser usar;

E quem o quiser glosar  
Olhe bem a minha obra,  
E verá que ainda me sobra  
Dois cabos para ajuntar.

Guarde Deus a v.s. muitos anos como desejo e como estas cristandades hão mister. Camutá, no caminho do rio das Amazonas, 29 de Abril de 1659.

- 1 Impressa em *Obras inéditas do Padre Antônio Vieira*, v. 1 (Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856), com variantes notáveis e muitas omissões. Parece que desta carta o próprio autor distribuiu várias cópias, mas o original, enviado ao bispo do Japão, encontra-se no processo pelo delito de heresia, que lhe moveu o Santo Ofício, em 1663, pela Inquisição de Coimbra.
- 2 Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro que viveu em Trancoso, Portugal, na primeira metade do século xvi; famoso pelas *Trovas* que compôs, de sentido profético, cuja interpretação deu origem à crença dos

sebastianistas.

- 3 Em 1654, quando Vieira pela primeira vez tornou do Maranhão a Portugal e o encontrou enfermo.
- 4 As *Trovas* são divididas em três partes ou “sonhos”.
- 5 Morreu em 1651, preso no castelo de São Jorge por suspeitas de entendimento com o governo de Castela.
- 6 Nomeado pela segunda vez vice-rei em 1652, pereceu em naufrágio, na costa de Quelimane.
- 7 Desde a aclamação de d. João IV até 1669 se fizeram diligências em Roma para que reconhecesse o pontífice a independência do Reino e confirmasse as nomeações para as dioceses vacantes, o que só na regência de d. Pedro se conseguiu.
- 8 Joane Mendes de Vasconcelos, mestre de campo general e governador das armas do Alentejo, foi preso, após o sítio de Badajoz, em 1658, que teve de levantar, e arguido de conluio com os castelhanos, mas exonerado de culpa em seguida ao inquérito.
- 9 Por metáfora tomada do seu ofício, como em todo o prólogo, nesta copla: “Coso com linho assedado/ Encerado a cada ponto;/ Coso miúdo sem conto,/ Que assim o quer o calçado”.
- 10 Frei Bartolomeu de Salúcio, conhecido por Salutivo, autor verdadeiro ou suposto de profecias sobre incursões dos turcos em Itália.
- 11 Texto das Coplas a que alude Vieira: “Virá o grande pastor/ E se erguerá primeiro,/ E Fernando tangedor,/ E Pedro bom bailador,/ E João bom ovelheiro./ E depois um estrangeiro/ E Rodeão que esquecia,/ E o nobre pastor Garcia/ E André mui verdadeiro”.
- 12 Nas profecias atribuídas a santo Isidoro de Sevilha: “*El Encubierto tendrá en su nombre letra de hierro*”.
- 13 “Os dez tribus”, no original, e assim sempre, porque a palavra só no português moderno trocou o gênero.
- 14 Foi desembargador no Porto e do Paço, e um dos correspondentes de Vieira quando este, em 1681, voltou à Bahia.
- 15 Bispo de Tiro, mártir, autor de um tratado sobre a *Ressurreição*, a que provavelmente se referia Vieira.
- 16 Frei João de Rocacelsa, da ordem de São Bento, aragonês, de quem se contava ter mandado profecias a Granada, a Fernando, *o Católico*.
- 17 Frei Pedro de Frias, que se dizia tinha posto em verso as profecias de Santo Isidoro, arcebispo de Sevilha. Cf. *Jardim ameno*, coleção mss. de vaticínios dos sebastianistas, onde se encontra o poema.
- 18 Em um dos *Cantos* da sibila Eritreia, segundo os crentes.
- 19 Cap. 13: “*Qui habet intellectum computet numerum bestiae. Numerus enim hominis est: et numerus ejus sexcenti sexaginta sex*”.

20 O padre Nicolau Caussin, jesuíta, afamado teólogo, confessor de Luís xiii de França, escritor abundante. Entre suas obras encontram-se os dois tratados *Regnum Dei* e *Domus Dei*, que Vieira de memória confunde num só.

Resposta a uma objeção:  
mostra-se que o melhor comentador das profecias  
é o tempo\*

\* *História do futuro*, 2<sup>a</sup> ed., cap. 10. Introdução, atualização do texto e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982. (n. e.)

Assentamos com o apóstolo São Pedro, no capítulo antecedente, que com a candeia da profecia se podia entrar pela escuridade dos futuros e descobrir e conhecer o que neles está encoberto e encerrado. Mas sobre esta resolução se pode dizer e arguir contra nós que esta mesma candeia e luz das profecias há muitos centos de anos que está acesa, e não *sub modio*, senão *supra candelabrum*, e que ninguém contudo se atreveu até agora a entrar com ela por estes abismos e escuridades do futuro, como nós prometemos fazer, empresa e ousadia, que mais merece nome de temeridade que de confiança; aos quais (que sempre serão mais de um) responderemos facilmente com o seu mesmo argumento.

Os futuros, quanto mais tempo vai correndo, tanto mais se vão eles chegando para nós, e nós para eles; e como há tantos centos de anos que estão escritas essas profecias, também há outros tantos centos de anos que os futuros se vão chegando para elas, e elas para os futuros; e por isso nós nos atrevemos a fazer hoje o que os antigos não fizeram, ainda que tivessem acesa a mesma candeia; porque a candeia de mais perto alumia melhor. Para ver com uma candeia, não basta só que a candeia esteja acesa, é necessário também que a distância seja proporcionada: *Ut luceat omnibus qui in domo sunt*, disse Cristo. Com uma candeia pode-se ver o que há em uma casa, mas não se pode ver o que há em uma cidade. O grande precursor de Cristo era *lucerna lucens et ardens*, e ainda que todos os outros profetas anunciaram a Cristo, o Batista mostrou-o melhor, porque era candeia de mais perto; os outros diziam: — Há de vir; e ele disse — Este é.

As visões e revelações de Deus veem-se melhor ao perto que ao longe: de longe viu Moisés a visão da sarça; e que disse? — *Vadam et videbo visionem hanc magnam*: “Irei e verei esta grande visão”. Estava vendo a visão, e disse que a iria ver, porque vai muita diferença de ver as visões de Deus ao longe, ou vê-las ao perto. Ao longe, via só Moisés a sarça e o fogo; ao perto, entendeu o que aquelas figuras significavam. A mesma luz e a mesma candeia ao longe vê-se, ao perto alumia.

Esta é a diferença que não nós, senão os nossos tempos, fazem aos antigos: nos antigos reconhecemos a vantagem da sabedoria, nos nossos a fortuna da vizinhança. Se estamos mais perto dos futuros com igual luz (ainda que não seja com igual vista), por que os não veremos melhor? Assim a confessou Santo

Agostinho o qual, achando-se às escuras em muitos lugares das profecias, reservou a verdadeira inteligência delas para os vindouros.

Um pigmeu sobre um gigante pode ver mais que ele. Pigmeus nos reconhecemos em comparação daqueles gigantes que olharam antes de nós para as mesmas Escrituras. Eles sem nós viram muito mais do que nós pudéramos ver sem eles; mas nós, como viemos depois deles, e sobre eles por benefício do tempo, vemos hoje o que eles viram, e um pouco mais. O último degrau da escada não é maior que os outros, antes pode ser menor; mas basta ser o último, e estar em cima dos demais, para que dele se possa alcançar o que dos outros se não alcançava.

Entre toda a multidão dos que acompanhavam e rodeavam a Cristo, o mais pequeno de todos era Zaqueu que, por si mesmo, e com os pés no chão, não podia alcançar e ver o que os outros viam; mas subido em cima duma árvore, viu melhor e mais claramente que todos.

Mui bem medimos a nossa estatura e conhecemos quão pequena, quão desigual, quão inferior é, comparada com aqueles cedros do Líbano e com aquelas torres altíssimas, que tanto ornato, grandeza e majestade acrescentaram ao edifício da Igreja; mas subidos por merecimento seus e fortuna do tempo a tanta altura, não é muito que alcancemos e descubramos um pouco mais do que eles descobriram e alcançaram.

Cousa maravilhosa é, e que apenas se pode entender, como os cavadores da vinha que vieram na última hora, puderam ser avantajados aos demais. Mas estes são os privilégios da última hora: *Hi novissimi una hora fecerunt*: fizeram na última hora o que os outros não fizeram em todo o dia, porque eles com os outros acabaram a obra que os outros sem eles não puderam nem podiam acabar: *Sic erunt novissimi primi*. Este é o modo com que os últimos podem vir a ser os primeiros. *Non ergo undecima hora in vineam Domini ad operandum conductis nobis invidendum est* — disse Lipomano na prefação de seus *Comentários*, aplicando a parábola de Cristo ao estudo da Sagrada Escritura.

Os que estudamos e trabalhamos na inteligência da Sagrada Escritura, mais ou menos todos cavamos, e pode suceder que os que vêm na última hora, por felicidade da mesma hora, acabem, descubram com poucas enxadas o que muitos em muito tempo e com muito trabalho, cavando muito mais, não descobriram.

Aquele tesouro escondido de que falou Cristo no capítulo 13 de São Mateus, diz Ruperto, Tertuliano e São João Crisóstomo que é a Escritura Sagrada; e Santo Ireneu com mais estreita propriedade o entende particularmente das escrituras proféticas. Quantas vezes os que trabalham no descobrimento de algum tesouro, cavam por muitos dias, meses e anos, sem acharem o que buscam; e depois de estes cansados e desesperados, sucede vir um mais venturoso que, descendo sem trabalho ao profundo da mesma cova, e cavando alguma cousa de novo,



descobre a poucas enxadadas o tesouro, e logra o fruto dos trabalhos e suores dos primeiros!

Assim acontece no tesouro das profecias: cavaram uns e cavaram outros, e cansaram todos; e, no cabo, descobre o tesouro quase sem trabalho aquele último para quem estava guardada tamanha ventura, a qual sempre é do último.

Eis aqui como pode acontecer que descubram o tesouro os que cavam menos: *Saepe abjectus quispiam, et vilis invenit, quod magnus et sapiens vir praeterit*, disse verdadeira e judiciosamente São João Crisóstomo.

O último dos apóstolos foi São Paulo, e, confessando-se por mínimo de todos, afirma ter recebido a graça de descobrir aos mesmos anjos no Céu os tesouros que lhes estavam escondidos: *Mihi omnium sanctorum* (diz ele na Epístola aos Efésios) *minimo data est gratia haec, in gentibus evangelizare investigabiles divitias Christi, et illuminare omnes, quae sit dispensatio sacramenti absconditi a saeculis in Deo, qui omnia creavit, ut innotescat principatibus et potestatibus in caelestibus per Ecclesiam, multiformis sapientia Dei, secundum praefinitionem saeculorum*: Nas quais palavras se devem ponderar muito quatro cousas: que é o que se descobriu; quem o descobriu; a quem se descobriu; e quando se descobriu.

O que se descobriu é um segredo escondido a todos os séculos passados: *Sacramenti absconditi a saeculis in Deo*; porque costuma Deus ter algumas cousas encobertas e escondidas por muitos séculos, conforme a ordem e disposição de sua Providência. Quem o descobriu foi o último de todos os apóstolos e discípulos de Cristo, que já o não alcançou, nem viu, nem ouviu neste mundo como os demais e se confessa por mínimo de todos: *Mihi omnium sanctorum minimo*; porque bem pode o último e mínimo alcançar e descobrir os segredos que os maiores e primeiros não alcançaram. A quem se descobriu foi não menos que aos espíritos angélicos das mais superiores jerarquias do Céu: *Ut innotescat principatibus et potestatibus in caelestibus*; porque não bastam as forças da sabedoria e entendimento criados, ainda que sejam de um anjo e de muitos anjos, para conhecer e penetrar os segredos altíssimos de Deus, enquanto ele quer que estejam encobertos e escondidos. Finalmente, quando se descobriu, foi no século que Deus tinha predefinido e determinado: *Secundum praefinitionem saeculorum*; porque, quando chega o tempo determinado e predefinido por Deus, para que seus segredos se descubram e conheçam no mundo, só então, e de nenhum modo antes, se podem manifestar e entender.

Assim que bem pode um sujeito menor que todos descobrir e alcançar o que os grandes e eminentíssimos não descobriram, porque esta ventura não é privilégio dos entendimentos, senão prerrogativa do tempo.

Desde que Túbal começou a povoar Espanha, que foi no ano da criação do mundo 1800, até o de Cristo, 1428, em que se passaram mais de 3600 anos, era o termo da navegação do mar oceano junto somente à costa de África, o cabo chamado de Não, sendo os mares que depois dele se seguiam, tão temerosos aos

navegantes, que era provérbio entre eles (como escreve o nosso João de Barros): “quem passar o cabo de Não, ou tornará ou não”. Aparecia ao longe deste o cabo chamado Bojador, pelo muito que se metia dentro no mar, cuja passagem, tanto por fama e horror comum, como pelo desengano de muitas experiências, se reputava entre todos por empresa tão arriscada e impossível à indústria e poder humano, como se pode ver no iv capítulo da primeira *Década*. Mas quem ler o capítulo seguinte, verá também como um homem português, não de muito nome, chamado Gil Eanes, foi o primeiro que, dispondo-se ousadamente ao rompimento de uma tamanha aventura, venceu felizmente o cabo em uma barca, quebrou aquele antiquíssimo encantamento e mostrou com estranho desengano à Espanha, ao mundo e ao mesmo oceano que também o não navegado era navegável; o qual feito ponderando o nosso grande historiador com seu costumeado juízo, diz breve e sentenciosamente: “A este seu propósito se ajuntou a boa fortuna, ou, por melhor dizer, a hora em que Deus tinha limitado o curso de tanto receio, como todos tinham, de passar aquele cabo Bojador [...]”.

E verdadeiramente é assim: enquanto não chega a hora determinada por Deus, nem os Aníbalis de Cartago, nem os Cipiões e Júlios de Roma, nem os Bacos, Lusos, Geriões e Hércules de Espanha se atrevem a imaginar, que pode o Bojador ser vencido, e param suas empresas e ainda seus pensamentos no cabo de Não. Mas quando chega a hora precisa do limite que Deus tem posto às cousas humanas, basta Gil Eanes em uma barca para vencer todas essas dificuldades, para acanhar todos esses receios, para pisar todos esses impossíveis e para navegar segura e venturosamente os *mares nunca de antes navegados*. Ali, onde chega o presente e começa o futuro, era até agora o cabo de Não; não havia historiador que dali passasse um ponto com a narração dos sucessos da sua história; não havia cronológico que de ali adiantasse um momento a conta de seus anos e dias; não havia pensamento que, ainda com a imaginação (que a tudo se atreve), desse um passo seguro mais avante naquele tão desarado caminho; o que confusamente se representava adiante ao longe deste cabo, era a carranca medonha, o temerosíssimo Bojador do futuro, coberto todo de névoas, de sombras, de nuvens espessas, de escuridade, de cegueira, de medos, de horrores, de impossíveis. Mas, se agora vimos desfeitas estas névoas, esclarecido este escuro, facilitada esta passagem, dobrado este cabo, sondado este fundo e navegável e navegada a imensidade de mares que depois dele se seguem, e isto por um piloto de tão pouco nome e em uma tão pequena barquinha como a do nosso limitado talento, demos os louvores a Deus e às disposições de sua Providência, e entendamos que se passou o cabo, porque chegou a hora.

É admirável a este propósito um lugar do profeta Daniel, com que demonstrativa e indubitavelmente se persuade e convence esta verdade nos próprios termos da inteligência das profecias em que falamos. No capítulo 12 de Daniel, depois de um anjo lhe ter declarado grandes mistérios dos tempos

futuros, mandou-lhe que fechasse e selasse o livro em que estavam escritos e lhe disse estas notáveis palavras: *Tu autem, Daniel, claude sermones et signa librum, usque ad tempus statutum. Plurimi pertransibunt et multiplex erit scientia*: “Tu, Daniel, fecharás e selarás o livro em que escreveres estas cousas que tenho dito, para que estejam fechadas e seladas até o tempo determinado por Deus; e entretanto passarão muitos por elas, e haverá sobre a inteligência de seus mistérios grande variedade de ciências e opiniões”.

Este é o sentido literal e verdadeiro destas palavras do anjo, como se pode ver em todos os comentadores de Daniel, posto que elas são tão claras e expressas, que não necessitam de comentador. De maneira que, nas escrituras dos profetas, há cousas de tal modo fechadas e seladas, que ninguém as pode entender nem declarar, até que chegue o tempo determinado pela Providência Divina, o qual tempo determinado é o que só tem poder para romper os sigilos e abrir e fazer patentes as escrituras fechadas e declarar os mistérios futuros que nelas estavam ocultos e encerrados. E enquanto este tempo não chega, por mais doutos, sábios e santos que sejam os expositores daquelas profecias, dirão cousas muito discretas, muito doudas, muito santas e muito variadas, mas o certo e verdadeiro sentido delas ficará oculto e escondido, porque passarão todos por ele sem entenderem nem penetrarem. Isto quer dizer: *Plurimi pertransibunt, et multiplex erit scientia*.

Onde se deve advertir e notar que muitos homens, ainda que sejam de grandes letras cuidam que passam os livros, e passam por eles: *Plurimi pertransibunt*. Por quantos lugares passaram os Orígenes, os Clementes, os Tertulianos, que depois entenderam os Agostinhos, os Basílios, os Jerônimos? Por quantos passaram os Hugos, os Ricardos, os Rupertos, os Teodoretos, que depois entenderam os Montanos, os Sanches, os Cornélios, os Ribeiras? E por quantos passaram também estes, que depois entenderam melhor os que lhes foram sucedendo, não porque os últimos sejam mais doutos ou de mais aguda vista, mas porque leem e estudam à luz da candeia, ajudados e ensinados do tempo, que é o mais certo intérprete das profecias, e para o qual reservou Deus a abertura dos seus sigilos? *Signa librum usque ad tempus constitutum*.

No Apocalipse cujas profecias são próprias deste tempo, em que a Igreja de Cristo se vai continuando mais claramente que em nenhum outro lugar das Escrituras, temos revelado este segredo da Providência Divina, com que dispôs e tem decretado que as profecias se vão descobrindo e entendendo ordenada e sucessivamente aos mesmos passos, ou mais vagarosos ou mais apressados, com que se vão seguindo e variando os tempos. Entre as cousas muito misteriosas que viu São João, ou a mais misteriosa de todas, foi um livro fechado e selado com sete selos, o qual era o seu mesmo Apocalipse; foram-se rompendo os sigilos e abrindo-se o livro, mas não todo juntamente, senão por partes e a espaços: uns sigilos primeiro e outros depois, e com grande aparato de cerimônias e variedade de efeitos admiráveis no Céu e na Terra; e o mistério destas pausas e intervalos

era porque assim se haviam de ir entendendo as profecias que estavam escritas no livro, e assim se haviam ir entendendo, não juntamente, senão em diferentes tempos, e não apartadas de seus efeitos, senão igualmente com eles. De maneira que nas profecias estão encobertos os tempos e os efeitos, e nos efeitos estarão descobertas as profecias; e por isso naquele misterioso livro, assim como eram diversas as profecias e diversos os efeitos e sucessos da Igreja e do mundo, que nelas estavam profetizados, assim eram também diversos os sigilos com que estavam fechados e diversos os tempos em que se haviam de abrir e manifestar, sendo o mesmo tempo e os mesmos sucessos os que os abrissem e manifestassem, ou depois de chegarem, ou quando já fossem chegando. Bem assim como antes de se acabar de todo a noite, pelos resplendores da aurora se conhece a vizinhança do Sol, antes que ele se veja descoberto nos horizontes.

E se quisermos especular a razão desta providência, acharemos que não é outra senão a majestade da sabedoria e onipotência divina, sempre admirável em todas suas obras.

Este mundo é um teatro; os homens as figuras que nele representam, e a história verdadeira de seus sucessos uma comédia de Deus, traçada e disposta maravilhosamente pelas idades de sua Providência. E assim como o primor e sutileza da arte cômica consiste principalmente naquela suspensão de entendimento e doce enleio dos sentidos, com que o enredo os vai levando após si, pendentes sempre de um sucesso para outro sucesso, encobrendo-se de indústria o fim da história, sem que se possa entender onde irá parar, senão quando já vai chegando e se descobre subitamente entre a expectativa e o aplauso, assim Deus, soberano autor e governador do mundo e perfeitíssimo exemplar de toda a natureza e arte, para maior manifestação de sua glória e admiração de sua sabedoria, de tal maneira nos encobre as cousas futuras, ainda quando as manda escrever primeiro pelos profetas, que nos não deixa compreender nem alcançar os segredos de seus intentos, senão quando já têm chegado ou vão chegando os fins deles, para nos ter sempre suspensos na expectativa e pendentes de sua Providência. E é esta regra (com pouca exceção de casos) tão comum, em Deus e seus decretos, que, ainda quando as profecias são muito claras, costumam atravessar entre elas e os nossos olhos umas certas nuvens, com que sua mesma clareza se nos faz escura. Eu o não crera, se o não vira escrito, para maior admiração e, em um dos maiores profetas, que assim o confessa, não de outrem, senão de si: *In anno primo Darii, filii Assueri, de semine Medorum, qui imperavit super regnum Chaldeorum, anno uno regni ejus, ego, Daniel, intellexi in libris numerum annorum, de quo factus est sermo Domini ad Jeremiam prophetam, ut complerentur desolationis Jerusalem septuaginta anni:* “No ano primeiro de Dario, filho de Assuero, descendente dos Medos, que teve o império dos caldeus: Eu, Daniel, diz ele, entendi nos livros o número dos setenta anos, que Deus tinha revelado ao profeta Jeremias havia de durar a assolção de

Jerusalém” e cativo dos judeus em Babilônia.

Agora entra o caso e a admiração. Esta profecia de Jeremias, que Daniel afirma que entendeu no primeiro ano do império de Dario, é do capítulo 25 daquele profeta, e diz assim: *Et erit universa terra haec in solitudinem et in stuporem, et servient omnes gentes istae regi Babylonis septuaginta annis*: “Toda esta terra (diz Jeremias, estando em Jerusalém) será assolada, com pasmo e assombro do mundo, e todas as gentes que a habitam, servirão ao rei de Babilônia por espaço de setenta anos”.

Estes setenta anos, como consta da exata cronologia que se pode ver largamente provada em Perério e nos comentadores das profecias de Daniel, se acabaram de cumprir no primeiro ano do império de Dario. Pois se o termo de setenta anos estava profetizado com palavras tão claras e expressas, como são aquelas de Jeremias: *Et servient omnes gentes istae regi Babylonis septuaginta annis*, como diz Daniel, que não entendeu o número destes setenta anos, senão no primeiro ano de Dario, que foi o último dos mesmos setenta? Podia haver conta mais clara? Podia haver palavras mais expressas? Não. Mas como é regra ordinária da Providência Divina que as profecias se não entendam senão quando já tem chegado ou vai chegando o fim delas, por isso, sendo a profecia tão clara e o número dos setenta anos tão expresso, não quis Deus que o mesmo Daniel, sendo Daniel, o entendesse senão no último ano.

O tempo foi o que interpretou a profecia e não Daniel, sendo Daniel um tão grande profeta. E esta parece a energia daquela sua palavra: *Ego, Daniel, intellexi*: “Eu, Daniel, sendo Daniel, não entendi profecia tão clara de Jeremias, senão no último ano dos setenta, em que ela se cumpria”. Mas assim havia de ser, porque assim o profetizou e o repete o mesmo Jeremias em dois lugares, onde, falando de suas profecias, diz que se não entenderiam senão nos últimos tempos do cumprimento delas: No capítulo 23: *Non revertetur furor Domini usque dum faciat et usque dum compleat cogitationem cordis sui; in novissimis diebus intelligetis consilium ejus*. E no capítulo 30, quase pelas mesmas palavras: *Non avertet iram indignationis Dominus, donec faciat et compleat cogitationem cordis sui; in novissimo dierum intelligetis ea*.

E que faz Deus, ou pode fazer, para que umas palavras tão expressas e uma profecia tão clara possa parecer escura? Atravessa uma nuvem (como dizíamos) entre a profecia e os olhos, e com este véu, ou sobre os olhos ou sobre a profecia, o claro, por claríssimo que seja, fica escuro.

Quando queremos encarecer uma coisa de muito clara, dizemos que é clara como água, porque não há coisa mais clara; e contudo essa mesma água (como discretamente advertiu Davi), com uma nuvem diante, é escura: *tenebrosa aqua in nubibus aeris*. Em havendo nuvem em meio, até a água é escura, e tais são as profecias, por claras e claríssimas que sejam. Por isso pedia o mesmo Davi a Deus que lhe tirasse o véu dos olhos, para que pudesse conhecer as maravilhas de

seus mistérios: *Revela oculos meos, et considerabo mirabilia de lege tua.* Oh quantas profecias muito claras se não entendem, ou se não querem entender, porque as queremos ver por entre nuvens e com véu sobre os olhos! Peço e protesto a todos os que lerem esta *História*, ou que tirem primeiro o véu de sobre os olhos, ou que a não leiam.

Como se hão de entender as revelações com os entendimentos e olhos velados? Não bastas ó que Deus tenha revelado os futuros, é necessário que revele também os olhos: *Revela oculos meos.* Se os olhos estão cobertos e escurecidos com o véu do afeto ou com a nuvem da paixão; se os cega o amor ou ódio, a inveja ou a lisonja, a vingança ou o interesse, a esperança ou o temor, como se pode entender a verdade da profecia, por muito clara que nela esteja, quando o primeiro intento é negá-la ou, quando menos, escurecê-la? As nuvens que Deus põe sobre a profecia, o tempo as gasta e as desfaz; mas os véus que os homens lançam sobre os próprios olhos, só eles os podem tirar, porque eles são os que querem ser cegos.

Que profecias mais claras que as da vinda de Cristo ao mundo? E muito mais claras ainda depois de manifestadas e provadas com os mesmos efeitos. E contudo estas são as que mais obstinadamente nega a cegueira judaica, porque têm os olhos cobertos com aquele antigo véu de Moisés, como lhes lançou em rosto o grande Paulo (judeu e semente de Abraão, como eles, do tribo de Benjamim): *Usque in hodiernum diem, cum legitur Moyses, velamen positum est super cor eorum; cum autem conversus fuerit ad Dominum, auferetur velamen.* Tirem o véu de sobre os olhos, e verão a luz das profecias. Ainda que a profecia seja candeia acesa, como se há de ver com os olhos cobertos? Tire-se o impedimento à luz, e logo se verá a candeia e mais o que ela alumeia. A mulher que buscava a dracma perdida, não só acendeu a candeia, mas varreu a casa: *accendit lucernam, et [...] everrit domum.* A candeia está acesa e muito clara, mas a casa não está varrida; varra-se e alimpe-se a casa, tirem-se os estorvos e impedimentos à luz, e logo verão os olhos o que há nela, e se achará o que se busca. Mas nem se busca, nem se quer achar.

De maneira que, resumindo toda a resposta da objeção, digo que descobrimos hoje mais, porque olhamos de mais alto; e que distinguiamos melhor, porque vemos mais de perto; e que trabalhamos menos, porque achamos os impedimentos tirados. Olhamos de mais alto, porque vemos sobre os passados; vemos de mais perto, porque estamos mais chegados aos futuros; e achamos os impedimentos tirados, porque todos os que cavaram neste tesouro e varreram esta casa, foram tirando impedimentos à vista, e tudo isto por benefício do tempo, ou, para o dizer melhor, por providência do Senhor dos tempos.

## A chave dos profetas\*

- \* Original extraído de *La Clavis prophetarum di Antonio Vieira: Storia, documentazione e ricostruzione del testo sulla base del ms. 706 della Biblioteca Casanatense di Roma*. Prefácio e organização de Silvano Peloso. Viterbo: Sette Città, 2009. (n. e.)

*A chave dos profetas, que explica o verdadeiro sentido deles para obter o justo entendimento do reino de Cristo realizado na terra, elaborada pelo padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, mas, em razão de sua morte prévia, não terminada nem retocada com última mão. Obra póstuma e em extremo esperada pelo Colégio da Bahia e enviada inteira ao reverendo nosso padre Tirso Gonzalez, preposto-geral da nossa Companhia, no ano de 1699.*



## Da realização do reino de Cristo na Terra\*

### três livros

A respeito da realização do reino de Cristo, contando com a ajuda Dele, discutiremos todas as questões, dividindo-as em três livros: o primeiro tratará do reino em si; o segundo, de sua realização na Terra; o terceiro, do tempo, em que tempo, quando se realizará e quanto tempo durará.

### livro i

[Casnedi\*\*] *O primeiro livro, completo em todas as suas partes, consta de onze cadernos, divididos em doze capítulos: trata de Cristo Nosso Senhor, enquanto detentor do poder de reinar.*

### capítulo i

[Casnedi] *No primeiro capítulo, o autor demonstra, com diversas argumentações, a autoridade real de Cristo: primeiro, enquanto prefigurada já no início do mundo; segundo, enquanto preanunciada nos salmos; terceiro, enquanto profetizada pelos profetas; quarto, enquanto manifesta no Novo Testamento.*

O reino de Cristo, o que se supõe sobre ele, a partir de quê, por que razão, de que modo é comprovado?

Embora, entre todos os fiéis, Cristo seja reconhecido como o melhor e mais excelente rei e, sobre seu reino e império que, como nós provamos, um dia se realizará, sobre isso, que nenhum cristão venha a ter dúvidas porque, nos restantes mistérios da fé ortodoxa, é preciso não só crer, mas também reconhecer-lhes os princípios e as razões da crença. Por esse motivo julgamos adequado, no exórdio de toda discussão sobre o reino de Cristo, estabelecer mais profundamente a verdade de seu reino, para que não pareçamos querer erigir a massa de tão grande edifício cuja grandeza e altura depois se fará visível, sem antes lançar-lhes os fundamentos. Mas, frente a um assunto tão distante de nossos sentidos, onde buscaríamos um fundamento certo e sólido, a não ser na palavra de Deus? Tendo, portanto, nas divinas Escrituras, num e noutro Testamento, os testemunhos mais iluminados pela concordância em tom e sentido, mostraremos

o reino de Cristo desde o início do mundo: em primeiro lugar, prefigurado nos patriarcas e reis, depois decantado nos salmos, em seguida, prefigurado nos patriarcas e reis e, por fim, expresso no Evangelho e Novo Testamento.

#### o reino de deus prefigurado nos patriarcas

As figuras do Velho Testamento mais dizem respeito ao ornato que à comprovação eficaz, a menos que tenham sido expostas por autor canônico. Por essa razão, aqui não apresentamos nenhuma delas, a não ser que tenha sido comprovada por intérprete sacro. (Gn 26): “Façamos o homem (disse Deus) à nossa imagem e semelhança, e que ele governe os peixes do mar, as aves do céu, os animais e toda a terra”. Assim, Deus pôs o homem à frente de todo o universo. E esta foi a primeira monarquia do mundo e a primeira figura do reino de Cristo. Assim, o douto Paulo (1Cor 15,16 e, de novo, em Hb 2,8 onde entende como referentes ao reino e império de Cristo as palavras do salmo 8,7): “Com glória e honra o coroaste e o colocaste acima das obras de tuas mãos: tudo colocaste sob os pés dele, todas as ovelhas e bois e, mais que isso, o gado também”. Na verdade, como alguns entenderam, essas palavras parecem ditas a respeito de Adão; na verdade, porém, foram escritas a respeito de Cristo e de seu império sobre todas as criaturas. De Adão, sim, enquanto tipo; de Cristo, enquanto protótipo. Tertuliano disse (“Sobre a ressurreição dos corpos”, cap. 5): “Toda vez que a argila era moldada, Cristo era pensado como o homem que viria”. Portanto, como no barro a humanidade de Cristo, na respiração a divindade, no sono a morte, na costela a chaga do lado, em Eva a Igreja, assim, no principado e monarquia do universo, deixam-se ver entre sombras o reino e império de Cristo. Esse é o pensamento do douto Paulo, ou antes, de Davi, explicado por Paulo, ensinam Santo Agostinho (num comentário ao mesmo salmo), Crisóstomo, Eutímio, Cassiodoro, Remígio, Roberto, Bernardo e todos os salmos (passim) e intérpretes de Paulo.

De forma alguma, entretanto, aqui devem ficar de lado as agudas observações de Agostinho sobre essas palavras: “Que coisa é o homem, dele o que tens na memória, ou o filho do homem, já que o tens sob teus olhos? Na realidade, entretanto”, diz ele,

quando soam as palavras homem ou filho do homem, manifesta, uma distância se insinua. Isso, seguramente, deve ser mantido na memória, porque todos os filhos do homem são homens, embora nem todo filho do homem possa ser tido como filho do homem. Homem, portanto, nessa passagem, significa terreno; mas, filho do homem, celeste. Aquele, longe, separado de Deus, este, na presença de Deus; por isso, daquele se lembra como de quem está num lugar longínquo, a este mantém sob seus olhos e,

presente, ilumina-o com a sua face. O primeiro filho do homem, portanto, é visto no próprio homem, no Senhor, nascido da Virgem Maria. A respeito dele, por causa da própria fraqueza da carne e da humilhação da paixão, com acerto se diz o seguinte: Tu o fizeste pequeno, um pouco menos que os anjos, mas foi-lhe dado aquele brilho com que ressurgiu e subiu aos céus. Com glória (diz) e honra o coroaste e o constituíste acima das obras de tuas mãos etc.

Depois de Adão, a segunda coroa, a que prefigurou Cristo reinante, foi a de Melquisedec, rei de Salém (Gn 24), confirma-o com eloquência o mesmo Apóstolo (Hb 7,1):

Este aqui [disse], Melquisedec, é sacerdote de Deus altíssimo que saiu ao encontro de Abraão, quando ele regressava do combate contra os reis e o abençoou. Foi a ele que Abraão entregou o dízimo de tudo. E o seu nome significa, em primeiro lugar, “Rei da Justiça”, depois “Rei de Salém”, o que quer dizer, “Rei da paz”. Sem pai, sem genealogia, nem princípio de dias, nem fim de vida! E assim que se assemelha ao Filho de Deus.

Ora, Paulo assinala quatro indicações principais dessa semelhança. A primeira, o ofício e o étimo do nome, pois, segundo um e outro, foi Rei da Justiça. A segunda, no nome e no ofício, pois, num e outro, foi rei de Salém, isto é, da paz. A terceira, na geração, um e outro não tiveram nem pai nem mãe. A quarta, na idade e duração, pois, em ambas, induz-se como eterna. Comentário de Cornélio aos Hb 7,1 e Gn 24.

Que direi, caso te inclines a dúvidas? Como pode o apóstolo dizer de Cristo e de Melquisedec que eles não têm pai, não têm mãe? De Cristo a resposta é fácil, porque nem no Céu tem mãe, nem pai na Terra. Sobre Melquisedec, porém, todos os intérpretes, em consenso, seguindo Crisóstomo, Nazianzeno e Ambrósio, respondem que isso foi dito por Paulo, porque nas Escrituras não há menção de pai ou de mãe de Melquisedec. A essa resposta, porém, que evidentemente é obscura e difícil, devemos acrescentar alguma luz com que se esclareça por que se disse de Melquisedec que ele não teve nem princípio nem fim. Afirmo, portanto, que a razão, no seu todo, deve ser assumida a partir da própria natureza do tipo ou figura. De fato, como o pintor, que quer dar a forma verdadeira à efígie de alguém, deve expressar todos os traços que ele tem e omitir os que ele não tem, assim também Moisés, instruído pelo Espírito Santo, ao delinear a imagem de Cristo, Deus e Homem em Melquisedec, porque Cristo não tinha pai nem mãe como Deus, deliberadamente, absteve-se de evocar o pai e a mãe de Melquisedec; ainda, porque Cristo não teve princípio e não teria fim, de modo semelhante, absteve-se de escrever sobre o nascimento e morte de Melquisedec, a fim de que o tipo todo, ponto por ponto, em tudo correspondesse à figura

exemplar. Assim, não, porque Melquisedec não tivesse tido pai e mãe, foi figura de Cristo, mas, porque era figura do Cristo, deles não houve menção. Imagina que um mesmo artista queira representar um homem sem um pé e uma das mãos, na imagem de um homem inteiro ou (o que dá no mesmo) queira que a imagem de um homem inteiro, pintada numa tela, se ajuste à imagem de um homem mutilado, sem um pé e sem uma mão; o pintor, nesse caso, por certo encobrirá e ocultará, com uma superposição de cores, a mão e pé de um homem íntegro retratado na tela, para que a imagem não resulte diferente do modelo proposto. Precisamente assim, fez Moisés para fazer de Melquisedec uma figura de Cristo. Para representar o eterno no humano, calou o nascimento e a morte; para figurar alguém sem pai e sem mãe deixou encobertos seus pais. Eis o que diz Paulo: “Para assemelhá-lo ao Filho de Deus”, com seus olhos trespassou o mistério da Escritura e abriu a mente de Moisés que, para levar a termo a figura, desprezou a história. Além disso, Moisés acrescentou a etimologia do nome e do reino: “Em primeiro lugar, na verdade, que é interpretado como rei da justiça, depois, rei de Salém que é rei da paz”, para que, no rei pacífico e justo, o reino de Cristo, justo e pacífico, fosse previamente mostrado.

Outra imagem de reino de Cristo, célebre nos primeiros tempos, foi o reino davídico. Em seu reino, a semelhança de Davi com Cristo era tanta que, ao falar sobre Cristo como rei ou futuro rei, os profetas não poucas vezes o chamaram Davi, como se fosse nome próprio dele. Assim, Os 3: “Procurarão a Javé, seu Deus e a Davi, seu rei”. E Jr 30: “Servirão a Deus, seu Senhor e a Davi, seu rei”. E Ez 37: “Deles meu servo Davi é rei”. Na verdade, quer voltes o teu olhar para os nascidos da tribo real de Judá, ou para a múltipla unção e sagração do reino, ou para a admirável coragem unida à suma mansidão, ou para as perseguições que, primeiro de Saul, depois, de outros cruéis inimigos, em casa e fora dela, ele sofreu, ou para as riquezas e tesouros imensos amontoados para edificar a casa de Deus, ou para a vitória sobre o muito soberbo filisteu, não com ferro e armas militares, mas com funda e báculo buscada, ou, enfim, para a posse do próprio reino, de forma alguma, alcançada de uma só vez, mas sempre de forma gradual, crescendo e ascendendo manifesta, até a suma amplitude, a própria série de feitos mostra que Cristo foi delineado por Deus em Davi e, de modo maravilhoso, o reino dele no de Davi. Esses indícios foram coligidos num compêndio e, os padres meditam cá é lá sobre a harmonia entre um e outro reino: Agostinho (“Sobre a monarquia de Davi com Golias”, homil. 31), Ambrósio (“Sobre os deveres”, cap. 35 e salmo 118), Crisóstomo (*Penas* e homilia sobre Davi e Saul, hom. 46), Euquério, Bernardo, Basílio, Seleuco e Roberto, o mais minucioso de todos.

Por fim, temos o reino de Cristo figurado no reino de Salomão que, pelo renome, sabedoria, construção do templo, culto e majestade real, nisso tudo, foi imagem clara e luminosa figura de Cristo a ponto de alguns, contra os quais

escreveram Justino (“Diálogo contra Trifão”), Ambrósio (“Apologia I sobre Davi”) e Agostinho (*Civitate*, livro 7, cap. 8), cegos diante de tanto esplendor, terem acreditado que Salomão em pessoa fosse Cristo. Contra, porém, esses adoradores de Salomão, que apologia melhor haveria que o próprio Salomão que, manchado por tantas infâmias, não só obscureceu a fama e majestade de seu nome, mas também disso perdeu consciência, corrompeu a natureza e quase extinguiu a própria imagem de homem?

É necessário, entretanto, advertir e observar com máximo rigor (para que, numa única vez, a advertência prévia valha para casos posteriores) que, por causa disso, Salomão não deixou de ser figura de Cristo. Ao contrário, também ele quanto mais se afastou do protótipo, mais se aproximou do tipo, pois onde perdeu a semelhança moral, aumentou a típica. “O rei Salomão, de fato, amou muitas mulheres estrangeiras”, diz o texto sagrado (2Reg. 11); mas porque, de modo excessivo, amou profundamente mulheres estrangeiras, prefigurou o excesso de amor com que Cristo, por ele abrasado, aos gentios uniu a si pela fé e caridade para as núpcias imortais. Daí Agostinho (“Contra Fausto”, livro 22): “Não me ocorre de pronto”, diz, “pelo menos numa alegoria, o que venha a significar essa lastimável perversão do rei Salomão, a não ser que alguém diga que as mulheres estrangeiras por cujo amor ardera significam as Igrejas eleitas entre os gentios”. Assim diz Agostinho, a seu modo, duvidando com moderação, mas afirmando. Ele mesmo, de novo, afirmou (*Civitate*, livro 22, cap. 8) onde diz: “Salomão, por uma sombra do futuro prenunciava Cristo, não O mostrava”. Isto é, na ação, porque torpe, mas, prenunciava na sombra, porque semelhante. Nem é raro, de fato, que a mesma árvore possa oferecer frutos maus e boa sombra. Tal era Salomão e, às vezes, o pai de Salomão de cujo adultério com Betsabel assim filosofou o mesmo Agostinho, no livro já citado contra Fausto: “Esse Davi, grave e criminosamente, pecou; apesar disso, porém, esperado por todos os povos, amou muito a Igreja e, lavando-se mais que à sua casa, ao purificar-se da sordidez do século pela contemplação espiritual, transcendeu e, com os pés, pisou seu lar enlameado”. Voltando seus olhos para essa passagem, Ambrósio (“Sobre Lucas”, livro 3) breve e elegantemente disse: “Mistério na figura, pecado na história, culpa pelo homem, Sacramento pela palavra”. Nessa passagem, creio eu, Ambrósio reconheceu a energia do mistério porque, como Davi assumiu em seu leito uma mulher alheia, assim o Verbo, para sua hipóstase, assumiu em sua natureza alheia. Por isso, portanto, com muita frequência, vemos Ágata ou Catarina, virgens puríssimas, sob aplauso, serem representadas por mulher impudica, mas eloquente e, como não escrevemos luz com o ouro, ou sangue com o cinabre, mas até neve, sem injúria ao candor, escrevemos com a tinta negra, assim também Deus, sem prejuízo da inocência e majestade, delineou o Santo no pecador, o Filho no servo mau e o ótimo rei no péssimo, isto é, delineou Cristo em Salomão.

Finalizemos, porém, o símbolo no qual, além das semelhanças mais gerais indicadas no princípio, Roberto acrescentou mais duas que, embora cultor da concisão, não quero ficar devendo ao leitor. Salomão recebeu a herança do trono paterno, quando ainda seu pai vivia (3Rs 1). Isso, muitíssimo bem o engenhoso abade refere a Cristo: “Enquanto o Pai ainda vivia é feito rei porque, certamente, quem o constituíra rei, Deus Pai, nunca morre. Quem”, digo, “a ele constituiu como rei, herdeiro de tudo, nunca morreu nem nunca morrerá; é tido também como admirável e único, nunca herdeiro de um morto, nunca herdeiro de um pai que vai morrer. Cristo morreu uma só vez, e reviveu, nunca mais morrerá”. E pouco abaixo diz: “Nem falta”, diz,

mistério naquela afirmação: os servos agradecem e bendizem ao rei, seu Senhor. Que o Senhor, dizem, engrandeça o nome de Salomão acima de teu nome. Antes, Deus só era conhecido na Judeia; depois, porém, que o Filho de Deus recebeu o reino, em todos os povos é pregada a glória tanto do Pai quanto do Filho; cumpriu-se esta profecia: Exaltai a Deus acima dos céus e acima da terra toda a terra a tua glória (salmo 107).

Assim Roberto. Mais Agostinho (salmos 71 e 126), Gregório Magno e Gregório de Nissa e Bernardo (sobre os Cant. cap. 4), Jerônimo (salmo 44), Irineu (livro 4, cap. 22) e outros. Entretanto, já que prometi comprovar todas as figuras pelo testemunho de autor canônico, aqui é pertinente citar todo o salmo 71, que no seu todo é sobre o reino de Cristo e é atribuído a Salomão. Também o salmo 88 em que muito do que é dito sobre o reino de Salomão Paulo entende como dito sobre Cristo (aos Hebreus 1) e o Cântico dos Cantos cap. 4, onde Cristo rei, sob o nome de Salomão é proposto como o esperado: “Saí, filhas de Sião, e vede o rei Salomão com o diadema com que o coroou sua mãe”.

Isso basta a respeito sobre o reino de Cristo em figura cuja amplidão vem à luz no reino de Adão, no de Melquisedec a justiça, no de Davi a solidez, no de Salomão a paz, qualidades que são unicamente do reino de Cristo.

### o reino de deus decantado nos salmos

Aos salmos, não só os separamo de Moisés e livros históricos, mas os ponho em separado dos outros profetas, seguindo o método de Cristo, que aos testemunhos do velho instrumento que dele falou distribui com essa partição: “Palavras”, disse, “que de mim foram ditas na lei e também nos Salmos e Profetas” (Lc 24).

Salmo 2,6: “Ora, por ele fui consagrado rei sobre Sião, seu monte sagrado”. Essas palavras sobre a fé foram ditas sobre Cristo e por Cristo em pessoa, isso ensina Paulo (Hb 1 e 5). Ora, Cristo fala de seu reino, não enquanto Deus, mas enquanto Homem e, por isso, diz sublinhando: “Fui consagrado”. Ora, Cristo

(como Teodoreto comenta essa passagem) “como Deus, tem inato o reino, como Homem, recebeu-o por uma decisão”.

Salmo 5,3: “Ouve a voz de minha oração, meu rei e meu Deus”. Assim Agostinho explica essa passagem: “Embora o Pai seja Deus e o Filho seja Deus e, ao mesmo tempo, Pai e Filho, um só Deus, ainda que interroguemos sobre o Espírito Santo, nada outro se deva entender, a não ser que há um só Deus, embora ao Filho as Escrituras costumem chamar rei”. Isso diz ele. O que diremos, se buscarmos a causa dessa denominação e por que ao Filho, mais que ao Pai ou Espírito Santo, esse nome régio, dignidade e poder é atribuído? Responde João (5,22): “O Pai delegou ao Filho todo julgamento, porque é Filho do homem”. É, de fato, muito adequado a uma comunidade racional que rei e súditos sejam da mesma natureza. Daí Aristóteles (*Política* i) dizer: “O rei deve ser do gênero daqueles sobre os quais tem o principado, pois, assim, será muitíssimo grande o mútuo amor do rei e dos súditos”. Mais que isso, o próprio Deus disse (Dt 17): “Não poderás fazer rei um homem de outra estirpe, a não ser que seja teu irmão”. Isso não é de admirar, porque com frequência vemos que homens de reinos estrangeiros sacodem o jugo e, se não podem, duramente e a contra gosto o suportam. “Por isso, portanto, Cristo (disse Incógnito), para que de forma mais apropriada se fizesse nosso rei, quis ser do nosso gênero, quando assumiu nossa natureza.”

Salmo 43,5: “És tu mesmo, meu rei e meu Deus, que decides as vitórias de Jacó”. Ele mesmo, de quem e com quem fala Davi, Ele mesmo, digo, é chamado Deus, Ele mesmo, Salvador, portanto, Cristo. Já que, na verdade, essas três noções, Salvador, Deus e rei, aplicadas a um só sujeito, não podem convir simultaneamente a ninguém, se não a Cristo somente. A ninguém, digo eu, nem ao homem, nem ao anjo, nem ao Pai, nem ao Espírito Santo, mas só ao verbo, depois que se fez carne. Verbo, sim, antes que se fizesse carne; Deus, que era rei, é Salvador; e Cristo que é rei porque é Deus, é rei, porque Salvador.

Salmo 44,1: “Meu coração lança fora o bom verbo, digo minhas obras ao rei”, isto é, ao Cristo Homem, como fica patente no contexto de todo salmo, principalmente no vers. 3: “És o mais belo dos filhos dos homens, a graça se espalha em teus lábios”. Aí tens a humanidade e graça de que só em Cristo a humanidade é capaz. E vers. 8: “Por isso te ungiu Deus, o teu Deus”: só Cristo como homem foi ungiu rei. É, porém, muito notável aquela repetição que alude à posse: “Deus, teu Deus”. Deus, de fato, não é Deus do verbo como verbo, mas é Deus de Cristo. Daí, na cruz Ele não está como verbo, na medida em que é Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; mas como Cristo, na medida em que é verdadeiro Homem, “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” (Mc 15). Depois, portanto, que assumiu a humanidade, Deus ganhou uma nova e admirável denominação, para que pudesse ser chamado Deus de Deus, o que muito melhor se entende pelo mesmo texto, se atentarmos à palavra Deus, no

grego na primeira vez colocado no vocativo, para que o sentido seja: Ungiu-te, ó Deus, teu Deus. Ouçamos, porém, Agostinho: “Como se dissesse, (diz), Ungiu-te, ó tu, Deus, teu Deus. Assim recebei, assim, entendei, assim em grego está muito evidente. Logo, quem é Deus ungiu por Deus? Que o digam a nós os judeus. Essas Escrituras nos são comuns. Deus foi ungiu por Deus. Ouves ungiu, entende Cristo. Na verdade, Cristo pelo crisma”. E pouco abaixo:

Deus foi ungiu para nós e foi enviado para nós; e o próprio Deus, para que fosse ungiu, era homem. Mas, era homem de tal forma que fosse Deus; de tal forma era Deus que não desdenhasse ser homem. Verdadeiro homem, verdadeiro Deus, em nada enganador, em nada falso, porque onde veraz, aí a verdade. Deus homem, portanto, e por isso, ungiu Deus, porque é Deus homem e se fez Cristo.

Salmo 71,1: “Deus, dá teu julgamento ao rei e tua justiça ao filho do rei”. Diz rei e filho do rei, mas, pelas palavras rei e filho do rei, em ambos os casos, está indicado o mesmo Cristo. O mistério expresso por essa repetição ou adição assim é interpretado por Genebrardo: “A quem (diz) chamara rei, agora chama filho do rei, para que àquele que, do sêmen de Davi, foi feito segundo a carne (Rm 1), ninguém entenda Davi quem, sim, foi rei, mas não filho do rei”. Essa argumentação, não desprezível, aliás, desagrada porque se, pelo nome de filho do rei, se entende Davi, pelo nome de filho do rei, pode-se entender Salomão que, verdadeiramente, foi rei e filho do rei. “Jessé gerou o rei Davi e Davi gerou Salomão.” Como, porém, quase todas as qualificações apregoadas de modo magnífico, por todo o salmo, é muito evidente que, de modo algum, elas se referem a Salomão, mas só a Cristo e a seu reino podem adequar-se merecidamente. São Jerônimo, outros padres e intérpretes mais recentes ensinam que este versículo deve ser entendido como referente a Cristo rei, sob o nome e tipo de Salomão e de seu vastíssimo reino. Entretanto, os títulos, filho do rei, com maior segurança e adequação, referem-se à filiação eterna de Cristo que foi a raiz primeira do império, do poder e do reino de Cristo, como se verá no texto referente.

Do mesmo Cristo rei e de seu reino fala o salmo 17,51: “Engrandecendo as salvações e seu rei e fazendo misericórdias a Davi, seu Cristo”. E salmo 62,12: “O rei, porém, se alegrará em Deus, alegrar-se-ão todos que por ele juram”. E o salmo 144,1: “Exaltar-te-ei, Deus meu rei, e bendirei teu nome no século”. E o salmo 149,2: “Alegre-se Israel nele, que o fez, e os filhos de Sião exultem no seu rei”. Quanto a essas citações, basta apontá-las já que são as mais claras e suficientemente explicadas nas obras de intérpretes comuns.



## pelos profetas

Conduza o exército Daniel, profeta verdadeiramente régio pelo sangue e ofício, a quem foi confiado o cuidado de administrar os maiores reinos por todas as idades do mundo e de pregar, principalmente, de maneira mais clara e sublime, o reino do rei dos reis.

Capítulo 2 (44): “Nos tempos”, diz, “daqueles reinos, Deus suscitará o reino do Céu que, por toda a eternidade, não dissipará; e o reino dele não será entregue a outro povo. Todos esses reinos, porém, perecerão, mas ele ficará de pé eternamente”. A esse texto tiveram como referente ao Messias todos os intérpretes, antes e depois dele, isto é, tanto os hebreus quanto os cristãos, sempre e também hoje (só discrepando quanto ao tempo). Já que a repetição da mesma visão é indicio de firmeza, como José expôs ao Faraó (Gn 41), o mesmo reino foi mostrado a Daniel uma segunda vez, representado por uma visão diferente, mais clara e mais luminosa (7,14). Nessa passagem, diz assim: “Eu, portanto, estava em contemplação numa visão noturna e eis que, com as nuvens do céu, vinha como que o Filho do homem e chegou até o ancião dos dias e o levaram diante dele. Deu-lhe o poder, honra e glória e todos os povos, tribos e línguas o servirão: o poder, eterno que é, não lhe será tirado e seu reino não se corromperá”. Aí vê-se que aquele a quem foi dado o reino é o filho do homem, clara e verdadeiramente aquele Cristo que concedeu que ele fosse o ancião dos dias, isto é, o Pai eterno, que o fez “herdeiro de todas as coisas” (Hb 1). Enfim, feito o cálculo por setenta semanas, Daniel indica o tempo determinado por Deus em que o senhor desse reino deverá ser empossado e ungido. “E seja ungido (disse) Santo dos Santos.” Essa noção, a saber, da suprema e superexcelentíssima Santidade, como diz o douto Dionísio, não pode convir a nenhum homem, a não ser a Cristo cujo nome o próprio profeta não calou (vers. 25): “A partir do fim de suas palavras, até Cristo, o guia”; e vers. 26: “Depois de sessenta e duas semanas Cristo será morto”. Nem estranhe o leitor que, nessa passagem, ele não seja chamado rei, mas condutor, pois um e outro se equivalem. Nisso Daniel aludiu claramente ao profeta Miqueias, mais velho que ele, que, de acordo com a interpretação de Mt 2 dissera: “E tu, Belém, terra de Judá, de forma alguma és a menor dentre as terras de Judá porque de ti sairá o condutor que reinará sobre Israel, meu povo”. Sobre o mesmo reino de Cristo, frequente e fartamente, prenunciou Isaías (9,6): “Pequenino, [diz] nasceu para nós, um filho nos foi dado e sobre seus ombros foi posto o principado e será chamado admirável conselheiro do Deus forte, Pai do futuro século, príncipe da paz. Seu império se multiplicará e a paz não terá fim; sobre o trono de Davi e sobre o seu reino se assentará para que o confirme e fortaleça no juízo e justiça”. As primeiras palavras comentam com evidência suficiente as últimas. Sobre elas, porém, devem ser ouvidos Eusébio Emisseno e Tertuliano. O primeiro deles diz:

Dado, portanto, quem da divindade nascesse de Maria Virgem; nascido, quem não sentisse morte; dado, quem não conhecesse início; nascido, quem fosse mais jovem que a mãe; dado, quem não tivesse Pai mais velho que ele; nascido, quem morresse; dado, de quem a vida nascesse; e, assim, quem era, foi dado; quem não era, nasceu, lá exerce o domínio, aqui é humilhado; reina para mim e combate por mim.

Essas palavras Emiseno pronunciou com elegância (homil. 1). Tertuliano, porém, diz (contra os judeus): “De um modo geral, que rei carrega a insígnia de sua dignidade no ombro, e não, na cabeça a coroa ou, na mão, o cetro? Só o novo rei dos novos séculos, Cristo Jesus, a sua nova glória e sublimidade, a saber, a Cruz, levou no ombro para que, segundo a profecia de Davi, viesse a reinar”. Mais uma vez, Isaías (11,1): “Um ramo sairá da raiz de Jessé e a flor de sua raiz ascenderá e descansará sobre ele (isto é, Cristo) o Espírito do Senhor”. Pelo ramo e flor até os próprios rabinos entendem o cetro refulgente. Ora, fala-se do cetro ou ramo que haveria de sair da raiz de Jessé, porque a casa de Davi, da qual o reino tinha sido separado, era como que a raiz seca e quase morta da qual Cristo viria a brotar, no dizer do anjo à Virgem: “A ele o Senhor Deus dará a sede de Davi, seu Pai, e reinará na casa de Jacó eternamente”. Sem dúvida alguma, renovado em Cristo o cetro de Judá, sobre o qual, ao morrer, Jacó predissera: (Gn 49): “O cetro não será tirado de Judá, até que venha aquele que deve ser enviado e ele será a esperança dos povos”. Esse é o verdadeiro sentido das palavras de Isaías, daquele ramo e flor que haveriam de brotar, passagem que a paráfrase caldeia assim reproduz: “Dentre os filhos, Jessé foi ungido e Cristo será ungido dentre os filhos dele”.

O mesmo disse Isaías (33,17): “Ao rei, em sua beleza, nossos olhos verão”. Nossos olhos, digo eu, que não podem ver a Deus. Quem, na verdade, será esse rei que não foi visto antes e depois virá a ser visto, declara imediatamente o próprio profeta, dizendo: “O Senhor é nosso juiz, o Senhor é nosso legislador; ele nos salvará”. Com essas palavras de cores quase naturais e verdadeiramente suas, descreve Cristo como o Senhor legislador, rei e Salvador e, como algo maior que qualquer milagre, prometeu “que o veríamos com nossos olhos em sua beleza”. Na verdade, de fato, com nossos olhos o vimos com sua beleza, quando “vimos sua glória, como do unigênito do Pai, cheio de graça e verdade”. Enfim, 52, 6: “Por isso”, diz Isaías, “o meu povo saberá o meu nome naquele dia, porque saberá que sou eu quem diz: ‘Estou aqui’. Quão belos, são sobre os montes os pés do que prega e anuncia a salvação, dizendo: Sião, teu Deus reinará!”. Essa profecia Paulo (Rm 5) entendeu como referente a Cristo e seu reino por meio do Evangelho. Em primeiro lugar, portanto, o profeta predisse o nome de Deus, para que fosse sabido e conhecido pelo povo que antes o ignorava, o nome do Filho: “Conhecerá o meu povo o meu nome”. De fato, embora os próceres da velha lei

conhecessem que Deus tinha um Filho e que esse era o Messias prometido, o povo isso ignorava totalmente. Depois prediz o mistério da Encarnação e de Deus na terra visível: “Eu que estava falando, eis que estou aqui”; pois o próprio Deus que outrora “falava nos profetas, muito recentemente falou-nos no Filho”; ou melhor, o próprio *verbo* do que fala e, ao falar, “fez-se carne, para que habitasse entre nós”. Em terceiro lugar, predisse o Evangelho e a pregação do Evangelho no mundo todo: “Quão belos são os pés do que anuncia e prega a paz, anunciando o bem, pregando a salvação”; ou, como do hebraico traduziram Procópio e Eusébio: “do que prega Jesus”. Por último predisse o reino de Cristo e que o reino predito tinha seu início no monte Sião: “Ora, Eu fui instituído rei por ele sobre Sião, seu monte santo; por isso, à própria Sião devem ser deferidas tamanhas congratulações. Dizendo Sião (isto é, para Sião) reinará o teu Deus”. Não Saul, não Davi, não Salomão, mas *Deus*; nem um Deus alheio ou estrangeiro, mas *teu*, isto é, da tua gente. Essas palavras disse Isaías.

Jeremias também e Ezequiel, sobre o reino de Cristo, nada deixaram em silêncio (23,5): “Eis que virão os dias e suscitarei um germe justo para Davi; um rei reinará, será sábio e fará o juízo e a justiça na terra”. Nesta passagem, é preciso que estejamos atentos ao fato de que a palavra Davi está no caso dativo, como está patente na língua hebraica; daí, o sentido é: Deverá ser suscitado para Davi um germe justo, seguramente Cristo, que é Filho de Davi. “Como que se dissesse”, diz Sancho, “ainda que os filhos de Davi, a quem Deus depôs do trono real de maneira ignominiosa, fossem ímpios e criminosos, mesmo assim, um dia nascerá para ele um filho justo e sábio, isto é o Messias que julgará e fará justiça na terra, isto é, não só na terra da Judeia, mas também, em todo orbe da terra.” Passo a Ezequiel (34,23), voltando logo para Jeremias. Diz Deus: “Para elas suscitarei um pastor que as apascentará; ele as apascentará e ele lhes servirá de pastor. Eu, o Senhor, porém, para elas serei Deus e meu servo Davi, no meio delas, o primeiro”. E (37,22): “E os farei um único povo na terra, nos montes de Israel; e haverá para eles um só rei com poder”. E 24: “E Davi, meu servo, será rei sobre eles e único pastor deles”. A esses textos, não só os doutores cristãos, mas também os mestres dos hebreus entendem como referentes ao reino do Messias; é, porém, indubitável que o próprio Cristo, ao falar de si, frequentemente aludiu a essas passagens (Jo 1,9 e 12). Ainda hoje, entretanto, não faltam judeus que, por sua cegueira, usando mal essas passagens, por uma maneira errônea de pensar, creiam e esperem o Messias que virá, não outro qualquer, mas o próprio Davi que, dizem eles, será suscitado por Deus para que reconstrua o antigo reino e, sozinho, impere sobre Israel todo. Desse modo, eles explicam as palavras de Ezequiel: “Suscitarei para elas um só pastor”, e aquelas palavras de Jeremias: “Suscitarei para Davi um germe novo e ele reinará”. Eu, porém, para arrancar essa raiz má e mal fincada, já fiz ver que, no texto de Jeremias, a palavra Davi não está no caso acusativo, mas no dativo, e que o

germe que será suscitado não é Davi, mas *para Davi*; se, na verdade, era do germe e prole de Davi que está predito que viria a ser aquele de quem se prediz que seria suscitado, evidentemente, é Cristo. Abram os olhos, portanto os cegos judeus e leiam Jr 33,14: “Eis que virão os dias, diz o Senhor e suscitarei para a casa de Israel e para a casa de Judá o verbo bom de que falei. Naqueles dias e naquele tempo, farei germinar para Davi o germe da justiça e ele fará o julgamento e a justiça na terra”. O quê, de onde? Davi, portanto, será suscitado? Ele? Não! Leiam depois 19: “Porque o Senhor diz estas palavras: Não faltará a Davi um descendente que se sente no trono da casa de Israel”. Aquele, portanto, que se sentará no trono de Davi, não é Davi, mas “o homem de Davi, isto é, de seu sêmen”. E logo depois (20): “Se inválido pode vir a ser meu pacto com o dia e meu pacto com a noite, de modo que, a seu tempo, não seja dia e noite, também meu pacto com Davi, meu servo, poderá ser inválido, de modo que não haja um filho, dele nascido, que reine em seu trono”. E, portanto, filho de Davi e não o próprio Davi, aquele a quem foi prometido que reinaria, Ouçamos, porém, as palavras do próprio pacto de que aqui Deus faz menção: Ei-las. Nós as temos em 2Rs 7 e são as seguintes: “Depois de ti, suscitarei teu sêmen que sairá de teu útero e firmarei o reino dele. Ele edificará uma casa em meu nome e farei estável o seu trono eternamente”. É Davi sêmen de Davi? Davi sairá do útero de Davi? O pacto citado não é de Davi, mas do filho de Davi.

Dirão, talvez, que esse filho de Davi de quem Deus fala é Salomão, que edificou o templo. Mas, ao contrário, porque, quando Jeremias profetizou, esse filho de Davi ainda estava por vir. Diz, na verdade, “naquele dia, farei que Davi germine”. Ora, Jeremias começou a profetizar sob Josias, trezentos e quarenta anos depois da morte de Salomão. Este filho de Davi, portanto, é Cristo que, às vezes, também é chamado Davi, porque Davi foi o tipo dele, como há pouco notamos, a partir do mesmo Jeremias, Isaías e Oseias. Ora, o verbo *suscitar*, nesta passagem, não indica a verdadeira ressurreição em si, mas a metafórica, isto é, *sair de e nascer*, como da semente enterrada são suscitados os germes; desse verbo faz uso o mesmo profeta: “E farei que Davi faça germinar o germe da justiça”. Diz-se também que Deus suscita, quando cumpre suas promessas ou as dos profetas como fica patente a partir do mesmo texto: “E suscitarei a boa palavra que falei à casa de Israel”. Na verdade, as profecias e promessas são como certos cadáveres ou sementes de coisas futuras que, quando chegam a termo e vêm à luz, como que ressurgem. Daí Ecl 36,17: “Suscita as pregações que, em teu nome, fizeram os profetas anteriores para que teus profetas sejam tidos como fiéis a ti”. Enfim, para que, de todo, faça calar a estupidez desses sectários e eles ouçam o juramento que a seus pais Deus jurou dar-lhes (Sl 131,11): “Jurou Deus a Davi a verdade e não a frustrará; o fruto do teu ventre eu o porei em teu trono”. Não a Davi, mas ao fruto de seu ventre prometeu que o poria em seu trono, mas ao fruto do ventre dele, sem dúvida, Cristo rei. Palavras

essas dos maiores profetas.

Os profetas menores que também predisseram algo sobre o reino de Cristo, eu apenas os indicarei. Os 3,5: “E buscarão o Senhor, seu Deus e Davi, seu rei”. Mc 2,13: “E o rei deles passará diante deles e o Senhor estará à frente deles”. E 4,7: “E Deus reinará sobre eles no monte Sião a partir de hoje, agora e até a eternidade. E quanto a ti, torre nevoenta da grei, filha de Sião, a ti virá a autoridade primeira, o reino da filha de Jerusalém”. Zc 9,9: “Eis que a ti virá o teu rei, justo e Salvador. Ele, pobre, virá montado sobre uma jumenta e sobre um burrico, filho da jumenta”. E 14,9: “E o Senhor será rei sobre toda a terra; naquele dia haverá um só Senhor e o nome dele um só”.

### o reino de cristo expresso no novo testamento

Restam os testemunhos evangélicos sobre o reino de Cristo. Seja o primeiro testemunho todo o Evangelho que, por isso, é chamado *Evangelho do reino* (Mc 1). Os outros, mesmo para um Cristão inculco, são tão acessíveis que, de bom grado, deles me abstenho de falar, a não ser que seja forçado por um dever. Assim, entretanto, eu os percorrerei se, com Gregório, eu puder, de modo que não sejam pesados aos que deles têm conhecimento.

O reino de Cristo o primeiro que os pronunciou foi o anjo enviado por Deus; a primeira que o ouviu foi a Mãe de Deus. “O Senhor a ele dará o trono de Davi, seu pai; e reinará na casa de Jacó eternamente e seu reino não terá fim” (Lc 1,32-3). Quando diz casa da lei, entende o orbe; o reino não tem fim, nem as casas, fim. Quando os magos, no meio de Jerusalém, perguntavam: “Onde está o rei dos judeus que acabou de nascer?”. A Ele proclamaram com um pregão verdadeiramente régio: reis, rei, diante do rei. A majestade que haviam procurado no palácio, eles a encontram numa estalagem. Por um grande prodígio os Magos adoram Cristo, por um maior milagre, a riqueza adora a pobreza. Pagam tributos que, por certo, costumavam receber os reis dos reis. Por quanto tempo Cristo ficou oculto, em silêncio também ficou seu reino no Evangelho. Onde se abriu para o mundo, nobilíssima, irrompeu a confissão de Natanael: “Tu és filho de Deus, tu és o rei de Israel”. Ao seguir Davi, precedeu Paulo, aquele que haveria de dizer: “Porque, se filho, também herdeiro por Deus”. Pela Providência e liberalidade, declarado rei único, no deserto, ganha o benefício aquele que, nas cidades, muitas perdas tivera. Ser-lhe-á atribuído o seu reino, num conselho privado de cinco milhões “que virá para raptá-lo e fazê-lo rei”. Mas, conhecendo as cogitações deles, fugiu para que não parecesse ser feito rei por homens que <sup>1</sup> Tendo entrado em Jerusalém, num triunfo tanto novo quanto pobre, era saudado como rei por aqueles de quem nada recebera. Seguiam o cortejo ramos cortados das árvores, homens com vestes estendidas no

chão, clamores difusos: “Hossana ao filho de Davi, bendito o que vem em nome do Senhor, o rei de Israel”. O povo cantava o rei e ele, chorando o aniquilamento deles, isso comprovava. Transformado o triunfo em juízo, a inveja o faz rei dos reis. Acusam falsas e verdadeiras testemunhas que ele se fez rei: falsamente, porque já antes se tinha feito; verdadeiramente, porque, quando se fez homem, fez-se também rei. Interrogado se seria rei, a Caifás respondeu: “Tu o disseste”; mas a Pilatos: “Tu estás dizendo”, mudado o tempo, ouvido o mistério. Os judeus — também Caifás era judeu — afirmaram o reino de Deus em profecia; os gentios, como Pilatos, isso dizem na fé: “Portanto, tu és rei”? Pilatos intuiu e bem intuiu. Bom lógico, péssimo juiz; sabendo inferir a conclusão, temendo proferir a sentença. Sob um cetro de caniço e uma coroa de espinhos, dele escarnecendo como de um rei falso e inane, adoram-no. Quando, porém, dele zombam e riem, afirmam que é verdadeiro e celeste. Na verdade, o que é o mundo, senão adorar a sério as coisas vãs e as verdadeiras e celestes ridicularizar? Ele a quem a coroa pesa e punge, tornou-se rei, e, sob a coroa pungente, o cetro é leve, é mais que homem. Pouco disse Pilatos, ao dizer: “Eis aqui o homem!”. Tudo disse, quando diz: “Eis aqui vosso rei!”. Não seu, mas dos seus. “Vosso, porque a vós foi dado”. “Vosso, porque o principado dele está acima dos ombros dele”; impondo a carga a si mesmo, não aos súditos, “carregando a sua cruz”, trazendo-a para nós. “Não temos, (dizem) rei que não seja César”. Ao rei, na verdade, quando o negam, confessam, pois negam “os que erram com o coração”. Eles não têm outro rei que não seja César; mas os Césares não têm rei, senão Cristo. Inscreveram a acusação acima de sua cabeça: rei dos judeus, sob o testemunho de quem estava julgando: “Eu não encontro nenhuma causa nesse homem”. No homem não encontrou, no rei a encontrou. Morre o justo, porque rei; injustamente, porque “rei dos judeus”. Os que quiseram crucificar o rei, não querem um rei crucifixo: “Não escrevam (dizem) rei dos judeus, mas que ele próprio disse: Sou rei dos judeus”. Enganas-te, Judeia, não porque Pilatos escreveu, mas, porque ele próprio disse, nós o cremos rei. Por isso, a iniquidade mentiu para si mesma. Respondeu Pilatos: “O que escrevi, escrevi”. Tu também te enganas, ó Pilatos; não tu, mas, com tua mão, Deus escreveu. Quem por Caifás disse a profecia, por Pilatos escreveu o Evangelho. Com impropérios, instam: “Se é rei de Israel, desça da Cruz e cremos nele”. Ao invés, porque é rei, não abandonará o trono do reino. Na verdade, reinou a partir do lenho ele, que teve a cruz como mais preciosa que a vossa fé. Em Cristo e para Cristo crê quem quer, com Cristo, sofrer a sua cruz. Já amava a cruz quem disse: “Nós, na verdade, recebemos o que merecem os feitos”; só, portanto, quem amou a cruz, mereceu conhecer o reino do crucificado. “Senhor”, diz, “lembra-te de mim, quando vieres ao teu reino”. Porque já viera ao reino aquele que, sob o título de rei, estava no trono, lá mesmo, ao que pedia uma futura lembrança concedeu-a lá mesmo o reino, pois só Cristo tem fixo o que os outros reis têm instável. Essas palavras são sobre o

reino de Cristo no Evangelho.

Os restantes testemunhos do Novo Testamento não são poucos, mas deverão restringir-se a poucos. Ef 5,5: “Entendendo que todo fornicário ou imundo ou avaro não tem herança no reino de Cristo e de Deus”. Cl 1,13: “Que arrancou do poder das trevas e transferiu para o reino do filho de sua dileção”. 2Tm 4,1: “Testifico, diante de Deus e Jesus Cristo, que há de vir julgar os vivos e os mortos por seu advento e por seu reino”. 2Pd 1,11: “Assim, pois, vos será outorgada generosa entrada no reino eterno de nosso Senhor e Salvador, Jesus Cristo”. Ap 1,9: “Eu, João, vosso irmão e companheiro na tribulação, no reino e na perseverança em Cristo Jesus”. Ap 19,16: “E tem escrito na veste e no fêmur: rei dos reis e Senhor dos senhores”.

Até aqui, sobre a verdade do reino de Cristo revelada nos sagrados documentos, de modo prolixo na verdade e, talvez, com fastídio do leitor, mas, como premissa, necessário. Avancemos já para temas mais amenos.

expõe-se a providência de cristo com  
respeito aos infiéis, na descoberta de uma  
e outra índia e na conversão delas à fé\*\*\*

Aumenta a admiração do desígnio divino a escolha dos portugueses para este encargo, prenunciado pelo próprio Cristo, muitos séculos atrás. Como constantemente testemunham todos os anais daquele reino, no ano da salvação de 1099, Cristo, na forma de crucificado, aparecera a Afonso i, rei de Portugal, na linha de batalha, a ponto de entrar em luta contra a multidão dos mouros e, dado o nome do rei, disse querer que nele e nos seus sucessores se estabelecesse um novo império e que os homens portugueses haviam sido por ele eleitos para serem seus segadores e levarem o seu nome, a fim de disseminá-lo nos povos estrangeiros. Confirmou posteriormente isso um acontecimento com novo oráculo. Na verdade, Henrique, filho de João i, rei de Portugal (13<sup>o</sup> que foi a partir de Afonso i), como tivesse dirigido, por meio de seus comandantes, uma navegação no mar Atlântico por largo e muito tempo e, quase vencido pelas dificuldades, pensasse em mudar o seu projeto, foi persuadido por um aviso divino (diz João de Barros) a que não desistisse do empreendimento começado. Isso ele fez com muito empenho; encontrada enfim toda a Guiné e a Etiópia Ocidental e superado felizmente o amedrontador promontório da Boa Esperança, um novo caminho se abriu até os ignotos japoneses. A respeito disso se entende o que foi dito pelo profeta: “Fizeste no mar um caminho aos teus cavalos e à salvação de tua quadriga”<sup>2</sup>

Descoberto o novo mundo, Cristo escolheu também novos apóstolos e o principal deles foi o grande São Francisco Xavier, apóstolo das Índias, o qual

muitas vezes, durante um sono profundo, pareceu levar nos ombros um indiano tão pesado, que pela fadiga do peso o acordava do sono. Entendia, sem dúvida, com esse presságio, que lhe tinha sido designada por Cristo aquela província e a quantas provações e trabalhos haveria de sujeitar-se, pela salvação dos indianos.

Nem por menor providência, pelos presságios de Fernando e Isabel, reis católicos, e pela audaz navegação de Colombo, descobertas as Índias Ocidentais, Cristo suscitou homens entusiasmadíssimos de espírito para ocuparem-se diligentemente da salvação desses povos. Entre eles merece ser lembrado Ludovico Bertrando, notabilíssimo superior da milícia dominicana, o qual, neste mesmo dia em que escrevemos isto, 12 de abril do ano 1671, ilustre pela doutrina e pelos milagres, em virtude do desejo grande de todo o mundo cristão e com o aplauso da cidade de Roma, Clemente x inscreveu na lista dos santos, papa que mais que outro qualquer é benemérito entre os pontífices romanos que habitam o Céu.

Depois de José da Costa sobre a preocupação com a salvação dos indianos, de Tomás de Jesus Maria sobre a conversão de todos os povos, de Possevino, de Bengônio e outros, Solorzano (*De iure Indiarum*, lib. 2, cap. 3 e 5) demonstra que houve uma expedição ao mundo americano divinamente inspirada pelos reis hispânicos e acatada, por inspiração divina, pelos ministros do Evangelho, e confirmada de antes por muitos prodígios e, depois, por milagres provados.

Mas temos um discurso profético e um melhor e mais antigo autor, Isaías, que, antecipado o trabalho das histórias, como um verdadeiro evangelista da Igreja futura, assinalou para os séculos vindouros e não com palavras obscuras, o assunto todo. Assim ele fala (60,8): “Quem são esses que voam como nuvens e como pombas para as suas janelas? Na verdade me esperam as ilhas e as naus do mar desde o princípio, para que eu traga de longe os teus filhos e com eles a sua prata e o seu ouro”. Entenderam essas palavras indeterminadamente a respeito dos apóstolos e dos pregadores, Jerônimo, Gregório e Ruperto, já que em seu tempo nem os homens, nem as regiões podiam ser definidas com certeza. Bózio, porém, Cornélio e muitos outros intérpretes de nossa época, com aquela luz que nasce máxima dos acontecimentos dos fatos em favor das predições proféticas, falam com propriedade e francamente da navegação para o novo mundo e da conversão dos povos americanos. Na verdade, se Isaías fosse um escritor hodierno, nada poderia expor mais aberta e diligentemente. E porque o assunto é importante, nem contém qualquer palavra vazia de significado histórico, seja-me permitido demorar-me um pouco em demonstrar isso.

Primeiro, como que digno de admiração, diz Isaías: “Quem são esses?”. Porque via os homens, no futuro, acometerem algo novo e inaudito para a época e uma audácia sobre-humana, qual era a travessia imensa de um oceano demais assustador e insuperável em época anterior, na opinião de todos os mortais. A partir daí acrescenta:



E os navios do mar primeiramente: não porque as naus de Colombo (como aquelas do Gama e de Magalhães) fossem as primeiras de todas as naus, mas porque estes novos argonautas, que não costeavam os litorais como os antigos, foram os primeiros a se expor a um profundíssimo oceano e demonstraram, com a admirável descoberta do imã e do astrolábio, que um mar anteriormente inavagável podia ser navegado.

Assim é que esses navios são chamados pelo profeta não apenas navios do mar, mas navios do mar desde o princípio. São, portanto, chamados navios do mar, em comparação com os antigos, que, como raras vezes perdiam os litorais de vista, deveriam antes chamar-se navios litorâneos ou navios das costas do que navios do mar. Aqueles, porém, própria e verdadeiramente foram e devem chamar-se navios do mar, uma vez que, lançando-se totalmente no âmago do mar, penetraram, atravessaram e percorreram o mar verdadeiro, tão grande quanto ele é. E visto que foram os primeiros de todos que existiram e trouxeram este tipo de navegar para proveito dos homens e abriram um caminho desconhecido no mar, por isso são ditos, com razão, navios do mar desde o princípio. A fim de mostrar o profeta os próprios destinos dessa navegação admirável, ou seja, os remotíssimos portos da América, diz: “Esperam-me as ilhas”. Fala ilhas, porque as regiões do novo mundo que hoje se chamam Índias Ocidentais, no início eram ditas ilhas e seus habitantes, insulanos. “No começo (diz Solorzanus, lib. i, cap. 4), os bárbaros ocidentais eram chamados não indianos, mas insulanos ou antilhanos”, porque, como conta João de Barros (Decad. 1), aquelas terras denominavam-se primitivamente Antilhas, quase *Antinsulae*, isto é Anti-ilhas, ou seja, ilhas opostas a nós, da mesma forma que os indígenas delas, pela mesma oposição, se chamavam antípodas. Mas o motivo desta denominação, já que aquelas regiões eram continuadas por uma extensão longuíssima, não foi nem pode ser outra, senão porque, cercadas de toda parte pelo mar, cortadas pelos estreitos de Magalhães e Aniano e, por um e outro lado se separam do resto do mundo, como se pode ver nos mapas geográficos mais exatos. Mas com razão se perguntará por que à América não se chame ilha, mas ilhas. Justamente assim é nomeada já em razão das inúmeras ilhas adjacentes àquele novo arquipélago, já porque a própria América mais continental consta de duas partes, ou seja, dois imensos corpos estendendo-se para partes opostas, a saber, a Peruana e a Mexicana, as quais, sem ofensa, se diriam duas ilhas, com estreitíssimo acesso de terra, como que um ligamento, uma ponte pela qual mais se avizinham do que se conectam. Nem será difícil a alguém entender por que se diz que esperam por Deus: “Na verdade me esperam as ilhas”, ao vermos, entre as demais regiões e gentes do mundo, as terras americanas, por muito longo tempo ignoradas, terem sido descobertas nos últimos tempos e os povos americanos terem sido chamados na undécima hora, e ainda mais, terem

esperado Deus e o Evangelho, pelos inteiros mil e quinhentos anos depois da salvação humana. Aqui, sem dúvida, se põe o alvo principal que, num tão grande milagre da natureza e da arte, a Providência se propôs; por certo para que aquela infinita multidão de povos, tão distante do nosso pensamento quanto afastada de nossa vista, viesse enfim ao grêmio da Igreja: “E os navios”, diz, “do mar desde o princípio, para que eu traga de longe os teus filhos”. Mas para que ninguém possa pôr em dúvida que essas palavras se referem aos povos e terras americanos, acrescenta: “Sua prata e seu ouro com eles”. Por nenhum sinal mais evidente e mais celebrado entre os homens poderia indicar as Índias Ocidentais do que pelas perpétuas minas de prata e de ouro, com que a natureza distanciou as jazidas daquelas terras, acima das demais regiões do mundo. Viu Isaías os que se apressavam a vir, ou melhor, a voar sobre o mar como pregadores evangélicos, ao dizer: “Quem são esses que como nuvens e como pombas voam para suas janelas?”. Denomina-os nuvens pela tarefa e pela realização porque, juntos e por inspiração e impulso do Espírito Santo, correram para aquelas regiões, para irrigá-las largamente com as águas celestes, ou seja, da doutrina e do batismo. Pomba com certeza se diz quer pela pureza de vida, quer pela abundância da prole; é, sem dúvida, inacreditável dizer quantas miríades de homens tenham gerado para Cristo. Nem aquele “para as suas janelas” está livre de seu próprio mistério e significado, visto que sabemos que houve homens evangelistas das Índias Ocidentais, originários de quase todas as ordens religiosas, plenos do espírito primeiro e cuja dedicação e ferventíssima caridade em prol das almas o profeta, ansioso por louvá-los, de nenhuma outra comparação conseguiu valer-se mais adequada do que a do amor materno das pombas e de seu rápido voo, quando pelo impulso todo da natureza são levadas para o pombal e seus filhotes. Bózio e Cornélio acrescentam que o voo das pombas significa o soltar as velas dos pregadores que navegam para as Índias; a ave, pois, abertas as asas, dá a aparência de uma nau que leva expandidas as velas e, porque as pombas costumam voar a pique, assim os que buscam os antípodas parecem lançar-se na vertical. Tenho isso por certo, que essas pombas seguiram o movimento daquela pomba que desceu e pairou sobre os apóstolos, de sorte que pudesse parecer à nossa verdade que a fábula dos argonautas foi um prelúdio de que falou Propércio (lib. 2): “E tu que conhecestes os dois litorais, enquanto do rude Argo era guia, sobre um mar desconhecido, a pomba enviada”<sup>3</sup>

E diz ainda, não sem espírito, Ulisses Aldovandro (lib. *De Avibus*) que o profeta aludia na pomba ao nome e à metáfora das pombas de Cristóvão Colombo, que abriu por primeiro caminho para aquelas ilhas. Daí que os pregadores do verbo divino que para lá navegavam como que quase na esteira de Colombo, não impropriamente poderiam ser chamados pombas. Essa exposição, como a modo de espirituosa, aprouve-me acrescentá-la, para banir o fastio do longuíssimo Comentário deste passo, em favor daqueles a cujo paladar sabem bem estes

jogos dos quais de normal me abstenho, como convém em assunto tão sério.

Mas este plano de sua Providência, por certo o acesso daqueles remotísimos povos à Igreja, pela navegação desses homens que, abrindo caminho para o Evangelho, se lançaram ao mar alto, parece-me significar o próprio Cristo (Lc 5) quando disse a Pedro: “Faze-te mais ao largo e soltai as vossas redes para pescar”, o que vale dizer que a nau da Igreja um dia haveria de navegar, sob o comando de Pedro, em mar alto e, então, deveriam ser lançadas as redes do Evangelho, isto é, deveriam ser estendidas mais amplamente (como diz Maldonado) à imensa pesca dos povos ultramarinos. Isso se realizou, sem dúvida, e se realiza até hoje. Com efeito, depois que as armadas de Cristo, a partir da Espanha, sendo o sumo pontífice o comandante, avançaram pelo mar alto e alcançaram os povos desconhecidos de ambas as Índias e os mostraram ao mundo e à Igreja, foi certamente preciso que as redes do Evangelho fossem lançadas como que na imensidão, para abraçar não menos que dois mundos e seus indígenas quase infinitos em número. Assim pensava eu, quando me regoziquei por ter Agostinho previsto isso mesmo (lib. 2 quaest. Evang., quaest. 2): “O que diz a Pedro: ‘Faze-te mais ao largo e soltai as vossas redes para pescar’, diz respeito a povos remotos, aos quais depois se pregou; e como diz Isaías: ‘Levanta o estandarte para os povos, para os que estão perto e para os que estão longe’”. A fim de que melhor e mais profundamente seja isso entendido, ponhamos diante de nossos olhos a imagem de todo o fato, como é narrado por Lucas:

E viu duas barcas que estavam à borda do lago; os pescadores haviam saltado em terra e lavavam as suas redes. E entrando em uma dessas barcas, que era de Simão, lhe rogou que a apartasse um pouco da terra. E estando sentado ensinava ao povo desde a barca. E logo que acabou de falar disse a Simão: Faze-te mais ao largo e soltai as vossas redes para pescar. Tendo feito isso, apanharam peixe em tanta abundância, que a rede se lhes rompia, o que os obrigou a dar sinal aos companheiros que estavam em outra barca, para que os viessem ajudar. E vieram e encheram tanto ambas as barcas, que pouco faltava que elas não fossem ao fundo.

Nota aí que Cristo ensinou as turbas, de uma barca, como que santificando desde então as naus em vasos do Evangelho e instrumento da pregação. Observo que a barca de Pedro, da qual Cristo ensinava, antes afastou-se um pouco da terra e depois se lançou ao mar alto; tal seria, por certo, a ordem e o progresso futuro assim da própria navegação ou da arte náutica, como da pregação do Evangelho. Anteriormente, quando essa arte era rudimentar, não ousavam os marinheiros afastar-se da terra senão um pouco e, desse modo, se propagou o Evangelho entre as duas orlas do mar Mediterrâneo e do Euxino; depois, quando se fizeram de vela para o oceano aberto e alto os homens da Espanha, velejou, a

um tempo, com eles a Igreja e todo o Oriente e Ocidente foram colhidos nas redes do Evangelho. Esses são, sem dúvida, os pescadores, aqueles que Cristo viu lavando as redes. Em parte alguma de toda a Europa se conservaram mais puros os dogmas da fé do que em um e outro reino da Espanha, dogmas que eles próprios, com extrema vigilância, expurgaram já dos lodaçais dos sarracenos, já de toda a sujeira de erro, tornando-se, por conseguinte, reconhecidos como dignos de serem escolhidos por Cristo para instruírem na religião católica os povos novos e alienígenas. Observa, porém, o historiador sagrado que as barcas eram duas: “E viu”, diz, “duas barcas que estavam à borda do lago”. Assim, em uma se reconheçam as frotas dos portugueses, em outra, as dos espanhóis, frotas que, atravessando o alto-mar com o mesmo devotamento, mas não ao mesmo tempo e pelo mesmo caminho, transportaram o Evangelho para aqueles povos, de sorte que a história em tudo se combine com o mistério. De fato, os portugueses, por primeiro, descobertas as Índias Orientais e grande parte da América, isto é, descoberto o Brasil com seu longuíssimo circuito de mar e de terra, colheram na rede da Igreja tão grande multidão de povos bárbaros, que, absolutamente incapazes de arcar com o pescado, pode dizer-se, com razão, que acenaram aos companheiros da outra embarcação, para que viessem e os ajudassem. Estes foram, na certa, os espanhóis, companheiros pela fé, pelo sangue e pela religião, os quais, com pensamentos comuns, pouco depois, voltando as proas, pelo mar e caminho dividido, para o sol do Ocidente, por aí levaram para as novas Índias, com felicidade e valor, as armas e o Evangelho, de modo que de uns e outros, em razão do admirável crescimento da Igreja, se viesse a afirmar por verdadeiro que encheram ambas as barcas a ponto de quase ir a pique, surpreendendo-se Pedro e o mundo todo, à vista da abundância de peixes que haviam pescado.

Nem se deve admirar menos que o Senhor, em sua grande providência, tivesse enriquecido essas terras com a imensa abundância de mercadorias preciosíssimas, como que um tesouro do mundo, para que a cobiça dos homens, quebrados os ferrolhos da natureza, à feição da lenda do toirão de ouro navegasse até elas e assim abrisse um caminho fácil e desimpedido para os homens apostólicos. Este é aquele mistério por tanto tempo oculto, tanto quanto o próprio mundo, que estava escondido num lugar por extremo difícil dos Cânticos 8: “A nossa irmã é pequena e não tem peitos. Que faremos nós à nossa irmã no dia em que se lhe há de falar?”. Assim a Igreja antiga a Cristo e Cristo à própria Igreja: “Se ela é um muro, edifiquemos sobre ele baluartes de prata; se é uma porta, guarneçamo-la com tábuas de cedro”. O discurso é sobre a conversão dos povos bárbaros de um e outro mundo novo, povos a que não recomendava nenhum dote da natureza pelo qual pudessem aliciar para si os pregadores: nem talento, nem sagacidade, nem sabedoria humana, nem nobreza, nem a fama de feitos; tais eram os povos do interior da África, tais os do Brasil e todos os americanos. A

estes a Igreja chama irmã, porque logo há de ser; pequena, porque contemptíveis e despidiendas; carente de seios, porque destituída de qualquer preceptor. Acerca de sua solicitação inquieta, pergunta a Cristo por que artes se deve agir, para que se torne sua esposa e se case; e isso nada é senão pedir a ele, em cujo poder estão as mudanças de todas as coisas, que apressasse o tempo de chamar à fé todos os povos e que ele supra o que quer de apoio lhes tenha sido negado pela natureza. Isso, a Igreja. A ela responde Cristo que há de conduzir todos esses povos à fé e ajuntá-los à assembleia dos fiéis, mas por um motivo e forma muito diversos do que tinha juntado os povos chamados do velho mundo. Haveria de fazer o que sói fazer a piedade paterna com uma filha feiosa, a qual, depois de provida de dote e adornos, a dá em casamento; a não ser assim ela nunca encontraria um marido. Sem dúvida, locupletando esses povos com imensidade de ouro, de prata e com as riquezas das madeiras preciosas por cuja fama de divícias, como de um rico dote, os homens da Europa, excitados, desprezados o mar e os ventos, ousassem navegar. Feita assim para os ministros evangélicos a oportunidade de também navegarem, poderia ele próprio, com eles, atravessar para a nova esposa e vir para essas regiões como se viessem para as suas. Observe-se que Ludovico Legionense, o primeiro de todos os comentaristas, chegou tão felizmente ao sentido da obstrusíssima passagem, quanto os demais espanhóis, às terras e aos próprios povos.

capítulo xi  
se cristo exerce no céu o múnus  
da realeza temporal

Ao que quer misturar as questões do passado, quanto à extensão, com a brevidade do presente, de nenhuma forma o permite a grandeza e a importância do assunto, que nem é fácil, nem explicado pelos autores. Duas visões há que parecem assegurar igualmente a posição negativa. Primeiramente o estado glorioso de Cristo no Céu, no qual deve parecer avesso a todo o Céu o cuidado das ocupações temporais e abomináveis até no nome, porque, vivendo na terra, Cristo se absteve do exercício público deste reino, como que injurioso a si, até o fim, já que a própria terra é o lugar adequado e como que a pátria daquelas coisas que passam com o tempo e com o mundo. Daí que, como bem observou Gregório x, o Senhor, após sua ressurreição, postou-se junto à margem, ele que, antes da ressurreição, defronte aos discípulos, andou sobre as ondas do mar. O que, em verdade, o mar indica senão o século presente, que se espedaça nos tumultos das desventuras e nas ondas de uma vida corruptível? O que figura a solidez da margem senão aquela perpetuidade de uma quietude eterna? Cristo, portanto, posto em sua morada celeste, significa que de nenhum modo vai misturar-se com as coisas de um século flutuante e, ainda mais, nem vai querer tocá-las sequer com o pé. Em segundo lugar, o que não parece dificultar menos,

a própria experiência quotidiana deste mundo inferior cuja vicissitude perpétua, sempre a precipitar-se para o pior, se apresenta tal que é, com razão, considerada indigna de tão grande rei e administrador. Ecl 10,5: “Há um mal”, diz Salomão, “que eu vi debaixo do sol, saindo como por erro da presença do rei, o que vem a ser, o imprudente constituído numa sublime dignidade e os ricos assentados em baixo” etc. Mas se se julga que essa inversão da ordem de qualquer justiça e retidão no dispor dos bens da República não pode acontecer num príncipe humano senão por um erro, o que se poderá pensar daquele rei divino o qual, por ser a própria sabedoria e retidão, nem o erro nem a injustiça podem inquiná-lo? De forma alguma, pois, é lícito acreditar que as coisas temporais dos humanos sejam governadas pela administração e comando de Cristo, coisas que vemos tratadas de cima para baixo, sem que se mantenha qualquer tipo de justiça e isso de sorte que parecem não serem governadas por homens notáveis pelo bom senso, mas serem temerariamente tratadas ou roladas por insensatos ou desvairados.

propõe-se a refutação do problema  
do exercício do poder  
temporal por Cristo no Céu

Esta conclusão segue-se das precedentes. Cristo homem, como estabelecemos no cap. 4, é o rei do universo assim espiritual, como temporal; se, pois, no Céu e do Céu, como vimos há pouco, exerce o múnus e o poder do império espiritual, por que não os exerceria também do império temporal? Todavia, para que nossa asserção não pareça firmar-se apenas na dedução de consequência, num assunto de não pouca importância e que muito tem que ver com a majestade de Cristo, deve também ser corroborada pela razão, pela autoridade e pelo exemplo e pela própria manifestação da realidade.

O divo Tomás (q. 59, art. 4), onde se indaga se conviria a Cristo o poder de juiz sobre todas as coisas humanas, resolvida a questão pela afirmativa, assim diz no 3: “Cumpre afirmar que, antes da encarnação, tais ações judiciais eram exercidas por Cristo enquanto verbo de Deus, de cujo poder se tornou partícipe a alma a ele pessoalmente unida”. A partir desse princípio, ao qual adere Suarez (disp. 52, sect. 2) que de muitas formas o comprova, constrói-se este argumento.

prova-se pela razão

O que quer que Deus exercesse antes da encarnação do verbo, por si só e por si próprio, assim nas coisas espirituais como nas temporais, exerce agora com Cristo e por Cristo, e ainda mais, Cristo com o próprio Deus, não só como instrumento primeiro e soberano da onipotência e providência divinas, mas como

o supremo Senhor de tudo, com poder, na verdade, subordinado e dependente do divino em gênero, mas supremo. Ora, Deus, como supremo criador e governante de todas as coisas e autor, a um tempo, da natureza e da graça, governava e conduzia por si só, antes do advento de Cristo, não apenas as coisas humanas espirituais, mas também as temporais de todo o mundo. Portanto Cristo, pelo menos depois da ressurreição e ascensão ao Céu, não só exerce seu poder e império nas coisas espirituais, senão que também nas temporais. Eu disse: depois da ressurreição e ascensão ao Céu, por causa do que vou explicar abaixo. Aquele raciocínio, porém, do divo Tomás no qual se apoia toda a força do argumento, é tão digno de importância e consideração nesta matéria, que basta plenamente para estabelecer, com segurança, não só a presente tese, mas também para declarar, de maneira fácil e perspicua, quer a amplitude e majestade de ambos os reinos de Cristo, quer a própria forma de governar e administrar o império. Rege, pois, Cristo e governa todas as coisas do universo, já espirituais, já temporais, com a mesma amplitude e modo pelo qual as governava antes e governará sempre, já que é o verbo de Deus; somente com aquela diferença de poder (como muitas vezes advertimos) que aquele é inato, este é recebido; aquele independente, este dependente; aquele absoluto, este subordinado, em sua ordem, porém, verdadeiramente e por excelência supremo.

Pode ainda isso mesmo ser provado e mostrado teologicamente a partir de uma regra geral ou disposição que Deus costuma manter no governo do universo, ou seja, dirigindo as coisas inferiores pelas superiores, como, considerada a semelhança do timoneiro experiente do universo, otimamente discorre Agostinho (lib. 3, de *Trinit.* cap. 4):

Mas, como os corpos mais rústicos e inferiores são regidos, em certa ordem, pelos mais judiciosos e mais potentes, assim todos os corpos, pelo espírito da vida e o espírito da vida irracional, pelo espírito da vida racional e o espírito racional desertor e pecador, pelo espírito da vida racional pio e justo e este pelo próprio Deus; assim todas as criaturas, pelo seu criador, do qual e pelo qual e no qual foram criadas e estabelecidas. Por isso a vontade de Deus é a causa primeira de todas as espécies corporais e de pensamento. Visível e sensivelmente nada acontece que, do secreto, invisível e inteligível palácio do supremo imperador, não seja mandado ou permitido, consoante uma infável justiça de prêmios e castigos, de graças e retribuições, nessa como que amplíssima e imensa república de todas as criaturas.

Agostinho disse isso nessa passagem. Desse passo alegado infere São Tomás (art. 6 ad 3m) competir a Cristo e ser próprio de seu poder a administração de todas as coisas criadas: “Se, pois”, diz, “os seres inferiores, em determinada ordem, são governados por Deus mediante os superiores, é necessário afirmar que tudo é regido pela alma de Cristo, a qual está acima de toda criatura”. Atenta

essa asserção respeito ao presente assunto, nada poderia ser dito nem para confirmar mais claramente, nem para declarar mais incontestavelmente. Embora depois de Agostinho e Tomás seja quase impossível acrescentar alguém, contudo, em favor daqueles que apreciam a autoridade dos menores, acrescento dentre os padres Teofilacto e dentre os teólogos, Toledo. Teofilacto (ennarrat. In *Ioannem*, cap. 18), considerando as palavras de Cristo “O meu reino não é deste mundo”, assim prossegue: “Não disse que não estivesse no mundo, ou que não estivesse aqui, pois o reino neste mundo não só é por ele regido como, pela forma que ele quer, passa. Não é originado do mundo o seu reino, mas superno e existente antes dos séculos e não daqui, ou seja, construído a partir de coisas terrenas, mas aqui, na verdade comanda e governa”. Toledo, por sua vez (Lc 1,91), após dizer que Cristo, diante da morte, como alguns exigissem por que motivos não se tinha valido uma só vez do poder e função de um reino temporal, passando ao seu estado imortal e glorioso, assim diz, Mt 28:

“Tem-se-me dado todo o poder no Céu e na Terra”, e isso ele mostrou por sua própria ação, ao enviar os discípulos ao orbe universo, para pregar o Evangelho, e impondo a lei a todos, sem apelar a nenhum, poder de reis ou governantes, como o verdadeiro Senhor dos senhores e rei dos reis. Agora, no Céu, rege e governa, invisível. Como o rei, de uma só cidade, governa as demais partes do reino, assim Cristo, residindo no Céu, governa o que é deste mundo, tudo alcançando por sua sabedoria e poder.

prova-se pelas escrituras

Para começar de um texto pouco antes aduzido, como já está à saciedade discutido e provado, no cap. 4 deste livro, as citadas palavras de Cristo: “Tem-se-me dado todo o poder no Céu e na Terra”, devem ser entendidas não apenas sobre o poder espiritual e temporal indireto, mas também sobre o temporal direto, para que o sentido não se faça pelas próprias palavras; convém atentar sobremodo no assunto presente, em relação ao qual Cristo declarou ter-lhe sido dado este poder, não antes, mas depois de sua ressurreição, embora o tivesse todo (como há pouco dizia São Tomás e nós largamente mostramos acima) desde a encarnação. Porque, seguramente, se tratava então não do próprio poder, mas do exercício do poder, como ensina o Angélico, no comentário de Mateus: “O poder”, diz, “significa certa honra do governo, como dizem os homens no poder, e assim se emprega aqui o poder”. É coisa assente, por outro lado, que Cristo, que tinha desde a eternidade o governo do mundo como Filho de Deus, recebeu o exercício, a partir da ressurreição. Sobre isso se tem em Dn 7: “Mas depois se assentará o juízo, a fim de que lhe seja tirado o poder e ele seja inteiramente desfeito e pereça para sempre. O reino, porém, e o poder e a grandeza do reino



sejam dados ao povo dos santos do Altíssimo, cujo reino é um reino eterno, ao qual servirão e obedecerão todos os reis”<sup>4</sup>

Daí se entende certa governança atual, como se o Filho fosse incitado ao exercício do poder que naturalmente possuía. Assim o divino Tomás, cuja interpretação seguem, de comum, os teólogos, tanto os expositivos quanto os escolásticos. E esta é a razão pouco antes por nós proposta, donde deduzimos claramente que o uso do governo de Cristo (entenda-se do universal) não vem desde o início da encarnação, mas desde o tempo da ressurreição e ascensão ao Céu, a fim de colocarmos a base daquele argumento quase como que num chão firme, ou seja, na crença geral e por todos aceita. Como, pois, o emprego e exercício do governo universal de Cristo começou, pelo menos, a partir da ressurreição, ou necessariamente se há de confessar que a partir daí sempre foi continuado e se mantém no Céu ou deve dizer-se que Cristo o tinha somente por só quarenta dias em que se demorou na terra. Mas, se alguém ousasse dizer isso, teria dito simplesmente aí que Cristo desistiu da administração de seu reino, onde mais verdadeiramente e no mais alto grau governa, ou seja, no Céu. Acrescenta-se, consoante o parecer de Maldonado e de outros notabilíssimos intérpretes, que aquelas palavras, a respeito das quais debatemos, foram as últimas de Cristo neste mundo e pelo próprio Senhor inculcadas aos discípulos, no monte das Oliveiras, quando lhes dizia adeus, e que foi arrebataado a Cristo o uso de seu poder, no mesmo lugar e hora em que ele asseverava ter-lhe sido dado. Não se pode pensar nada mais absurdo do que a leviandade de falar isso.

Em Jo 5,22, diz Cristo: “Nem, em verdade, o Pai julga alguém, mas todo o juízo deu ao Filho, para que todos honrem ao Filho bem como honram ao Pai”. Esse texto, embora costume ser aduzido a respeito do poder judiciário, tem um significado muito mais amplo. Julgar, por certo, não significa só lavrar uma sentença, o que é função própria dum juiz, mas também reger, governar, mandar e usar de um poder e uma autoridade superior. Donde, aqueles que, depois de Moisés e Josué, sucederam no governo, quando chamados a defender o povo contra os inimigos (como diz a Escritura) e se punham à frente nas armas e na guerra e cumpriam os outros encargos do governo para administrar o Estado, eram chamados de juizes, no sentido próprio do vocábulo. Confirma-se a propriedade deste significado com um ótimo texto de Rs 1,8, onde os que solicitavam um rei diziam a Samuel: “Constituí-nos, pois, um rei [...] para que ele nos julgue”, ou seja, (como comenta Mendoça) “não para que exerça exatamente a função de juiz, pois para essa função não se fazia mister criar um rei, mas para que exerça o poder e reine” etc. Nesse sentido, um dos próprios reis que eram solicitados e que foi em extremo sábio, diz no salmo 2: “Entendei agora, ó reis, instruí-vos os que governais a terra”. Que as supraditas palavras não só possam, mas devam ser entendidas nesse sentido, consta abertamente da concordância das outras Escrituras. O mesmo régio vate, falando de Cristo e

preunciando o supremo e régio poder que o Pai lhe daria, (salmo 71) assim orava: “Dai, ó Deus, ao rei a vossa equidade e ao filho do rei a vossa justiça, para que governe com justiça o vosso povo” etc. Sobre isso, Genebrardus: “De teus julgamentos, de tua justiça dá ao rei Messias o conhecimento e o zelo, para que, de acordo com tuas leis e planos, reja e dirija o teu povo, ou antes, o governo e a administração de tua justiça”. Em verdade, pede-se que envie Cristo para julgar, reger e administrar o mundo agitado pelas muitas ondas de males. Ilustra muito bem esse comentário com o cap. 23 de Jeremias, que também profetiza a respeito de Cristo: “Suscitarei a Davi um germe justo. E reinará um rei que será sábio; e obrará segundo a equidade e a justiça na terra”. Nessa passagem se declara um por outro, isto é, reinar sabiamente por fazer juízo e justiça. Confirma-se a partir do salmo 95,10: “Julgará os povos com equidade”. Sobre isso, Lorino: “Este juízo compreende o governo universal do tempo presente e a sentença que deve ser dada depois desta vida”. E ainda do salmo 97,9: “Há de reger a terra com justiça e os povos com equidade”. Comentando o mesmo autor esse verso e ligando-o aos precedentes, diz:

A causa de tamanha alegria, de tantas maneiras declarada, a qual não é exigida somente pela universalidade dos homens, mas também das demais criaturas, é o advento e a presença do juiz, que tudo governe e reja todos os homens enquanto passam pela vida mortal e quando tiverem passado para a outra, com extrema equidade e justiça, de sorte que pague a cada um segundo sua obras. E isto é todo aquele juízo que o Pai deu ao Filho, porque é Filho do homem.

Mas restam-nos duas coisas que, acima de tudo, devem ser consideradas no texto. Primeira: “Porque o Pai a ninguém julga, mas todo o juízo deu ao Filho”. Nesse passo, o “julga” significa um juízo atual, isto é, ato e exercício do juízo ou de governo, para que se entenda que foi transferido a Cristo, ou antes, foi-lhe comunicado não só o direito e nu poder, mas o uso e exercício atual dele, o que o divino Tomás chamou, acima, governo atual e exercício do poder. Segunda: “a fim de que todos honrem ao Filho, bem como honram ao Pai”, o que vale dizer, o inteiro governo e a inteira dependência dos homens para com Cristo, no conceder ou tomar tanto os bens espirituais, quanto os temporais, cujo autor e administrador é Deus; por outro lado, se Cristo governasse, ao seu arbítrio, apenas as coisas espirituais, mas a administração das temporais de nenhum modo dependesse dele, de forma alguma todos honrariam ao Filho como honram ao Pai, já que entre todos os homens muitíssimos há que são movidos mais pelas vantagens temporais do que pelas espirituais e são coagidos pelo medo de perder as temporais mais eficazmente do que as espirituais.

Acrescento, das citadas Escrituras, um argumento que me parece de peso e que pode acender, talvez, uma luz nova para a obscuridade de muitos textos dos

profetas e para a concordância deles com a narrativa dos Evangelhos. Eia, vejamos as muitas e admiráveis coisas que os vates antigos predisseram do futuro Messias e de seu império. Salmo 2: “Hás de governá-los, com cetro de ferro, e pulverizá-los como um vaso de barro”. Salmo 44: “Cinge, herói, a espada ao teu flanco, penetrantes são as tuas flechas; a ti se submeterão os povos; esmorecerão os inimigos do rei”. Salmo 71: “Ele protegerá os humildes do povo, salvará os filhos dos pobres e humilhará o trapaceiro [...] Ele há de livrar o pobre do poderoso e o miserável que não tem defensor [...] Das usuras e da injustiça redimirá as suas almas e seus nomes serão honrosos diante dele. Mais próximo do latim.”). Salmo 109: “O Senhor está à tua direita, no dia de sua cólera, esmagará os reis. Julgará as nações, empilhará cadáveres; esmagará cabeças de muitos na terra”. Is 11: “Não julgará segundo a vista dos olhos, nem arguirá pelos fundamentos dum ouvir dizer, mas julgará os pobres com justiça, e arguirá com equidade em defesa dos mansos da terra; e ferirá a terra com a vara de sua boca e matará o ímpio com o assopro de seus lábios”. E cap. 63:

Quem é este que vem de Edom, de Bosra, com as vestimentas tingidas? Este formoso em seu traje, que caminha na multidão da sua fortaleza? Eu, que falo a justiça e que sou o combatente para salvar. Por que é, pois, vermelho o teu vestido e as tuas roupas como as dos que pisam no lagar? Eu calquei o lagar sozinho, e das gentes não se encontra homem algum comigo; eu os pisei no meu furor e os pisei aos pés na minha ira, e o seu sangue veio salpicar os meus vestidos, e eu manchei todas as minhas roupas [...] Eu olhei em roda e não havia auxiliador: busquei e não houve quem me ajudasse; mas o meu braço me salvou e a minha mesma indignação me auxiliou. E pisei aos pés os povos no meu furor, e os embriaguei na minha indignação e derribei por terra o seu esforço.

Dn 2: “Nos dias, porém, daqueles reinos, suscitará o Deus do Céu um reino, que não será jamais dissipado, e este seu reino não passará a outro povo; antes, esmigalhará e consumirá a todos estes reinos: e ele mesmo subsistirá para sempre. Segundo o que viste, uma pedra foi arrancada do monte, sem intervir mão de homem e esmigalhou o barro e o ferro e o cobre, e a prata e o ouro”. E no cap. 7: “Mas depois se assentará o juízo, a fim de que lhe seja tirado o poder e ele seja inteiramente desfeito e pereça para sempre. E ao mesmo tempo se dê o reino, o poder e a grandeza do reino, que está debaixo de todo o Céu, ao povo dos santos do Altíssimo”.

Estes dizeres e semelhantes, preditos a respeito de Cristo e de seu império, ocorrem nos profetas, com o consenso unânime de todos os padres e intérpretes, para que a ninguém se permita duvidar da aplicação. Há, todavia, uma dúvida que dificilmente se poderia dissimular: Como essas predições dos profetas poderiam concordar ou harmonizar com a narrativa dos evangelistas? Aquelas,

na verdade, soam o horrendo e o temível, a justiça, o furor, a indignação, a vingança, as armas, as guerras, o sangue, o poder e a severidade da majestade, o cetro férreo, a espada desembainhada, o embate contra as forças dos oponentes, os exércitos destruídos, monarquias arrasadas, a matança de homens, a destruição das cidades, as ruínas, as cinzas dos reinos e só os oprimidos pelos poderosos, libertados da injustiça e da tirania. Ninguém há que não veja no Evangelho e, se lançar os olhos àqueles oráculos dos profetas, não admire com razão quanto isso tudo diste e não combine com a mansidão de Cristo, a pobreza, a paciência nas injustiças, como amor e a beneficência para com os inimigos; quanto, do coração, da piedade, da clemência do humaníssimo Senhor, sempre intensas para com todos e prodigalizadas em toda a parte. Triunfou, em verdade, Cristo mas no mais manso dos animais; foi chamado para reinar, mas fugiu; solícito a dar uma sentença, recusou; provocado para a vingança, negou ser esse o espírito de sua doutrina; viu-se uma só vez defendido pela espada e por um ferimento, mas reteve a espada e sanou a ferida. Quando, pois, Cristo exerceu julgamentos? Quando, iras, vinganças, mortandades? Quando destruiu exércitos e reinos? Quando triunfou de soldados abatidos, quando os governou com mão de ferro e os espedaçou como um vaso de barro?

Sei que essas passagens são propostas por muitos, engenhosa e doutamente, num sentido espiritual e metafórico; não, todavia, sem dificuldade e violência, que os próprios autores veem, mas das quais, de olhos fechados, passam ao largo (como muitas vezes acontece). Daqueles, porém, que se declaram estritamente no rigor da letra, tomando, como convém, as palavras em seu próprio e natural significado, muitos se esforçam, não para expor o sentido, que é evidente e aberto, mas para aplicá-lo e estabelecê-lo com verdade. Alguns entendem tratar-se da primeira vinda e de Cristo vivendo entre os mortais, cujo rigor do sentido, em razão de incompatível com a narrativa evangélica, suficientemente foi refutado a partir daquilo que há pouco demonstramos. Para refutá-los seria bastante o salmo 2, onde se diz: “Ergueram-se os reis da terra e conspiraram os príncipes contra o Senhor e o seu Cristo”, ou seja, na paixão e morte e na promulgação do Evangelho; e a seguir: “Hás de governá-los com cetro de ferro e pulverizá-los como um vaso de barro”. Ainda o salmo 109, onde semelhantemente primeiro se ouve; “Assenta-te à minha direita”; e depois sobre Cristo, já sentado à direita do Pai: “O Senhor está à tua direita; no dia de sua cólera esmagará os reis”. Portanto, cumpre entender necessariamente essas coisas, não a respeito de Cristo vivo, mas como soberano no Céu. Pelo que outros, tentando livrar-se dessas dificuldades, reportam tudo ao segundo advento. Nem assim, todavia, alcançam conciliar suficientemente a propriedade do sentido com o próprio texto, pois que, então, ou seja, no segundo advento de Cristo, não haverá nem poderosos de que os pobres se libertem, nem usuras das quais sejam resgatados, nem exércitos que sejam vencidos em batalha, nem reinos que

devam ser destruídos, nem um império abaixo do céu, nem povo a que possa ser entregue, nem o cetro da direção ou a função de dirigir, já que ninguém está no caminho, todos no fim. E numerosíssimas outras coisas, por nenhum modo de dizer aplicáveis àquele estado da situação, que claramente são preditas pelos referidos profetas e que não podem ter lugar no juízo final, como ao leitor facilmente se manifesta.

Deve dizer-se, portanto, e isso dizemos, que por certo esses ditos dos profetas pertencem ao tempo situado entre um e outro advento de Cristo, o qual se segue à sua ressurreição e ascensão ao Céu. Assim, neste entretempo Cristo tudo governa e rege por seu poder, empunhando um cetro de ferro, reto e inflexível, defendendo os pobres, humilhando os caluniadores, depondo de seu trono os poderosos, destruindo os exércitos, transferindo os reinos e todo o resto para o seu julgamento e arbítrio, isto é, administrando justa e secretamente, o que ficará claro a partir da seguinte observação. Por ora dão-se como fiadores desta proposição Cirilo de Alexandria, Procópio e Ruperto, que entendem que a prolixa passagem de Isaías por nós relatada se refere, necessariamente, à destruição de Jerusalém; desse feito declarou-se Cristo o único autor e como um general vitorioso borrifado do sangue recente dos inimigos, retornando com a pompa de um triunfador, mostrou-se ao olhar do profeta. “Eu os calquei”, diz Cirilo, “aos pés em meu furor e os espedacei como se terra fossem; mas depois do retorno de Cristo ao Céu, todo tipo de calamidade foi infligida ao povo judeu pela ira divina.” E Procópio: “Mas eu os pisei aos pés no meu furor; desde que o Senhor subiu aos céus, aconteceu que os judeus experimentaram não poucos tipos de calamidades”. Ruperto, considerando o repetido pisei: “Pisei-os aos pés em meu furor e aos pés os pisei na minha ira: Com duplo triturar”, diz, “eu calquei aos pés, ou seja, com o furor presente, a fim de que percam suas terras e povo para os romanos; com a ira futura, para que desçam aos misteriosíssimos infernos”. Daí se vê que, reinando já Cristo no Céu, não menos de quarenta anos depois de sua ascensão, houve a destruição de Jerusalém, as matanças e extermínio de judeus, o triunfo de Tito, a vitória dos romanos e os espólios da opulentíssima cidade e, depois, as calamidades do povo hebreu, a servidão, os tributos, os exílios, os cárceres, as proscições, os incêndios (coisas todas temporais e sujeitas a um poder temporal) e que isso teve como um só autor Cristo, o qual, embora se tivesse valido do exército e do valor militar romano, pôde sem injustiça declarar: “Sozinho pisei o lagar; das gentes nenhum homem está comigo; não houve quem me ajudasse”, como se as armas inanimadas dos romanos apenas tivessem sido instrumento de um firmíssimo cerco e Cristo, de sua parte, fosse o espírito delas e lhes pusesse à disposição a ação, as forças, os ânimos, a constância, de tal sorte que, presente em toda a parte aos combatentes, assim que alguém derramasse sangue, ele próprio fosse borrifado: “O sangue deles veio salpicar as minhas vestes e sujei toda a minha roupa”. Isso segundo os referidos padres, aos quais

acrescento apenas que Bosra, entre os hebreus, consoante o testemunho de Arias Montano, significava Roma. Cristo foi mostrado, portanto, com as vestes tingidas avançando, desde Bosra, na grandeza de sua força, isto é, do exército romano, de sorte que o profeta entendesse que aquela guerra truculentíssima foi empreendida por Cristo comandante e general, e que os romanos lutaram e Cristo venceu; que Tito triunfou na terra, Cristo, no Céu.

capítulo ii  
se o reino de cristo já se consumou,  
ou um dia se consumará

Como falamos até agora daquela consumação como de algo que um dia há de acontecer, é evidente que o reino de Cristo é por nós suposto como ainda não consumado e que o mundo inteiro (o que é o mesmo) não foi rendido ao Evangelho, à Igreja. Mas visto que algumas opiniões frequentemente ocorrem nos padres, as quais parecem por certo asseverar o oposto, não será inútil, no próprio limiar da discussão, delir esse obstáculo e, com breve recurso a tempos anteriores, mostrar, a partir dos escritos dos mesmos padres, que em nenhuma época atrás o reino de Cristo se consumou. Depois viremos à nossa época.

única proposição: o reino de cristo  
ainda não se consumou

Continuando, para começarmos desde o tempo dos apóstolos, claramente reconhece e ensina o divino Paulo que o mundo inteiro ainda não foi rendido a Cristo. Assim, pois, diz 2Cor 15,26: “Porque todas as coisas sujeitou debaixo dos pés dele. E ao dizer: Tudo está sujeito a ele, excetua-se sem dúvida aquele que tudo lhe sujeitou. E quando tudo lhe estiver sujeito” etc. Essa passagem, como já prometi, deve ser por nós examinada claramente, mais abaixo. Por ora só chamo a atenção para as últimas palavras, que parecem opor-se reciprocamente não pouco. Na verdade, quando dissera: “Tudo está sujeito a ele” e de novo: “Sujeitou a ele todas as coisas”, Paulo fala como se se contradissesse: “Quando tudo lhe estiver sujeito”, ou seja, segundo o comentário do divino Tomás (lect. 4) a esse texto, Deus ainda não submeteu tudo a Cristo, mas quando tudo for submetido a ele, isto é, a Cristo. Portanto, já está submetido a Cristo e ainda não está submetido a Cristo? Uma e outra parte. Porque, como diz o próprio Angélico e nós muitas vezes supusemos, já tudo está sujeito a Cristo no que tange ao poder e ainda não está sujeito a Cristo quanto à execução, a respeito da qual unicamente se trata aqui e a seguir. Mais claro o mesmo apóstolo (Hb 2), onde, entendendo que se referia a Cristo aquele outro hemistíquio do mesmo salmo, “Todas as coisas lhe submeteste aos pés”, assim prossegue: “Ora, uma vez que

lhe sujeitou todas as coisas, nada deixou que não lhe ficasse sujeito. E, contudo, nós não vemos ainda que lhe esteja sujeito tudo”. Aí o “ainda não” suscita duas coisas: primeiro, que tudo deve ser submetido a Cristo naquela universalidade e propriedade que as palavras acima significam; segundo, que esta sujeição universal de tudo diz respeito a até agora e não está completa. “Mostra” (diz o divino Tomás) “que isto ainda não está completo.”

O mesmo consta a partir do século de São Justino, que foi quase o primeiro desde Cristo e do de Orígenes, que foi o segundo e mal ultrapassou o de Paulo. As palavras de Justino, eu as referirei neste livro, em lugar mais adequado. Orígenes (tract. 28 in Math.) “Muitos”, diz, “não só dos povos bárbaros mas também dos nossos povos até agora não ouviram a palavra da Cristandade.” Agostinho, que ilustrou o quarto e quinto séculos depois de Cristo como um sol no horizonte, pela vida e pela doutrina, no comentário sobre o salmo 95: “Constrói-se”, diz ele, “a casa do nosso Deus, constrói-se. Isto acontece, isto se faz, isto fazem estas vozes, isto as leituras, isto as pregações do Evangelho, em todo o orbe da terra. Até agora se edifica. Cresceu muito esta casa e saciou a muitos povos, mas não atingiu ainda a todos os povos”. O mesmo escreveu na Grécia, por esse tempo, o bastante versado em história, Teodoreto, no comentário ao cap. 2 da 2Ts. E para que não construamos uma cronologia mais fraca, até Marcos, segundo o testemunho daquele Beda, do qual, à feição de um provérbio, foi dito que um homem, nascido no extremo ângulo do orbe, abalou com o talento todo o seu mundo. Começa, porém, a florescer pelos confins do sétimo e oitavo séculos. Bernardo, que no correr do undécimo século instituiu a ordem e até cujo tempo quase se costuma delimitar a época dos padres (lib. 3 de *Consideratione ad Papam Eugenium*, cap. 3), propõe ou apresenta ao sumo pastor o estado do Evangelho então corrente, ou antes, subsistente, com estas palavras:

Seja assim que a respeito dos judeus o tempo te escuse; têm o seu fim, que não poderá ser ultrapassado; é preciso que ocorra antes a plenitude dos povos. Mas acerca desses povos, o que respondes? E ainda, o que a tua reflexão responde a si, quando assim pergunta: O que pareceu aos padres pôr uma meta ao Evangelho, suspender a palavra da fé enquanto o Evangelho dura? Por que razão, achamos, subsiste veloz o discurso corrente? Quem por primeiro fez parar esse curso salutar? Uma causa, talvez, que desconhecemos, ou a necessidade pôde opor-se a eles. E nós, donde temos uma razão de dissimular? Que motivos de confiança, com que consciência não apresentamos Cristo aos que não o têm? Ou retemos a verdade de Deus na injustiça? E, na verdade, é necessário que um dia chegue a plenitude dos povos. Esperamos que lhes sobrevenha a fé. A quem acontece crer por acaso? Como hão de crer, sem um pregador?

Isso pia, sábia e vigorosamente, Bernardo. Em razão disso quis transcrever

essas coisas, porque tremi ao lê-las, dignas sem dúvida de que sejam lidas e relidas e ponderadas com alta consideração por estes a quem incumbe o cuidado das almas, máxime dos gentios. Ao cabo, o divino Tomás, bem vizinho aos nossos maiores e que escreveu até o ano da salvação de 1275, afirma sobre Rm 10,3 o mesmo ou o subentende. A partir dele, porém, até o tempo presente, no qual o mundo como que emergiu do próprio mundo e ainda não apareceu inteiro, quantos povos conhecidos e desconhecidos restam para serem conquistados para o império de Cristo... Não precisamos de outros testemunhos, para que se prove, mais do que desses mesmos a quem Paulo confiou a certeza de sua fé, isto é, dos olhos e da experiência; tanto mais confiantemente podemos dizer: “Não vemos ainda que tudo lhe esteja sujeito”, quanto nos acontece ver muitas e maiores coisas do que algum dos antigos viu. Onde manifestamente consta que o reino de Cristo e da Igreja ainda não está completo, nem de todo conquistado e, portanto, nem consumado.

#### supõem-se algumas considerações prévias para a solução

Suponho primeiro, a partir do divino Paulo (Hb 7,11) que para sempre pelo sacerdócio de Cristo figurado em Melquisedec e de quem diz o salmo 109: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec”, houvesse sido extinto o sacerdócio levítico e o aarônico, ou seja, o da velha lei. Excelentemente argumenta aí o apóstolo: “Se, pois, a perfeição fosse pelo sacerdócio levítico (porquanto o povo debaixo dele é que recebeu a lei) que necessidade havia ainda de que se levantasse depois outro sacerdócio, chamado segundo a ordem de Melquisedec, e não segundo a ordem de Aarão?”. Onde acontece que sacerdotes e levitas de um terceiro templo, cujas cerimônias largamente descreve a profecia de Ezequiel, se se tomam em sentido literal, devem ser necessariamente os sacerdotes da nova lei e os cristãos, como também alguns dos próprios rabinos admitem, aos quais, sem que lhes cite os nomes, se refere e segue Teófilo Reinaldo (tract. de prima Missa, cap. 3). Nomeia-os, além disso, P. Galatino (lib. 5, cap. 12), certamente R. Alba e R. Salomão.

Suponho, em segundo lugar, a partir do mesmo texto do apóstolo, n. 12, que, mudado o sacerdócio antigo, foi também mudada toda a lei. “Transferido, pois”, diz, “o sacerdócio, é preciso que se faça também a transferência da lei.” Isso, quando menos, deve ser entendido a respeito dos sacrifícios e ritos cerimoniais da mesma lei, em virtude da proporção indissolavelmente conexa que têm ou os meios com o fim, como expõe o divino Tomás, ou o sacerdócio com a própria lei, segundo Crisóstomo, Teodoreto e Teofilacto. Segue-se também daí que os sacrifícios e as cerimônias da lei, após a sua transferência, por qualquer modo que se considerem, já não são formalmente as mesmas, mas apenas



materialmente; daí que, para que sejam licitamente admitidas ou permitidas, precisam de uma nova estrutura, considerado o objetivo divino, ou, ao menos, de uma nova administração.

Por terceiro, suponho com o divino Tomás (1,2, quaest. 102, art. 3) que os antigos sacrifícios foram instituídos por triplice motivo ou finalidade. Primeiro, “para que Deus fosse cultuado e a mente do que oferece fosse direcionada a Deus”; segundo, “para que os homens se afastassem do culto dos ídolos”; terceiro, “para significar a redenção por Cristo e o sacrifício dele, que teve de ser feito”. Do outro fim, que acrescenta o divo Agostinho, falaremos abaixo.

Por quarto, suponho, com o mesmo Agostinho e com a reta posição dos teólogos, que esses fins são entre si separáveis, de sorte que, destruído um, possam os demais permanecer. Assim, depois do advento de Cristo, cessou o significado do Messias vindouro e, depois de sua morte e da instituição do sacramento da Eucaristia, cessou também o significado de um e outro sacrifício, cruento e incruento; do primeiro, porque já acabado e sem reiteração; do segundo, porém, porque já estabelecido. Permaneceram, todavia, os sacrifícios legais materialmente os mesmos, os quais, consta, estiveram em uso entre os primeiros cristãos convertidos dos judeus e até entre os próprios apóstolos, enquanto a lei não foi mortal, até a plena promulgação do Evangelho.

Por quinto, suponho, como é por si evidente, que, conservada a significação dos futuros mistérios da nova lei, que era prefigurada nas leis antigas, ela não podia ser repetida depois de Cristo, nem por Deus ou pela Igreja, por algum ato administrativo; ser preceituada ou permitida; conteria, em verdade, algo intrinsecamente mau, isto é, a mentira.

Por sexto, suponho que as leis não se tornaram perniciosas só pela introdução de uma lei nova, porque na Judeia e em muitas outras províncias foi introduzida e obrigou e não fez de imediato mortais as legais. Portanto, quanto existe por força daquela lei, outra teria podido durar por todo o orbe e por qualquer tempo, já que não há repugnância maior. Depois (suponho) que aquela lei não se tornou mortal pela ab-rogação da mesma lei, pois a ab-rogação, pela sua própria força e falando de modo geral, torna a obrigatoriedade da lei ab-rogada, mas não proíbe ou torna mortal a observância dela como que material, ou a observação quase material dela ou a permanência no uso introduzido em virtude daquela lei. Assim precisamente o padre Suarez (lib. 9, *de lege divina positiva veteri*, cap. 18, n. 3).

Por sétimo, suponho com o mesmo Suarez (n. 4ss) que a velha lei de fato foi proibida por algum direito acrescido à nova lei; isto, porém, não foi um direito divino natural, já que aquelas coisas materiais não eram intrinsecamente más; nem direito divino positivo, porque na Escritura não se encontra tal proibição feita por Deus, mas só por proibição eclesiástica, a qual nos chegou pelo próprio uso e tradição dos padres, vinda dos primeiros pastores da Igreja. Por isso pode a mesma Igreja sobre ela administrar.

Suponho, por último, com P. Salas e outros (quaest. 103, disp. 22, sect. 2) que é provável também que a lei antiga tenha sido proibida por direito divino, porque contrária (como eles próprios julgam) à lei da graça e com ela incompatível. Não vejo, porém, quão solidamente possa subsistir com solidez, se os fins daquela lei, como supusemos, e seus efeitos sejam separáveis. Mas nós livremente e sem controvérsia admitimos uma e outra opinião, para que possamos satisfazer ao sentir de todos e de cada um. Supostas assim essas coisas...

propõe-se o primeiro modo de expor ezequiel,  
a respeito do governo divino

Digo por primeiro: É certo que Deus pode em seu direito positivo governar; na verdade é próprio do mesmo poder e de quem a cria, governar na lei. Sob esse aspecto, talvez não pareça dizer nenhum absurdo aquele que interpreta literalmente os preceitos de Ezequiel, como lícitos e honestos não de forma absoluta, mas a partir de uma administração futura. O governar, pois, não elimina nem muda a lei; pelo contrário, supõe-na íntegra e vigente. Em particular, porque o profeta fala apenas de um único lugar, isto é, do templo de Jerusalém, que, prediz, há de ser edificado, e mais ordena que o seja. Nem esse governo, desde que admitido, levará à sua frente algum horror, já que nas coisas mais duvidosas, como nos preceitos da segunda tábuas, não uma só vez houve da parte de Deus um governo; veja-se a opinião de nobilíssimos autores, aduzido o celeberrimo exemplo do impiedoso vitimar de Isaac, cuja sentença de morte foi decretada não por outro, senão por aquele que diz: “Não matarás”. Isso, contudo está fora de qualquer controvérsia, que Deus pode administrar nas coisas legais, mantida a distinção que expusemos no quinto lugar. Posto isso, porém, por que não será permitido argumentar assim? Deus pode administrar nas coisas legais; Deus ordena através de Ezequiel que as leis se façam naquele lugar e tempo; portanto naquele lugar e tempo Deus governará nas leis. Nem, pois, ou Deus pode prescrever leis, se não lícitas, ou as leis podem ser lícitas, sem a administração de Deus. Veja-se a ótima passagem do divo Jerônimo, no proêmio dos comentários sobre Oseias, pouco antes do final: “Responderás: Se Deus manda, nada é vergonhoso” etc. Confirma-se, primeiro, pela admitidíssima regra de todos os teólogos, ou seja, que as escrituras devem ser interpretadas como soam as palavras, a menos que se diga um absurdo. Mas não se segue um absurdo naquele caso, considerado o governo divino. Portanto, o que se prediz acerca daquelas cerimônias deverá se entendido assim como é predito, isto é, próprio e intrínseco a todos os preceitos divinos, por mais difíceis que pareçam, para que se realizem de maneira lícita. Acrescente-se que as cerimônias e sacrifícios legais, considerados em si mesmos, não são intrinsecamente maus, aliás, nem seriam louvados na lei da natureza, nem seriam preceituados na lei

escrita. Assim, como hoje são maus, porque proibidos, assim também podem uma que outra vez ser bons, se não se proibirem, o que depende inteiramente da vontade livre e do arbítrio do supremo legislador, Deus. Mas esta vontade divina de nenhuma melhor maneira pode chegar ao nosso conhecimento, a não ser pela revelação autenticamente declarada por um legítimo intérprete da mesma intenção, quais são os profetas canônicos. Portanto, se os sacrifícios legais para aquele tempo e lugar foram revelados futuros a Ezequiel e por ele expressamente declarados, de sorte que não possam ser entendidos de outra maneira, a não ser com expressa violência contra a letra e natural significação, por que não devem ser aceitos, mantida a propriedade natural, se nessa propriedade podem ser lícitos? Em suma, ou o profeta fala sobre o templo e as leis de um tempo futuro, ou sobre os passados, o que com dificuldade pode ser sustentado. Se se der este segundo caso, então se elimina toda a questão. Se, porém, se deve persistir no primeiro, não sei como possa ser entendido o claríssimo texto a não ser sobre as futuras leis, como lícitas, da forma que Deus sabe e pode. Diga, pois, quem assim julgar, com Agostinho (lib. 3, *Confessionum*, cap. 8): “Quando Deus manda alguma coisa contra o costume ou o pactuado do que quer que seja, mesmo que isso nunca tenha sido feito, deve ser feito; ainda que omissa, deve ser estabelecido; e se não tinha sido estabelecido, deve ser instituído. Assim é lícito, em verdade, a um rei no estado em que reina ordenar algo que ninguém antes dele, nem ele próprio nunca ordenara”.

Bastariam, por acaso, as palavras de Ezequiel para provar a administração feita ou que devia ser feita por Deus naquele tempo? É um problema que não pode ser esclarecido senão pela Igreja, única e verdadeira intérprete das Escrituras. Parece, todavia, que se pode persuadir, sem desprezar o exemplo. Sabemos que Deus administrou outrora, durante a poligamia; mas de onde sabemos isso? Não de outra parte, senão por termos lido em Moisés que Abraão, Jacó e outros religiosos e piedosos homens tiveram muitas esposas. Portanto, se do que foi feito e que não poderia ser feito sem a administração, induzimos uma administração feita, por que de algo que vai ser feito e que não poderia ser feito sem administração, não concluímos que há de ser feita uma administração? Reforça-se ainda a consequência desse argumento com o mistério da mesma administração. Como, com Justino contra Trifão e com outros observa o nosso Mendoça (lib. 1 regum, cap. 1, n. 2), por isso se fez aquela administração, quando tudo acontecia em figuras, para que fosse revelado por símbolos que Cristo Senhor haveria de unir-se às muitas igrejas particulares dos judeus e dos gentios, das quais nascessem, de uma os filhos e os servos, de outra, os filhos e os libertos da graça. Sendo, porém, dupla a poligamia, uma sucessiva, que não necessita de administração, outra simultânea, em que houve administração qual foi, a de Abraão, que teve a um tempo Sara e Agar; para a plena similitude e consenso da figura com o figurado, não parece o bastante que Cristo tivesse desposado

primeiro a sinagoga, depois a igreja, o que foi uma poligamia sucessiva, mas (parece) que se exige mais, que ligue a si simultaneamente, algum dia, uma e outra, por alguma administração. Tal, porém, sucederá, se na conversão universal e união de um e outro povo a Cristo, haja uma partilha com o povo dos judeus, que foi a primeira esposa, para que se retenha simultaneamente entre as coisas sacras da segunda e nova alguma sombra das suas coisas sagradas.

davi e isaías parecem concordes com ezequiel

Confirma-se, em segundo lugar, a partir do consenso de outros profetas, que, na época, parecem ter predito isso mesmo. Is 60, tratando da conversão universal dos povos a Cristo e da futura grandeza e majestade crescente ainda da Igreja, assim fala, exultante:

Levanta-te, esclarece-te, Jerusalém; porque chegou a tua luz e a glória do Senhor nasceu sobre ti. Porquanto eis aí cobrirão as trevas a terra e a escuridade, os povos; mas sobre ti nascerá o Senhor, e a sua glória se verá em ti. E andarão as gentes na tua luz, e os reis, no esplendor do teu nascimento. Levanta em roda os teus olhos e vê; todos esses se têm congregado, eles vieram a ti, teus filhos virão de longe e tuas filhas se levantarão de todos os lados. Então verás tu e estarás em afluência, e o teu coração se espantará e se dilatará fora de si mesmo, quando se converter a ti a multidão do mar e vier a ti a fortaleza das nações. Uma inundação de réguas de camelos te cobrirá, de dromedários de Madiam e de Efa; todos virão de Sabá, trazendo-te ouro e incenso e anunciando o louvor ao Senhor. Todo o gado de Cedar se ajuntará em ti, os carneiros de Nabiot se empregarão a te servir; eles me serão oferecidos sobre o meu altar de propiciação e encherei de glória a casa da minha majestade.

Isso diz Isaías, do primeiro ao último versículo, no qual apenas os expositores hesitam e com razão. Já que é, pois, firme a opinião de todos, que a fala é sobre não a velha, mas a nova Igreja, ou seja, a cristã e católica, não veem como devam ser levados a ela o gado e os carneiros, para que na casa da majestade de Deus, isto é, no templo e sobre o próprio altar sejam oferecidos. Quem não vê no gado e no carneiro a ser oferecido e imolado sobre o altar de Deus, as oblações e sacrifícios da lei? Os setenta traduzem: “As (vítimas) dignas serão oferecidas sobre o meu altar”. Tigurina: “Sacrificarão sobre a minha ara o que me agrada”. Vatablus: “Subirão ao meu altar em homenagem”. Como e quando, pois, os gados e os carneiros, isto é, os sacrifícios legais serão ofertados e sacrificados numa Igreja cristã e agradecerão a Deus? Coagidos por esta dificuldade, todos os comentaristas se transferem para o sentido figurado e alegórico somente neste

versículo, já que os demais versículos todos foram interpretados historicamente e ao pé da letra, como soam. Mas se “reis” aí significam propriamente reis e “povos” propriamente povos e “ouro e incenso” propriamente ouro e incenso e “camelos e dromedários” os próprios dromedários e camelos, por que “gado, carneiros, altar e casa de Deus” não significam o próprio gado, os próprios carneiros, o próprio altar e o próprio templo? E isso tudo, todavia, se se admite a exposição proposta, convém a preceito com Ezequiel, ou seja, os sacrifícios e as oferendas outrora, por divina disposição, naquele tempo e casa de Deus, não eram judaicos, mas cristãos, e é disso, claro, que Isaías fala.

Canta o régio vate, no salmo 50, em cuja parte final parece ter compreendido o encadeamento e a como história de todo o assunto, distinguindo três tempos e precisamente as diferenças dos sacrifícios, uma no pretérito estado da sinagoga, outra na igreja presente e uma terceira na união de ambas, quando a sinagoga, já penitente e convertida à fé, se unir perfeitamente, com a igreja, a Cristo. Assinala o profeta o primeiro tempo e os primeiros sacrifícios, quando diz: “Livrai-me dos sangues, ó Deus, ó Deus de minha salvação. Deus salvador meu!”. Assim o divo Atanásio entende por sangues os sacrifícios cruentos da lei antiga, dos quais Davi pede que seja livrado por ineficazes para a concessão da graça, e espera isso não de um Deus qualquer, mas de um Deus nominalmente de sua salvação, de um Deus Salvador, isto é, Cristo, pelo qual pretendia fossem suspensos todos os sacrifícios cruentos e que fossem comutados em um só incruento. O segundo tempo e a segunda diferença do mesmo sacrifício mostra, quando diz depois: “Porque se quisesses um sacrifício eu o faria sempre; mas não te comprazes nos holocaustos”. Aí reconhece o divo Jerônimo o término dos velhos sacrifícios, como que promulgado pelo profeta, o qual, por saber de antemão o novo mistério e prevenindo em espírito o tempo futuro, declarou ele próprio também a renúncia aos mesmos sacrifícios; em todo o caso, ele os ofereceria de bom grado se não lhe constasse com certeza a vontade contrária de Deus, que já não queria tais sacrifícios, a ponto de neles já não se comprazer, em que fossem aceitabilíssimos a todos.

Um terceiro tempo, enfim, designa o profeta, quando expõe: “Na vossa bondade derramai sobre Sião os vossos benefícios; reedificai os muros de Jerusalém”. Aí, consoante Basílio, Crisóstomo, Teodoreto e Eutímio, prediz-se a renovação ou a reedificação do templo e da cidade de Jerusalém, cujas muralhas (diz Cartusiano) Davi viu em espírito que muitas vezes haveriam de ser destruídas. Essa restauração, porém, nenhuma outra conseqüentemente pode ser senão aquela que supomos ainda futura; depois, na verdade, que Deus já não quis os sacrifícios nem se aprouve nos holocaustos, isto é, depois da extinção da velha lei e da instituição da nova, sendo que Jerusalém destruída e devastada pelos romanos, nunca mais foi reconstruída. Mas, qual, a esse momento do tempo, há de ser a diferença dos sacrifícios, bastante claro parece o profeta discernir, ao

dizer, em seguida: “Aceitarás então os sacrifícios legítimos, as oblações e os holocaustos; os novilhos serão imolados sobre teu altar”. Pelo nome de “sacrifícios legítimos”, por comum opinião de Ambrósio, Cipriano, Pascasio, Arnóbio, Salmerão e outros, entende-se propriissimamente o santíssimo sacrifício do corpo e sangue de Cristo, cuja virtude singular é o justificar, ou conceder justiça e graça, efeito de que careciam todos os demais sacrifícios. Mas se por esse só sacrifício aqueles todos foram abolidos ou derogados, como agora o mesmo Davi, que pouco antes dissera: “Não te deleitarás com os holocaustos”, declara que os mesmos holocaustos devem ser de novo aceitos e com “os sacrifícios legais”, isto é, do corpo e do sangue de Cristo e acrescenta também “as oblações, os holocaustos e os novilhos”, que eram sacrifícios próprios da lei antiga e derogada? Por certo, se se admite a administração divina, nada mais adequada ou expressamente pode ser dito, para confirmar o sentido de Ezequiel e para declarar a concordância de ambos os ritos: “Aceitarás então”, disse, “sacrifícios legítimos [...]. Os novilhos serão imolados sobre teu altar”. Da mesma forma que no hodierno sacrifício da missa, quando a hóstia sagrada se eleva para ser adorada, queimamos-lhe o incenso e adoramos a divindade aí latente com o fumo subindo para o alto e reconhecemos assim também, quando o mesmo mistério se celebra no templo de Jerusalém, que parece que hão de ser cremados, ao mesmo tempo, os cordeiros e os novilhos, para que o fumo dos mesmos sacrifícios, que outrora subia à presença de Deus em odor de suavidade, suba também à presença de Cristo adorado, e com este rito confessem os judeus a divindade, que hoje negam, duplamente oculta sob o véu eucarístico. Na verdade, nenhuma confissão maior da verdadeira fé, vinda de um homem judeu, pode ser esperada ou desejada, se imolam as suas vítimas àquela vítima e seus sacrifícios àquele sacrifício.

Mas, embora esta só razão possa parecer bastante àquela administração que se propõe, todavia o profeta imputa toda essa diferença e mudança das coisas somente à vontade de Deus. Sobre os sacrifícios abolidos diz: “Porque se tivesses querido”; e, sobre as mesmas coisas que devem ser renovadas: “Em tua bondade faz”. Com efeito, aquilo que não depende do arbítrio humano, mas só do divino, como diz Agostinho, toda a razão do fato é a vontade do que faz. Suposta, pois, esta vontade de suprema liberdade e poder divino, suprime-se toda a dificuldade; far-se-á e sem dúvida será feito o quer que queira e será lícito e honesto, não obstante qualquer lei contrária, mesmo sua e por ele próprio decretada. Doutra e elegantemente disse o mesmo Agostinho, ao tratar deste assunto (quaesr. 36 in *Iudices*): “Assim Deus estabeleceu aquelas coisas legítimas, para que desse as leis, não para si, mas para os homens”. Nem dessa administração divina se segue que, de alguma forma, venhamos a cair, como discutia o divo Jerônimo, no erro de Cerinto e de Eubião. Uma coisa é administrar na lei, outra, instituir a lei; uma, é permitir algo a um povo em respeito a um só lugar, outra obrigar todos os

povos, em todo o orbe, a uma lei universal; uma coisa é transferir, por um motivo, algo material para uma finalidade diversa, outra, manter formalmente a mesma e crer que é totalmente necessária à salvação. E isto é o que Ebião e Cerinto, ímpia e pertinazmente sustentavam não só no seu tempo e alguma vez para o futuro.

refuta-se a opinião do padre granado  
e exhibe-se a ele o verdadeiro conhecimento  
da barbárie dos brasílicos

A ponto de responder, em último lugar, aos autores alegados para a mesma opinião, devo iniciar pela ignorância invencível sobre Deus, na qual muitíssimos dos bárbaros brasílicos ainda se encontram, de sorte que como agimos a respeito da América hispânica, ou antes, castelhana, assim a respeito da lusitana, feita esta nossa mesma demonstração (na qual deve enfim resolver-se toda a questão), os fundamentos menos sólidos dessa opinião contra as testemunhas experimentais postas ante o autor e por ele rejeitadas serão breve, mas radicalmente destruídos.

Deve-se, portanto, supor como certo que os “índios” brasílicos ou o racional deles, por assim dizer, costumam ser divididos e distintos, de forma mais cômoda, principalmente em duas classes: a primeira é a daqueles que são denominados pela língua geral e são, a seu modo, mais polidos e têm aptidão para entender os mistérios cristãos, não, é verdade, em seu pleno conceito, mas não de todo rude. A respeito dos chilenes e dos salomões Botero observa, como indício da enorme ignorância (4 part. Relat. *Univers.* lib 3) que não sabiam contar além de cinco, na qual habilidade, contudo, os nossos levavam vantagem, pois estendem os seus números apenas até três. Sucedeu pela divina providência, como é lícito pensar piedosamente, que nem em tamanha carência de saber lhes faltasse com abundância o nome santíssimo da Trindade (no próprio batismo e fora dele) e a capacidade de entender e reverentíssimamente invocá-lo.

A segunda classe é a dos outros que se chamam tapuias, por extremo bárbaros, sem domicílio, sem plantações, vagando por florestas e desertos, à maneira das feras, alimentando-se dos frutos que nascem naturalmente e saciando a avidez da fome e do ventre com a caça. Da humanidade destes até já se duvidou outrora, de sorte que foi preciso ser declarado pelos sumos pontífices e ser definido que eram animais racionais, não brutos. Como, portanto, poderiam estas gentes saber algo de Deus, quando desconheciam os povos por que fossem homens? Pela declaração de alguns (há em verdade confiabilíssimos capazes desta investigação) e por outros indícios confirmados por longa experiência, sabemos, quase com evidência, que nunca lhes veio à mente a mínima ideia de Deus, e isso antes que tivessem ouvido o que fosse a respeito da divindade. Mas o

que acontece após uma frequente catequese sobre Deus? Não só demonstram sua ignorância invencível, antes dela, como a manifestam de todo insuperável depois dela, por muitos dias e até meses. Em verdade não fazem nenhuma ideia acerca do que ouviram (para usar uma frase dos missionários). Como, afinal, podem entender os discursos elegantes de um fato longínquo, quando estamos sujeitos a nos enganar, ao julgarmos outros homens do nosso meio. Como deveríamos primeiro conhecê-los e depois julgá-los. Contra estes testemunhos oculares, uma coisa se apresenta, a partir do Sap. C. 13, cujas palavras devem ser necessariamente repetidas pelo autor; são estas: “São porém vãos todos os homens, nos quais não se acha a ciência de Deus e os quais, pelas coisas boas que se veem, não puderam conhecer aquele que é, nem considerando as suas obras reconhecer quem era o artífice”. Até aqui, ele; mas já numa questão anterior mostramos que encontrar o criador através das criaturas e conhecer o artífice pelas obras pertence aos linceus, não às toupeiras, isto é, aos homens estudados nas disciplinas das ciências ou superiores, ao menos, pela grande acuidade do talento, mas não aos rudes e por extremo bárbaros de que falamos, criados nas florestas, entre animais selvagens, nem muito dessemelhantes deles. Mas se as próprias palavras forem ponderadas com justeza, a respeito de todos estes que desconhecem a Deus, temos manifestamente provada ou decerto descrita uma ignorância invencível. O que dizem, pois? “Pelas coisas boas que se veem não puderam”, dizem, “entender aquele que é.” Certamente, se naquelas coisas que se veem, não puderam conhecer aquele que é, isto é, Deus, é claro que o ignoram invencivelmente, pois que outra coisa é ignorar invencivelmente, senão ignorar e não poder saber? E o que é uma ignorância invencível, senão uma ignorância com impotência e incapacidade de saber aquilo que se ignora? Dirão ser aqui o mesmo não podido e não ter querido, mas essa exposição não constrói, senão destrói o texto, principalmente quando a versão grega reza não realmente não ter querido, mas expressamente não tivesse querido. A razão é que aquelas palavras são proêmio das coisas que se vão dizer, ao longo de três capítulos inteiros que se seguem, nos quais são descritos com esmero todos os tipos de ignorar a Deus. O primeiro lugar é devido àquela ignorância em que se ignora inocentemente a Deus e não ofende. Mas se há insistência em que as palavras aí não se sustentam, sustenta-o, contudo, o autor com quem tenho a ver, já que acima o mesmo texto é por ele referido. Mas avancemos.

As palavras que se seguem àquelas são: “Mas reputaram por deuses governadores do universo, ou o fogo, ou o espírito, ou o ar agitado, ou o giro das estrelas, ou a imensidade das águas, ou o Sol, ou a Lua”. Donde fica patente que por estas que se seguem devem ser explicadas as que precedem; digo mais, não só devem ser explicadas, como estar concordes, já que ambas foram claramente expressas e não podem ser contraditórias. Dado, porém, sem controvérsia, que umas e outras palavras devem harmonizar-se entre si e que tudo deve ser



entendido a respeito dos que cultuavam os ídolos, nada aproveita daí a opinião contrária, nem pode inferir ou lançar alguma coisa contra os brasílicos. Estes, por certo (talvez os únicos nessa feliz ignorância), não cultuam ídolos, nem se encontraram entre eles, desde o início, vestígios dessa falsa latria. Daí que, com bela e verdadeira observação, foi notado por antigos historiadores que não havia no idioma deles estas três letras F, L, R, como se Deus, que ensina e distribui todas as línguas, tivesse querido declarar, por arcano desígnio, que esses povos, como realmente são, não tinham nem fé, nem lei, nem rei. Donde se conclui que o supracitado texto ou, numa primeira parte, prova a ignorância invencível em favor dos brasílicos, ou, numa segunda, nada prova contra eles.

Resta apenas o tema do mesmo proêmio: “São vãos todos os homens”, o que pode, com extrema propriedade, ser aplicado aos brasílicos, ou porque, aos brasílicos, digo, sobre os quais é verdade o que diz o salmo 23,4: “Receberam em vão a sua alma”;<sup>5</sup> ou pelo que pensou, com imaginação, sobre os sórdidos rebanhos, um historiador da natureza, que lhes foi dada uma alma, por brincadeira. E o que é ter uma alma em vão, senão ser dotado de uma alma racional e, contudo, não poder raciocinar? Esta necessidade de mente a tal ponto é inata nos bárbaros brasílicos, que das inúmeras razões pelas quais ataca os adoradores dos ídolos, ao longo de três capítulos inteiros, nenhuma quase há que chegue ou alcance o entendimento deles, como o ficará claro ao leitor, a partir do que foi dito.

resposta da opinião contrária do autor,  
embora mais moderada  
mas não admitida e por qual razão

Responde, pois, P. Granado: que se poderia acreditar nisso que diz respeito ao juízo verdadeiro que tivessem feito sobre Deus; não, porém, a respeito de alguma dúvida que, vez por outra, tivessem tido acerca de seu criador e acerca da obrigação de agradar-lhe ou de investigá-lo. Assim ele (diz) com admirável presunção, em verdade, a respeito da fala e do juízo desses povos, e com maior presunção ainda naquelas coisas que sobre eles supõe, do que naquilo que ele constante nega. Com efeito, para conhecer verdadeiramente a Deus, o que ele lhes nega, basta a filosofia; mas respeito àquelas coisas que presume e supõe, é necessária tal teologia, que requer a obrigação de agradar a Deus e de duvidar culposamente dele; a obrigação supõe o preceito; o preceito e a obrigação conduzem ao pecado; o pecado despreza a Deus ou a sua lei; para isso não basta alguma dúvida, a fim de obrigar a consciência. Certamente, antes dos Silvestros e dos Tabienas, não só a Judeia, mas todo o povo cristão também, nem levava semelhantes escrúpulos aos tribunais da confissão, nem derivava daí tais obrigações. Quanto àquela de investigar a Deus, o que pode ser feito, provam, só

por um preceptor, pesquisando, pergunto donde (virá) esse preceptor e a quem poderá perguntar e investigar, quando todo o rebanho deles, sem pastor, é da mesma lã e da mesma cor. Porque, se acaso deparassem vestígios de outro homem, investigariam com a força dos cães para os odores, a maior que pudessem, não pela doutrina, mas por carnificina, a fim de, comendo-o festivamente, dele se saturarem e não para serem doutrinados por ele.

Venhamos, enfim, aos autores da mesma opinião e respeitáveis. O que Crisóstomo, Agostinho e Damasceno, nominalmente citados, poderiam declarar sobre os bárbaros brasílicos e os demais americanos cujo conhecimento à posteridade tardia dos mesmos padres, depois de dez séculos completos, dificilmente seria possível? Cícero, cujo nome também aí se insere, definiu otimamente os homens, não por sua diferença, mas pelas dos animais. Assim diz (lib. 3 *Offic.*):<sup>6</sup> “Entre o homem e o animal existe esta máxima diferença: que este é estimulado apenas pelo sentido e para só o que é presente e acomoda a si o que é presente, e pouco se lhe dá do pretérito e do futuro. O homem, porém [...]” etc. A respeito também dos brasílicos menos bárbaros, nada foi declarado e observado pelos portugueses, mas, pelo contrário, celebraram-se a sua preguiça e inércia, pela qual nenhuma preocupação havia nele todos com o dia de ontem, nem qualquer providência sobre o dia de amanhã.

Mas aos demais autores alegados, que são de nossa época e de nossa escola e defendem a mesma opinião, que direi? Uma só coisa digo; eles estão na Europa e da Europa escrevem. Lembrar-se-ão com quanta diferença são acreditadas ou avaliadas as coisas lançadas aos ouvidos ou que são expostas aos olhos fiéis? Ó quanto importa que alguém sumamente sábio julgue aquilo sobre que se deve filosofar, se por extremo remoto; ou que outro menos douto, mas que observa de perto e diante das coisas como elas são! Oxalá (o que constantemente pedimos ao Senhor da messe) como ele próprio ensinou, oxalá, digo, dos doutíssimos mestres da Europa, que tão facilmente em seus livros prometem que por Deus será enviado um pregador ao bárbaro ignorante, oxalá sejam enviados eles mesmos! Certamente mais fácil é que os sapientíssimos, piedosos homens que anunciam a perfeição sejam enviados para pregar do que trazer o bárbaro e infiel à fé. Que venham, portanto, e sendo a experiência o juiz, ficará assente se querem nos ensinar de outra maneira ou se querem eles próprios consentir conosco. É preciso, pois, que vós, os mais brilhantes dos teólogos, vos deis conta de que há um imenso abismo entre vossos juízos e os nossos olhos, e talvez maior do que o próprio oceano que nos separa.

\* Tradução do latim por Anna Lia Prado, pp. 77-89 do original. (n. e.)

\*\* Padre Carlo Antonio Casnedi. Ver nota 88 da introdução. (n. o.)

\*\*\* Tradução do latim por Ariovaldo Augusto Peterlini, pp. 190--4, 197-203, 232-3, 292-7, 422-5 do original. A tradução dos textos bíblicos, exceto a dos Salmos, se deve ao trabalho clássico do padre António de Figueiredo, que, supõe-se, mais se aproxima dos textos da Vulgata utilizados por Vieira. (n. e.)

1 Texto corrupto: *a se erat*. [As notas numeradas são dos tradutores.]

2 Hab 3,15. Não consta da atual edição da Vulgata “*et quadrigae tuae salvatio*”, além de obrigar o leitor a buscar um verbo para *salvatio*.

3 O texto de Propércio era, segundo edição atual: *Et qui movistis duo litora cum ratis Argo/ dux erat ignoto missa columba mari*: “E vós deslocastes as duas orlas do mar, quando era guia do navio, sobre o mar desconhecido, a pomba enviada por Argo” (Propércio, ii, 26, 39-40). Esses versos aludem aos ventos que separavam, lendariamente, os dois rochedos flutuantes (simplégades) que, embatendo-se um contra o outro, ao sabor das ventanias, impediam a passagem segura dos navios entre eles. Argo teria enviado à frente de seu navio uma pomba que lhe mostraria o momento oportuno para a travessia.

4 No texto de Dn 7,26-7, citado por Vieira, há uma lacuna, de acordo com a edição conhecida da Vulgata: O reino, porém, e o poder e a grandeza do reino, *que está debaixo de todo o Céu, sejam dados...* [*quae est subter omne caelum*].

5 Parece que Vieira adaptou a Vulgata: *qui non accepit in vano animam suam* — “que não recebeu em vão a sua alma”.

6 É de crer que Vieira se enganou na localização do texto do *De officiis*, que devia ser lib. 1, 4, 11.

## Apêndice

Breve de isenção das inquisições  
de Portugal e mais reinos,  
que alcançou em Roma a seu favor  
o padre Antônio Vieira\*

ao amado filho antônio vieira, presbítero  
da companhia de jesus, portugueses

papa clemente x

Amado filho. Saúde e bênção apostólica. O zelo da fé católica, a ciência das letras sagradas, a bondade de vossa vida e costumes, e outros louváveis merecimentos de vossas virtudes, e bom proceder, em que por abonação fidedigna para conosco, estais acreditado, nos movem a querer se atenda benignamente por vossa quietação.

E assim, havendo nós sabido que vós (que sois presbítero regular da Companhia de Jesus, e assistente de presente nesta nossa cúria) experimentais o clima dela contrário do vosso temperamento, e por isso, já carregado de anos, e sujeito a algumas enfermidades do corpo, tratais de voltar com a bênção do Senhor para Portugal, vossa pátria, por razão de prevenir os perigos iminentes a vossa saúde: nós, por justas causas, as quais movem o nosso ânimo, desejando prover em vossa tranquilidade e segurança religiosa quanto do alto nos é concedido:

Pelo vigor das presentes letras, absolvendo-vos e julgando-vos absolto de quaisquer censuras de excomunhão, suspensão, interdito, e outras censuras e penas eclesiásticas impostas: *a jure, vel ab homine*, se com alguma das ditas penas de qualquer modo estais impedido, para conseguir o efeito das presentes letras somente:

De nosso *motu proprio*, certa ciência e madura deliberação, e *de plenitudine* de poder apostólico, pelo teor das presentes plenariamente vos eximimos, e totalmente vos isentamos, constituindo-vos e declarando-vos isento por toda a vossa vida de qualquer jurisdição, poder, e autoridade do venerável irmão Pedro, arcebispo inquisidor-geral, e dos mais filhos inquisidores, contra a herética pravidade e apostasia da religião cristã, e fé católica, que são agora, e pelo tempo adiante forem deputedos com autoridade apostólica nos reinos de Portugal e Algarves, e respectivamente de seus vigários, comissários, assessores, e demais oficiais e ministros da dita inquisição, em tal forma, que eles (assim juntamente, como separadamente, e cada um deles) não possam por qualquer causa (ainda digna de menção específica e individuante, e que de necessidade deva ser especialmente expressa e declarada) assim pelo tempo passado, como pelo presente e futuro, exercer sobre vós alguma jurisdição ou autoridade, nem contra vós mandar, fazer, determinar, ou executar algum ato de jurisdição, ou judicial,

ou extrajudicial, nem com alguma cor ou pretexto, traça, causa, ou ocasião, direta ou indiretamente, possam molestar-vos, ou perturbar-vos, ou inquietar-vos.

E com o mesmo *motu*, ciência, e *plenitudine* de poder, em todas e quaisquer causas, de qualquer modo pertencentes ao tribunal do Santo Ofício, contra a herética pravidade e apostasia (as quais coisas, assim no tempo presente, como no passado e futuro, ou aliás de qualquer modo poderem mover-se, ou intentar-se contra vós por qualquer razão ou causa, ainda que, como fica dito, deva exprimir-se de necessidade específica e individuante, ou também nas causas já porventura movidas e intentadas no tribunal do Santo Ofício dos ditos reinos) vos isentamos por toda a vossa vida.

E na mesma forma definimos e declaramos, que sois e haveis de ser sujeito à imediata jurisdição e autoridade dos veneráveis irmãos nossos cardeais desta Igreja Romana, inquisidores-gerais, e deputados especialmente por esta santa sede em toda a república cristã, contra a herética pravidade e apostasia, diante da qual congregação somente sereis obrigado a responder de justiça em todas e quaisquer causas sobreditas.

Determinando juntamente que não possam estas presentes letras, e quaisquer coisas nelas contéudas, ser notadas, impugnadas, modificadas, limitadas, quebrantadas, retratadas, invalidadas, reduzidas a termo de direito, nem postas em controvérsia do inquisidor-geral, e outros inquisidores, e mais ministros referidos, por nenhum título ou causa, posto que requeiram específica e individual menção e expressão, ainda que os ditos inquisidores tenham ou pretendam ter por algum modo jus ou interesse nas ditas causas, e não hajam consentido nem fossem chamados, citados e ouvidos, nem as causas apontadas, por razão das quais se passariam as presentes letras, fossem especificadas e justificadas; nem por qualquer outra, ainda que legítima, jurídica, pia, e privilegiada, causa, cor, pretexto, e título, posto que incluso em coisas de direito, nem por vício de ob-repção ou nulidade, ou por falta de nossa intenção, ou do consenso dos interessados, ou por outro qualquer defeito, ainda que grande, substancial, e que requeira individua expressão incogitada, ou inexcogitável.

Decretando outrossim que ninguém por algum modo possa alcançar ou intentar contra estas letras o remédio: *apertionis oris*, *restitutionis in integrum*, ou qualquer outro de direito, fato, ou graça, nem usar ou ajudar-se em juízo ou fora dele do tal remédio já alcançado, concedido, e emanado, ainda que *motu proprio*, ciência, e *plenitudine* de poder; querendo que as mesmas letras presentes sejam e hajam de ser firmes, sólidas, e eficazes, e que tenham seus plenários e inteiros efeitos, e que vos valham em tudo e por tudo plenissimamente, e se observem inviolavelmente por aqueles a quem pertence ou pertencer em qualquer tempo; e que assim, e não de outra maneira se deve julgar e entender nas coisas referidas, por quaisquer juizes ordinários e delegados, ainda que sejam auditores das causas do palácio apostólico, e cardeais da santa Igreja Romana, e ainda legados a

*latere*, núncios da sé apostólica, e também pelo inquisidor-geral, e mais inquisidores referidos, ou quaisquer outros que tenham ou hajam de ter qualquer preeminência ou poder, tirando-lhes a todos, e cada um deles, qualquer faculdade e autoridade de julgar, e interpretar de outra sorte, e declarando ser irritado, e de nenhum vigor, o que sobre o referido suceder, ou se intentar ciente ou ignorantemente por alguma pessoa, em qualquer autoridade constituída.

Não obstante outrossim os privilégios indultos, e letras apostólicas, em contrário do referido concedidos, confirmados, e por quantas e quaisquer vezes aprovados, inovados, e ainda em favor do Santo Ofício do dito reino, e de seus inquisidores, e ainda gerais e especiais de quaisquer reinos, e ministros postos por quaisquer pontífices romanos, nossos predecessores, e por nós mesmo, e pela dita sede apostólica, com qualquer teor ou forma de palavras, e com quaisquer cláusulas ainda derogativas, e outras ainda mais eficazes, e insólitos e irritantes, e outros decretos, ainda que sejam de semelhante *motu*, e ciência, e *plenitudine* de poder, e passados em consistório, ou de outro qualquer modo; aos quais todos, e a cada um somente, por esta vez, por efeito do referido havemos por revogados. Dado em Roma em Santa Maria Maior, debaixo do Anel do Pescador, aos 17 de abril do ano de 1675, quinto ano do nosso pontificado.

j. g. ilusius\*\*

\* O texto “Breve de isenção de Portugal e mais reinos, que alcançou em Roma a seu favor o padre Antônio Vieira” faz parte de *De profecia e Inquisição*.  
Brasília: Senado Federal, 1998, cap. 10. (n. e.)

\*\* Provável secretário do papa Clemente x. (n. o.)

## Bibliografia

### obras de vieira

*Obras escolhidas*. 12 v. Prefácio e notas de Antônio Sérgio e Hernâni Cidade. Lisboa: Sá da Costa, 1951.

*Sermões completos*. Em *Obras completas*. Prefácio e revisão do padre Gonçalo Alves. Porto: Lello & Irmão, 1959.

*Sermões*. 12 v. Organização de Luiz Felipe Baêta Neves. Erechim: Edelbra, 1998.

*Sermões italianos*. Edição, introdução e notas de Sônia N. Salomão. Viterbo: Sette Città, 1998.

*Cartas*. 3 v. Coordenação e anotações de João Lúcio de Azevedo. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1970.

*Cartas do Brasil*. Organização e introdução de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003.

*Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*. 2 v. Introdução e notas do professor Hernâni Cidade. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

*Os autos do processo de Vieira na Inquisição*. Edição, transcrição, glossário e notas de Adma Fadul Muhana. São Paulo: Unesp, 1995.

*Apologia das coisas profetizadas*. Organização e fixação do texto por Adma Fadul Muhana. Lisboa: Cotovia, 1994.

*Livro antepimeiro da história do futuro*. Ed. crítica de José van den Besselaar. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

*História do futuro*. Introdução e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.

*Obras inéditas do padre Antônio Vieira*. Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856.

*Escritos históricos e políticos*. Prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

*Escritos instrumentais sobre os índios*. Ensaio introdutório de J. C. Sebe Bom Meihy. São Paulo: Educ/ Loyola/ Giordano, 1992.

*Clavis prophetarum*: Livro iii. Edição crítica, fixação do texto, notas e glossário de Arnaldo do Espírito Santo segundo projeto iniciado com Margarida Vieira Mendes. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

*La Clavis prophetarum di Antonio Vieira: Storia, documentazione e ricostruzione*



del testo sulla base del ms. 706 della Biblioteca Casanatense di Roma. Prefácio e organização de Silvano Peloso. Viterbo: Sette Città, 2009.

*Índice das coisas mais notáveis*. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2010.

## sobre vieira

azevedo, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. 2 t. Prefácio de Pedro Puntoni. São Paulo: Alameda, 2008. A 1ª edição saiu em 1918-21 pela Livraria Clássica Editora de Lisboa.

barros, André de. *Vida do padre Antônio Vieira*. Lisboa: J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1858. A edição original é de 1746.

besselaar, José van den. *Antônio Vieira: Profecia e polêmica*. Rio de Janeiro: uerj, 2002.

bosi, Alfredo. “Vieira ou a cruz da desigualdade”. Em *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. “Vieira e o reino deste mundo”. Em *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. “Antônio Vieira, profeta e missionário: Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição, i e ii”, *Estudos Avançados*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 64 e 65, set.-dez. 2008; jan.-abr. 2009.

boxer, Ch. R. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

\_\_\_\_\_. “A great Lusobrazilian figure: Antonio Vieira”. Londres: The Hispanic and Luso-Brazilian Councils, 1957.

cantel, Raymond. *Prophétisme et messianisme dans l'œuvre du père Antonio Vieira*. Paris: Hispano-Americanas, 1960.

castro, Aníbal Pinto de. *Antônio Vieira: Uma síntese do barroco luso-brasileiro*. Lisboa: ctt Correios de Portugal, 1997.

cidade, Hernâni. *Padre Antônio Vieira: A obra e o homem*. 2ª ed. Lisboa: Arcádia, 1979.

hansen, João Adolfo. “Tempo: alegoria e história”, *Broteria*, Lisboa, v. 145, out.-nov. 1997, pp. 541-65.

hemming, John. *Ouro vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007, pp. 455-95.

leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

lisboa, João Francisco. *Vida do padre Antônio Vieira*. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1891.

mendes, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caminho, 2003.

monteiro, M. do Rosário; pimentel, M. do Rosário (orgs.). *Padre Antônio Vieira: O tempo e os seus hemisférios*. Lisboa: Colibri, 2011.

neves, Luiz Felipe Baêta. *Vieira e a imaginação social jesuítica: Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

novinsky, Anita. “Padre Antônio Vieira, a Inquisição e os judeus”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 29, mar. 1991, pp. 172-81.

peloso, Silvano. *Antônio Vieira e o império universal: A Clavis prophetarum e os documentos inquisitoriais*. Rio de Janeiro: Casa Doze, 2007.

rodrigues, Francisco. “O padre Antônio Vieira. Contradições e aplausos. À luz de documentação inédita”, *Revista de História*, Lisboa, v. xi, 1922, pp. 81-115.

saraiva, Antônio José. *O discurso engenhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

sérgio, Antônio. *Ensaio*, v. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1973.

Copyright da introdução © 2011 by Alfredo Bosi

A editora e o organizador agradecem Anna Lia Prado e Ariovaldo Augusto Peterlini pela tradução do latim do texto *A chave dos profetas*.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Penguin and the associated logo and trade dress are registered and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or Penguin Group (usa) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with Penguin Group (usa) Inc.

capa e projeto gráfico penguin-companhia  
Raul Loureiro, Claudia Warrak

preparação  
Isabel Jorge Cury  
Célia Euvaldo

revisão  
Huendel Viana  
Adriana Cristina Bairrada

ISBN 978-85-8086-399-4

Todos os direitos desta edição reservados à editora schwarcz ltda.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32  
04532-002 — São Paulo — sp  
Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501  
[www.penguincompanhia.com.br](http://www.penguincompanhia.com.br)  
[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)





PENGUIN  COMPANHIA

CLÁSSICOS

GUSTAVE FLAUBERT

*Madame Bovary*

Madame Bovary

Flaubert, Gustave

9788580864168

496 páginas

[Compre agora e leia](#)

Reconhecido por autores como Henry James como "o romance perfeito", Madame Bovary é a obra fundamental de Gustave Flaubert (1821-80). Trata-se de um raridade, mesmo em um clássico, um exercício meticuloso de escrita que igualmente desafiava as estruturas literárias e as convenções sociais. Não à toa, a época de lançamento o impacto foi duplo: um sucesso de público e a reação feroz do governo francês, que levou o autor a julgamento sob a acusação de imoralidade.

Flaubert inventou um estilo totalmente novo e moderno, praticando uma escrita que, ao longo dos cinco anos que levou para terminar o livro, literalmente avançou palavra a palavra. Cada frase devia refletir o esforço em obtê-la, sendo reescrita e reescrita ad infinitum. Mestre do realismo, o autor documenta a paisagem e o cotidiano da segunda metade do século XIX, ironizando os romances sentimentais e folhetins, gêneros que considerava obsoletos. A história faz um ataque à burguesia, desmoralizando-a com a descrição exuberante de sua banalidade. Em um tempo em que as mulheres eram submissas, Emma Bovary encontra nos tolos romances dos livros o antídoto para o tédio conjugal e inaugura uma galeria de famosas esposas adúlteras atormentadas na literatura.

[Compre agora e leia](#)





PENGUIN  COMPANHIA

CLÁSSICOS

F. SCOTT FITZGERALD

*O grande Gatsby*



## O grande Gatsby

Fitzgerald, F. Scott

9788580862676

256 páginas

[Compre agora e leia](#)

Nos tempos de Jay Gatsby, o jazz é a música do momento, a riqueza parece estar em toda parte, o gim é a bebida nacional (apesar da lei seca) e o sexo se torna uma obsessão americana. O protagonista deste romance é um generoso e misterioso anfitrião que abre a sua luxuosa mansão às festas mais extravagantes. O livro é narrado pelo aristocrata falido Nick Carraway, que vai para Nova York trabalhar como corretor de títulos. Passa a conviver com a prima, Daisy, por quem Gatsby é apaixonado, o marido dela, Tom Buchanan, e a golfista Jordan Baker, todos integrantes da aristocracia tradicional.

Na raiz do drama, como nos outros livros de Fitzgerald, está o dinheiro. Mas o romantismo obsessivo de Gatsby com relação a Daisy se contrapõe ao materialismo do sonho americano, traduzido exclusivamente em riqueza. Aclamado pelos críticos desde a publicação, em 1925, O grande Gatsby é a obra-prima de Scott Fitzgerald, ícone da "geração perdida" e dos expatriados que foram para a Europa nos anos 1920.

[Compre agora e leia](#)



PENGUIN &  
COMPANHIA  
DAS LETRAS

FICÇÃO

Joaquim Manuel  
de Macedo  
Memórias do  
sobrinho de meu tio

FICÇÃO



Memórias do sobrinho do meu tio

de Macedo, Joaquim Manuel

9788563397997

376 páginas

[Compre agora e leia](#)

"O diabo é que em política no século XIX quem fecha uma porta abre outra, e quando não quer abrir, às vezes o povo arromba", observa o debochado e autocomplacente narrador de Memórias do sobrinho de meu tio, romance de Joaquim Manuel de Macedo escrito entre os anos 1867 e 1868. Fraude eleitoral, jornalistas a mando de poderosos e alianças espúrias são alguns dos temas da prosa ligeira dessa sátira política. O sr. F., narrador destas memórias, herda uma pequena fortuna, logo acrescida pelos outros tantos contos de réis de sua prima Chiquinha, com quem se casa. Juntos, os dois empreendem uma busca voraz por mais dinheiro e poder, este último representado pela eleição de F. a presidente de província (hoje o equivalente a governador). No meio do caminho, conchavos, amizades interesseiras e lances rocambolescos que parecem exemplificar a interpretação do crítico Antonio Candido sobre a obra de Macedo, que apresentaria duas tendências: o realismo e o tom folhetinesco. Egoísta, anárquico e paradoxalmente um moralista, o protagonista parece antecipar as vestes do conto "Teoria do medalhão", de Machado de Assis, em que a busca de poder e prestígio no Brasil parece estar acima de tudo, inclusive e principalmente da honestidade.

[Compre agora e leia](#)





PENGUIN  COMPANHIA

CLÁSSICOS

MIGUEL DE CERVANTES

*Dom Quixote*

Dom Quixote

Cervantes, Miguel de

9788580865233

1328 páginas

[Compre agora e leia](#)

Dom Quixote de La Mancha não tem outros inimigos além dos que povoam sua mente enlouquecida. Seu cavalo não é um alazão imponente, seu escudeiro é um simples camponês da vizinhança e ele próprio foi ordenado cavaleiro por um estalajadeiro. Para completar, o narrador da história afirma se tratar de um relato de segunda mão, escrito pelo historiador árabe Cide Hamete Benengeli, e que seu trabalho se resume a compilar informações. Não é preciso avançar muito na leitura para perceber que Dom Quixote é bem diferente das novelas de cavalaria tradicionais - um gênero muito cultuado na Espanha do início do século XVII, apesar de tratar de uma instituição que já não existia havia muito tempo. A história do fidalgo que perde o juízo e parte pelo país para lutar em nome da justiça contém elementos que iriam dar início à tradição do romance moderno - como o humor, as digressões e reflexões de toda ordem, a oralidade nas falas, a metalinguagem - e marcariam o fim da Idade Média na literatura. Mas não foram apenas as inovações formais que garantiram a presença de Dom Quixote entre os grandes clássicos da literatura ocidental. Para milhões de pessoas que tiveram contato com a obra em suas mais diversas formas - adaptações para o público infantil e juvenil, histórias em quadrinhos, desenhos animados, peças de teatro, filmes e musicais -, o Cavaleiro da Triste Figura representa a capacidade de transformação do ser humano em busca de seus ideais, por mais obstinada, infrutífera e patética que essa luta possa parecer.

[Compre agora e leia](#)





PENGUIN &  
COMPANHIA  
DAS LETRAS

NÃO FICÇÃO

Evaldo Cabral  
de Mello (ORG.)  
O Brasil holandês

NÃO FICÇÃO



## O Brasil holandês

Cabral de Mello, Evaldo

9788563397614

512 páginas

[Compre agora e leia](#)

A presença do conde Maurício de Nassau no Nordeste brasileiro, no início do século XVII, transformou Recife na cidade mais desenvolvida do Brasil. Em poucos anos, o que era um pequeno povoado de pescadores virou um centro cosmopolita.

A história do governo holandês no Nordeste brasileiro se confunde com a guerra entre Holanda e Espanha. Em 1580, quando os espanhóis incorporaram Portugal, lusitanos e holandeses já tinham uma longa história de relações comerciais. O Brasil era, então, o elo mais frágil do império castelhano, e prometia lucros fabulosos provenientes do açúcar e do pau-brasil. Este volume reúne as passagens mais importantes dos documentos da época, desde as primeiras invasões na Bahia e Pernambuco até sua derrota e expulsão. Os textos - apresentados e contextualizados pela maior autoridade no período holandês no Brasil, o historiador Evaldo Cabral de Mello - foram escritos por viajantes, governantes e estudiosos.

São depoimentos de quem participou ou assistiu aos fatos, e cuja vividez e precisão remete o leitor ao centro da história.

[Compre agora e leia](#)

## **Table of Contents**

Rosto

ESSENCIAL PADRE ANTÔNIO VIEIRA

Sumário

Introdução

Sermão da Sexagésima

Sermão décimo quarto do Rosário

Sermão vigésimo do Rosário

Sermão pelo bom sucesso das armas

Sermão dos Bons Anos

Sermão de Santo Antônio

Sermão do mandato

Sermão da primeira domingo do Advento

Sermão da terceira domingo do Advento

Sermão de Santo Antônio aos peixes

Sermão da primeira domingo da Quaresma

Sermão do bom ladrão

Sermão da quarta-feira de cinzas

Sermão vigésimo sétimo do Rosário

Cartas do Maranhão

Carta ao rei d. João iv

Carta ao rei d. João iv

Carta ao rei d. Afonso vi525

Carta ao padre André Fernandes533

Resposta a uma objeção:

A chave dos profetas

Da realização do reino de Cristo na Terra

Apêndice

Breve de isenção das inquisições de Portugal e mais reinos, que alcançou em  
Roma a seu favor o padre Antônio Vieira

Bibliografia

Créditos